

REVISÃO DO
**PLANO —
DIRETOR**

| Urubici | SC



Diagnóstico |



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE URUBICI

Diagnóstico



EQUIPE TÉCNICA

Bruna Talita Borgmann
Engenheira Florestal.
CREA-SC 156579-4

Clarissa Anrain
Arquiteta e Urbanista
CAU A 63814-5

Franciele Verginia Civiero
Arquiteta e Urbanista
CAU A 112527-3

Gesiane Heusser Lermen
Arquiteta e Urbanista.
CAU A 149454-6

Guilherme Müller
Biólogo
CRBio03 053021/03-D

Gustavo Marcondes
Bel. Em Direito e Corretor
CRECI 31961F

Luís Felipe Braga Kronbauer
Advogado
OAB-SC 46772

Luiz Gustavo Pavelski
Engenheiro Florestal
CREA-SC 104797-2

Maurício de Jesus
Engenheiro Sanit. e Ambiental
CREA-SC 147737-1

Mauricio Perazzoli
Engenheiro Ambiental
CREA-SC 98322-7

Mayara Zago
Engenheira Civil
CREA-SC 147796-6

Raphaella Menezes
Geóloga
CREA-SC 138824-3

Raquel Gomes de Almeida
Engenheira Ambiental
CREA-SC 118868-3

Stella Stefanie Silveira
Arquiteta e Urbanista
CAU A 190893-6

Thaís Shuts Millack
Engenheira Civil
CREA-SC 129621-0

Vitor Moretzsohn R. Cesarino
Engenheiro Civil.
CREA-SC 118236-6

APOIO OPERACIONAL

Celso Afonso Palhares Madrid Filho
Estagiário de Geografia

Karoline da Silva Ribeiro
Estagiária de Administração

Letícia Geniqueli Reichardt
Estagiária de Engenharia Sanit. e Ambiental

Lucca Dias da Silva
Estagiário de Arquitetura e Urbanismo

Morgana Ogliari da Silva
Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

Tainara Aparecida Xavier
Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

Moisés Diersmann
Presidente do Consórcio CINCATARINA
Prefeito de Luzerna/SC

Antônio Zilli
Prefeito Municipal de Urubici

Milena Andersen Lopes Becher
Vice-Presidente do Consórcio CINCATARINA
Prefeita de Vargem/SC

Élvio Antunes de Souza
Vice-Prefeito Municipal de Urubici

Elói Rönnau
Diretor Executivo do Consórcio CINCATARINA

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO
SANTA CATARINA**

Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar,
Sala 1305, Bairro Canto, CEP 88.070-800,
Florianópolis - SC

**MUNICÍPIO DE URUBICI**

Praça: Francisco Pereira Souza, 53,
Bairro Centro, CEP: 88650-000,
Urubici - SC

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Localização do Município de Urubici.....	27
Figura 2 - Divisão Municipal	28
Figura 3 - Região Hidrográfica 4.	30
Figura 4 - Hidrografia de Urubici – SC.	32
Figura 5 - Trechos de drenagem de Urubici.....	33
Figura 6 - Setores de risco de hidrológico.....	38
Figura 7 - Erosão na margem do Rio Urubici avançou 8 metros em 9 anos.	39
Figura 8 - Árvores inclinadas são indícios de instabilidade na margem do rio Urubici. Vazamentos nas tubulações potencializam o processo.	40
Figura 9 - Ponto de ocorrência de erosão de margem fluvial no Rio Urubici.	41
Figura 10 - Lançamento de águas servidas e de entulhos na margem erosiva do Rio Urubici.	41
Figura 11 - Rio do Riacho em ponto de erosão de margem fluvial.....	42
Figura 12 - Árvores inclinadas e trincas no terreno na margem do Rio do Riacho com ocorrência de erosão de margem fluvial.	42
Figura 13 - Residência edificada às margens de córrego atingida por inundação. ...	43
Figura 14 - Residência com alta vulnerabilidade atingida por inundação.....	44
Figura 15 - Planície de inundação do Rio Canoas.	44
Figura 16 - Ocupação de moderada vulnerabilidade na planície do Rio Canoas, atingida por inundação.	45
Figura 17 - Mapa de declividade do município de Urubici.....	48
Figura 18 - Mapa de Hipsometria do município de Urubici.....	50
Figura 19 - Jazidas Minerais em Urubici.	53
Figura 20 - Setores de risco geológico.....	55
Figura 21 - Ocupação irregular na área de domínio da rodovia com risco de deslizamento.	56
Figura 22 - Tipo de ocupação em área de risco de deslizamento.	57
Figura 23 - Tipo de ocupação na margem do Rio Canoas com risco de deslizamento.	58
Figura 24 - Árvores inclinadas na encosta do vale do Rio Canoas.	58
Figura 25 - Lançamento de águas servidas sobre a encosta do rio potencializa o risco de ocorrência de movimentos de massa.	59

Figura 26 - Tipo de ocupação de alta vulnerabilidade no setor de risco 7 que conta ainda com infraestrutura precária.....	59
Figura 27 - Ocupação na base de talude de corte com ocorrência de pequenas rupturas no talude.	60
Figura 28 - Ocupação na base de talude de corte com risco de deslizamento.	60
Figura 29 - Ocupação urbana na base da encosta.	61
Figura 30 - Processo de rastejo instalado na encosta natural.....	61
Figura 31 – Deslizamento no aterro da rodovia (SC-110) em área turística.	62
Figura 32 - Regiões Fitoecológicas de Urubici.	64
Figura 33 - Áreas de preservação permanente em Urubici.	68
Figura 34 - Edificações em área de preservação permanente no perímetro urbano de Urubici.	69
Figura 35 - Edificações em área de preservação permanente no perímetro urbano de Urubici.	70
Figura 36 - Variação de temperatura anual.....	84
Figura 37 - Precipitação anual.....	85
Figura 38 – Orientação solar.....	86
Figura 39 – Vento predominante.....	87
Figura 40 - Velocidade média do vento nos meses de abril e maio de 2019.	88
Figura 41 - Vila de Urubici, no centro da foto, a primeira Capela construída em 1917.	90
Figura 42 - Local de abertura da primeira clareira e do primeiro rossio de Urubici, onde atualmente encontram-se, respectivamente, o Cemitério Municipal e a Escola de Educação Básica Araújo Figueiredo.	90
Figura 43 - A Cidade de Urubici: os Praça (Centro), Traçado e Esquina (Santa Catarina).....	92
Figura 44 – Urubici – Esquina (Santa Catarina). Centro do comércio do bairro em meados da década de 1920.....	93
Figura 45 - Mapa do Município de São Joaquim, 1938.	94
Figura 46 - Distrito de Urubici pertencente ao município de São Joaquim, 1938.	95
Figura 47 - Região da Praça com destaque para a antiga igreja, década de 1930...	96
Figura 48 - Região da Praça em meados da década de 1930.	96
Figura 49 – Urubici - Esquina (bairro Santa Catarina) em meados da década de 1950.	97
Figura 50 - Rua Cesário Amarante no Bairro da Praça (Década de 1950)	98

Figura 51 - Fachada do prédio com características Art-Decó, onde funcionava o Cine-Teatro de Urubici localizado no Centro.	99
Figura 52 - Conjunto arquitetônico de características Art-Decó localizado em frente ao largo da Igreja Matriz, com prédios das décadas de 1950 e 1970.	99
Figura 53 - Rua Cesário Amarante; em destaque, o prédio onde funcionava o comércio “Casa do Povo”.	100
Figura 54 - Escola de Educação Básica Araújo Figueiredo.	101
Figura 55 - Agência de Correios.....	101
Figura 56 - Município de Urubici - Plano Rodoviário, 1959.	102
Figura 57 - Vista parcial da cidade de Urubici (Praça) na década de 60.....	103
Figura 58 - Hotel Andermann no Bairro da Esquina, propriedade de imigrantes letos de Urubici.	103
Figura 59 - A primeira Igreja Matriz, construída em 1935, e início da construção da atual Igreja Matriz (1968)	104
Figura 60 - Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens em meados dos anos de 1970.	105
Figura 61 - Bairro Santa Catarina, na década de 1970. Vista de quem chegava pela SC-110 vindo de Bom Retiro. À direita, o prédio do Bar do Ponto.	106
Figura 62 - Bairro Santa Catarina, 2018. Vista de quem chega pela SC-110 vindo de Bom Retiro. À direita, o prédio do antigo Bar do Ponto, e à esquerda um dos novos prédios de comércio da cidade.....	107
Figura 63 - Primeira camada de asfalto na Avenida Adolfo Konder (1985).....	108
Figura 64 - Vista do mirante localizado na SC-110 no acesso à Cidade de Urubici. Em primeiro plano, a cidade onde se destaca a Igreja Matriz.	109
Figura 65 - Evolução Urbana de Urubici.	110
Figura 66 - Evolução Urbana de Urubici.	111
Figura 67 - Mapa de Macrozoneamento de Urubici.	114
Figura 68 - Mapa de Zoneamento de Urubici.....	116
Figura 69 - Cheios e vazios Santa Terezinha.....	120
Figura 70 - Cheios e vazios.....	121
Figura 71 - Cheios e vazios.....	122
Figura 72 - Cheios e vazios.....	122
Figura 73 - Cheios e vazios.....	123
Figura 74 – Uso e ocupação do solo.....	125
Figura 75 – Uso e ocupação do solo.....	125

Figura 76– Uso e ocupação do solo.....	126
Figura 77 – Uso e ocupação do solo.....	126
Figura 78 – Uso e ocupação do solo.....	127
Figura 79 – Trecho das ruas elencadas para análise de recuos.....	130
Figura 80 – Trecho das ruas elencadas para análise de recuos.....	131
Figura 81 - Pousada no Distrito de Águas Brancas, Urubici.	132
Figura 82 – Chalé em construção no Distrito de Águas Brancas, Urubici.	132
Figura 83 – Centro de educação infantil em Águas Brancas, Urubici.	133
Figura 84 – Edificações nos entornos da SC-110, Urubici.....	133
Figura 85 - Recuos da Rua José Rabelo Flores.....	134
Figura 86 - Número de pavimentos, Distrito de Águas Brancas.....	135
Figura 87 – Volumetria de Águas Brancas 1.....	135
Figura 88 – Volumetria Águas Brancas 2.....	136
Figura 89 – Volumetria Águas Brancas 3.....	136
Figura 90 – Parque de exposições Manoel Prá (CTG) na SC-110, Urubici.	137
Figura 91 - Número de pavimentos entre o Distrito de Águas Brancas e a Esquina.	138
Figura 92 – Volumetria entre o Distrito de Águas Brancas e a Esquina 1.....	138
Figura 93 - Volumetria entre o Distrito de Águas Brancas e a Esquina 2.....	139
Figura 94 - Avenida Adolfo Konder (SC-110), Urubici.....	140
Figura 95 - Rua Carlos H. Jonson, Urubici.....	140
Figura 96 – Cruzamento entre Avenida Rodolfo Anderman (SC-370) e Avenida Prefeito Natal Zilli/ Avenida Adolfo Konder (SC-110), Urubici.....	141
Figura 97 - Avenida Prefeito Natal Zilli (SC-110), Urubici.	141
Figura 98 - Avenida Felicíssimo Rodrigues Sobrinho, Urubici.....	142
Figura 99 - Rua Rodolfo Anderman.....	142
Figura 100 – Rua Dilvo Cezar Ghizoni.....	143
Figura 101 – Avenida Prefeito Natal Zilli.	144
Figura 102 – Rua Rodolfo Anderman.....	145
Figura 103 – Rua Alvina Kalnin.....	146
Figura 104 - Número de pavimentos nas localidades da Esquina, Traçado e parte da Praça.....	147
Figura 105 – Volumetria das localidades da Esquina, Traçado e parte da Praça. ...	147
Figura 106 – Volumetria das localidades da Esquina e Traçado.....	148
Figura 107 - Avenida Adolfo Konder (SC-110), Urubici.....	148

Figura 108 - Avenida Antônio Francisco Ghizoni, Urubici.	149
Figura 109 - Avenida Adolfo Konder.	150
Figura 110 - Avenida Antônio Francisco Ghizoni.	151
Figura 111 - Rua Felicíssimo Rodrigues Sobrinho.	152
Figura 112 – Rua Wilson Wesphal.	153
Figura 113 - Rua Clarismundo I. Custódio, Urubici.	154
Figura 114 - Trecho final da Avenida Adolfo Konder, Urubici.	154
Figura 115 - Avenida Adolfo Konder.	155
Figura 116 - Rua Boanerges Pereira de Medeiros.	156
Figura 117 - Rua Pedro Custódio, Urubici.	156
Figura 118 – Volumetria da Rua Pedro Custódio.	157
Figura 119 - Rua Pedro Custódio.	158
Figura 120 - Número de pavimentos, Praça.	159
Figura 121 – Volumetria da Praça.	159
Figura 122 – Volumetria da Praça.	160
Figura 123 - SC-370, localidade de Santa Terezinha, Urubici.	160
Figura 124 - SC-370, localidade de Santa Terezinha, Urubici.	161
Figura 125 - SC-370, localidade de Santa Terezinha, Urubici.	161
Figura 126 - Pousada na SC-110 sentido São Joaquim na localidade de São Cristóvão, Urubici.	162
Figura 127 - Pousada na localidade dos Rio dos Bugres, Urubici.	162
Figura 128 - Pousada na localidade do Cacimbo, SC-370 (sentido Grão Pará), Urubici.	163
Figura 129 - Pousada na localidade do Riacho, Urubici.	163
Figura 130 - Igreja na localidade da Consolação na SC-370 (sentido ao município de Rio Rufino), Urubici.	164
Figura 131 - Estrutura Fundiária, Distrito de Águas Brancas.	166
Figura 132 - Estrutura fundiária, localidade de Santa Terezinha.	167
Figura 133 - Estrutura fundiária, localidade da Esquina na Sede.	168
Figura 134 - Estrutura fundiária, localidade do Traçado na Sede.	169
Figura 135 - Estrutura fundiária, localidade da Praça na Sede.	170
Figura 136 - Ocupações irregulares e clandestinas de Urubici.	172
Figura 137 – População de Urubici conforme os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010.	174
Figura 138 – Distribuição de população por sexo.	175

Figura 139 - Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade, segundo censo do IBGE 2010.....	176
Figura 140 - IDMS de Urubici de 2012 a 2018.	177
Figura 141 - Histórico do PIB de Urubici.	178
Figura 142 - Representação do PIB per capita de Urubici.	178
Figura 143 - Ocupação da população maior de idade em Urubici.....	180
Figura 144 - Quantidade de pessoas ocupadas assalariadas entre os anos de 2006 a 2017.	181
Figura 145 - Balança Comercial de Urubici entre 2012 e 2018.....	184
Figura 146 - Número de matrículas nas escolas de Urubici entre 2010 a 2018.....	185
Figura 147 - Número de docentes nas escolas de Urubici entre 2010 a 2018.....	187
Figura 148 - Número de escolas de Urubici entre 2010 a 2018.	188
Figura 149 – Instituições de ensino de Urubici.....	190
Figura 150 – Instituições de ensino de Urubici no perímetro urbano da sede.....	191
Figura 151 – Instituições de Saúde de Urubici.	193
Figura 152 - Assistência Social de Urubici.	195
Figura 153 - Segurança pública de Urubici.	196
Figura 154 – Serviços públicos de Urubici.	197
Figura 155 – Lazer e esporte de Urubici.	198
Figura 156 - Localização de registros arqueológicos em Urubici georreferenciado.	203
Figura 157 - Atrativos turísticos de Urubici.....	208
Figura 158 – Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens.....	209
Figura 159 - Gruta Nossa Senhora de Lourdes.....	210
Figura 160 - Inscrições rupestres – Máscara do Guardião.....	211
Figura 161 – Morro Campestre/ Morro da Cruz.....	212
Figura 162 - Morro do Oderdeng.....	212
Figura 163 - Serra do Corvo Branco.	213
Figura 164 - Pedra da Águia.	213
Figura 165 - Rio Sete Quedas.....	215
Figura 166 - Cascata Véu de Noiva.	215
Figura 167 - Cascata do Avencal.	216
Figura 168 - Cachoeira da Neve/Cachoeira das Araucárias.	216
Figura 169 - Cachoeira do Vacariano.....	217
Figura 170 – Locais de hospedagem em Urubici.	220
Figura 171 - Estância Vó Ana.....	221

Figura 172 - Edelweiss Pousada de Montanha.....	221
Figura 173 - Hospedaria Refúgio do Invernador.	222
Figura 174 - Il Rifugio Cabanas.....	222
Figura 175 - Pousada Arco Íris.....	223
Figura 176 - Pousada Boutique Chuá Chuá.....	223
Figura 177 - Pousada das Flores.	224
Figura 178 - Pousada Florescer.....	224
Figura 179 - Fogo Eterno Pousada de Altitude.	225
Figura 180 - Pousada Pica Pau.....	225
Figura 181 - Pousada Refúgio Xaxim.....	226
Figura 182 - Pousada Vale da Neblina.....	226
Figura 183 - Pousada Valle do Avencal.	227
Figura 184 - Urubici Park Hotel.	227
Figura 185 - Manali Bistrô.	229
Figura 186 -Restaurante Château du Valle.....	229
Figura 187 - Restaurante Cascata Véu de Noiva.....	230
Figura 188 - Paradoiro Santo Antônio.....	230
Figura 189 - Panificadora Vó Maris.....	231
Figura 190 - Densidade de moradores por dormitório em Urubici-SC.....	232
Figura 191 – Condição externa dos domicílios de Urubici-SC.	233
Figura 192 - Processo de tratamento ETA.....	234
Figura 193 - Gráfico do número de Ligações elétricas por classe consumidora em 2018.	240
Figura 194 - Mapa do Sistema Viário do Município de Urubici.....	243
Figura 195 - Vias principais (SC-110 e SC-370).	245
Figura 196 - Pontos de congestionamento no município de Urubici.	246
Figura 197 - Localização dos Polos Geradores de Viagens.....	248
Figura 198 - Pontos averiguados <i>in loco</i>	255
Figura 199 – Levantamento de Navegabilidade - Ponto 01.	257
Figura 200 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 01.	257
Figura 201 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 01.	258
Figura 202 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 02.	259
Figura 203 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 02.	259
Figura 204 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 02.	260
Figura 205 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 03.	260

Figura 206 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 03.	261
Figura 207 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 03.	261
Figura 208 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 04.	262
Figura 209 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 04.	262
Figura 210 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 05.	263
Figura 211 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 05.	263
Figura 212 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 06.	264
Figura 213 – Levantamento de Navegabilidade - Ponto 06.	264
Figura 214 - Fotos – Palestra Técnica.	268
Figura 215 – Palestra Técnica.....	269
Figura 216 - Slides da Palestra Técnica – Slide 1 e 2.....	269
Figura 217 - Slides da Palestra Técnica – Slide 3 e 4.....	269
Figura 218 - Slides da Palestra Técnica – Slide 5 e 6.....	270
Figura 219 - Slides da Palestra Técnica – Slide 7 e 8.....	270
Figura 220 - Slides da Palestra Técnica – Slide 9 e 10.....	270
Figura 221 - Slides da Palestra Técnica – Slide 11 e 12.....	271
Figura 222 - Slides da Palestra Técnica – Slide 13 e 14.....	271
Figura 223 - Slides da Palestra Técnica – Slide 15 e 16.....	271
Figura 224 - Slides da Palestra Técnica – Slide 17 e 18.....	272
Figura 225 - Slides da Palestra Técnica – Slide 19 e 20.....	272
Figura 226 - Slides da Palestra Técnica – Slide 21 e 22.....	272
Figura 227 - Slides da Palestra Técnica – Slide 23 e 24.....	273
Figura 228 - Slides da Palestra Técnica – Slide 25 e 26.....	273
Figura 229 - Slides da Palestra Técnica – Slide 27 e 28.....	273
Figura 230 - Slides da Palestra Técnica – Slide 29 e 30.....	274
Figura 231 - Slides da Palestra Técnica – Slide 31 e 32.....	274
Figura 232 - Slides da Palestra Técnica – Slide 33 e 34.....	274
Figura 233 - Slides da Palestra Técnica – Slide 35.....	275
Figura 234 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 1.....	276
Figura 235 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 1.....	276
Figura 236 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 2.0.	277
Figura 237 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 2.0.....	277

Figura 238 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 2.1.	277
Figura 239 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 2.1.....	278
Figura 240 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questões 2.2 e 2.3.	278
Figura 241 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 2.2.....	278
Figura 242 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 2.3.....	279
Figura 243 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 3.	279
Figura 244 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 3.....	279
Figura 245 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 4.	280
Figura 246 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 4.....	280
Figura 247 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 5.	281
Figura 248 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 5.....	281
Figura 249 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 6.	282
Figura 250 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 6.....	282
Figura 251 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 7.	283
Figura 252 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 7.....	283
Figura 253 – Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 8.	284
Figura 254 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 8.....	284
Figura 255 – Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 8.	285
Figura 256 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 8.....	285
Figura 257 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 1 e 2.	287
Figura 258 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 3 e 4.	288

Figura 259 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 5 e 6.	288
Figura 260 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 7 e 8.	288
Figura 261 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 9 e 10.	289
Figura 262 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 11 e 12.	289
Figura 263 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 13 e 14.	289
Figura 264 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 15 e 16.	290
Figura 265 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 17 e 18.	290
Figura 266 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 19 e 20.	290
Figura 267 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 21 e 22.	291
Figura 268 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 23 e 24.	291
Figura 269 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 25 e 26.	291
Figura 270 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 27 e 28.	292
Figura 271 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 29 e 30.	292
Figura 272 – Registros fotográficos da Reunião Comunitária 1.	293
Figura 273 – Registros fotográficos da Reunião Comunitária 1.	293
Figura 274 – Registros fotográficos da Reunião Comunitária 2.	297
Figura 275 – Registros fotográficos da Reunião Comunitária 2.	297
Figura 276 – Registros fotográficos da Reunião Comunitária 3.	301
Figura 277 – Registros fotográficos da Reunião Comunitária 3.	302
Figura 278 - Registros fotográficos da Reunião Comunitária 4.	306
Figura 279 - Registros fotográficos da Reunião Comunitária 4.	306
Figura 280 – Reuniões comunitárias – Eixo econômico e social – Condicionantes.	311
Figura 281– Reuniões comunitárias – Eixo econômico e social – Deficiências.	312
Figura 282– Reuniões comunitárias – Eixo econômico e social – Potencialidades.	313
Figura 283 – Reuniões comunitárias – Eixo estruturação urbana – Condicionantes.	314
Figura 284– Reuniões comunitárias – Eixo estruturação urbana – Deficiências.	315
Figura 285– Reuniões comunitárias – Eixo estruturação urbana – Potencialidades.	316
Figura 286 – Reuniões comunitárias – Eixo mobilidade urbana – Condicionantes.	316
Figura 287 – Reuniões comunitárias – Eixo mobilidade urbana – Deficiências.	317
Figura 288 – Reuniões comunitárias – Eixo mobilidade urbana – Potencialidades.	317
Figura 289 – Reuniões comunitárias – Eixo qualificação ambiental – Condicionantes.	318

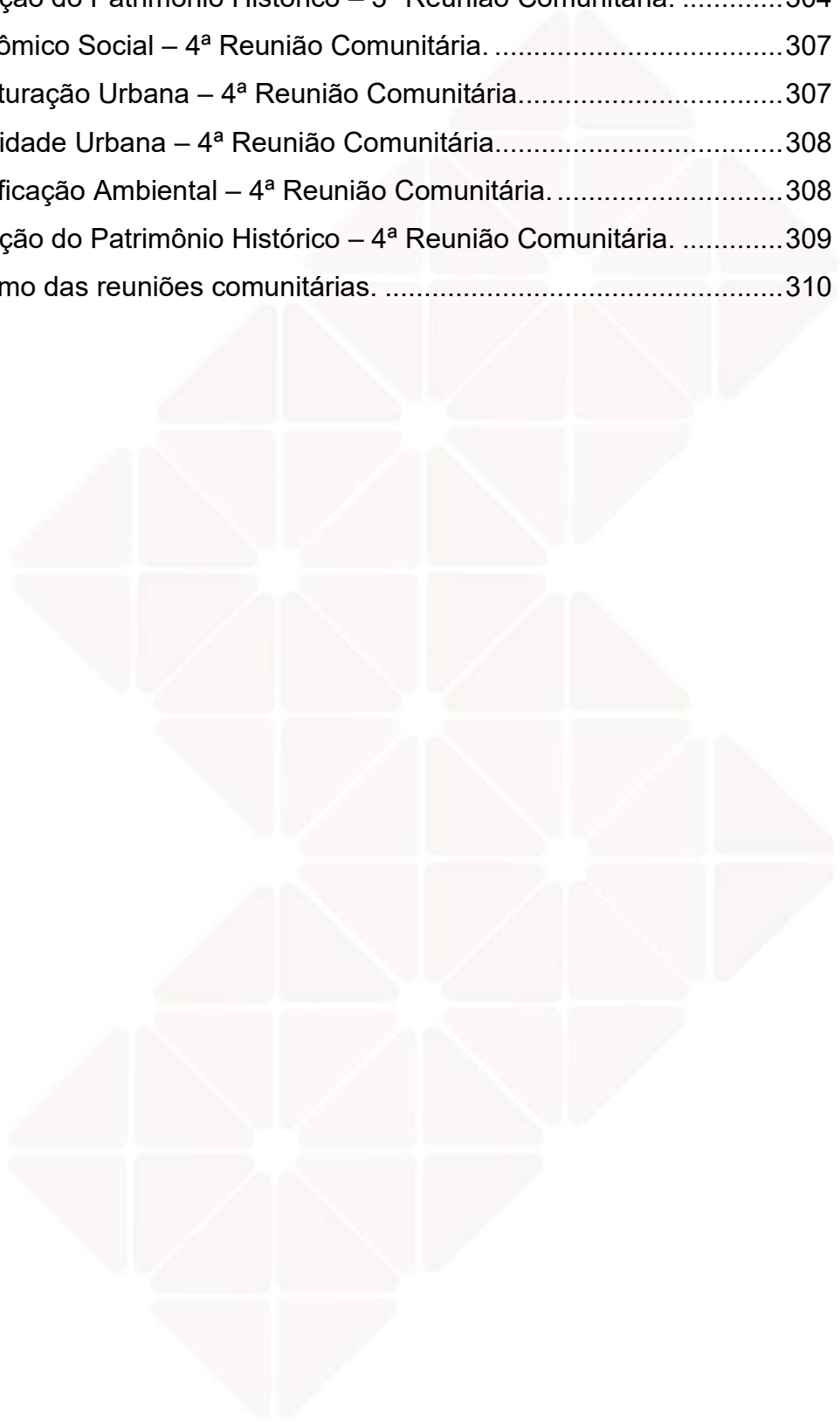
Figura 290 – Reuniões comunitárias – Eixo qualificação ambiental – Deficiências.	318
Figura 291 – Reuniões comunitárias – Eixo qualificação ambiental – Potencialidades.	319
Figura 292 – Reuniões comunitárias – Eixo proteção do patrimônio histórico cultural – Condicionantes.....	320
Figura 293 – Reuniões comunitárias – Eixo proteção do patrimônio histórico cultural – Deficiências.....	320
Figura 294 – Reuniões comunitárias – Eixo proteção do patrimônio histórico cultural – Potencialidades.....	321
Figura 295 - Acesso ao formulário de contribuição por meio do site da Prefeitura Municipal de Urubici.....	322
Figura 296 - Página do site de revisão do Plano Diretor - Acesso ao formulário de contribuição.....	323
Figura 297 - Formulário de leitura comunitária de Urubici.....	323
Figura 298 – Modelo do formulário físico de contribuição – Parte 1.....	324
Figura 299 – Modelo do formulário físico de contribuição – Parte 2.....	325
Figura 300 - Bairro/ Localidade/ Distrito.....	327
Figura 301 – Faixa etária.....	328
Figura 302 - Nível de satisfação na sua cidade.....	329
Figura 303 – Espaços públicos e passeios.....	330
Figura 304 – Imagem questionando a relação de área construída, gabarito e afastamentos.....	330
Figura 305 - Área construída, gabarito e afastamentos.....	331
Figura 306 - Imagem da questão da utilização integral dos passeios para rampas de acessos de veículos.....	331
Figura 307 - Utilização integral dos passeios para rampas de acessos de veículos.	332
Figura 308 – Construção de paredes cegas em divisas de lote.....	332
Figura 309 - Atividades você gostaria que se localizassem próximas a suas residências.....	333
Figura 310 - Itens que deve ser priorizado no município.....	334
Figura 311 – Questão – Quando você pensa da sua cidade, que imagem lhe vem à mente? Por quê?.....	334

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo das características hidrográficas dos principais rios da RH4.	31
Tabela 2 - Resumo das características fisiográficas das bacias principais que compõe a RH4.	31
Tabela 3 -- Uso das águas Região Hidrográfica 4 – Planalto de Lages(m ³ /s).....	35
Tabela 4 - Classificação dos graus de risco para enchentes e inundações.	36
Tabela 5 - Síntese dos setores de risco hierológico alto e muito alto.....	37
Tabela 6 - Levantamento Geomorfológico de Santa Catarina.	46
Tabela 7 - Classificação dos graus de risco para deslizamentos.	54
Tabela 8 - Síntese dos setores de risco geológico alto e muito alto.....	54
Tabela 9 - Parâmetros dendrométricos mensurados nas Unidades Amostrais do IFFSC em Urubici.....	65
Tabela 10 - Relação de aves registradas no município de Urubici.....	75
Tabela 11 - Relação de répteis de ocorrência nos estudos do Plano de Manejo de RPPN de Bom Retiro e de possível ocorrência em Urubici.....	80
Tabela 12 - Velocidade média do vento nos meses de abril e maio de 2019.	88
Tabela 13 - Divisão de Zonas.....	117
Tabela 14 – Tabela 1 da LC n° 1.404/2009 - Tabela dos índices taxas de ocupação.	118
Tabela 15 - Distribuição da população por faixa etária.	175
Tabela 16 - Valor adicionado de Urubici em 2016.....	179
Tabela 17 - Representação dos índices em Urubici entre os anos de 1991 e 2010.	180
Tabela 18 - Lavouras temporárias- quantidade produzida, área plantada e valor da produção no município de Urubici em 2018.	181
Tabela 19 - Lavouras permanentes - quantidade produzida, área plantada e valor da produção no município de Urubici em 2018.	182
Tabela 20 - Efetivo do rebanho no município de Urubici em 2017.....	182
Tabela 21 - Produção de origem animal no município de Urubici em 2017.	183
Tabela 22 - Silvicultura no município de Urubici em 2017.....	183
Tabela 23 – Extração vegetal no município de Urubici em 2017.....	183
Tabela 24 - Número de matrículas nas escolas públicas e privadas de Urubici entre 2010 a 2018.	186

Tabela 25 - Número de docentes nas escolas públicas e privadas de Urubici entre 2010 a 2018.	188
Tabela 26 - Número de escolas públicas e privadas de Urubici em 2010 a 2018. ...	189
Tabela 27 - Escolas de pertencentes a rede municipal de ensino em 2019.	189
Tabela 28 – Unidades Básicas de Saúde de Urubici no ano de 2019.....	192
Tabela 29 - Estabelecimentos de saúde no município de Urubici.	193
Tabela 30 - Serviços de assistência social de Urubici no ano de 2019.	194
Tabela 31 - Eventos de Urubici.	200
Tabela 32 – Dados dos registros arqueológicos de Urubici georreferenciado.	203
Tabela 33 - Abastecimento de água no município de Urubici de acordo com o SNIS.	234
Tabela 34 - Tipo de esgotamento sanitário existente em Urubici.....	235
Tabela 35 - Disposição final do esgoto doméstico nos setores de Urubici.....	235
Tabela 36 - Porcentagem de domicílios com tratamento de esgoto através de fossa.	236
Tabela 37 - Destinação de resíduos em Urubici.....	238
Tabela 38 - Ligações elétricas por classe de consumidores em Urubici de 2014-2018.	240
Tabela 39 - Energia distribuída por classe de consumidores em Urubici de janeiro a dezembro de 2018.	241
Tabela 40 - Principais meios de comunicação do município.....	241
Tabela 41 - Transporte Intermunicipal De Urubici.	252
Tabela 42 - Frota de veículos de Urubici no ano de 2018.....	254
Tabela 43 - Medições nos cursos d'água de Urubici.	256
Tabela 44 – Econômico Social – 1ª Reunião Comunitária.	294
Tabela 45 – Estruturação Urbana – 1ª Reunião Comunitária.....	294
Tabela 46 – Mobilidade Urbana – 1ª Reunião Comunitária.....	295
Tabela 47 – Qualificação Ambiental – 1ª Reunião Comunitária.	295
Tabela 48 – Proteção ao Patrimônio Histórico – 1ª Reunião Comunitária.	296
Tabela 49 – Econômico Social – 2ª Reunião Comunitária.	298
Tabela 50 – Estruturação Urbana – 2ª Reunião Comunitária.....	298
Tabela 51 – Mobilidade Urbana – 2ª Reunião Comunitária.....	299
Tabela 52 – Qualificação Ambiental – 2ª Reunião Comunitária.	299
Tabela 53 – Proteção ao Patrimônio Histórico – 2ª Reunião Comunitária.	300
Tabela 54 - Econômico Social – 3ª Reunião Comunitária.....	302

Tabela 55 – Estruturação Urbana -3ª Reunião Comunitária.	303
Tabela 56- Mobilidade Urbana – 3ª Reunião Comunitária.	303
Tabela 57 – Qualificação Ambiental – 3ª Reunião Comunitária.	304
Tabela 58 – Proteção do Patrimônio Histórico – 3ª Reunião Comunitária.	304
Tabela 59 – Econômico Social – 4ª Reunião Comunitária.	307
Tabela 60 – Estruturação Urbana – 4ª Reunião Comunitária.....	307
Tabela 61 – Mobilidade Urbana – 4ª Reunião Comunitária.....	308
Tabela 62 – Qualificação Ambiental – 4ª Reunião Comunitária.	308
Tabela 63 – Proteção do Patrimônio Histórico – 4ª Reunião Comunitária.	309
Tabela 64 – Resumo das reuniões comunitárias.	310



LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - DECRETO N° 2419/2019 – ESTABELECE REGIMENTO GERAL DO REVISÃO PROCESSO DE DO PLANO DIRETOR DE URUBICI	361
APÊNDICE B – ESTABELECE O REGIMENTO INTERNO DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS REGIONAIS DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE URUBICI	367
APÊNDICE C – ATA DA PALESTRA TÉCNICA	370
APÊNDICE D – LISTA PRESENÇA DA PALESTRA TÉCNICA.....	372
APÊNDICE E – EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÕES COMUNITÁRIAS - REVISÃO DO PLANO DIRETOR.....	373
APÊNDICE F – ATA DA 1º REUNIÃO COMUNITÁRIA	374
APÊNDICE G – LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO 1º REUNIÃO COMUNITÁRIA	375
APÊNDICE H – CONVITE PARA A 1º REUNIÃO COMUNITÁRIA.....	377
APÊNDICE I – ATA DA 2º REUNIÃO COMUNITÁRIA	378
APÊNDICE J – LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO 2º COMUNITÁRIA	380
APÊNDICE K – CONVITE PARA A 2º REUNIÃO COMUNITÁRIA	382
APÊNDICE L – ATA DA 3º REUNIÃO COMUNITÁRIA	383
APÊNDICE M – LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO 3º COMUNITÁRIA	385
APÊNDICE N– CONVITE PARA A 3º REUNIÃO COMUNITÁRIA.....	387
APÊNDICE O – ATA DA 4º REUNIÃO COMUNITÁRIA.....	388
APÊNDICE P– LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO 4º COMUNITÁRIA	389
APÊNDICE Q - CONVITE PARA A 4º REUNIÃO COMUNITÁRIA	392
APÊNDICE R – QUANDO VOCÊ FALA DA SUA CIDADE, QUE IMAGEM LHE VEM À MENTE? POR QUÊ?	393
APÊNDICE S – CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS PELO FORMULÁRIO	394

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – DECRETO N° 2390/2019 - NOMEIA COMISSÃO TÉCNICA PARA AUXILIAR NO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE URUBICI ...	400
ANEXO B – DIVULGAÇÃO DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS DO PLANO DIRETOR NO SITE DO MUNICÍPIO	401



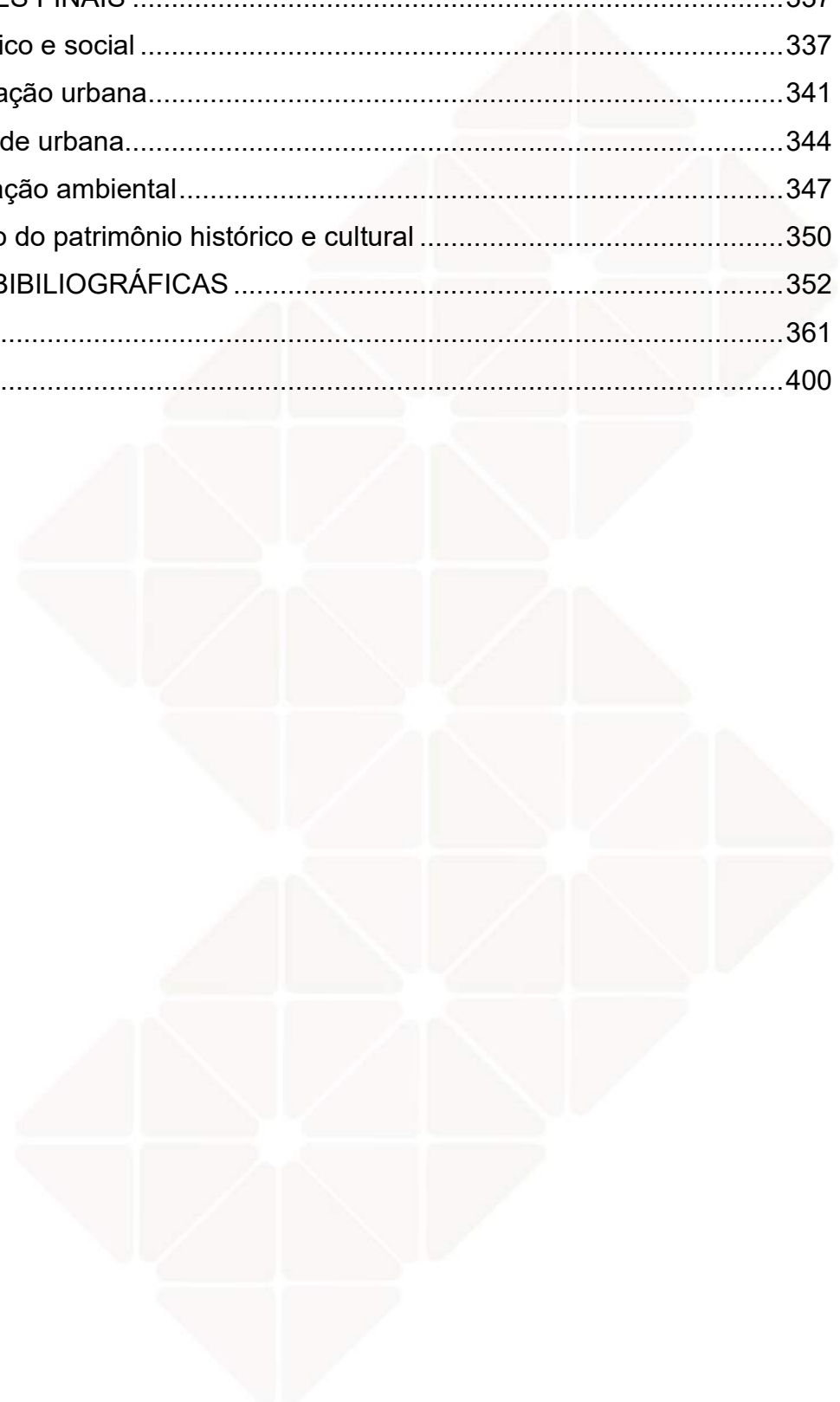
SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	23
CAPITULO I – LEITURA TÉCNICA.....	24
1 HISTÓRICO	25
2 LOCALIZAÇÃO	27
3 AMBIENTE FÍSICO-TERRITORIAL	29
3.1 Condicionantes físico-naturais	29
3.1.1 Hidrografia	29
3.1.1.1 Bacias hidrográficas e hidrografia principal.....	29
3.1.1.2 Trechos drenantes	33
3.1.1.3 Divisores de água.....	34
3.1.1.4 Fontes hidrominerais.....	34
3.1.1.5 Uso atual das águas.....	34
3.1.1.6 Risco hidrológico	35
3.1.2 Geomorfologia	45
3.1.2.1 Declividade.....	47
3.1.2.2 Hipsometria	49
3.1.3 Geologia	50
3.1.3.1 Constituição geológica	50
3.1.3.2 Jazidas minerais.....	52
3.1.3.3 Riscos geológicos	53
3.1.4 Cobertura vegetal	63
3.1.5 Áreas de proteção ambiental	67
3.1.6 Fauna.....	72
3.1.6.1 Anfíbios	73
3.1.6.2 Répteis	74
3.1.6.3 Aves	74
3.1.6.4 Mamíferos	79
3.1.6.5 Ictiofauna.....	80
3.1.7 Clima.....	81
3.1.7.1 Temperatura.....	83
3.1.7.2 Precipitação.....	84
3.1.7.3 Umidade relativa	85
3.1.7.4 Orientação solar	85
3.1.7.5 Ventos	86

3.2	Uso e ocupação do território	88
3.2.1	Evolução urbana	89
3.2.2	Legislação de zoneamento, uso e ocupação do solo	113
3.2.3	Cheios e vazios.....	119
3.2.4	Uso e ocupação do solo	124
3.2.5	Perfil das ocupações.....	129
3.2.6	Estrutura fundiária.....	165
3.2.7	Ocupações irregulares.....	171
4	CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA	174
4.1	População.....	174
4.2	Base econômica.....	176
4.2.1	IDMS	176
4.2.2	PIB e PIB per capita.....	177
4.2.3	Valor adicionado	178
4.2.4	Índice de pobreza, emprego e desemprego	179
4.2.5	Setor econômico	181
4.2.6	Balança comercial.....	183
5	INFRAESTRUTURA SOCIAL E URBANA	185
5.1	Infraestrutura social.....	185
5.1.1	Educação	185
5.1.2	Saúde	192
5.1.3	Assistência social.....	194
5.1.4	Segurança pública	196
5.1.5	Serviços públicos	196
5.1.6	Lazer e Esporte.....	197
5.1.7	Cultura	198
5.1.8	Eventos.....	200
5.1.9	Patrimônio histórico-cultural.....	201
5.1.10	Turismo.....	206
5.1.10.1	Atrativos turísticos	208
5.1.10.2	Hospedagem	218
5.1.10.3	Gastronomia	228
5.2	Infraestrutura urbana.....	231
5.2.1	Habitação.....	232
5.2.2	Saneamento básico	233

5.2.2.1	Abastecimento de água.....	233
5.2.2.2	Esgotamento sanitário.....	235
5.2.2.3	Limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos.....	238
5.2.2.4	Drenagem de águas pluviais.....	239
5.2.3	Energia Elétrica.....	240
5.2.4	Comunicações.....	241
5.2.5	Mobilidade Urbana.....	241
5.2.5.1	Hierarquização Viária.....	242
5.2.5.2	Principais Conflitos no Sistema Viário.....	244
5.2.5.2.1	Vias principais.....	244
5.2.5.2.2	Pontos de congestionamento.....	246
5.2.5.2.3	Principais polos geradores de viagens.....	246
5.2.5.3	Pavimentação das Vias.....	249
5.2.5.4	Acessibilidade.....	249
5.2.5.5	Modalidades de Transporte.....	251
5.2.5.5.1	Pedestres.....	251
5.2.5.5.2	Bicicletas.....	251
5.2.5.5.3	Transporte Público Coletivo.....	252
5.2.5.5.4	Transporte Público Individual – Táxis e Mototáxis.....	253
5.2.5.5.5	Transporte Privado.....	254
5.2.5.6	Navegabilidade dos cursos d'água.....	255
CAPITULO II – LEITURA COMUNITÁRIA.....		265
6	METODOLOGIA.....	266
7	PALESTRA TÉCNICA.....	267
7.1	Questionários.....	275
8	REUNIÃO COMUNITÁRIA.....	286
8.1	Reunião comunitária 1: Campestre, São Francisco, Rio do Engano, Rio Vacarino e Consolação.....	292
8.2	Reunião comunitária 2: Canudo, São José, São Pedro, Rio Cachimbo, Santa Terezinha, Campestre II, Santo Antônio, Rio dos Bugres e Invernador.....	296
8.3	Reunião comunitária 3: Esquina, Fetti, Jardim Verde Vale e Distrito de Águas Brancas.....	301
8.4	Reunião comunitária 4: Riacho, Baiano, Brasília, Centro, São Cristóvão, Mundo Novo, Xaxim, Cambuim, Jararaca, Taipinha, Bom Sucesso, Vacas Gordas, Rio Crioulas, Lageado Liso, Espinilho, Toca Ruim e Santa Bárbara.....	305

8.5	Considerações das reuniões comunitárias	310
9	FORMULÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (On-line e físico).....	322
10	CONTRIBUIÇÃO POR E-MAIL	336
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	337
10.1	Econômico e social	337
10.2	Estruturação urbana.....	341
10.3	Mobilidade urbana.....	344
10.4	Qualificação ambiental.....	347
10.5	Proteção do patrimônio histórico e cultural	350
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	352
	APÊNDICES.....	361
	ANEXOS	400



APRESENTAÇÃO

A elaboração do presente diagnóstico tem como objetivo oferecer subsídios no processo de instrumentalização das diretrizes do planejamento urbano do município de Urubici, utilizando como base os preceitos estabelecidos pelo Estatuto das Cidades, Lei Federal nº 10.257/2001, Resolução nº 25/2005 e Resolução Recomendada nº 83/2009, ambas do Conselho das Cidades e atinente a revisão do Plano Diretor.

Desta forma, a elaboração do diagnóstico está dividida em duas etapas, sendo a primeira a Leitura Técnica e a segunda a Leitura Comunitária, apresentadas nos Capítulos I e II, respectivamente.

Por meio dessas leituras, são elencadas as condicionantes, potencialidades e deficiências existentes no município. Assim, o diagnóstico da cidade e do território do município dá-se pelo somatório da leitura técnica, realizada pelos técnicos do CINCATARINA através de análises e pesquisas *in loco*, bem como, análise dos materiais fornecidos pela comissão técnica formada pela municipalidade e pela leitura comunitária, construída através do conhecimento espacial/ambiental da população com base no seu dia-a-dia, nas suas experiências e memórias, bem como aplicação e análise de formulários físicos e on-line disponíveis a toda a comunidade.

O diagnóstico visa analisar em amplo aspecto o município de Urubici, considerando que o espaço geográfico utilizado, só tem significado se observado juntamente com a imagem da cidade, seus usos, índices e usuários (população). Assim, revelam-se ações passadas e presentes, constituídas por naturezas diversas, que integram a paisagem construída e trazem vida e significado aos espaços. Por meio, das leituras técnica e comunitária é possível diagnosticar as carências e demandas do município de Urubici em relação a sua atual legislação urbanística e edilícia, bem como as potencialidades encontradas.

Por fim, é possível identificar que muitas das informações apuradas através do levantamento técnico puderam ser validadas através das contribuições da comunidade.

CAPITULO I – LEITURA TÉCNICA

A leitura técnica é parte integrante do processo de revisão da legislação urbanística do município de Urubici, a qual irá apresentar a realidade técnica do município, por meio da análise de dados e informações, socioeconômicas, culturais, ambientais, históricas, de estruturação urbana e de infraestruturas disponíveis. A premissa destes levantamentos e análises de informações são o estabelecimento de subsídios para propostas consistentes para o plano diretor.

Para facilitar o entendimento, este capítulo é composto e organizado pela estrutura a seguir: Histórico, Localização, Ambiente Físico-Territorial, Caracterização Socioeconômica, Infraestrutura Social e Urbana.

1 HISTÓRICO

O município de Urubici está localizado no Vale do Rio Canoas, conhecida como a Terra das Hortaliças, sendo o maior produtor de hortifrutigranjeiros de Santa Catarina (CABANA, 2012).

O território que hoje pertence a Urubici, exhibe a história de diversas civilizações, com sinais registrados por meio de inscrições rupestres há pelo menos 40 séculos comparável às inscrições encontradas em alguns outros pontos do litoral catarinense (URUBICI, 2019).

Os primeiros habitantes da região de Urubici foram os índios, que habitavam principalmente as furnas e afluentes do Rio das Antas, Rio Cachimbo, Rio dos Bugres e o vale do Rio Urubici. As marcas deixadas por eles ainda podem ser encontradas no Morro do Pelado, no Avencal, entre outros pontos do município, que formam 70 sítios arqueológicos na região (HANASHIRO, 2015 apud BURATTO et al., 2013, p. 18).

As primeiras incursões vieram em 1711, quando Dom João V, ordena aos jesuítas que procurem minas de ouro e catequizem os índios até o rio Caçadores. Com tal missão os padres José Mascarenhas e Luís de Albuquerque traçam na região - marcos do Maranhão até Laguna, a considerada "região do ouro". O primeiro marco foi colocado no Morro Pelado (comando indígena), o segundo no Morro da Mala (onde moravam os padres) e o terceiro no Morro do Panelão (onde ficavam as tropas que carregariam o ouro). Os índios, na maioria tupi-guarani, foram catequizados em grupos e já eram remanescentes de outras regiões (URUBICI, 2019).

Neste período de tempo o município, também, era habitado por índios xoclogues, quando os primeiros colonizadores de origem europeia, vindos de Tubarão, São Joaquim e Bom Jesus, chegaram na região. Os novos habitantes logo expulsaram os índios, cujos vestígios ainda podem ser encontrados nas inscrições rupestres espalhadas por todo o território (URUBICI, 2019).

Em 1835, as terras já eram habitadas por pessoas e índios sob o comando de posseiros. Em 1884 é implantada a cruz de Urubici no local onde hoje é a Escola de Educação Básica Araújo Figueiredo, e a vila já possuía aproximadamente vinte e cinco famílias, espalhadas pelo vale. Em 1901, já há registro de olarias, moinhos de água, atafonas¹ (SERRA CATARINENSE, 2019).

¹ Atafonas são moinhos manuais ou movidos por força animal.

No início do século XX, houveram diversas expedições ao território do Município, sendo a primeira, realizada pelos portugueses que iniciaram o cultivo das terras do Vale do Rio Canoas e do Rio Urubici. De 1903 a 1911, imigrantes, agricultores e madeireiros fixam-se na região (URUBICI, 2019; SERRA CATARINENSE, 2019).

Em 1915, instalou-se a primeira vila de Urubici motivada pelo desenvolvimento do povoado, este pertencente a São Joaquim. Já em 1922, pela Lei Municipal nº 158, de 15 de julho, Urubici é elevado à categoria de Distrito de São Joaquim (IBGE, 2019).

Em 1924, sabendo da fertilidade no solo do Vale do Rio Canoas, chegaram à região, imigrantes italianos, alemães e letões, que tornaram, a agricultura e pecuária, as principais atividades econômicas da região (URUBICI, 2019).

Pela Lei Estadual nº 274, de 06 de dezembro de 1956, Urubici foi elevado à categoria de município, com terras desmembradas de São Joaquim. Em 3 de fevereiro de 1957, foi instalado o município (IBGE, 2019).

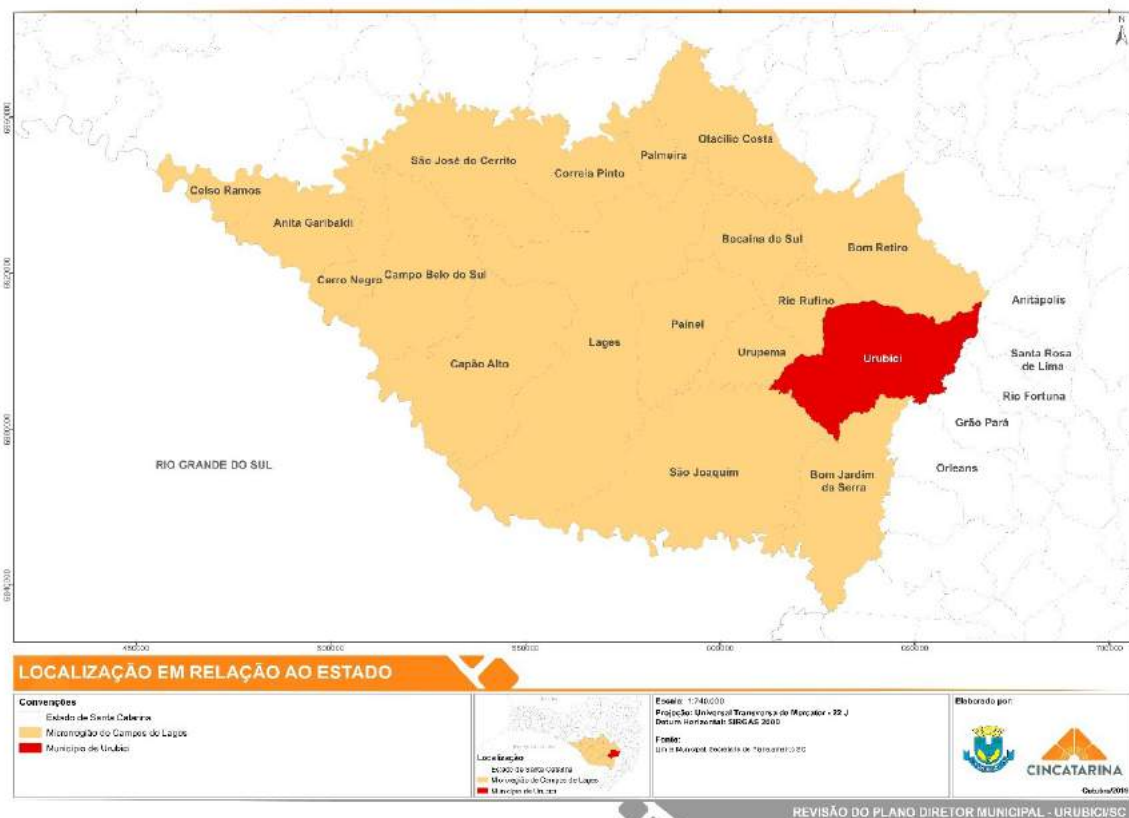
Há algumas versões para a origem do topônimo municipal, dentre elas, destaca-se a versão em que os pioneiros quando lá chegaram constataram a existência de um rio denominado Urubici, sendo mais tarde o topônimo estendido ao município (IBGE, 2019)

Atualmente a população de pouco mais de 10.200 habitantes, é constituída por pessoas descendentes de diferentes grupos étnicos, tais como, luso brasileiros, negros, alemães, italianos e letos.

2 LOCALIZAÇÃO

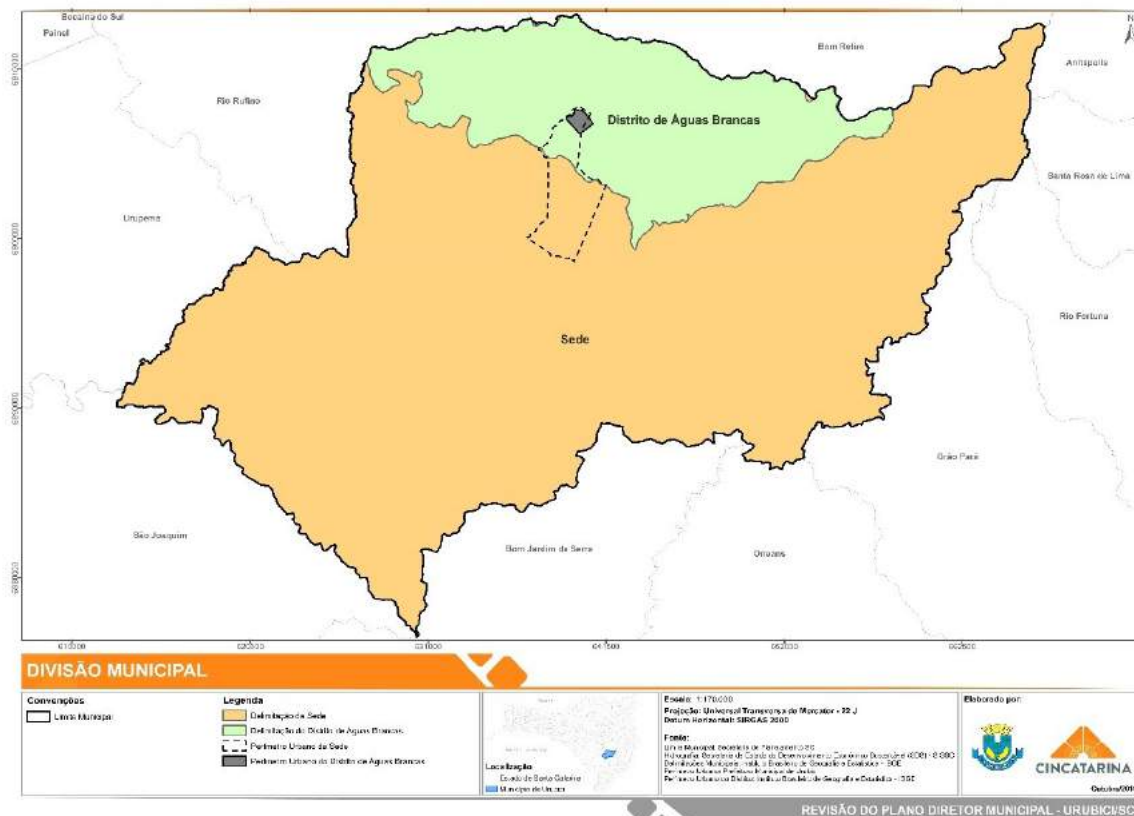
O município de Urubici está inserido no Estado de Santa Catarina, pertencente a Mesorregião Serrana, mais especificamente na Microrregião de Campos de Lages. Os municípios limítrofes de Urubici são: Bom Retiro, Rio Rufino, Urupema, São Joaquim, Bom Jardim da Serra, Orleans, Grão-Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, Anitápolis (Figura 1). Sua área territorial é de 1.020,25 km² (IBGE, 2018). Situando-se a uma distância de 167 Km da capital Florianópolis.

Figura 1 - Mapa de Localização do Município de Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

O município de Urubici é dividido em duas macrorregiões denominadas como: sede e Distrito de Águas Brancas (Criado pela Lei Estadual nº 400, de 19 de maio de 1959). Após a Lei Complementar nº 735, de 28 de setembro de 2001, o perímetro urbano da Sede de Urubici instituiu-se de uma nova delimitação, a qual ocorreu na direção norte do atual perímetro, momento em que, o novo perímetro ficou sobreposto ao Distrito de Águas Brancas (Figura 2).

Figura 2 - Divisão Municipal


Fonte: CINCATARINA (2019).

Os principais acessos à Urubici são pela rodovia SC-110 (antiga SC-430) que corta o município de norte a sul, no trecho norte liga a Serra do Panelão à BR-282 no município de Bom Retiro, e ao sul segue em direção à São Joaquim. Já a SC-370 (antiga SC-439) corta o município de leste à oeste, em direção leste, a rodovia segue até a Serra do Corvo Branco e liga Urubici ao município de Grão Pará e com o litoral sul catarinense e pelo trecho oeste se estende até o município de Rio Rufino.

Urubici possui sete bairros: Centro (Praça), Bairro Santa Catarina (Esquina), Bairro Nossa Senhora de Fátima (Baiano), Bairro Nossa Senhora Aparecida (Riacho), Bairro Fett, Jardim Verde Valle e Traçado. O município, também conta com 22 localidades no interior: Águas Brancas, Bom Sucesso, Cachimbo, Campestre, Canudo, Consolação, Invernador, Jararaca, Lajeado Liso, Pinhal, Rio dos Bugres, Rio Crioulas, Rio do Engano, Rio Vacariano, Santa Terezinha, Santo Antônio, São José, São Cristóvão, São Francisco, São Pedro, Toca Ruim e Vacas Gordas.

3 AMBIENTE FÍSICO-TERRITORIAL

3.1 Condicionantes físico-naturais

As condicionantes físico-naturais são analisadas para compreender as condições ambientais da área em estudo, as quais limitam ou oportunizam sua urbanização, visualizando um diagnóstico da situação atual e das possibilidades futuras. Serão averiguados os atributos físico-naturais do município de Urubici, sendo eles naturalmente existentes ou criados pela ação humana no território, assim como, as condicionantes legais pertinentes a esses atributos.

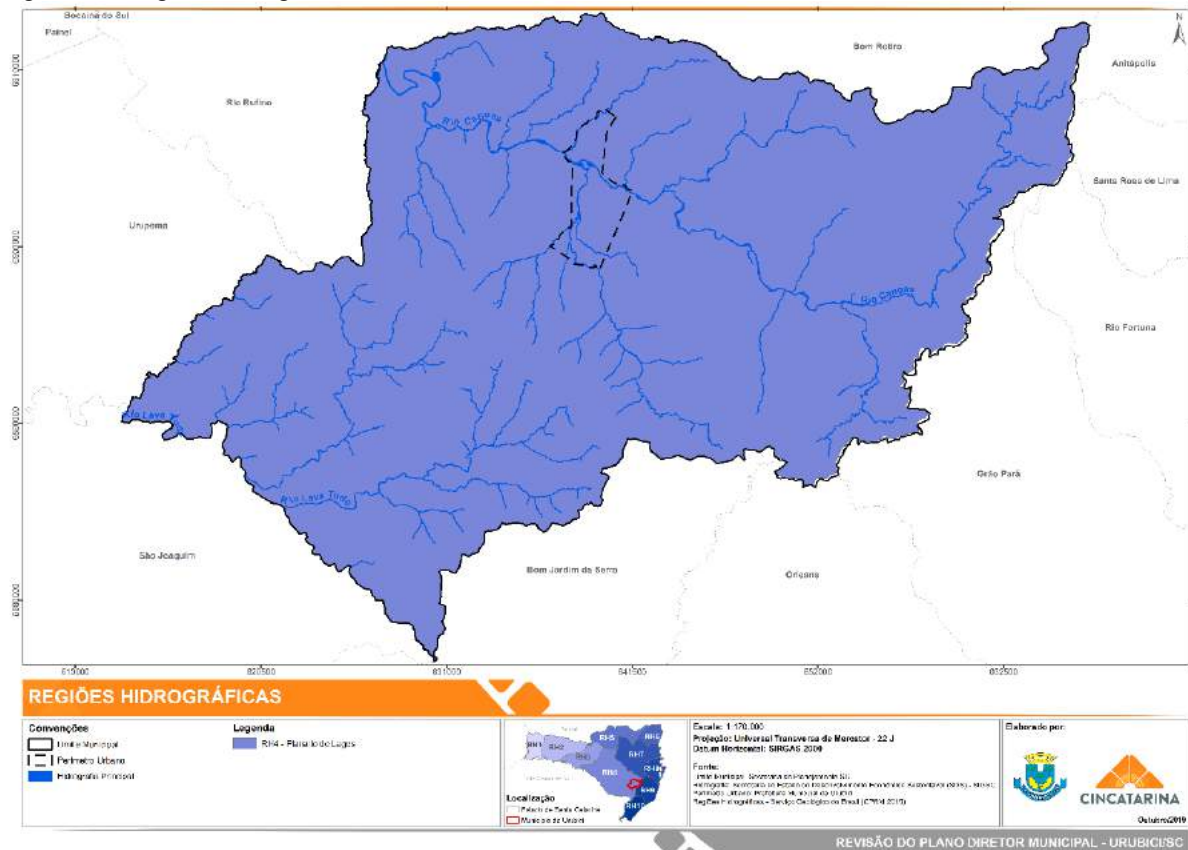
3.1.1 Hidrografia

O estudo da hidrografia tem como objetivo identificar os principais corpos d'água e áreas inundáveis. Sendo a hidrografia uma forte condicionante da ocupação urbana, pois, restringe as áreas a serem parceladas. No contraponto, apresenta-se como uma potencialidade para o desenvolvimento urbano e econômico do município, pois, serve para o abastecimento urbano, industrial e agropastoril, podendo ser explorado turisticamente e ainda utilizado para a navegação de pequeno porte.

3.1.1.1 Bacias hidrográficas e hidrografia principal

A hidrografia do Estado de Santa Catarina foi subdividida em 10 Regiões Hidrográficas (RH) para planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos, de acordo com a Lei Estadual nº 10.949/1998. O município de Urubici, situa-se na região hidrográfica do Planalto de Lages (RH4), dividida por duas bacias hidrográficas, compostas pelos afluentes do Rio Canoas e Rio Pelotas.

A RH4 (Figura 3) é maior região hidrográfica em extensão de Santa Catarina, com área de 22.766 km² e um perímetro de 1.530 km, localizada na porção central de Santa Catarina, fazendo divisa com a RH5 ao norte, o Estado do Rio Grande do Sul ao sul, a RH3 a oeste, e as RH7 e RH9 a leste. Seu sistema de drenagem superficial apresenta 47.034 km de cursos d'água, o que resulta em uma alta densidade de drenagem na região (2,11 km/km²) (PERHSC, 2017).

Figura 3 - Região Hidrográfica 4.


Fonte: CINCATARINA (2019)

Do ponto de vista dos recursos hídricos subterrâneos, encontra-se inserida na unidade hidroestratigráfica da Serra Geral, sob o domínio do Aquífero Serra Geral, com predomínio de zonas aquíferas do tipo fraturadas (PERHSC, 2017).

O Rio Canoas tem como afluentes, entre outros, o rio Correntes e o Caveiras nas margens direita e esquerda, respectivamente. Já o Rio Pelotas serve de limite entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em seu trajeto, recebe a contribuição dos rios Pelotinhas e São Mateus pela margem direita. A partir da união dos rios Canoas e Pelotas forma-se o Rio Uruguai, que segue na direção oeste, delimitando os territórios estaduais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. (PERHSC, 2017)

Com relação ao Rio Canoas, suas nascentes estão localizadas no município de Urubici, na porção nordeste da bacia. Trata-se de um rio muito sinuoso, que possui comprimento de 603 km. O Rio do Pelotas possui suas nascentes nos municípios de Urubici e Bom Jardim da Serra, na porção nordeste e leste da bacia, tendo sua foz no município de Celso Ramos, na junção com o Rio Canoas. Trata-se de um rio muito

sinuoso, com um comprimento de aproximadamente 427 km. Na Tabela 1, são dispostas as características destes cursos d'água. (PERHSC, 2017)

Tabela 1 - Resumo das características hidrográficas dos principais rios da RH4.

CARACTERÍSTICA	BACIA HIDROGRÁFICA	
	AFLUENTES DO RIO CANOAS	AFLUENTES DO RIO PELotas
Nome do rio principal	Canoas ¹	Pelotas ¹
Comprimento do rio principal² (km)	603	427
Comprimento total de cursos d'água (km)	33.850	13.184
Densidade de drenagem (km/km²)	2,27	1,80
Classe	Muito sinuosos	Muito sinuoso

Fonte: PERHSC (2017)

Obs.: ¹ Considerado o rio principal da bacia, no entanto não é de domínio estadual; ² Considerando a distância entre a foz e sua nascente mais distante.

A Tabela 2, apresenta um resumo das características fisiográficas das bacias hidrográficas que compõe a RH4. A Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Canoas ocupa a maior parte da RH4 (aproximadamente 14.907 km² ou 67% da área total da RH4), abrangendo a área total ou parcial de 30 municípios. Já a Bacia Hidrográfica dos Afluentes Rio Pelotas ocupa 33% da área total da RH4 (7.341 km²), abrangendo a área total ou parcial de 11 municípios (PERHSC, 2017).

Tabela 2 - Resumo das características fisiográficas das bacias principais que compõe a RH4.

ÍNDICE	BACIA HIDROGRÁFICA	
	AFLUENTES DO RIO CANOAS	AFLUENTES DO RIO PELotas
Área (km²)	14.907	7.341
Perímetro (km)	1.250	1.188
Comprimento axial bacia (km)	216	211
Largura média (km)	69	35
Altitude máxima (m)	1.816	1.798
Altitude mínima (m)	452	452
Altitude média (m)	954	1.109
Altitude mediana (m)	921	1.084
Declividade máxima (%)	152	99
Declividade média (%)	13	16
Coefficiente de Compacidade (Kc)¹	2,89	3,91
Fator de Forma (Kf)²	0,32	0,16
Índice de Circularidade (Ic)³	0,12	0,07
Razão de Elongação (Re)⁴	0,64	0,46

Fonte: PERHSC (2017)

Obs.: ¹ Relação entre o perímetro da bacia (P) e a circunferência de um círculo de área igual à da bacia (Ac); ² Razão entre a área da bacia (A) e o comprimento axial (L) da mesma; ³ Relação entre a área total da bacia (A) e a área de um círculo de mesmo perímetro (Ac); ⁴ Relação entre o diâmetro do círculo de área igual à área da bacia e o comprimento do eixo da bacia hidrográfica.

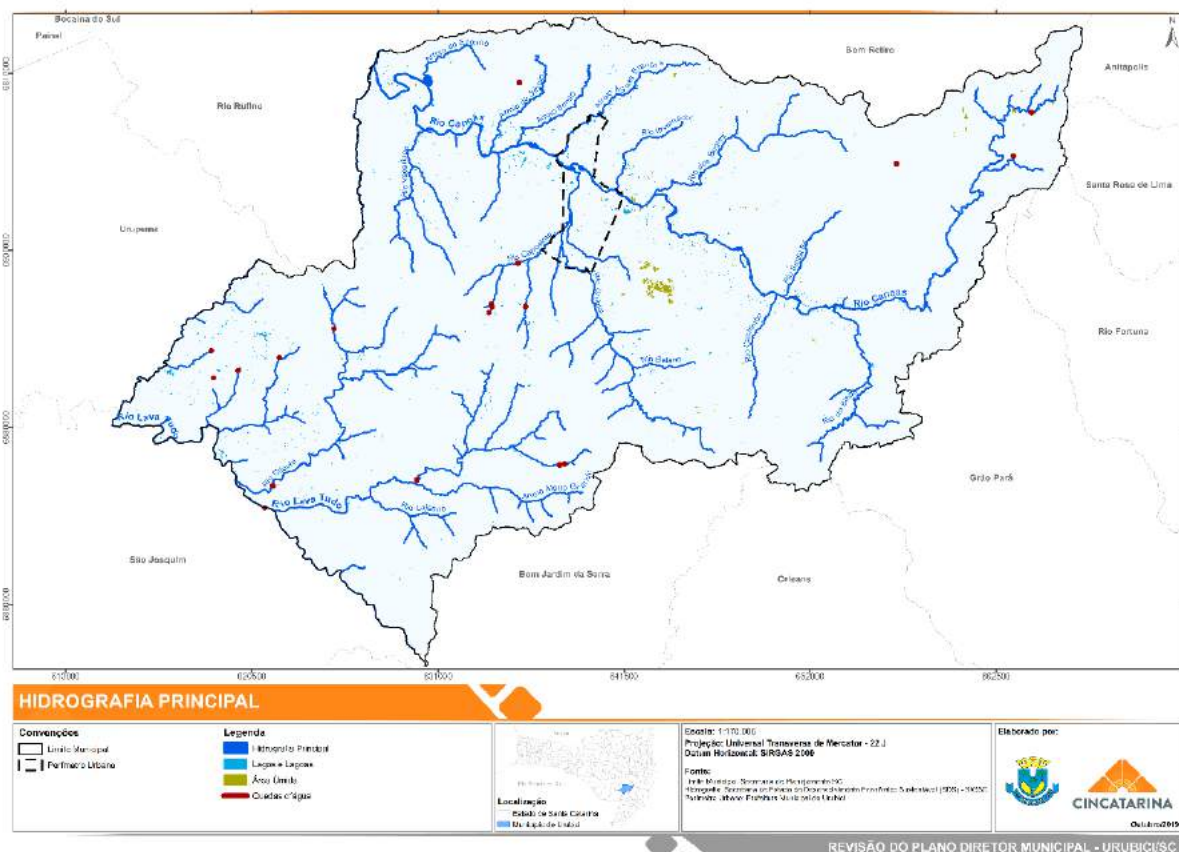
A abrangência de Urubici dentro da RH4, segundo o Plano Estadual de Recursos Hídricos (2017), compreende a área total do município, sendo que 69,23%

da área do município insere-se na bacia dos afluentes do Rio Canoas e os 30,71% restantes na área da bacia dos afluentes do Rio Pelotas.

Em relação às sub-bacias existentes no município de Urubici temos: Arroio Águas Brancas, Arroio do Engano, Arroio do Sérgio, Arroio Bonito, Arroio Morro Grande, Rio Cachimbo, Rio Canoas, Rio do Bispo, Rio Gargantilha, Arroio do Tigre, Rio Lava-tudo, Rio Pericó, Rio Santafé, Rio Vacariano, Rio Augusto Warmeling, Rio Baiano, Rio Capoeiras, Rio Crioula, Rio Invernador, Rio Lajeado, Rio Pessegueiro, Rio Urubici, Rio dos Bugres entre outros.

Na Figura 4 são apontados os principais cursos d'água do município, além das localizações dos lagos e lagoas, áreas úmidas e quedas d'água.

Figura 4 - Hidrografia de Urubici – SC.



Fonte: CINCATARINA (2019)

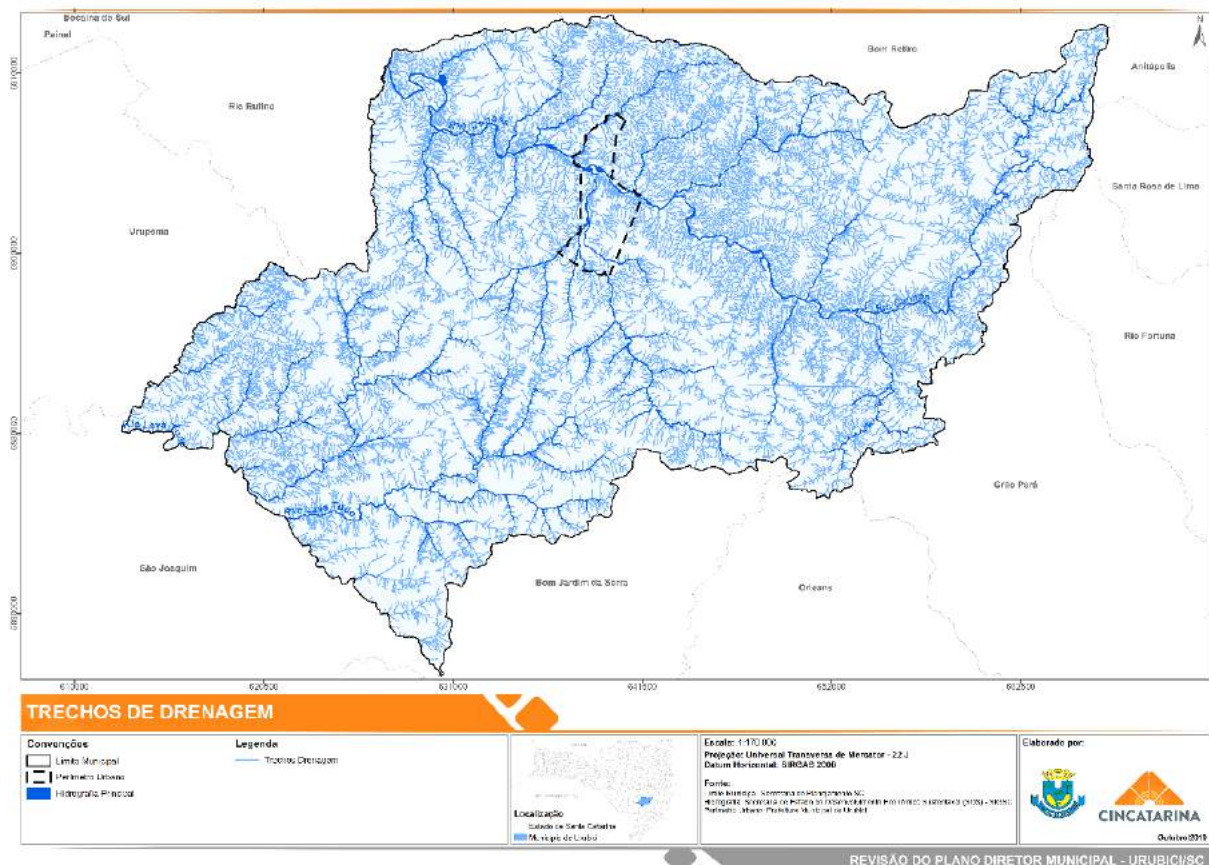
A rede hidrográfica de Urubici é representada principalmente pelo alto curso do Rio Canoas e do Rio Lava-Tudo em conjunto com seus respectivos afluentes, entre eles, o Rio Urubici, um dos rios que cortam a área urbana de cidade, assim como seu afluente, Rio do Riacho. Cabe salientar que, conforme o Levantamento Aerofotogramétrico do Estado de Santa Catarina (SDS, 2012), são registradas 18

quedas d'água dentro dos limites do município (Figura 4), com destaque para Cascata do Caracol e Cascata Vêu de Noiva.

3.1.1.2 Trechos drenantes

Os trechos drenantes, constituem parte das fontes alimentadoras dos cursos d'água das bacias dos afluentes dos rios Canoas e Pelotas. Na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, observamos a composição dos trechos drenantes de Urubici, conforme o Levantamento Aerofotogramétrico do Estado de Santa Catarina (SDS, 2012).

Figura 5 - Trechos de drenagem de Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Observa-se, que grande parte dos trechos drenantes situam-se ao norte do município, nos entornos do Rio Canoas, local das principais nascentes deste rio. Já ao sudoeste, temos a maior concentração de trechos drenantes da bacia dos afluentes do Rio Pelotas. A região central possui a menor disposição de trechos drenantes. Cabe salientar que a instalação de qualquer atividade nas áreas com existência de

cursos deverá respeitar as condicionantes existentes no Código Florestal, Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

3.1.1.3 Divisores de água

Divisores de águas se definem como linhas imaginárias separadoras das águas fluviais. Normalmente entende-se por linha de cumeada, isto é, linha divisora formada por altas montanhas, com grandes cristas, as quais desempenham o papel de divisor de águas.

O principal divisor de águas de Urubici, trata-se de um conjunto de morros e montanhas em sentido transversal noroeste-sudeste, ao centro dos limites territoriais de Urubici. Tal formação, é responsável pela divisão das bacias hidrográficas dos afluentes do Rio Canoas e Rio Pelotas.

3.1.1.4 Fontes hidrominerais

Através de consulta a Agência Nacional de Mineração (ANM), constatou-se a inexistência de fontes água mineral ou águas termais, dentro da abrangência territorial de Urubici. Sendo as informações referentes até outubro de 2018.

Por meio dos registros do Sistema de Informações de Águas Subterrâneas – SIAGAS, até 2019, o município de Urubici possuía um total de oito poços perfurados, nas localidades: Morro da Igreja, Coopervale, Parque de exposição, Pousada Café Mel, Consolação São Francisco, Posto Combustível Ipiranga e Fazenda da Barra.

3.1.1.5 Uso atual das águas

Para compreensão do consumo dos recursos hídricos utilizamos os dados do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina, o qual apresenta uma relação por setores de consumo da região hidrográfica do Planalto de Lages (RH4), a qual o Município de Urubici pertence. Nota-se, um maior consumo proveniente da indústria, seguido da população urbana residente. E em terceiro lugar a vazão retirada para a produção animal.

Tabela 3 -- Uso das águas Região Hidrográfica 4 – Planalto de Lages(m³/s).

USO DAS ÁGUAS NA REGIÃO HIDROGRÁFICA 4 – PLANALTO DE LAGES	
VAZÃO DE RETIRADA	(m³/s)
População Urbana Residente	0,997
População Urbana Flutuante	0,157
População Rural	0,090
Animal	0,507
Industrial	1,664
Aquicultura	0,166
Mineração	0,092
Irrigação	0,257
Total	3,932

Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina (2018)

Além disso, o município possui uma Central Geradora Hidrelétrica no Rio Farrapos de propriedade da Empresa Energética Scardoelli Ltda., localizada na Latitude -27,963611 e Longitude -49,713611, mais especificamente, na divisa com o município de Urupema.

3.1.1.6 Risco hidrológico

O Estatuto da Cidade determina como uma das diretrizes da política urbana a ordenação e controle do uso do solo, de modo a evitar a exposição a riscos de desastres² e torna obrigatória a elaboração do Plano Diretor para os Municípios incluídos no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos³, abarcando a necessidade do mapeamento de áreas de risco.

Segundo a Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, em seu Art. 6º, inciso IV, “compete à União apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no mapeamento das áreas de risco”, com a finalidade de prevenção e consequente redução de perdas sociais e econômicas relacionadas aos desastres.

Tais estudos e mapeamentos, foram desenvolvidos pela Serviço Geológico do Brasil – CPRM, empresa do governo federal ligada ao Ministério de Minas e Energia e Defesa Civil. Os dados resultantes são disponibilizados a todos os

² Art. 2º, VI, “h”, da Lei nº 10.257/01.

³ Art. 41, VI, da Lei nº 10.257/01. Neste caso, o conteúdo do Plano Diretor é também diferenciado (art. 42-A)

interessados por meio eletrônico e nestes documentos são atribuídos formas de mitigação dos riscos elencados.

De acordo como o Ministério das Cidades e Instituto de Pesquisas Tecnológicas (2007), as principais resultantes dos riscos hidrológicos consistem em:

Enchente ou cheia: Elevação temporária do nível d'água em um canal de drenagem devida ao aumento da vazão ou descarga;
Inundação: Processo de extravasamento das águas do canal de drenagem para as áreas marginais (planície de inundação, várzea ou leito maior do rio) quando a enchente atinge cota acima do nível da calha principal do rio;
Alagamento: Acúmulo momentâneo de águas em uma dada área decorrente de deficiência do sistema de drenagem;
Solapamento: Ruptura de taludes marginais do rio por erosão e ação estabilizadora das águas durante ou logo após processos de enchente ou inundação.

Ainda em conformidade ao Ministério das Cidades e Instituto de Pesquisas Tecnológicas (2004 e 2007), a classificação de risco o ocorre em conformidade aos dispostos na Tabela 4, o grau de risco é determinado segundo a existência de alguns indícios, podendo variar de risco baixo (R1) até risco muito alto (R4). Entretanto, por se tratar de uma ação emergencial, somente setores com risco alto (R3) e muito alto (R4) são mapeados em campo. (CPRM, 2018)

Tabela 4 - Classificação dos graus de risco para enchentes e inundações.

GRAU DE RISCO	DESCRIÇÃO
R1 Baixo	Drenagem ou compartimentos de drenagem sujeitos a processos com baixo potencial de causar danos. Baixa frequência de ocorrência (sem registros de ocorrências nos últimos cinco anos).
R2 Médio	Drenagem ou compartimentos de drenagem sujeitos a processos com médio potencial de causar danos. Média frequência de ocorrência (registro de uma ocorrência significativa nos últimos cinco anos).
R3 Alto	Drenagem ou compartimentos de drenagem sujeitos a processos com alto potencial de causar danos. Média frequência de ocorrência (registro de uma ocorrência significativa nos últimos cinco anos) e envolvendo moradias de alta vulnerabilidade.
R4 Muito Alto	Drenagem ou compartimentos de drenagem sujeitos a processos com alto potencial de causar danos. Alta frequência de ocorrência (pelo menos três eventos significativos em cinco anos) e envolvendo moradias com alta vulnerabilidade.

Fontes: Ministério das Cidades e IPT (2004-2007)

Segundo o CRPM (2018), as verificações em campo no município de Urubici, ocorreram entre os dias 07 e 08 de março de 2018, guiadas e acompanhadas pela Defesa Civil do município.

Foram identificados nove setores de risco alto e muito alto, resultantes da reavaliação de riscos, destas, cinco são de risco hidrológico, apresentadas e descritas

na Tabela 5 e Figura 6. Vale ressaltar que as áreas de risco delimitadas se restringiram apenas às regiões habitada. Isso, não significa que as áreas de planície de inundação ou encostas adjacentes à área identificada não sejam suscetíveis a serem atingidas por eventos de inundação ou movimentação de massa.

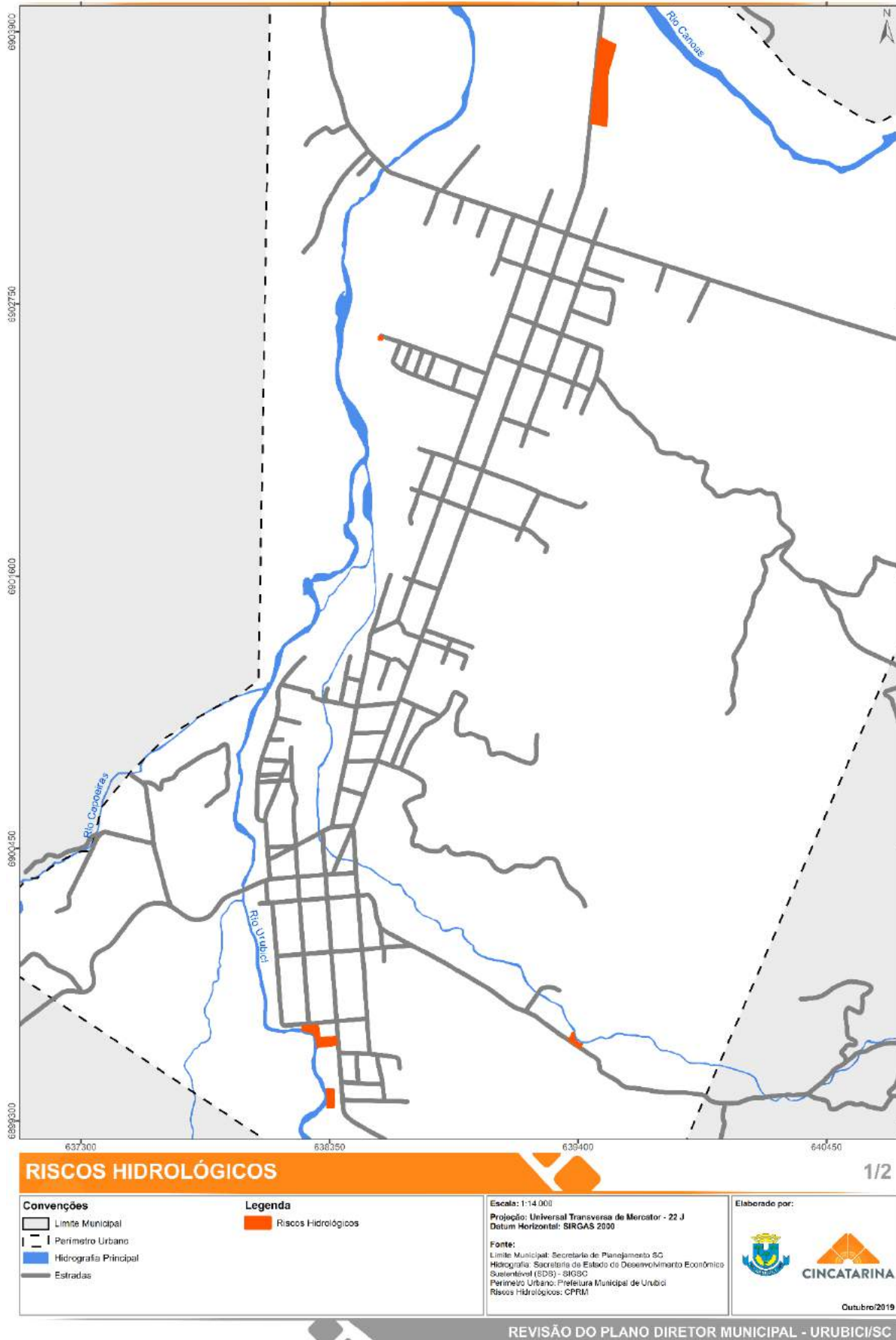
Tabela 5 - Síntese dos setores de risco hierológico alto e muito alto.

BAIRRO OU DISTRITO	VIA	CÓDIGO DO SETOR	TIPOLOGIA	IMÓVEIS ATINGIDOS	NÚMERO DE PESSOAS ATINGIDAS	GRAU DE RISCO
Baiano	Rua Boanerges Pereira de Medeiros	SC_URUBICI_SR_2_CPRM	Erosão de margem fluvial	04	16	Muito Alto
Baiano	Rua Fredolino Westphalen	SC_URUBICI_SR_3_CPRM	Erosão de margem fluvial; inundação	06	24	Muito Alto
Riacho	Rua Pedro Custódio	SC_URUBICI_SR_4_CPRM	Erosão de margem fluvial	03	12	Muito Alto
Verde Vale	Rua Sílvio R. Oliveira	SC_URUBICI_SR_5_CPRM	Inundação	01	04	Alto
Esquina	Avenida Natal Zille	SC_URUBICI_SR_6_CPRM	Inundação	32	128	Alto

Fonte: CPRM (2018)

Obs.: o número de pessoas e moradias é aproximado devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro dos setores.

Figura 6 - Setores de risco de hidrológico.



Fonte: Adaptado de CPRM (2018)

O setor 2 (Figura 7 e Figura 8), localizado na Rua Boanerges Pereira de Medeiros no bairro Baiano, corresponde à erosão de margem fluvial no Rio Urubici. Segundo relato de moradores, o rio avançou 8 metros em 9 anos. Entre as evidências da movimentação na margem do rio estão a presença de árvores inclinadas, trincas no terreno e degrau de abatimento. Vazamentos nos encanamentos e lançamentos de águas servidas diretamente sobre a margem aceleram o processo erosivo. Os lotes se estendem até a margem do rio, e as edificações construídas a poucos metros da margem podem ser atingidos conforme o rio avança em sua margem erosiva (CPRM, 2018).

Figura 7 - Erosão na margem do Rio Urubici avançou 8 metros em 9 anos.



Fonte: CPRM (2018)

Figura 8 - Árvores inclinadas são indícios de instabilidade na margem do rio Urubici. Vazamentos nas tubulações potencializam o processo.



Fonte: CPRM (2018)

O setor 3 (Figura 9 e Figura 10), localizado na Rua Fredolino Westphalen no bairro Baiano, está a jusante do setor 2. Neste setor, o processo identificado é o de erosão na margem leste do Rio Urubici, que avança sobre os lotes, já muito próximo das edificações. Entre as evidências de movimentação, há degraus de abatimento dos pontos rompidos na margem do rio. Um enrocamento de blocos de rocha foi construído na tentativa de conter o avanço da erosão próxima a uma residência. Lançamentos de águas servidas diretamente sobre a margem do rio aceleram a erosão e o lançamento de resíduos para preencher as margens erodidas não estaciona o processo e causa poluição (CPRM, 2018).

Figura 9 - Ponto de ocorrência de erosão de margem fluvial no Rio Urubici.



Fonte: CPRM (2018)

Figura 10 - Lançamento de águas servidas e de entulhos na margem erosiva do Rio Urubici.



Fonte: CPRM (2018)

O setor 4 (Figura 11 e Figura 12), na Rua Pedro Custódio, no bairro Riacho, às margens do Rio do Riacho. O processo verificado neste setor é a erosão de margem fluvial que avança sobre residências localizadas muito próximas ao leito. Há presença de árvores inclinadas, trincas no terreno e degraus de abatimento, que são evidências

da movimentação do solo. Vazamentos nos encanamentos e lançamentos de águas servidas diretamente sobre a margem aceleram o processo erosivo. Segundo relatos, o rio já avançou mais de 4 m nos últimos anos. Intenso acúmulo de resíduos nos lotes e lançamento de lixo nas margens e no leito do rio (CPRM, 2018).

Figura 11 - Rio do Riacho em ponto de erosão de margem fluvial.



Fonte: CPRM (2018)

Figura 12 - Árvores inclinadas e trincas no terreno na margem do Rio do Riacho com ocorrência de erosão de margem fluvial.



Fonte: CPRM (2018)

O setor 5 (Figura 13 e Figura 14), localizado na Rua Sílvio R. Oliveira, no bairro Verde Vale, engloba uma residência localizada às margens de uma drenagem natural, afluente do Rio Urubici, que é constantemente atingida pela inundação deste rio. O último evento ocorreu em janeiro de 2018 e a água bateu embaixo da casa. A residência apresenta alta vulnerabilidade ao processo e a infraestrutura do setor é precária (CPRM, 2018).

Figura 13 - Residência edificada às margens de córrego atingida por inundação.



Fonte: CPRM (2018)

Figura 14 - Residência com alta vulnerabilidade atingida por inundação.



Fonte: CPRM (2018)

Na Avenida Natal Zille no Bairro Esquina, foi descrito o setor 6 (Figura 15 e Figura 16). Este setor engloba a ocupação na planície de inundação do Rio Canoas, sujeita à inundação sazonal deste rio. Os eventos mais recentes ocorreram em 2010 e 2012, quando a inundação brusca atingiu as edificações mais baixas e a planície foi tomada pela água. Eventos de maiores magnitudes e o avanço da ocupação sobre a planície podem elevar o número de edificações diretamente atingidas (CPRM, 2018).

Figura 15 - Planície de inundação do Rio Canoas.



Fonte: CPRM (2018)

Figura 16 - Ocupação de moderada vulnerabilidade na planície do Rio Canoas, atingida por inundação.



Fonte: CPRM (2018)

Conforme os relatórios do CPRM (2018), a ocupação urbana de Urubici, desenvolve-se sobre a planície de inundação do Rio Urubici, porém, os eventos de inundação não são comuns nestas planícies. Todavia, em algum momento um evento chuvoso extremo combinado a outros fatores pode desencadear uma inundação. Além do mais, o processo mais comum no município é a erosão em margem fluvial, devido a energia dos canais durante as cheias.

3.1.2 Geomorfologia

A geomorfologia é uma condicionante para o planejamento territorial urbano de um Município. O seu estudo, é um importante instrumento para compressão da realidade, pois, determina as áreas propícias para a ocupação urbana e condiciona a tipologia da malha urbana a ser adotada.

As informações constantes nesse item foram propostas pelos técnicos do projeto Radam-Brasil (incorporado ao IBGE) a partir da análise de imagens de radar, visitas a campo e consultas bibliográficas e que constituem a base do levantamento geomorfológica proposta no Atlas de Santa Catarina de 1986 (SANTA CATARINA, 2014). Segundo o referido estudo, os fatos geomorfológicos podem ser ordenados segundo uma taxonomia que permite a divisão e hierarquização do Estado de Santa

Catarina em 4 domínios morfoestruturais, 7 regiões geomorfológicas e 13 unidades geomorfológicas (Tabela 6).

Segundo Embrapa (2004), os domínios morfoestruturais são fatos geomorfológicos derivados de aspectos amplos da geologia, como os elementos geotectônicos, os grandes arranjos estruturais, e, eventualmente, a predominância de uma litologia conspícua. As regiões geomorfológicas se caracterizam por uma divisão regionalmente reconhecida e estão ligadas a fatores climáticos atuais ou passados e/ou a fatores litológicos. As unidades geomorfológicas consistem no arranjo de formas de relevo fisionomicamente semelhantes em seus tipos e modelados.

Tabela 6 - Levantamento Geomorfológico de Santa Catarina.

DOMÍNIO GEOMORFOLÓGICO	REGIÕES	UNIDADES GEOMORFOLÓGICAS
Depósitos sedimentares	<ul style="list-style-type: none"> Planícies Costeiras 	<ul style="list-style-type: none"> Planícies Litorâneas Planície Colúvio Aluvionar
Bacias e Coberturas Sedimentares	<ul style="list-style-type: none"> Planalto das Araucárias 	<ul style="list-style-type: none"> Planalto dos Campos Gerais Planalto Dissecado Rio Iguaçu/Rio Uruguai Patamares da Serra Geral Serra Geral
	<ul style="list-style-type: none"> Depressão do Sudeste Catarinense 	<ul style="list-style-type: none"> Depressão da Zona Carbonífera Catarinense
	<ul style="list-style-type: none"> Planalto Centro Oriental de Santa Catarina 	<ul style="list-style-type: none"> Patamares do Alto Rio Itajaí Planalto de Lages
	<ul style="list-style-type: none"> Patamar Oriental Bacia do Paraná 	<ul style="list-style-type: none"> Patamar de Mafra
Faixa de Dobramentos Remobilizados	<ul style="list-style-type: none"> Escarpas e Reversos da Serra do Mar 	<ul style="list-style-type: none"> Serra do Mar Planalto de São Bento do Sul
Embasamento Estilos Complexos	<ul style="list-style-type: none"> Serras do Leste Catarinense 	<ul style="list-style-type: none"> Serras do Tabuleiro/Itajaí

Fonte: EMBRAPA (2004)

O Município de Urubici está inserido em duas Unidades Geomorfológicas: a Planície Fluvial e o Planalto de Lages.

As Planícies Fluviais são as áreas situadas junto aos rios que, influenciadas pelas cheias, são muito utilizadas para a agricultura. Seu caráter altimétrico é extremamente variado, situando-se entre 30 e 200 metros.

Já o Planalto de Lages se caracteriza por ser um planalto pouco dissecado, com altitudes que variam entre 850 e 900 metros de altitude, que forma um degrau entre os Patamares do Alto Rio Itajaí (mais baixo) e o Planalto dos Campos Gerais (mais alto). Ele é esculpido em rochas sedimentares das Formações Teresina, Serra Alta e principalmente Rio do Rasto, mas também há ocorrência de basaltos a sudeste. Apresenta formas de colinas com topos mais ou menos alongados e encostas suaves.

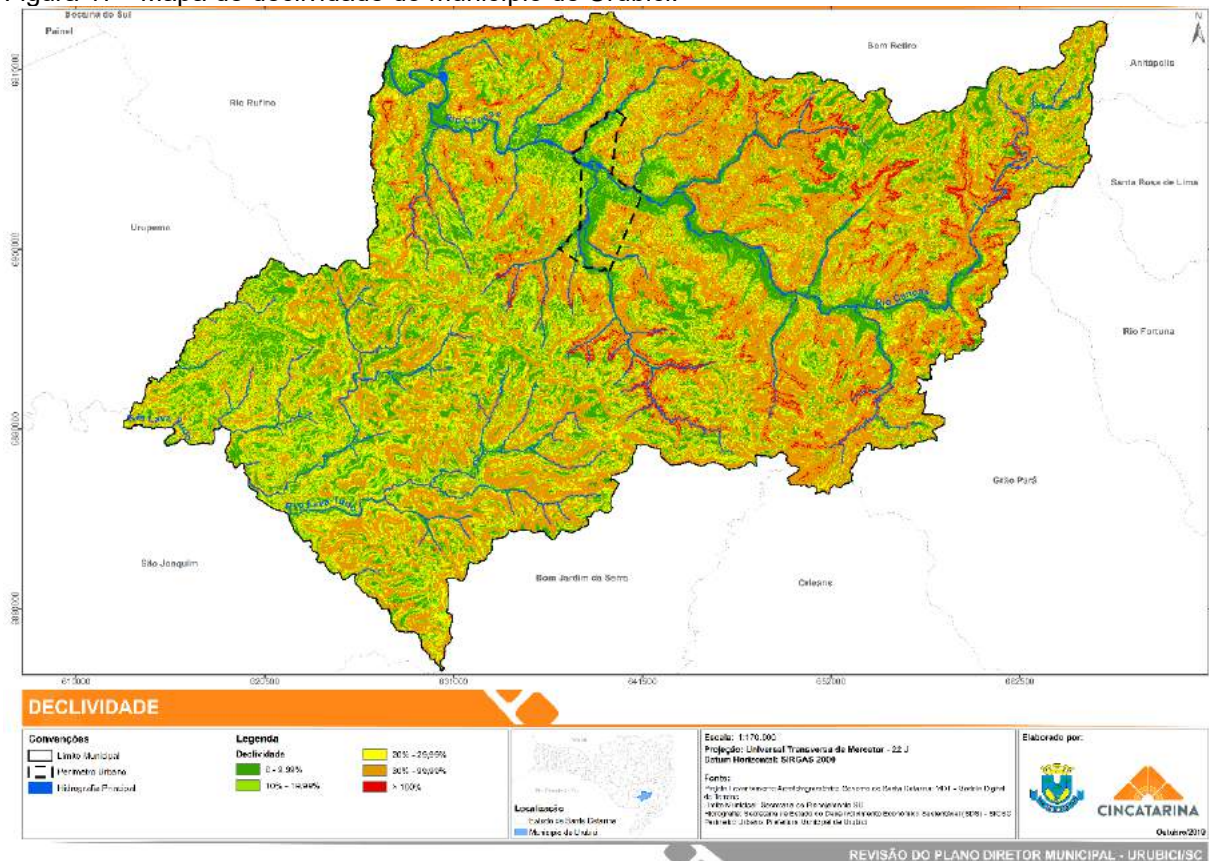
3.1.2.1 Declividade

Através do mapa de declividade apresentado na Figura 17, podemos observar a constituição geomorfológica do Município de Urubici, verificando a constituição de morros, montanhas e demais formações geológicas, tendo assim uma explanação geral das declividades. O fator declividade é de extrema importância para avaliação das restrições e possibilidades de gestão territorial. Os parâmetros de declividade são fixados na legislação como parâmetros que impedem parcelamento para fins urbanos, desmatamento e delimitação de áreas de proteção permanente.

Observamos que a área urbanizada do município encontra-se majoritariamente em declividades entre 0 – 9,99%, porém, ainda dentro do perímetro urbano, no sentido leste, encontramos declividades superiores a 30%, tais áreas não apresentam ocupações ou parcelamentos do solo.

As regiões pertencentes a Bacia Hidrográfica do Rio Canoas, apresentam com maior intensidades declividades superiores a 100% e ao mesmo tempo, apresentam a maior região com declividades inferiores a 9,99%. A região sudoeste, nas proximidades aos municípios de São Joaquim e Urupema, também apresenta vastas áreas com declividades inferiores a 29,99%, conforme pode ser observado na Figura 17.

Figura 17 - Mapa de declividade do município de Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Através do levantamento de declividade, podemos definir quais são as áreas de preservação, definidas pela Lei Federal 12.651, de 25 de maio de 2012, denominado como Código Florestal, a qual indica que terrenos com declividade igual ou maior que 45°, ou seja, 100%, devem ser preservados, dado que áreas com declividades superiores ao referido valor não devem ser urbanizadas, devido à possíveis riscos geológicos.

Encontramos na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre parcelamentos do solo para fins urbanos, impedimento para parcelamentos e/ou ocupações de locais com declividades maiores ou iguais a 30%, salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes, visando garantir a segurança das ocupações urbanas.

A Lei Estadual nº 17.492, de 22 de janeiro de 2018, dispõe sobre a responsabilidade territorial urbana, o parcelamento do solo, e as novas modalidades urbanísticas, para fins urbanos e rurais, a qual, em seu Art. 4º, inciso VIII, traz o mesmo entendimento da legislação federal, acerca de áreas para parcelamento do solo, conforme disposto a seguir:

Art. 4º [...]

VIII – nos terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas as exigências das autoridades competentes.

Parágrafo único. A autoridade licenciadora deve especificar os estudos técnicos a serem apresentados pelo empreendedor, necessários à comprovação do atendimento ao disposto no caput deste artigo.

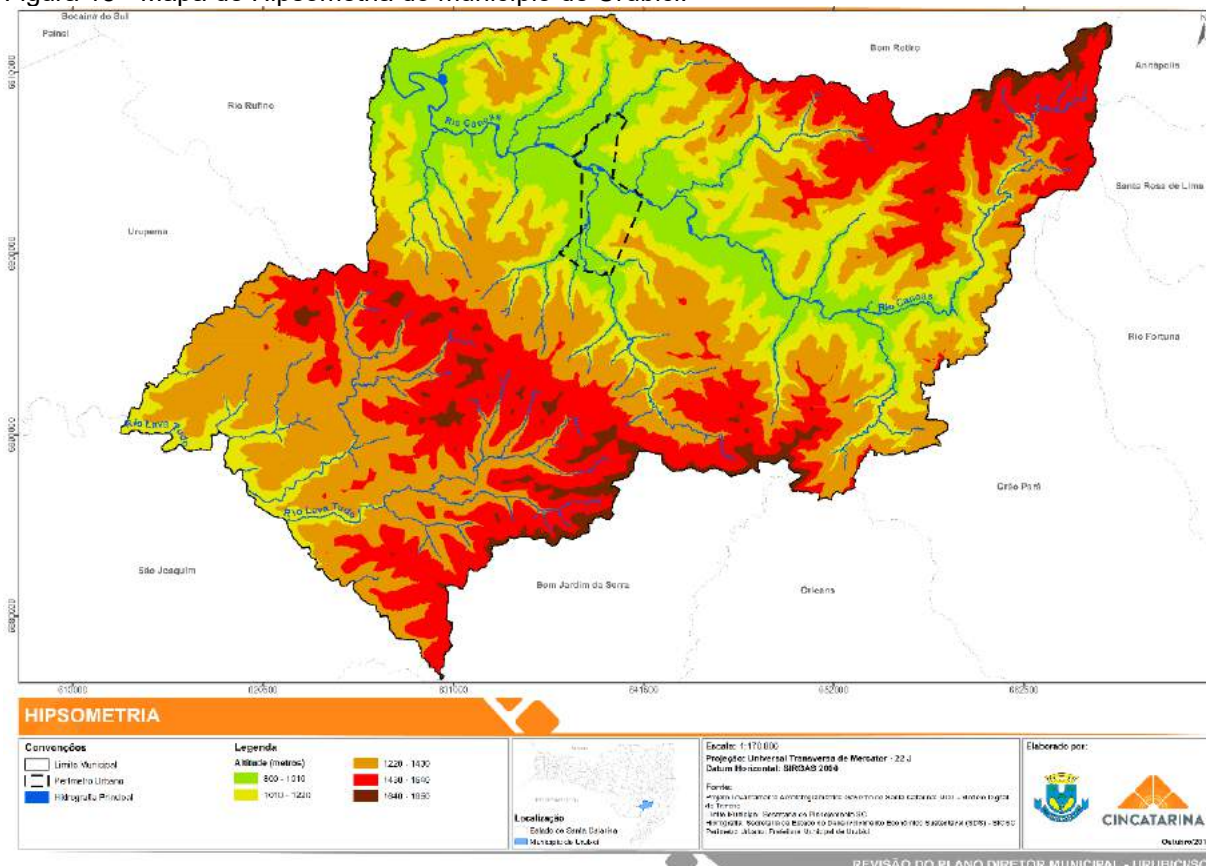
E em âmbito municipal a Lei Complementar nº 1.403, de 23 de dezembro de 2009, que trata do parcelamento de solo urbano do município de Urubici, dispõe em seu Art. 5º, inciso IV, os mesmos consensos da legislação federal e estadual.

Em suma, ao observamos a Figura 17, percebemos que são poucas áreas dentro do perímetro urbano de Urubici que apresentam declividades inadequadas para ocupações e/ou parcelamentos urbanos. É importante frisar que tais áreas devem ser consideradas zonas de proteção ambiental, buscando a segurança das ocupações do proprietário, bem como a preservação das mesmas.

3.1.2.2 Hipsometria

A hipsometria é a representação das elevações de uma determinada área através das cores, as quais possuem uma equivalência com a topografia demonstrada. No planejamento urbano, o cartograma de hipsometria auxilia na definição das áreas passíveis para instalação de novos loteamentos, verificação de zonas que demandam zoneamento especiais, determinação de tipologias construtivas que visem melhor conforto ambiental as edificações futuramente instaladas, além disso, são necessários para análises dos sistemas como abastecimento, tratamento e coleta de esgoto e drenagem pluvial, dentre outros sistemas relacionadas a infraestrutura urbana.

Os locais que apresentam tonalidades mais escuras são equivalentes aos pontos mais altos de Urubici, conforme apresentada nas legendas da Figura 18. Nota-se, que dentro da área de abrangência do município encontramos uma diferença de altitude aproximada de 1.050 metros, sendo as regiões nordeste, sudeste, sul e oeste as que apresentam pontos mais elevados, os quais podem chegar a 1.850 metros de altitude. Em contrapartida, os pontos mais baixos situam-se em uma faixa transversal noroeste-leste, com altitudes que variam de 800 a 1.100 metros de altitude, observando que esta faixa se localiza junto ao prolongamento das margens do Rio Canoas e seus afluentes.

Figura 18 - Mapa de Hipsometria do município de Urubici.


Fonte: CINCATARINA (2019)

3.1.3 Geologia

O estudo da geologia do município é fundamental para o desenvolvimento urbano, pois, determina as áreas que possuem estabilidade suficiente para suportar edificações e as áreas que são geologicamente instáveis e sujeitas a erosão e/ou deslizamentos. Além do mais, ela determina o potencial econômico de extração mineral e a fertilidade do solo do município.

3.1.3.1 Constituição geológica

A geologia presente no município de Urubici abrange rochas oriundas de depósitos aluvionares e rochas características da Bacia do Paraná, que é subdividida nos Grupos Serra Geral e Passa Dois. O primeiro compreende, mais especificamente rochas das Formações: Gramado e Botucatu. Já o segundo grupo envolve rochas das Formações Rio do Rasto e Teresina.

A unidade Serra Geral é uma das maiores manifestações vulcânicas episódicas de caráter básico já registradas; apresentam uma espessura total de até

2.000 m de basalto sobre os sedimentos da Bacia do Paraná, sendo principalmente representadas por derrames de natureza básica e subordinadamente por rochas ácidas. Também ocorreu significativa atividade ígnea intrusiva (representada por sills e diques) associada. Encontra-se em contato concordante e abrupto com os arenitos eólicos subjacentes da Formação Botucatu. É comum, nas porções mais basais da sequência vulcânica, a presença de intertraps deste arenito em meio aos derrames de lava, cuja origem parece estar relacionada a um intervalo de quiescência do vulcanismo (REIS *et al.*, 2014).

A Formação Gramado é formada por derrames basálticos onde predominam formas de lóbulos, melanocráticos cinza; horizontes vesiculares espessos e abundantes onde predominam zeólitas, carbonatos, apofilita e saponita, estruturas de fluxo e pohoehoe; e intercalações frequentes com rochas sedimentares eólicas da Formação Botucatu (WILDNER *et al.*, 2014).

A Formação Botucatu, litologicamente, é constituída por arenitos bimodais, médios a finos, localmente grossos e conglomeráticos, com grãos arredondados ou subarredondados, bem selecionados. Apresentam cor cinza-avermelhado e é frequente a presença de cimento silicoso ou ferruginoso. Constituem expressivo pacote arenoso, com camadas de geometria tabular ou lenticular, espessas, que podem ser acompanhadas por grandes distâncias.

No terço inferior, apresenta finas intercalações de pelitos, sendo comuns interlaminações areia-silte-argila, ocorrendo frequentes variações laterais de fácies.

À medida que se dirige para o terço médio, desaparecem as intercalações pelíticas, predominando espessas camadas de arenitos bimodais, com estratificação acanalada de grande porte, indicando que as condições climáticas se tornavam gradativamente mais áridas, implantando definitivamente um ambiente desértico.

A deposição da Formação Rio do Rasto é atribuída inicialmente a um ambiente marinho raso (supra a infra-maré) que transiciona para depósitos de planície costeira e passando posteriormente à implantação de uma sedimentação flúvio-deltaica. Apresenta contato por discordância erosiva com a Formação Botucatu que lhe é sobrejacente e transicional com a Formação Teresina, que lhe é subjacente.

A Formação Teresina é constituída por argilitos, folhelhos e siltitos cinza-escuros e esverdeados, ritmicamente intercalados com arenitos muito finos, cinza-claros. Quando alterada, esta unidade mostra cores diversificadas em tons cremes, violáceos, bordôs e avermelhados. Comumente apresenta lentes e concreções

carbonáticas, com formas elípticas e dimensões que podem atingir 2 m de comprimento por 80 cm de largura.

As principais estruturas sedimentares encontradas nesta sequência são a laminação "flaser", plano-paralela, ondulada e convoluta, estratificação "hummocky", marcas onduladas e gretas de contração.

As características litológicas e estruturas sedimentares exibidas por esta formação indicam uma deposição em ambiente marinho de águas rasas e agitadas, dominado por ondas e pela ação de marés (infra-maré a supra-maré).

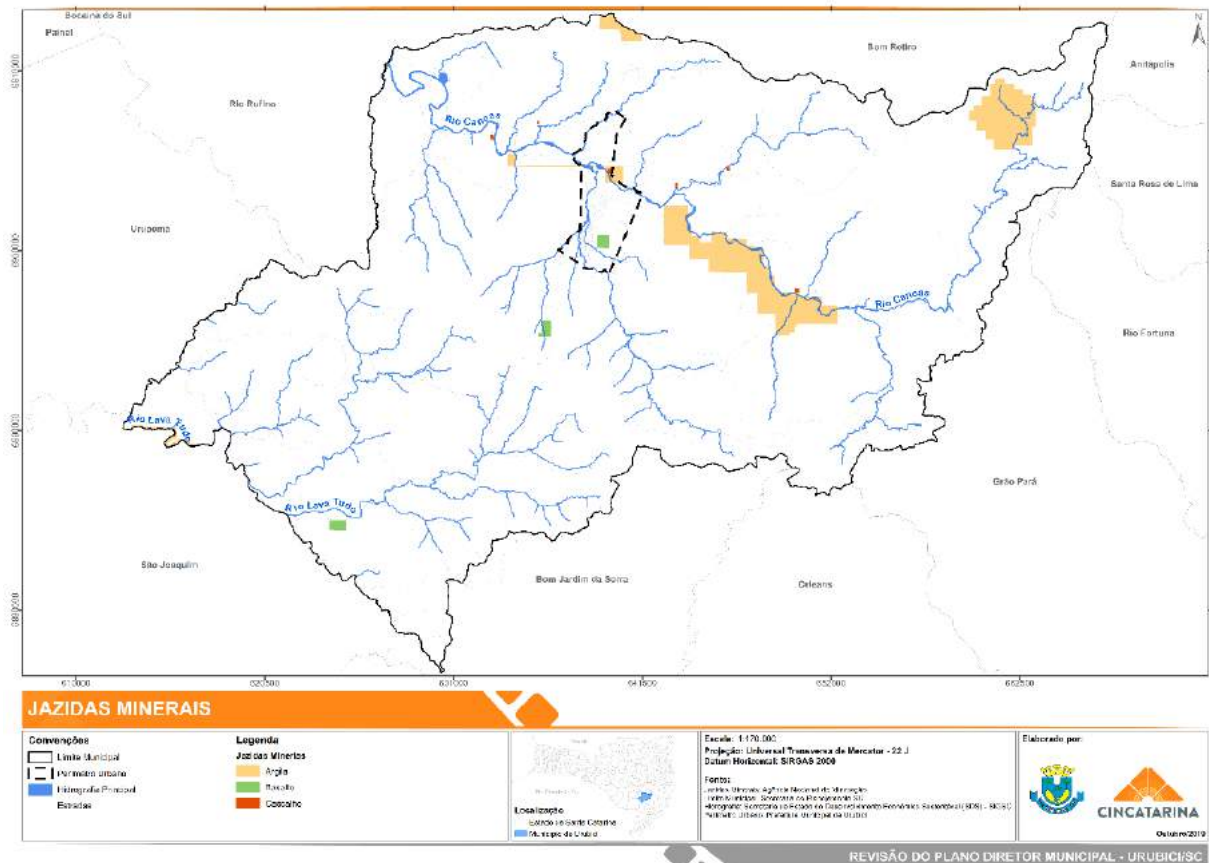
Já os Depósitos Aluvionares foram formados por sedimentação fluvial e são constituídos por areias grossas a finas, cascalheiras e sedimentos siltico-argilosos, em calhas de rios e planícies de inundação.

3.1.3.2 Jazidas minerais

Jazidas minerais são a concentração local de uma ou mais substâncias minerais, que preferencialmente possuam valor econômico, na superfície ou no interior da crosta terrestre, são sempre associadas a concentração de minerais, podendo se referir também a fósseis como carvão e petróleo.

Para o levantamento dos minérios existentes em Urubici foi utilizado os dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), os quais são disponibilizados e atualizados diariamente no SIGMINE e indicam as áreas de processos de mineração.

Encontramos no município alguns pontos com substâncias minerais, sendo elas: basalto, argila e cascalho, usados principalmente na indústria da construção civil. Conforme apresentados na Figura 19.

Figura 19 - Jazidas Minerais em Urubici.


Fonte: CINCATARINA (2019)

3.1.3.3 Riscos geológicos

Risco geológico segundo Ayala Carcedo (1987) pode ser definido como "todo processo, situação ou evento no meio geológico, de origem natural, induzida ou mista, que pode gerar um dano econômico ou social para alguma comunidade, e em cuja previsão, prevenção ou correção há de se empregar critérios geológicos". E conforme o Ministério das Cidades e o IPT (2007), risco é a relação entre a possibilidade de ocorrência de um dado processo ou fenômeno, e a magnitude de danos ou consequência sociais e/ou econômicas sobre um dado elemento, grupo ou comunidade. Quanto maior a vulnerabilidade maior o risco.

A Tabela 7, apresenta a classificação proposta pelo Ministério das Cidades e pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (2004 e 2007) para graus de risco. Porém, somente os setores com risco alto (R3) e muito alto (R4) são mapeados em campo, por se tratar de uma ação emergencial, segundo o CPRM (2018).

Tabela 7 - Classificação dos graus de risco para deslizamentos.

GRAU DE RISCO	DESCRIÇÃO
R1 Baixo	Não há indícios de desenvolvimento de processos destrutivos em encostas e margens de drenagens. Mantidas as condições existentes, não se espera a ocorrência de eventos destrutivos.
R2 Médio	Observa-se a presença de alguma(s) evidência(s) de instabilidade (encostas e margens de drenagens), porém incipiente(s). Mantidas as condições existentes, é reduzida a possibilidade de ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas.
R3 Alto	Observa-se a presença de significativa(s) evidência(s) de instabilidade (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes, etc.). Mantidas as condições existentes, é perfeitamente possível a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas.
R4 Muito Alto	As evidências de instabilidades (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes, trincas em moradias ou em muros de contenção, árvores ou postes inclinados, cicatrizes de escorregamento, feições erosivas, proximidade da moradia em relação ao córrego, etc.) são expressivas e estão presentes em grande número e/ou magnitude. Mantidas as condições existentes, é muito provável

Fontes: Ministério das Cidades e IPT (2004-2007)

Para o levantamento das áreas de riscos geológicos, foram utilizados os dados levantados pelo CRPM (2018), cujas verificações em campo ocorreram entre os dias 07 e 08 de março de 2018, com auxílio da Defesa Civil do município.

Dos nove setores de alto e muito alto risco (Figura 20) resultantes da reavaliação dos setores de risco da área urbana do município de Urubici (SC), quatro são de risco geológico, dispostos na Tabela 8. Vale ressaltar, que os polígonos determinados nos levantamentos do CPRM, englobam apenas as áreas habitadas que estejam submetidas aos riscos geológicos.

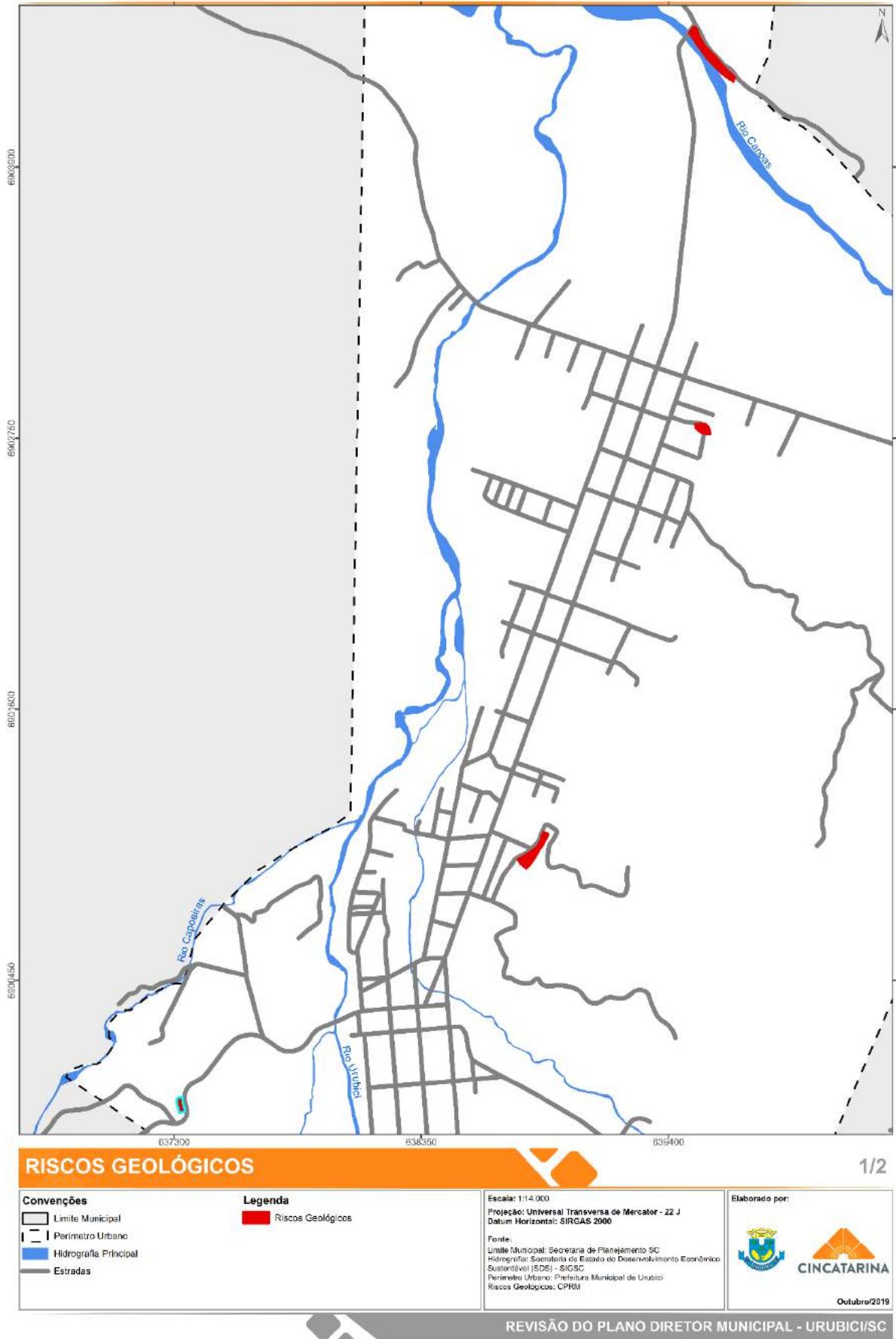
Tabela 8 - Síntese dos setores de risco geológico alto e muito alto.

BAIRRO OU DISTRITO	VIA	CÓDIGO DO SETOR	TIPOLOGIA	IMÓVEIS ATINGIDOS	NÚMERO DE PESSOAS ATINGIDAS	GRAU DE RISCO
Brasília	SC-110	SC_URUBICI_SR_1_CPRM	Deslizamento	06	24	Alto
Esquina	"Cascalheira"	SC_URUBICI_SR_7_CPRM	Deslizamento	28	112	Alto
Centro	Rua Carlos Karklin	SC_URUBICI_SR_8_CPRM	Deslizamento	02	08	Muito Alto
Traçado	Rua Eriovaldo de Souza	SC_URUBICI_SR_9_CPRM	Deslizamento	12	48	Alto

Fonte: CPRM (2018)

Obs.: o número de pessoas e moradias é aproximado devendo a Defesa Civil realizar a contagem exata dentro dos setores.

Figura 20 - Setores de risco geológico.



Fonte: Adaptado de CPRM (2018)

O setor 1 (Figura 21 e Figura 22), localizado às margens da Rodovia SC-110, é decorrente da ocupação irregular na área de domínio da rodovia. As residências foram edificadas na encosta de vale, provavelmente sobre aterro lançado proveniente ainda da construção e pavimentação da rodovia. No entorno deste setor verificou-se uma série de rupturas que indicam a suscetibilidade ao desenvolvimento de movimentos de massa desta área. O tipo de ocupação é irregular, com alta vulnerabilidade ao processo. (CPRM, 2018)

Figura 21 - Ocupação irregular na área de domínio da rodovia com risco de deslizamento.



Fonte: CPRM (2018)

Figura 22 - Tipo de ocupação em área de risco de deslizamento.



Fonte: CPRM (2018)

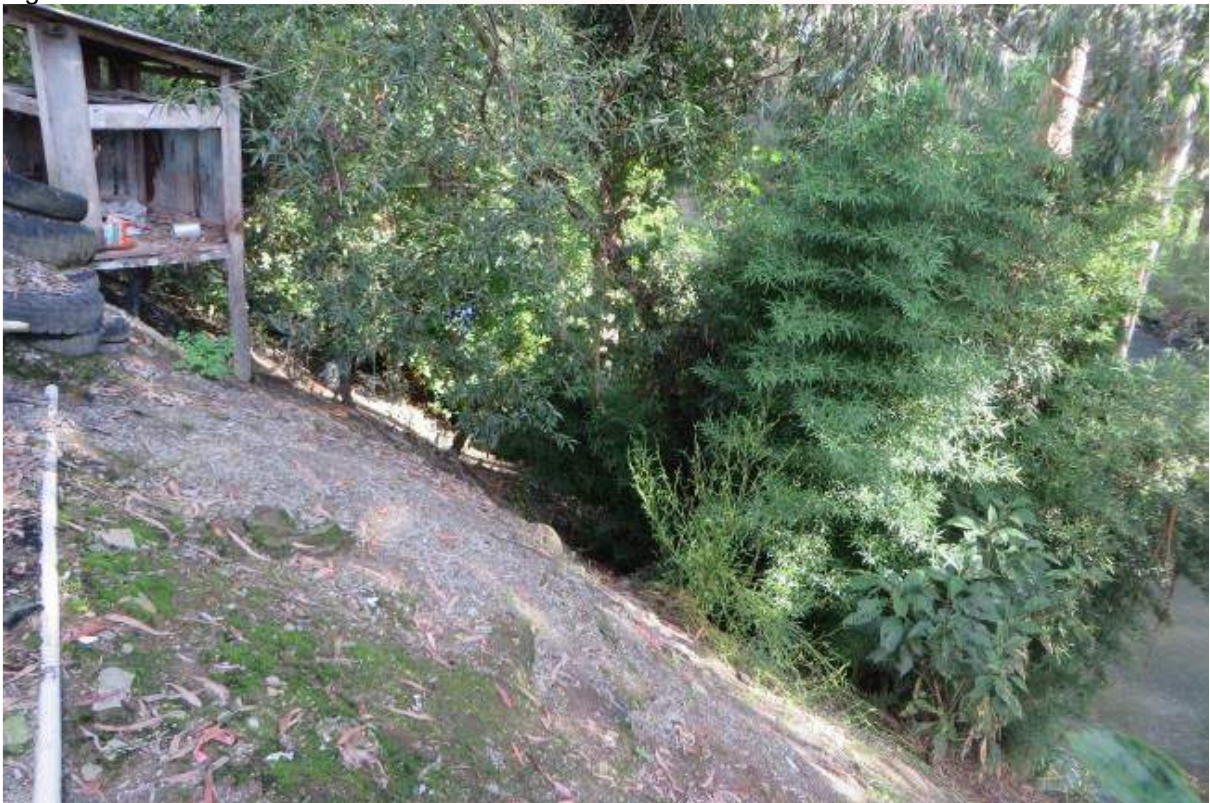
O setor 07 (Figura 23 a Figura 26), localizado no Bairro Cascalheira, compreende uma ocupação de alta vulnerabilidade que se desenvolveu na base da encosta do vale do Rio Canoas. Esta área não chega a ser atingida pela inundação do rio, mas o lançamento de aterro para conformação do lote, associado à declividade da encosta, ao tipo de material que forma a encosta, a dinâmica de subida e descida do nível do rio e a força da água na sua margem podem desencadear movimentos de massa. Existem indícios de movimentação como árvores inclinadas. O lançamento de águas servidas sobre a encosta pela ausência de saneamento, o lançamento de lixo e a própria precariedade das construções colaboram para a potencialização de um evento (CPRM, 2018).

Figura 23 - Tipo de ocupação na margem do Rio Canoas com risco de deslizamento.



Fonte: CPRM (2018)

Figura 24 - Árvores inclinadas na encosta do vale do Rio Canoas.



Fonte: CPRM (2018)

Figura 25 - Lançamento de águas servidas sobre a encosta do rio potencializa o risco de ocorrência de movimentos de massa.



Fonte: CPRM (2018)

Figura 26 - Tipo de ocupação de alta vulnerabilidade no setor de risco 7 que conta ainda com infraestrutura precária.



Fonte: CPRM (2018)

O setor 8 (Figura 27 e Figura 28), engloba duas residências em situação mais críticas. Estas residências, localizadas na Rua Carlos Karklin, foram construídas muito próximas a taludes de corte. Embora o solo seja raso e o volume de material não seja tão grande, há evidências de ruptura no talude de corte. Um evento de maior proporção tem potencial de causar danos às residências (CPRM, 2018).

Figura 27 - Ocupação na base de talude de corte com ocorrência de pequenas rupturas no talude.



Fonte: CPRM (2018)

Figura 28 - Ocupação na base de talude de corte com risco de deslizamento.



Fonte: CPRM (2018)

No setor 9 (Figura 29 e Figura 30), verificou-se uma ocupação na base de encosta, com execução de cortes para conformação de lotes; segundo relato dos moradores, há constante queda de material dos taludes de corte. Na encosta natural, verificou-se o processo de rastejo instalado, com presença de degraus de abatimento. O tipo de ocupação constituída de edificações residenciais de pequeno a médio porte, casas de um a dois pavimentos, predominantemente em alvenaria, com bom padrão construtivo (CPRM, 2018).

Figura 29 - Ocupação urbana na base da encosta.



Fonte: CPRM (2018)

Figura 30 - Processo de rastejo instalado na encosta natural.



Fonte: CPRM (2018)

Além dos pontos apresentados nos setores de risco, foi arguida pelo a equipe técnica do CPRM e Defesa Civil, outros pontos de risco geológico, como no mirante localizado na SC-110 (Figura 31), onde ocorreu um deslizamento na encosta que avança sobre a rodovia e começa a danificar o aterro da estrada. O contínuo avanço da ruptura pode comprometer a estrada. Verificou-se que não há sistema de drenagem neste ponto da via, com a água proveniente do escoamento superficial convergindo para a encosta rompida. Por se tratar de uma área turística, de parada de pessoas para contemplar a paisagem, recomenda-se estudo geotécnico para intervenções estruturais adequadas na área e indicação da área sobre os riscos. (CPRM, 2018)

Figura 31 – Deslizamento no aterro da rodovia (SC-110) em área turística.



Fonte: CPRM (2018)

Em suma, as áreas de risco geológico de Urubici, ocorrem nas encostas, especialmente em virtude das ações humanas e do manejo incorreto do solo, apresentadas nas movimentações de massa, relacionadas a taludes de corte e aterros lançados.

3.1.4 Cobertura vegetal

Cobertura vegetal são tipos ou formas de vegetação de origem natural ou plantada, que integram determinada área ou terreno. Seu levantamento é necessário para indicar as áreas mais favoráveis para a agricultura e a ocupação urbana e determina as áreas que devem ser recuperadas ou preservadas.

O Estado de Santa Catarina é formado pelo Bioma Mata Atlântica, o qual é subdividido em sete Regiões Fitoecológicas (KLEIN, 1978). Dentre as diferentes formações vegetacionais, destacam-se: Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista - FOM, Floresta Estacional Decidual e Campos Naturais, além da existência de Floresta de Faxinais, Floresta Nebular e Litorânea.

Segundo Sevegnani e Schroeder (2013) citam que Reis et al. (2011) listaram para o Estado de Santa Catarina 6.500 espécies de plantas, ao passo que os botânicos Dr. Pe. Raulino Reitz e Dr. Roberto Miguel Klein, na obra Flora Ilustrada Catarinense, descreveram 3.784 espécies pertencentes a 929 gêneros e 159 famílias (SEVEGNANI e SCHROEDER, 2013).

De acordo com o IFFSC (2013) a região fitoecológica da FOM é a maior do Estado, cobrindo originalmente uma área de aproximadamente 42.851,56 km², equivalentes a 44,94% da superfície do Estado de Santa Catarina. Os valores da cobertura florestal remanescente tanto de Santa Catarina, como da área originalmente coberta pela Floresta Ombrófila Mista, variam de acordo com cada mapeamento. Considerando um conjunto de parâmetros estatísticos e os trabalhos de campo do Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina (IFFSC) é possível afirmar que, baseado no mapeamento Atlas 2008 Fundação SOS Mata Atlântica e com probabilidade de 95%, a cobertura florestal remanescente em 2008 na FOM era de 13.741,3 km, equivalente a 24,4% da área original (IFFSC, 2013).

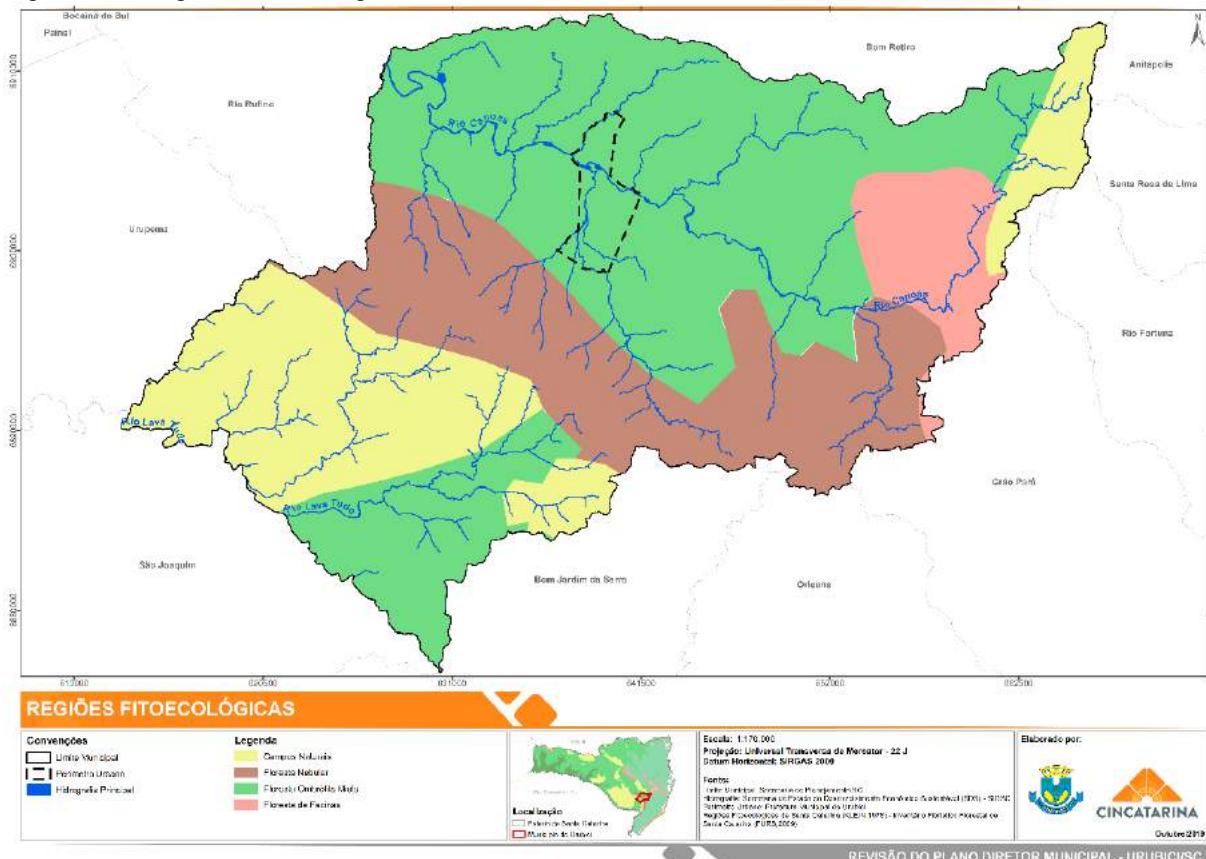
O Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina (IFFSC) identificou 2.341 espécies de plantas vasculares, reunidas em quatro divisões: 26 licopódios, 306 samambaias, 2.006 angiospermas e 3 gimnospermas. Foram registrados 183 famílias e 839 gêneros, sendo as famílias Orchidaceae (225 espécies), Asteraceae (164), Myrtaceae (159) e Fabaceae (113) as com maior número de espécies (GASPER et al., 2012).

Dentre as 2.341 espécies identificadas, 1.900 foram registradas na Floresta Ombrófila Densa, 1.107 na Floresta Ombrófila Mista e 408 na Floresta Estacional

Decidual (GASPER et al., 2012). Em Santa Catarina, pelo menos 438 espécies (pteridófitas) estão registradas (GASPER, 2012; GASPER; SEVEGNANI, 2010).

Conforme especificado na Figura 32, o município de Urubici encontra-se totalmente inserido em 4 regiões, caracterizadas como Campos Naturais, Floresta Nebular, Floresta Ombrófila Mista (FOM) e Floresta de Faxinais.

Figura 32 - Regiões Fitoecológicas de Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

A flora do município foi amostrada pelo Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina, através de sete unidades amostrais, sendo que seis delas foram processadas e a UA 164 foi descartada por estar em uma área considerada “fora-da-floresta”. Das amostras consideradas, a UA 139 foi levantada no município nas coordenadas UTM 629.585 E e 6.883.360 S em uma altitude média de 1475 m, a UA 165 foi levantada nas coordenadas UTM 638.429 E e 6.892.855 S em uma altitude média de 1407 m, a UA 166 foi levantada nas coordenadas UTM 647.551 E e 6.892.704 S em uma altitude média de 1546 m, a UA 167 foi levantada nas coordenadas UTM 656.269 E e 6.892.878 S em uma altitude média de 1139 m, a UA 191 foi levantada nas coordenadas UTM 648.274 E e 6.900.448 S em uma altitude média de 1055 m e a UA 192 foi levantada nas coordenadas UTM 656.140 E e

6.902.649 S em uma altitude média de 1482 m. O resumo das principais informações da unidade considerada está na Tabela 9.

Tabela 9 - Parâmetros dendrométricos mensurados nas Unidades Amostrais do IFFSC em Urubici.

PARÂMETROS QUANTIFICADOS	UNIDADES AMOSTRAIS (UA)					
	139	165	166	167	191	192
Número de Indivíduos	38	467	178	540	292	561
Número de Espécies	7	18	19	30	30	22
Número de Indivíduos por Hectare (ind.ha ⁻¹)	95	1167,5	456,25	1350	730	1487,5
Diâmetro Médio (cm)	21,22	21,14	22,07	24,4	26,5	23,99
Altura Total (m)	5,44	4,97	4,87	4,7	6,52	2,9
Área Basal Total (m ² .ha ⁻¹)	4,12	47,22	24,85	66,3	49,28	75,29
Índice de Shannon (nats.ind ⁻¹)	1,22	1,67	1,98	2,06	1,81	1,19
Índice de Equabilidade	0,63	0,58	0,67	0,61	0,53	0,39

Fonte. Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina – Floresta Ombrófila Mista (2013)

A classificação da Região fitoecológica para a UA 139 foi Floresta Ombrófila Mista Altomontana com características de vegetação secundária em estágio médio, alterado em pequena parte da unidade onde na maior parte não há floresta, mas um banhado, apresentando como espécies de maior valor de importância: Araucária (*Araucaria angustifolia*), Goiaba-serrana (*Acca sellowiana*), Murta (*Blepharocalyx salicifolius*), Pinho-bravo (*Podocarpus lambertii*) e Vassoura (*Baccharis uncinella*), com destaque ainda para as espécies Congonha (*Citronella gongonha*) e Molhe (*Schinus polygamus*) (IFFSC, 2013).

A classificação da Região fitoecológica para a UA 165 foi Floresta Ombrófila Mista, com fisionomia de vegetação secundária em estágio avançado muito alterada, devido à exploração seletiva histórica de espécies, apresentando como espécies de maior valor de importância: Xaxim (*Dicksonia sellowiana*), Casca-de-anta (*Drimys angustifolia*), Carne-de-vaca (*Clethra scabra*), Araucária (*Araucaria angustifolia*) e Canela (*Cinnamomum amoenum*), com destaque ainda para as espécies Bracatinga (*Mimosa scabrella*), Canela-lageana (*Ocotea pulchella*), Pessegueiro-bravo (*Prunus myrtifolia*), Capororoca (*Myrsine coriacea*), Erva-mate (*Ilex paraguariensis*) e Mirtáceas (*Myrceugenia myrcioides*, *M. euosma* e *M. alpigena*) (IFFSC, 2013).

A classificação da Região fitoecológica para a UA 166 foi Floresta Ombrófila Mista, com fisionomia de vegetação secundária em estágio médio alterada, devido à exploração seletiva histórica de espécies, estradas e pastejo, apresentando como espécies de maior valor de importância: Xaxim (*Dicksonia sellowiana*), Bracatinga (*Mimosa scabrella*), Casca-de-anta (*Drimys angustifolia*), Carne-de-vaca (*Clethra uleana*), Araucária (*Araucaria angustifolia*), com destaque ainda para as espécies

Canela (*Cinnamomum amoenum*), Gramimunha (*Weinmannia humilis*), Canela-lageana (*Ocotea pulchella*), Vassourão-branco (*Vernonanthura discolor*), Erva-mate (*Ilex paraguariensis*) e Mirtáceas (*Myrceugenia oxysesala*, *M. myrcioides* e *M. euosma*) (IFFSC, 2013).

A classificação da Região fitoecológica para a UA 167 foi Floresta Ombrófila Mista, com fisionomia de vegetação secundária em estágio avançado alterada, devido à exploração seletiva histórica de espécies e pastejo, apresentando como espécies de maior valor de importância: Xaxim (*Dicksonia sellowiana*), Leiteiro (*Sapium glandulosum*), Carne-de-vaca (*Clethra scabra*), Mamica-de-cadela (*Zanthoxylum rhoifolium*) e Gramimunha (*Weinmannia humilis*), com destaque ainda para as espécies Casca-de-anta (*Drimys angustifolia*), Canela (*Cinnamomum amoenum*), Araucária (*Araucaria angustifolia*), Sucará (*Dasyphyllum* cf. *spinescens*), (*Citharexylum solanaceum*), Canela-lageana (*Ocotea pulchella*), Ingá (*Inga lentiscifolia*), Congenha (*Citronella paniculata*), (*Eugenia handroi*), Caúna (*Ilex microdonta*) e Erva-mate (*Ilex paraguariensis*) (IFFSC, 2013).

A classificação da Região fitoecológica para a UA 191 foi Floresta Ombrófila Mista, com fisionomia de vegetação secundária em estágio avançado, alterada, devido à presença de estradas, pastejo (bovinos e suínos) e exploração seletiva histórica e recente de espécies, apresentando como espécies de maior valor de importância: Xaxim (*Dicksonia sellowiana*), Carne-de-vaca (*Clethra scabra*), Guaperê (*Lamanonia ternata*), Erva-mate (*Ilex paraguariensis*) e Canela (*Cinnamomum amoenum*), com destaque ainda para as espécies Araucária (*Araucaria angustifolia*), Casca-de-anta (*Drimys brasiliensis*), Canela-lageana (*Ocotea pulchella*), (*Persea* sp.), Vassourão-branco (*Piptocarpha angustifolia*), Guaçatunga (*Casearia obliqua*), Gaçatunga (*Casearia decandra*), (*Eugenia handroi*) e Gramimunha (*Weinmannia humilis*) (IFFSC, 2013).

A classificação da Região fitoecológica para a UA 192 foi Floresta Ombrófila Mista, com fisionomia de vegetação secundária em estágio avançado, alterada, devido à presença de estradas e exploração seletiva histórica de espécies, apresentando como espécies de maior valor de importância: Xaxim (*Dicksonia sellowiana*), Casca-de-anta (*Drimys angustifolia*), Carne-de-vaca (*Clethra uleana*), Araucária (*Araucaria angustifolia*) e Bracatinga (*Mimosa scabrella*), com destaque ainda para as espécies Canela (*Cinnamomum amoenum*), Congenha (*Citronella paniculata*), Coração-de-bugre (*Maytenus boaria*), Capororoca (*Myrsine coriacea*),

Gramimunha (*Weinmannia humilis*), Conserva (*Myrceugenia alpigena*) e (*Myrceugenia oxysepala*).

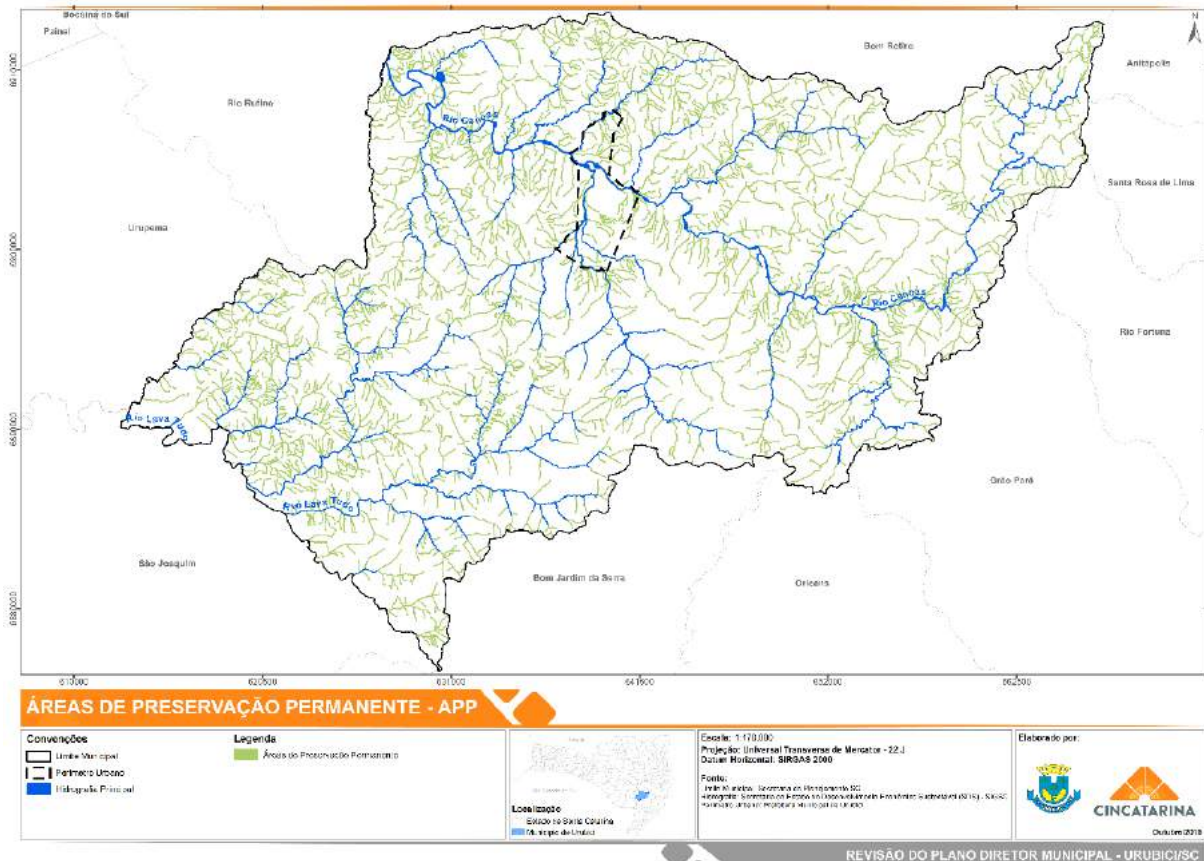
3.1.5 Áreas de proteção ambiental

A Indicação e mapeamento das áreas de APPs, acontece nos termos da Lei Federal n° 12.651/12. As intervenções humanas decorrentes do crescimento das cidades refletem em muitos desequilíbrios, que estão associados desde as várias formas de uso do solo, poluição do ar e supressão da vegetação.

Quando as faixas de APPs são preservadas, essas áreas executam um papel fundamental no equilíbrio geossistêmico das áreas do entorno. Dentre os serviços ambientais que merecem destaque pode-se citar o abastecimento hídrico; o combate às alterações climáticas em diferentes escalas de abrangência; a preservação do patrimônio genético, não só por garantirem a sobrevivência de inúmeras espécies de fauna e flora, mas também por funcionarem como corredor ecológico para o fluxo gênico entre os demais remanescentes de vegetação nativa; e ainda a manutenção da fertilidade e estabilidade dos solos e das nascentes.

Por essas funções, já se percebe que as APPs, em especial as urbanas mostram-se um importante mecanismo de manutenção da qualidade de vida e da minimização de consequências nocivas à sociedade, regulando o microclima e o sistema hidrológico/hidrográfico local. As áreas de APPs de Urubici apresentadas na Figura 33, demonstra a alta incidência de APPs nas regiões noroeste e sudoeste, havendo um contraste com a região centro-leste, onde há menor incidência destas.

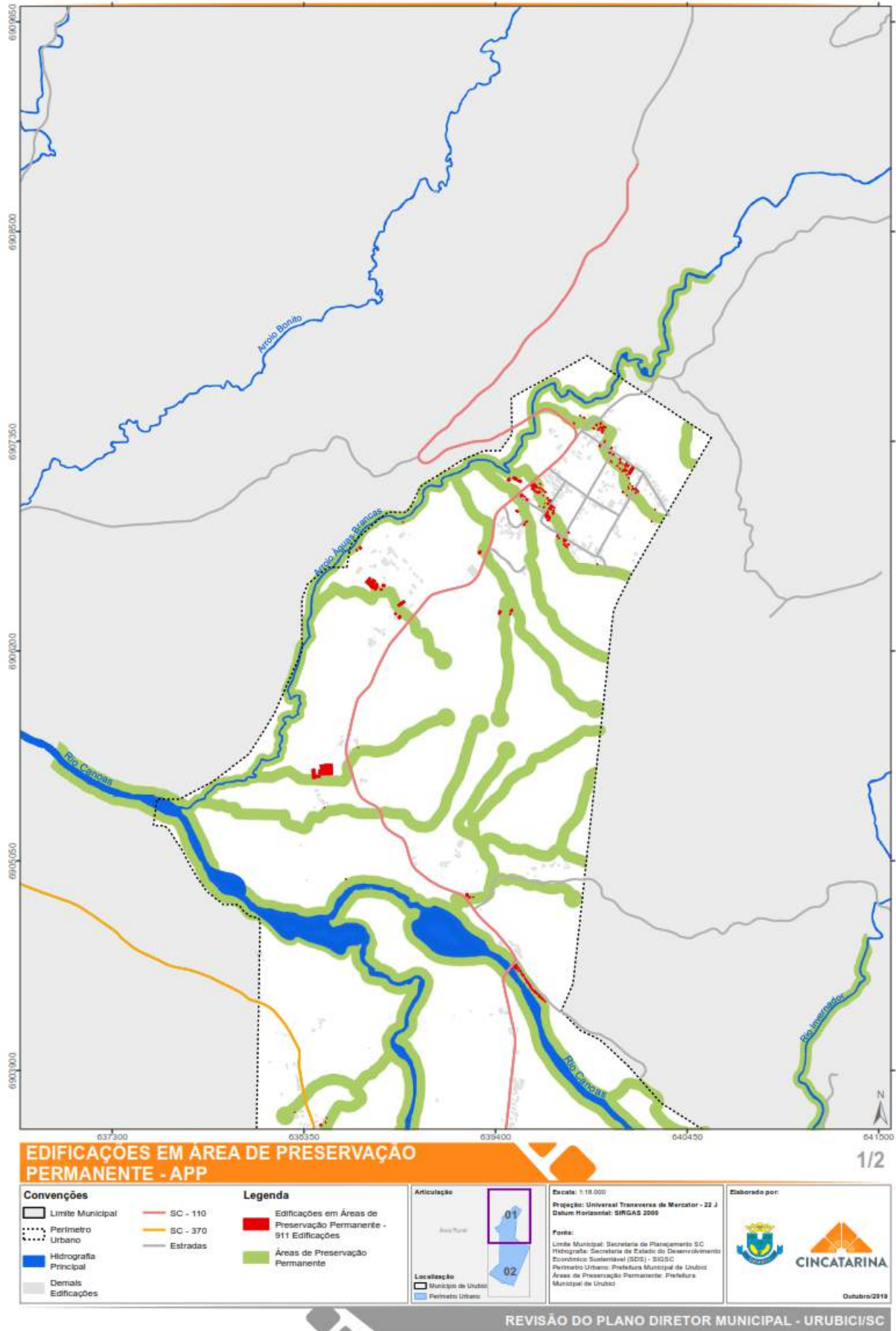
Figura 33 - Áreas de preservação permanente em Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

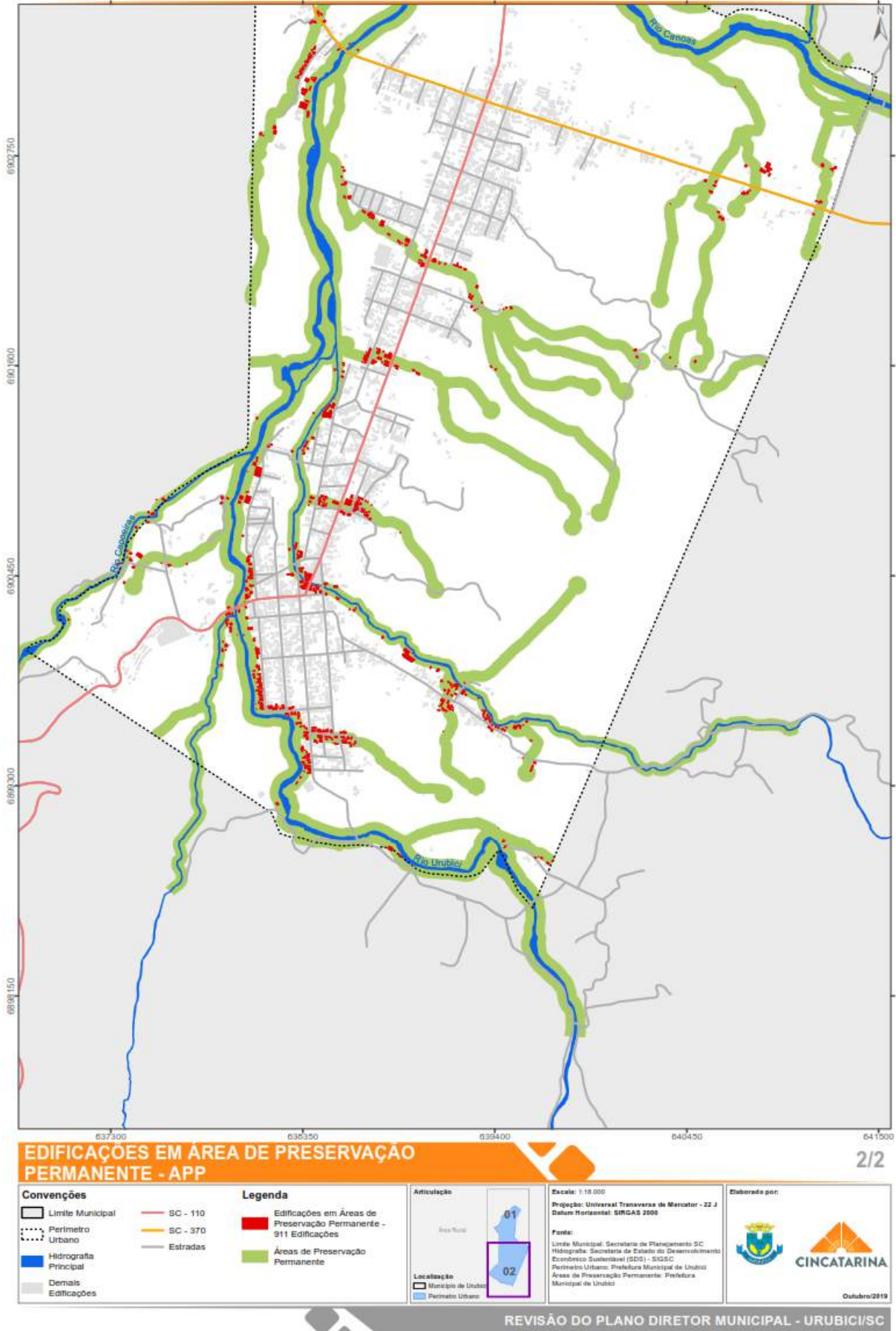
Considerando a Área de Preservação Permanente disponibilizada pelo Município e as metragens previstas no Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/12), existem no perímetro urbano de Urubici, 911 edificações localizadas em APP. Observa-se nas Figura 34 e Figura 35 que as maiores concentrações de edificações em APP, estão situadas no Distrito de Águas Brancas e na localidade da Praça (ao sul do perímetro urbano) nas margens do Rio Urubici e Rio Riacho. Cabe evidenciar ainda que na área consolidada da localidade da Esquina não encontramos edificações em faixas de APP.

Figura 34 - Edificações em área de preservação permanente no perímetro urbano de Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 35 - Edificações em área de preservação permanente no perímetro urbano de Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

A criação, recuperação e manutenção de áreas verdes como parques urbanos encontram-se como excelentes alternativas para a restauração florestal da cidade, pois além de desempenharem função ecológica e de auxiliarem no processo de infiltração da água da chuva, desempenham também função estética e de lazer.

De acordo com o Art. 8º, § 1º, da Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006⁴, considera-se área verde de domínio público "o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização". As áreas verdes urbanas são consideradas como o conjunto de áreas que apresentam cobertura vegetal, arbórea nativa e introduzida, arbustiva ou rasteira e que contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades.

Conforme define a Lei Federal, nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. As UC's têm por premência: contribuir com a manutenção biológica e recursos genéticos, proteger espécies ameaçadas, contribuir para a preservação da diversidade dos ecossistemas, promover o desenvolvimento sustentável, proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica, além de favorecer a educação ambiental, dentre outras possibilidades podem ser ofertadas mediante a criação de UC's, a níveis municipais, estaduais e federais.

A região sudeste do município abrange parte do Parque Nacional de São Joaquim, segundo o ICMBIO (2019) o parque foi criado 1961, está ligada à necessidade de proteção dos remanescentes de Matas de Araucárias, encontradas em abundância dentro de seus 49.800 hectares. O Parque está inserido no bioma Mata Atlântica.

Ainda segundo o ICMBIO (2019) na região nordeste do Parque encontra-se as maiores altitudes, sendo o ponto máximo o Morro da Igreja, com 1.822 metros. No centro do Parque também há áreas bastante elevadas, com altitudes acima de 1.650 metros. Essa região do parque é denominada Campos de Santa Bárbara. Outro aspecto importante da Unidade é a sua formação geológica, composta por rochas vulcânicas, denominadas Basalto, que formam conjuntamente com as formações de

⁴ Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP.

Arenito um local propício a recarga e descarga do Aquífero Guarani, estudos datam estas formações com aproximadamente 133 milhões de anos.

Além do mais é importante que a população reivindique as áreas de proteção de julgarem benéficas e necessárias a preservação, ressaltando que elas possuem importância cultural ou de beleza cênica, ou mesmo para assegurar o uso sustentável dos recursos naturais. Torna-se também importante a recuperação e manutenção de áreas verdes municipais, por serem excelentes alternativas para a restauração florestal da cidade, pois além de desempenharem função ecológica e de auxiliarem no processo de infiltração da água da chuva, desempenham também função estética e de lazer, já que os mesmos possuem uma extensão maior que as praças e canteiros públicos, impactando positivamente o microclima da região.

3.1.6 Fauna

O Brasil apresenta a maior diversidade de animais do mundo, incluindo aproximadamente 3.000 espécies de vertebrados terrestres (anfíbios, répteis, aves e mamíferos) (MITTERMEIER *et al.*, 1992). Apesar de toda esta diversidade, devido à destruição e alteração dos ambientes naturais, à caça e à introdução de animais domésticos (gado, porcos, cães e gatos) e suas doenças, 398 espécies e subespécies da fauna nativa brasileira são consideradas ameaçadas de extinção (VITOUSEK, 1997; IBAMA, 2003).

Dada à eminente necessidade de conservação da fauna, particularmente em Santa Catarina, onde a fragmentação e alteração dos ambientes nativos têm sido intensas, torna-se necessária a avaliação da comunidade faunística local. Para o levantamento de dados sobre a fauna ocorrente no Município, foram utilizadas bibliografia regional, trabalhos técnicos. Primeiramente, o levantamento de dados foi fundamentado em consulta a bibliografia especializada, tomando como base o levantamento de material bibliográfico produzido para a área de abrangência, e especificamente os que continham informações sobre as espécies presentes na região, como listas e diagnósticos de fauna.

A caracterização dos répteis, anfíbios, aves, mamíferos e ictiofauna é apresentada a seguir.

3.1.6.1 Anfíbios

O Brasil compreende 1.080 espécies de anfíbios que são representados por três grupos: anuros (sapos, rãs e pererecas), cobras-cegas e salamandras. Os anuros são o grupo mais numeroso no Brasil, sendo reconhecidas 1.039 espécies representando 20 famílias e 90 gêneros, seguido de cecílias, com 36 espécies em quatro famílias e 12 gêneros e salamandras, com 5 espécies em uma única família e gênero (SEGALLA *et al.*, 2016).

De acordo com Lucas (2008) foram registradas 110 espécies de anfíbios anuros no estado de Santa Catarina, além de 12 espécies ainda não descritas e/ou com problemas taxonômicos e 22 espécies com provável ocorrência, representando uma riqueza em torno de 144 espécies.

Os anuros possuem grande importância ecológica, uma vez que, na teia alimentar, servem de presas para diversos grupos e também são capazes de controlar populações de vários invertebrados (FREITAS e SILVA, 2004), inclusive insetos parasitas, transmissores de doenças e pragas agrícolas (HADDAD *et al.*, 2008).

Estudos realizados por Conte (2010) mencionam 129 espécies levantadas para a Floresta Ombrófila Mista do sul do Brasil, sendo que 13 espécies são endêmicas.

Estudos elaborados para o RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) de um Parque Eólico, instalado no município de Bom Jardim da Serra, limítrofe de Urubici, apontou por meio da análise prévia dos dados de literatura e registros museológicos a ocorrência de 40 espécies de anfíbios na região, sendo registradas em campo, após 4 campanhas doze espécies na área de influência do empreendimento, tendo a sua distribuição entre três famílias, pertencentes aos sapos, rãs e pererecas.

No estudo elaborado pela empresa Impacto Assessoria Ambiental Ltda. para elaboração de RIMA referente ao Complexo Eólico Serra Azul, abrangendo áreas dos municípios de Bom Retiro, Urubici, Grão Pará, Rio Fortuna e Alfredo Wagner, registraram 21 espécies de anfíbios sendo que nenhuma delas está listada como ameaçada de extinção. Já a rã-touro encontrada no local é considerada espécie exótica invasora. Dentre as espécies encontradas, foram citadas *Aplastodiscus perviridis* (perereca-verde), *Rhinella icterica* (sapo-cururu), *Hypsiboas joaquina* (perereca-pintada), *Leptodactylus latrans* (rã-manteiga), *Melanophryniscus* sp. (sapinho), *Physalaemus cuvieri* (rã-cachorro), *Lithobates catesbeianus* (rã-touro) e *Dendropsophus minutus* (perereca-de-ampulheta).

3.1.6.2 Répteis

Atualmente o país conta com 773 espécies de répteis, sendo 36 Testudines, 6 Crocodylia, e 731 Squamata (73 anfisbenas, 266 “lagartos” e 392 serpentes). Esses dados colocam o Brasil como o país detentor da 3ª maior riqueza de espécies de répteis do mundo, atrás da Austrália (1022) e do México (913) (UETZ e HOŠEK, 2015 apud COSTA e BÉRNILS, 2015).

Os répteis desempenham um papel ecológico de grande importância tanto como predadores, quanto como presas para outros animais. A principal ameaça aos répteis é a destruição de habitat, a redução de áreas de vegetação nativa e a matança indiscriminada (MARQUES *et al.*, 2001).

No estudo elaborado pela empresa Impacto Assessoria Ambiental Ltda. para elaboração de RIMA referente ao Complexo Eólico Serra Azul, abrangendo áreas dos municípios de Bom Retiro, Urubici, Grão Pará, Rio Fortuna e Alfredo Wagner, foram registradas 13 espécies de répteis, todas de ocorrência comum para o Estado de Santa Catarina. Dentre as espécies encontradas, foram citadas *Tomodon dorsatus* (cobra-espada), *Salvator merianae* (lagarto teiú), *Spilotes pullatus* (caninana) e *Ophiodes striatus* (cobra-de-vidro).

3.1.6.3 Aves

O Brasil, segundo país do mundo em diversidade de aves, com 1.901 espécies documentadas (CBRO, 2014), está na rota migratória de muitas espécies, principalmente daquelas que possuem seus sítios de reprodução em outros países, seja na região circumpolar relacionada à América do Norte e Groenlândia (aves setentrionais), ou em áreas no sul da América do Sul e Antártida (meridionais).

De acordo com o portal disponibilizado na internet para registro de aves (WIKIAVES, 2019) é possível realizar a busca por espécies da região. Neste banco de dados estão registradas 216 espécies de aves que foram fotografados em Urubici, sendo Pintassilgo (*Spinus magellanicus*), Pé-vermelho (*Amazonetta brasiliensis*), Maria-faceira (*Syrigma sibilatrix*), Frango-d'água-comum (*Gallinula galeata*), Pica-pau-do-campo (*Colaptes campestris*), João-de-barro (*Furnarius rufus*) e Sabiá-laranjeira (*Turdus rufiventris*) algumas das espécies registradas, conforme o Tabela 10.

Tabela 10 - Relação de aves registradas no município de Urubici.

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME COMUM
Tinamidae	<i>Crypturellus tataupa</i>	Inhambu-chintã
Anatidae	<i>Cairina moschata</i>	Pato-do-mato
	<i>Amazonetta brasiliensis</i>	Pé-vermelho
	<i>Anas flavirostris</i>	Marreca-pardinha
	<i>Anas georgica</i>	Marreca-parda
	<i>Nomonyx dominicus</i>	Marreca-de-bico-roxo
Cracidae	<i>Penelope obscura</i>	Jacuaçu
Odontophoridae	<i>Odontophorus capueira</i>	Uru
Podicipedidae	<i>Tachybaptus dominicus</i>	Mergulhão-pequeno
	<i>Podilymbus podiceps</i>	Mergulhão-caçador
Ardeidae	<i>Butorides striata</i>	Socozinho
	<i>Bubulcus ibis</i>	Garça-vaqueira
	<i>Syrigma sibilatrix</i>	Maria-faceira
	<i>Egretta thula</i>	Garça-branca-pequena
Threskiornithidae	<i>Mesembrinibis cayennensis</i>	Coró-coró
	<i>Phimosus infuscatus</i>	Tapicuru
	<i>Theristicus caudatus</i>	Curicaca
Cathartidae	<i>Cathartes aura</i>	Urubu-de-cabeça-vermelha
	<i>Coragyps atratus</i>	Urubu-de-cabeça-preta
	<i>Sarcoramphus papa</i>	Urubu-rei
Accipitridae	<i>Leptodon cayanensis</i>	Gavião-de-cabeça-cinza
	<i>Elanoides forficatus</i>	Gavião-tesoura
	<i>Elanus leucurus</i>	Gavião-peneira
	<i>Harpagus diodon</i>	Gavião-bombachinha
	<i>Circus buffoni</i>	Gavião-do-banhado
	<i>Accipiter striatus</i>	Gavião-miúdo
	<i>Accipiter bicolor</i>	Gavião-bombachinha-grande
	<i>Urubitinga urubitinga</i>	Gavião-preto
	<i>Urubitinga coronata</i>	Águia-cinzenta
	<i>Rupornis magnirostris</i>	Gavião-carijó
	<i>Parabuteo leucorrhous</i>	Gavião-de-sobre-branco
	<i>Geranoaetus albicaudatus</i>	Gavião-de-rabo-branco
	<i>Geranoaetus melanoleucus</i>	Águia-serrana
	<i>Pseudastur polionotus</i>	Gavião-pombo-grande
	<i>Buteo brachyurus</i>	Gavião-de-cauda-curta
<i>Spizaetus tyrannus</i>	Gavião-pega-macaco	
<i>Spizaetus ornatus</i>	Gavião-de-penacho	
Rallidae	<i>Aramides saracura</i>	Saracura-do-mato
	<i>Pardirallus nigricans</i>	Saracura-sanã
	<i>Gallinula galeata</i>	Frango-d'água-comum
	<i>Porphyrio martinicus</i>	Frango-d'água-azul
Charadriidae	<i>Vanellus chilensis</i>	Quero-quero
Scolopacidae	<i>Gallinago undulata</i>	Narcejão
Jacanidae	<i>Jacana jacana</i>	Jaçanã
Columbidae	<i>Columbina talpacoti</i>	Rolinha-roxa
	<i>Columbina picui</i>	Rolinha-picui
	<i>Columba livia</i>	Pombo-doméstico
	<i>Patagioenas picazuro</i>	Pomba-asa-branca
	<i>Patagioenas plumbea</i>	Pomba-amargosa
	<i>Leptotila verreauxi</i>	Juriti-pupu
Cuculidae	<i>Leptotila rufaxilla</i>	Juriti-gemeadeira
	<i>Guira guira</i>	Anu-branco

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME COMUM
Tytonidae	<i>Tyto furcata</i>	Suindara
Strigidae	<i>Megascops sanctaecatarinae</i>	Corujinha-do-sul
	<i>Strix hylophila</i>	Coruja-listrada
	<i>Athene cunicularia</i>	Coruja-buraqueira
	<i>Asio flammeus</i>	Mocho-dos-banhados
Caprimulgidae	<i>Hydropsalis longirostris</i>	Bacurau-da-telha
	<i>Hydropsalis torquata</i>	Bacurau-tesoura
Apodidae	<i>Cypseloides fumigatus</i>	Taperuçu-preto
	<i>Cypseloides senex</i>	Taperuçu-velho
	<i>Streptoprocne zonaris</i>	Taperuçu-de-coleira-branca
	<i>Streptoprocne biscutata</i>	Taperuçu-de-coleira-falha
Trochilidae	<i>Eupetomena macroura</i>	Beija-flor-tesoura
	<i>Stephanoxis loddigesii</i>	Beija-flor-de-topete-azul
	<i>Chlorostilbon lucidus</i>	Besourinho-de-bico-vermelho
	<i>Leucochloris albicollis</i>	Beija-flor-de-papo-branco
	<i>Heliodoxa rubricauda</i>	Beija-flor-rubi
	<i>Calliphlox amethystina</i>	Estrelinha-ametista
Trogonidae	<i>Trogon surrucura</i>	Surucuá-variado
	<i>Trogon rufus</i>	Surucuá-de-barriga-amarela
Alcedinidae	<i>Megaceryle torquata</i>	Martim-pescador-grande
	<i>Chloroceryle amazona</i>	Martim-pescador-verde
	<i>Chloroceryle americana</i>	Martim-pescador-pequeno
Ramphastidae	<i>Ramphastos dicolorus</i>	Tucano-de-bico-verde
Picidae	<i>Picumnus nebulosus</i>	Pica-pau-anão-carijó
	<i>Melanerpes flavifrons</i>	Benedito-de-testa-amarela
	<i>Veniliornis spilogaster</i>	Picapauzinho-verde-carijó
	<i>Piculus aurulentus</i>	Pica-pau-dourado
	<i>Colaptes melanochlorus</i>	Pica-pau-verde-barrado
	<i>Colaptes campestris</i>	Pica-pau-do-campo
	<i>Dryocopus lineatus</i>	Pica-pau-de-banda-branca
	<i>Campephilus robustus</i>	Pica-pau-rei
Cariamidae	<i>Cariama cristata</i>	Seriema
Falconidae	<i>Caracara plancus</i>	Carcará
	<i>Milvago chimachima</i>	Carrapateiro
	<i>Milvago chimango</i>	Chimango
	<i>Micrastur ruficollis</i>	Falcão-caburé
	<i>Falco sparverius</i>	Quiriquiri
	<i>Falco femoralis</i>	Falcão-de-coleira
Psittacidae	<i>Pyrrhura frontalis</i>	Tiriba-de-testa-vermelha
	<i>Myiopsitta monachus</i>	Caturrita
	<i>Pionopsitta pileata</i>	Cuiú-cuiú
	<i>Pionus maximiliani</i>	Maitaca-verde
	<i>Amazona vinacea</i>	Papagaio-de-peito-roxo
	<i>Amazona pretrei</i>	Papagaio-charão
Thamnophilidae	<i>Thamnophilus ruficapillus</i>	Choca-de-chapéu-vermelho
	<i>Thamnophilus caerulescens</i>	Choca-da-mata
	<i>Mackenziaena leachii</i>	Borrallhara-assobiadora
	<i>Drymophila malura</i>	Choquinha-carijó
Grallariidae	<i>Hylopezus nattereri</i>	Pinto-do-mato
Rhinocryptidae	<i>Scytalopus speluncae</i>	Tapaculo-preto
	<i>Scytalopus pachecoii</i>	Tapaculo-ferreirinho
Formicariidae	<i>Chamaeza ruficauda</i>	Tovaca-de-rabo-vermelho
Dendrocolaptidae	<i>Sittasomus griseicapillus</i>	Arapaçu-verde

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME COMUM
	<i>Xiphorhynchus fuscus</i>	Arapaçu-rajado
	<i>Lepidocolaptes falcinellus</i>	Arapaçu-escamado-do-sul
	<i>Dendrocolaptes platyrostris</i>	Arapaçu-grande
	<i>Xiphocolaptes albicollis</i>	Arapaçu-de-garganta-branca
Xenopidae	<i>Xenops rutilans</i>	Bico-virado-carijó
Furnariidae	<i>Cinclodes pabsti</i>	Pedreiro
	<i>Furnarius rufus</i>	João-de-barro
	<i>Lochmias nematura</i>	João-porca
	<i>Clibanornis dendrocolaptoides</i>	Cisqueiro
	<i>Heliobletus contaminatus</i>	Trepadorzinho
	<i>Syndactyla rufosuperciliata</i>	Trepador-quiete
	<i>Leptasthenura striolata</i>	Grimpeirinho
	<i>Leptasthenura setaria</i>	Grimpeiro
	<i>Anumbius annumbi</i>	Cochicho
	<i>Certhiaxis cinnamomeus</i>	Curutié
	<i>Synallaxis ruficapilla</i>	Pichororé
	<i>Synallaxis cinerascens</i>	Pi-puí
	<i>Synallaxis spixi</i>	João-teneném
	<i>Cranioleuca obsoleta</i>	Arredio-oliváceo
	Tityridae	<i>Pachyramphus validus</i>
Cotingidae	<i>Procnias nudicollis</i>	Araponga
Rhynchocyclidae	<i>Mionectes rufiventris</i>	Abre-asa-de-cabeça-cinza
	<i>Phylloscartes ventralis</i>	Borboletinha-do-mato
	<i>Phylloscartes difficilis</i>	Estalinho
	<i>Poecilotriccus plumbeiceps</i>	Tororó
	<i>Hemitriccus obsoletus</i>	Catraca
	<i>Hirundinea ferruginea</i>	Gibão-de-couro
Tyrannidae	<i>Camptostoma obsoletum</i>	Risadinha
	<i>Elaenia parvirostris</i>	Guaracava-de-bico-curto
	<i>Elaenia mesoleuca</i>	Tuque
	<i>Phyllomyias virescens</i>	Piolhinho-verdoso
	<i>Phyllomyias fasciatus</i>	Piolhinho
	<i>Serpophaga nigricans</i>	João-pobre
	<i>Serpophaga subcristata</i>	Alegrinho
	<i>Myiarchus swainsoni</i>	Irré
	<i>Pitangus sulphuratus</i>	Bem-te-vi
	<i>Machetornis rixosa</i>	Suiriri-cavaleiro
	<i>Myiodynastes maculatus</i>	Bem-te-vi-rajado
	<i>Megarynchus pitangua</i>	Neinei
	<i>Tyrannus melancholicus</i>	Suiriri
	<i>Tyrannus savana</i>	Tesourinha
	<i>Griseotyrannus aurantioatrocristatus</i>	Peitica-de-chapéu-preto
	<i>Empidonomus varius</i>	Peitica
	<i>Myiophobus fasciatus</i>	Filipe
	<i>Pyrocephalus rubinus</i>	Príncipe
	<i>Fluvicola nengeta</i>	Lavadeira-mascarada
	<i>Lathrotriccus euleri</i>	Enferrujado
	<i>Contopus cinereus</i>	Papa-moscas-cinzento
	<i>Knipolegus cyanirostris</i>	Maria-preta-de-bico-azulado
	<i>Knipolegus lophotes</i>	Maria-preta-de-penacho
<i>Knipolegus nigerrimus</i>	Maria-preta-de-garganta-vermelha	
<i>Satrapa icterophrys</i>	Suiriri-pequeno	
<i>Xolmis cinereus</i>	Primavera	

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME COMUM
Vireonidae	<i>Xolmis dominicanus</i>	Noivinha-de-rabo-preto
	<i>Muscipipra vetula</i>	Tesoura-cinzenta
	<i>Cyclarhis gujanensis</i>	Pitiguari
	<i>Hylophilus poicilotis</i>	Verdinho-coroadado
	<i>Vireo chivi</i>	Juruviara
Corvidae	<i>Cyanocorax caeruleus</i>	Gralha-azul
Hirundinidae	<i>Pygochelidon cyanoleuca</i>	Andorinha-pequena-de-casa
	<i>Progne chalybea</i>	Andorinha-doméstica-grande
	<i>Tachycineta leucorroha</i>	Andorinha-de-sobre-branco
	<i>Petrochelidon pyrrhonota</i>	Andorinha-de-dorso-acanelado
Troglodytidae	<i>Troglodytes musculus</i>	Corruíra
Turdidae	<i>Turdus flavipes</i>	Sabiá-una
	<i>Turdus leucomelas</i>	Sabiá-barranco
	<i>Turdus rufiventris</i>	Sabiá-laranjeira
	<i>Turdus amaurochalinus</i>	Sabiá-poca
	<i>Turdus subalaris</i>	Sabiá-ferreiro
Mimidae	<i>Mimus saturninus</i>	Sabiá-do-campo
Motacillidae	<i>Anthus hellmayri</i>	Caminheiro-de-barriga-acanelada
Passerellidae	<i>Zonotrichia capensis</i>	Tico-tico
Parulidae	<i>Setophaga pitiayumi</i>	Mariquita
	<i>Geothlypis aequinoctialis</i>	Pia-cobra
	<i>Basileuterus culicivorus</i>	Pula-pula
	<i>Myiothlypis leucoblephara</i>	Pula-pula-assobiador
Icteridae	<i>Cacicus chrysopterus</i>	Tecelão
	<i>Gnorimopsar chopi</i>	Graúna
	<i>Chrysomus ruficapillus</i>	Garibaldi
	<i>Xanthopsar flavus</i>	Veste-amarela
	<i>Pseudoleistes guirahuro</i>	Chopim-do-brejo
	<i>Agelaioides badius</i>	Asa-de-telha
	<i>Molothrus rufoaxillaris</i>	Chupim-azeviche
	<i>Molothrus bonariensis</i>	Chupim
	<i>Sturnella superciliaris</i>	Polícia-inglesa-do-sul
Thraupidae	<i>Pipraeidea melanonota</i>	Saíra-viúva
	<i>Pipraeidea bonariensis</i>	Sanhaçu-papa-laranja
	<i>Stephanophorus diadematus</i>	Sanhaçu-frade
	<i>Tangara desmaresti</i>	Saíra-lagarta
	<i>Tangara sayaca</i>	Sanhaçu-cinzento
	<i>Tangara preciosa</i>	Saíra-preciosa
	<i>Sicalis flaveola</i>	Canário-da-terra
	<i>Haplospiza unicolor</i>	Cigarra-bambu
	<i>Volatinia jacarina</i>	Tiziu
	<i>Tachyphonus coronatus</i>	Tiê-preto
	<i>Sporophila caeruleus</i>	Coleirinho
	<i>Sporophila melanogaster</i>	Caboclinho-de-barriga-preta
	<i>Embernagra platensis</i>	Sabiá-do-banhado
	<i>Emberizoides ypiranganus</i>	Canário-do-brejo
	<i>Saltator similis</i>	Trinca-ferro
	<i>Saltator maxillosus</i>	Bico-grosso
	<i>Poospiza nigrorufa</i>	Quem-te-vestiu
	<i>Poospiza thoracica</i>	Peito-pinhão
	<i>Microspingus cabanisi</i>	Quete-do-sul
	<i>Pyrrhocoma ruficeps</i>	Cabecinha-castanha
<i>Donacospiza albifrons</i>	Tico-tico-do-banhado	

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME COMUM
Cardinalidae	<i>Piranga flava</i>	Sanhaçu-de-fogo
	<i>Amaurospiza moesta</i>	Negrinho-do-mato
	<i>Cyanoloxia glaucocaerulea</i>	Azulinho
Fringillidae	<i>Spinus magellanicus</i>	Pintassilgo
Passeridae	<i>Passer domesticus</i>	Pardal

Fonte: Wikiaves (2019).

3.1.6.4 Mamíferos

Das 5.487 espécies de mamíferos do mundo (SCHIPPER et al., 2008), cerca de 701 ocorrem no Brasil (PAGLIA et al., 2012). Segundo Cherem et al. (2004; 2011) o Estado de Santa Catarina apresenta grande diversidade de mamíferos, contando com 139 espécies de mamíferos terrestres distribuídos entre 10 Ordens e 28 Famílias.

Para Chiarello et al. (2008) a Floresta Atlântica abriga grande diversidade de mamíferos e do total de espécies ameaçadas de extinção no Brasil, cerca de 20% ocorre em seus domínios.

A Floresta Ombrófila Mista constitui-se num ecossistema relativamente bem conhecido do ponto de vista de composição e estrutura da vegetação e, apesar de grande parte de suas angiospermas arbóreas possuírem frutos zoocóricos (PAISE; VIEIRA, 2005), as informações a respeito da dinâmica das populações de animais nesse ambiente são escassas (CADEMARTORI et al., 2004).

Cáceres et al. (2007) discute que a maior parte das espécies de mamíferos terrestres do sul do Brasil é classificada como florestal e relacionam este resultado à maior heterogeneidade e complexidade espacial e de recursos das formações florestais.

Dentre as espécies de mamíferos registradas para Santa Catarina (CHEREM et al. 2004), incluem-se as espécies de felino: *Puma yagouaroundi* (Gato-mourisco); *Leopardus pardalis* (Jaguaritica); *Leopardus tigrinus* (Gato-do-mato-pequeno); *Leopardus wiedii* (Gato-maracajá); *Puma concolor* (Puma) e *Panthera onça* (Onça-pintada). Destes todos estão classificados como ameaçados de extinção no Brasil (MACHADO et al., 2005), com exceção do *Puma yagouaroundi*.

De acordo com levantamentos realizados para o Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Curucaca do município de Bom Retiro, limítrofe com o município de Urubici, foi possível elaborar a Tabela 11 a seguir.

Tabela 11 - Relação de répteis de ocorrência nos estudos do Plano de Manejo de RPPN de Bom Retiro e de possível ocorrência em Urubici.

ORDEM	FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR
Carnivora	Felidae	<i>Leopardus tigrinus</i>	Gato-do-mato pequeno
		<i>Leopardus wiedii</i>	Gato maracajá
		<i>Leopardus pardalis</i>	Jaguatirica
		<i>Puma concolor</i>	Puma
	Canidae	<i>Cerdocyon thous</i>	Cachorro do mato
	Mustelidae	<i>Galictis cuja</i>	Furão
		<i>Nasua nasua</i>	Quati
<i>Procyon cancrivorus</i>		Mão-pelada	
Artiodactyla	Cervidae	<i>Mazama sp</i>	Veado
Primates	Cebidae	<i>Cebus nigrinus</i>	Macaco prego
Xenarthra	Dasypodidae	<i>Dasyus novemcinctus</i>	Tatu galinha
Rodentia	Caviidae	<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i>	Capivara
Lagomorpha	Leporidae	<i>Lebus europaeus</i>	Lebre europeia

Fonte: Adaptado de Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural Curucaca 01 (2014)

3.1.6.5 Ictiofauna

A ictiofauna brasileira compreende 2.300 espécies de água doce conforme apresenta o *Check List of the Freshwater Fishes of South and Central America* (REIS et al., 2003) e 1.298 espécies marinhas, segundo Menezes et al. (2003). Todavia, a imensa diversidade faunística do nosso território não é conhecida, pois dezenas de espécies de peixes são descritas anualmente no Brasil e, portanto, é de se prever que a riqueza total efetiva seja ainda muito maior. Por outro lado, dezenas de espécies podem estar sendo extintas, mesmo sem o nosso conhecimento.

Esse fenômeno pode estar associado aos impactos que o ambiente Mata Atlântica tem sofrido, com a drástica redução das florestas marginais, provedoras de alimento, sombra e abrigo para muitas espécies de peixes (BÖHLKE et al., 1978; LOWEMCCONNELL, 1987; CASTRO & CASATTI, 1997).

O Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção cita a existência de 14 espécies de peixes de água doce ameaçadas de extinção no estado de Santa Catarina, sendo Cação-estrela (*Rhincodontypus*), Lambari (*Astyanax gymnogynys*, *Hyphessobrycon taurocephalus*, *Mimagoniates rheocharis*) Tetra (*Mimagoniates lateralis*), Néon (*Elacatinus figaro*), Limpa-fundo (*Corydoras macropterus*), Boa-noite (*Tatia boemia*), Tubarão-peregrino (*Cetorhinus maximus*) e outros que não estão catalogados com os nomes populares: *Rachoviscus crassiceps*, *Spintherobolus ankoseion*, *Campellolebias brucei*, *Campellolebias chrysolineatus* e *Listrura camposi*.

No estudo elaborado pela empresa Impacto Assessoria Ambiental Ltda. para elaboração de RIMA referente ao Complexo Eólico Serra Azul, abrangendo áreas dos

municípios de Bom Retiro, Urubici, Grão Pará, Rio Fortuna e Alfredo Wagner, foi coletado 07 espécies de peixes na região de estudo: *Bryconamericus stramineus* (Lambari), *Oligosarcus brevioris* (Saicanga), *Pareiorhaphis* sp. (Cascudo), *Rineloricaria* sp. (Violinha), *Rhamdia quelen* (Jundiá), *Trichomycterus* sp. (Cambeva) e *Geophagus brasiliensis* (Cará).

3.1.7 Clima

Os estudos climatológicos se tornam essenciais na compreensão do ambiente, na obtenção da vida vegetal e das boas condições de conforto ambiental para a população. Além disso, os resultados obtidos podem auxiliar no planejamento ambiental e urbano ao englobar soluções que contemplem índices adequados de uso e ocupação do solo e a preservação ou reconstituição de áreas verdes e demais recursos naturais.

Segundo o Atlas Geográfico de Santa Catarina (2015), o clima é a sucessão habitual dos diversos tipos de tempo que compõem o cenário atmosférico de uma região ao longo de um período de pelo menos trinta anos. Entende-se por tempo, as condições momentâneas da atmosfera em relação à temperatura, umidade, vento, cobertura de nuvens e chuva

De acordo com o Atlas Geográfico de Santa Catarina (2015), nas massas de ar é refletido a dualidade do clima de Santa Catarina, que atrai turistas durante o ano inteiro. O calor no verão, com altas temperaturas, faz de seu litoral o destino de muitos turistas, atraídos pelas belezas das praias ensolaradas. O inverno, por sua vez, também tem seus atrativos. As baixas temperaturas ocasionam nas áreas de maiores altitudes um espetáculo exclusivo do Sul do país, a neve.

Conforme o Atlas Geográfico de Santa Catarina (2015), o contraste entre as estações do ano é assegurado pela posição latitudinal de Santa Catarina, justamente em uma área de transição entre sistemas atmosféricos intertropicais e polares, que em interação com o relevo, a altitude, a continentalidade e a maritimidade, originam tipos de tempo muito característicos do estado. Estes sistemas atmosféricos podem ser estáveis ou instáveis e ocorrem, por vezes, interagindo uns com os outros.

O clima é a sucessão habitual dos tipos de comportamento atmosférico a longo prazo. Portanto, para definir o clima de uma região é necessário considerar a atuação de seus fatores: radiação solar, latitude, relevo, massas de ar e correntes oceânicas. Tais fatores condicionam a frequência e comportamento dos elementos

climáticos como: temperaturas, precipitações, umidade do ar e pressão atmosférica, que por sua vez, definirão os tipos climáticos.

O clima de Santa Catarina recebe grande influência das massas de ar polares e intertropicais, cuja atuação define um carácter mesotérmico, isto é, um clima predominantemente subtropical (temperatura média anual menor que 18°C), úmido e com temperaturas médias que variam de 13°C e 25°C.

A massa polar atlântica (mPa) atua intensivamente no inverno. Sua presença proporciona ondas de frio, intensas geadas e até neve em alguns pontos. Isso ocorre devido à localização próxima ao trópico de capricórnio, entre 25° e 29° latitude Sul. Nos Planaltos, em função da altitude, os invernos são mais rigorosos do que no litoral. As temperaturas são eventualmente inferiores a 0° e as geadas são mais frequentes. Nas maiores altitudes ao sul, com condições atmosféricas propícias, ocorrem ocasionalmente precipitações de neve, especialmente em Urubici. Nas demais estações do ano, a massa Polar perde intensidade e intercala com a atuação mais marcante da massa Tropical atlântica (mTa) e da massa Tropical continental (mTc).

Na classificação climática de Köppen, a mais utilizada em todo o mundo, o território catarinense se enquadra nos climas do Grupo C – mesotérmico, uma vez que as temperaturas médias do mês mais frio estão abaixo de 18° C e superior a 3° C. Pertence ao tipo (f), sem estação seca definida, pois não há índices pluviométricos inferiores a 60 mm mensais. Dentro desse tipo é ainda possível distinguir, graças ao fator altitude, dois subtipos: de verão quente (a) encontrado no litoral e no oeste, onde as temperaturas médias de verão são mais elevadas; e de verão fresco (b), nas zonas mais elevadas do planalto. Portanto, segundo Köppen, o Estado de Santa Catarina possui dois subtipos climáticos:

- Cfa – Clima mesotérmico úmido com chuvas bem distribuídas, verões quentes e invernos brandos. Atua em todo o litoral e na Planície do Rio Uruguai.
- Cfb – Clima mesotérmico úmido com chuvas bem distribuídas, verões brandos e invernos rigorosos. Atua em todo o planalto serrano e na porção norte da região Oeste do estado.

Na classificação de Köppen, o município de Urubici é denominado como Cbf, possuindo assim um clima mesotérmico úmido, com as características citadas no parágrafo anterior.

3.1.7.1 Temperatura

O clima predominante na região sul do Brasil é o subtropical, com temperatura média de 18°C. A variabilidade da temperatura é influenciada pelos sistemas atmosféricos, especialmente pelas altas pressões que apresentam características marcantes ocasionadas pelas diferenças de altitude entre planícies, planaltos e serras catarinenses.

Segundo o Atlas Geográfico de Santa Catarina (2015) a temperatura declina com a altitude, em média 0,65°C para cada 100 metros de altitude. Dessa forma, as localidades situadas em maiores altitudes, registram temperaturas mais baixas. Assim, os municípios serranos são os mais frios do Estado e favoráveis à ocorrência de geada e, ocasionalmente, neve, como ocorrido em Urubici.

No verão catarinense, as médias de temperaturas mínimas variam de 11°C a 20°C, principalmente nas áreas de maior altitude do planalto Sul e Serrano, assim como em Urubici, que apresentam temperaturas mais brandas, com médias sazonais variando de 16,1 a 17°C (ALTAS GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA, 2015).

Na estação do outono, com a intensificação do frio em maio, as geadas passam a ocorrer de maneira generalizada e com distintas intensidades, sendo frequente o tipo forte nas áreas serranas. Além da geada, a neve é outro fenômeno que também ocorre nesta época do ano, com mais intensidade e frequência nos municípios de maior altitude como São Joaquim, Urupema, Urubici e Bom Jardim da Serra (ALTAS GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA, 2015).

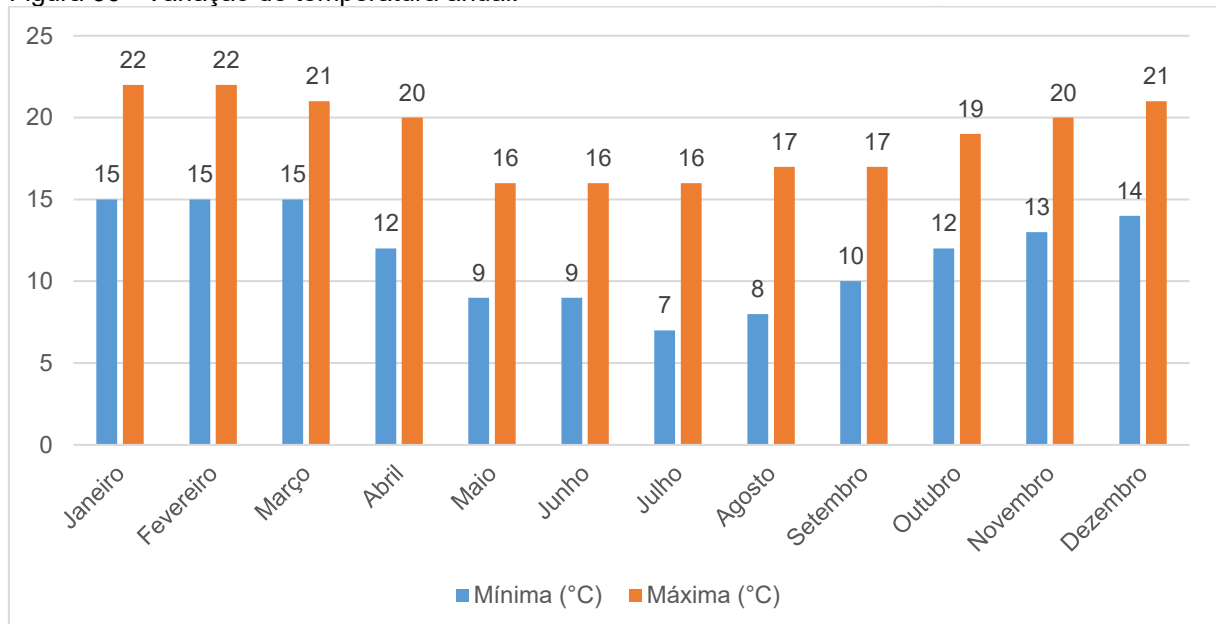
No inverno, o trimestre junho, julho e agosto marca a estação de inverno em Santa Catarina. As médias mínimas chegam a 3°C variando até 11°C, evidenciando o caráter subtropical do estado. A neve tem sua ocorrência máxima neste trimestre.

Já a primavera é a estação do ano que apresenta condições de tempo muito instáveis nos meses de setembro e outubro até a primeira quinzena de novembro. Os valores mínimos de temperatura ocorrem nas áreas mais elevadas do Planalto Sul e Serrano. As temperaturas médias variam entre 12,1°C e 21°C. As temperaturas agradáveis atraem turistas, especialmente para a região Serrana (ALTAS GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA, 2015).

Segundo dados do CLIMATEMPO (2019), que apresenta o comportamento da temperatura ao longo do ano, nos últimos 30 anos para o município, é possível identificar que no mês de julho são encontradas temperatura médias mínimas de 7°C, sendo a temperatura mais baixa de todo o ano. Já as temperaturas médias máximas

mais altas são encontradas nos meses de janeiro e fevereiro, quando os termômetros marcam uma média máxima de 22°C.

Figura 36 - Variação de temperatura anual.



Fonte: CLIMATEMPO (2019)

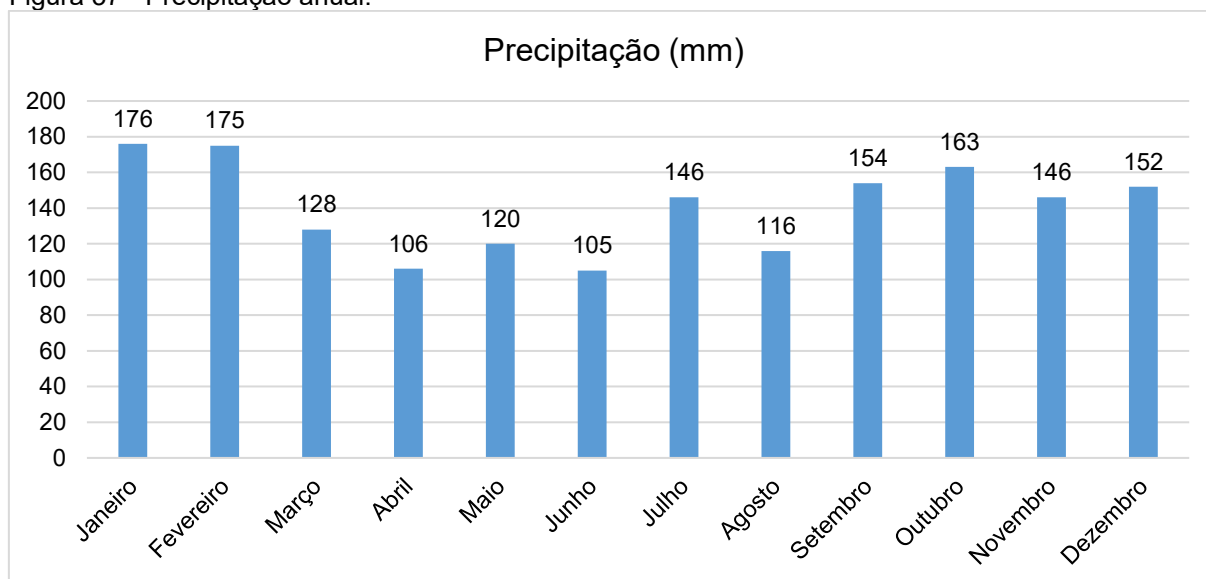
Na região a temperatura média apresenta pouca variação, o que garante uma condição de uniformidade climática na área. Isto só se altera especialmente em função da mudança de altitude, visto que em locais de altitude mais baixa as temperaturas são mais altas e vice-versa.

3.1.7.2 Precipitação

A pluviosidade encontra-se relacionada com a circulação das massas de ar e também com fatores locais relacionados com as variações diurnas da radiação, temperatura, umidade e nebulosidade, bem como com a influência do relevo que originam variações importantes da pluviosidade local dentro do quadro regional (MONTEIRO, 1957).

Os dados apresentados pelo CLIMATEMPO (2019), representam o comportamento da chuva ao longo do ano. As médias climatológicas são valores calculados a partir de uma série de dados de 30 anos observados. É possível identificar as épocas mais chuvosas/secas de Urubici.

Figura 37 - Precipitação anual.



Fonte: CLIMATEMPO (2019)

O mês mais seco é junho com a média de 105 mm, sendo que o mês mais chuvoso é janeiro com média de 176 mm de precipitação. A diferença de chuva entre os meses mais secos aos mais úmidos, é de 71mm de precipitação. No total observa-se que o município apresenta uma média de 1.687 mm por ano.

3.1.7.3 Umidade relativa

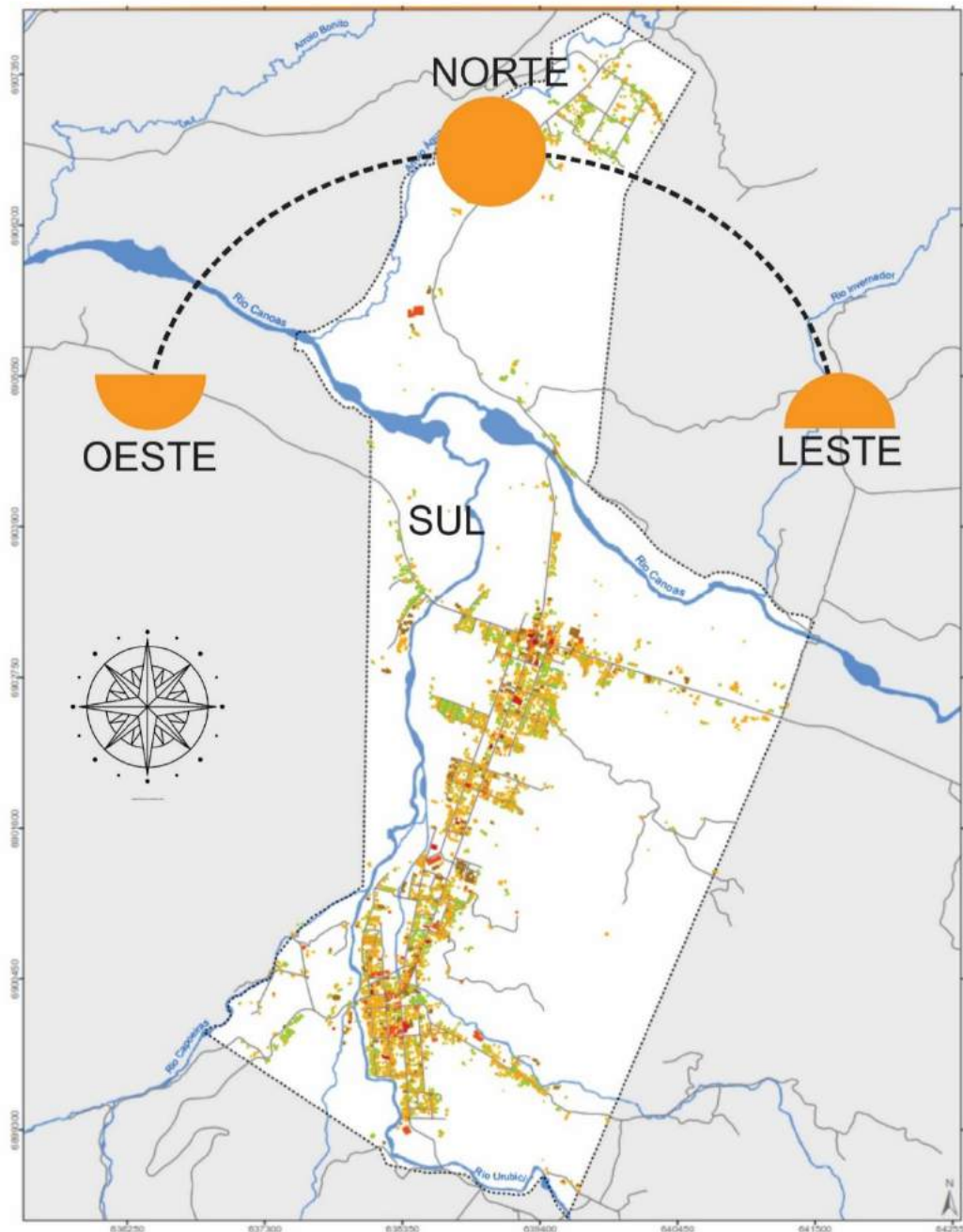
De acordo com os dados do Atlas Climatológico do Estado de Santa Catarina (EPAGRI, 2007), a umidade relativa anual do ar do município de Urubici varia entre 80% a 82%.

3.1.7.4 Orientação solar

A orientação solar é um dos fatores a serem considerados em novas ocupações, pois é primordial para o bom condicionamento térmico das construções, bem como para a ocupação adequada dos espaços.

No hemisfério sul, a face norte é a que recebe a maior incidência solar durante o dia e a face sul é a que menos recebe sol, a face leste recebe o sol da manhã e a oeste o sol da tarde. Na Figura 38, podemos visualizar a incidência solar sobre o município de Urubici.

Figura 38 – Orientação solar



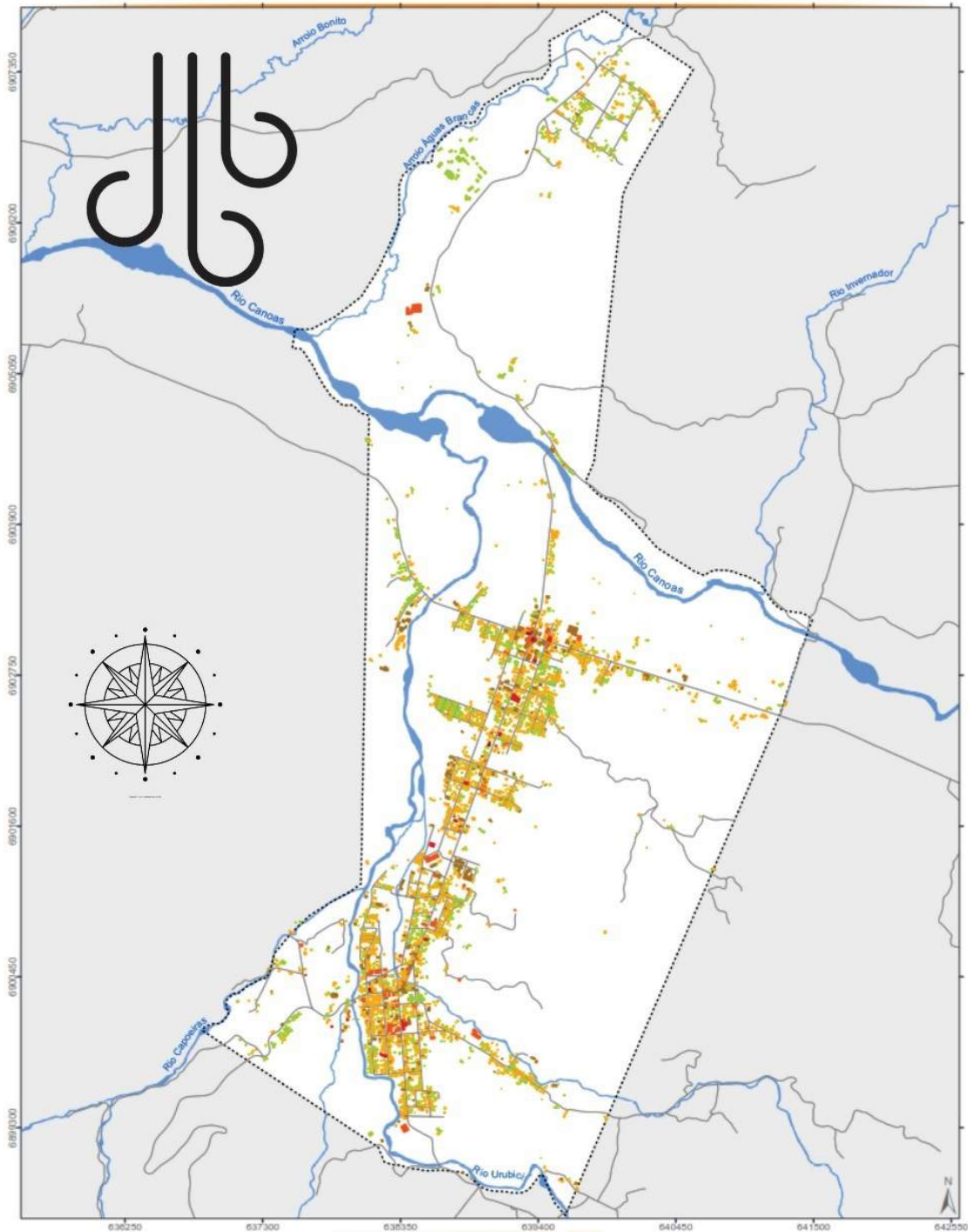
Fonte: CINCATARINA (2019)

3.1.7.5 Ventos

O vento é uma variável meteorológica formada pelo movimento do ar na atmosfera. É gerado pelos fenômenos naturais, como os movimentos de rotação e translação da Terra. Entre as variáveis climáticas que interferem na sua formação, estão a pressão atmosférica, a radiação solar global, a umidade do ar e a evaporação (EMBRAPA, 2012).

Com base nos dados obtidos através das Normais Climatológicas do Brasil 1961-1990, e utilizando os parâmetros estabelecidos ao município de São Joaquim, temos como norte a direção predominante dos ventos durante todo o ano, conforme visualizado na Figura 39.

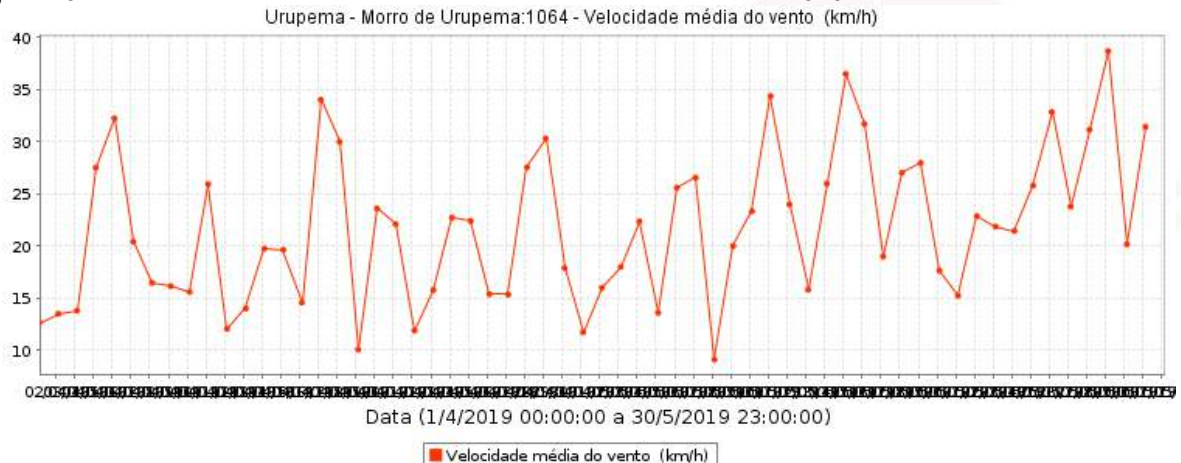
Figura 39 – Vento predominante.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Para o levantamento da velocidade média dos ventos no município, utilizamos como base a Estação de Urupema (1064 – Morro de Urupema), devido sua proximidade a Urubici. Observa-se na Figura 40 e na Tabela 12, as médias entre os meses de abril e maio da Estação, que apresentou a velocidade média de 5,59 km/h.

Figura 40 - Velocidade média do vento nos meses de abril e maio de 2019.



Fonte: EPAGRI/CIRAM (2019)

Tabela 12 - Velocidade média do vento nos meses de abril e maio de 2019.

ESTATÍSTICA	
Quant. Desejada	Quant Recebida
60	60
Média	Desvio Padrão
21.71	7.24
Máximo (Valor e Data)	Mínimo (Valor e Data)
38.67 28/05/2019	9.06 07/05/2019
Amplitude	Soma
29.61	1302.86
Eficiência Quantidade (%)	
100.0	

Fonte: EPAGRI/CIRAM (2019)

3.2 Uso e ocupação do território

O uso e ocupação do solo é definido em função das normas relativas a densificação, regime de atividades, dispositivos de controle das edificações e parcelamento do solo, que configuram o regime urbanístico. As normas de uso e ocupação do solo significam dizer que um município possui uma forma de controlar a utilização do espaço, definir as atividades permitidas nela e que legalmente buscam o desenvolvimento de seu território.

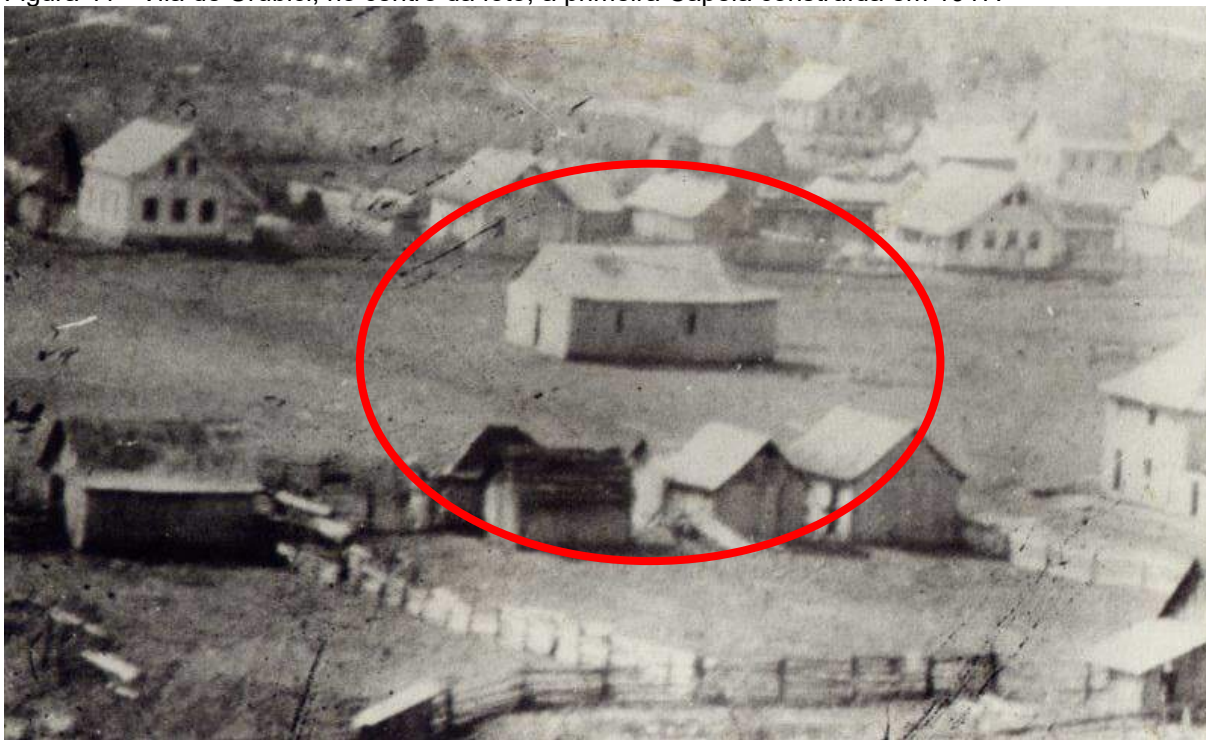
3.2.1 Evolução urbana

A evolução urbana de uma cidade encontra-se articulada por meio de vários sistemas econômicos, sociais, históricos, culturais e aspectos físicos-territoriais, os quais definem e colaboram para estruturação da cidade. A estrutura de análise engloba as variáveis encontradas nesse contexto e conjunto de ações, desenvolvendo uma interpretação sobre tais fatores. Para a descrição do referido item, foi realizado uma análise do desenvolvimento urbano através de registros fotográficos e documentos, apresentados a partir do século XIX até o presente momento e posteriormente por meio de mapas de evolução urbana representando as ocupações de 1990, 2000, 2010 e 2019.

Os primeiros povoadamentos na região de Urubici foram de etnia portuguesa, os quais teriam chegado na última década do Século XIX. Acredita-se que a primeira clareira teria sido aberta às margens do Rio Urubici, onde encontra-se atualmente o cemitério municipal, na época em que também teria sido aberto o primeiro rossio⁵, localizado onde se encontrava a antiga Praça 14 de Dezembro, e onde foi construída a primeira capela da vila de Urubici em 1917 (Figura 41). Atualmente, o local corresponde à Escola de Educação Básica Araújo Figueiredo, situado no centro da cidade de Urubici, conforme indicado na Figura 42 (HANASHIRO, 2015 apud BURATTO et al., 2013, p. 18). Vale ressaltar que a constituição oficial de Urubici data de 1915, quando foi instalada a primeira Vila Urubici pertencente ao município de São Joaquim.

⁵ Os rossios tinham a dupla destinação: atender aos interessados em se estabelecer numa aglomeração e reservar os espaços comuns necessários no presente e no futuro.

Figura 41 - Vila de Urubici, no centro da foto, a primeira Capela construída em 1917.



Fonte: Acervo Histórico e Cultural de Urubici (2019)

Figura 42 - Local de abertura da primeira clareira e do primeiro rossio de Urubici, onde atualmente encontram-se, respectivamente, o Cemitério Municipal e a Escola de Educação Básica Araújo Figueiredo.



PRIMEIROS LOCAIS DE POVOAMENTO

<p>Legenda</p> <p> Primeiros locais</p>	<p>Atividade</p> <p>Residência</p> <p>Localização</p> <p>Município de Urubici</p> <p>Estado de Santa Catarina</p>	<p>Escala: 1:1.000</p> <p>Projeto: Universal Transversa de Menor - 22.J</p> <p>Datum Horizontal: SIRGAS 2000</p> <p>Fonte:</p> <p>Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Santa Catarina - PDDU - Modelo Digital do Território</p> <p>© 2019, Prefeitura Municipal de Urubici</p> <p>Elaborado por:</p> <p>CINCATARINA</p> <p>Outubro/2019</p>
--	---	--

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL - URUBICI/SC

Fonte: CINCATARINA (2019)

Outro fator primordial para o entendimento do desenvolvimento urbano do município é o conhecimento das primeiras coloniais, que em Urubici adviriam de diferentes etnias. Os espanhóis e portugueses foram os pioneiros, chegando no final do século XIX e início do século XX, participaram também da colonização do município alemães, italianos, letos e afrodescendentes. As terras de Urubici eram destino secundários para imigrantes que já se encontravam no Brasil, vindos de São Joaquim, do litoral e das encostas do sul de Santa Catarina. Os letos são a única exceção na imigração, pois vieram diretamente para Urubici por volta de 1925 (HANASHIRO, 2015).

Os imigrantes alemães se instalaram principalmente na região do Rio Canoas acima e eram provenientes principalmente de Grão Pará e Braço do Norte, já os italianos se instalaram principalmente no Rio Canoas abaixo, e alguns deles vindos de Orleans, Urussanga e Cocal do Sul, se fixando em direção a oeste (Rio Rufino). Os portugueses se concentraram principalmente na região da Praça (atual Centro) e em direção ao interior (São Joaquim), e os letos na região da Esquina (atualmente bairro Santa Catarina) em direção ao Distrito Águas Brancas. Os afrodescendentes, em número menor se instalaram principalmente nas localidades de Águas Brancas, e na desembocadura do Rio dos Bugres. (HANASHIRO, 2015)

Em 1922, a Vila de Urubici foi elevada à categoria de distrito, formada agora por dois núcleos urbanos, separados por um longo banhado que passaram a desenvolver-se de forma quase independente (HANASHIRO, 2015 apud BURATTO *et al.*, 2013, p.07): a Praça e a Esquina, como são popularmente conhecidos respectivamente os bairros: Centro e Santa Catarina. E, afim de entendermos como se deu a consolidação desses importantes nós de centralidade da cidade de Urubici, a Praça (Centro), a Esquina (Santa Catarina) e o Traçado, é necessário visualizarmos suas respectivas localizações atualmente, na Figura 43.

Figura 43 - A Cidade de Urubici: os Praça (Centro), Traçado e Esquina (Santa Catarina).



Fonte: Adaptado do Google Earth (2019)

O primeiro núcleo urbano, formou-se na região da Praça, atual centro de Urubici, conforme apresentado anteriormente. Nesse local houve a instalação dos primeiros colonizadores, ao final do século XIX, abrindo a primeira clareira e o primeiro rossio, no qual viria a ser instalada a Praça 14 de Dezembro e a primeira Capela da vila de Urubici no ano de 1917.

O bairro Santa Catarina, na década de 1920, era o reduto dos imigrantes letos e centro comercial deste lado de Urubici, a Figura 44⁶, demonstra a situação do bairro na época. Observa-se que as vias não eram pavimentadas, porém, detinham grandes dimensões, as edificações eram todas em madeira com telhados de duas águas e também dispostos de forma alinhada sobre a via. Nota-se ainda, a situação semi-rural de Urubici, percebida pela misto de meios de transportes – carros, cavalos e carroças – que disputavam as mesmas vias.

⁶ A Figura 44, situa-se em direção as localidades Águas Brancas e Serra do Panelão.

Figura 44 – Urubici – Esquina (Santa Catarina). Centro do comércio do bairro em meados da década de 1920.



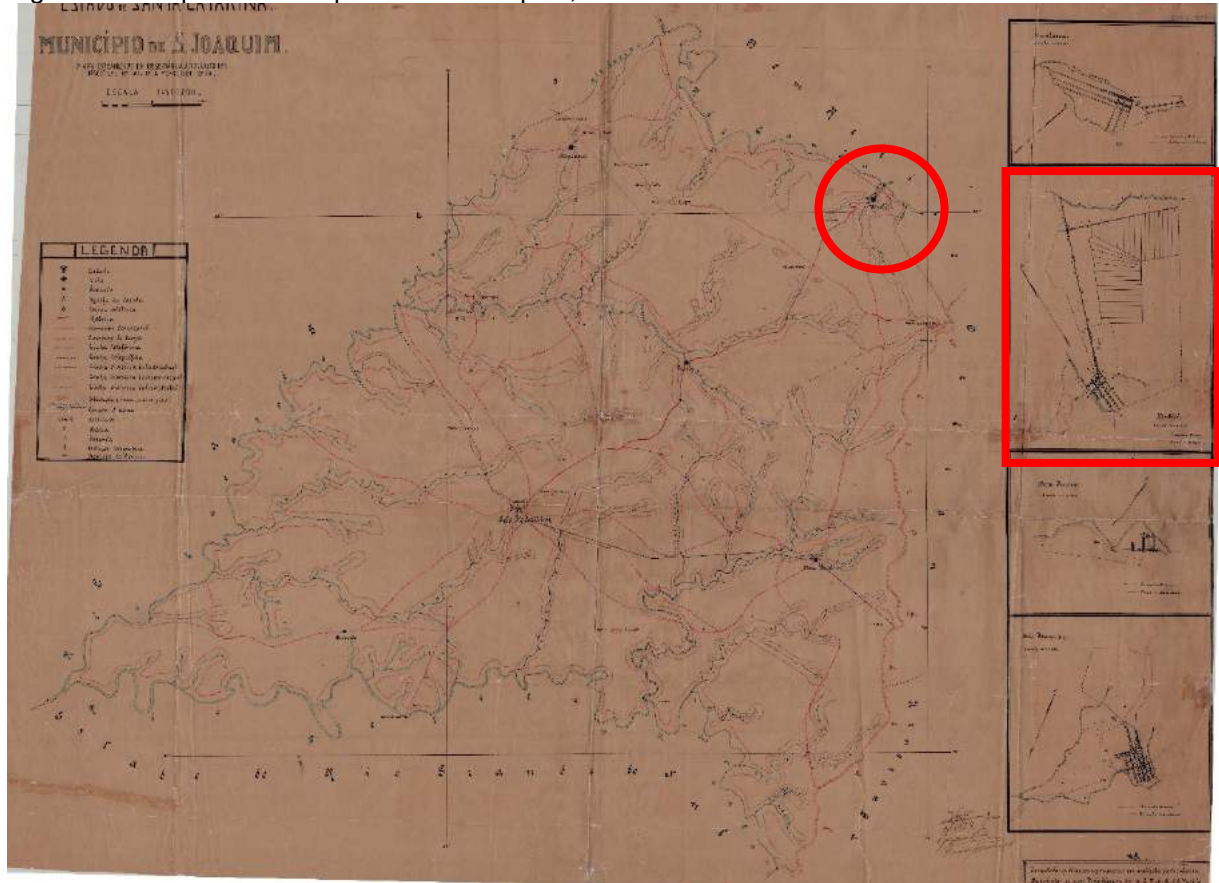
Fonte: RIO NOVO (2019)

Segundo HANASHIRO (2015) apud Buratto et al. (2013, p. 100-101), até a década de 1920, a Praça e a Esquina eram isoladas uma da outra, devido ao banhado existente entre as localidades. Esse distanciamento (cerca de 3 km) contribuía para o desenvolvimento de núcleos urbanos distintos, tanto político quanto cultural. Isto, modificou-se após o projeto da Avenida Adolfo Konder do agrimensor Carlos Karklis que liderou os trabalhos de drenagem e aterramento do caminho. O espaço de ligação entre os dois vilarejos deu origem ao bairro do Traçado.

A compressão dos ciclos econômicos é primordial para o entendimento da ascensão urbana de Urubici. O primeiro ciclo compreende o surgimento das primeiras atafonas no município, por volta do final do Século XIX e início do Século XX; dentre elas, podemos citar o Moinho São Francisco do Sr. Celeste Francisco Ghizoni, construído em 1925 nas proximidades da antiga Vila, às margens do Rio Urubici. Na década de 1940, o moinho ganhou novas instalações em alvenaria, mantendo o seu funcionamento até a década de 1970, sendo possível ainda encontrar no local suas instalações (HANASHIRO, 2015 apud BURATTO et al., 2013, p. 82).

Nos meados da década 1930, a organização da malha urbana, ainda ocorria em dois núcleos distintos, agora ligados pelo caminho do Traçado, conforme pode-se verificar-se nos mapas das Figura 45 e Figura 46. O primeiro dispõe o mapa do município de São Joaquim no ano de 1938 e no segundo, temos um recorte com a malha urbana de Urubici com o levantamento de edificações existentes. Observa-se nesse, que a maior concentração de construções ocorre na região da Praça.

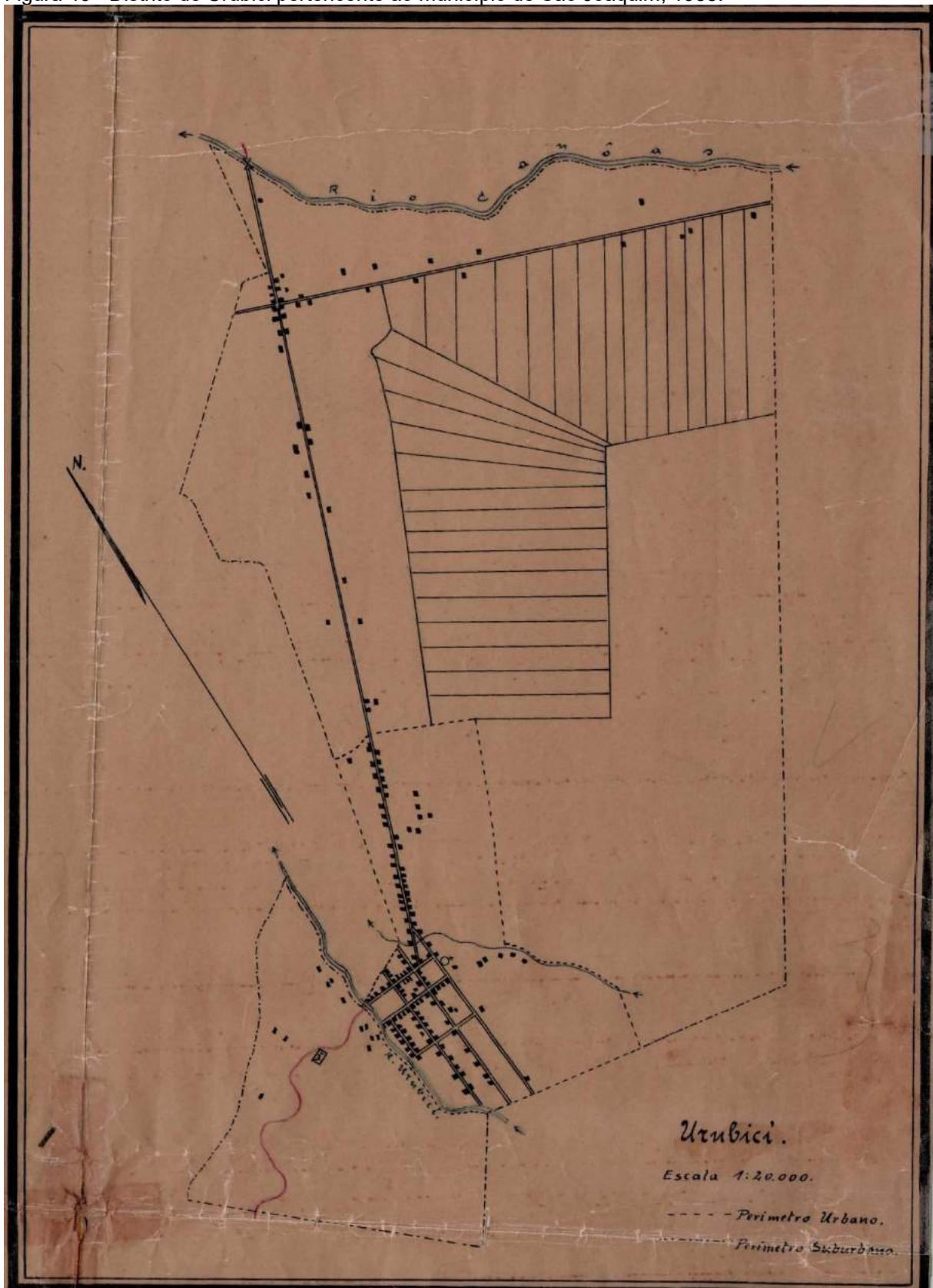
Figura 45 - Mapa do Município de São Joaquim, 1938⁷.



Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento (2019)

⁷ Mapa do acervo digital da Secretária de Planejamento do Estado de Santa Catarina. Município de São Joaquim em 1938, com demarcação do distrito de Urubici.

Figura 46 - Distrito de Urubici pertencente ao município de São Joaquim, 1938.

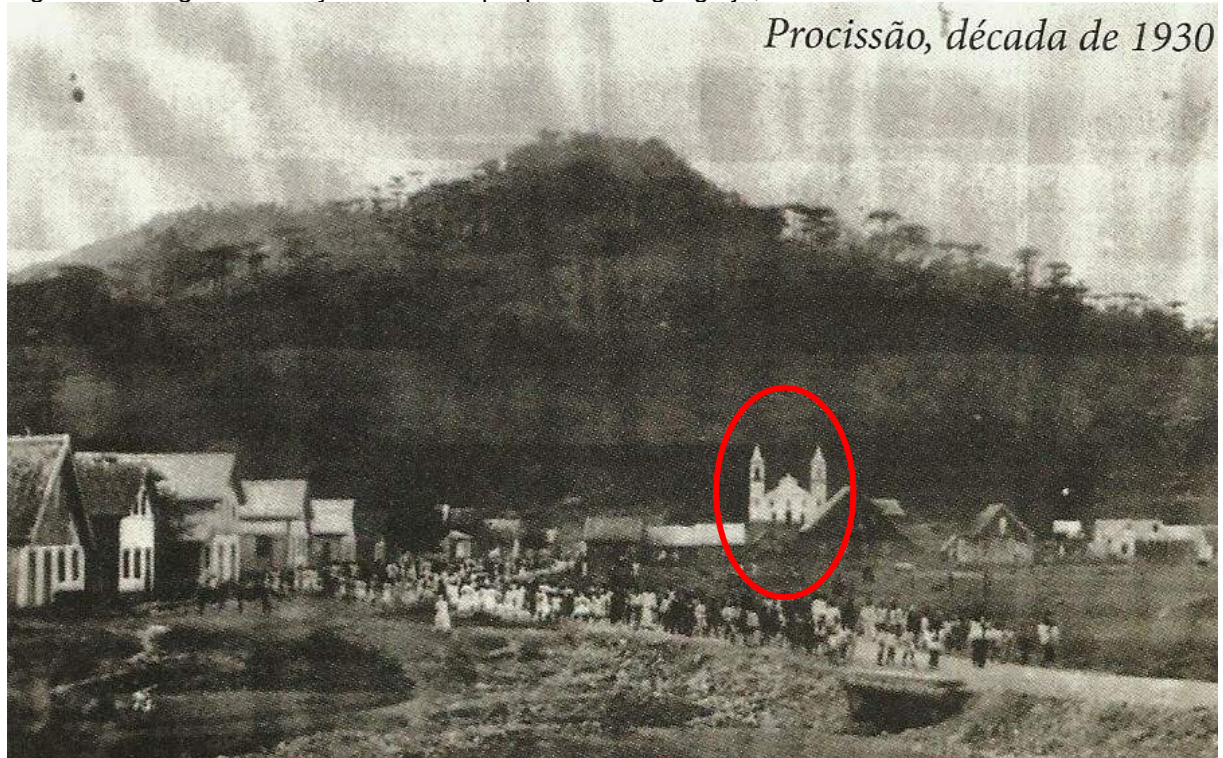


Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento (2019)

Os registros fotográficos do período (Figura 47 e Figura 48) confirmam o maior desenvolvimento urbanístico da região da Praça, cujo o ponto inicial de

desenvolvimento era um terreno plano rodeado por morros. O tecido urbano da Praça era formado por quadras e vias geométricas, com lotes de grandes dimensões, cujas edificações existentes eram justapostas as vias.

Figura 47 - Região da Praça com destaque para a antiga igreja, década de 1930.



Fonte: WITTMANN (2015)

Figura 48 - Região da Praça em meados da década de 1930.



Fonte: WITTMANN (2015)

Nas décadas de 1940 e 1950, a Avenida Adolfo Konder, ainda era crítica para o trânsito e muitos caminhões carregados de madeira ficavam frequentemente atolados no local. As melhorias foram ocorrendo progressivamente, e no final dos anos 60, o trecho final da Avenida Adolfo Konder, recebeu calçamento de pedra. O trecho seguinte, que ia da Rua Manoel Pinto de Souza até o Ginásio de Esportes Noé da Costa Ribeiro, foi asfaltado em 1985 (HANASHIRO, 2015 apud BURATTO et al., 2013).

A instalação oficial do município ocorreu em 03 de fevereiro de 1957, nesta época os dois núcleos urbanos de Urubici encontravam-se em pleno desenvolvimento. Na Esquina, os antigos casarios de madeira estavam dando espaço, para edificações comerciais em alvenaria, havendo também serviços de iluminação pública, como destacado a esquerda da Figura 49.

Figura 49 – Urubici - Esquina (bairro Santa Catarina) em meados da década de 1950.



Fonte: RIO NOVO (2019)

Já na região da Praça (Figura 50), observa-se a maior concentração de edificações. Nesse local as casas em sua maioria eram em madeira com telhados de duas águas e lambrequins⁸, sendo também justapostas aos passeios. Ressalta-se ainda, a falta de pavimentação das vias urbanas, tanto na localidade da Esquina

⁸ Lambrequim é um elemento arquitetônico decorativo aplicado no beiral da construção. Feito em madeira, pode ter desenhos variados, alguns simples, outros bem elaborados. Não há um acordo sobre a função do lambrequim. Alguns dizem que serve para ajudar no escoamento da água do telhado, outros que tem função meramente decorativa.

quanto na Praça, porém, podemos visualizar em ambas, a existência de passeios nas frentes das edificações.

Figura 50 - Rua Cesário Amarante no Bairro da Praça (Década de 1950)



Fonte: Acervo Histórico e Cultural de Urubici (2019)

O período de 1950 a 1970 compreendeu o ciclo madeireiro em Urubici. Em 1950, existiam 34 serrarias em Urubici, época em que também dobrou o número de habitantes no município, de 4.054 hab. em 1950 passou-se para uma população de 10.505 hab. em 1960 (HANASHIRO, 2015 apud BURATTO et al. 2013, p. 61; 66- 67).

O auge do ciclo madeireiro foi nas décadas de 1960 e 1970, quando também foram abertas casas comerciais e, inclusive, o Cine-Teatro de Urubici (Figura 51), localizado na Praça. No entanto, ao final dos anos 70, a indústria madeireira já apresentava indícios de declínio, principalmente pelo esgotamento natural da madeira. O cinema fechou, assim como outros negócios, e muita gente mudou de ramo ou para outras cidades (HANASHIRO, 2015 apud BURATTO et al., p. 67 e 68; RODRIGUES, 19-).

Figura 51 - Fachada do prédio com características Art-Decó, onde funcionava o Cine-Teatro de Urubici localizado no Centro.



Fonte: Google Street View (2018)

No largo da Igreja Matriz, Centro de Urubici, encontra-se um conjunto arquitetônico onde são comuns construções que seguem características da linguagem Art-Decó em seus motivos e fachadas (Figura 52). Também, podemos destacar o prédio de cantos arredondados da antiga Casa do Povo (Figura 53) uma das primeiras lojas de armarinhos de Urubici, construída no início da década de 1950 e que teria funcionado até os anos 80.

Figura 52 - Conjunto arquitetônico de características Art-Decó localizado em frente ao largo da Igreja Matriz, com prédios das décadas de 1950 e 1970.



Fonte: Google Street View (2018)

Figura 53 - Rua Cesário Amarante; em destaque, o prédio onde funcionava o comércio “Casa do Povo”.



Fonte: Google Street View (2018)

Ainda na região da Praça, especificamente no ano de 1950, o município recebe a primeira instituição de ensino a EEB Araújo Figueiredo (Figura 54), até hoje em funcionamento, apresentando traços que remetem à arquitetura institucional do período da Era Vargas 1930-1945, a qual seguia o modelo de construções racionalizadas e funcionais, de traços modernistas, assim como o edifício da agência dos Correios (Figura 55) de mesmo período.

Durante o período do Estado Novo, as principais edificações institucionais como Correios, Unidades de Saúde, Grupos Escolares, corresponderiam a uma imagem de um estado onipresente e modernizador, para isto, a linguagem arquitetônica empregado neste equipamentos teria de ser moderna, portanto, o Art-Decó foi amplamente empregado em construções institucionais no Brasil do Estado Novo, por seus traços ser leves, sóbrios, geometrizados, aproximando-se do racionalismo modernista.

Figura 54 - Escola de Educação Básica Araújo Figueiredo.



Fonte: Google Street View (2018)

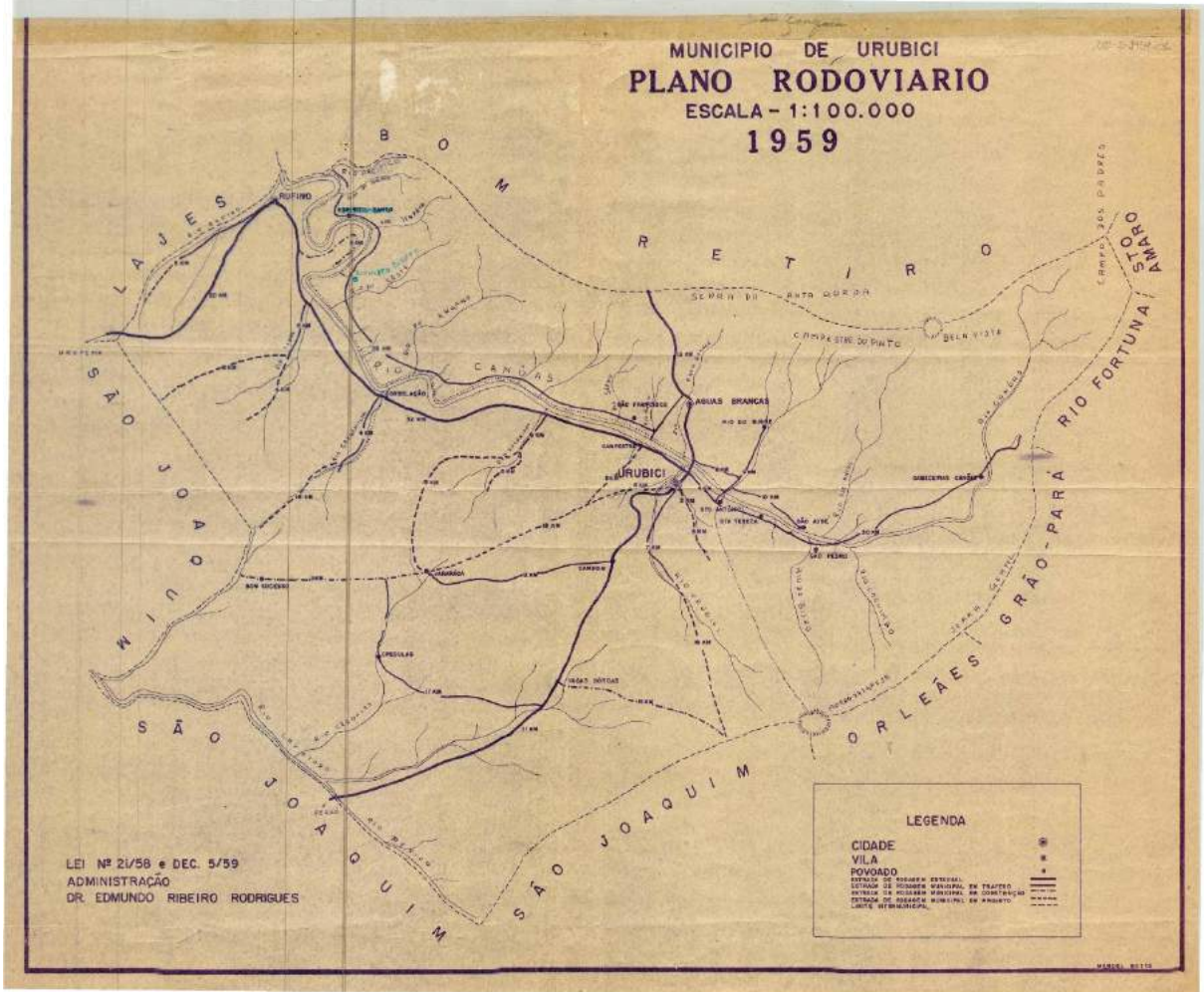
Figura 55 - Agência de Correios.



Fonte: Google Street View (2018)

O plano rodoviário de Urubici de 1959 (Figura 56), aponta as principais localidades do município no período, bem como a distância em tais. Cabendo destacar as estradas de rodagem estadual entre a localidade de Rufino-Urubici e de Águas Brancas-Pericó (sentido São Joaquim) fundamentais para escoação da produção do ciclo madeireiro de Urubici.

Figura 56 - Município de Urubici - Plano Rodoviário, 1959.



Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento (2019)

Nos meados dos anos 1960, Urubici ainda preservava o distanciamento entre seus núcleos urbanos, desenvolvendo na Praça uma área central de comércio e serviços, já na Esquina o desenvolvimento ocorria em função das rodovias estaduais e maior fluxo de veículos, conforme observa-se na Figura 57. Em primeiro plano a Praça, seguido pelo bairro Traçado e posteriormente a localidade da Esquina. Nota-se que o bairro do Traçado não apresentava malha urbana, apenas poucas construções, as quais margeavam a Avenida Adolfo Konder.

Figura 57 - Vista parcial da cidade de Urubici (Praça) na década de 60.



Fonte: RIO NOVO (2019)

O Hotel Andermann, na Figura 58, de propriedade de imigrantes letos, no bairro Santa Catarina, é um dos primeiros hotéis do município construído no final dos anos 50 e início dos anos 60, e que atualmente não encontra-se em funcionamento.

Figura 58 - Hotel Andermann no Bairro da Esquina, propriedade de imigrantes letos de Urubici.



Fonte: WITTMANN (2014)

Ao final da década de 1960, uma nova Igreja foi construída na localidade da Praça, a Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens (Figura 59) símbolo da religiosidade do povo urubiciense. A primeira sede da Igreja Matriz de Urubici foi construída no ano de 1935, sendo anos mais tarde idealizado pelo Pe. José Espíndola, a construção de uma nova Igreja, concluída em 1973 (Figura 60) oito anos após o início de sua construção, que hoje se constitui no principal atrativo turístico cultural da cidade de Urubici. Observa-se ainda, na Figura 60, um maior nível de urbanização do município, contendo edificações de maiores porte, especialmente no largo da Igreja matriz.

Figura 59 - A primeira Igreja Matriz, construída em 1935, e início da construção da atual Igreja Matriz (1968)



Fonte: Memórias de Urubici (2019)

Figura 60 - Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens em meados dos anos de 1970.



Fonte: WITTMANN (2017)

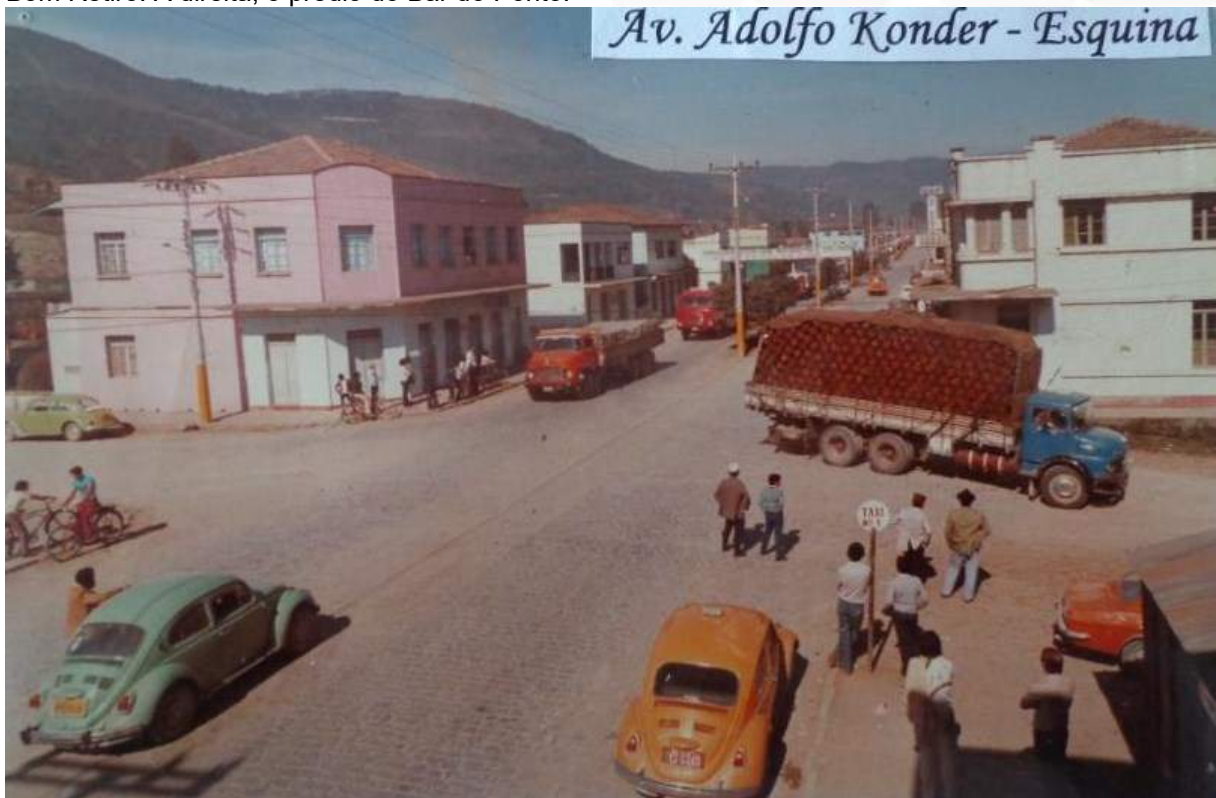
Adentrando a década de 1970, chega ao fim o ciclo madeireiro, seguindo por um período de estagnação econômica, e início da produção de hortaliças, se tornando destaque estadual nestes cultivos, recebendo uma unidade do Ceasa, inaugurada em 1978, porém, devido falta de gestão e organização logo fecha em 1981. Contudo, mesmo com declínios, as atividades agrícolas até hoje correspondem uma das principais bases econômicas de Urubici, sendo o município conhecido como “Capital das Hortaliças”.

O bairro Santa Catarina, tornou-se um importante nó onde se encontram as rodovias que cruzam o município de leste à oeste (SC-370) e de norte ao sul (SC-110) e ponto de partida para acesso aos principais atrativos turísticos do município como o Morro da Igreja e a Serra do Corvo Branco. Esta característica tem contribuído inclusive para uma maior tendência de crescimento da atividade turística nesta região da cidade, principalmente através da instalação de empreendimentos turísticos de meios de hospedagem e de alimentação.

Entre as décadas de 50 e 70, passaram pelas rodovias do bairro Santa Catarina, inúmeros caminhões carregados de toras de madeira que expressavam o progresso do ciclo madeireiro da época, como exemplificado na Figura 61, da década

de 1970. Averigua-se ainda, que no decorrer das décadas foram implantadas diversas infraestruturas que colaboram com o desenvolvimento da malha urbana da região da Esquina, especialmente nas questões de pavimentação das rodovias. Os edifícios do período denotam uma linguagem arquitetônica modernista em suas formas, o que transmite uma mensagem de maior urbanização da cidade. Atualmente o bairro Santa Catarina, tem contribuído para o desenvolvimento dos turismos, com diversos pontos de apoio a serviços turísticos e comércios, como pode-se observar na Figura 62.

Figura 61 - Bairro Santa Catarina, na década de 1970. Vista de quem chegava pela SC-110 vindo de Bom Retiro. À direita, o prédio do Bar do Ponto.



Fonte: Acervo Histórico e Cultural de Urubici (2019)

Figura 62 - Bairro Santa Catarina, 2018. Vista de quem chega pela SC-110 vindo de Bom Retiro. À direita, o prédio do antigo Bar do Ponto, e à esquerda um dos novos prédios de comércio da cidade.



Fonte: Google Street View (2018)

Somente em 1985, a Avenida Adolfo Konder (Figura 63) recebe sua primeira camada de asfalto, sendo apenas em 2004 concluído o asfaltamento até a Avenida Prefeito Natal Zilli, que segue em direção à Bom Retiro. A avenida é entendida como o principal eixo estruturante de Urubici, especialmente por seu caminho que liga as duas centralidades da cidade também como elemento histórico e simbólico do desenvolvimento de Urubici. No final de 2013, paralela à Avenida Adolfo Konder (oeste) foi concluída, Avenida Antônio Francisco Ghizoni, que também passou a ligar os bairros da Praça e da Esquina.

Figura 63 - Primeira camada de asfalto na Avenida Adolfo Konder (1985)



Fonte: Acervo Histórico e Cultural de Urubici (2019)

A partir dos anos 90, o município passa a despertar para uma nova atividade econômica, o Turismo, intensificado no início dos anos 2000, onde os turistas veem atraídos pelas belezas naturais e paisagens bucólicas do município, passando o turismo a ser uma das principais atividades econômicas do município.

Nas últimas décadas é perceptível o desenvolvimento da malha urbana, especialmente nos bairros Santa Catarina, em sentido a Serra do Corvo Branco, ao longo do bairro do Traçado e no sentido sudeste do Centro. Na Figura 64, temos um panorama da cidade atual, é visível o aumento de edificações e desenvolvimento da malha urbana, outro aspecto percebido é a manutenção da relação entre paisagem natural e meio urbano, cujo as ocupações limitam-se as regiões planas e não apresentam verticalização.

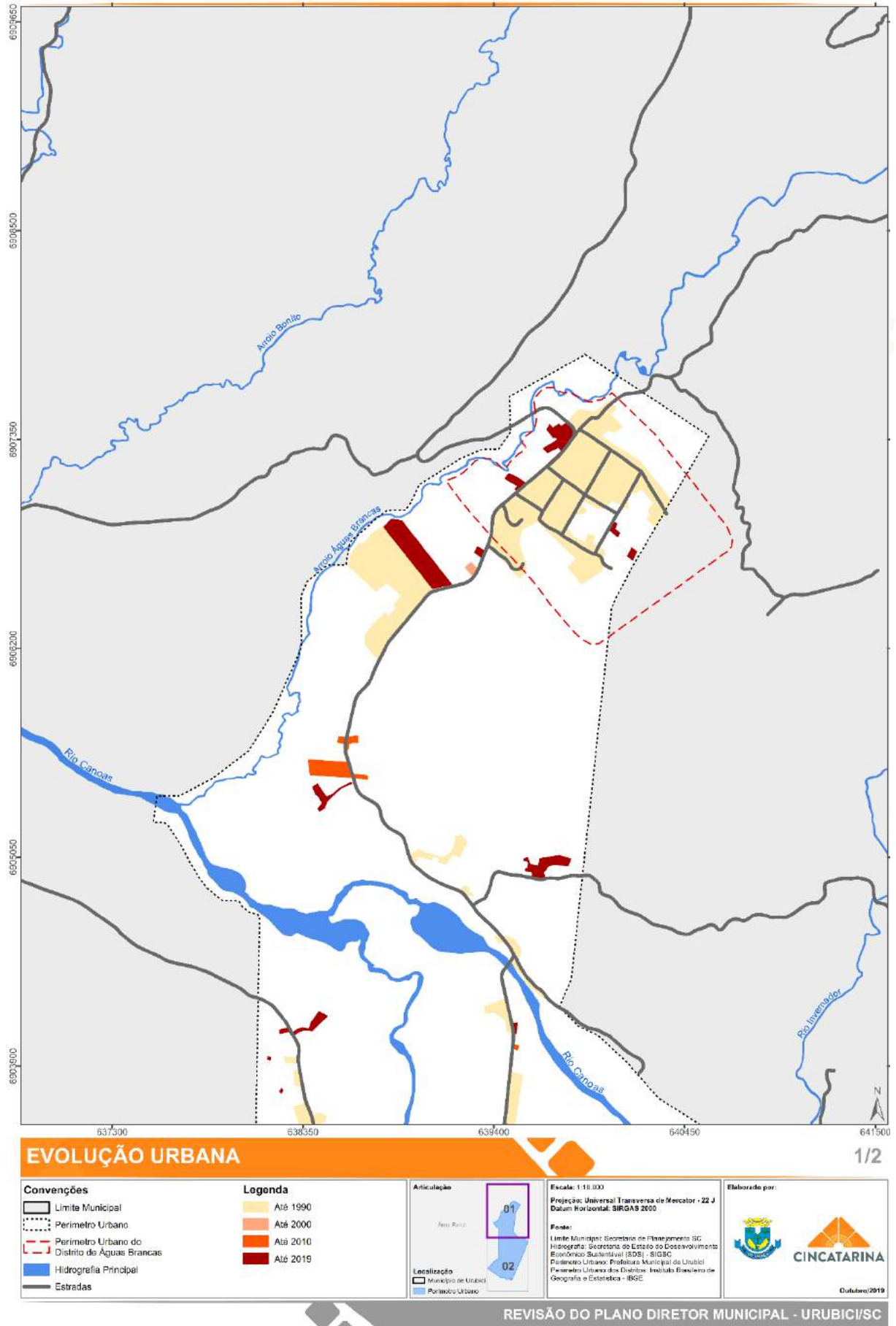
Figura 64 - Vista do mirante localizado na SC-110 no acesso à Cidade de Urubici. Em primeiro plano, a cidade onde se destaca a Igreja Matriz.



Foto: CINCATARINA (2019)

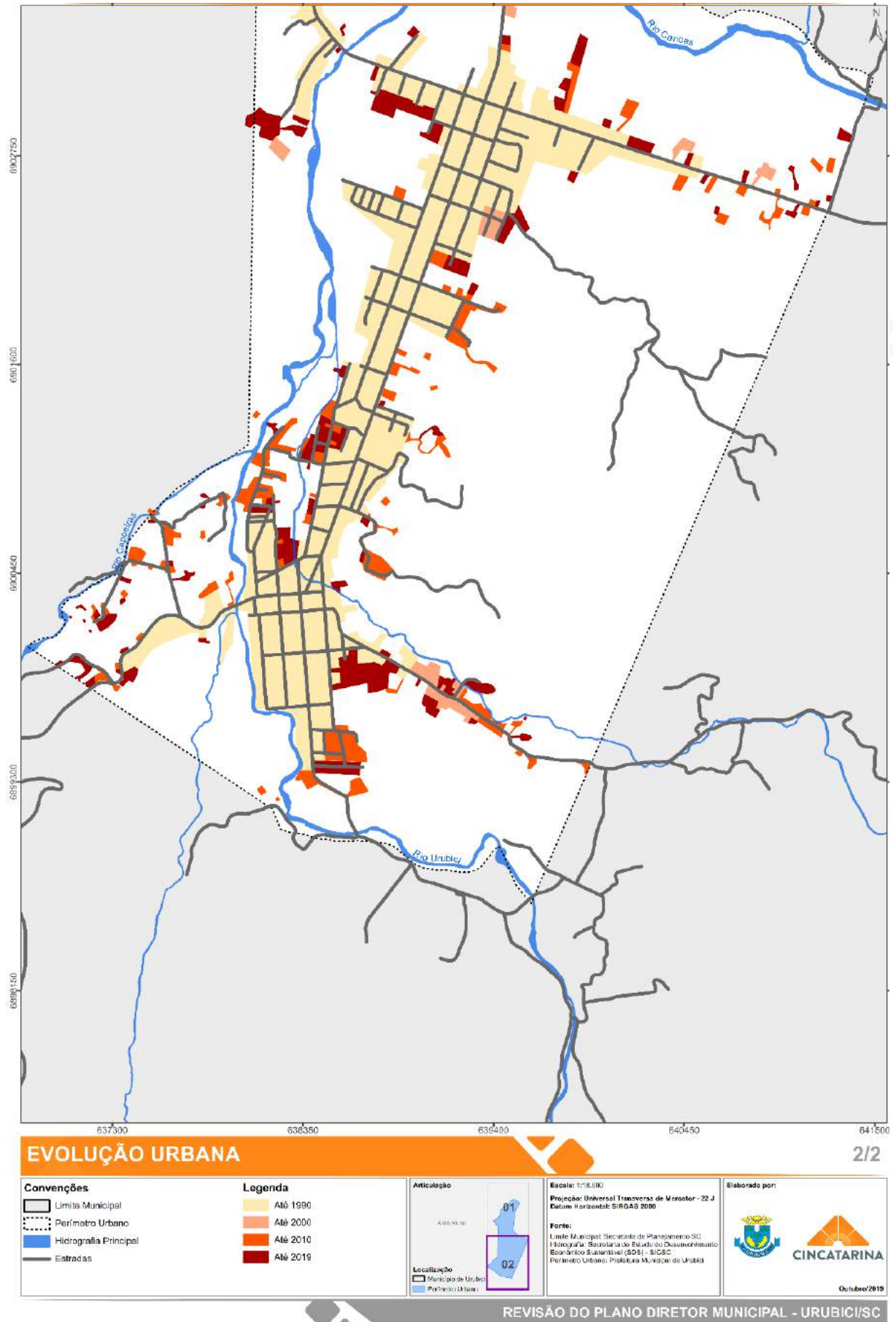
Além da descrição realizada, é possível observar a evolução do município através de imagens de satélites de diferentes períodos. A análise dessa evolução foi realizada sobre o atual perímetro urbano de Urubici, com a identificação progressiva de novos loteamentos e edificações. Os levantamentos das ocupações e novos parcelamentos, foram realizados através de análises das imagens do Google Earth, medidas nos anos de 1990, 2000, 2010 e 2019. É importante ressaltar que entre as imagens de satélite do Google Earth, há descolamentos, especialmente em imagens mais antigas, dispostas nas figuras a seguir:

Figura 65 - Evolução Urbana de Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 66 - Evolução Urbana de Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Até o ano 1990, a malha urbana dos núcleos consolidados estabelecia-se ao norte na localidade de Águas Brancas, seguido ao sul por um campo vazio, nas margens da SC-110, até conectar-se a localidade da Esquina, cujo o parcelamento já se apresentava consolidado. Neste período, as localidades da Praça e do Traçado também detinham grande parte de tecido urbano atual.

No período entre 1990-2000, ocorreram ocupações moderadas e pontuais, apresentadas nas localidades da Praça, Esquina e Águas Brancas, sempre em áreas adjacentes as já consolidadas.

Já entre 2000-2010, as ocupações cresceram preferencialmente na localidade da Praça, nos sentidos sudeste e oeste. No Traçado e na Esquina o crescimento da malha urbana, deu-se para o sentido leste. Além disso, houveram novas ocupações entre as localidades da Esquina e Águas Brancas, nas margens da SC-110.

Chegando ao período entre 2010-2019, os novos parcelamentos e ocupações, apresentam-se de maneira adjacente aos núcleos consolidados. Na Praça o tecido urbano, desenvolve-se nos sentidos oeste, sudoeste e sudeste. Na Esquina, ocorre em todos os sentidos, com maior evidência para o oeste. No Traçado, acontece menor intensidade em relação as demais regiões. Já a localidade de Águas Brancas apresenta novos parcelamentos isolados ao leste e ocupações as adjacentes as já existentes ao norte.

É importante discorrermos, que o crescimento urbano de Urubici, vai além da área estabelecida como perímetro urbano, ela desenvolve-se nas margens das SC-110 e SC-370. Na SC-110, acontece em sentido ao município de São Joaquim. Já a SC-370, apresenta diversas áreas urbanizadas, sendo a principal a localidade de Santa Terezinha. Cabe destacar que estas ocupações ocorrem com maior intensidade nas duas últimas décadas, devido ao aumento do movimento do turístico no município.

Observando os dados levantados, constatamos que o crescimento urbano do município se deu primeiramente em dois núcleos, as localidades da Praça e Esquina, posteriormente, surgindo a localidade do Traçado para ligação destes núcleos e demais localidades. Já o crescimento recente da malha urbana, acontece em áreas adjacentes: na Praça ao oeste, sudeste e sudoeste; na Esquina ao leste e oeste; em Águas Brancas ao norte, leste e oeste; no Traçado o desenvolvimento do tecido urbano ocorre de maneira moderada para sentido leste. Vale ressaltar, que os parcelamentos e as ocupações dentro do perímetro se adequam as condicionantes topográficas do município, utilizando-se preferencialmente sítios de topografia plana.

3.2.2 Legislação de zoneamento, uso e ocupação do solo

A Lei Complementar nº 1.404, de 23 de dezembro de 2009, institui o zoneamento, uso e ocupação do solo do município de Urubici – SC, integrando a lei estão, mapas, tabelas, descrições, desenhos e conceituações, as quais abrangem todo o território municipal. No Art. 2º são definidos os objetos desta legislação, sendo eles:

Art. 2º [...]

I - definir as diferentes zonas, ordenando a ocupação do solo das áreas urbanas e da expansão urbana;

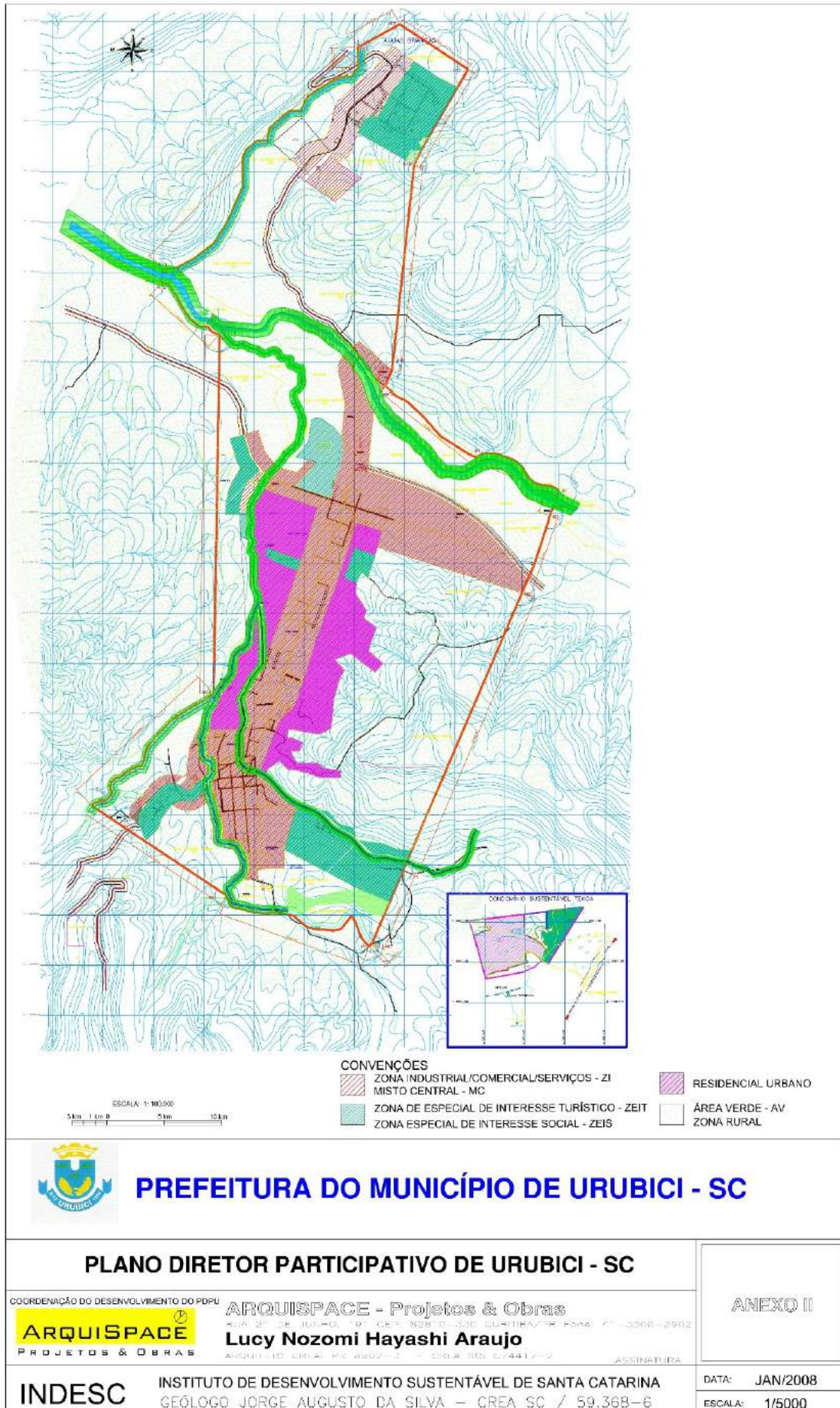
II - estabelecer uma hierarquia do sistema viário de forma a permitir a circulação rápida, segura e eficiente de pessoas e veículos pela área urbana;

III - dimensionar e alocar nas zonas da área urbana os equipamentos básicos necessários à vida equilibrada e saudável da população;

IV - Caberá ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano o objetivo de assessorar os poderes do Executivo e Legislativo em assuntos relativos ao Plano Diretor Participativo de Urubici.

O Art. 6º, trata dos fins administrativos, fiscais e do regime urbanístico de Urubici, dividindo o território em macrozonas de uso rural, interesse ambiental, zona urbana, interesse turístico e industrial e zonas de expansão urbana. Sendo definidas: Zona Urbana pelo perímetro urbano, com a inclusão da localidade de Águas Brancas e de condomínios rurais; a Zona Rural por áreas de atividades primárias, sem ocupações intensivas; Áreas de Interesse Ambiental, são localidades rurais que não comprometem os recuos hídricos; Áreas de Interesse Turístico, são apresentadas em lei específica que trata do desenvolvimento sustentável turístico; Áreas de Uso Industrial e de Serviços, subdividida em três categorias comerciais, distrito e localidades e; findando temos as Zonas de expansão Urbana, locais definidos para expansão urbana futura. Tais áreas e zonas estão dispostas em conformidade com o Anexo II da lei de zoneamento, uso e ocupação do solo, apresentado na Figura 67 a seguir:

Figura 67 - Mapa de Macrozoneamento de Urubici.



Fonte: Prefeitura Municipal de Urubici (2008)

O Capítulo III desta lei, contempla as definições de seu regime urbanístico e a divisão de Zona urbana. Sendo o regime urbanístico de Urubici definido por meio das normas de uso e ocupação do solo, dispositivos de controle das edificações e parcelamento do solo. O zoneamento, fica delimitado em conformidade ao Anexo II⁹ (mapa de zoneamento de uso e ocupação do solo), na Figura 68, e identificados conforme a Tabela 13.

Na Tabela 13, são identificadas 11 tipologias de zonas para o município de Urubici, as quais são separadas em categorias e subcategorias. Observou-se, uma disparidade na categoria verdes, subcategoria cobertura vegetal, especificamente em sua descrição quando trata da proteção de orlas marítimas, algo dispensável e em desconformidade com a localização e geografia de Urubici que se encontra na região Serrana do Estado.

No Mapa de Zoneamento (Figura 68) são delimitadas as seguintes zonas: Zona Industrial, Misto Diversificado I e II, Zona Especial Interesse Social, Residencial Preferencial I e II, Misto Central, Área de Proteção Permanente (Proteção Ambiental), Áreas Verdes, Áreas de Riscos e Zona de Especial Interesse Turístico. Além das zonas, há demarcação das faixas de domínio das rodovias estaduais, sendo 30 m para cada margem a partir do eixo central.

Outro aspecto notado, foi a falta de descrição e funções das Zonas de Especiais de Interesse Social, as quais estão delimitadas apenas no Mapa de Zoneamento. A Zona Especial Interesse Turístico também é delimitada apenas mapa da Figura 68, porém, suas definições estão em leis específica para áreas turísticas, a Lei Complementar n° 1.406, de 23 de dezembro de 2009¹⁰.

Relacionando a Tabela 13 e a Figura 68, percebe-se a falta de destinação e delimitação de locais para equipamentos comunitários, transportes e urbanos, o que é compreendido, por meio dos dispositivos no Art. 12 a seguir:

Art. 12º - Poderão ser criadas outras zonas de uso, segundo o parecer do órgão de planejamento, devendo haver estudos especiais para cada caso.
Parágrafo Único – Algumas zonas de uso que não constarem no zoneamento de Urubici, já foram definidos nos artigos anteriores para facilitar os planejadores, e manter a mesma linguagem dentro do planejamento final do Município.

⁹ O Anexo II, corresponde aos mapas de Macrozoneamento e Zoneamento da LC n° 1.404/2009.

¹⁰ Lei Complementar n° 1.406, de 23 de dezembro de 2009 institui o sistema municipal de unidades de conservação da natureza, parques urbanos e áreas verdes de complemento urbano e dá outras providências.

Tabela 13 - Divisão de Zonas¹¹.

RESIDENCIAL	RE - Exclusivamente Residencial	Art. 11 [...] - § 1º Zona de uso Exclusivamente Residencial (RE) é a zona destinada exclusivamente à função habitação permanente.
	RP - Predominantemente Residencial	Art. 11 [...] - § 2º Zona de uso predominantemente residencial (RP) é a zona destinada primordialmente à função habitação permanente.
MISTO	MC - Misto Central	Art. 11 [...] - § 3º Zona de uso Misto Central (MC) é a zona destinada às funções comércio, serviços e administração.
	MD - Misto Diversificado	Art. 11 [...] - § 4º Zona de uso Misto Diversificado (MD) é a zona destinada à localização de estabelecimentos de serviços, comércio atacadista, artesanato e pequena indústria que pelo porte e funcionamento não podem ser localizados nas áreas centrais.
INDUSTRIAL	IP - Predominantemente Industrial	Art. 11 [...] - § 5º Zona de uso Predominantemente Industrial (IP) é a zona destinada preferencialmente à instalação de indústrias cujos processos, submetidos a métodos adequados de controle e tratamento de efluentes não causem incômodos sensíveis às demais atividades urbanas e nem perturbar o repouso noturno da população.
	IE - Estritamente Industrial	Art. 11 [...] - § 6º Zona de uso Estritamente Industrial (IE) é a zona destinada preferencialmente à localização de estabelecimentos industriais cujos resíduos sólidos, líquidos, gasosos, ruídos, vibrações, emanção e radiações possam causar perigo à saúde, a bem-estar e a segurança das populações, mesmo depois da aplicação de métodos adequados de controle de e tratamento de efluentes, nos termos da legislação vigente.
EQUIPAMENTOS	EC - Equipamento Comunitário	Art. 11 [...] - § 7º Zona de Equipamentos Comunitários (EC) é a zona destinada exclusivamente à instalação dos equipamentos necessários a garantia do funcionamento satisfatório das demais funções urbanas e do bem-estar da população.
	ET - Equipamentos Transportes	Art. 11 [...] - § 8º Zona de Equipamentos de Transportes (ET) é a zona destinada exclusivamente à instalação do sistema viário a de transporte e dos equipamentos complementares.
	EU - Equipamentos Urbanos	Art. 11 [...] - § 9º Zona de Equipamentos Urbanos (EU) é a zona destinada à instalação dos equipamentos públicos de infraestrutura dos sistemas de saneamento básico e de abastecimento de energia.
VERDES	VL - Verde de Lazer	Art. 11 [...] - § 10 Zona Verde de uso para lazer e cultura (VL) é a zona destinada à recreação da população.
	VV - Cobertura Vegetal	Art. 11 [...] - § 11 Zona Verde, Cobertura Vegetal (VV) é a zona caracterizada pela cobertura vegetal permanente, são basicamente destinadas à reserva ecológica para manter o equilíbrio do meio-ambiente urbano, outras são destinadas à proteção, ornamentação e segurança do sistema viário, a proteção dos mananciais, a contenção de encostas, margens de rios e lagos, orlas marítimas demais áreas produtivas por legislação.

Fonte: Adaptado por CINCATARINA (2019)

¹¹ Tabela adaptada dos Art. 10 e Art. 11 da LC nº 1.404/2009.

Quanto ao uso e ocupação do solo temos três classificações: adequado, tolerado e proibidos. No Art. 25, encontra-se a classificação das classes de uso, sendo elas: Residencial, Religioso, Comercial, Prestação de Serviços, Educacional, Saúde e Assistência Social, Institucional, Cultural, Residencial e Industrial. São índices urbanísticos empregados pela LC nº 1.404/2009: taxa de ocupação, índice de aproveitamento, gabarito máximo, afastamentos e taxa de permeabilidade mínima¹².

Na Tabela 14, são apresentados os índices e taxas vigentes em Urubici, cabendo destaque para sua taxa de ocupação máxima de 56% nas MC, MD 1 e M2, competido ao restante do território índices de valores inferiores, como em áreas de encostas cuja T.O. admitida é de 10%. Ou fator, relevante é o gabarito máximo permitido ao município de 6 pavimentos, qual auxilia na manutenção da paisagem natural transmitida pelo município.

Tabela 14 – Tabela 1 da LC nº 1.404/2009 - Tabela dos índices taxas de ocupação¹³.

ZONAS			RP1	RP2	MC	MD1	MD2	IP	ENCOS TAS	APPs
Área Mínima do Lote			360	360	360	360	360	5.000	Até 30% 5.000	360
Frente Mínima do Lote			12	12	12	12	12	50 25	50	12
Profundidade Mínima			25	25	25	25	25	100	100	25
Afastamento Frontal Mínimo	Resid. e Com.	Via Principal	4	4	4	4	4	15	15	NC
		Via Secund.	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	15	15	NC
Afastamento Lateral Mínimo	Até 4 pav.		1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	5	5	NC
	Até 6 pav.		2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	5	5	NC
Afastamento Fundos Mínimo	Até 4 pav.		1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	10	10	NC
	Até 6 pav.		2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	10	10	NC
Número de Pavimentos			3	2	6	6	6	2	2	NC
Índice/Aproveitamento			1,5	1	3	3	3	0,5	0,5	NC
Taxa de Ocupação Máxima			50%	50%	56%	56%	56%	50%	10%	NC
Complementação da Tabela 1										
a) Em edifícios residenciais, somente ficam dispensadas de afastamento de fundos, as edículas, que são compartimentos de utilização transitória, tais como: depósitos, lavanderias, garagens, pequenas construções, separadas de construção principal e somente no pavimento térreo.										
b) Afastamento frontal, para uso residencial e comercial, na via principal será sempre de 4m (quatro metros) e na via secundária será de 1,5m (um metro e meio).										
c) Em edifícios até 6 (seis) pavimentos, a partir da sobreloja, será obrigatório um afastamento lateral e de fundos igual a 2,50 m.										
d) Em edifícios até 4 (quatro) pavimentos, a partir da sobreloja, será obrigatório um afastamento lateral e de fundos igual a 1,5 m.										

Fonte: Prefeitura Municipal de Urubici (2011)

¹² Segundo o disposto no Capítulo III, Seção III, Subseção V a Taxa de Permeabilidade mínima no município será de 25%, para todos os zoneamentos legislados pela LC nº 1.404/2009.

¹³ Tabela dos índices e taxas de ocupação da LC nº 1.404/2009, teve sua redação alterada pela Lei Complementar nº 1/2011.

A classificação dos usos e atividades é realizada na Tabela 02 da LC n° 1.404/2009, onde são determinadas tipologias e usos, as quais são classificadas em função das características da zona de inserção, sendo utilizado a seguinte classificação: A – Uso adequado; P – Uso proibido e; EP – Exceção, Uso permissível (exceção, uso permissível, dependendo da análise específica de porte e localização em determinada zona)¹⁴. Entretanto, tal classificação não se faz compatível ao disposto no Art. 18, que apresenta a classificação de adequados, tolerados e proibidos, criando dubiedade na interpretação quanto a classificação das atividades e usos do solo.

Para complementar a classificação apropriada dos usos aos zoneamentos, na Tabela 4 da LC n° 1.404/2009, as atividades são classificadas quanto a seu grau de periculosidade, com a seguinte classificação: NI - Não incômoda; I – Incômoda; NO – Nociva e; PE – Perigosa.

Nesta legislação, verificamos ainda a falta de aplicação de alguns instrumentos urbanísticos, tal como índice de aproveitamento mínimo, essencial para coibição de vazios urbanos e fundamental para o melhor aproveitamento de serviços e equipamentos urbanos. Deve-se observar que desde a implantação do atual plano diretor houveram, alterações pontuais no corpo de seu texto, bem como em seus anexos, os quais se ajustaram as necessidades averiguadas no decorrer do tempo.

De maneira geral, observa-se ainda, o respeito dos índices urbanísticos do plano diretor vigente, no que tange ao gabarito das edificações, porém, devido à falta de informações do cadastro imobiliário, não foi possível analisar se houve ocupações que infringem a legislação vigente nos quesitos: taxa de ocupação, índice de aproveitamento, taxa de permeabilidade e recuos laterais e fundos.

3.2.3 Cheios e vazios

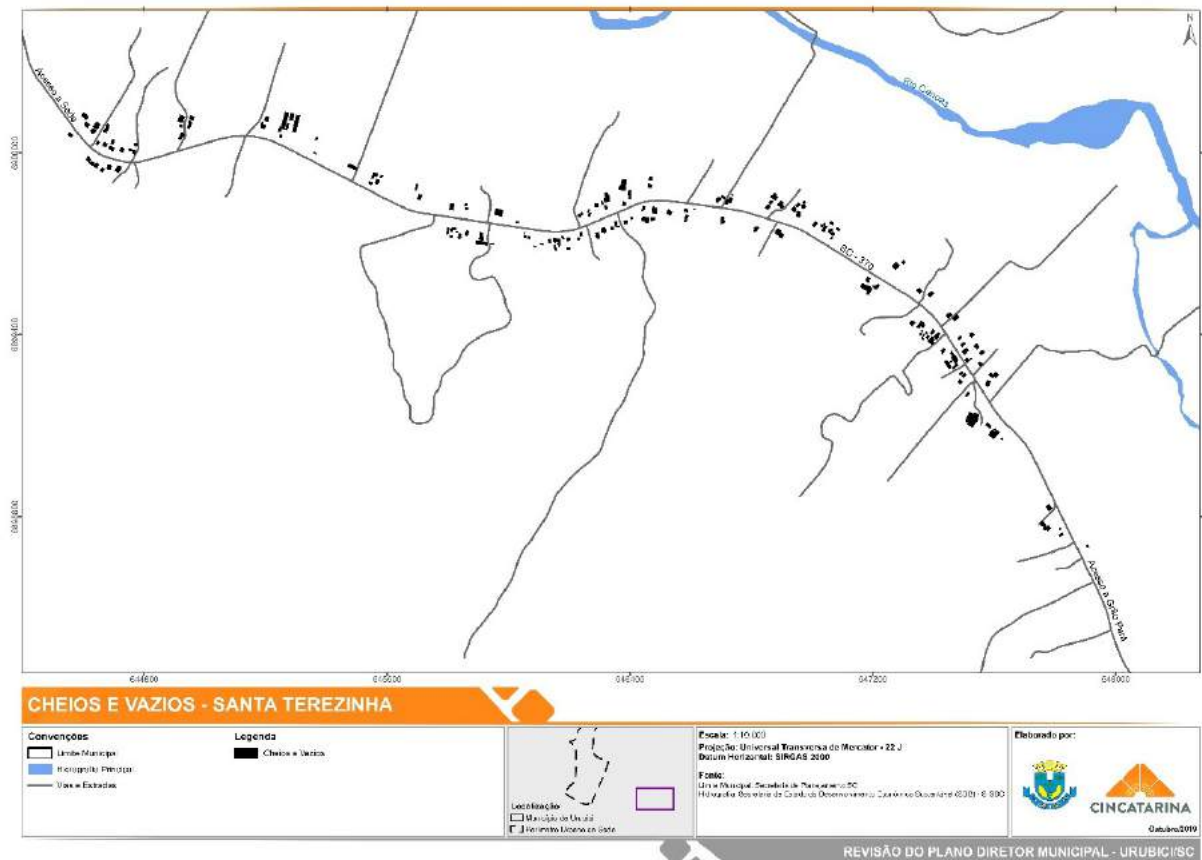
Utilizamos a relação de densidades para observar como se organizam os espaços e edificações da cidade, com isso, observamos as áreas de concentração do espaço bem como espraamentos e vazios urbanos.

Na localidade de Santa Terezinha (Figura 69), as ocupações apresentam baixa densidade ocupacional e ocorrem de forma lindeira a SC-370, além disso, se apresentam de forma espraçada, havendo diversas glebas sem edificações, o que se

¹⁴ Classificação também apresentada nas conceitualizações da Tabela 3 da LC n° 1.404/2009.

caracteriza como vazios urbanos. Pode-se dizer ainda, que a localidade, possui características semi-rurais, onde meio urbano funde-se ao meio rural.

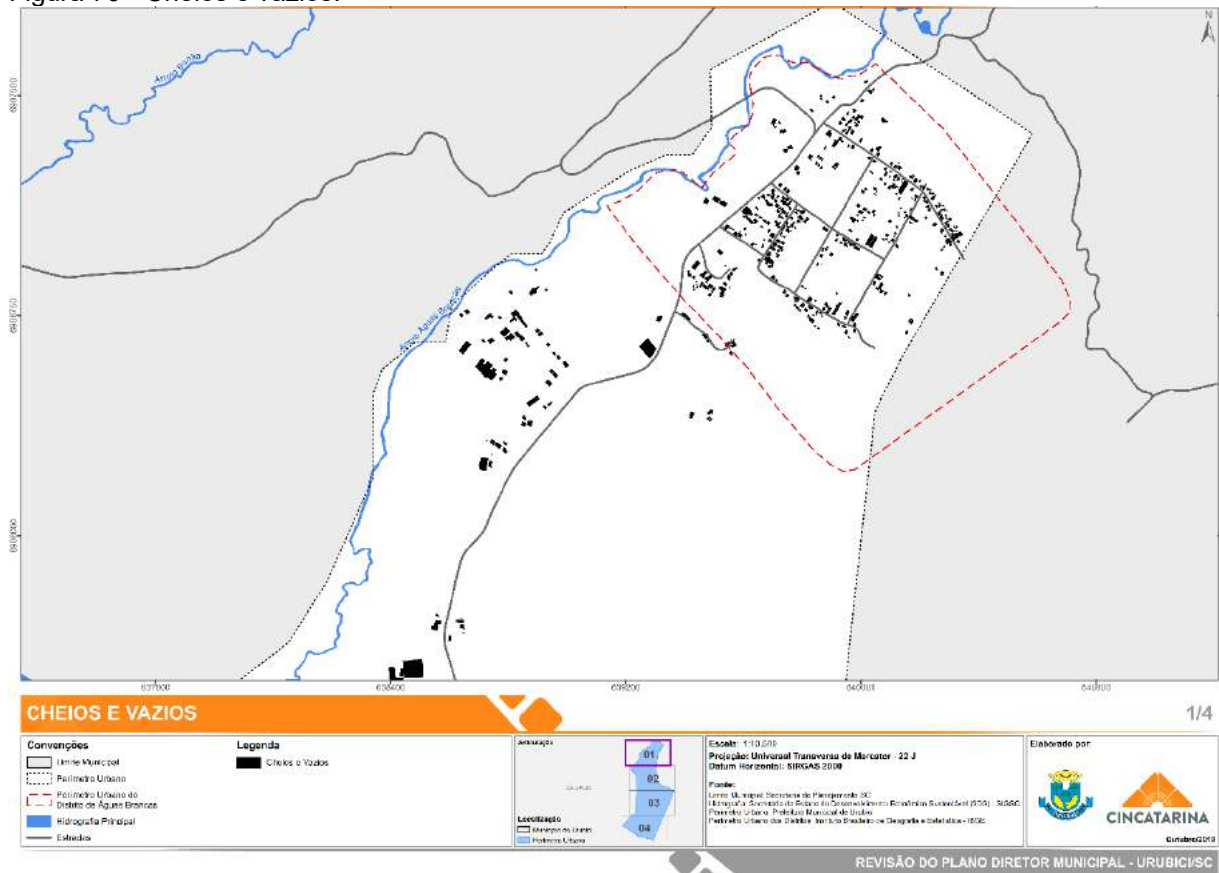
Figura 69 - Cheios e vazios Santa Terezinha.



Fonte: CINCATARINA (2019)

O Distrito de Águas Brancas (Figura 70), é composto por concentrações pontuais de adensamento, seguidas por glebas de vazios urbanos, especialmente no interior das grandes quadras que compõe o tecido urbano, na região compreendida pelas vias: Rua Batista Católico, Rua José Rabelo Flores, Rua Benfica Costa Pará, SC-110, dentre outras que compõe a região oeste do distrito. Ainda, é perceptível em todo o distrito a existência de diversas áreas de vazios urbanos, passíveis para novas ocupações e/ou parcelamentos do solo urbano.

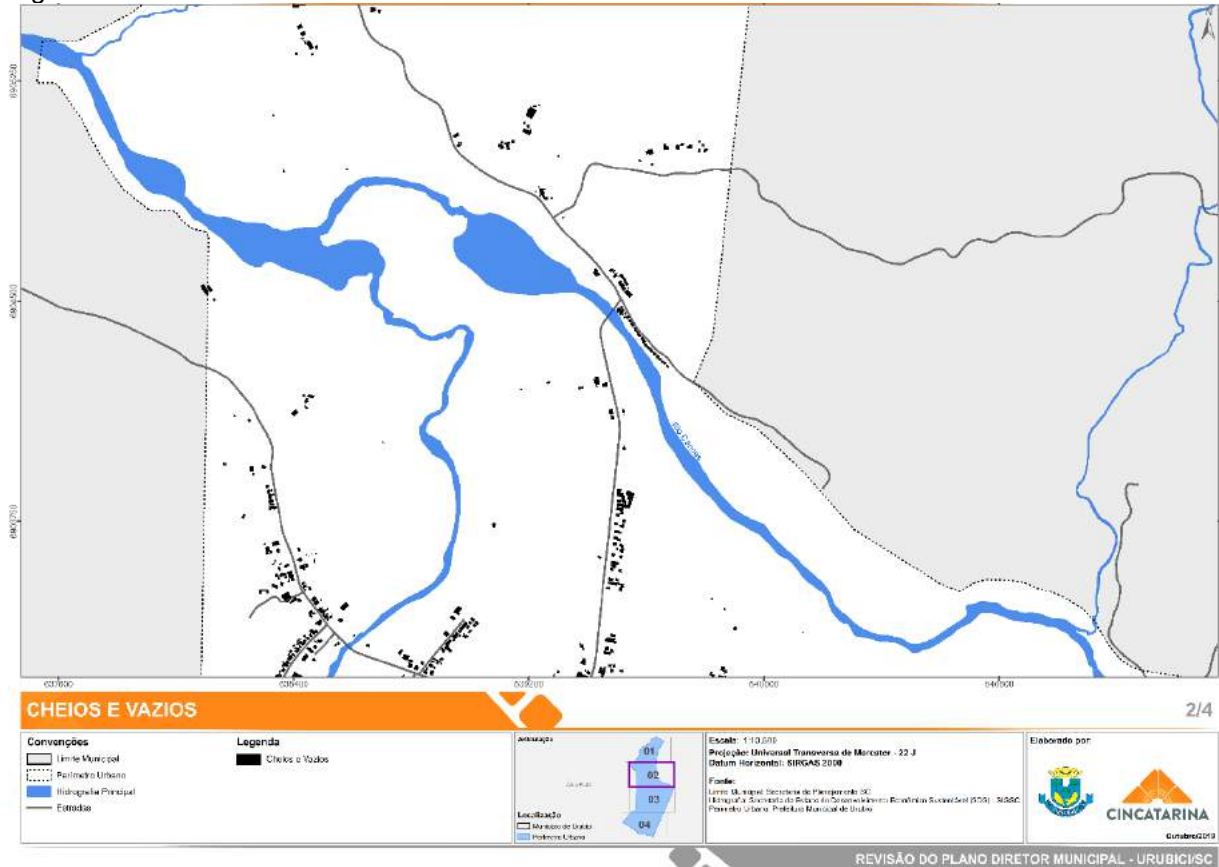
Figura 70 - Cheios e vazios.



Fonte: CINCATARINA (2019)

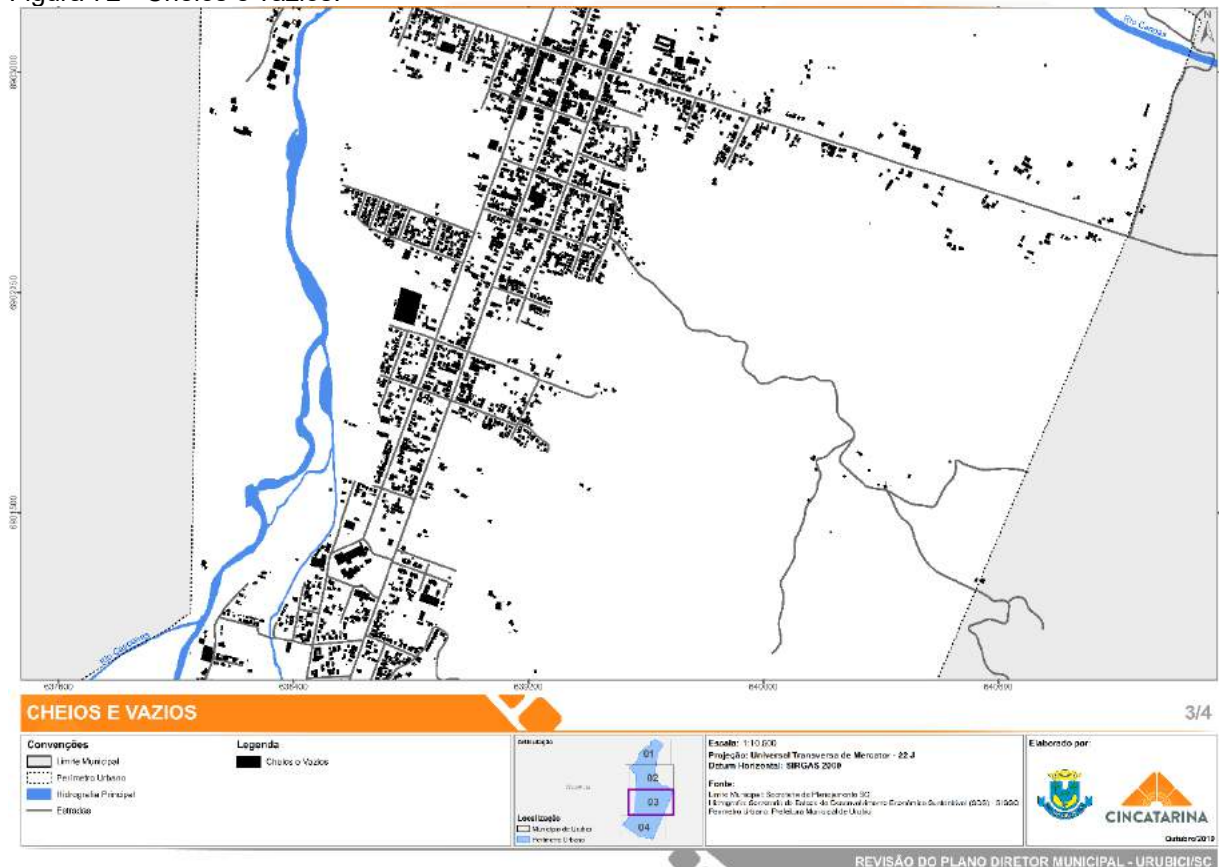
Na Sede as densidades ocupacionais se condicionam, por meio da formação da malha urbana e da topografia (áreas planas), sendo eles os principais responsáveis pelos vazios urbanos existentes. Conforme pode-se observar nas Figura 71 a Figura 73. A localidade da Esquina (Figura 71 e parte norte da Figura 72), pode ser dividida em tipologias de densidade ocupacional: a primeira de média-alta densidade, nos prolongamentos das vias Avenida Adolfo Konder, Avenida Francisco Ghizoni e Avenida Felicissimo Rodrigues Sobrinho e vias perpendiculares a estas; já segunda caracteriza-se por densidade ocupacional média-baixa, inseridas nos trechos urbanos consolidados das rodovias estaduais SC-110 e SC-370; e a terceira é caracteriza por densidade ocupacional de baixa densidade, constituídas por glebas sem parcelamento e/ou ocupações semi-rurais, ao longo dos acesso pelas SC-110 e SC-370. Os principais vazios urbanos da localidade da Esquina estão localizados nos sentidos: oeste, norte e sudeste, as quais são passíveis para novos parcelamentos, especialmente pela topografia plana da região e pela existência de serviços e infraestruturas em suas proximidades.

Figura 71 - Cheios e vazios.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 72 - Cheios e vazios.

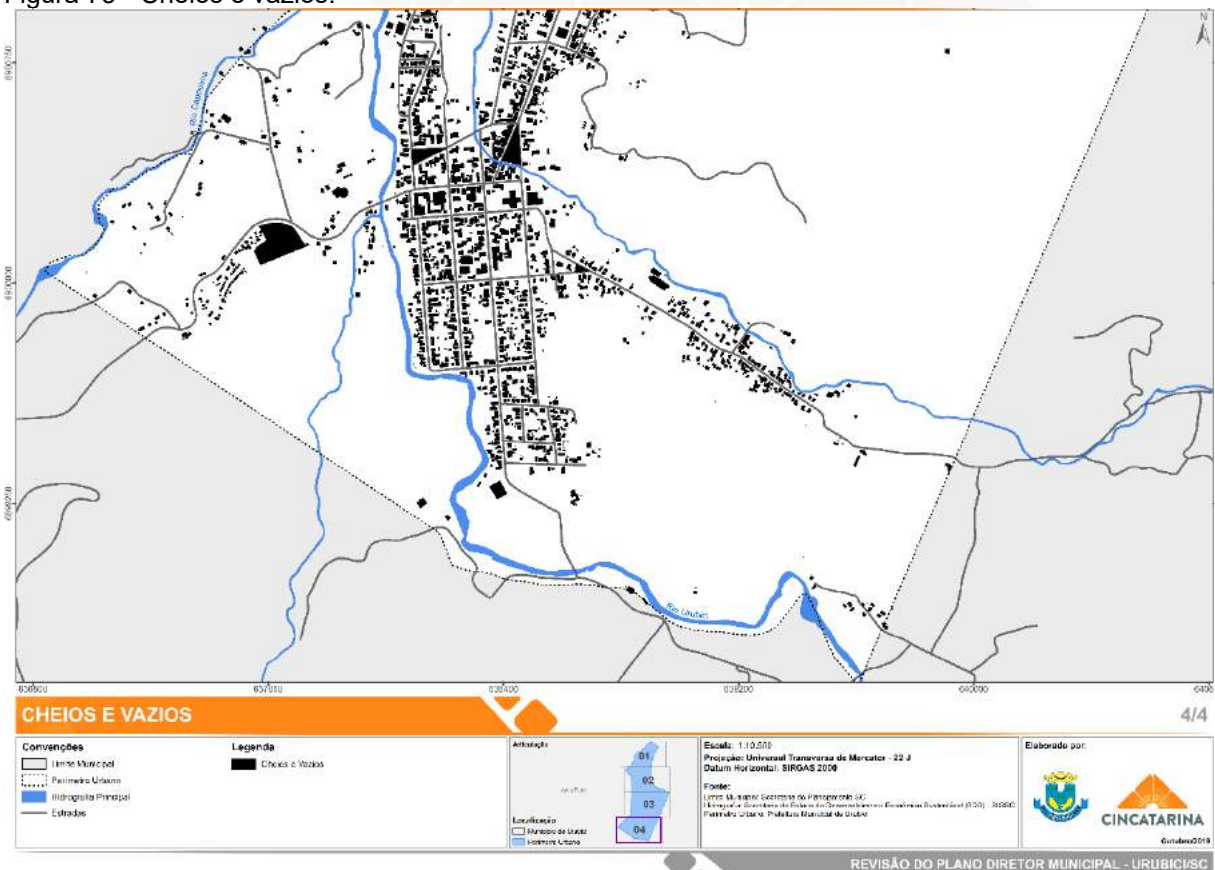


Fonte: CINCATARINA (2019)

No Traçado (parte sul da Figura 72), temos diversas glebas ainda não parceladas, as quais constituem os maiores vazios urbanos de Urubici, também responsáveis pela falta de atratividade nesta região da cidade, especialmente em trechos das principais vias do município a Avenida Adolfo Konder e Avenida Francisco Ghizoni, que fazem a ligação entres as localidades da Praça e da Esquina. Pode-se afirmar, que a densidade ocupacional desta região é média, pois, as ocupações nas áreas consolidadas não atingiram a totalidade dos lotes parcelados, além da existência de diversas áreas passíveis para novas ocupações e/ou parcelamento.

Na localidade da Praça (Figura 73), especificamente no Centro, temos uma densidade ocupacional média-alta, em relação ao porte do município, cujas as ocupações de caráter residencial e comercial, fazem-se presente em grande parte dos lotes parcelados. Ao sudoeste da Praça, na SC-110, nos deparamos com grandes glebas urbanas sem parcelamentos e/ou ocupações, ali a densidade ocupacional é considerada baixa. Já no sentido sudeste, nas proximidades da Rua Pedro Custódio, a densidade ocupacional é média, pois, os lotes consolidados estão preenchidos e os novos estão em processo de ocupação.

Figura 73 - Cheios e vazios.



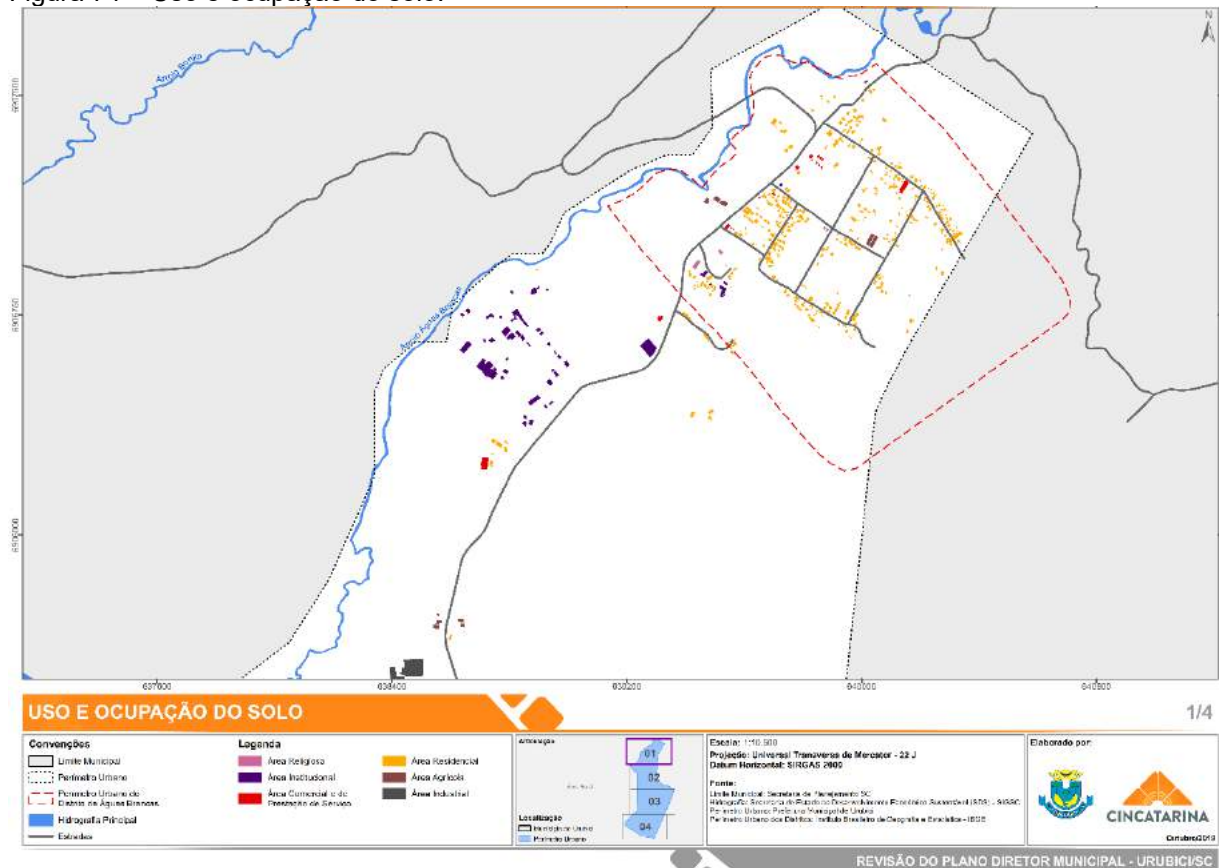
Fonte: CINCATARINA (2019)

De maneira geral, verificou-se que grande parte dos territórios urbanos apresentam regiões de baixa densidade ocupacional, condicionados pela malha urbana, áreas verde e topografia. As menores densidades são aferidas em Santa Terezinha e Águas Brancas, respectivamente, além das regiões sudoeste, oeste e norte de Urubici. Já as densidades ocupacionais mais altas estão nas regiões da Praça e da Esquina. As médias densidades são encontradas na área do Traçado. Sendo observado, em todas as localidades urbanas de Urubici, áreas passíveis para novas ocupações e parcelamentos, especialmente por estarem dotadas de serviços e infraestruturas urbanas.

3.2.4 Uso e ocupação do solo

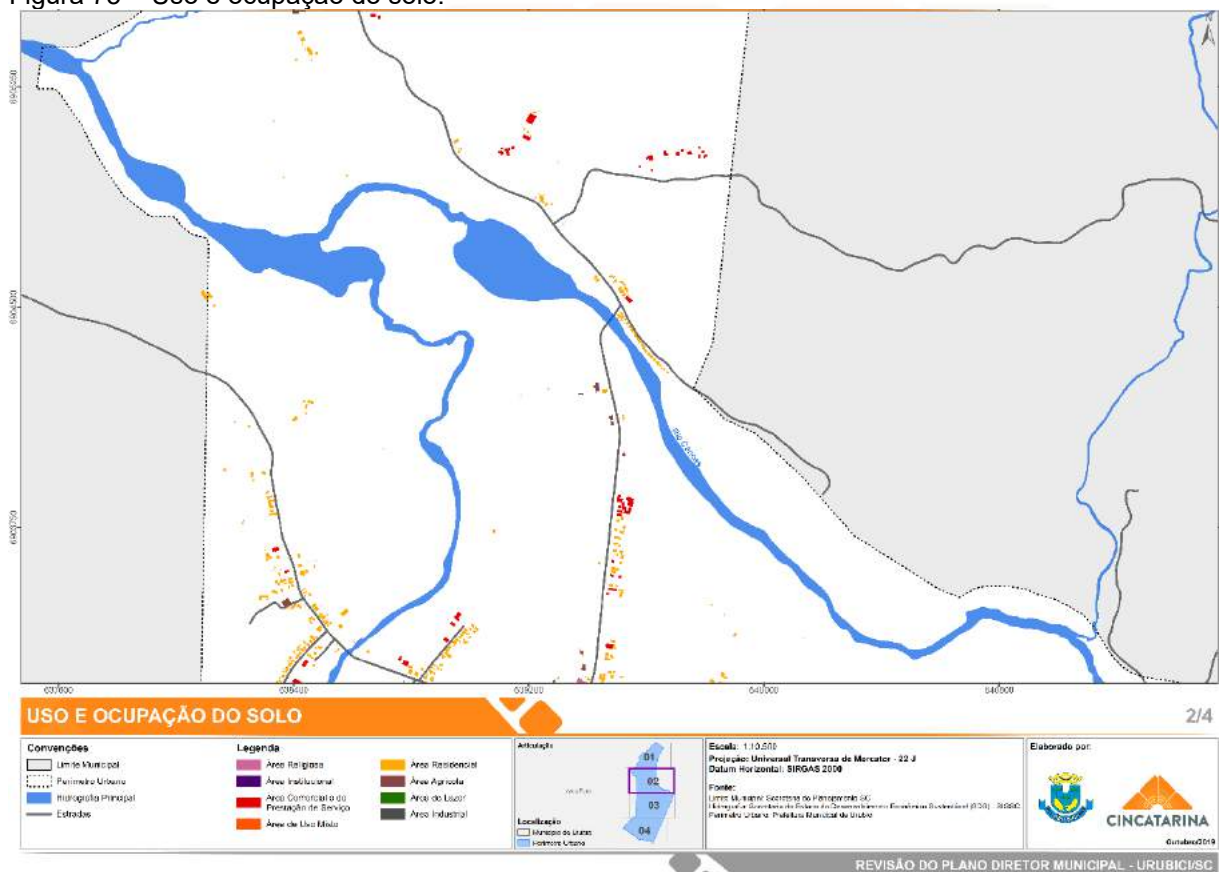
O levantamento do uso e ocupação do território é importante para definir as formas de ocupações no espaço urbano buscando preservar a qualidade de vida da população. Os usos do solo são caracterizados e identificados por sua predominância perante o solo urbano da cidade, destacando edificações ou pontos relevantes ao município, sendo classificados em: religioso, institucional, residencial, comercial e prestação de serviços, misto, lazer, agrícola e industrial. Conforme apresentados nas Figura 74 a Figura 78.

Figura 74 – Uso e ocupação do solo.



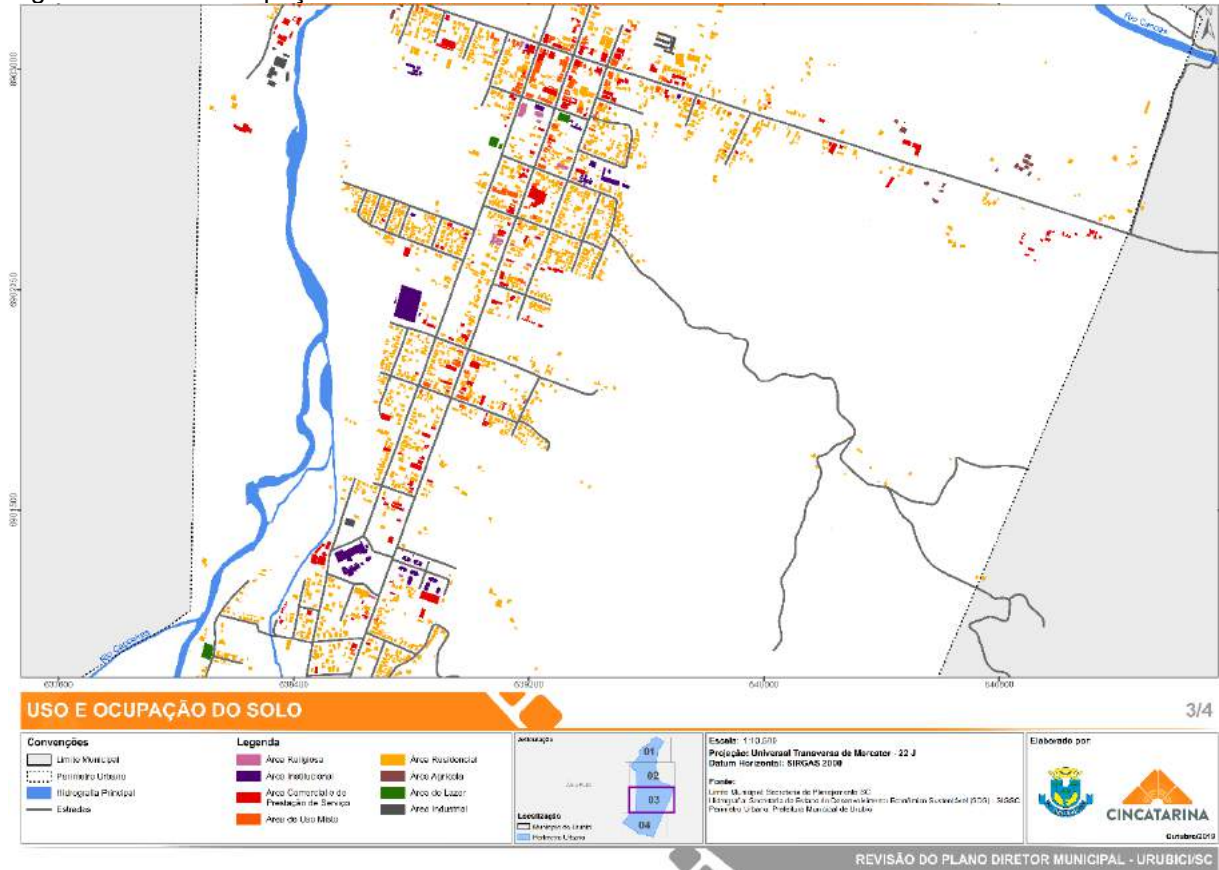
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 75 – Uso e ocupação do solo.



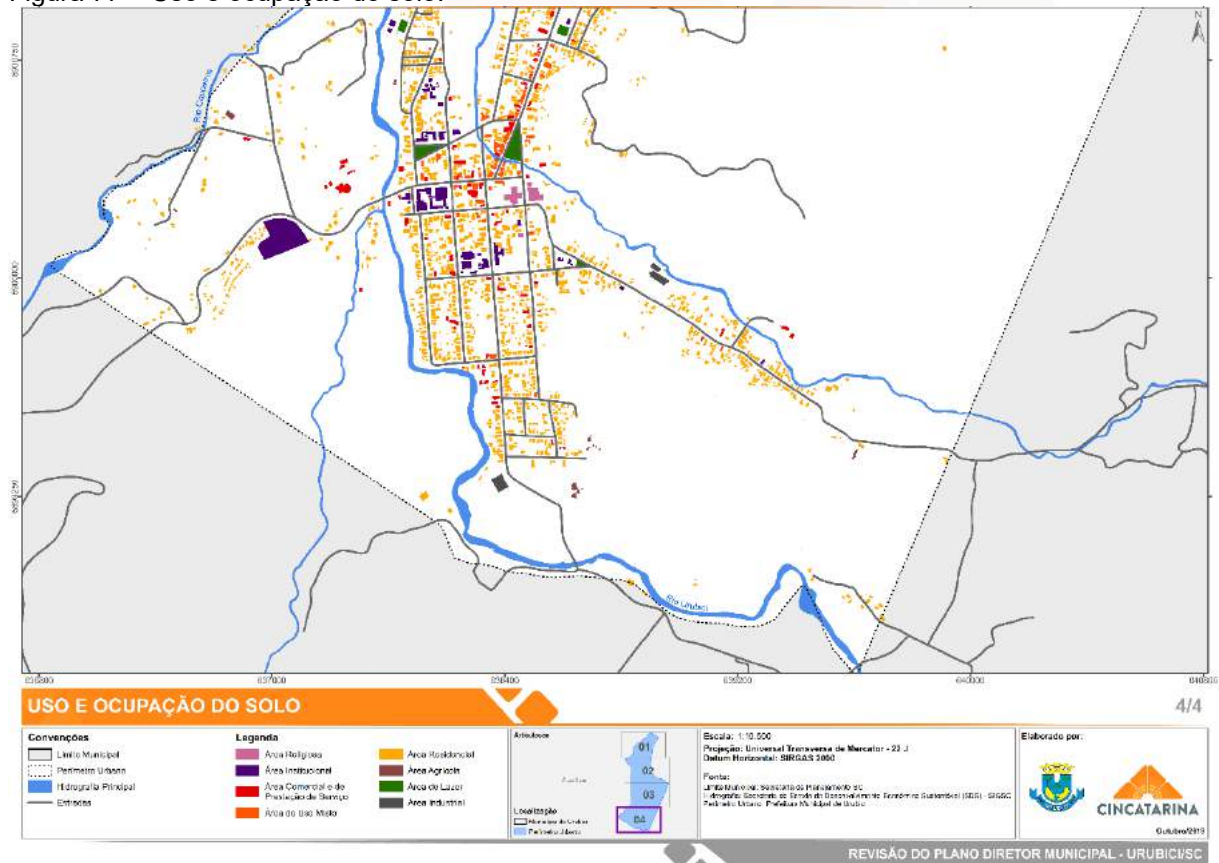
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 76– Uso e ocupação do solo.

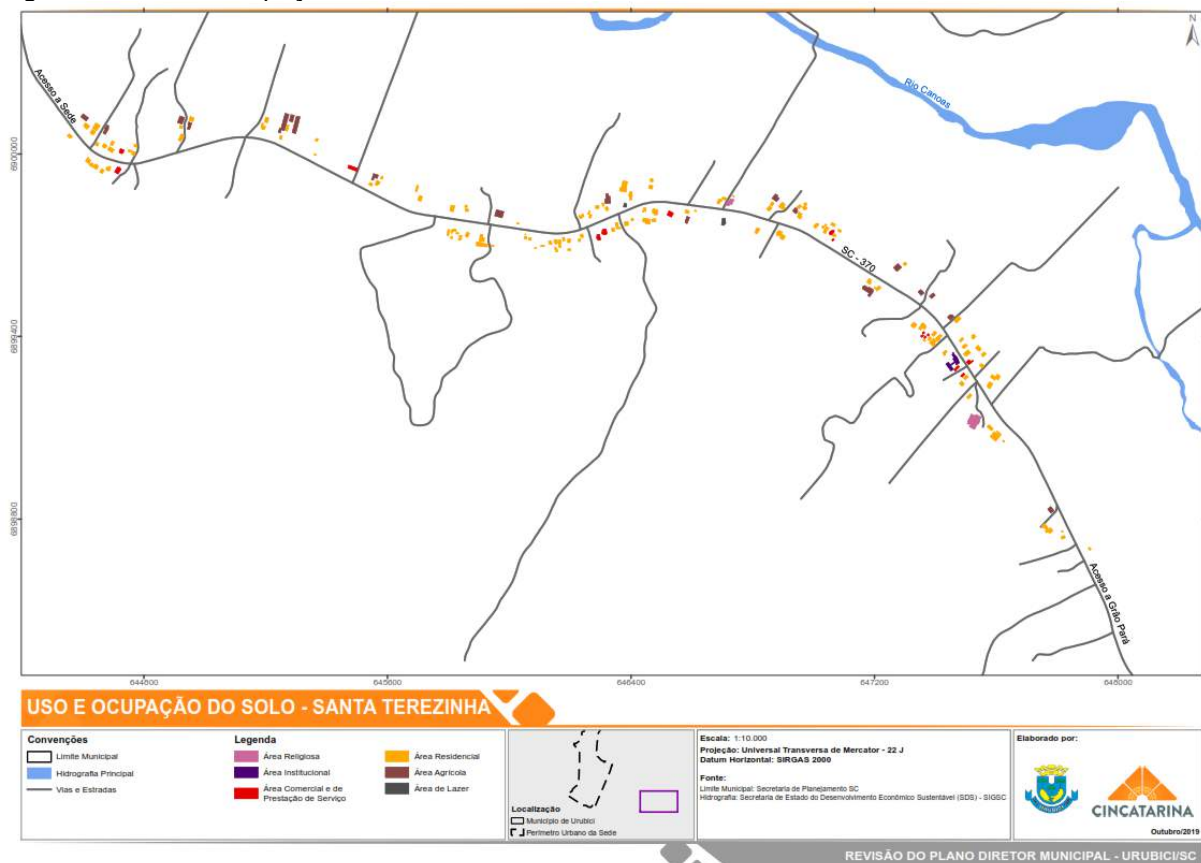


Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 77 – Uso e ocupação do solo.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 78 – Uso e ocupação do solo.


Fonte: CINCATARINA (2019)

As edificações classificadas como áreas religiosas são constituídas por: igrejas, templos, sinagogas, centros espíritas, seminários, conventos e outras voltadas a crença de um determinado grupo. Tais ocupações são dispostas preferencialmente nos centros das localidades da Esquina, Praça e Águas Brancas, apresentando-se diversas vezes como pontos nodais destas regiões.

Áreas institucionais são edificações ou terrenos voltados para o uso comunitário, onde são instalados órgãos públicos dos diversos setores tais como: saúde, educação, justiça, administração pública, segurança, assistência social dentre outros serviços voltados a população. As áreas institucionais concentram-se ao centro das localidades da Praça, Traçado e Esquina, entretanto, são encontradas nas demais localidades do município, especialmente na forma de instituições de ensino e saúde.

Já as áreas comerciais e de prestação de serviços, são constituídas de comércios varejistas e atacadistas diversificados, por prestadores de serviços de todos os setores, como escritórios profissionais ou mesmo mecânicas automotivas. As ocupações comerciais e de prestação de serviços estão dispostas predominantemente nas vias Avenida Adolfo Konder (SC-110), Avenida Rodolfo

Anderman (SC-370), além disso, são encontradas na localidade de Águas Brancas e dispersas pontualmente nos bairros.

As edificações mistas são aquelas destinadas a abrigar as atividades de diferentes usos, tais como: comércios ou prestação de serviços junto a residências. No município estes usos são encontrados nas vias Avenida Adolfo Konder (SC-110), Avenida Rodolfo Anderman (SC-370), Rua Cesário Amarante e pontualmente em vias de bairros.

Áreas residências são voltadas para uso predominante residencial unifamiliar ou multifamiliar, podendo ser constituída por condomínios verticais ou horizontais. Tais ocupações são predominantes na localidade do Distrito de Águas Brancas e regiões periféricas do perímetro urbano, além disso, constituem maior parcelas das ocupações do município.

Classificam como áreas de lazer: parques, praças, espaços para recreação e pratica esportiva, os quais, desempenham a função de melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade. Apresentam-se com maior predominância na localidade da Praça, ao sul do perímetro urbano e também encontradas na localidade da Esquina, na Avenida Antônio Francisco Ghisoni.

As áreas industriais são voltadas para o setor de produção dos mais diversos setores como agricultura, manufatura e serviços, os quais são fundamentais para a manutenção de uma economia diversificada. Tais ocupações são encontradas pontualmente dentro perímetro urbano nas vias: Rua Dilvo Cezar Ghizoni, Rua Boanerges Pereira de Medeiros, Rua Pedro Custódio e SC-110.

Vale ressaltar que as ocupações com características rurais, especialmente com atividades agrícolas e de criação de animais, estão presentes em diversas partes do perímetro urbano da sede e do distrito, evidenciado nos vazios urbanos existente entre as localidades de Águas Brancas e Esquina e nos entornos da SC-110.

Ao observarmos a distribuição do uso e ocupação do solo de Urubici, averiguamos a predominância das ocupações residenciais na malha urbana, a concentração de usos comerciais, serviços e mistos na área central, localizados nas principais vias das localidades da Esquina, Traçado e Praça, podemos ainda afirmar que há a concentração satisfatória do uso do solo no início da Av. Adolfo Konder, mediante ao seu porte viário, porém ainda observou-se usos rurais no decorrer da sua extensão, assim como nas vias paralelas dessa região.

Em análise do uso e ocupação do solo rural, observamos uma considerável existência de edificações com características urbanas, bem como, a utilização de edificações para fins de hospedagens e pequenos comércios varejistas.

3.2.5 Perfil das ocupações

Ao realizarmos a análise das ocupações compreendemos o contexto em que o município se insere, para este entendimento, foram realizadas visitas de campo, elaboração de cartogramas, análise de mapas e, entre outras ferramentas de análise, as quais são essenciais para a caracterização do perfil de ocupações urbana e rurais, tipologia construtiva, bem como, os recuos e gabaritos das edificações existentes.

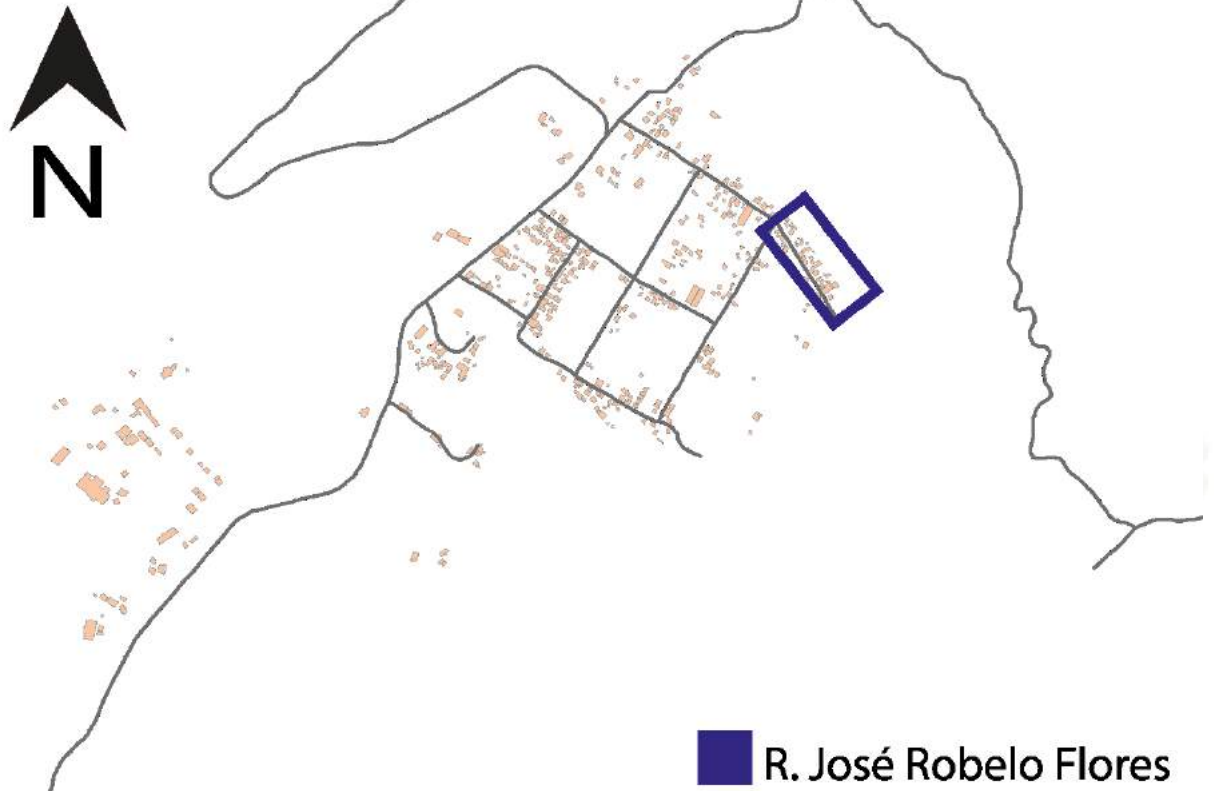
Para Castrogiovani (2001, p. 23), “o espaço urbano não é construído para uma pessoa, mas para muitas, que apresentam diferenças de temperamento, formação, ocupação profissional, origem étnica, diversidade social e, portanto, interesses”. Deste modo, o ordenamento da cidade ocorrerá a partir de fatores diversos e a representação humana deste espaço se manifestará na própria apropriação do espaço, constituindo a paisagem urbana. “A cidade é o espaço territorializado, apropriado pelas sociedades” (CASTROGIOVANI, 2001, p. 24).

Urubici apresenta uma tipologia ocupacional incomum em relação a maior parte dos municípios, pois, em seu território usos rurais inserem-se no meio urbano e vice-versa, sendo isto, observado em toda extensão municipal.

A análise foi realizada observando o perfil edilício existente em diversas partes do município, averiguando as características predominantes em cada um deles através de registros fotográficos e análises de recuos e gabaritos. Para o levantamento dos recuos frontais das edificações, foram elencadas as regiões apresentadas nas Figura 79 e Figura 80.

Já para o levantamento dos gabaritos das edificações de Urubici, foi realizado a fotointerpretação da Ortofoto do Levantamento Aerofotogramétrico do Estado de Santa Catarina (SDS, 2012), analisando as edificações existentes até este período. Como parâmetros, utilizamos o pé direto conforme legislação vigente, as exceções constituíram-se nos edifícios religiosos e galpões, pois, apresentam gabaritos com altura diferente ao padrão. As figuras que correspondem ao levantamento do gabarito são as Figura 86, Figura 91, Figura 104 e Figura 120, distribuídas no transcorrer da análise.

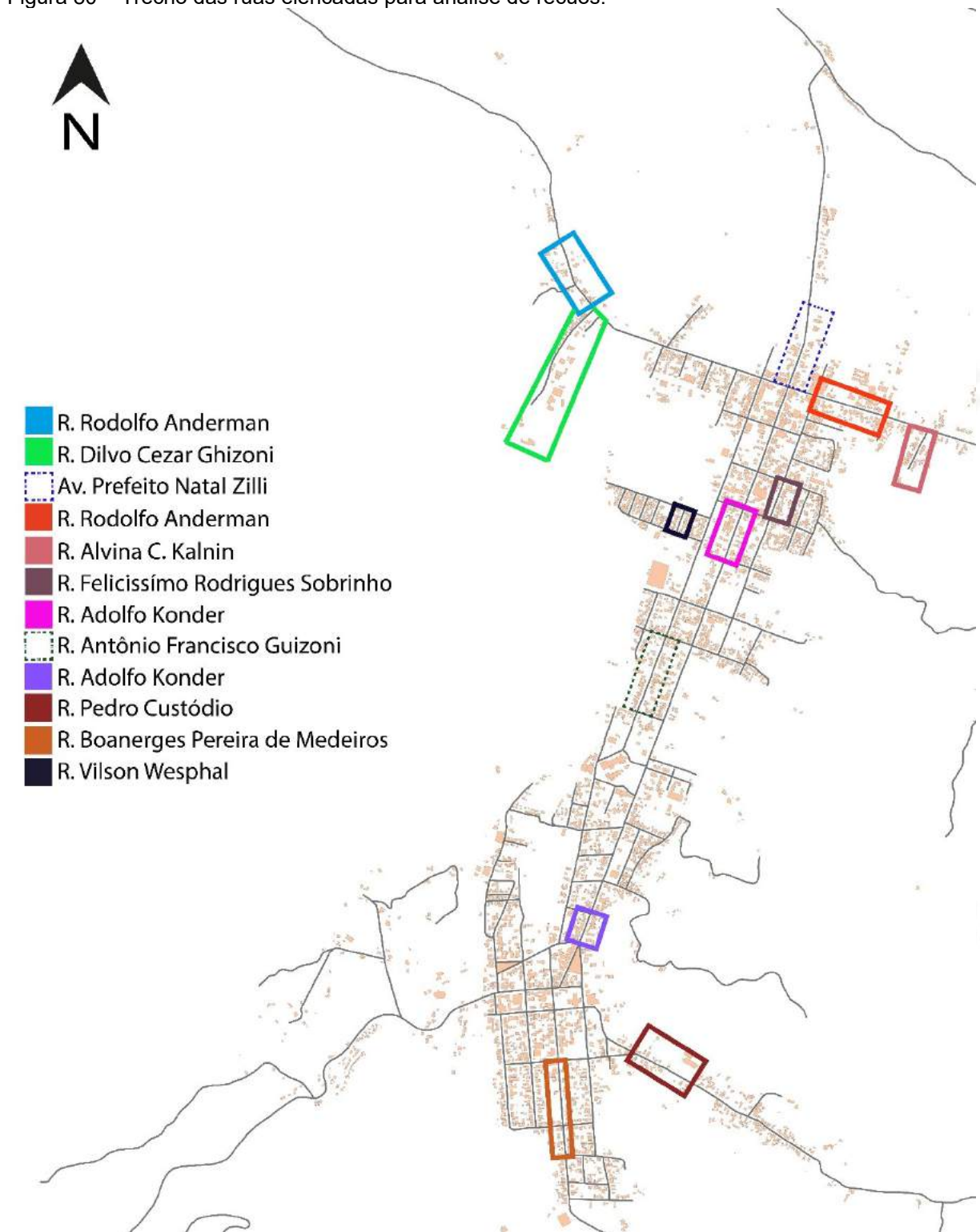
Figura 79 – Trecho das ruas elencadas para análise de recuos.



Fonte: CINCATARINA (2019)



Figura 80 – Trecho das ruas elencadas para análise de recuos.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Ao norte do município, no Distrito de Águas Brancas, encontramos diversas ocupações de pousadas, como a apresentada na Figura 81, compostas por pequenos chalés de madeira de uso individual, dispostos lado a lado, cuja tipologia é convidativa para apreciação ao campo e as belezas naturais, porém destaca-se a utilização de baixa metragem construída por unidade, o que interfere diretamente no conforto dos

ambientes e ainda, subentende-se que não atendem as normas de acessibilidade universal. Além disso, destacam-se na paisagem a presença de araucárias nativas. Na Figura 82, ainda no interior de Águas Brancas nos deparamos com a construção de novos chalés para pousadas, seguindo características construtivas semelhantes as observadas nos chalés da Figura 81. Cabe salientar que esta tipologia é replicada em diversas localidades da zona rural de Urubici, especialmente em pousadas e/ou hotéis fazenda.

Figura 81 - Pousada no Distrito de Águas Brancas, Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 82 – Chalé em construção no Distrito de Águas Brancas, Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Na área consolidada do Distrito de Águas Brancas, as edificações passam a ter caráter urbano (Figura 83), sendo as ocupações no geral construídas em alvenaria, madeira ou materiais mistos, especialmente as edificações residenciais, além disso, as construções possuem bons recuos entre si. Vale ressaltar que na localidade encontramos edificações residenciais com baixo padrão construtivo, conforme as observadas na Figura 84, lindeiras à SC-110. Outro aspecto observado em Águas Brancas, foi a inexistência de pavimentação e calçadas em diversas vias públicas.

Figura 83 – Centro de educação infantil em Águas Brancas, Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 84 – Edificações nos entornos da SC-110, Urubici.



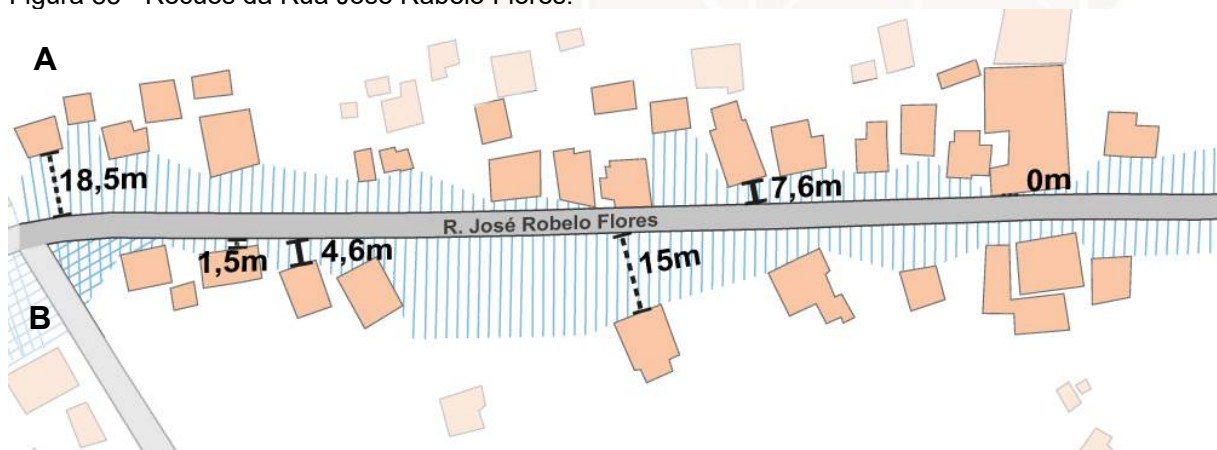
Fonte: GOOGLE STREET VIEW (2018)

Para a análise dos recuos frontais do Distrito de Águas Brancas, a via escolhida foi a Rua José Rabelo Flores (Figura 85). Observa-se a diversificação de

valores existentes nos recuos frontais das edificações. No lado “A”, a média foi de 7,6 m, o mínimo de 0 m e máximo de 18,5 m, com dezoito edificações aferidas. Já no lado “B”, a média foi de 4,5 m, o mínimo de 1,5 m e a máximo de 15 m, sendo dez edificações analisadas.

O zoneamento urbano vigente, prevê para via um recuo frontal mínimo de 1,50 m, pois a mesma é uma via secundária, conforme a classificação do sistema viário do município, dito isso, o valor mínimo de recuo frontal no lado “A”, não atende aos parâmetros mínimos para a zona em três edificações, as demais atendem os recuos vigentes. Já no lado “B”, o recuo mínimo atende aos parâmetros da legislação vigente e em sua totalidade.

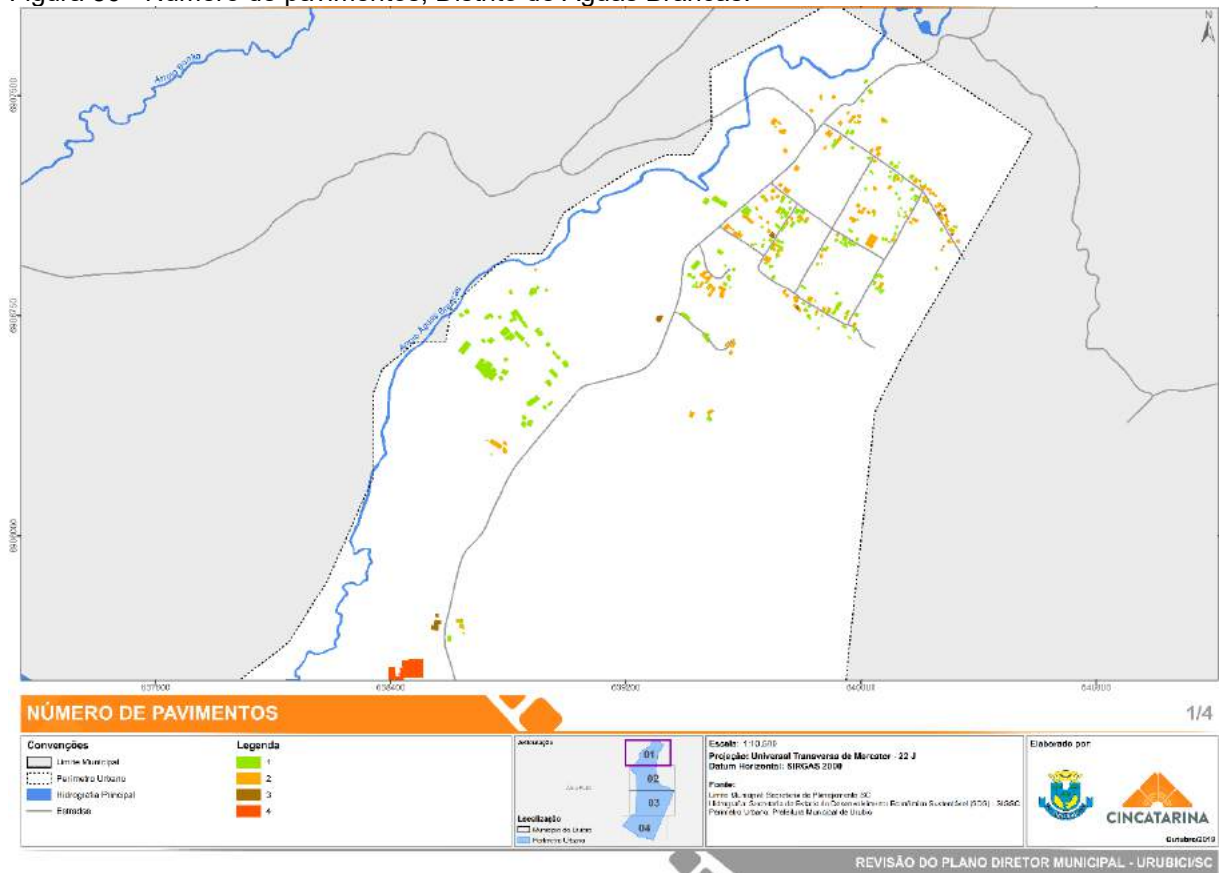
Figura 85 - Recuos da Rua José Rabelo Flores.



Fonte: CINCATARINA (2019)

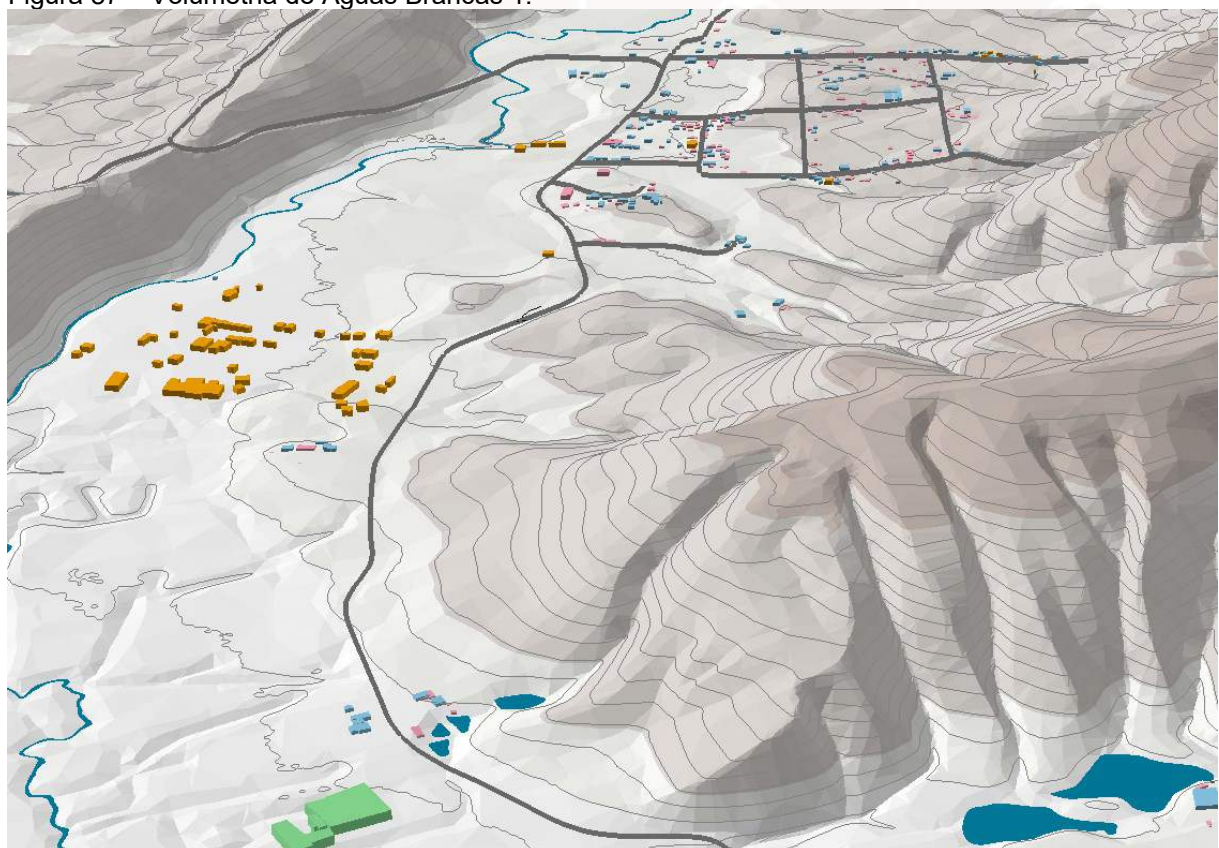
No Distrito de Águas Brancas, na Figura 86 a Figura 89, os gabaritos predominantes são um e dois pavimentos. As Figura 87, Figura 88 e Figura 89 demonstram a volumetria da área analisada para a melhor compreensão dos volumes e adensamentos. As cores dos blocos classificam as edificações contando do nível do solo até sua extremidade, sendo: rosa até 3,0 m, azul até 5,60 m, laranja até 8,2 m e verde até 10,8 m.

Figura 86 - Número de pavimentos, Distrito de Águas Brancas.



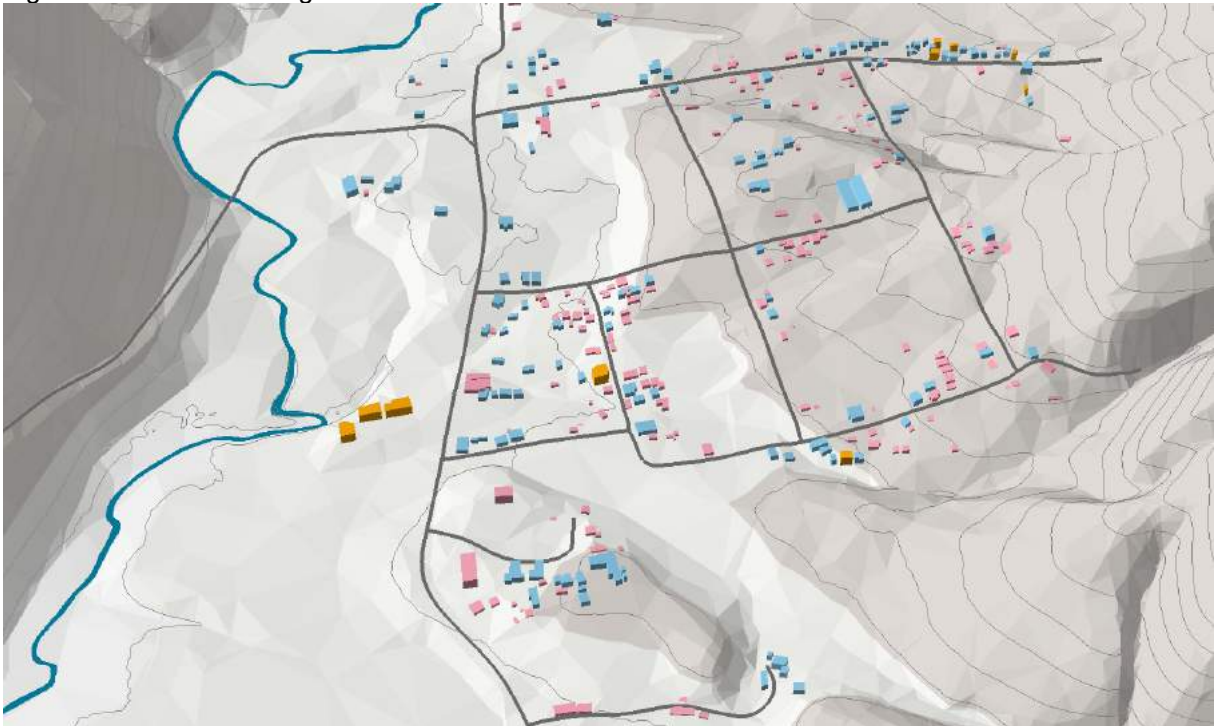
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 87 – Volumetria de Águas Brancas 1.



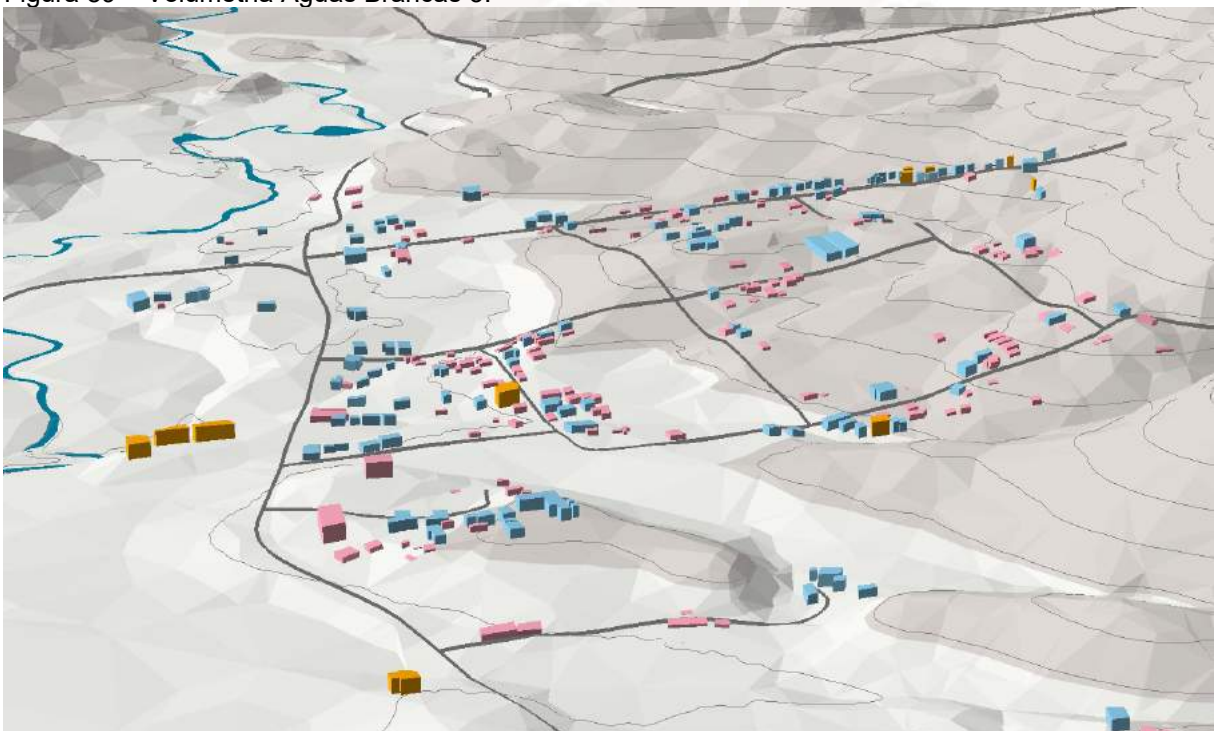
Fonte: CINCATARINA (2019).

Figura 88 – Volumetria Águas Brancas 2.



Fonte: CINCATARINA (2019).

Figura 89 – Volumetria Águas Brancas 3.



Fonte: CINCATARINA (2019).

Na SC-110, sentido a localidade da Esquina, temos o Parque de Exposições Manoel Prá, espaço voltado para festas, apresentações, rodeios e manifestações culturais. Nos entornos do parque as ocupações apresentam aspectos rurais, as quais se modificam apenas na localidade de Esquina.

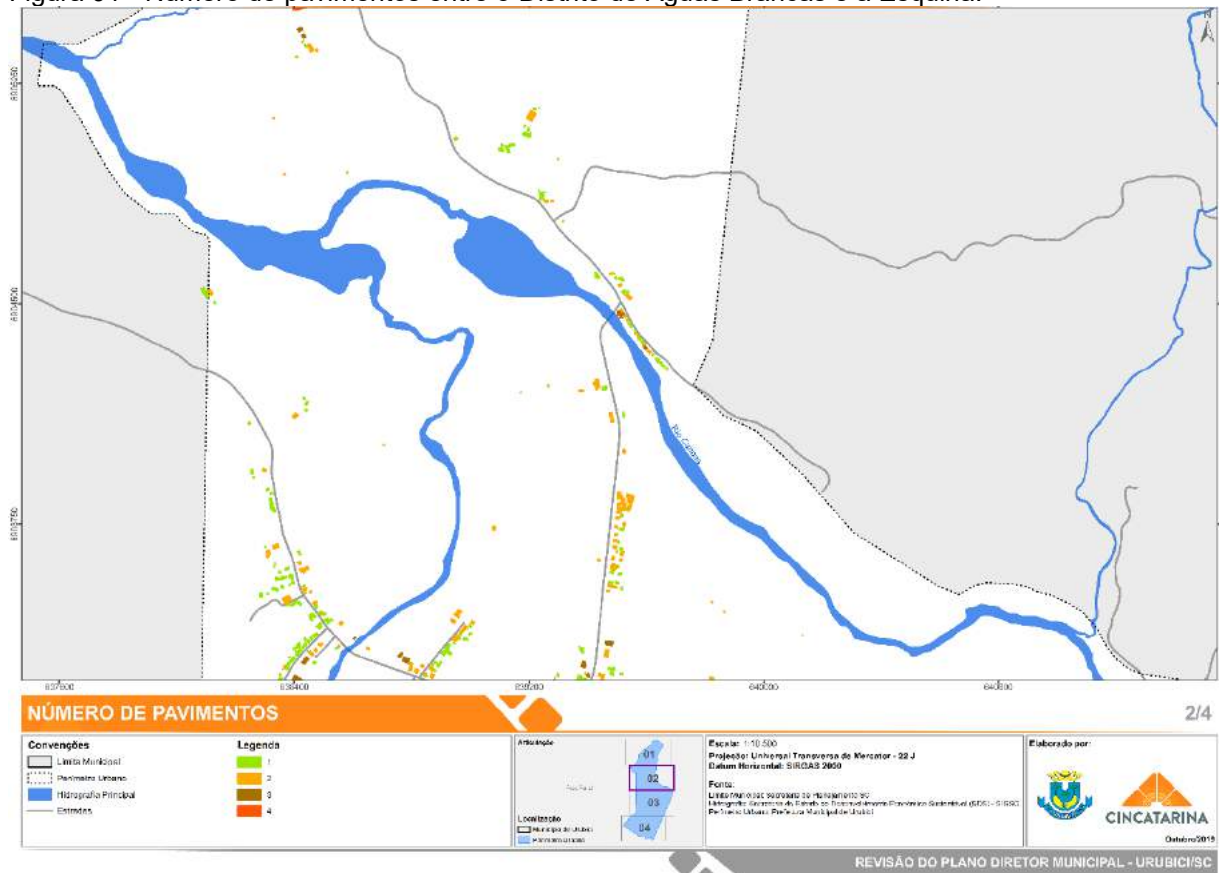
Figura 90 – Parque de exposições Manoel Prá (CTG) na SC-110, Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

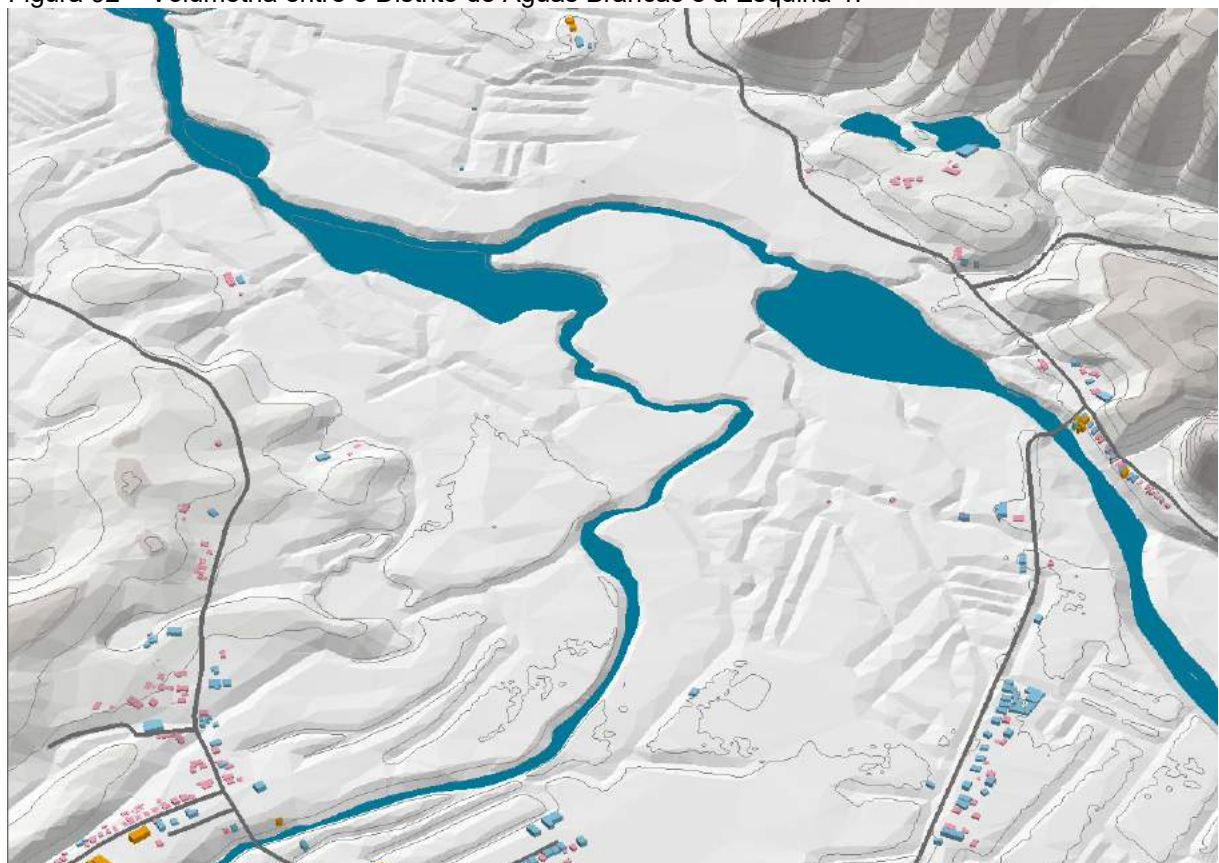
No trecho entre o Distrito de Águas Brancas e a Esquina (Figura 91), os gabaritos predominantes são 1 e 2 pavimentos, de modo especial, por ser uma área de baixo adensamento, o mesmo ocorre na SC-370, em direção ao município de Rio Rufino, apresentado na mesma imagem. A Figura 92 e a Figura 93 demonstram a volumetria da área analisada para a melhor compreensão dos volumes, topografia e adensamentos. As cores dos blocos classificam as edificações contando do nível do solo até sua extremidade, sendo: rosa até 3,0 m, azul até 5,60 m, laranja até 8,2 m e verde até 10,8 m.

Figura 91 - Número de pavimentos entre o Distrito de Águas Brancas e a Esquina.



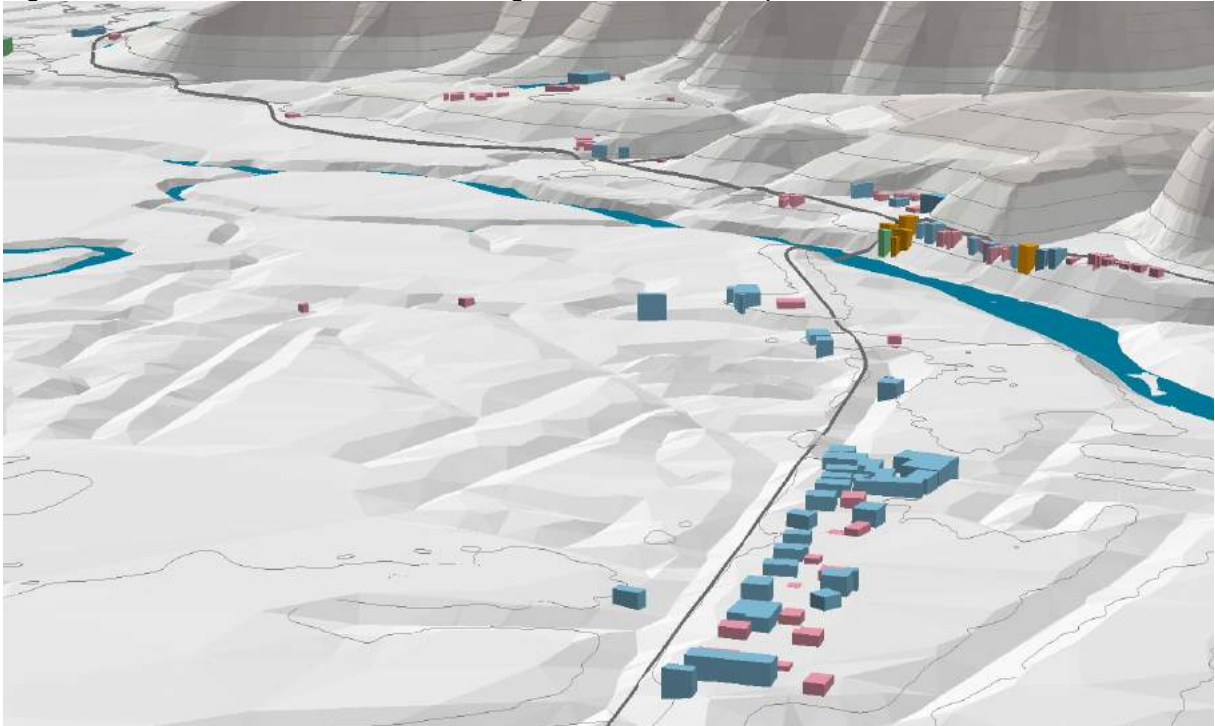
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 92 – Volumetria entre o Distrito de Águas Brancas e a Esquina 1.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 93 - Volumetria entre o Distrito de Águas Brancas e a Esquina 2.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Na localidade da Esquina (Figura 94 a Figura 98), ocorre o cruzamento entre as rodovias SC-110 e SC-370, fator essencial para o desenvolvimento urbano desta região. As ocupações comerciais e mistas chegam a até seis pavimentos (Figura 94) e são predominantemente construídas em alvenaria e/ou materiais mistos, havendo exceções em edificações residenciais de madeira.

Algumas construções desta região remetem ao estilo arquitetônico dos anos de 1960 e 1970, a exemplo das edificações da Figura 96, no cruzamento entre a Avenida Rodolfo Anderman (SC-370) e Avenida Prefeito Natal Zilli/Avenida Adolfo Konder (SC-110). Além disso, observou-se a existência de pavimentação e passeios apenas nas vias principais (Av. Rodolfo Anderman, Av. Prefeito Natal Zilli, Avenida Adolfo Konder, Av. Antônio Francisco Ghizoni (trecho) e Av. Pedro Bernardo Warmeling) da localidade da Esquina, já nas demais há insuficiência de infraestruturas viárias, como a exemplo da Av. Felicíssimo Rodrigues Sobrinho (Figura 98).

Figura 94 - Avenida Adolfo Konder (SC-110), Urubici.



Fonte: GOOGLE STREET VIEW (2018)

Figura 95 - Rua Carlos H. Jonson, Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 96 – Cruzamento entre Avenida Rodolfo Anderman (SC-370) e Avenida Prefeito Natal Zilli/ Avenida Adolfo Konder (SC-110), Urubici.



Fonte: GOOGLE STREET VIEW (2018)

Figura 97 - Avenida Prefeito Natal Zilli (SC-110), Urubici.



Fonte: GOOGLE STREET VIEW (2018)

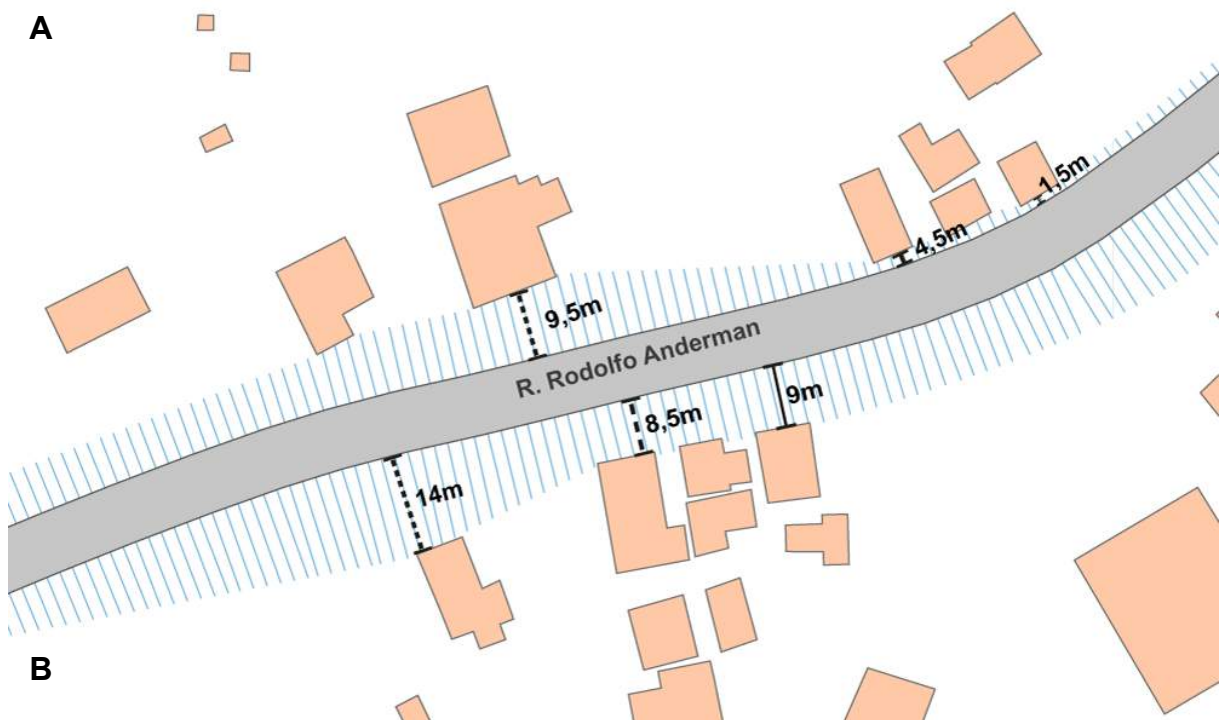
Figura 98 - Avenida Felicíssimo Rodrigues Sobrinho, Urubici.



Fonte: GOOGLE STREET VIEW (2018)

Na localidade da Esquina, foram elencadas seis vias para análise, a primeira é a Rua Rodolfo Anderman, em direção ao município de Rio Rufino (Figura 99), no lado “A” o recuo frontal máximo foi de 9,5 m e o mínimo de 1,5 m em três edificações, já a média geral foi de 4,5 m, sendo seis edificações analisadas. No lado “B”, foram quatro edificações analisadas, o recuo máximo encontrado foi de 14 m, o mínimo de 8,5 m e a média de 9 m.

Figura 99 - Rua Rodolfo Anderman.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Considerando a legislação vigente que prevê para esta via em recuo frontal mínimo de 4 m, pois a mesma é uma via principal, as três edificações do lado “A” do

trecho analisado, não atendem aos parâmetros vigentes, sendo que as demais em ambos os lados da via atendem aos parâmetros de recuo mínimo.

A Rua Dilvo Cezar Ghizoni (Figura 100), apresenta no lado “A”, em seu início quatro edificações com usos residenciais e no restante de seu prolongamento usos com características industriais, foram oito edificações analisados, o recuo frontal mínimo encontrado foi de 3,7 m em uma edificação residencial e o recuo frontal máximo foi de 47 m em edificação com características industriais, já média geral aferida foi de 13,2 m. Cabe salientar que este lado da via é classificado com zona industrial, com recuo frontal mínimo exigido de 15 m. Dito isto, apenas as quatro edificações atendem os parâmetros de recuos.

Já no lado “B”, foram analisados os recuos de vinte e duas edificações, sendo recuo máximo encontrado de 11,5 m e o mínimo de 0,3 m, já média foi de 3,4 m. Na classificação do sistema viário a rua é considerada uma via secundária, sendo assim o recuo mínimo exigido para este lado da via é de 1,5 m, ou seja, apenas uma edificação não atende os parâmetros de recuos vigentes, as demais atendem à legislação.

Figura 100 – Rua Dilvo Cezar Ghizoni.



Fonte: CINCATARINA (2019)

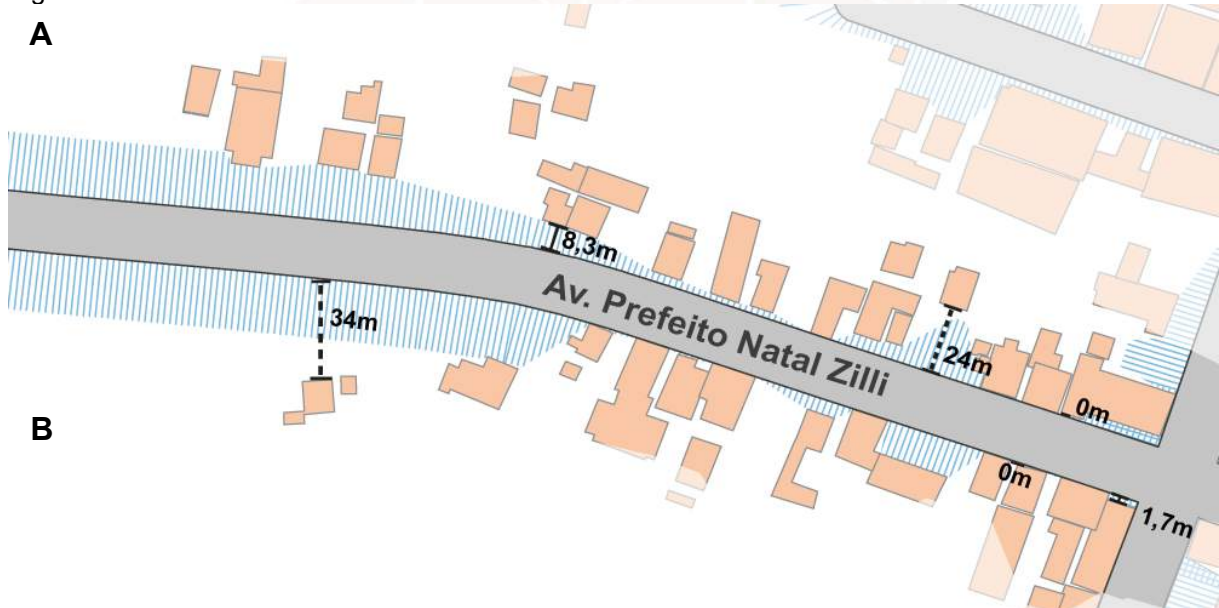
A Avenida Prefeito Natal Zilli, (Figura 101), sobrepõem-se a SC-110, e localiza-se no principal ponto comercial e de serviços da localidade da Esquina, as edificações deste trecho são predominantemente instaladas junto aos passeios, ou seja, apresentam recuo frontal igual a zero, sendo esta característica evidenciada em ambos os lados do trecho analisado.

No lado “A” da via, foram analisadas treze edificações, com recuo frontal máximo encontrado de 24 m e o mínimo de 0 m, já média geral de 8,34 m, todavia, quatro edificações apresentam recuos inferiores a 1 m, especialmente as localizadas

próximas ao cruzamento das rodovias (SC-370 e SC-110), a medida em que nos afastamos do cruzamento, em direção ao Distrito de Águas Brancas, os recuos aumentam consideravelmente. A legislação vigente, prevê para este trecho da via um recuo frontal mínimo de 4 m, pois a mesma é classificada como via principal, sendo que os recuos mínimos aferidos não atendem aos parâmetros vigentes, todavia, as últimas cinco ocupações em direção Distrito de Águas Brancas adequam-se a legislação.

No lado “B”, foram aferida quatorze edificações, o recuo máximo foi de 34 m e o mínimo de 0 m encontrado em oito edificações, já para média foi considerado as edificações com recuos similares, desconsiderando valores discrepantes, sendo ela de 1,7 m. Apenas três edificações atendem os parâmetros de recuos frontais para via, estas edificações igualmente ao lado “A”, situam-se predominantemente em direção ao Distrito de Águas Brancas.

Figura 101 – Avenida Prefeito Natal Zilli.



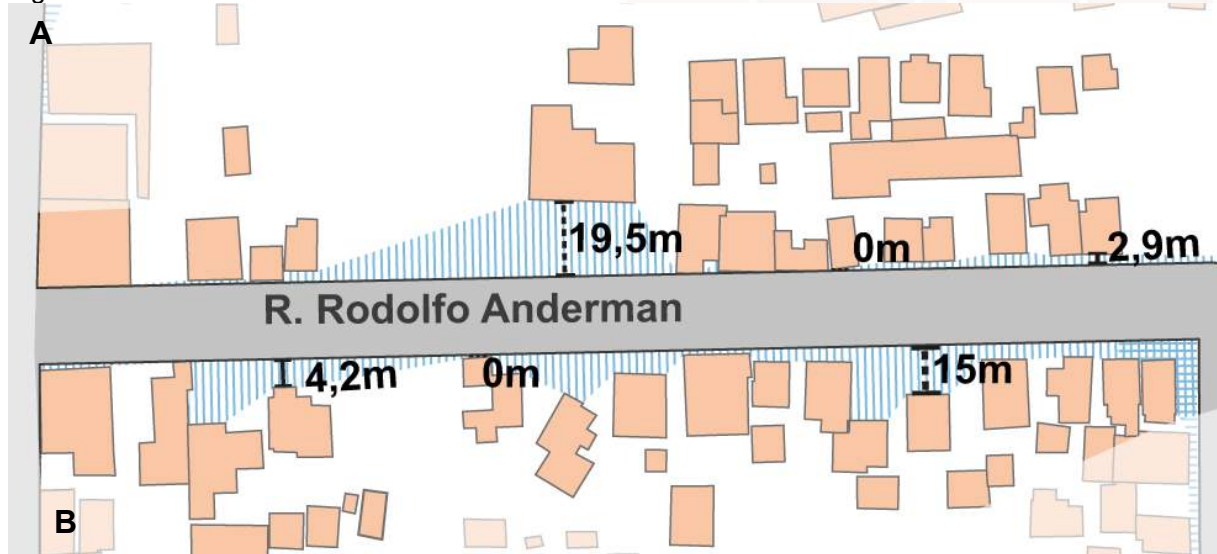
Fonte: CINCATARINA (2019)

O segundo trecho analisado da Rua Rodolfo Anderman, em direção a localidade de Santa Terezinha (Figura 102), possui diversificação nos valores dos recuos frontais. No lado “A”, foram analisados os recuos frontais de treze edificações, sendo valor máximo aferido de 19,5 m em uma edificação e mínimo de 0 m em quatro edificações. Já a média encontrada desconsiderando valores discrepantes foi de 2,9 m. Cabe salientar que esta via é classificada com principal com recuo frontal mínimo

de 4 m, dito isto, apenas duas edificações atendem aos parâmetros da legislação vigente.

Já no lado “B”, foram analisadas quatorze edificações, com recuo frontal máximo de 15 m, mínimo de 0 m e médio de 4,2 m. Contudo, vale ressaltar que seis edificações neste lado da via não atendem aos parâmetros da legislação vigente, as demais atendem a legislação. É importante frisar que no trecho analisado, há diversas edificações antigas de períodos anteriores a legislação urbanística vigente.

Figura 102 – Rua Rodolfo Anderman.

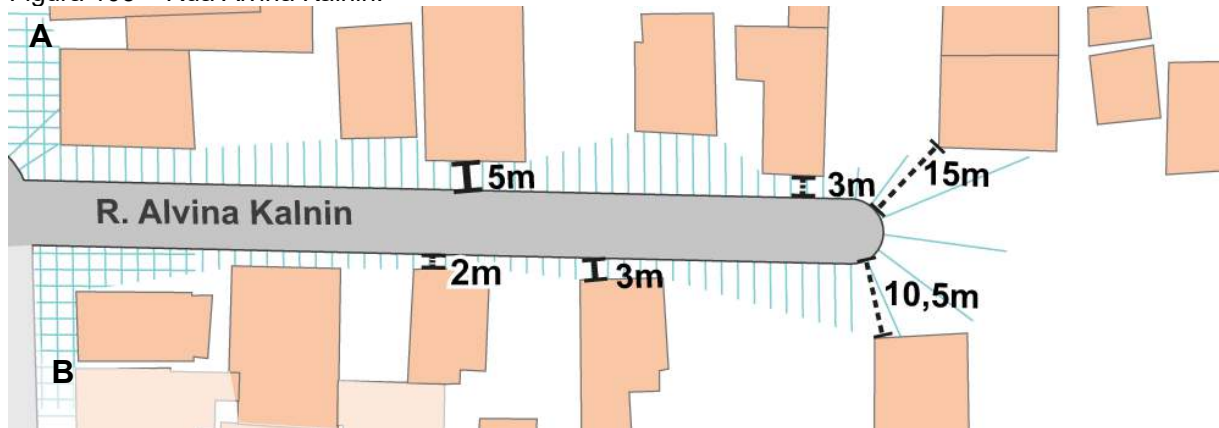


Fonte: CINCATARINA (2019)

A Rua Alvina Kalnin (Figura 103) situada no sentido leste da localidade da Esquina. No lado “A” do trecho analisado da via, foram analisadas seis edificações, o recuo máximo encontrado foi de 15 m e o mínimo foi de 3 m, com média de 5 m. Por ser uma via classificada com secundária, seu recuo mínimo exigido em lei é 1,5 m, dito isto, o lado “A” da via atende os parâmetros da legislação vigente.

Já no lado “B”, os valores aferidos para recuos frontais, encontrados nas 5 edificações analisadas neste lado da via, foram: máximo de 10,5 m, mínimo de 2 m e média de 3 m desconsiderando valores discrepantes. Assim, os recuos frontais mínimos aferidos do lado “B”, também atendem a legislação vigente.

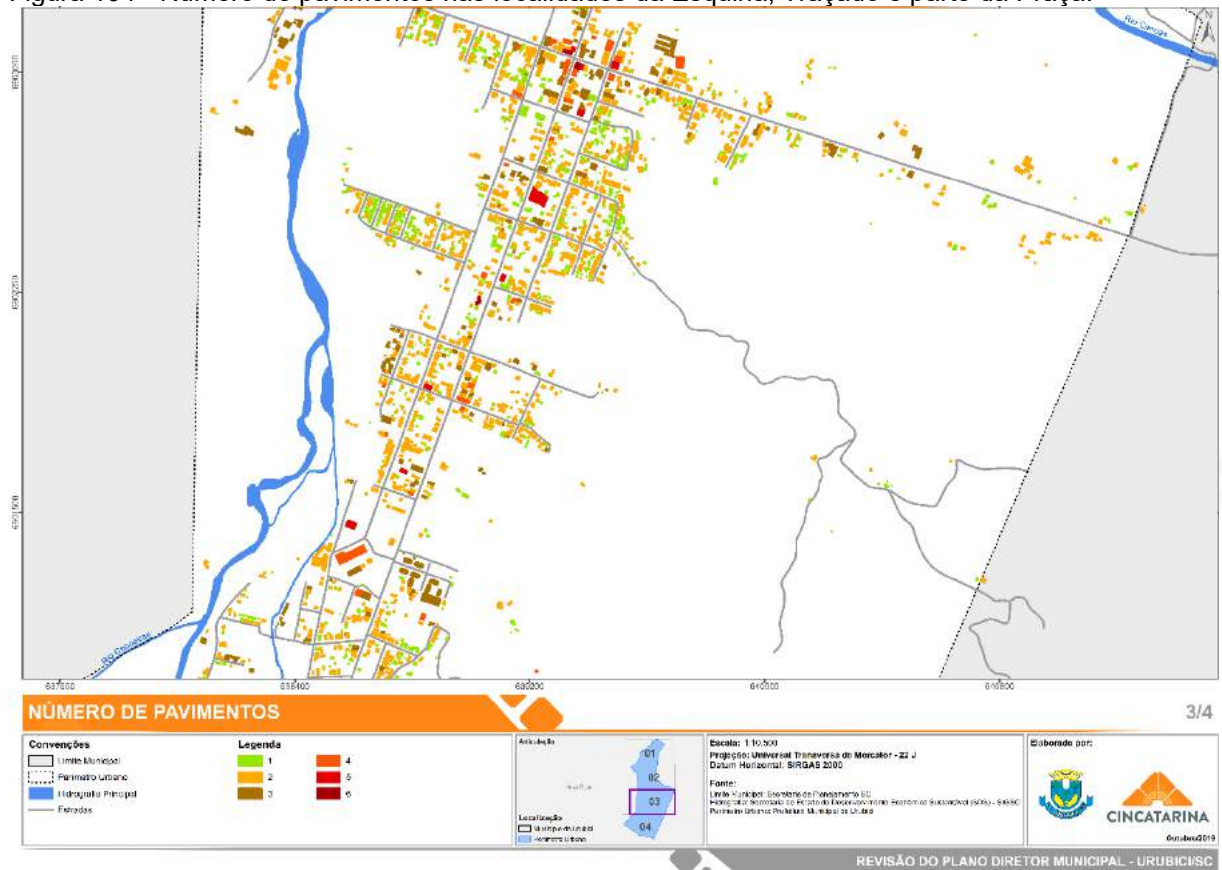
Figura 103 – Rua Alvina Kalnin.



Fonte: CINCATARINA (2019)

O gabarito das edificações da localidade da Esquina, na Figura 104, apresenta a maior concentração de edifícios com mais de quatro pavimentos, podendo chegar a seis pavimentos (Figura 94 e Figura 106), os quais situam-se especialmente no eixo modal da cidade, formado pelo cruzamento das SC-370 e SC-110. Já seguindo para a região do Traçado, ainda na Figura 104, as edificações reduzem seu número de pavimentos, havendo a predominância de edificações com altura máxima de 5,60 m, todavia, é possível encontrar edificações com seis pavimentos, limite estabelecido pela legislação vigente no zoneamento em que se situa a edificação. Na parte da localidade da Praça, mantém-se a mesma configuração de gabarito, sendo predominante edificações com altura máxima de 5,60 m. A Figura 105 e Figura 106 demonstram a volumetria da área analisada para a melhor compreensão dos volumes, topografia e adensamentos. As cores dos blocos classificam as edificações contando do nível do solo até sua extremidade, sendo: rosa até 3,0 m, azul até 5,60 m, laranja até 8,2 m, verde até 10,8 m, rosa escuro até 13,4 m e amarelo até 16 m compreendendo 6 pavimentos.

Figura 104 - Número de pavimentos nas localidades da Esquina, Traçado e parte da Praça.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 105 – Volumetria das localidades da Esquina, Traçado e parte da Praça.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 106 – Volumetria das localidades da Esquina e Traçado.



Fonte: CINCATARINA (2019)

A região do Traçado (ligação entre as localidades da Praça e da Esquina) é composta principalmente pelas Av. Adolfo Konder (Figura 107) e Av. Antônio Francisco Ghizoni (Figura 108) e ruas perpendiculares. As edificações são construídas em alvenaria, madeira ou mesclas destes materiais. As vias em sua maioria são largas e providas de infraestrutura de passeios com ausência de acessibilidade. Possui ainda a existência de grandes glebas sem parcelamento ou edificação em áreas propícias para tal finalidade.

Figura 107 - Avenida Adolfo Konder (SC-110), Urubici.



Fonte: GOOGLE STREET VIEW (2018)

Figura 108 - Avenida Antônio Francisco Ghizoni, Urubici.



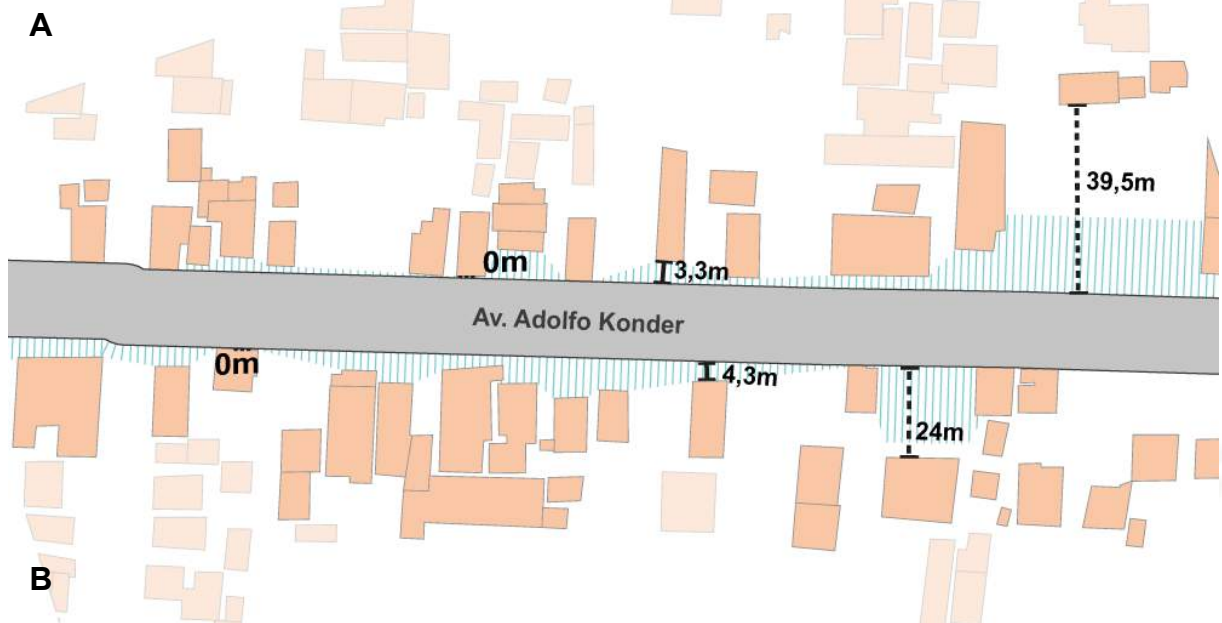
Fonte: GOOGLE STREET VIEW (2018)

A Avenida Adolfo Konder, contempla as três localidades urbanas de Urubici (Esquina, Traçado e Praça). O trecho analisado na Figura 109, situa-se no Traçado, os recuos desse trecho são diversificados, porém, é nítido as ocupações com recuos zero, de modo especial em ocupações comerciais ou de prestação de serviços.

No lado “A”, foram analisadas doze edificações, o recuo frontal máximo encontrado foi de 39,5 m e o mínimo de 0 m, a média desconsiderando valores discrepantes foi de 3,3 m. Já os valores encontrados nas quinze edificações analisados no lado “B”, foram: recuo frontal máximo de 24 m, mínimo de 0 m e a média desconsiderando valores discrepantes foi de 4,3 m.

O zoneamento urbano vigente, prevê para esta via um recuo frontal mínimo de 4 m, pois é uma via principal, visto isto e os dados aferidos, diversas edificações não atendem os parâmetros mínimos em ambos os lados da via, pois, possuem recuos frontais inferiores a 4 m.

Figura 109 - Avenida Adolfo Konder.



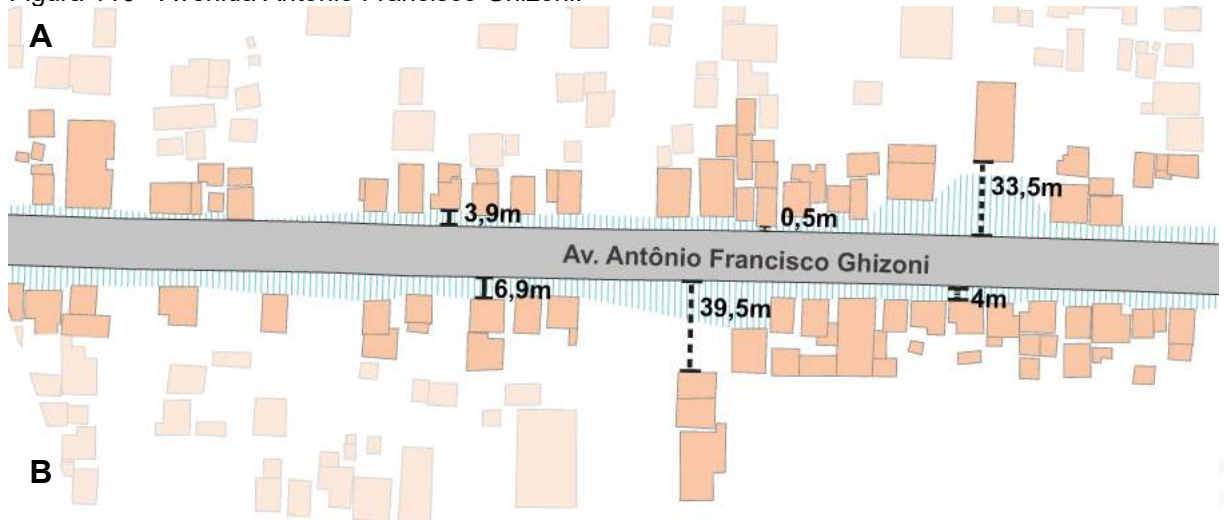
Fonte: CINCATARINA (2019)

O trecho analisado da Avenida Antônio Francisco Ghizoni, na Figura 110, situa-se na localidade do Traçado, apresenta certa padronização e alinhamento nos recuos frontais, havendo pequenas exceções à regra. Cabe salientar que o trecho analisado se apresenta consolidado, com poucos espaços disponíveis as novas ocupações.

No lado “A”, o recuo máximo aferido foi de 33,5 m, o mínimo de 0,5 m e a média desconsiderando valores discrepantes foi de 3,9 m, analisando vinte edificações neste lado da via. Já no lado “B”, foram analisadas vinte e uma edificações, sendo recuo frontal máximo aferido de 39,5 m e mínimo de 4 m, já média desconsiderando valores discrepantes foi de 6,9 m.

O zoneamento urbano vigente, prevê para esta via um recuo de 1,5 m, pois é uma via secundária na classificação do sistema viário vigente, no lado “A” apenas uma edificação não atende a legislação vigente, já no lado “B”, todas as edificações do trecho analisado atendem aos parâmetros vigentes.

Figura 110 - Avenida Antônio Francisco Ghizoni.

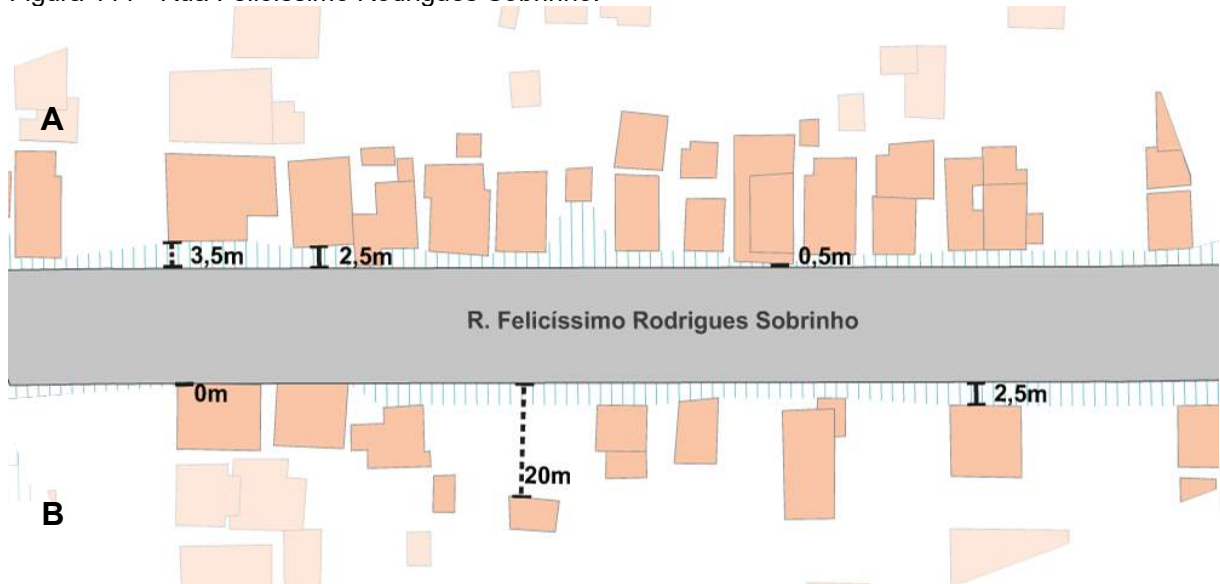


Fonte: CINCATARINA (2019)

A Rua Felicíssimo Rodrigues Sobrinho, na Figura 111, no Traçado, apresenta recuos frontais majoritariamente de 2,5 m em ambos os lados da via. No lado “A”, o recuo frontal máximo foi de 3,5 m, o mínimo de 0,5 m e média geral de 2,5 m, isto observando os recuos de doze edificações deste lado da via. Já no lado “B”, foram analisadas oito edificações, sendo recuo máximo de aferido de 20 m, mínimo de 0 m e média desconsiderando valores discrepantes 2,5 m.

O zoneamento urbano vigente, prevê para esta via um recuo frontal mínimo de 1,5 m, pois é classificada com via secundária, dito isto, o lado “A” não atende os parâmetros mínimos em apenas duas edificações, com atendimento integral nas demais. Já o lado “B”, também não atende os parâmetros em duas edificações, estas com maior dimensão as demais analisadas, cabe ressaltar que as demais edificações do lado “B” atendem a legislação.

Figura 111 - Rua Felicíssimo Rodrigues Sobrinho.

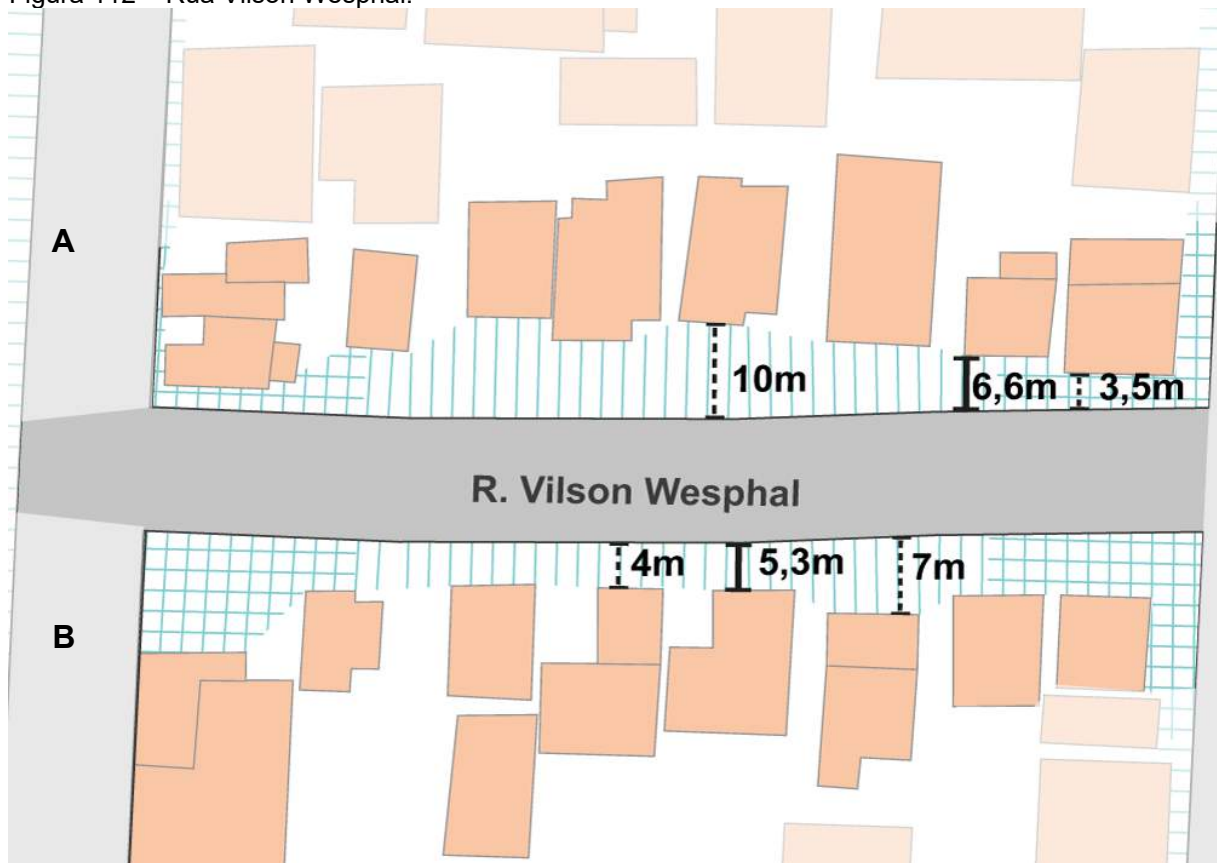


Fonte: CINCATARINA (2019)

Rua Vilson Wesphal, na Figura 112, também no Traçado, possui recuos variados em suas ocupações. No lado “A” foram analisadas oito edificações, sendo o recuo frontal máximo aferido de 10 m, o mínimo de 3,5 m e o média geral de 6,6 m. Já no lado “B”, foram sete edificações analisadas sendo o recuo frontal máximo de 7 m, o mínimo de 4 m e o média geral de 5,3 m.

O zoneamento urbano vigente, prevê para esta via um recuo frontal mínimo 4 m, pois compreende um trecho para futuro prolongamento de via principal, segundo o mapa de sistema viário vigente, cabe evidenciar que o lado “B” da via atende integralmente os paramentos vigentes, já no lado “A”, apenas uma edificação não atende os recuos mínimos vigentes para a via, as demais edificações possuem recuos entre 4,5 m a 10 m.

Figura 112 – Rua Vilson Wesphal.



Fonte: CINCATARINA (2019)

A Praça (Figura 113 e Figura 114) situa-se ao sul do perímetro urbano, nela encontramos os principais edifícios de uso público, tais como: agência de correios, prefeitura, fórum, escolas, hospital, biblioteca pública, igreja matriz, etc. Tais usos favoreceram um maior nível de infraestrutura urbana nesta região, no que tange a pavimentação, calçadas e iluminação pública. Entretanto, o padrão das construções é similar a região da Esquina, havendo edifícios de alvenaria, madeira ou materiais mistos. Há algumas construções dos anos 1960 e 1970, como o edifício da agência do correio.

Figura 113 - Rua Clarismundo I. Custódio, Urubici.



Fonte: GOOGLE STREET VIEW (2018)

Figura 114 - Trecho final da Avenida Adolfo Konder, Urubici.



Fonte: GOOGLE STREET VIEW (2018)

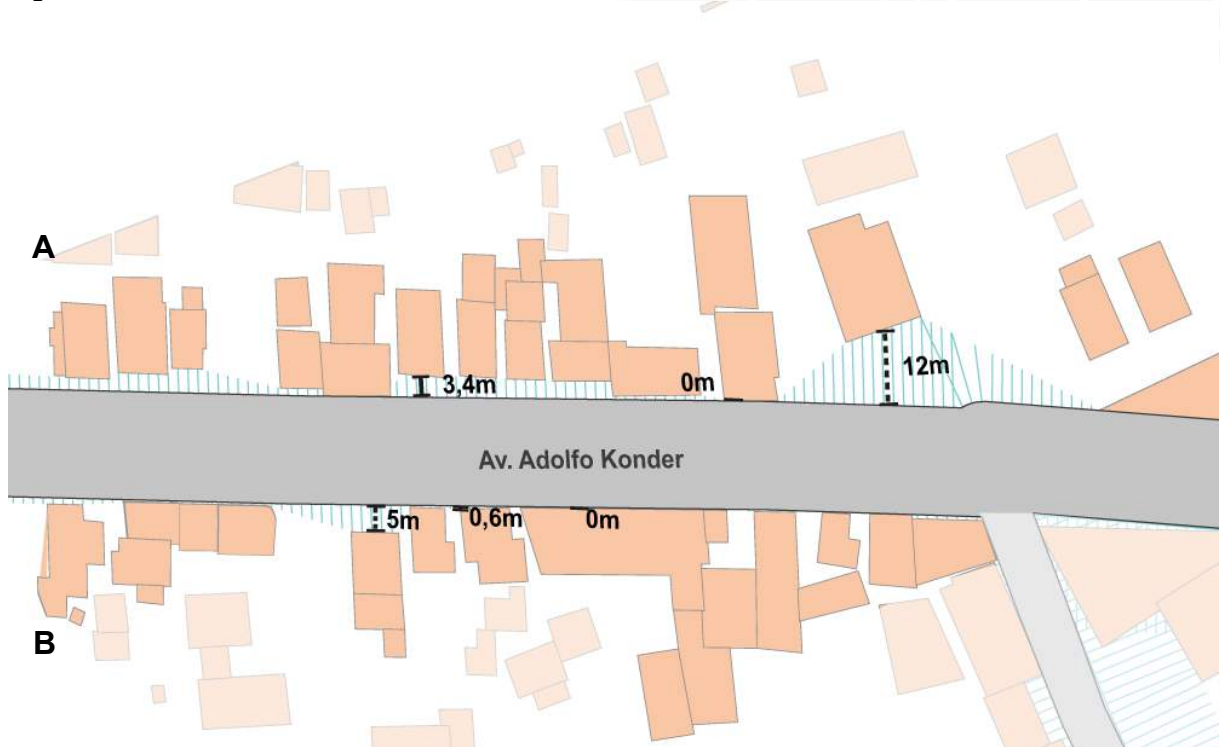
Para analisar, os recuos frontais predominantes na localidade da Praça, foram elencados dois trechos das principais vias da localidade a Avenida Adolfo Konder (sentido São Joaquim) e a Rua Boanerges Pereira de Medeiros. Nesta região da Avenida Adolfo Konder, na Figura 115, é nítido o uso de recuos zero, de modo especial por ser uma região comercial e de prestação de serviços já consolidada.

No lado “A”, o recuo frontal máximo foi de 12 m, o mínimo de 0 m e média desconsiderando valores discrepantes 3,4 m, isto observando os recuos de nove

edificações. Já no lado “B”, foram analisadas oito edificações, sendo recuo máximo de aferido de 5 m, mínimo de 0 m e média geral 0,6 m.

O zoneamento urbano vigente, prevê para esta via no trecho analisado, recuo frontal mínimo de 4 m, pois é uma via principal, entretanto, grande parte das edificações não atende a tal parâmetro, de modo especial por muitas edificações ser de período anterior a legislação vigente, havendo desconformidades entre legislação e ocupações consolidadas.

Figura 115 - Avenida Adolfo Konder.



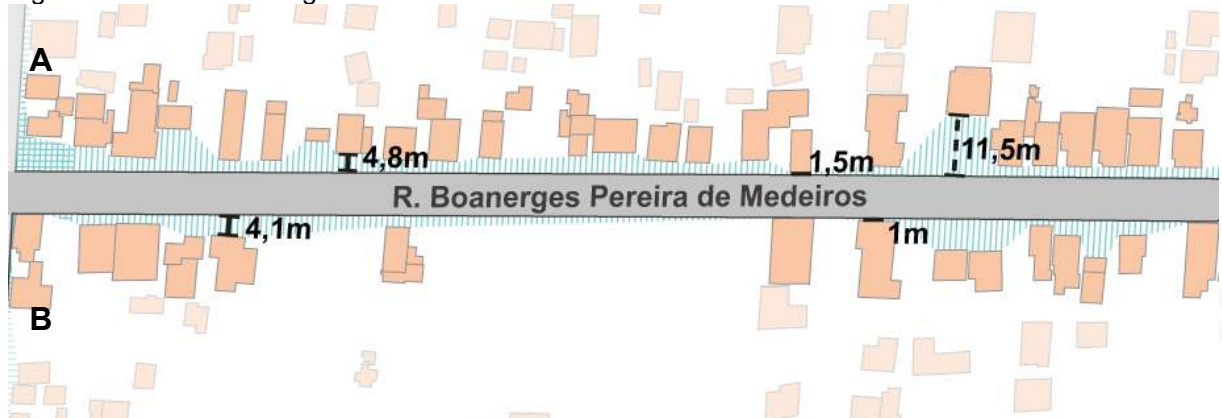
Fonte: CINCATARINA (2019)

O trecho da segunda via elencada para análise na localidade da Praça, está disposto na Figura 116, nela é perceptível a variação dos valores dos recuos frontais das edificações. No lado “A”, foram analisadas vinte e uma edificações onde, o recuo frontal máximo foi de 11,5 m, o mínimo de 1,5 m e média em sua maioria, desconsiderando valores discrepantes é de 4,8 m. Já no lado “B”, também foram analisadas vinte e uma edificações, sendo o recuo frontal máximo de 13 m, mínimo de 1 m e média desconsiderando valores discrepantes de 4,1 m.

O zoneamento urbano vigente, prevê para o trecho analisado da via um recuo frontal mínimo de 4 m, pois, é classificada como via principal. As edificações do lado “A” atendem integralmente aos parâmetros. Já no lado “B”, apenas uma edificação

não atende a legislação, cabe ressaltar que os recuos das demais edificações respeita legislação vigente.

Figura 116 - Rua Boanerges Pereira de Medeiros.



Fonte: CINCATARINA (2019)

A Rua Pedro Custódio (Figura 117), apresenta ocupações recentes de cunho predominantemente residencial de alvenaria, madeiras ou de materiais mistos, sendo, as ocupações, restringidas e limitadas pelo Rio Riacho e topografia visualizado na Figura 118. A via possui pavimentação, sinalização viária, e largura adequada para o dimensionamento ideal dos mais variados modais de transporte. No entanto, podemos visualizar que atualmente a mesma está dimensionada prioritariamente aos veículos motorizados.

Figura 117 - Rua Pedro Custódio, Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 118 – Volumetria da Rua Pedro Custódio.

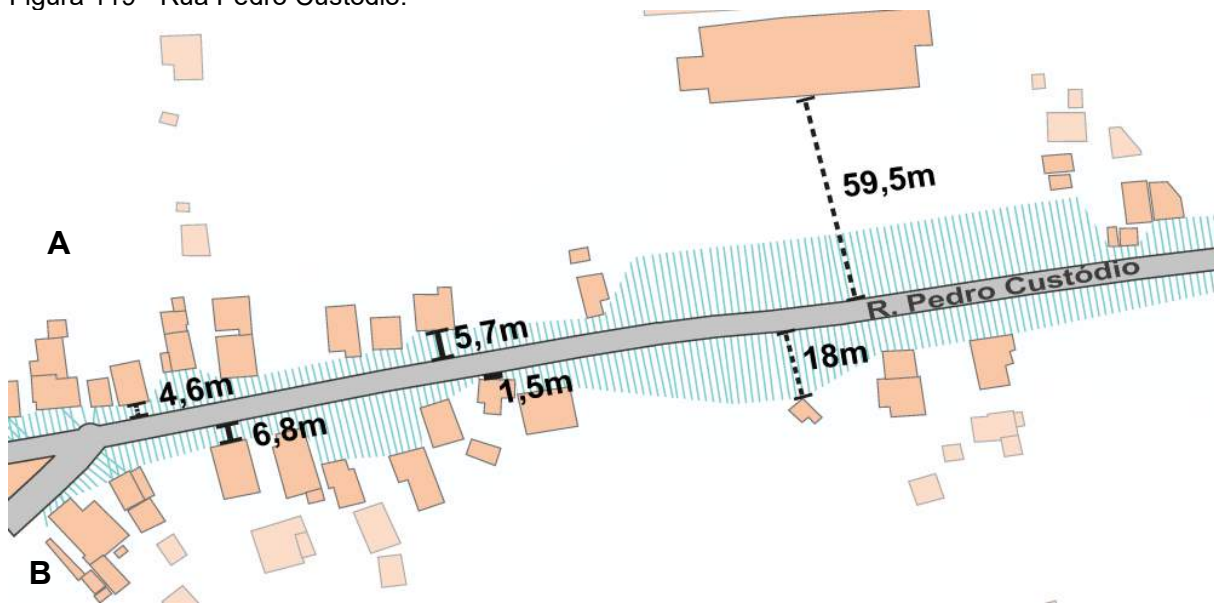


Fonte: CINCATARINA (2019)

A Rua Pedro Custódio, na Figura 119, apresenta recuos frontais com valores diversificados em ambos os lados do trecho elencado. No lado “A”, foram analisadas nove edificações, o recuo frontal máximo foi de 59,5 m, o mínimo de 4,6 m e a média desconsiderando valores discrepantes 5,7 m. Já no lado “B”, também foram analisadas vinte e uma edificações, sendo o recuo frontal máximo aferido de 18 m, mínimo de 1,5 m e média desconsiderando os valores discrepantes de 6,8 m.

A legislação vigente, prevê para esta via um recuo frontal mínimo de 4 m, pois é classificada com principal no mapa de sistema viário vigente, as edificações do lado “A” atendem integralmente aos parâmetros. Já no lado “B”, apenas uma edificação não respeita a legislação.

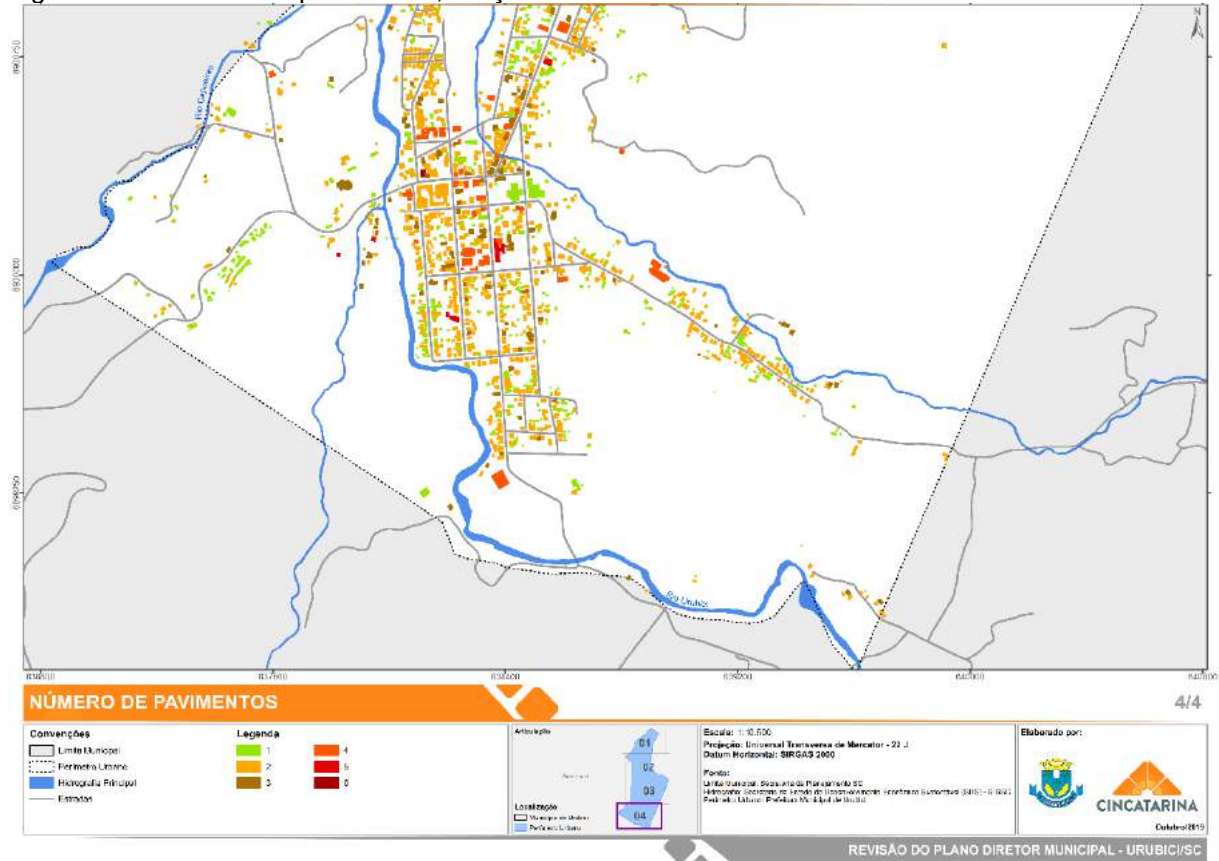
Figura 119 - Rua Pedro Custódio.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Na localidade da Praça, na Figura 120, existe a predominância de edificações com altura máxima de 5,60 m que equivale a um ou dois pavimentos, no entanto, são encontradas edificações com maior altura, chegando a até 16 m de altura, o que equivale a aproximadamente, 6 pavimentos. Cabe salientar que na Praça encontramos edifícios religiosos que exibem padrões de pé-direito diferentes as edificações comuns, como no caso da Igreja Matriz, com mais de 20 m de altura, embora contemplando apenas um pavimento. A Figura 121 e Figura 122 demonstram a volumetria da área analisada para a melhor compreensão dos volumes, topografia e adensamentos. As cores dos blocos classificam as edificações contando do nível do solo até sua extremidade, sendo: rosa até 3,0 m, azul até 5,60 m, laranja até 8,2 m, verde até 10,8 m, rosa escuro até 13,4 m e amarelo até 16 m compreendendo 6 pavimentos.

Figura 120 - Número de pavimentos, Praça.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 121 – Volumetria da Praça.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 122 – Volumetria da Praça.



Fonte: CINCATARINA (2019)

O perfil ocupacional da Localidade de Santa Terezinha (Figura 123 a Figura 125), configura-se por aspectos semi-rurais, com edificações majoritariamente residências, construídas em alvenaria e/ou materiais mistos, o gabarito máximo é dois pavimentos, além disso, as construções ocorrem de maneira espalhada. Vale ressaltar a existência de infraestrutura como passeios, pavimentação e iluminação pública.

Figura 123 - SC-370, localidade de Santa Terezinha, Urubici.



Fonte: GOOGLE STREET VIEW (2018)

Figura 124 - SC-370, localidade de Santa Terezinha, Urubici.



Fonte: GOOGLE STREET VIEW (2018)

Figura 125 - SC-370, localidade de Santa Terezinha, Urubici.



Fonte: GOOGLE STREET VIEW (2018)

As construções em localidades rurais apresentam características semelhantes, especialmente as destinadas às ocupações de pousadas, hotéis fazenda e serviços turísticos. Tais edificações são majoritariamente construídas em madeira, com aspectos voltados a contemplação da natureza, com características construtivas rústicas. Vale destacar que, quando se trata de edificações com cabanas e ou chalés individuais, a mesma, em sua maioria, apresenta baixa metragem construída, o que impossibilita a acessibilidade universal.

Os exemplos desta tipologia estão apresentados nas localidades de São Cristóvão (Figura 126), Rio dos Bugres (Figura 127), Cachimbo (Figura 128), Riacho (Figura 129) entre outras localidades rurais. A igreja da localidade da Consolação (Figura 130), é um exemplo típico de construções religiosas de comunidades rurais, construída em alvenaria, possui características construtivas dos períodos de 1960 a 1970, como outras edificações da área central do município. Cabe evidenciar que as ocupações observadas nas áreas rurais não ultrapassam os três pavimentos.

Figura 126 - Pousada na SC-110 sentido São Joaquim na localidade de São Cristóvão, Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 127 - Pousada na localidade dos Rio dos Bugres, Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 128 - Pousada na localidade do Cacimbo, SC-370 (sentido Grão Pará), Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 129 - Pousada na localidade do Riacho, Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 130 - Igreja na localidade da Consolação na SC-370 (sentido ao município de Rio Rufino), Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Analisando os componentes ocupacionais do município de Urubici, não podemos afirmar a predominância de um estilo arquitetônico na paisagem, especialmente pelo município possuir uma colonização diversificada e aspectos semi-rurais, entretanto, é notória a existência de construções em estilo rústico, especialmente as voltadas a ocupações turísticas, tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais.

As edificações residenciais geralmente são de um ou dois pavimentos e as com destinação comercial ou mista, podem chegar a seis pavimentos nas vias principais. Em suma, os gabaritos das edificações existentes do município respeitam os parâmetros da legislação vigente, bem como, é nítida a predominância de edificações de um e dois pavimentos nas áreas urbanas analisadas.

Podemos ainda concluir que a taxa de ocupação empregada na atual legislação, cujo valor máximo é de 56%, auxilia para o baixo adensamento edilício no município. O recuo frontal das edificações, aferido nas vias analisadas em parte

atendem a legislação vigente, havendo notórias exceções, as quais caracterizam-se por edificações de período anteriores a legislação vigente.

Os materiais construtivos são diversificados, contudo, é notório a utilização da alvenaria nas vias principais e em vias predominantemente residenciais, edificações de madeira. Outro aspecto percebido é a ausência de infraestruturas paisagísticas nas áreas urbanizadas do município, como ajardinamento e arborização bem como, a falta de infraestrutura viária (pavimentação, calçadas, sinalização e ciclovias e/ou ciclofaixas).

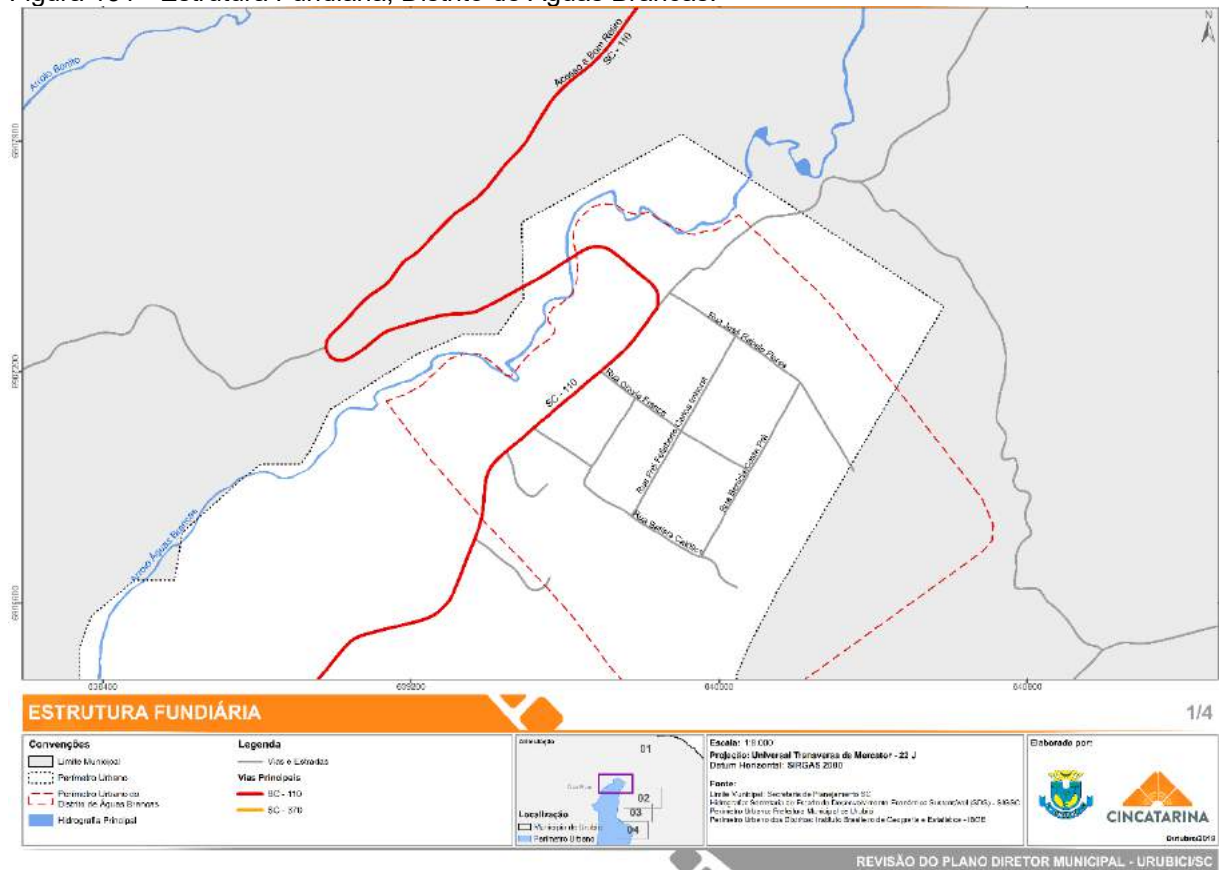
3.2.6 Estrutura fundiária

A estrutura fundiária é o modo como a malha urbana de um município encontra-se disposta e organizada, perante seu solo. Para se conhecer a estrutura fundiária de uma cidade, leva-se em consideração suas quantidades, dimensões e formas, as quais são referentes a seus lotes, quadras e vias. Entre as características da forma urbana que influenciam a vitalidade dos espaços públicos, um dos fatores mais determinantes é o traçado das ruas e sua configuração, que influencia de forma local e global.

Para realizarmos a análise da morfologia urbana de Urubici, dividiremos em três setores: Sede, Localidade de Santa Terezinha e Distrito Águas Brancas, as quais serão analisadas separadamente e também de forma abrangente.

A região norte do Distrito de Águas Brancas (Figura 131), faz conexão com o município de Bom Retiro e a BR-282, sendo o um dos principais motivos para desenvolvimento urbano do distrito. O sentido norte-centro é caracterizado por uma via principal (SC-110), com entroncamento de vias secundárias no sentido leste, onde há formação de grandes quadras retangulares, ali as ocupações são dispostas entorno via principal e seus lotes e quadras não exibem padronização em formatos e dimensões, vale ressaltar que dentro das quadras encontramos diversas vias de servidões para acesso a lotes internos.

Figura 131 - Estrutura Fundiária, Distrito de Águas Brancas.

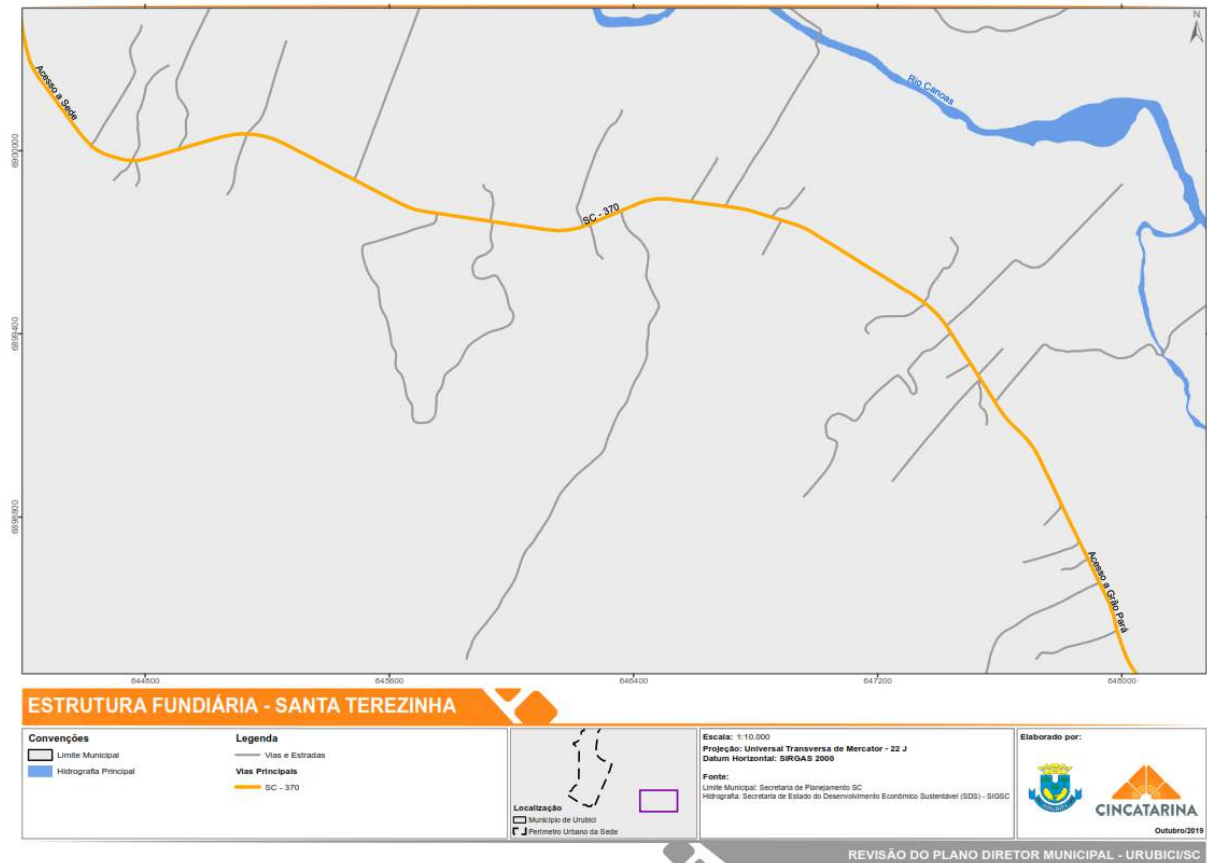


Fonte: CINCATARINA (2019)

Na Localidade de Santa Terezinha (Figura 132), ao sudeste do município, a principal via urbana é a SC-370, a qual faz conexão ao município de Grão Pará, além de ser caminho para diversas paisagens cênicas do próprio município. Nos entornos da SC-370 e da localidade, a malha urbana é formada por tipologias mistas, com conexão para vias de pequenos portes ou mesmo servidões de lotes paralelos a rodovia (SC-370), com ocupações de caráter residencial e comercial. Predominantemente, estes trechos podem ser caracterizados de maneira generalista, pelo traçado viário espinha de peixe¹⁵, muito presente em cidades litorâneas de Santa Catarina, tais como, Florianópolis.

¹⁵ Traçado viário Espinha de Peixe é uma configuração espacial caracterizada por longas vias conectadas apenas a uma via principal, com pouquíssimas conexões diretas entre elas, as distâncias entre as conexões na via principal costumam ser curtas, porém, as distâncias no outro sentido, podem chegar a mais de 1 km. Todos os deslocamentos são canalizados para a via principal, que tende a saturar-se, devido ao grande fluxo, tornando a via uma espécie de funil. Além disso, estas vias principais tendem a concentrar usos comerciais e de serviços, pois, os fluxos estão monopolizados nelas.

Figura 132 - Estrutura fundiária, localidade de Santa Terezinha.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Já os locais com maior aglomeração urbana da localidade de Santa Terezinha, são constituídos por quadras de formas retangulares, especialmente na região que se encontram as escolas, tais quadras não apresentam padronização de formatos e dimensões, expressando um crescimento orgânico do tecido urbano local. Os lotes seguem características semelhantes, devido aos mesmos fatores de crescimento da malha urbana.

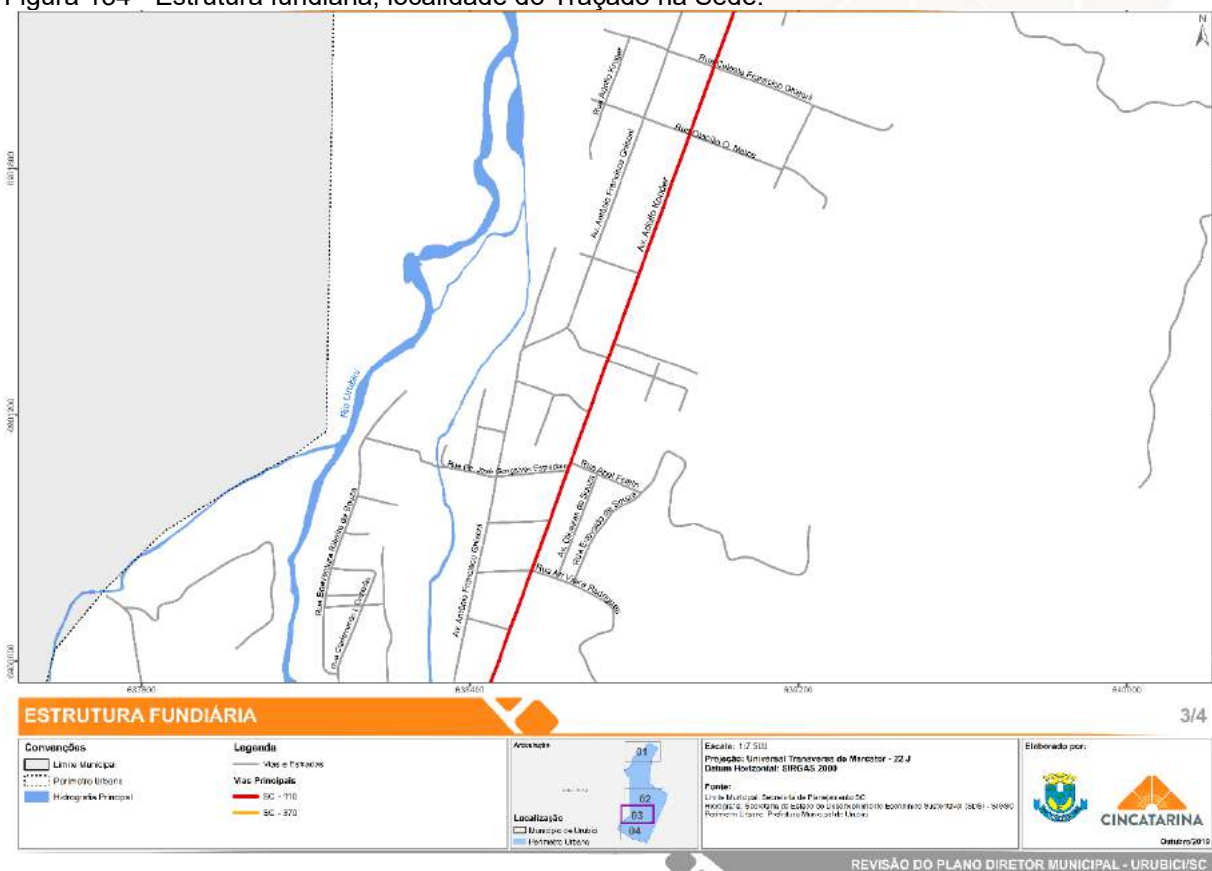
De maneira geral, as vias do entorno da SC-370 e da localidade, possuem traçados viários orgânicos, devido a um parcelamento do solo não planejado, ademais, suas ocupações ocorrem de maneira espalhado, especialmente nos trechos com traçado viário com tipologia “espinha de peixe”.

A Sede de Urubici, caracteriza-se por três divisões essenciais, no entendimento da comunidade urubiense como: a Esquina, o Traçado e Praça.

A localidade da Esquina (Figura 133), é conferida como um nó de ligação urbana, devido ao cruzamento das rodovias SC-370 e SC-110, é também principal acesso para quem vem dos municípios de Rio Rufino (SC-370) e Bom Retiro (SC-110), bem como ligação ao Distrito de Águas Brancas (SC-110) e a Localidade de Santa Terezinha (SC-370), configurando-se como um local de encontro e fluxos. O

O Traçado (Figura 134), é um elo entre os antigos núcleos urbanos de Urubici e é caracterizado por apresentar uma forma alongada, estreita e comprida, onde sua principal via de deslocamento é a Avenida Adolfo Konder. Suas quadras são retilíneas com formas retangulares e quadradas. Seus lotes possuem padronização em dimensões e formas. Sua configuração espacial fora espontaneamente formada, por seus aspectos iniciais de ligação entre as localidades da Praça e da Esquina, combinadas a topografia plana de seu local de inserção. Cabe salientar, que configurações espaciais com grandes prolongamentos e linearidades, tendem a tornar o percurso um tanto monótono e sem atratividade aos seus transeuntes.

Figura 134 - Estrutura fundiária, localidade do Traçado na Sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

A malha urbana da localidade da Praça (Figura 135), pode ser compreendida em três partes também, sendo a primeira ao oeste, nos entornos da SC-110, sentido ao município de São Joaquim, região do cemitério municipal, ali percebe-se um traçado orgânico nas vias, não havendo a formação de quadras fechadas, os lotes não possuem padronização de formatos e dimensões, além disso, as ocupações estão justapostas as vias locais e partes da rodovia, sendo elas, responsáveis pela delimitação do traçado orgânico das vias.

topografia faz-se plana e com posterior formação de parcelamentos planejados, principalmente nas três divisões da Sede de Urubici (Praça, Traçado e Esquina).

Pode-se afirmar, que o tecido urbano consolidado de Urubici em sua maioria possui quadras e vias, de formas alongadas, estreitas e retilíneas, especialmente em locais de topografia plana, diferindo-se nas áreas periféricas e em trechos de acessos das SC-110 e SC-370. O distrito de Águas Brancas apresenta características semelhantes a Sede, em contraponto, a localidade de Santa Terezinha apresenta um tecido urbano de configurações orgânicas e espontâneas. Tudo isto, revela um desenho espacial múltiplo, de tamanho e natureza variadas com relação à urbanização de Urubici, o qual é retratado em suas dinâmicas estruturais.

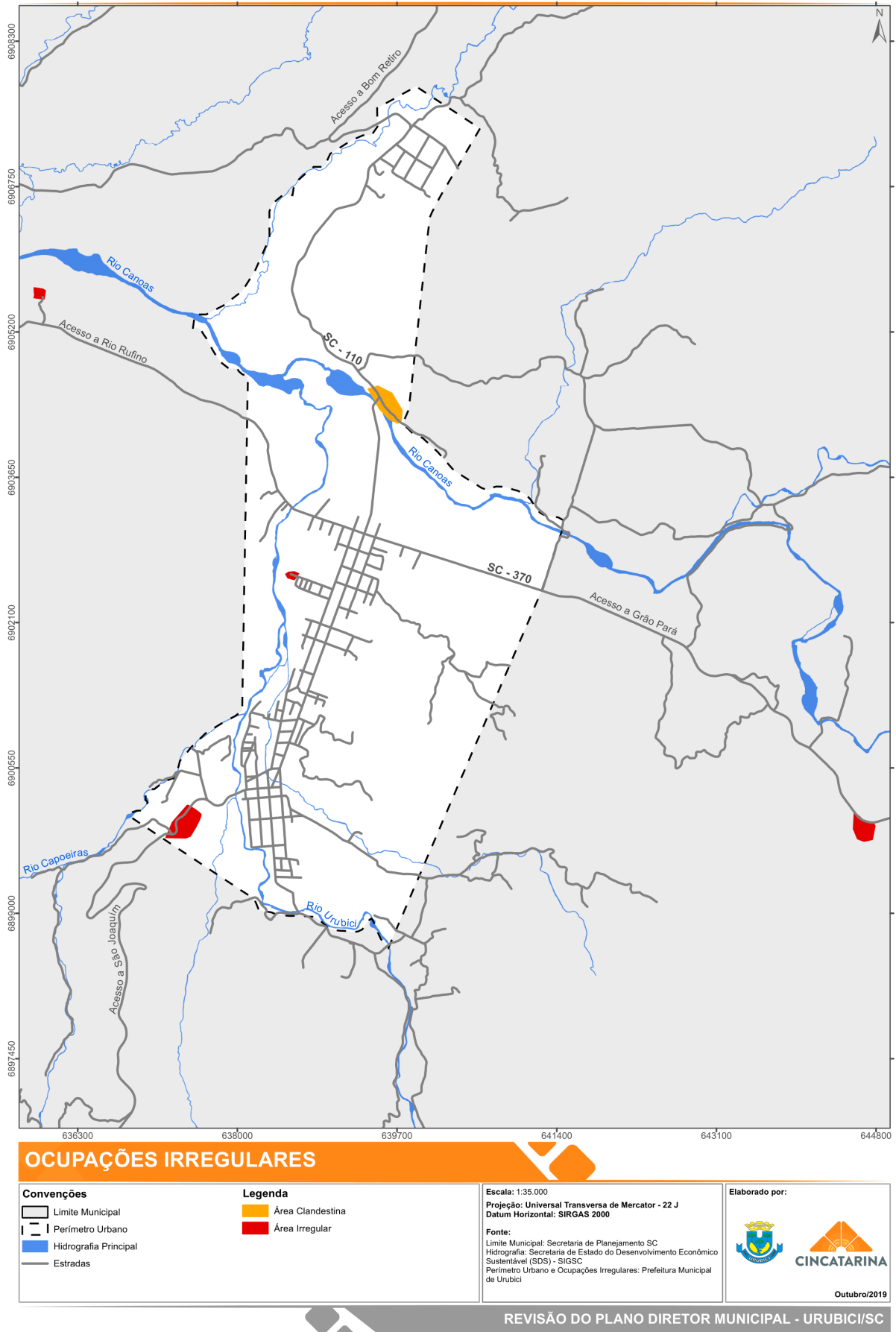
3.2.7 Ocupações irregulares

A ocupação irregular é um problema recorrente nos centros urbanos e traz consigo sérios reflexos nas áreas ambientais e urbanísticas. Essas áreas são provenientes de invasões irregulares ou de loteamentos clandestinos e não observam os requisitos mínimos urbanísticos, sociais, ambientais e econômicos.

Tratam-se habitualmente de moradias desqualificadas e incapazes de ser exercida de forma plena e digna. Nos locais em que ocorrem ocupações irregulares é notório o estabelecimento de população de menor poder aquisitivo, atraídas por menor valor imobiliário. As regiões com ocupações desordenadas acabam entrando em um contexto de carência urbanística e social, desamparados das políticas públicas da cidade legal.

Em Urubici são encontradas quatro áreas de ocupações irregulares e uma ocupação clandestina, segundo as informações repassadas pela Prefeitura Municipal de Urubici. Elas estão dispostas da seguinte maneira: uma ocupação clandestina na localidade de Águas Brancas, uma ocupação irregular ao sul na SC-110, uma ocupação irregular próxima a localidade da Esquina, uma ocupação irregular na SC-370, sentido localidade de Santa Terezinha e a última na SC-370 no sentido ao município de Rio Rufino. Conforme apresentado na Figura 136:

Figura 136 - Ocupações irregulares e clandestinas de Urubici.



Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Urubici (2019)

Em suma, todas estas áreas não observaram os parâmetros legais para o parcelamento e ocupação do solo urbano. Sendo necessária averiguação de cada situação, para a futura regularização ou remoção destas ocupações conforme seu perfil ocupacional, visando sempre a melhor técnica e melhor segurança da população que ali está inserida.



4 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

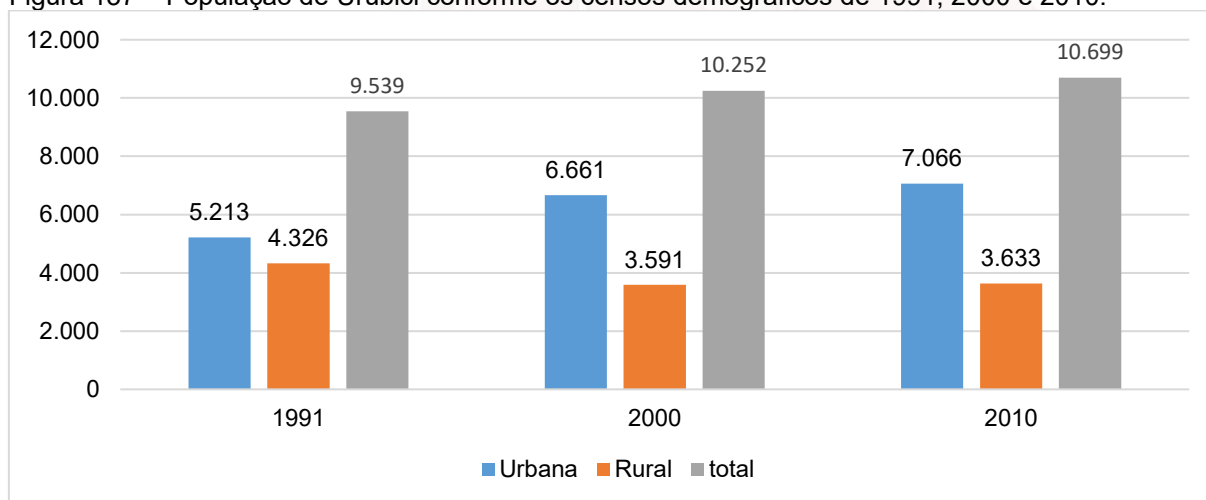
4.1 População

Para a elaboração de um planejamento abrangente é necessário conhecer e apresentar as características populacionais do município em estudo. A Figura 137, apresenta os dados de crescimento populacional de Urubici.

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 0,80%. No Estado esta taxa foi de 1,85%, enquanto que, no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 54,65% para 64,97%.

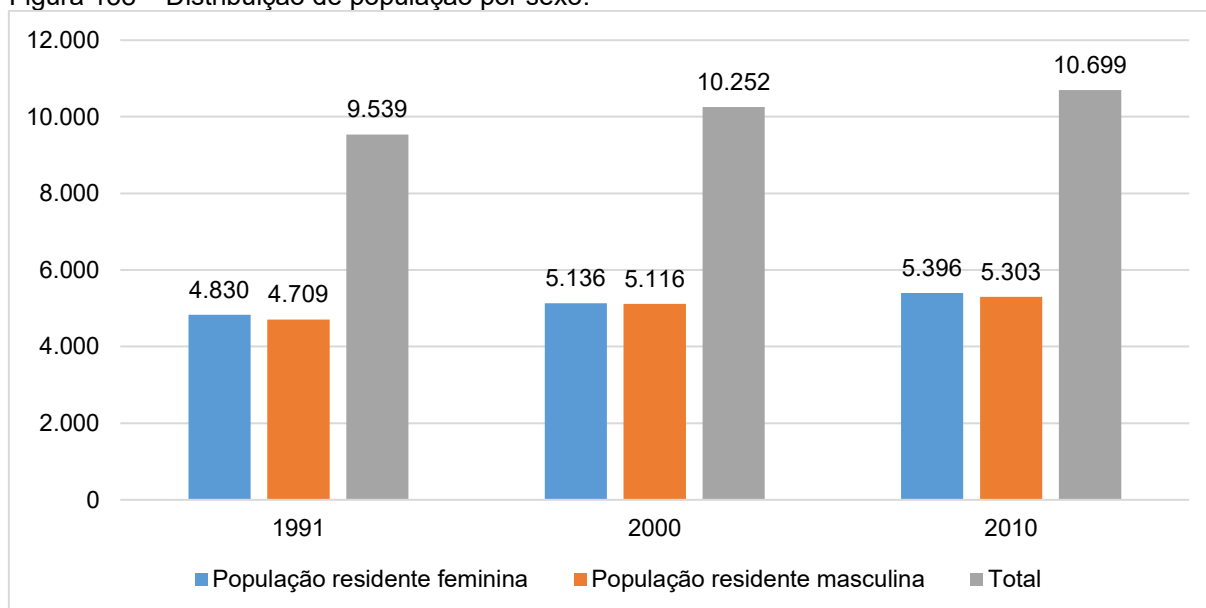
Entre 2000 e 2010, a população de Urubici cresceu a uma taxa média anual de 0,43%, enquanto que no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 64,97% para 66,04%. Em 2010 viviam, no município, 10.699 pessoas. Já população estimada para o município em 2019 é de 11.235 pessoas segundo o IBGE (2019).

Figura 137 – População de Urubici conforme os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE (2010)

Baseado nas informações populacionais do Censo Demográfico de 2010, Urubici possui uma densidade demográfica de 10,51hab./km². A distribuição da população por sexo é demonstrada na Figura 138, nota-se que a população de feminina em 2010 era cerca de 49,57%, havendo equivalência entre população feminina e masculina neste período.

Figura 138 – Distribuição de população por sexo.


Fonte: IBGE (2010)

Já a distribuição da população por faixa etária é demonstrada na Tabela 15, onde é apresentada a relação entre os censos de 1991, 2000 e 2010, apontando também a razão de dependência e a taxa de envelhecimento nestes anos.

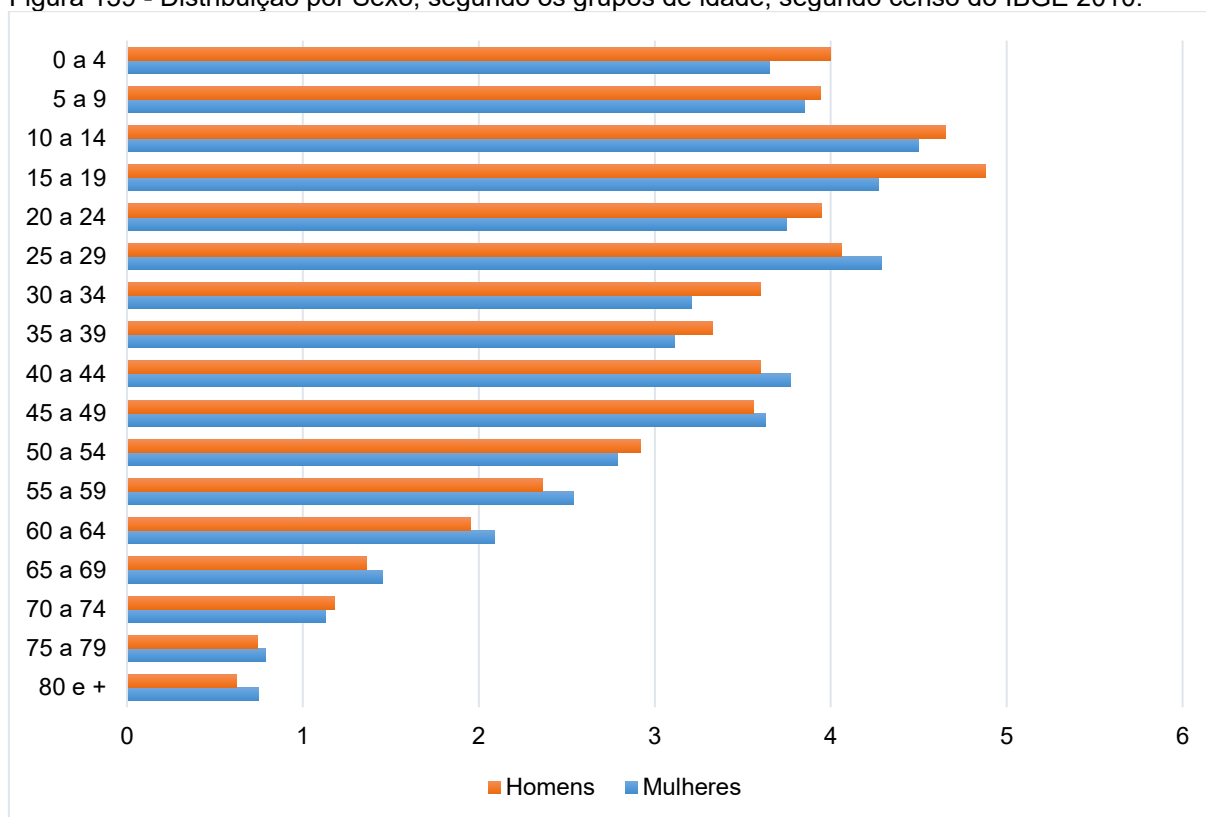
Tabela 15 - Distribuição da população por faixa etária.

ESTRUTURA ETÁRIA	1991	2000	2010
Menos de 15 anos	3.178	3.087	2.603
15 a 64 anos	5.884	6.525	7.239
65 anos ou mais	477	640	857
Razão de dependência	62,12	57,12	47,80
Taxa de envelhecimento	5,00	6,24	8,01

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2013)

Na Figura 139, temos apresentado a relação por sexo e faixa etária no município de Urubici, as quais abrangem a população de 0 a mais de 80 anos. Podemos observar, em homens e mulheres as faixas etárias mais presente no município são 10-14 anos, 15-19 anos e 25-29 anos, demonstrando que o município é formado por uma população majoritariamente jovem.

Figura 139 - Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade, segundo censo do IBGE 2010.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2013)

Outro elemento importante para entendermos o desenvolvimento de um município é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal ou IDHM que considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano, e quanto mais próximo de 0, menor o desenvolvimento humano. O município de Urubici possui o IDHM de 0,694 o qual é considerado na faixa média (IDHM entre 0,600 a 0,699).

4.2 Base econômica

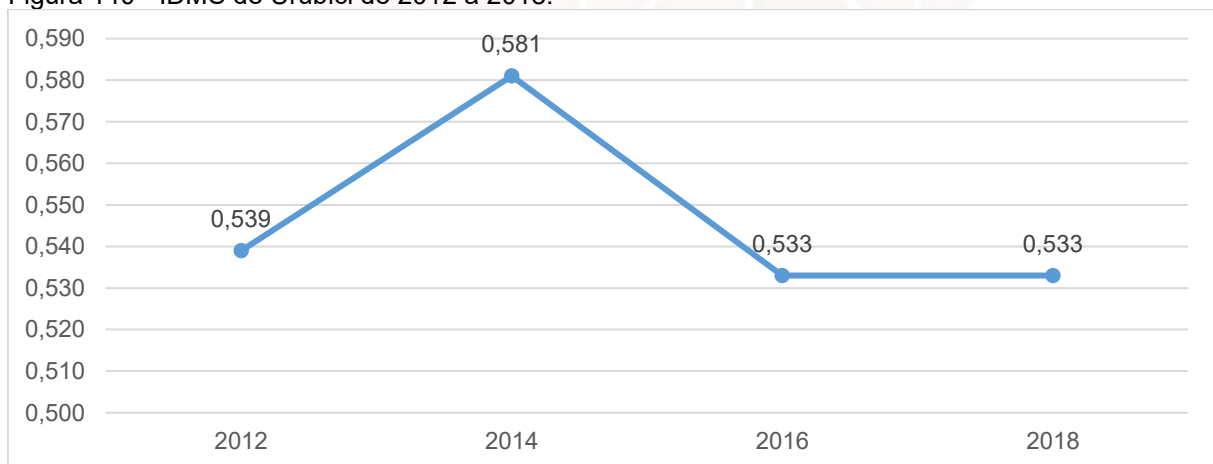
4.2.1 IDMS

O Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável - IDMS é uma das ferramentas do Sistema de Indicadores da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, que tem como objetivo avaliar os municípios segundo seu nível de desenvolvimento sustentável.

Para composição do IDMS é utilizada a aplicação do conceito de desenvolvimento municipal sustentável construído a partir de quatro índices: dimensão sociocultural, econômica, ambiental e político institucional, indicadores considerados fundamentais para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território.

Esse índice, ao avaliar o desenvolvimento, configura-se como uma ferramenta de apoio à gestão capaz de evidenciar as prioridades municipais e regionais e situar as municipalidades em relação a um cenário futuro desejável. A sustentabilidade é entendida como o desenvolvimento equilibrado das dimensões Social, Cultural, Ambiental, Econômica e Político-institucional. Na Figura 140, é possível observar a evolução do IDMS no município desde 2012, percebe-se leve queda entre os anos de 2014 e 2016, permanecendo igual entre 2016 e 2018. O IDMS no ano de 2018 foi de 0,533.

Figura 140 - IDMS de Urubici de 2012 a 2018.



Fonte: FECAM (2018)

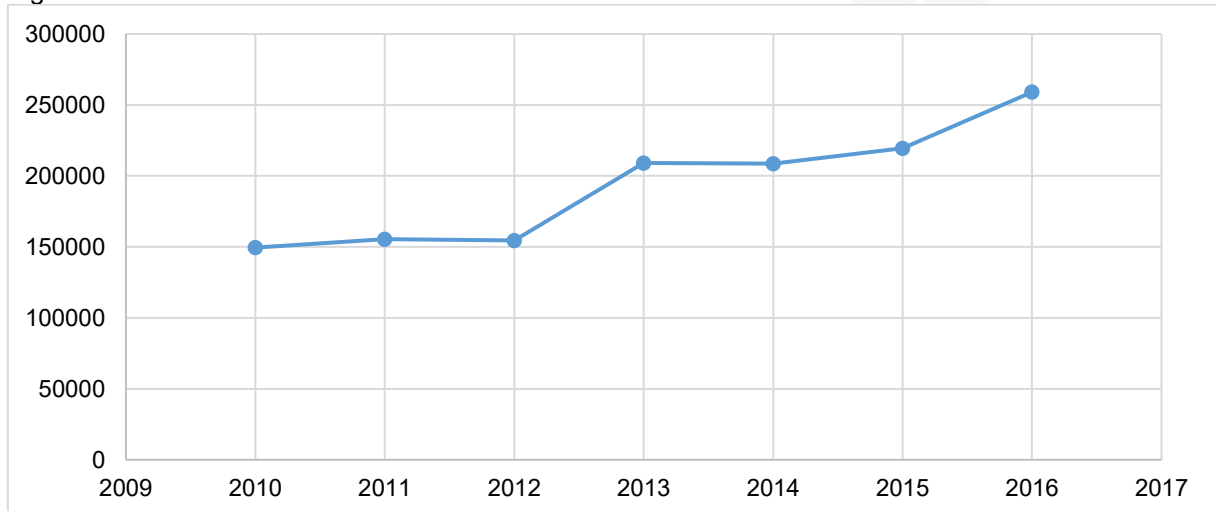
4.2.2 PIB e PIB per capita

O PIB ou Produto Interno Bruto, representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um determinado período, sendo o principal indicador usado para mensurar o crescimento econômico dos países, estados e municípios. Para calcular o valor final desses bens e serviços produzidos, o IBGE deduz o valor estimado das matérias-primas adquiridas de outros setores, para que um mesmo produto não seja contabilizado duplamente.

Por exemplo, se um artesão comprou um pedaço de madeira por R\$ 20,00, transformou em uma cadeira e vendeu por 45,00, ele contribuiu com R\$ 25,00 para a geração de riqueza, produziu R\$ 25,00 de Valor Adicionado. Ao final, deduz-se do

Valor Adicionado e acrescenta-se o valor dos impostos sobre produtos para a obtenção do PIB. Na Figura 141, pode-se observar os valores do PIB do município entre os anos de 2010 a 2016 e na Figura 142 o PIB per capita do mesmo período.

Figura 141 - Histórico do PIB de Urubici.

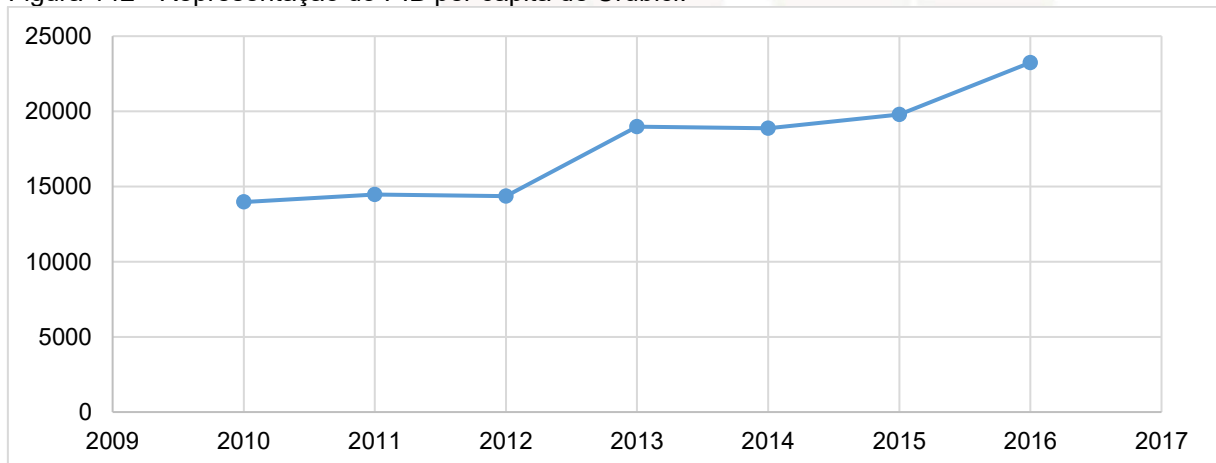


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Nota: Os dados da série revisada têm como referência o ano de 2010, seguindo a nova referência das Contas Nacionais.

Os dados de 2016 estarão sujeitos a revisão na próxima divulgação.

Figura 142 - Representação do PIB per capita de Urubici.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Nota: Os dados da série revisada têm como referência o ano de 2010, seguindo a nova referência das Contas Nacionais.

Os dados de 2016 estarão sujeitos a revisão na próxima divulgação.

4.2.3 Valor adicionado

O Valor adicionado – VA é o componente principal (85%) para formação do índice de retorno do ICMS ao Município. É apurado anualmente para cada município e tem como base o movimento econômico (vendas das empresas, vendas da produção

agropecuária, consumo de energia elétrica e serviços de telecomunicação) ocorridos no mesmo.

Já o índice de participação dos municípios - IPM no produto da arrecadação do ICMS é formado pelo somatório resultante de dois critérios, sendo eles:

a) Do rateio de 15% (quinze por cento) em partes iguais entre todos os municípios do Estado e;

b) Da participação do município no valor adicionado em relação ao valor adicionado do Estado, considerando-se a média dos dois últimos anos e peso equivalente a 85% (oitenta e cinco por cento).

O valor adicionado de Urubici é apresentado na Tabela 16.

Tabela 16 - Valor adicionado de Urubici em 2016.

VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES	VALOR	UNIDADE
Série revisada	247.782,23	(x 1000) R\$
Agropecuária	96.628,16	(x 1000) R\$
Indústria	13.971,57	(x 1000) R\$
Serviços - exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	91.297,15	(x 1000) R\$
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	45.885,36	(x 1000) R\$

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2016)

Nota: Os dados da série revisada têm como referência o ano de 2010, seguindo a nova referência das Contas Nacionais.

Os dados de 2016 estarão sujeitos a revisão na próxima divulgação.

4.2.4 Índice de pobreza, emprego e desemprego

Uma das formas de mensurar a pobreza é através do índice de Gini, instrumento criado pelo matemático italiano Conrado Gini cujo objetivo é medir o grau de concentração de renda de um determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

A incidência de pobreza no município é de 0,52 (PNUD, Ipea. FJP, 2013), isso quer dizer que em cada 100 pessoas, 52 pessoas possuem dificuldade no acesso a serviços como saúde, educação, água potável e nutrição razoável. O índice também considera o percentual da população não alfabetizada e a longevidade. Pode-se observar na Tabela 17, a evolução dos índices de pobreza no município entre os anos de 2000 e 2010.

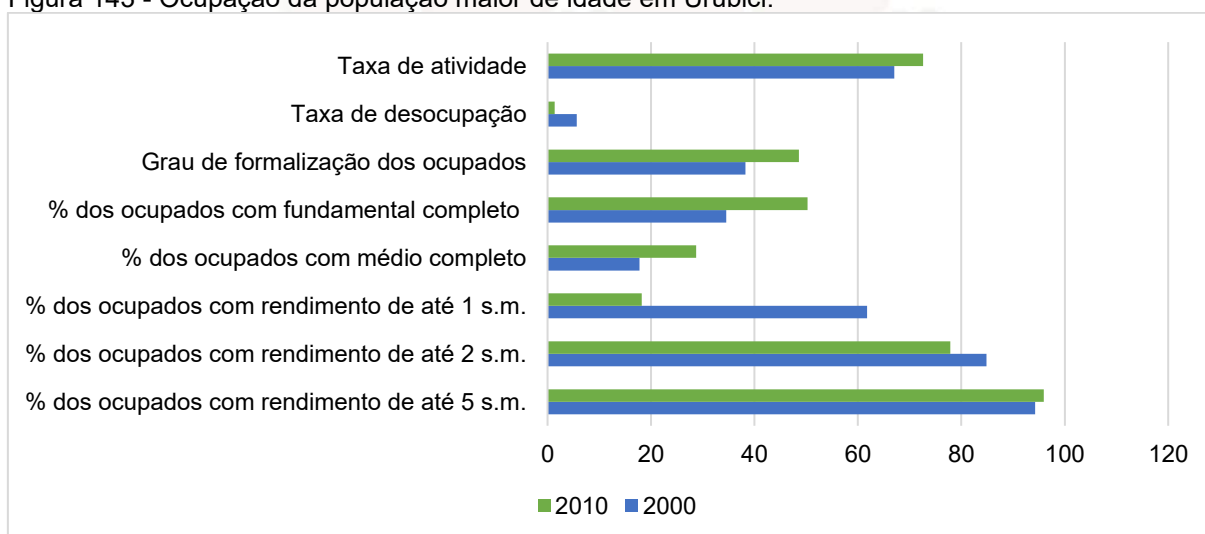
Tabela 17 - Representação dos índices em Urubici entre os anos de 1991 e 2010.

ÍNDICES DE POBREZA	1991	2000	2010
Renda per capita	311,16	429,60	713,25
% de extremamente pobres	23,07	9,91	1,31
% de pobres	51,27	29,19	8,29
Índice de Gini	0,63	0,58	0,52

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2013)

Outro fator relacionado com a pobreza de uma região é a taxa de atividade e desocupação da população. Para o município de Urubici, entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais, ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa, passou de 67,05% em 2000 para 72,64% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação, ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada passou de 5,62% em 2000 para 1,38% em 2010. Na Figura 143, pode-se observar esta e outras variações (PNUD, Ipea e FJP, 2013).

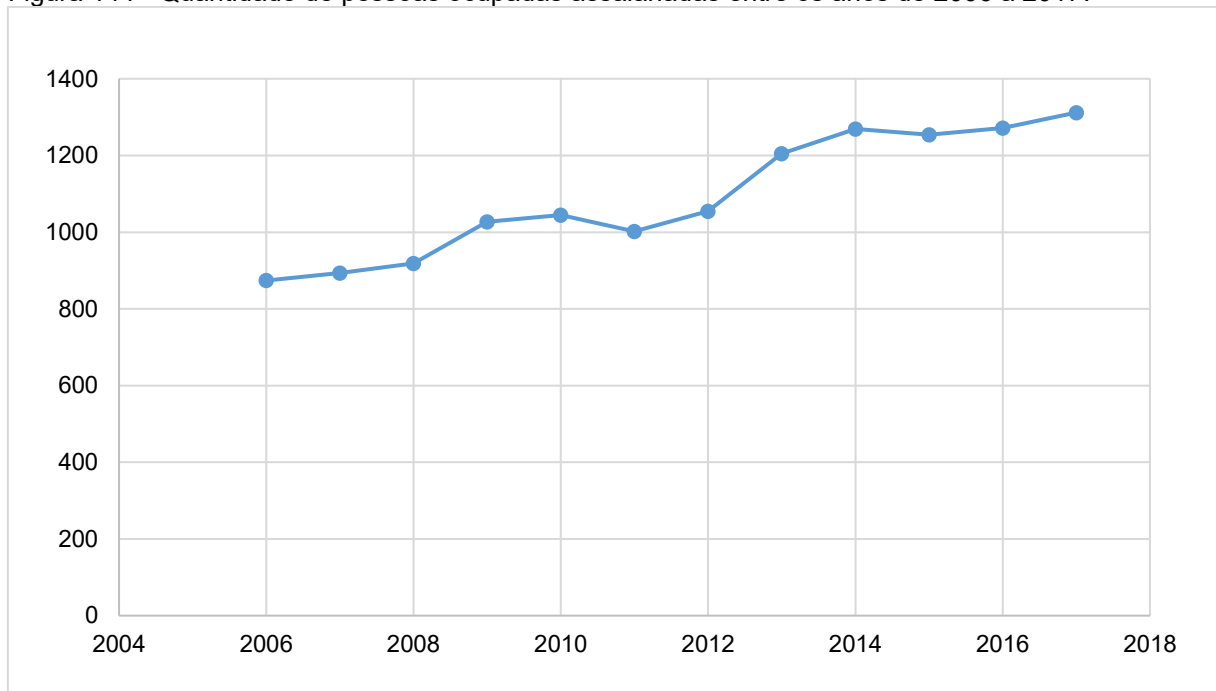
Figura 143 - Ocupação da população maior de idade em Urubici.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2013)

Relacionado à ocupação da população, na Figura 144 é apresentado para o quesito emprego remunerado, o comportamento do município entre anos de 2006 a 2017. Em relação ao emprego, o município de Urubici apresentava segundo o Cadastro Central de Empresas (IBGE) para 2017 um total de 1.959 pessoas ocupadas, sendo que dessas 1.312 eram assalariadas. Ainda em relação à essas informações o município contava com 449 empresas atuando no referido ano com 457 unidades produtivas.

Figura 144 - Quantidade de pessoas ocupadas assalariadas entre os anos de 2006 a 2017.



Fonte: Cadastro Central de Empresas, IBGE (2017)

4.2.5 Setor econômico

O município de Urubici possui atividades econômicas nos setores primário, secundário, terciário (comércio e serviço). Segundo o IBGE o município em 2016, alcançou o PIB per capita de R\$ 23.242,66.

A seguir são apresentadas informações que realçam as principais produções com relação ao setor primário que movimenta a economia municipal. No ano de 2017, as lavouras temporárias de maior relevância em relação a quantidade produzida foram a cebola, tomate e milho, conforme pode ser observado na Tabela 18.

Tabela 18 - Lavouras temporárias- quantidade produzida, área plantada e valor da produção no município de Urubici em 2018.

CULTURA	QUANTIDADE PRODUZIDA (toneladas)	ÁREA PLANTADA (hectares)	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$) (X1000)
Batata-inglesa	500	20	300,00
Cebola	7.500	250	8,250.00
Feijão	27	15	54,00
Fumo	288	131	245,00
Milho	4.320	600	2.678,00
Tomate	7.200	120	11.750,00

Fonte: Produção Agrícola Municipal, IBGE (2018)

As lavouras permanentes também têm sua importância para a econômica local, destacando-se as frutíferas. A Tabela 19 apresenta os dados referentes a safra 2018.

Tabela 19 - Lavouras permanentes - quantidade produzida, área plantada e valor da produção no município de Urubici em 2018.

CULTURA	QUANTIDADE (toneladas)	ÁREA PLANTADA (hectares)	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$) (X1000)
Caqui	45	3	68,00
Maça	21.000	600	18.900,00
Pera	100	4	180,00
Uva	330	22	660,00

Fonte: Produção Agrícola Municipal, IBGE (2018)

Com relação às atividades de pecuária, o efetivo do rebanho no município de Urubici, que é mais representativo é o rebanho de bovinos seguido de galináceos. Os demais rebanhos também apresentam papel fundamental para economia municipal. A aquicultura também tem sua participação na economia municipal, com destaque para produção de Truta. Na Tabela 20, pode ser observado o rebanho total do município para o ano de 2017.

Tabela 20 - Efetivo do rebanho no município de Urubici em 2017.

EFETIVO DO REBANHO		QUANTIDADE	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$) (X1000)
Aquicultura	Carpa	28.000	126,00
	Tilápia	1.200	9,00
	Truta	100.00	1.050,00
	Outros peixes	18.000	81,00
Bovinos	Rebanho	47.208 cabeças	-
	Vacas ordenhadas	5.300 cabeças	-
Bubalino	Rebanho	265 cabeças	-
Caprino	Rebanho	200 cabeças	-
Codorna	Rebanho	15 cabeças	-
Equino	Rebanho	1.750 cabeças	-
Galináceo	Rebanho	3.800 cabeças	-
	Galinha	1.500 cabeças	-
Ovino		1.350 cabeças	-
Suíno		900 cabeças	-

Fonte: Produção da Pecuária Municipal, IBGE (2017)

Com relação aos produtos de origem animal, os mais representativos para o ano em estudo, foi produção de leite e de mel, que contribuem diretamente na economia de Urubici, conforme pode ser observado na Tabela 21.

Tabela 21 - Produção de origem animal no município de Urubici em 2017.

PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$) (X1000)
Leite	9.500 litros	9.500,00
Mel de abelha	80.000 kg	960,00
Lã	2.200 kg	8,00
Ovos de galinha	14 dúzias	68,00

Fonte: Produção da Pecuária Municipal, IBGE (2017)

As Tabela 22 e Tabela 23 apresentam informações referente as atividades de silvicultura e extração vegetal do município, atividades que contribuem na geração de emprego e renda para município.

Tabela 22 - Silvicultura no município de Urubici em 2017.

PRODUTO SILVICULTURA	QUANTIDADE	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$) (X1000)
Eucalipto	190 ha	-
Pinus	430 ha	-
Madeira em tora	25.000 m ³	1.525,00,00
Lenha	18.000 m ³	744,00

Fonte: Produção da Extração Vegetal e Silvicultura, IBGE (2017)

Tabela 23 – Extração vegetal no município de Urubici em 2017.

PRODUTO EXTRAÇÃO VEGETAL	QUANTIDADE	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$) (X1000)	
Alimentícios	Erva-mate	400 t	312,00
	Pinhão	130 t	247,00
Madeira	Lenha	8.100 m ³	365,00
	Madeira em tora	300 m ³	26,00
Pinheiro brasileiro nativo	Madeira em tora	50 m ³	-

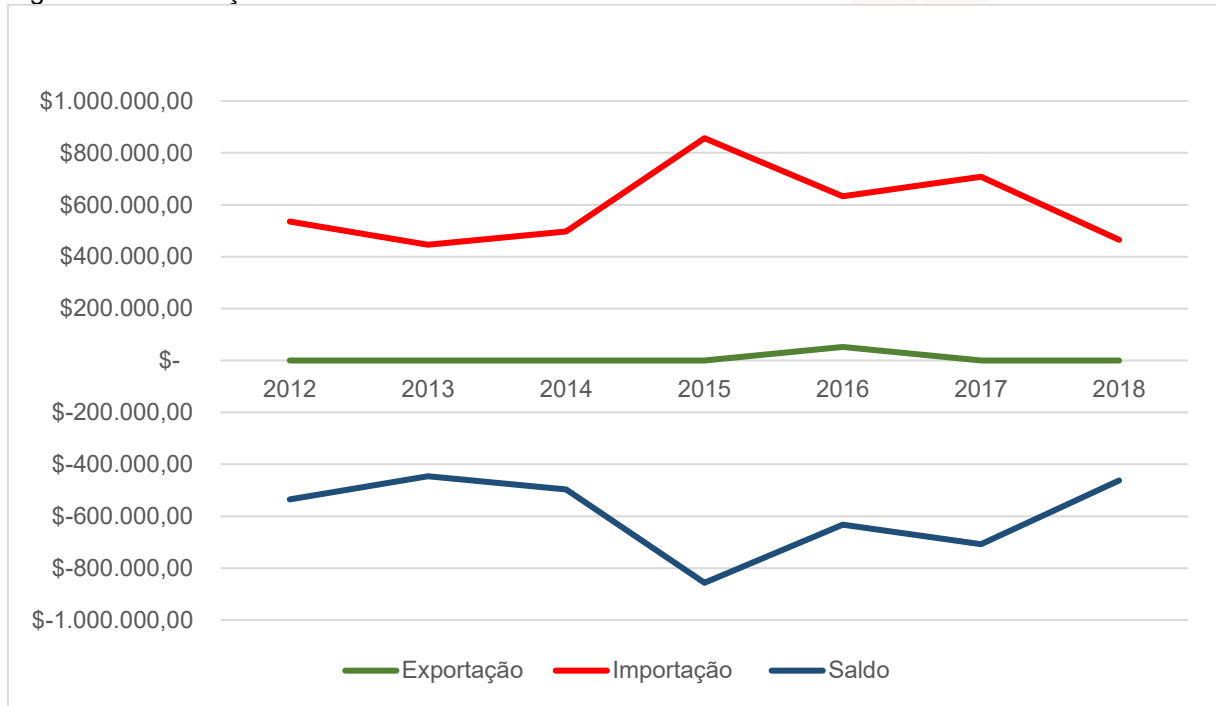
Fonte: Produção da Extração Vegetal e Silvicultura, IBGE (2017)

4.2.6 Balança comercial

A Balança Comercial é a diferença entre a Exportação e a Importação. Se as exportações forem maiores que as importações, há um superávit comercial. Se as importações apresentarem valores maiores que as exportações, há um déficit comercial. Na Figura 145, pode-se observar a variação da Balança Comercial do

município entre os anos de 2012 a 2018. No ano de 2014, percebe-se o aumento acelerado das importações, que voltam a cair em 2015, além disso, o município não apresenta exportações.

Figura 145 - Balança Comercial de Urubici entre 2012 e 2018.



Fonte: MDIC (2019)

5 INFRAESTRUTURA SOCIAL E URBANA

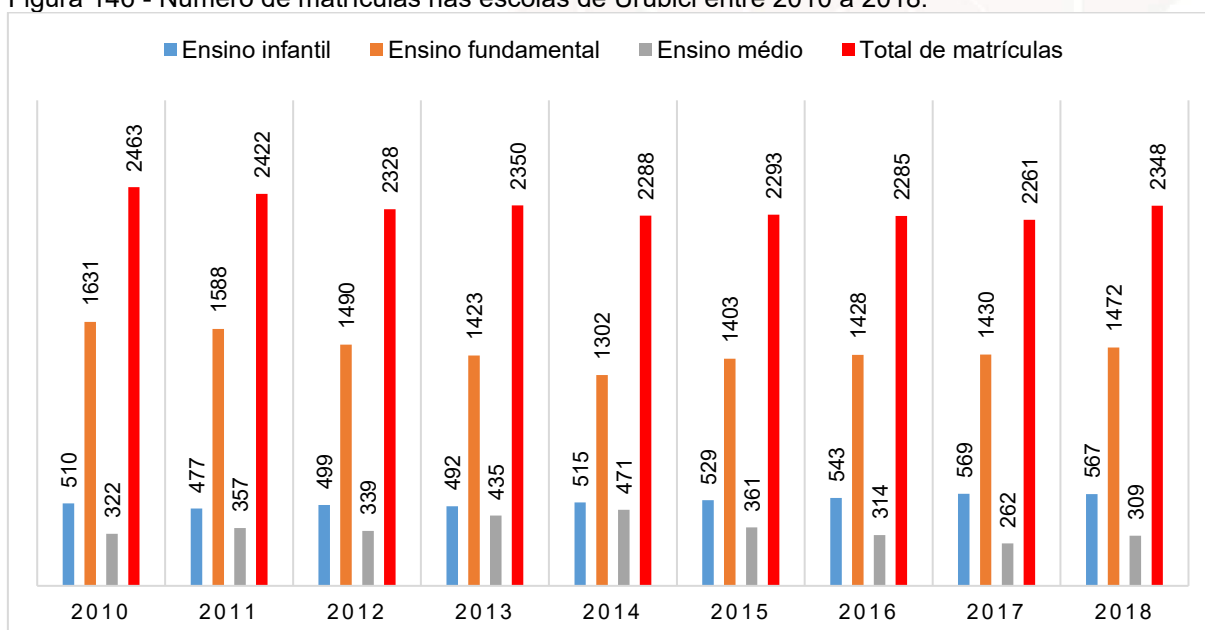
5.1 Infraestrutura social

O levantamento da infraestrutura social, leva ao conhecimento a realidade da infraestrutura ofertada pelo município a população, como os equipamentos de educação, saúde, lazer, esporte e segurança pública. Com sua identificação é possível a verificação do atendimento das demandas em cada área da infraestrutura.

5.1.1 Educação

Em relação à quantidade de alunos matriculados entre os anos de 2010 a 2018, nas redes públicas e privadas, podemos observar na Figura 146 e Tabela 24, que a demanda por vagas nas instituições vem caindo com o passar dos anos, especialmente se compararmos as demandas de 2010 e 2018, onde respectivamente as matrículas foram de 2.463 e 2.348 matrículas, havendo um declive aproximado de 4,9% no número de matrículas. Em 2018, o maior número de matrículas ocorreu nas séries do ensino fundamental com cerca de 1.472 alunos, havendo também um decréscimo no número de matrículas em relação ao ano de 2010 de aproximadamente 10,81%. Cabe ressaltar que partir de 2016, o município passa a ser responsável pela educação dos anos iniciais do ensino fundamental.

Figura 146 - Número de matrículas nas escolas de Urubici entre 2010 a 2018.



Fonte: IBGE (2019) apud Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica (2018)

Tabela 24 - Número de matrículas nas escolas públicas e privadas de Urubici entre 2010 a 2018.

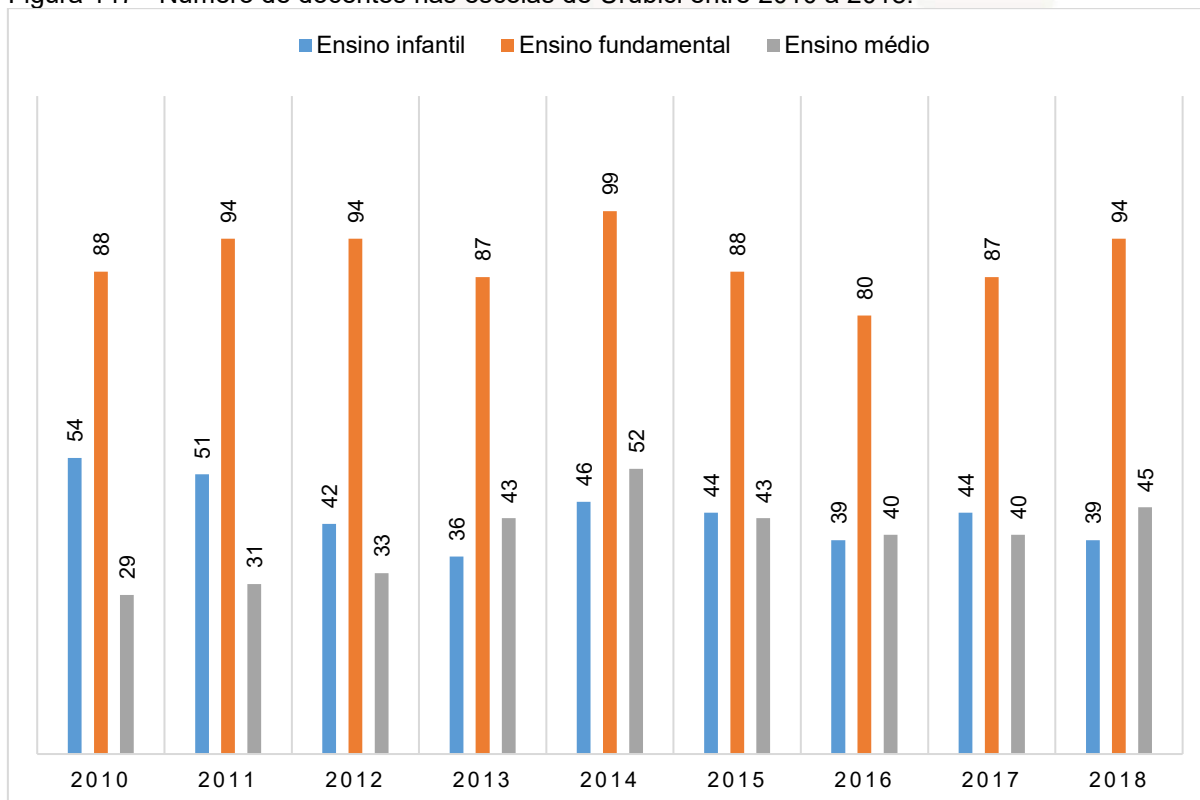
MATRICULAS									
Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Ensino infantil	510	477	499	492	515	529	543	569	567
Creche	254	236	253	258	252	251	248	256	286
Municipal	252	236	253	257	249	251	248	256	286
Estadual	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Privado	2	0	0	1	3	0	0	0	0
Pré-escolar	256	241	246	234	263	278	295	313	281
Municipal	222	196	193	191	209	223	250	266	237
Estadual	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Privado	34	45	53	43	54	55	45	47	44
Ensino fundamental	1631	1588	1490	1423	1302	1403	1428	1430	1472
1º ano	184	146	130	157	127	152	134	149	170
Municipal	84	87	108	124	102	126	100	122	137
Estadual	64	34	0	0	0	0	0	0	0
Privado	36	25	22	33	25	26	34	27	33
2º ano	167	187	133	129	150	130	147	137	150
Municipal	63	93	82	105	117	109	123	102	123
Estadual	88	61	28	0	0	0	0	0	0
Privado	16	33	23	24	33	21	24	35	27
3º ano	195	188	183	149	141	164	141	176	145
Municipal	72	74	96	108	117	134	119	151	114
Estadual	102	97	61	19	0	0	0	0	0
Privado	21	17	26	22	24	30	22	25	31
4º ano	136	174	173	175	130	136	161	126	166
Municipal	66	69	76	92	91	115	130	103	148
Estadual	51	87	81	58	21	0	0	0	0
Privado	19	18	16	25	18	21	31	23	18
5º ano	73	213	163	171	178	132	157	164	133
Municipal	0	86	70	77	80	82	129	133	111
Estadual	56	105	73	78	74	34	0	0	0
Privado	17	22	20	16	24	16	28	31	22
6º ano	340	16	189	210	203	234	183	208	204
Municipal	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estadual	310	0	163	184	185	208	164	177	171
Privado	30	16	26	26	18	26	19	31	33
7º ano	189	173	19	159	191	182	209	157	187
Municipal	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estadual	170	138	0	136	168	161	181	139	157
Privado	19	35	19	23	23	21	28	18	30
8º ano	143	163	244	18	119	167	147	187	145
Municipal	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estadual	122	147	210	0	94	142	127	159	127
Privado	21	16	34	18	25	25	20	28	18
9º ano	204	328	256	255	63	106	149	126	172
Municipal	17	0	0	0	0	0	0	0	0
Estadual	170	309	237	221	47	83	130	107	145
Privado	17	19	19	34	16	23	19	19	27
Ensino médio	322	357	339	435	471	361	314	262	309
1ª série	145	157	137	212	225	69	117	138	117
Municipal	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estadual	117	141	113	196	198	59	107	123	103
Privado	28	16	24	16	27	10	10	15	14

MATRÍCULAS									
Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
2ª série	101	107	115	119	140	174	46	86	115
Municipal	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estadual	88	89	104	96	125	144	38	78	105
Privado	13	18	11	23	15	30	8	8	10
3ª série	76	93	87	104	91	118	151	38	77
Municipal	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estadual	68	85	72	93	79	104	126	32	70
Privado	8	8	15	11	12	14	25	6	7
Total de matrículas	2463	2422	2328	2350	2288	2293	2285	2261	2348

Fonte: IBGE (2019) apud Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica (2018)

Já o número de docentes atuantes nestas instituições de ensino encontra-se descrito na Figura 147 e Tabela 25, onde são apresentados dados do ensino infantil, fundamental e médio entre os anos de 2010 a 2018. Nota-se, que maior número de docentes está relacionado a educação do ensino fundamental, especialmente por este ciclo ser o mais prolongado de ensino. Um fator positivo apresentado é aumento progressivo de docentes no ensino médio, que em 2010 eram 29, passando em 2018 para 45.

Figura 147 - Número de docentes nas escolas de Urubici entre 2010 a 2018.



Fonte: IBGE (2019) apud Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica (2018)

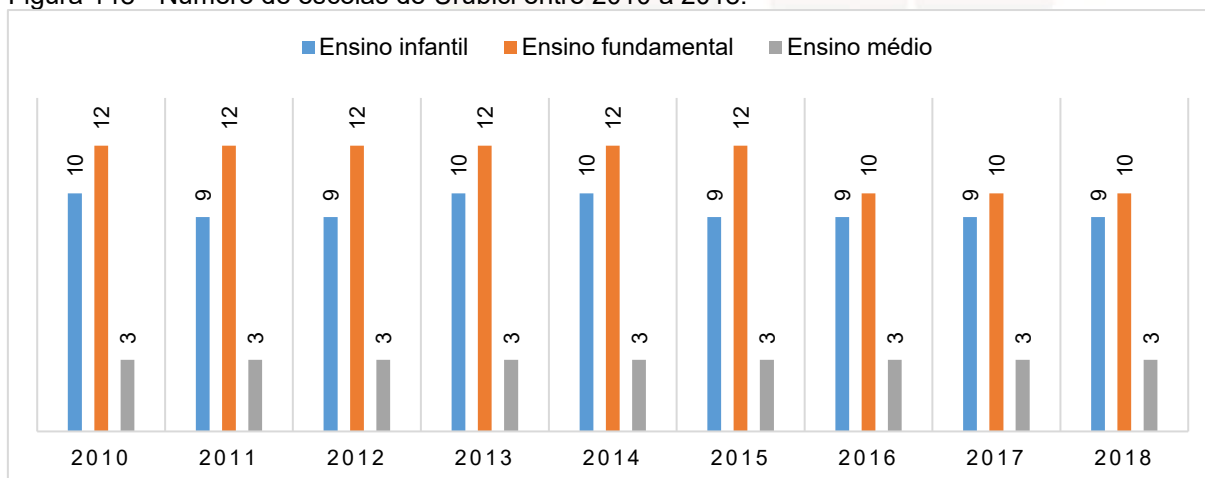
Tabela 25 - Número de docentes nas escolas públicas e privadas de Urubici entre 2010 a 2018.

DOCENTES									
Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Ensino infantil	54	51	42	36	46	44	39	44	39
Creche	34	32	24	19	27	21	18	17	21
Municipal	31	32	24	19	25	21	18	17	21
Estadual	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Privado	3	0	0	0	2	0	0	0	0
Pré-escolar	34	27	27	19	22	25	22	28	19
Municipal	31	23	23	14	18	20	18	24	16
Estadual	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Privado	3	4	4	5	5	5	4	4	3
Ensino fundamental	88	94	94	87	99	88	80	87	94
Anos iniciais	50	60	59	55	57	48	40	45	51
Municipal	28	35	37	34	41	36	31	36	43
Estadual	17	18	16	14	9	4	0	0	0
Privado	8	8	8	8	8	10	10	11	10
Anos finais	51	44	46	43	54	54	48	49	50
Municipal	8	6	6	5	6	5	4	3	3
Estadual	35	30	31	27	35	36	34	35	39
Privado	11	9	11	12	13	14	11	11	10
Ensino médio	29	31	33	43	52	43	40	40	45

Fonte: IBGE (2019) apud Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica (2018)

No que confere a quantidade de instituições públicas e privadas para cada faixa de ensino, temos na Figura 148 e Tabela 26, os dados dos anos 2010 a 2018. Percebe-se, a diminuição de instituições de ensino infantil e ensino fundamental no período, havendo somente a continuidade do número de instituições de ensino médio. Devemos observar que a mesma instituição pode ofertar mais de uma faixa de ensino, especialmente na rede privada.

Figura 148 - Número de escolas de Urubici entre 2010 a 2018.



Fonte: IBGE (2019) apud Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica (2018)

Tabela 26 - Número de escolas públicas e privadas de Urubici em 2010 a 2018.

ESCOLAS									
Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Ensino infantil	10	9	9	10	10	9	9	9	9
Creche	9	8	8	9	9	7	8	7	7
Municipal	8	8	8	8	8	7	8	7	7
Estadual	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Privado	1	0	0	1	1	0	0	0	0
Pré-escolar	8	8	8	9	10	9	9	9	9
Municipal	7	7	7	7	8	8	8	8	8
Estadual	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Privado	1	1	1	2	2	1	1	1	1
Ensino fundamental	12	12	12	12	12	12	10	10	10
Anos iniciais	12	12	12	12	12	11	8	8	8
Municipal	9	9	9	9	9	9	7	7	7
Estadual	2	2	2	2	2	1	0	0	0
Privado	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Anos finais	4	3	3	3	3	3	3	3	3
Municipal	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Estadual	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Privado	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ensino médio	3	3	3	3	3	3	3	3	3

Fonte: IBGE (2019) apud Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica (2018)

Em 2019, a rede pública municipal contava com 546 alunos no ensino infantil e 637 alunos nas séries iniciais do ensino fundamental conforme dados da Prefeitura Municipal de Urubici. As escolas sobre responsabilidade do município são apresentadas na Tabela 27.

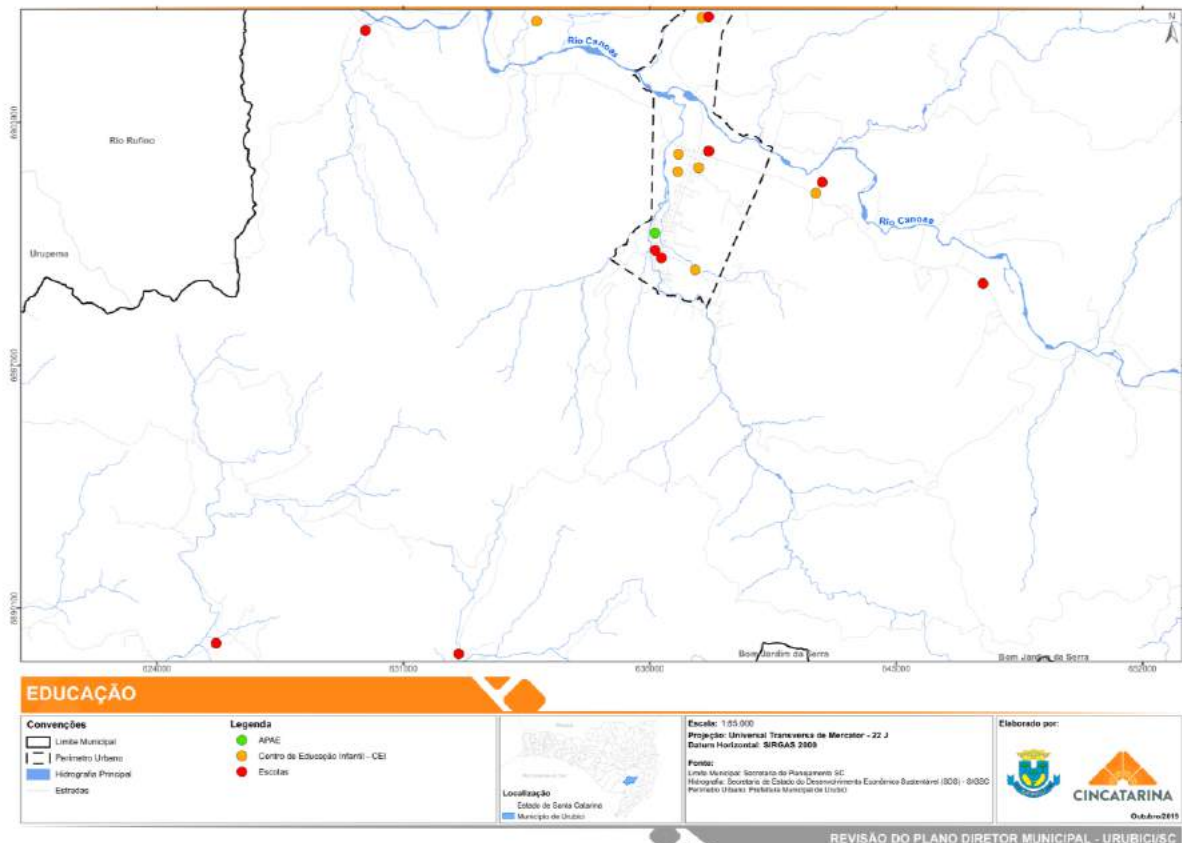
Tabela 27 - Escolas de pertencentes a rede municipal de ensino em 2019.

SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
EN Águas Brancas	Localidade de Águas Brancas
EM Maria Aparecida Rodrigues	Localidade de Vacas Gordas
EM Otavio Costa	Localidade de Rio Crioulas
EN Rio Vacarianos	Localidade de Rio Vacarianos
EN Bernardo H. Warmling	Estrada Geral Santa Terezinha
EN Laudelino Borguezan	Estrada Geral Santo Antônio
EN Valdirene A. da Cunha B.	Rua João Ozol, 96 - Esquina
ENSINO INFANTIL	
CEI Galvina Vieira Avila	Rua Manoel Pinto de Souza nº 235 – Esquina
CEI Amélia Matos da Luz	Rua Clarismundo José Custódio (Centro)
CEI Adelaide B. Gaspar	Estrada Geral Santo Antônio
CEI Raio de Sol	Localidade de Águas Brancas
CEI Lídia Costa de Souza	Rua Pedro Custódio (Riacho)
CEI Ana Rodrigues Correa	Rua Aldemir Maia (Fetti)
CEI Bernadete B. Warmling	Estrada Geral Santa Terezinha
CEI São Francisco	Funciona na Localidade de Rio Vacarianos

Fonte: Prefeitura Municipal de Urubici (2019)

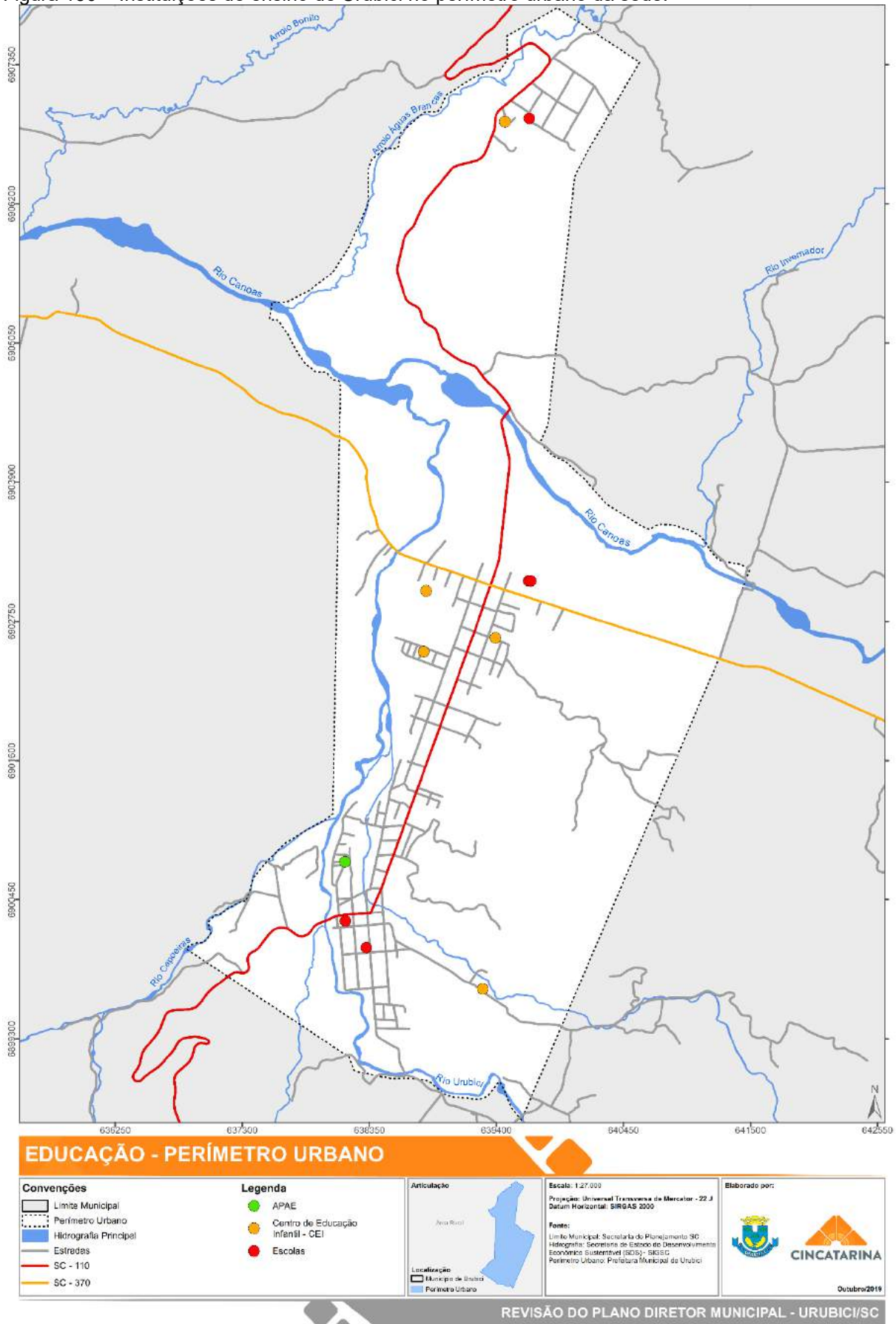
Na rede estadual existem as escolas: EEB Araújo Figueiredo e EEB Manoel Dutra Bessa. Já na rede privada de Urubici temos o Colégio Santa Clara. Na Figura 149 é demonstrada a distribuição, bem como a localização das instituições de ensino do município. Na Figura 150 é demonstrada as instituições do perímetro urbano da sede.

Figura 149 – Instituições de ensino de Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 150 – Instituições de ensino de Urubici no perímetro urbano da sede.



Fonte: CINCATARINA (2019)

5.1.2 Saúde

O município de Urubici conta com quatro unidades básicas de saúde, as quais têm seus serviços, localização e infraestruturas apresentadas na Tabela 28. Somando o atendimento das quatro UBS temos uma média de 4.850 atendimentos mensais. A UBS Eno Vieira de Andrade, apresenta maior capacidade de atendimento e o maior número de especialidades clínicas. Além disso, todas as unidades de saúde passaram por alguma reforma no ano de 2019 conforme informado pelo município.

Tabela 28 – Unidades Básicas de Saúde de Urubici no ano de 2019.

INSTITUIÇÕES	Unidade Básica de Saúde Ivor Jonathan Fernandes (posto de saúde do bairro Centro)	Unidade Básica de Saúde Eno Vieira de Andrade (posto de saúde do bairro Esquina)	Unidade Básica de Saúde Cacilda Antunes Meyer (posto de saúde do bairro Águas Brancas)	Unidade Básica de Saúde Ágatha Kuhnen Warmling (posto de saúde do bairro Santa Tereza)
LOCALIZAÇÃO	Rua Policarpo de Souza Costa, nº 1045	Rua Ricardo Kruger, 234. (antiga Rua Inocêncio Vieira de Andrade)	Estrada Geral, bairro Águas Brancas	Estrada Geral, bairro de Santa Tereza
QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS	Média de 1.350 pessoas ao mês	Média de 1.500 pessoas ao mês	Média de 1.000 pessoas ao mês	Média de 1.000 pessoas ao mês
CAPACIDADE DE ATENDIMENTOS	Média de 60 pessoas ao dia	Média de 60 pessoas ao dia	Média de 40 pessoas ao dia	Média de 40 pessoas ao dia
ENTIDADE MANTENEDORA	Pública	Pública	Pública	Pública
EQUIPAMENTOS	Eletrocardiógrafo, Dermatoscópio, RX Odontológico, Autoclave	RX Odontológico, Autoclave	Autoclave	Autoclave
ESPECIALIDADES OFERTADAS	Clínico geral, dentista, fisioterapeuta, psicólogo e nutricionista.	Clínico geral, dentista, fisioterapeuta, psicólogo, fonoaudióloga e nutricionista.	Clínico geral	Clínico geral
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA EDIFICAÇÃO	Reformado em 2019	Reformado em 2019	Reformado em 2019	Reformado em 2019

Fonte: Prefeitura Municipal de Urubici (2019)

Segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNESNet, 2019), Urubici contava em 2019, com 21 estabelecimentos de saúde, divididos nos seguintes setores (Tabela 29).

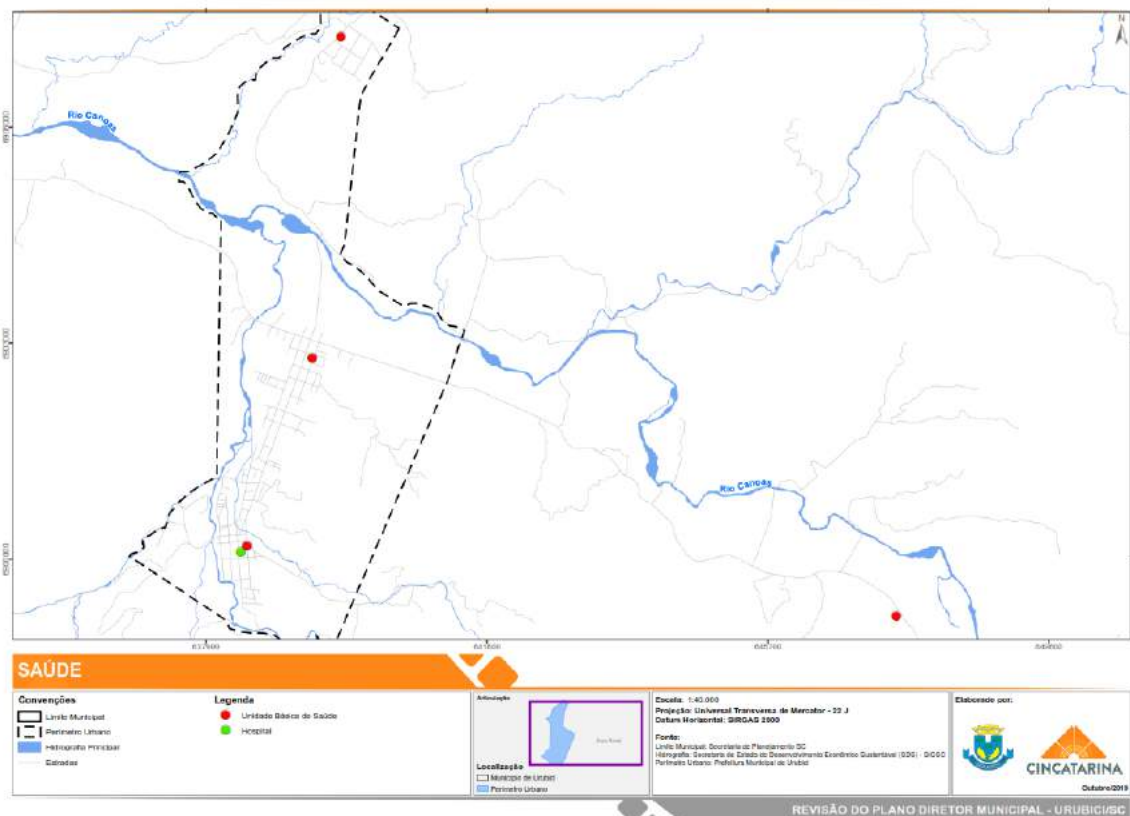
Tabela 29 - Estabelecimentos de saúde no município de Urubici.

TIPO DE ESTABELECIMENTO	TOTAL
Centro de saúde/unidade básica	4
Hospital geral	1
Consultório isolado	7
Clínica/centro de especialidade	1
Unidade de apoio diagnose e terapia (sadt isolado)	4
Farmácia	1
Central de gestão em saúde	1
Polo de academia da saúde	1
Central de regulação do acesso	1
TOTAL	21

Fonte: CNESNet (2019)

Na Figura 152 é demonstrada a distribuição, bem como a localização das instituições de Saúde do município.

Figura 151 – Instituições de Saúde de Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

5.1.3 Assistência social

O município de Urubici conta com quatro instituições para atendimento de serviços de assistência social, sendo elas o CRAS, o Centro de Convivências Manoel Correa Neto, o Abrigo Institucional Divone Amarante Westphal e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Crianças e Adolescentes, as quais têm seus serviços, localização e infraestruturas apresentadas na tabela e figura a seguir:

Tabela 30 - Serviços de assistência social de Urubici no ano de 2019.

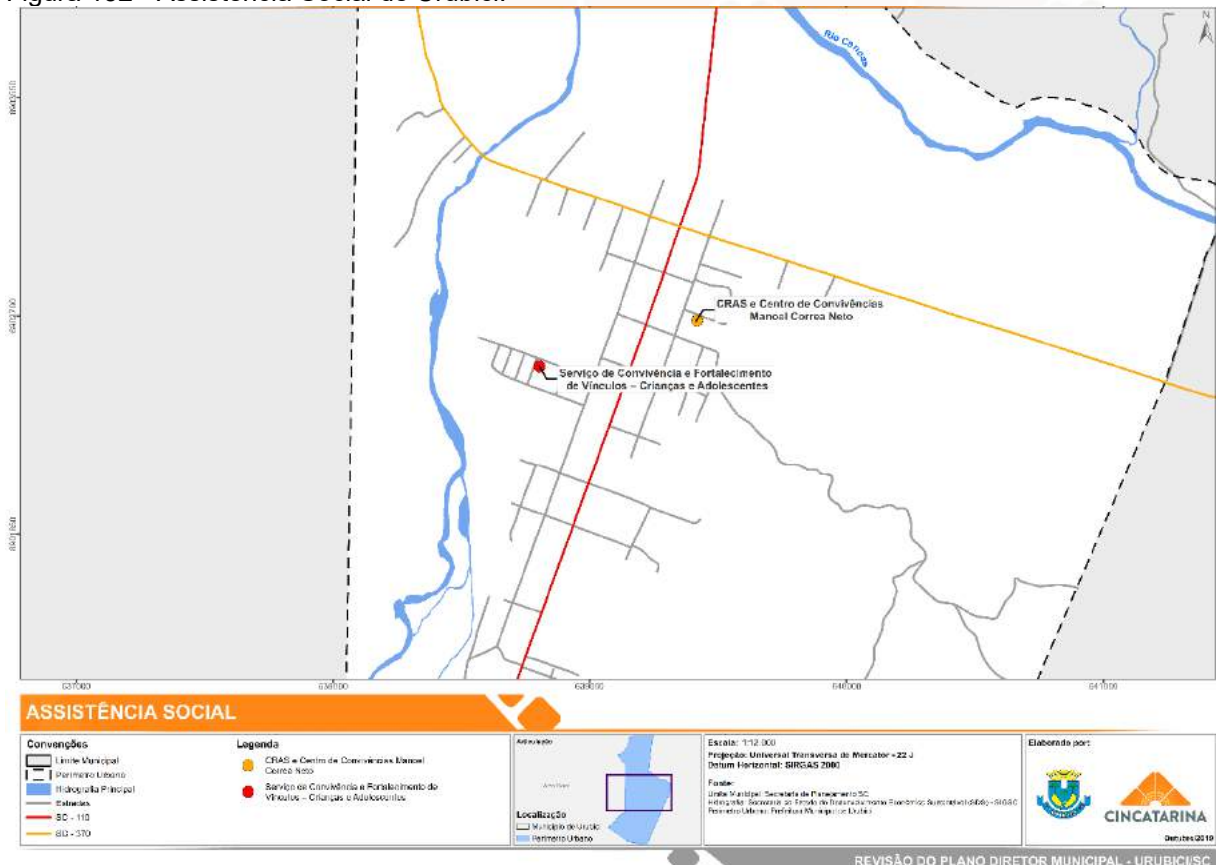
INSTITUIÇÕES	CRAS	Centro de Convivências Manoel Correa Neto	Abrigo Institucional Divone Amarante Westphal	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Crianças e Adolescentes
LOCALIZAÇÃO	Rua Benevenuto Lorenzetti	Rua Benevenuto Lorenzetti	Rua Manoel Silveira do Azevedo	Rua Clarismundo Jose Custódio
QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS	Média de 80 atendimentos ao mês (atendimentos, oficinas socioeducativas encaminhamentos, visitas domiciliares, etc).	60 pessoas em média por dia de atendimento, 4 vezes por semana.	No ano de 2018, foi acolhido um total de 10 crianças e/ou adolescentes, que ficaram acolhidos em média 01 ano. Não é possível fazer uma estimativa mensal já que o Serviço de Acolhimento funciona em tempo integral, com atendimento ininterrupto.	Média de 70 usuários do serviço ao mês.
CAPACIDADE DE ATENDIMENTOS	Até 100 atendimentos ao mês, com expansão no público das oficinas socioeducativas.	80 pessoas.	O Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes possui capacidade limite para acolher 12 crianças e/ou adolescentes.	Até 180 usuários ao mês, com equipe completa de profissionais e lotação das turmas.
ENTIDADE MANTENEDORA	Pública	Pública	Pública	Pública
ESPECIALIDADES OFERTADAS	Psicóloga e Assistente Social	Nenhum profissional contratado, oferece momentos de recreação com a realização de 2 bingos semanais	O Serviço de Acolhimento funciona em tempo integral, com atendimento ininterrupto e equipe técnica exclusiva	Orientador Social e equipe do CRAS: Psicóloga e Assistente Social.

		e 1 dia de dança, também oferece dia de beleza com o atendimento de manicure. E realiza parceria com a Secretaria Municipal da Saúde trazendo profissionais de diversas áreas como nutrição e fisioterapia para trabalhos quinzenais.	(Assistente Social, Psicóloga), educadores/cuidadores e coordenação, conforme determinado pela NOB/RH-SUAS.	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO	Edificação em boas condições, necessita de pequenos reparos e manutenção da pintura. Já prevista.	Bem conservado	Em bom estado, apresentando condições adequadas de higiene, segurança e habitabilidade.	Edificação em boas condições, necessita de pequenos reparos e manutenção da pintura. Já prevista.

Fonte: Secretária Municipal de Assistência Social de Urubici (2019)

Na Figura 152 é demonstrada a distribuição, bem como a localização das instituições de Assistência Social do município.

Figura 152 - Assistência Social de Urubici.

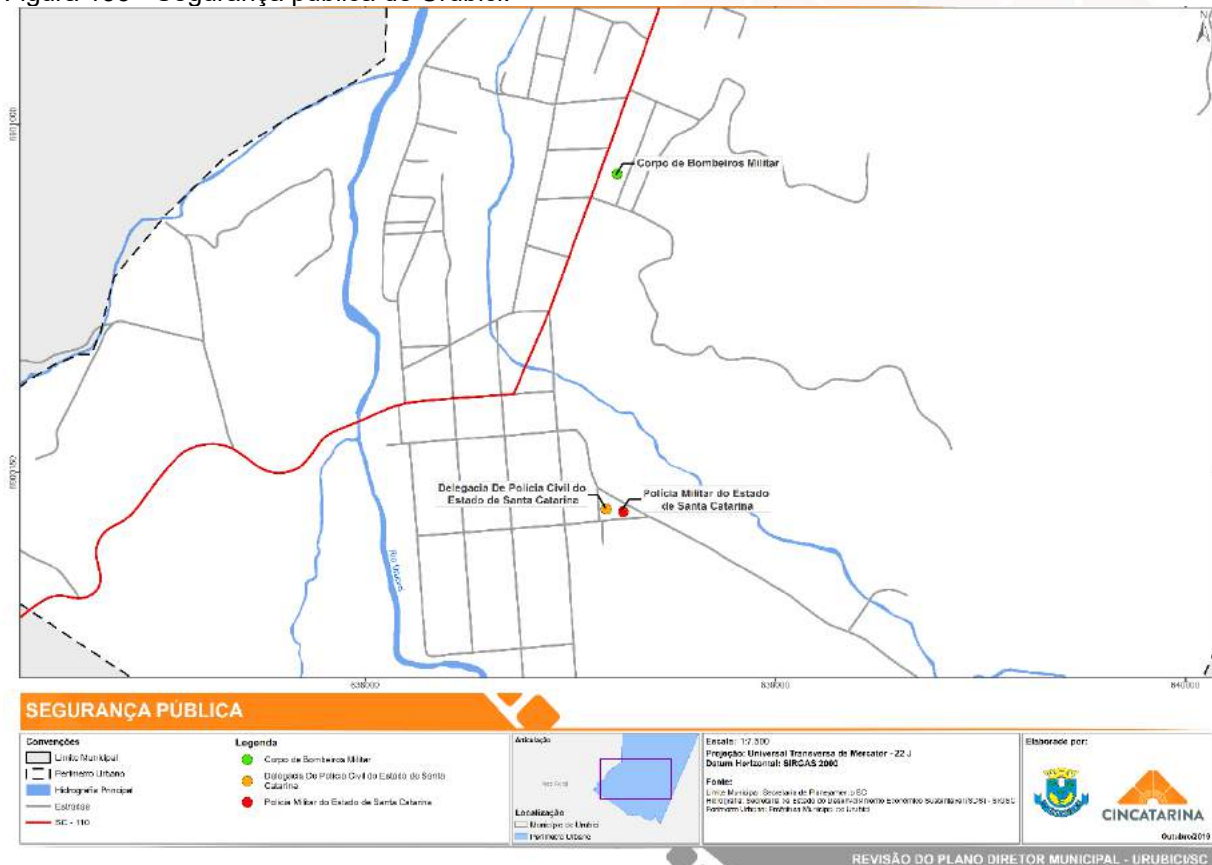


Fonte: CINCATARINA (2019)

5.1.4 Segurança pública

Com relação a estrutura de segurança pública do município de Urubici, foi possível observar a existência do Corpo de Bombeiro Militar, localizado na Avenida Adolfo Konder, já os serviços da Polícia Civil e Militar estão localizados na Rua Manoel B. Bastos, conforme podemos visualizar na Figura 153.

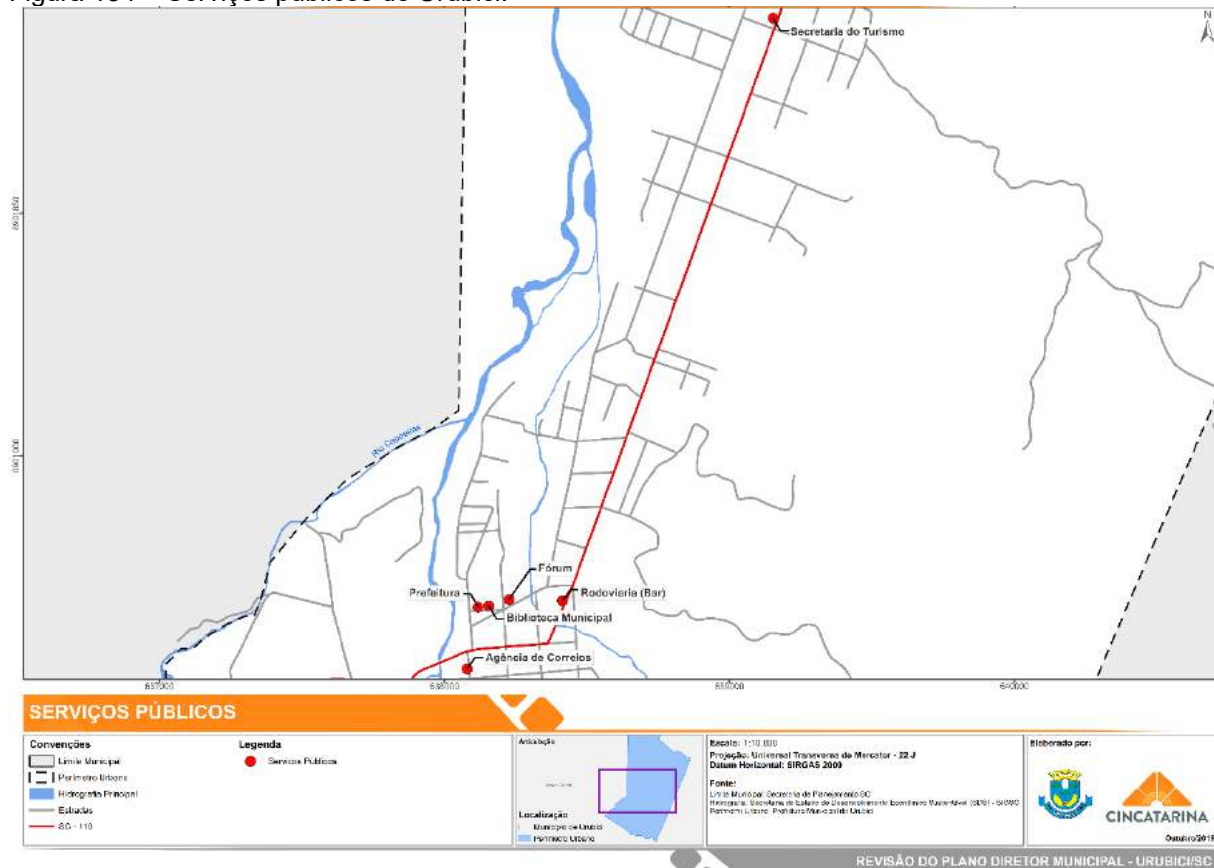
Figura 153 - Segurança pública de Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

5.1.5 Serviços públicos

Os serviços públicos de Urubici, concentram-se na localidade da Praça, com exceção da secretária do turismo situada na localidade da esquina, conforme podemos visualizar na Figura 154.

Figura 154 – Serviços públicos de Urubici.


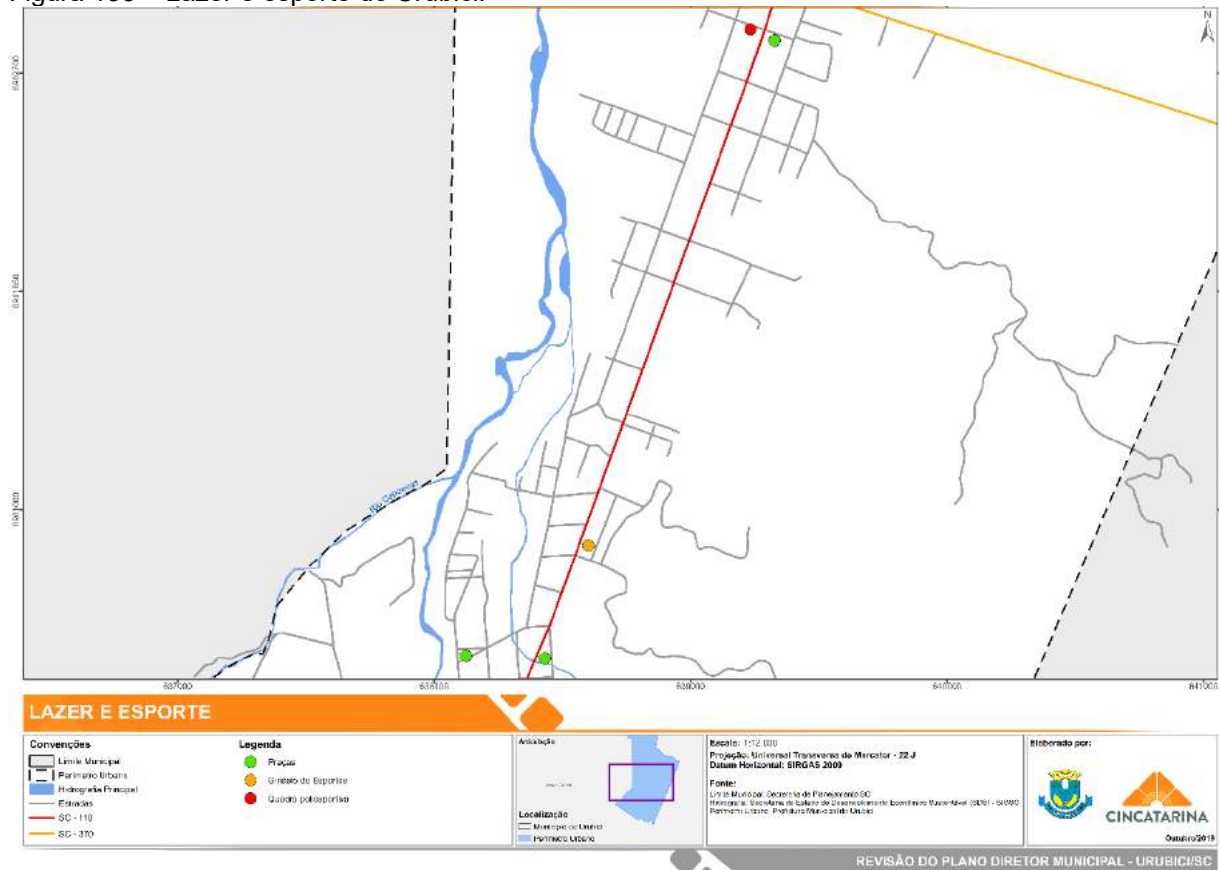
Fonte: CINCATARINA (2019)

5.1.6 Lazer e Esporte

Os espaços públicos de lazer desempenham diversas funções para os cidadãos, possibilitando a recreação, a interação e o convívio social de todos os munícipes. Para o lazer o município conta com a Praça Padre José Gonçalves Espindola (Esquina), Praça Francisco Pereira de Souza (Praça) e a Praça Caetano Vieira de Souza. Além disso, são encontradas diversas atividades de lazer, realizadas em meio as belezas naturais de Urubici, como cachoeiras, cânions, campos e montanhas.

Já os espaços públicos voltados ao esporte são essenciais para a sociabilização da população, além de visarem práticas que auxiliam na saúde dos munícipes. O município conta os seguintes espaços: Ginásio de Esportes Noé da Costa Ribeiro (Praça) e uma Quadra Poliesportiva ao lado da Igreja Católica na localidade da Esquina.

Os espaços públicos de lazer e esporte do município, estão distribuídos e localizados, conforme a Figura 155.

Figura 155 – Lazer e esporte de Urubici.


Fonte: CINCATARINA (2019)

5.1.7 Cultura

A cultura pode ser identificada como sendo um sistema conjunto de maneiras específicas de pensamentos, crenças ou formas apreendidas de fazer coisas, representando características dos seres humanos e não resultantes de heranças genéticas. Além do mais, é um importante meio de obtenção de conhecimento, sendo uma indispensável política pública e deve estar presente nos planos de governos municipais.

Conforme o Art. 216 da Constituição Federal, o patrimônio cultural representa um conjunto de memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade, é construído por meio das mais diversas formas de expressão, sejam artísticas ou tecnológicas, além, dos espaços para manifestações culturais. Isto, é expressado por meio de grupos tradicionalistas de dança, teatro, poesia, festas típicas, costumes, artesanatos, tradições musicais, artísticas, folclóricas e gastronômicas.

A cidade de Urubici é composta por diferentes culturas, sendo comum encontrar descendentes de portugueses, italianos, alemães, letos e gaúchos da região dos pampas.

A influência dos primeiros imigrantes europeus e gaúchos, ficou evidenciada na gastronomia típica (Ex.: pinhão, truta, entre outros), músicas, danças típicas, saberes e fazeres dessas culturas e como um todo na cultura da região serrana de Santa Catarina. Ainda, as inscrições rupestres datadas de 4.000 anos, representam os povos do passado, com seus modos, costumes e crenças. A religiosidade, também é um fator forte dentro da cultura de Urubici, tendo como locais mais relevantes para suas manifestações: a Gruta de Nossa Senhora de Lourdes e a Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens.

Para o resguardo da cultura e história da cidade, o município conta com o Acervo Histórico e Cultural de Urubici, que abriga os exemplares de objetos, artefatos e imagens da cultura e história do município. O local encontra-se instalado, nas dependências da Biblioteca Municipal, ao lado da Prefeitura.

O folclore local é diversificado, especialmente em lendas, as quais vão desde os significados do nome do município, que segundo o QUE TAL VIAJAR (2019), a primeira versão da lenda diz que uma indígena teria avistado o pássaro "Uru" ao líder "Bici". E outra versão consta que ao encontrar um pássaro morto foi exclamado "Uru Bici" - Uru = ave galinácea do Brasil e Bici = nome próprio. Ainda conforme o QUE TAL VIAJAR (2019), as principais lendas de Urubici são: Lenda da Árvore Milagros, Lenda dos Bugreiros, Lenda da Cascata Véu de Noiva, Lenda do Choro Inconsolável de uma criança, Lenda da Gralha Azul, Lenda do Gritador, Lenda do Gigantesco Cachorro Preto, Lenda do Lobisomem, Lenda das Luzes do Avencal, Lenda do Morro Pelado, Lenda da Mulher de Branco, Lenda da Noiva do Panelão e Lenda do Tesouro dos Jesuítas.

A cultura gauchesca é muito forte no interior do estado de Santa Catarina. Em Urubici, isto não passa despercebido, por meio da cultura do chimarrão e dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) inseridos na cidade, especificamente o CTG Capestre Catarinense, localizado no Parque de Exposições Manoel Prá. Os CTGs são espaços destinados a preservar a cultura e os costumes gaúchos. Um dos eventos ocorridos neles, é o Baile de Prenda Jovem, ou seja, um baile de debutantes tradicionalista, onde jovem de 15 anos, apresentam-se com vestes típicas da cultura, ali ocorrem apresentações de danças, músicas e vivências do povo gaúcho.

Em suma, a cultura do município, pode ser entendida com uma unificação de diversos povos, sendo evidente a relação dos imigrantes gaúchos na cidade na manutenção de suas tradições, o qual é percebida em diversas cidades da Serra Catarinense.

5.1.8 Eventos

Os eventos de Urubici vão desde festividades típicas como o Carnaval e Natal a Cavalgada dos Aparados da Serra. As festividades religiosas são fortes, sendo as mais eminentes: Festa da Padroeira do Município Nossa Senhora Mãe dos Homens e a Romaria da Penitência.

Conforme informações do município de Urubici (2019), as festividades tradicionalistas da região serrana, são fortes na cidade, tais como, Cavalgada dos Aparados da Serra, Festival Viva Serra e o Rodeio Crioulo Internacional e Prenda Jovem. Já relacionados a gastronomia e produção alimentícias, temos: Festas das Hortaliças – FENAHORT, Festival Gastronômico e a Fenatruta. Os bailes tradicionais, são o Baile do Quentão, Baile Branco e o Baile do Chopp. Além destes, ocorrem todos os anos o DesaFrio no mês de junho. Vale ressaltar, que há outros diversos eventos sediados no município, especialmente relacionados ao contato com a natureza, como o Sequalquia.

Os principais evento do município estão relacionados na Tabela 31, a seguir:

Tabela 31 - Eventos de Urubici.

EVENTOS PROGRAMADOS		
Jan.	Sequalquia	Encontro de sabedoria indígena e consciência ambiental realizado na localidade de Santa Bárbara.
Fev.	Carnaval	Dois bailes de carnaval em cada clube da cidade (Clube União e Progresso e Sociedade Recreativa Urubiciense). Na terça feira de carnaval costuma acontecer desfile pela rua Cesário Amarante e carreata pela Avenida Adolfo Konder.
Mar	Festas das Hortaliças – FENAHORT	Tradicional festa que celebra a principal atividade econômica do município, o cultivo de hortaliças, e que conta com programação cultural com apresentações artísticas e realização de cavalgada, e programação campeira envolvendo torneios e rodeio crioulo. A festa é realizada no Espaço de Exposições Manoel Prá.
Mai.	Festa da Padroeira do Município Nossa Senhora Mãe dos Homens	Festa de comemoração ao dia da Padroeira do município realizada pela Paróquia Nossa Senhora Mãe dos Homens no salão de festas da Igreja Matriz.
Jun.	DesaFrio	Corrida de pedestres que ocorre no início do inverno, cujo percurso consiste em 52 Km, partindo da Igreja Matriz até o Morro da Igreja, chegando de volta à cidade.
Jul.	Cavalgada dos Aparados da Serra	Cavalgada regional com duração de uma semana, sendo o ponto de partida o CTG de Urubici (Parque de Exposições Manoel Prá), passando por Bom Jardim da Serra até São José dos Ausentes - RS.
	Baile do Quentão	Tradicional baile realizado no último final de semana de julho no Clube Sociedade Recreativa Urubiciense localizado no Bairro Esquina.
Set.	Festival Gastronômico	O Festival de Gastronomia Urubici busca ainda fazer da rua um objeto de ação gastronômica através de eventos culturais, piqueniques gourmet, food trucks e arena gourmet, onde inúmeras palestras e oficinas de gastronomia, enoturismo e

EVENTOS PROGRAMADOS		
		harmonização de vinhos e cervejas artesanais acontecerão, além da presença de chefs de renome que farão aulas show para a valorização da cadeia produtiva local e o fortalecimento dos orgânicos.
Out.	Fenatruta	Promovida em parceria com a Pouserra - Associação do Trade Turístico de Urubici, é um convite para entregar-se aos sabores e prazeres da gastronomia local a base de truta, percorrendo o tour gastronômico nos 15 estabelecimentos que abrirão suas portas para receber visitantes e apreciadores da boa comida.
	Romaria da Penitência	Romaria que parte da Igreja Matriz em direção à Gruta Nossa Senhora de Lourdes na localidade de Santa Terezinha.
	Rodeio Crioulo Internacional e Prenda Jovem	Evento tradicional do município que envolve rodeio, torneio de laço, sarau e baile da prenda jovem, realizado no Espaço de Exposições Manoel Prá.
Nov.	Festival Viva Serra	Evento realizado em parceria com o Governo do Estado e que abrange também outros municípios da serra catarinense como Rio Rufino, São Joaquim, Urupema, Bom Retiro e Bom Jardim da Serra. A programação envolve apresentações artísticas e culturais, atrações gastronômicas, exposição de carros antigos, festival de paramotor, entre outras atividades. Em Urubici as atividades são realizadas em diferentes locais da cidade como no largo da Igreja Matriz, no pátio do antigo Ceasa (Mercado do Produtor do Vale do Rio Canoas), e na Avenida Adolfo Konder no Traçado.
	Baile Branco	Tradicional Baile de Debutantes realizado no Clube Recreativo União e Progresso, localizado no Bairro da Praça.
Dez.	Baile do Chopp	Tradicional baile realizado no Clube Sociedade Recreativa Urubiciense, localizado no bairro Esquina.
	Natal	Apresentações artísticas, teatro e atividades realizadas na cidade nos bairros da Praça e da Esquina, e na Igreja Matriz, e natal rural na comunidade de Santa Tereza.

Fonte: HANASHIRO (2015) Adaptado por CINCATARINA (2019)

Para a realização dos eventos o município conta com o Parque de Exposições Manoel Prá, local utilizado para feiras, exposições e outros eventos na cidade. Eventos como a Festa das Hortaliças acontece todos os anos neste lugar.

5.1.9 Patrimônio histórico-cultural

O conceito de patrimônio é descrito no Art. 216 da Constituição Federal, que além de defini-lo, também estabelece ao poder público mantê-lo, identifica-lo, tomba-lo e tomar as demais medidas cabíveis a seu respeito. Sendo a definição dada ao patrimônio por este decreto:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

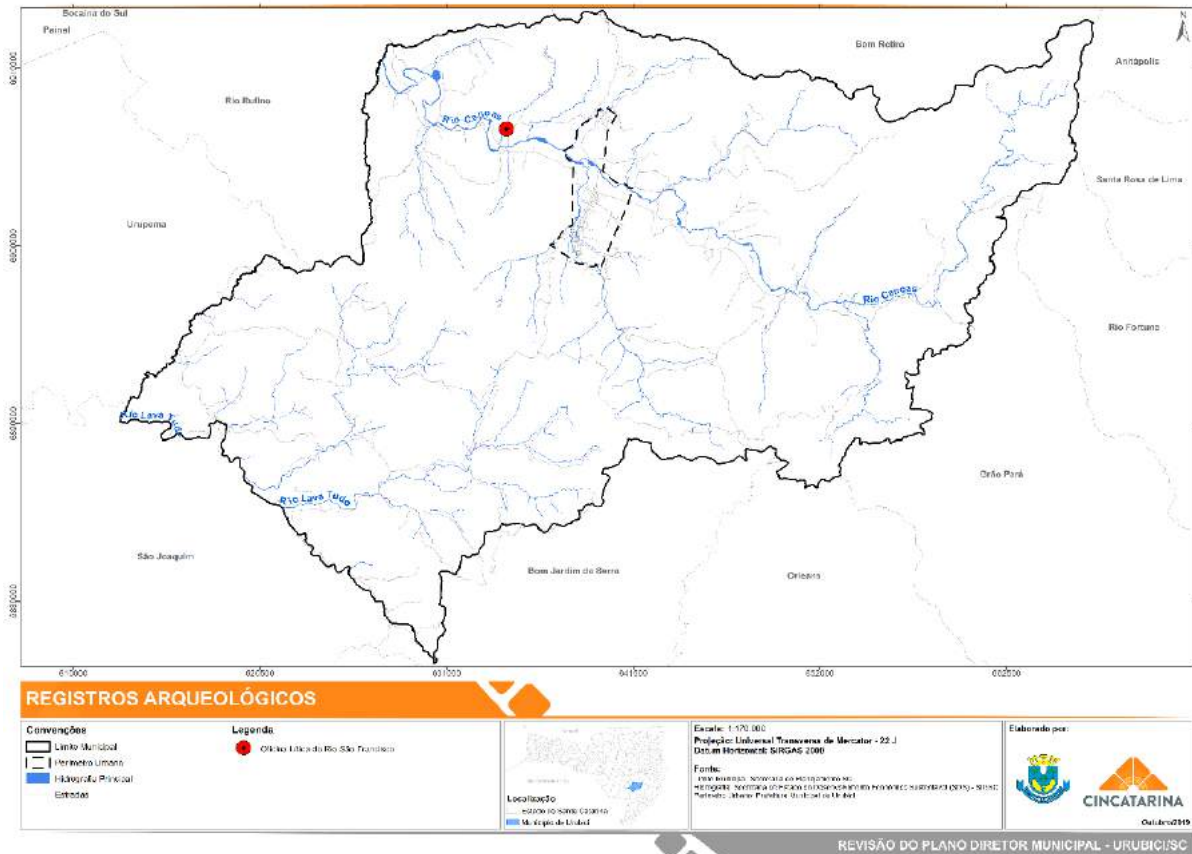
- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

As medidas referentes ao patrimônio podem ser estabelecidas nas mais diversas esferas de governo ao nível municipal, estadual ou federal. No nível federal o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é o responsável por este serviço, já no estado de Santa Catarina o principal responsável é a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), sendo que nos municípios do estado também podem criar a seu critério órgãos ou fundações para preservação de seus aspectos históricos e culturais.

Pelos registros do IPHAN, o município de Urubici apresenta 40 sítios arqueológicos registrados, sendo um dos locais com maior número de resquícios pré-coloniais de Santa Catarina. Os dados apresentados pelo IPHAN no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), dividem-se em pontos já georreferenciados¹⁶ e não georreferenciados. Os cadastros indicam o nome do sítio, município, estado, tipologia, dentre outros itens relevantes que constam da Ficha para Registro de Sítios Arqueológicos. Além do mais, o cadastro apresenta aproximadamente, 26 mil sítios arqueológicos, em todo o Brasil, até abril de 2018. Em Urubici, encontramos apenas um ponto georreferenciado, com registro do ano de 2006, na comunidade de São Francisco, cuja a localização e dados referentes estão dispostos na Figura 156 e na Tabela 32.

¹⁶ Os Sítios Georreferenciados são padronizados e convertidos para o *DATUM* oficial brasileiro, observando os parâmetros do IBGE, que reúne os dados sobre os sítios arqueológicos georreferenciados utilizando o arquivo *shapefile* no formato de ponto, produzido no formato *DATUM* oficial brasileiro (Sistema de Referência Geocêntrica para as Américas - SIRGAS 2000), que é referência para o Sistema Geodésico Brasileiro (SGB) e as atividades da Cartografia Brasileira.

Figura 156 - Localização de registros arqueológicos em Urubici georreferenciado.


Fonte: Google Earth (2018); IPHAN - Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (2019) adaptado por CINCATARINA (2019)

Tabela 32 – Dados dos registros arqueológicos de Urubici georreferenciado.

CNSA	SC01202
Nome	Oficina Lítica do rio São Francisco
Município	Urubici
Uf	SC
Localidade	Comunidade São Francisco.
Descrição sumária do sítio	Tratam-se de áreas de polimento em forma de sulcos, sobre rocha basáltica, localizada dentro do leito do rio, especificamente na margem direita.
Comprimento	5
Largura	2,5
Área	12,5
Zona UTM	22
Ponto central	Ponto central (634417 6906614)
Datum	SAD 69
Margem de erro	15
Compartimento topográfico	Rio
Água mais próxima	Rio São Francisco – Bacia do Rio Uruguai
Outras referências de localização	No leito do Rio São Francisco, há 200m por atrás da casa da Sra. Janete Beckhausen Fraga.

Vegetação atual	Floresta ombrófila - Capoeira
Categoria	Unicomponencial
Classificação	Pré-colonial
Tipo	Oficina lítica
Exposição	Céu aberto
Deposicional	Em superfície
Forma	Não delimitada
Tipo de solo	Estrato rochoso
Estruturas	Oficina lítica de polimento
Grau de integridade	Mais de 75%
Fatores de degradação	Erosão eólica - Erosão fluvial - Erosão pluvial
Relevância	Alta
Nome do projeto	Representações rupestres no planalto catarinense
Instituição	Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Ano do registro	2006
X	-49.633.931
Y	-27.959.149
Uso e cobertura da terra	Estrutura de fazenda

Fonte: IPHAN - Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (2019) adaptado por CINCATARINA (2019)

No Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN, também são registradas 39 locais com artefatos arqueológicos em Urubici, os quais não estão georreferenciados. Todos são do período pré-colonial, estão na bacia do Rio Uruguai e estão sobre a responsabilidade do Museu do Homem do Sambaqui. Os sítios encontrados são: Águas Brancas, Auras I, Auras II, Bonin, Borguesan I, Borguesan II, Campestre, Esquina, Kruger I, Kruger II, Morrinho do Rio dos Bugres, Morro do Avencal I, Morro do Avencal II, Morro do Cemitério, Morro Pelado I, Morro Pelado II, Nazari, Pedra Branca, Pedra Vermelha, Rio Bonito, Rio Cachimbo I, Rio Camacho II, Rio Capoeiras, Rio do Leste I, Rio do Leste II, Rio dos Bugres I, Rio dos Bugres II, Rio Urubici, Santa Bárbara, Santa Tereza, Santo Antônio I, Santo Antônio II, Santo Antônio III, São José, São Pedro, Vacas Gordas I, Vacas Gordas II, Zapellini I e Zapellini II.

Esses sítios são encontrados nas localidades de Águas Brancas, Campestre, Esquina, Morrinho do Rio dos Bugres, Morro do Avencal, Morro do Cemitério, Morro Pelado, Pedra Branca, Pedra Vermelha, Rio Bonito, Rio Cachimbo, Rio Capoeiras, Rio do Leste, Rio dos Bugres, Santa Bárbara, Santa Tereza, Santo Antônio, São José, São Pedro e Vacas Gordas. Os registros dos sítios arqueológicos ocorreram entre os anos de 1967 a 1972. Os registros encontrados são: 03 abrigos sob rocha, 03 artes

rupestres, 09 casas subterrâneas, 03 cemitérios, 01 paradeiro, 03 terreiros de aldeia e 17 galerias subterrâneas. Quanto ao grau de relevância 16 sítios possuem alto grau, 20 de médio grau e apenas 03 possuem baixo grau, demonstrando a importância destes sítios pré-coloniais no desenvolvimento das civilizações da região sul do Brasil. O responsável pelos registros dos 39 sítios foi João Alfredo Rohr, arqueólogo também responsável pela criação do Museu do Homem do Sambaqui.

No que se refere ao Plano Diretor, LC nº 1.400, de 23 de dezembro de 2009, verifica-se que a Proteção do Patrimônio permeia diversos capítulos, e de maneira mais específica quando trata no Capítulo II – Da Sustentabilidade e Preservação do Patrimônio Sócio-Turístico-Ambiental e no Capítulo X - Política de Promoção e Valorização Cultural, Arqueológica, Paisagística, Cênica e Arquitetônica. Dentro do Capítulo X, Art. 86 da referida lei, fica definido os locais de interesse do município no tombamento histórico, cultural, arqueológico, paisagístico, cênico e arquitetônico, como:

Art. 86 [...]

I - Patrimônio Arquitetônico:

- Prédio da Prefeitura Municipal de Urubici;
- Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens;
- Antigo Cinema, situado na Rua Boanerges Pereira de Medeiros;
- Bar do Ponto, situado no Bairro Esquina;
- Hotel Andermann, situado no Bairro Esquina;
- Casa em estilo Italiano da Família Ghizzoni.

II - Patrimônio Histórico e Arqueológico:

- Todos os cemitérios no território municipal;
- Moinho Ghizzoni;
- Todas as cavernas indígenas, as inscrições rupestres e áreas cadastradas no Patrimônio Histórico Nacional dentro do limite do município de Urubici.

III - Patrimônio Paisagístico e Cênico:

- Todas as Cascatas e cachoeiras do município;
- O Morro da Igreja;
- A Pedra Furada;
- O Mirante, situado na SC-430, saída para São Joaquim;
- A Gruta Nossa Senhora de Lourdes, situada na Localidade de Santa Tereza;
- O morro com vegetação situada no perímetro urbano, e definida no Mapa de Zoneamento do Plano Diretor;
- O Mato de Araucárias Centenárias, situado no Fundo do Riacho, definido no Mapa de Zoneamento do Plano Diretor.

No Art. 87, da LC nº 1.400/2009 é definido que futuros tombamentos serão feitos por meio de leis específicas. Entretanto, verificando a situação das áreas de interesse de tombamento apresentadas no Art. 86, nenhuma fora tombada por lei específica, assim, não havendo garantias de proteção de tais espaços.

Além dos capítulos II e X do Plano Diretor, o município possui legislação própria para proteção de seu patrimônio, a Lei nº 1335, de 18 de agosto de 2009, que

dispõe sobre a preservação do patrimônio natural, cultural e histórico do município de Urubici. Nesta lei, também são dispostos os processos para o tombamento de bens, formas de proteção e conservação dos bens tombados e penalidades aplicáveis e casos de omissão ao bem tombado.

Pode-se afirmar que houve interesse para o tombamento de bens no município, como averiguado nos dispostos do Plano Diretor, entretanto, tais políticas não tiveram continuidade por parte de município e sua comunidade. Assim, os únicos bens que possuem alguma forma de proteção, são os sítios arqueológicos registrados pelo IPHAN.

5.1.10 Turismo

O turismo passou a ser uma atividade econômica, a contar do momento que o homem passa a ter tempo livre e recursos. Isto, revelou-se apenas na sociedade pós-moderna e globalizada, onde valores e necessidades de novas vivências surgiram.

Para Losso (2010) a paisagem natural, pode ser abordada como seu principal recurso turístico, que se apresentam de forma diversificada por meio de fatores geográficos, psicológicos, sociais, econômicos, carregando em si valores afetivos e significados culturais permanentes e mutáveis ao mesmo tempo. A atividade turística, neste contexto, está evidenciada através da direta relação com a conservação da paisagem, seja natural ou construída, da utilização sustentável de recursos naturais e culturais.

O turismo em Urubici foi institucionalizado na década de 1970, com a criação do Departamento de Turismo no município, e ganhou incremento nos anos que se sucederam com a realização de obras rodoviárias na região, assim como, com a realização da Festa das Hortaliças que se iniciou ainda na década de 1980 (HANASHIRO, 2015).

Segundo o VISITE URUBICI (2019), o município insere-se na Serra Catarinense e a diversidade de seu relevo a torna um paraíso para o turismo de aventura, tais como: cavalgadas por caminhos deslumbrantes e caminhadas por trilhas com variados graus de dificuldade.

Conforme Losso (2010), paisagem natural da cidade é constituída pela geografia dos cânions, altas montanhas, vales e serras, com rios e arroios de

montanha e a presença de quedas d'água como cascatas, além de locais de observação da flora e fauna em seus bosques.

Ainda conforme Losso (2010), outros aspectos presentes na paisagem da cidade são as áreas de cultivo de hortaliças e especialmente os pomares de maçã, o clima úmido e as baixas temperaturas. Além de tudo, na cidade, também é possível observar que o espaço rural ainda mantém grande importância, junto aos moradores, sendo essencial para a manutenção da economia local, mesmo a cidade apresentando novas demandas.

Neste sentido, Losso (2010) cita que Urubici ainda apresenta uma paisagem urbana modesta, que ao turista não transmite tanta atratividade ao meio urbano, entretanto, o que invoca os turistas são os aspectos naturais da cidade, com significativo uso dos espaços naturais e valorização das experiências junto a natureza.

O desenvolvimento do turismo em Urubici, em diversas vezes, deu-se pelo esforço da iniciativa privada e sociedade civil organizada, porém, apresentam limitações diante de algumas políticas públicas voltadas ao turismo. Existem leis e instrumentos legais no município como o próprio Plano Diretor, leis que instituem a criação do Conselho Municipal de Turismo¹⁷, e o Fundo Municipal de Turismo¹⁸, dentre outras, no entanto, muitas vezes a efetivação desses instrumentos se apresenta de forma falha.

Dentro disto, o turismo no município encontra-se numa perspectiva de atividade de negócio, com conceitos sustentáveis, com a própria natureza, a cultura local e conceitos de desenvolvimento. Além disso, o turismo pode ser uma prática que se relaciona em perfeita harmonia com o espaço natural na medida em que usufrui deste sem acarretar danos permanentes.

Além dos inerentes atrativos turísticos naturais, existe em Urubici, um potencial no que se refere a paisagem e a estruturação de atrativos culturais, a exemplo, construções históricas com potencial para serem revitalizadas e apropriadas enquanto espaços turísticos e culturais. Assim, constatou-se preliminarmente os potenciais turísticos de Urubici, especialmente no que tange o espaço turístico natural, pois, este já apresenta reconhecimento por parte da demanda turística deste destino, bem como uma breve síntese dos agentes envolvidos nas atividades turísticas de Urubici.

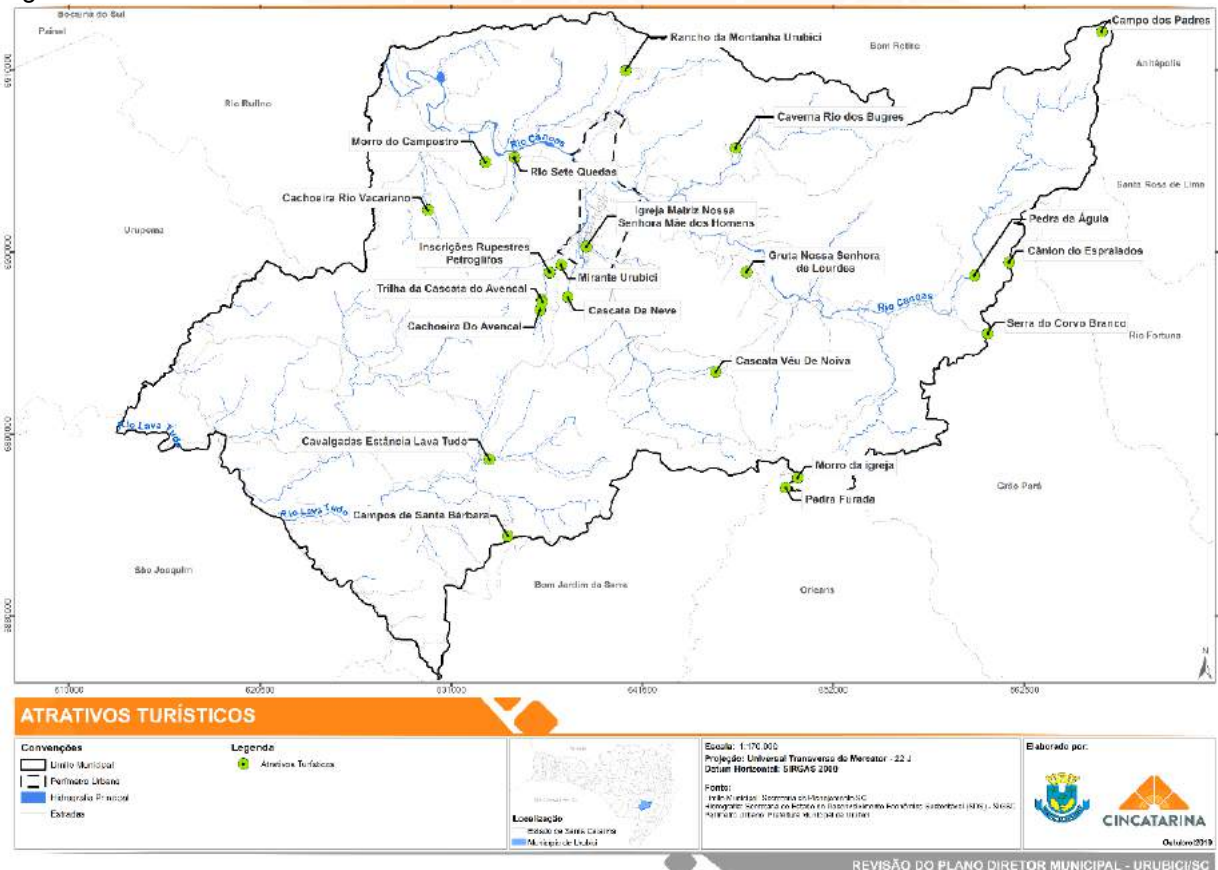
¹⁷ Lei Municipal n° 442, de 31 de dezembro de 1997, institui o Conselho Municipal de Turismo.

¹⁸ Lei Municipal n° 890, de 25 novembro de 2003, cria o Fundo Municipal de Turismo.

5.1.10.1 Atrativos turísticos

Urubici é um local rico em atrativos turísticos sejam eles históricos, culturais, gastronômicos e especialmente naturais. A natureza do município é repleta de montanhas e trilhas, com nascentes e cachatas. Além disso, o município também faz parte da Rota turística da Serra Catarinense. Os principais atrativos turísticos de conforme o município de Urubici (2019), são: Caverna Rio dos Bugres, Gruta Nossa Senhora de Lourdes, Cascata Vêu De Noiva, Morro da igreja, Pedra Furada, Serra do Corvo Branco, Pedra da Águia, Cânion do Espriados, Campo dos Padres, Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens, Cascata Da Neve, Mirante Urubici, Morro do Campestre, Inscrições Rupestres, Rancho da Montanha Urubici, Cachoeira Do Avencal, Rio Sete Quedas, Trilha da Cascata do Avencal, Cachoeira Rio Vacariano, Cavalgadas e Campos de Santa Bárbara, dispostos na figura a seguir.

Figura 157 - Atrativos turísticos de Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

O turismo religioso como conhecemos, surgiu dos primeiros deslocamentos no mundo antigo, chamados de peregrinações, onde os povos deslocavam-se para seus locais de adoração. O peregrino atual busca continua na busca pelos seus locais sagrados, porém, sem deixar de lado os requisitos de conforto como: meios de transporte, segurança, hospedagem, restaurante e outros serviços, o que torna muitos locais economicamente dependentes desta modalidade de turismo. Pode-se afirmar, que perante o número de visitas a lugares sagrados, é possível identificar a magnitude expressa pelo turismo religioso no mundo, o qual constitui-se como um fenômeno cultural.

Segundo o município de Urubici (2019), a Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens, na Figura 158, que está localizada no centro da cidade, foi inaugurada em 1973, e tem linguagem arquitetônica gótica, com forma de arcos, que caracterizam uma cruz em planta. A igreja foi idealizada pelo Padre José Alberto Gonçalves Espíndola, cujos restos mortais estão sepultados no seu interior. Uma curiosidade arquitetônica da igreja é que há três entradas semelhantes à principal.

Ainda, entre o turismo religioso e natural, a Gruta Nossa Senhora de Lourdes (Figura 159) segundo VISITE URUBICI (2019) é um misto de religiosidade e natureza, nela encontra-se uma queda d'água com mais de 10 metros de altura. Desde 1944, existe uma imagem da santa que dá nome a gruta e todos os anos no mês de outubro é realizada no local a Romaria da Penitência.

Figura 158 – Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Figura 159 - Gruta Nossa Senhora de Lourdes.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Os pontos turísticos de Urubici exprimem os valores histórico-culturais de seu povo e colonização. Segundo o município de Urubici (2019), as inscrições rupestres foram deixadas por povos que habitavam a região há pelo menos 4.000 anos, um dos mais relevantes registros arqueológicos do Estado. Presume-se que tais inscrições estavam no solo sagrado destes povos. Destaca-se entre as imagens encontradas a Máscara do Guardião (Figura 160), devido ao seu estado de conservação.

Figura 160 - Inscrições rupestres – Máscara do Guardião.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Segundo o VISITE URUBICI (2019), as formações geológicas de morros, montanhas e serras, são atrativos de alto valor paisagístico. As altitudes deles variam entre 1.380 m (Morro da Cruz) a 1.740 m (mirante da Serra do Corvo Branco). O Morro da Cruz (Figura 161), possui uma vista panorâmica do Vale do Rio Canoas, localiza-se a 8 km do centro da cidade, na Serra do Campestre, sentido ao município de Rio Rufino, pela SC-370. Para acessar o topo é necessária uma caminhada de 600 m. Já o Morro do Oderdeng (Figura 162), distante a 4 Km do centro da cidade, a 1.400 m de altitude, destaca-se por bela vista panorâmica e uma das melhores rampas de voo livre do estado.

Também segundo o VISITE URUBICI(2019), a Serra do Corvo Branco (Figura 163), localiza-se a 30 km do centro da cidade, liga Urubici e Grão Pará, na SC-370, por cerca de 56,5 km, sendo que a diferença de altitude entre as duas cidades é de 805 m, nela também encontramos o maior corte em rocha do Brasil, com 90 m. As curvas fechadas e a pequena largura da estrada remetem há uma emoção única aos transeuntes e turistas. Já a Pedra da Águia (Figura 164), também distante 30 km do

centro de Urubici, é uma formação de arenito, cujo contorno se assemelha a desenho de um águia com as asas abertas.

Figura 161 – Morro Campestre/ Morro da Cruz.



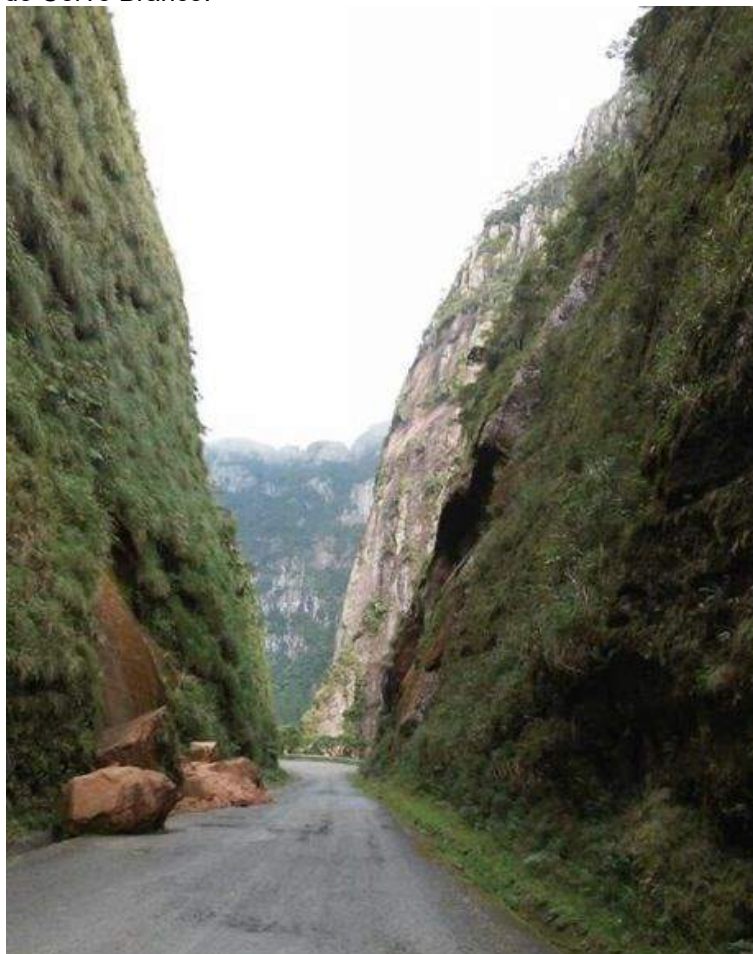
Fonte: Visite Urubici (2019)

Figura 162 - Morro do Oderdeng.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Figura 163 - Serra do Corvo Branco.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Figura 164 - Pedra da Águia.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Conforme informações do VISITE URUBICI (2019), as principais cascatas do município são: Rio Sete Quedas (Figura 165), Cascata Véu de Noiva (Figura 166), Cascata do Avencal (Figura 167), Cachoeira das Araucárias/Cachoeira da Neve (Figura 168) e Cachoeira do Vacariano (Figura 169), descritas a seguir:

- O Rio Sete Quedas, a 7 km do centro da cidade, no Campestre, na SC-370, entre Urubici e Rio Rufino, é uma belíssima sequência de cachoeiras, sendo sete as de maior destaque, num percurso de 1800 m que dão nome ao local;
- A Cascata Véu de Noiva, tem uma queda de 62 metros, cuja a água desliza suavemente por seus rochedos. Quando há maior vazão, a espuma branca da cascata, cria um efeito que visualmente assemelha-se ao véu de noiva, daí o nome da cascata. No local, também é possível flagrar diversos pássaros da fauna local (curiós, sabiás, tico-ticos, pica-paus, gaturamos, capitães-do-mato, etc.). Ainda no local há um restaurante;
- A Cascata do Avencal, com 100 metros de queda livre, possui esse nome derivado da avenca, vegetação comum na região. É possível chegar de carro à parte de cima da cachoeira e a pé à parte de baixo. Além do mais, o local é frequentado por praticantes de rapel. Fica no Morro do Avencal, próximo às inscrições rupestres, em sentido ao município de São Joaquim;
- As Cachoeira da Neve e das Araucárias, a 4,5 km do centro da cidade, encontram-se no Sítio Arroio do Engenho, são acessados por uma trilha ecológica em meio à mata nativa. A Cachoeira da Neve, possui 85 m de altura, tem este nome, pois, em noites de frio seco e intenso, as gotículas de água que desprende do alto da cachoeira, cristalizam em pequenos flocos de neve. Já a Cachoeira das Araucárias, possui 50 m de altura;
- Cachoeira do Vacariano: a 15 km do centro da cidade, localiza-se no Rio Vacarianos, na SC-370, em sentido ao município de Rio Rufino. É acessado por uma trilha, cercada de mata nativa, pedras e lindas encostas.

Figura 165 - Rio Sete Quedas.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Figura 166 - Cascata Vêu de Noiva.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Figura 167 - Cascata do Avençal.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Figura 168 - Cachoeira da Neve/Cachoeira das Araucárias.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Figura 169 - Cachoeira do Vacariano.



Fonte: Visite Urubici (2019)

As trilhas e demais passeios são outro grande atrativo do município, atraem diversos turistas em busca de experiências em meio a natureza, os cenários são propícios a práticas de trilhas, caminhadas, cavalgadas e cicloturismo. Dentre os passeios mais procurados estão o Parque Nacional São Joaquim, com destaque para a trilha que leva à Pedra Furada, sendo possível visitar a nascente do Rio Pelotas, o Campo dos Padres, ponto culminante da serra geral com 1.827 metros de altitude onde é possível também conhecer o Cânion do Espreado e visitar o Morro Pedra da Pirâmide e a Pedra da Águia; e os Campos de Santa Bárbara, que também integra o Parque Nacional São Joaquim (HANASHIRO, 2015).

O turismo rural também é próspero no município, havendo propriedades rurais que oferecem a atividades para turista e visitantes, além de opções de espaços para eventos diversificados. Nesses locais encontra-se a oferta de café colonial e produtos artesanais e um contato direto com a natureza e vida do campo. A presença das baixas temperaturas no local aparece relacionada com a criação o turismo rural, o que levou os moradores locais a adaptarem suas fazendas para receber hóspedes curiosos em ver a neve de perto.

Conclui-se que para além dos atrativos de natureza, na produção do turismo em Urubici, estão presentes as cavernas indígenas com inscrições rupestres de mais de quatro mil anos de idade. Mas também um instrumento discursivo é a Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens, construção em estilo moderno e uma das maiores do estado.

5.1.10.2 Hospedagem

Os serviços de hospedagem para visitantes e turistas no município são realizados majoritariamente por pousadas, onde os serviços oferecidos em boa parte destes estabelecimentos contemplam, internet wi-fi, telefones, televisão, ar-condicionado, cafés da manhã coloniais e comidas típicas, além de estacionamentos para carros e ônibus.

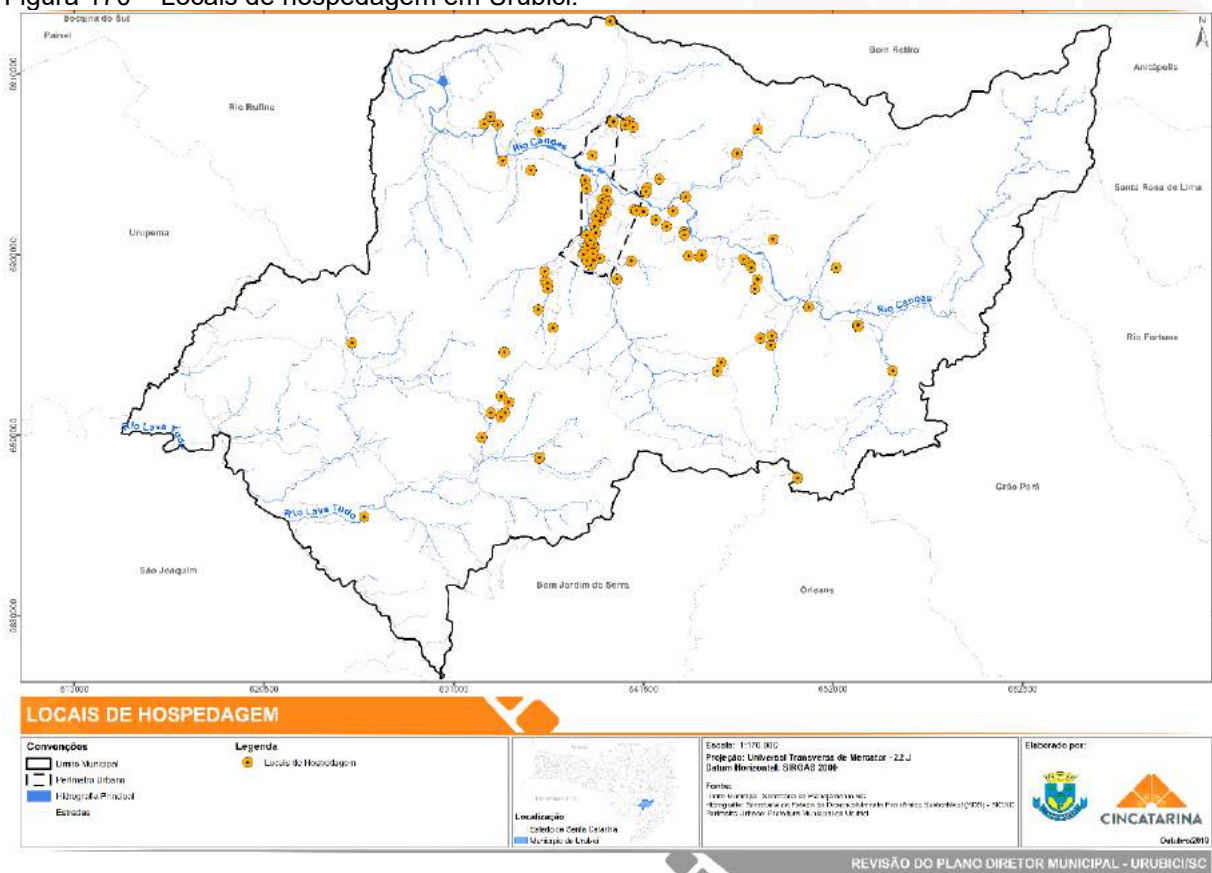
As acomodações das pousadas de Urubici, abrangem todos os públicos e gostos. Os serviços de hospedagem no município ocorrem por meio de hotéis, hostéis, cabanas, casas, estancias, chalé, estalagens, hospedarias, pousadas, sítios e campings, as quais são distribuídas sob todo o território do município. Estes locais entregam a seus hospedes, pelas paisagens com montanhas repletas de matas de araucárias, cânions e cascatas. Geralmente, estão situadas em locais com contato

com a natureza, que oferecem atividades ao ar-livre a seus hóspedes, como trilhas e passeios de experiência, pelas belezas naturais das serras, campos, montanhas, cascatas e rios do município.

Os principais locais de hospedagem de Urubici, foram levantados, por meio de folders informativos, sites especializados em hospedagem e dados informados pelo município, sendo que os principais apontados são: Aconchego do Sereno Exclusive Chalés, Ayllu Refúgio Ecológico, Back House cabana Alternativa, Cabana Cheiro de Mato, Cabana Guabiju, Cabana Invernador, Cambuim Cabanas, Casa da Família Martins, Casa de Temporada Familiar, Casa Familiar, Casa Mobiliada Urubici, Chalés do Campestre, Chalé Rio dos Bugres, Chalé Doce Luar, Corvo Branco Estalagem, Encanto Fermiano Hospedaria, Estância Vó Ana (Figura 171), Estalagem Santo Antônio, Estalagem Villa Da Montanha, Estalagem Villa Serrana, Edelweiss Pousada de Montanha (Figura 172), Fogo Eterno Pousada de Altitude, Graxaim Ecoturismo e Ecohostel, Hospedagem Rural N.S. das Graças, Hospedaria Casa do Guardiã, Hospedaria Casa do Lago, Hospedaria Kayser Haus, Hospedaria Refúgio do Invernador (Figura 173), Hospedaria Rural Recanto do Sossego, Hostel Armazém do Heyokah, Hostel da Fifa, Hostel Urubici, Hotel Fazenda Serra do Panelão, Hotel Rio Canoas, LL Refúgio Cabanas (Figura 174), Pousada 3 Irmãos, Pousada Abraço Serrano, Pousada Aconchego, Pousada Alternativa Viva Serra, Pousada Amélia, Pousada Anjos da Serras, Pousada AnnaLu, Pousada Arco Íris (Figura 175), Pousada Beckhauser, Pousada Bela Vista, Pousada Boa Vista, Pousada Boutique Chuá Chuá (Figura 176), Pousada Cabanas da Serra, Pousada Cabanas Xokleng, Pousada Cajuva, Pousada Canto Da Serra, Pousada Casa da Serra, Pousada Casarão Da Montanha, Pousada Caverna Rio dos Bugres, Pousada Central Urubici, Pousada Colina dos Ventos – Urubici, Pousada Cristal de Gelo, Pousada da Célia, Pousada da Cascata Véu de Noiva, Pousada da Z, Pousada das Flores (Figura 177), Pousada e Café Colonial Sabor da Roça, Pousada e Casa de Campo Doce Vida, Pousada Encanto do Avencal, Pousada Estrela do Luar, Pousada Figueiredo, Pousada Flor de Tuna, Pousada Florescer (Figura 178), Pousada Fogo Eterno (Figura 179), Pousada Lago da Colina, Pousada Landhaus, Pousada Márcia Costa, Pousada Mato Verde, Pousada Morro do Campestre, Pousada Namastê Águas Brancas, Pousada no de Pinho, Pousada Paulista, Pousada Pedra Preta, Pousada Pereira, Pousada Pica-Pau (Figura 180), Pousada Professor Verto, Pousada Recanto da Serra, Pousada Recanto Das Araucárias, Pousada Recanto Pedra Bonita, Pousada Refugio Xaxim (Figura 181), Pousada Requinte Serrano, Pousada Rio Canoas, Pousada Rural Cascata do

Avenal, Pousada Rural Pavão, Pousada Santa Teresinha, Pousada Sítio do Trevo, Pousada Temática Serra Azul, Pousada Vale Da Imbuia, Pousada Vale da Neblina (Figura 182), Pousada Valle do Avenal (Figura 183), Pousada Vila dos Butiás, Recanto dos Compadres, Recanto Plenitude, Refúgio da Montanha, Refúgio Urubici, Sítio Arroio da Serra, Segredo da Montanha, Serra Bela Hospedaria Rural, Sítio Itaimbe Morro da Igreja, Terras do Sul – Ecoturismo, Urubici Park Hotel (Figura 184), Vale do Sol e Zeca's Hotel. Apontadas na Figura 170 a seguir:

Figura 170 – Locais de hospedagem em Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

A arquitetura dos edifícios, tanto externa quanto internas, transborda uma imagem charmosa e despojada, o que confere aconchego aos usuários. Os mobiliários e adornos são finamente trabalhados em madeira, na maioria dos estabelecimentos. Diversos deles, também oferecem infraestrutura para as estações mais frias como, calefação, lareiras, ar condicionado e aquecimento de piso. Muitas oferecem atividades e serviços interno, tais como, cavalgadas, passeio de girico, pescarias, caminhadas e trilhas, além de cafés da manhã típicos.

Figura 171 - Estância Vó Ana.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Figura 172 - Edelweiss Pousada de Montanha.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Figura 173 - Hospedaria Refúgio do Invernador.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Figura 174 - Il Rifugio Cabanas.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Figura 175 - Pousada Arco Íris.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Figura 176 - Pousada Boutique Chuá Chuá.



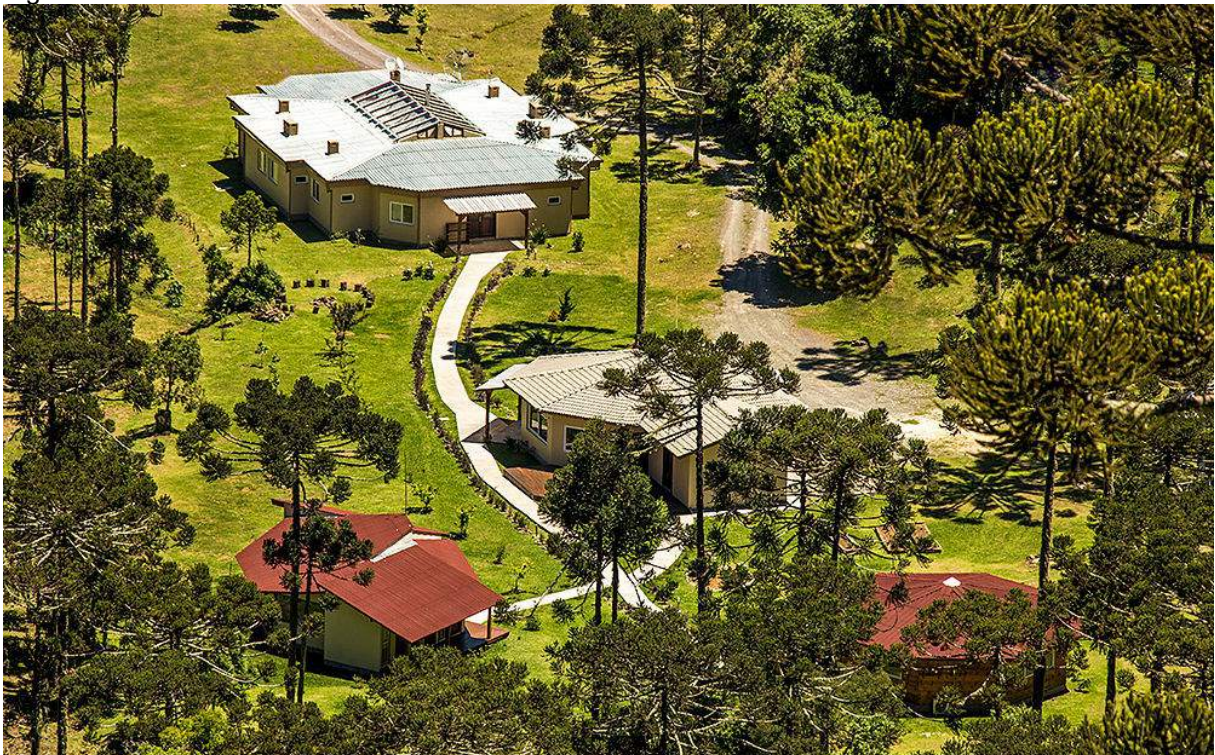
Fonte: Visite Urubici (2019)

Figura 177 - Pousada das Flores.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Figura 178 - Pousada Florescer



Fonte: Visite Urubici (2019)

Figura 179 - Fogo Eterno Pousada de Altitude.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Figura 180 - Pousada Pica Pau.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Figura 181 - Pousada Refúgio Xaxim.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Figura 182 - Pousada Vale da Neblina.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Figura 183 - Pousada Valle do Avenal.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Figura 184 - Urubici Park Hotel.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Cabe salientar, que estes não são os únicos locais de hospedagem em Urubici, pois, diversas instalações ocorrem nas casas dos moradores, muitas de

maneira informal, ficando assim, imprecisa a quantidade de locais de hospedagem e leitos existentes no município.

Vale ressaltar, que diversas pousadas rurais são familiares, onde antigas fazendas, tornaram-se espaços de hospedagem e atividade turísticas. São locais que recordam a sensação de estar chegando no sítio dos avós e, através deles é possível a valorização da convivência entre as pessoas com a cultura local, natureza e atividade da região.

5.1.10.3 Gastronomia

Urubici possui mais de 25 locais para apreciação de sua gastronomia, onde é possível saborear os produtos típicos da Serra Catarinense. Nos restaurantes, churrascarias, pizzarias, lanchonetes e bistrôs do município é possível desfrutar o melhor da gastronomia serrana.

Os principais espaços gastronômicos de Urubici, foram elencados, por meios de folders informativos, sites especializados, além de informações públicas disponibilizadas pela municipalidade.

Os principais restaurantes do município são: Churrascaria e Restaurante Tradição, Manali Bistrô (Figura 185), Montês Restaurante, Restaurante Château Du Valle (Figura 186), Restaurante La Fondue Müller, Restaurante Serra Grill, Restaurante Véu de Noiva (Figura 187), Ristorante Toscano, Paradoiro Santo Antônio (Figura 188), O Casarão, A Taberna Bistrô, Quinta das Bromélias Bistrô, Emporium Serra do Sol, Bodegão da Serra, Churrascaria Amorim, Casa Negra Trutaria e Sêmola.

Em muitos destes locais é possível resgatar a culinária dos imigrantes italianos, letões e alemães tanto no sabor, quanto nos ambientes que presam no aconchego de seus visitantes, por meio de elementos e mobiliários em madeira, além de manterem espaços de contato com a natureza. Nestes restaurantes, churrascarias e bistrôs são oferecidos carnes, trutas¹⁹ produzidas no município, files grelhados, sopas, massas, fondue, vinhos da Serra Catarinense e cervejas artesanais. No Restaurante Cascata Véu de Noiva é servido paçoca de pinhão e comida típicas.

¹⁹ O município de Urubici é produtor de trutas, promovendo o cultivo da espécie, por meio da festa Fenatruta.

Figura 185 - Manali Bistrô.



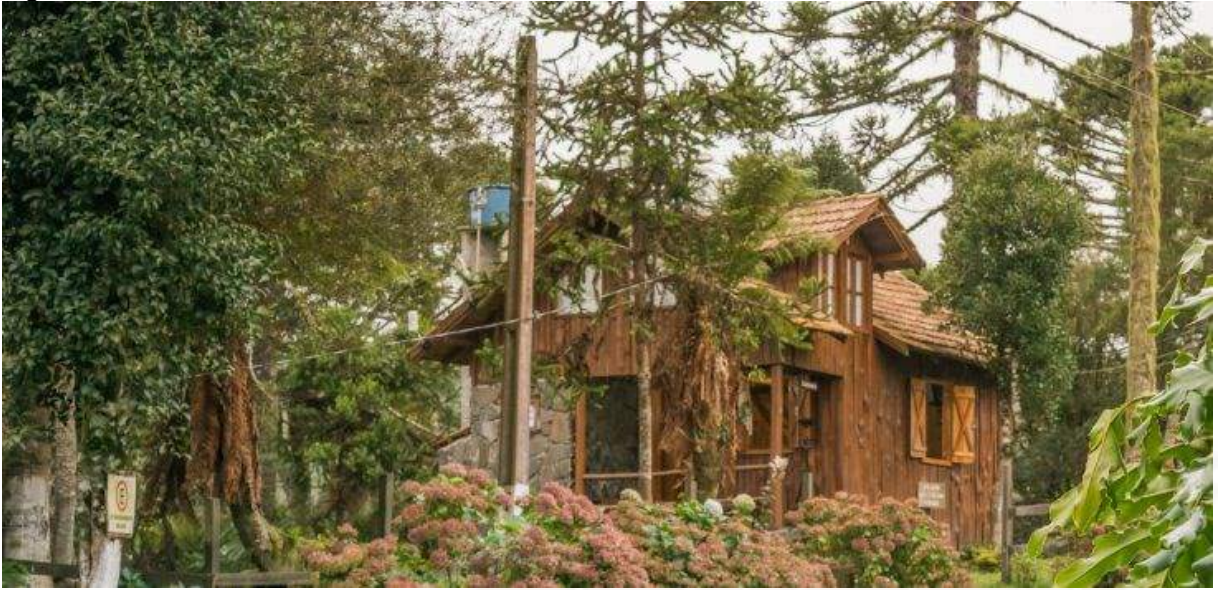
Fonte: Visite Urubici (2019)

Figura 186 -Restaurante Château du Valle.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Figura 187 - Restaurante Cascata Véu de Noiva.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Figura 188 - Paradoiro Santo Antônio.



Fonte: Visite Urubici (2019)

Além dos restaurantes, a cidade dispõe de cafés, bares, lanchonetes e confeitarias, com opções diversificadas que vão desde cafés coloniais a pub com cervejas artesanais. Os cafés e as confeitarias disponibilizam inúmeros pratos, tais como lanches naturais, fritos, assados, doces, produtos coloniais, café, bebidas em

geral, sucos, vinho, bolos, tortas, cucas, pães e dentre outros, muitos pratos herdados da culinária dos imigrantes. Os principais cafés, lanchonete e bares são: Barba Negra - Pub Music Sport, Canhambora Café, Café Diamante da Serra, Guardião Do Avencal Bar Café, Padaria Colonial, Panetteria Del Valle, Panificadora Beckhauser, Pizzaria Rota da Neve, Pousada e Café Colonial Sabor da Roça, Pães e Lanchonete Padilha, Confeitaria Vó Maris (Figura 189), Zeca's Bar, Café Ila, Taipa, Lenha e Fogo e Da Terra.

Figura 189 - Panificadora Vó Maris.



Fonte: Visite Urubici (2019)

5.2 Infraestrutura urbana

A infraestrutura urbana, é compreendida como um sistema composto por equipamentos e serviços necessários para o desenvolvimento das funções urbanas, visa promover adequadas condições de seus sistemas a comunidade interessada. São exemplos destes sistemas: rede de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana, limpeza urbana, sistema de energia elétrica, sistemas de comunicação e demais.

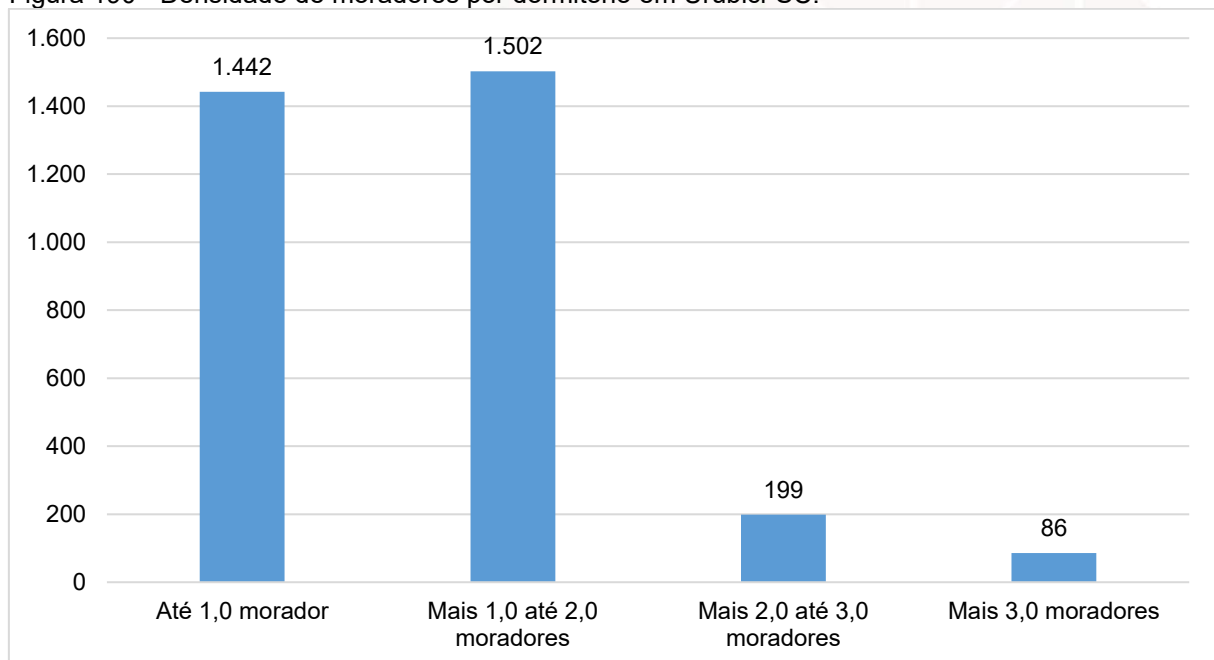
Estes sistemas são normalmente compostos por subsistemas, tais como, um subsistema de abastecimento de água de uma cidade, que possui uma dimensão física, constituída por equipamentos de captação, reservatórios, estações de tratamento e rede de distribuição, além da parte prestação de serviços composta por manutenção, medição de consumo e cobrança de tarifas, controle da qualidade da água e atendimento ao público.

5.2.1 Habitação

A habitação destaca-se como uma necessidade básica do ser humano, sendo determinante para a qualidade de vida da população. O conhecimento sobre os domicílios e o acesso aos serviços de infraestrutura básica fornecem os subsídios necessários para traçar a caracterização da área e as condições oferecidas aos seus moradores.

No município, conforme o Censo do IBGE de 2010, haviam 3.229 domicílios, sendo 2.214 urbanos e 1.015 rurais. Destes, em relação ao número de moradores por dormitório (Figura 190) observa-se que que 46,51% dos domicílios possuem entre um a dois moradores por dormitório.

Figura 190 - Densidade de moradores por dormitório em Urubici-SC.

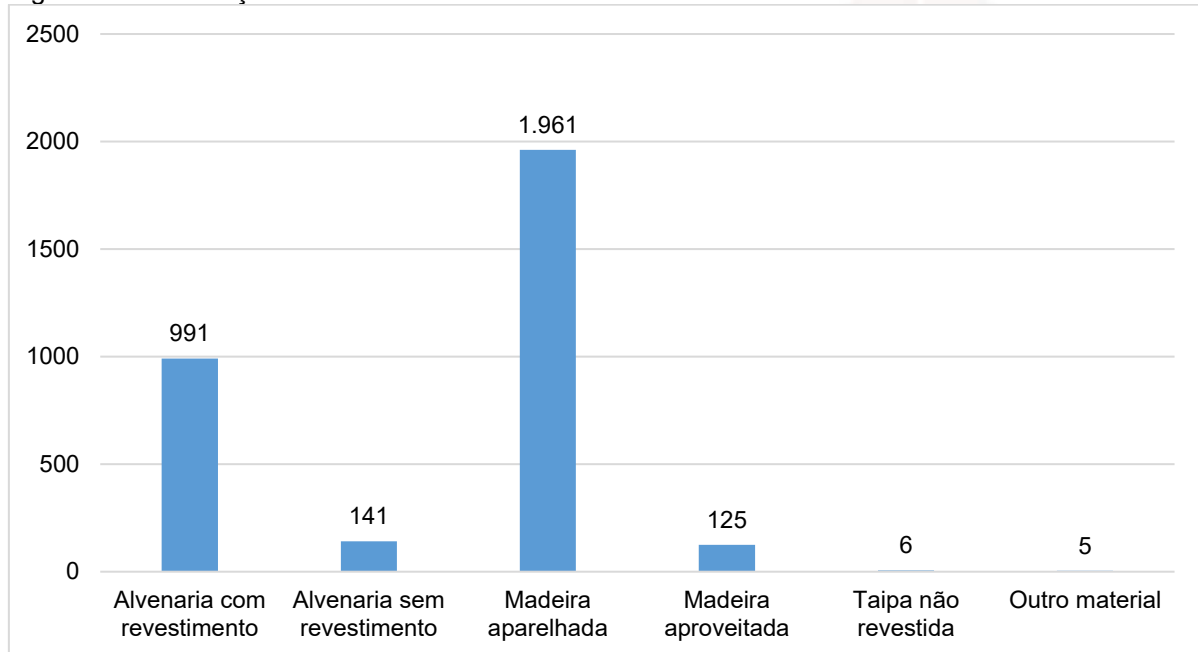


Fonte: IBGE (2010)

As condições externas das edificações de moradia averiguada pelo Censo de 2010 do IBGE, estão dispostas Figura 191, cerca de 60,73% eram de madeira

aparelhada, 30,69% alvenaria com revestimento externo, 4,37% alvenaria sem revestimento, 3,87% madeira aproveitada e as demais juntas somam 0,34% dos domicílios.

Figura 191 – Condição externa dos domicílios de Urubici-SC.



Fonte: IBGE (2010)

5.2.2 Saneamento básico

O saneamento básico pode ser definido como um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Ele garante uma melhor condição de vida a população e auxilia indiretamente na qualidade do meio ambiente. Ao dar um destino adequado ao esgoto e aos resíduos sólidos, evita-se a poluição de rios e lagos, por exemplo.

É importante destacar que todas as cidades devem garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, ou seja, devem levar esses serviços a todas as residências.

5.2.2.1 Abastecimento de água

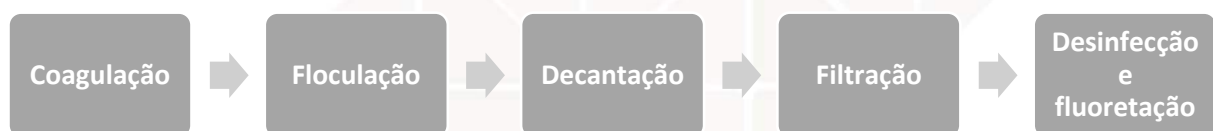
A distribuição de água do Município é realizada pela Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN). Foi firmado em 2008 o Termo de Convênio de

Cooperação para Gestão Associada nº 001/2008 entre a CASAN e a Prefeitura Municipal de Urubici, para prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, num prazo de 15 anos admitindo-se prorrogação.

O sistema de Abastecimento de Água – SAA é compreendido pelas seguintes etapas: captação, adução, tratamento, reservação e distribuição. De acordo com o PMSB (2011), o manancial utilizado pela prestadora de serviços para captação superficial da água é o Rio Capoeiras. O mesmo se configura como manancial superficial para abastecimento do Município de Urubici em seu núcleo urbano, recebendo a classificação de rio de Classe II, de acordo com a Portaria da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral nº. 024/79.

A Figura 192 demonstra o processo de tratamento convencional de uma ETA.

Figura 192 - Processo de tratamento ETA.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Segundo informações da operadora, a vazão de captação atual é de 20 L/s e opera 24 h/dia, acima da vazão máxima outorgável calculada. Segundo informações da CASAN (2010b) a vazão outorgável neste ponto é de 27,44 L/s.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informação sobre o Saneamento (SNIS, 2017), o município apresenta índice de atendimento de água de 93,94% na área urbana, conforme descrito na Tabela 33. Estas informações são de responsabilidade de fornecimento da CASAN, operadora do sistema de abastecimento no ano de referência de 2017.

Tabela 33 - Abastecimento de água no município de Urubici de acordo com o SNIS.

PARÂMETROS	ATENDIMENTO
Índice de Atendimento Urbano (%)	93,94
Número total de ligações ativas	2.178
Número total de economias ativas	2.621
Extensão total da rede km	31,39
Volume Produzido (1.000 m³/ano)	536,42
Índice de perdas na distribuição (%)	43,24

Fonte: SNIS (2017)

Esse valor não representa 100% do atendimento urbano, porque atualmente a CASAN não realiza a distribuição de água no Distrito de Águas Brancas. O distrito atualmente é atendimento por uma caixa d'água, a qual é mantida pelo município e a distribuição ocorre sem custos para os moradores.

5.2.2.2 Esgotamento sanitário

Através de dados do censo demográfico de 2010 (Tabela 34) observa-se que 54,16% dos domicílios urbanos do município utilizavam, naquele ano, sistemas de fossas sépticas como forma de tratamento e disposição de seus efluentes. Já 68,77% dos domicílios na área rural utilizavam sistemas de fossas sépticas.

Tabela 34 - Tipo de esgotamento sanitário existente em Urubici.

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	TAXA DE COBERTURA DO SERVIÇO %
Urbana	Rede geral de esgoto ou pluvial	30,52
	Fossa séptica	54,16
	Fossa rudimentar	5,83
	Outro tipo (Vala, rios, córrego, outros)	9,49
	Total Urbana	100,0
Rural	Rede geral de esgoto ou pluvial	0,69
	Fossa séptica	68,77
	Fossa rudimentar	1,78
	Outro tipo (Vala, rios, córrego, outros)	28,75
	Total Rural	100,0

Fonte: IBGE (2010)

Visto que as localidades podem apresentar índices diferenciados devido a suas peculiaridades, as informações do tipo de método de disposição de efluentes adotado pelos domicílios são apresentadas por setor censitário.

Tabela 35 - Disposição final do esgoto doméstico nos setores de Urubici.

URBANA					
Setor	Rede esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio ou lago
1	48	86	9	3	3
2	20	99	90	8	0
3	73	160	14	29	0
4	84	76	0	2	0
5	162	126	0	8	0

URBANA					
Setor	Rede esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio ou lago
6	5	210	4	10	0
7	126	100	10	8	2
8	130	19	1	7	0
Águas Brancas (Distrito)	6	89	0	79	0
Santa Teresinha (Localidade)	2	63	1	20	4
14	19	170	0	12	4
RURAL					
Setor	Rede esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio ou lago
9	0	109	1	29	0
10	3	81	2	30	5
11	0	2	1	5	0
12	2	66	2	69	2
13	0	48	3	25	5
Águas Brancas (Distrito)	0	95	4	30	5
Águas Brancas (Distrito)	2	167	4	28	3
Santa Teresinha (Localidade)	0	23	0	16	0
Santa Teresinha (Localidade)	0	100	0	24	1
Santa Teresinha (Localidade)	0	5	1	3	0

Fonte: IBGE (2010)

Na Tabela 36 é apresentado o número de domicílios que possuem fossa séptica por setor. Pode-se observar que a grande maioria dos setores e distrito da área rural possuem sistema de esgotamento sanitário por meio de fossa séptica.

Tabela 36 - Porcentagem de domicílios com tratamento de esgoto através de fossa.

SETOR	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES	SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO ATRAVÉS DE FOSSA SÉPTICA
Urbano		
1	153	56,21%
2	217	45,62%
3	277	57,76%
4	162	46,91%
5	299	42,14%
6	229	91,70%
7	246	40,65%

SETOR	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES	SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO ATRAVÉS DE FOSSA SÉPTICA
Urbano		
8	159	11,95%
14	206	9,22%
Águas Brancas (Distrito)	174	51,15%
Santa Teresinha (Localidade)	90	70,00%
Rural		
9	141	77,30%
10	125	64,80%
11	8	25,00%
12	141	46,81%
13	81	59,26%
Águas Brancas (Distrito)	138	68,84%
Águas Brancas (Distrito)	204	81,86%
Santa Teresinha (Localidade)	39	58,97%
Santa Teresinha (Localidade)	126	79,37%
Santa Teresinha (Localidade)	9	55,56%

Fonte: IBGE (2010)

Dos bairros de Urubici somente o Bairro Nossa Senhora Aparecida possui tratamento de esgoto coletado, sendo o serviço prestado pela CASAN. No restante da área urbana, na maioria dos casos, são utilizados dispositivos do tipo fossa séptica e disposto o efluente proveniente de boa parte das residências diretamente na rede de drenagem municipal, contribuindo para a contaminação dos cursos d'água no entorno (PMSC, 2011)

É possível que haja inconsistência nestes dados, uma vez que, popularmente ocorre confusão sobre a diferenciação entre fossa séptica e fossa rudimentar, e entre rede de esgoto e rede de drenagem pluvial. Deste modo as informações repassadas ao recenseador podem não corresponder à realidade. Assim, as informações são apresentadas por se tratarem de dados oficiais disponíveis para o município, porém não significa que são precisas, uma vez que muitas ligações com fossa séptica são ligadas posteriormente à rede de drenagem pluvial.

Não há cadastro dos sistemas individuais, o que prejudica a localização de lançamentos irregulares, nem cadastro municipal que aponte o número de dispositivos implantados, tão pouco, cadastro com as ligações diretas de esgoto na rede de drenagem municipal. No município utiliza-se basicamente o tratamento em sistemas

individuais como fossas sépticas e dispositivos tanque séptico, seguidos de filtro anaeróbio e dispositivos do tipo sumidouro e vala de infiltração.

Está em processo de elaboração o sistema de esgotamento sanitário da área urbana do Município de Urubici, em convênio com a CASAN. O projeto adota um horizonte de projeto de 20 anos e um índice de atendimento de 90% da população urbana (PMSC, 2011).

5.2.2.3 Limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos

Na Tabela 37, apresenta-se a destinação de resíduos no município de Urubici conforme o Censo IBGE de 2010.

Tabela 37 - Destinação de resíduos em Urubici.

SETOR	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES	DOMICÍLIOS COM COLETA DE RESÍDUOS	DOMICÍLIOS COM OUTROS DESTINOS
Urbano			
1	153	100,00%	0,00%
2	217	100,00%	0,00%
3	277	98,19%	1,81%
4	162	98,77%	1,23%
5	299	97,99%	2,01%
6	229	98,69%	1,31%
7	246	99,59%	0,41%
8	159	100,00%	0,00%
14	206	100,00%	0,00%
Águas Brancas (Distrito)	174	98,85%	1,15%
Santa Teresinha (Localidade)	90	95,56%	4,44%
Rural			
9	141	72,34%	27,66%
10	125	77,60%	22,40%
11	8	25,00%	75,00%
12	141	76,60%	23,40%
13	81	82,72%	17,28%
Águas Brancas (Distrito)	138	71,74%	28,26%
Águas Brancas (Distrito)	204	81,86%	18,14%
Santa Teresinha (Localidade)	39	84,62%	15,38%
Santa Teresinha (Localidade)	126	78,57%	21,43%
Santa Teresinha (Localidade)	9	44,44%	55,56%
Média total		95,56	4,44

Fonte: IBGE (2010)

Conforme exposto, 95,56% dos domicílios possuíam coleta de lixo e 4,44% dos domicílios destinavam seus resíduos de maneiras alternativas: queimando, aterrando na propriedade, jogando em terrenos baldios, entre outros.

Atualmente a toda a coleta de resíduos na área urbana do município é realizado por uma empresa terceirizada (Serrana Engenharia). No interior a coleta é realizada pelo município, o qual encaminha os resíduos pela empresa terceirizada para a disposição final em aterro.

Ao contrário do que era apresentado pelo Plano Municipal de Saneamento Básico (2011), atualmente os resíduos não são segregados e não há separação de resíduos recicláveis no município, sendo todos destinados para o aterro sanitário. O município está estudando a implementação de uma cooperativa de catadores para a realização de triagem e separação de resíduos sólidos.

5.2.2.4 Drenagem de águas pluviais

O Município de Urubici não dispõe de um setor exclusivo para tratar dos serviços de drenagem urbana, sendo que os serviços são elaborados pela Secretaria de Transportes Obras e Serviços Urbanos do Município, que realizam serviços de manutenção e conservação do sistema de drenagem implantado, executando limpeza e desobstrução dos dispositivos de captação; limpeza e desobstrução de galerias; varrição, poda e capina (PMSB, 2011).

A área urbana do Município está consolidada em uma área de baixa declividade, contribuindo para um lento escoamento das águas pluviais. É importante destacar o fato de que sua infraestrutura de drenagem foi implantada ao longo dos anos sem maiores critérios técnicos. Assim sendo, nunca houve uma preocupação por parte da administração pública em compatibilizar um sistema de drenagem com o contexto global de bacias de contribuição. Desta forma, o aumento da população acompanhado do aumento do número de edificações e consequente impermeabilização das áreas, podem provocar um subdimensionamento dos sistemas implantados com o aumento da velocidade dos escoamentos superficiais (PMSB, 2011).

5.2.3 Energia Elétrica

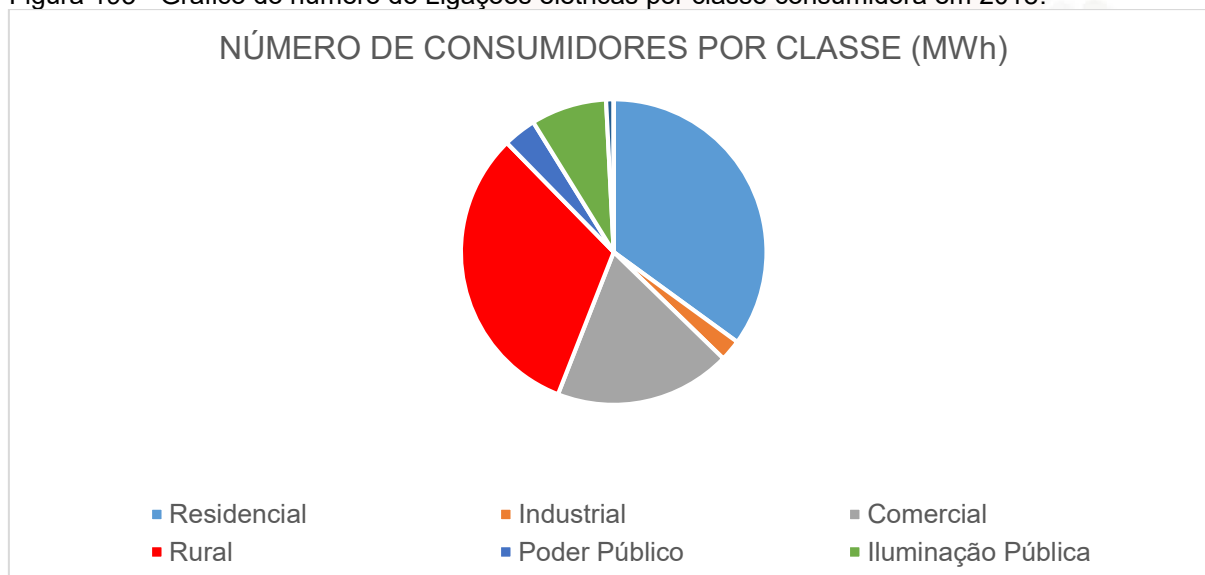
A energia elétrica do Município é fornecida pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC, com 5.026 unidades consumidoras até dezembro de 2018. A Tabela 38 e a Figura 193 apresentam o número médio anual de ligações por classe.

Tabela 38 - Ligações elétricas por classe de consumidores em Urubici de 2014-2018.

NÚMERO DE CONSUMIDORES POR CLASSE (MWh)					
CLASSES	2014	2015	2016	2017	2018
Residencial	410	407	423	447	480
Industrial	28	29	30	30	31
Comercial	221	227	229	254	256
Rural	421	407	376	433	435
Poder Público	89	58	45	45	48
Iluminação Pública	76	76	77	84	110
Serviço Público	8	8	10	10	11
Consumo Próprio	0	0	0	0	0
Revenda	0	0	0	0	0
Total geral	1253	1212	1190	1303	1371

Fonte: CELESC (2019)

Figura 193 - Gráfico do número de Ligações elétricas por classe consumidora em 2018.



Fonte: CELESC (2018)

Já a Tabela 39 apresenta o consumo de energia elétrica por classe, em MWh. Já na produção de energia, Urubici conta com uma CGH - Central Geradora Hidrelétrica, a Usina Scardoelli, com potência de 0,830 MW, instalada no Rio Farrapos, encontra-se em pleno funcionamento.

Tabela 39 - Energia distribuída por classe de consumidores em Urubici de janeiro a dezembro de 2018.

ENERGIA DISTRIBUÍDA POR CLASSE (MWH)												
CLASSES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Residencial	2848	2845	2858	2873	2875	2887	2899	2910	2921	2926	2941	2944
Industrial	119	120	122	123	123	123	123	129	130	137	137	145
Comercial	344	342	347	350	354	354	357	357	356	357	359	359
Rural	1516	1513	1509	1508	1509	1510	1507	1511	1509	1508	1508	1508
Poder Público	58	59	58	58	63	63	63	63	63	64	62	62
Iluminação Pública	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Serviço Público	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Consumo Próprio	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Revenda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total geral	4893	4887	4902	4920	4932	4945	4957	4978	4987	5000	5015	5026

Fonte: CELESC (2018)

5.2.4 Comunicações

Os principais meios de comunicação do município estão dispostos conforme descrito na Tabela 40. Compete observar que, além dos veículos de comunicação destacados, Urubici conta com acesso a jornais e revistas de circulação regional e nacional. Em relação à internet e telefonia móvel, o município é atendido por 2G, 3G e 4G, conforme demonstrado na mesma tabela.

Tabela 40 - Principais meios de comunicação do município.

TIPO DE VEÍCULOS	EMPRESA
Jornais	Clic Serra Santa Catarina - Urubici/SC (mensal)
Rádios	Rádio Gralha Azul 88.9 FM e Rádio Comunitária Novo Tempo
Emissoras de TV	Globo, Rede Vida, Record, Record News, Bandeirantes e SBT
Agências de correios	03 agências (Agência Correio de Urubici, Agência Correios Comunitária de Águas Brancas e Agência Correios Comunitária de Santa Terezinha)
Telefonia	Claro - 2G; Oi - 2G e 3G; Tim - 2G, 3G e 4G; Vivo - 2G e 3G.

Fontes: Correios (2019); ANATEL (2019); ADJORISC (2019); Rádios (2019)

5.2.5 Mobilidade Urbana

A mobilidade urbana é um vasto tema, que vai além do debate referente ao transporte urbano e engloba questões de planejamento urbano, como o uso e a ocupação do solo. A saúde e a qualidade de vida das pessoas estão profundamente

ligadas às suas condições de locomoção diárias, por isso a importância de se buscar modelos de cidades sustentáveis.

5.2.5.1 Hierarquização Viária

A hierarquia do sistema viário envolve de maneira integrada todas as modalidades de transporte sejam motorizadas ou não motorizadas, assim como, engloba a infraestrutura necessária para atender o fluxo de cada um deles. Deste modo, para classificar a hierarquização viária de um município é primordial identificar o papel que cada tipo de via exerce na circulação urbana, considerando os diversos modais de transporte e não somente os veículos motorizados.

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) em seus artigos 60 e 61 discorrem quanto a classificação viária, a qual define as velocidades máximas permitidas em cada tipo de via, a menos que, o órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via regulamente velocidades superiores ou inferiores, através de sinalização. O código ainda em seu Anexo I, divide as vias em urbanas (vias de trânsito rápido, arteriais, coletoras e locais) e rurais (rodovias e estradas), com as seguintes definições:

VIA - superfície por onde transitam veículos, pessoas e animais, compreendendo a pista, a calçada, o acostamento, ilha e canteiro central.

VIA DE TRÂNSITO RÁPIDO - aquela caracterizada por acessos especiais com trânsito livre, sem interseções em nível, sem acessibilidade direta aos lotes lindeiros e sem travessia de pedestres em nível. Velocidade máxima: oitenta quilômetros por hora.

VIA ARTERIAL - aquela caracterizada por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade. Velocidade máxima: sessenta quilômetros por hora.

VIA COLETORA - aquela destinada a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito rápido ou arteriais, possibilitando o trânsito dentro das regiões da cidade. Velocidade máxima: quarenta quilômetros por hora.

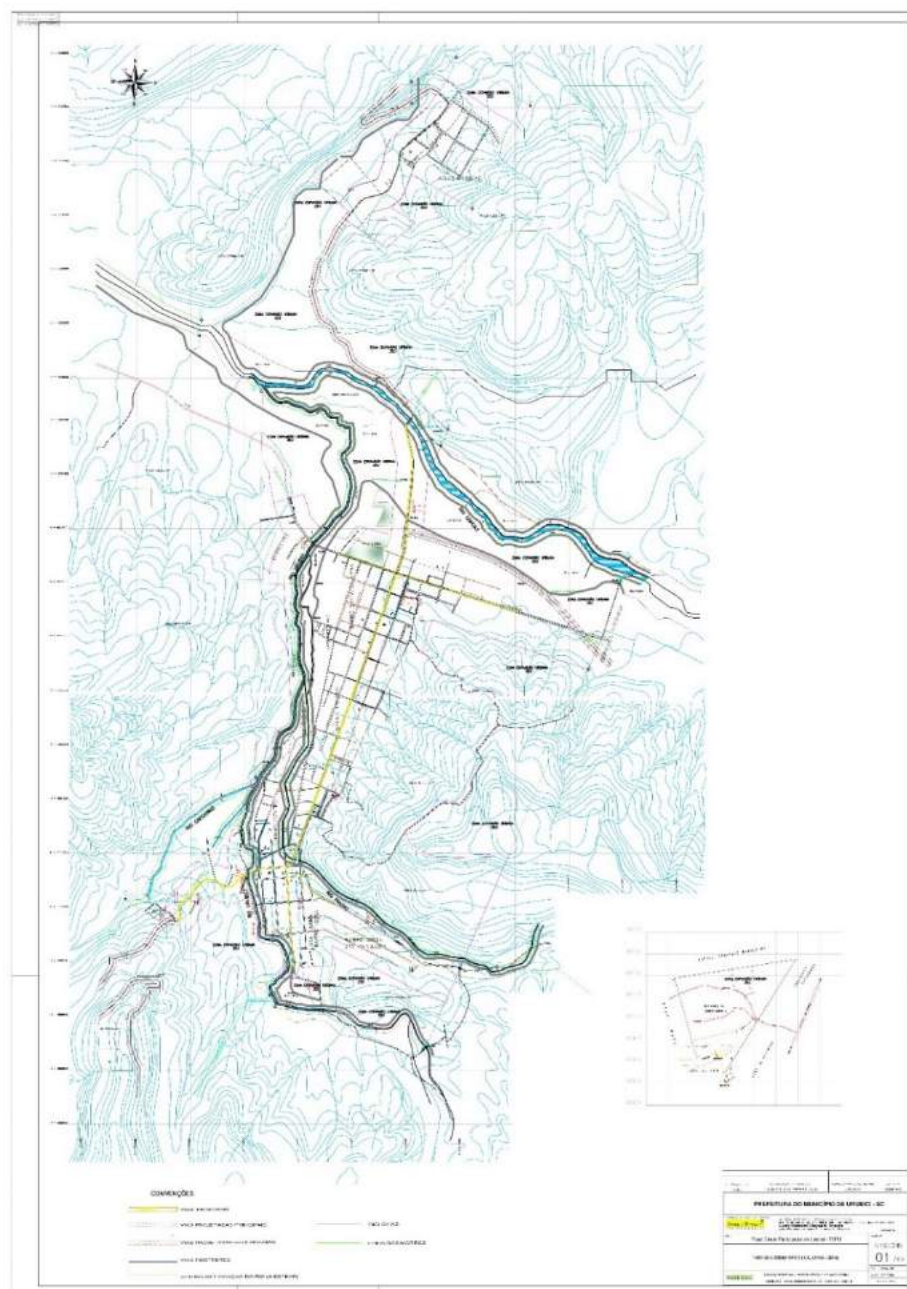
VIA LOCAL - aquela caracterizada por interseções em nível não semaforizadas, destinada apenas ao acesso local ou a áreas restritas.

VIA RURAL - estradas e rodovias. Velocidade máxima: trinta quilômetros por hora.

VIA URBANA - ruas, avenidas, vielas, ou caminhos e similares abertos à circulação pública, situados na área urbana, caracterizados principalmente por possuírem imóveis edificadas ao longo de sua extensão (BRASIL, 1997).

A LC n° 1.400/2009, lei do Plano Diretor, em seu Art. 3º, apresenta as leis que o compõem, dentre elas a lei de Sistema Viário²⁰ que dispõe acerca do sistema viário, ciclovias e calçadas. Ainda, na lei do Plano Diretor, o Capítulo II, trata das políticas de sistema viário, trazendo em seu escopo os objetivos e ações estratégicas para implementação destas. A definição do sistema viário é apresentada no Mapa do Anexo IV da lei do Plano Diretor, disposto na figura a seguir:

Figura 194 - Mapa do Sistema Viário do Município de Urubici



Fonte: Urubici (2008)

²⁰ Lei Complementar n° 1.405, de 23 de dezembro de 2009, dispõe sobre o sistema viário- ciclovias – calçadas.

5.2.5.2 Principais Conflitos no Sistema Viário

5.2.5.2.1 Vias principais

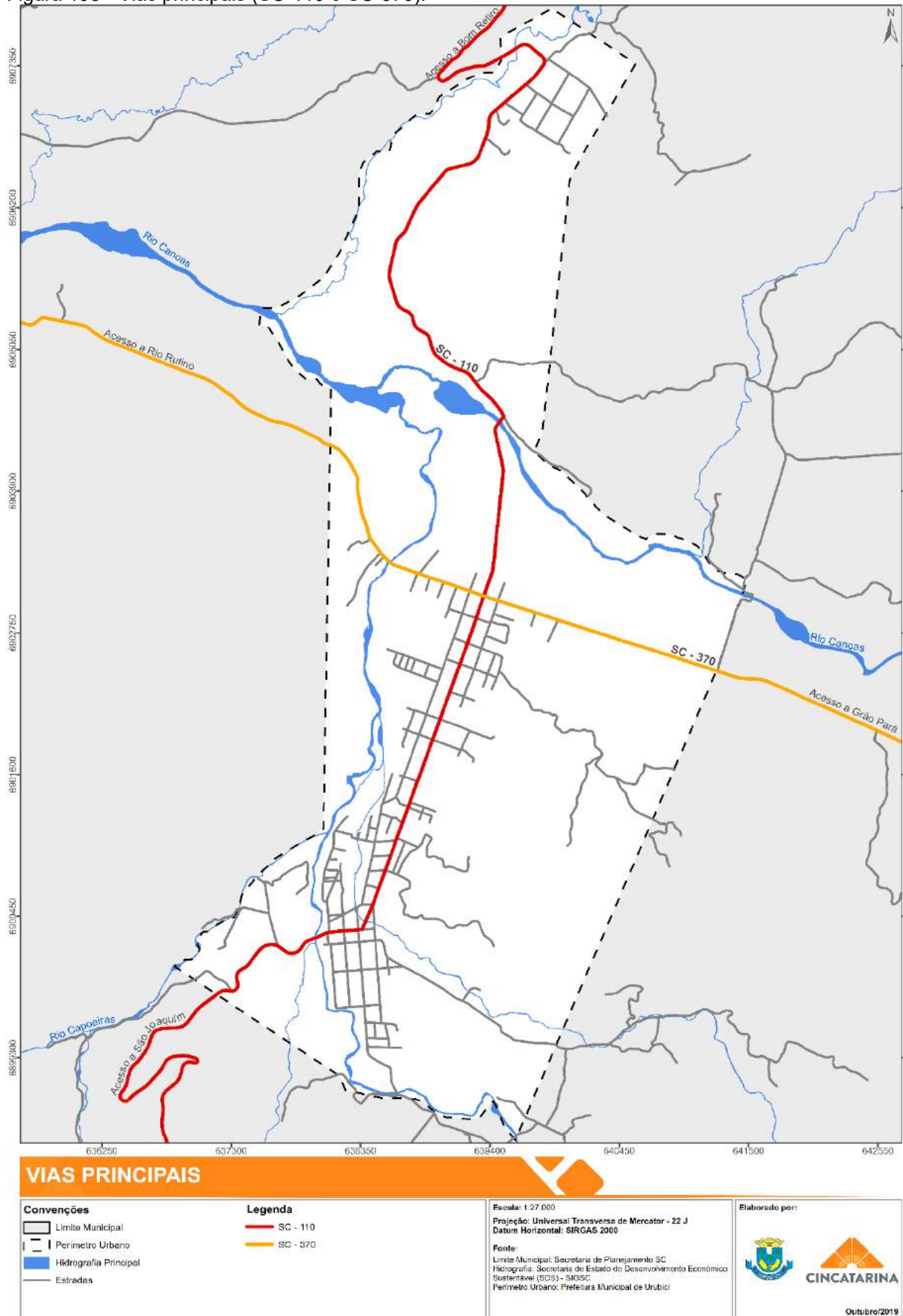
Para definição dos pontos de conflito de trânsito existentes, foi necessário analisar as características das vias do município e identificar a hierarquização viária, visto que, este trabalho foi realizado juntamente com a Prefeitura Municipal de Urubici.

Neste trabalho, o conceito de vias principais foi definido como sendo aquelas vias que apresentam maior fluxo e quantidade de acessos, tendo como característica a existência de comércios, serviços e polos geradores de viagem.

Assim, as vias principais de Urubici, foram caracterizadas como a SC-110 e SC-370 por percorrerem todo o perímetro urbano do município, dando acesso a este em seus extremos e também coletando o tráfego dos bairros e distrito.

Por conta disso, são as principais vias de circulação dos diversos modais de transporte que estão de passagem ou transitando pelo município para seus deslocamentos diários visto que, também refletem diretamente no trânsito e na segurança viária da população residente na região. Estas vias estão identificadas na Figura 195.

Figura 195 - Vias principais (SC-110 e SC-370).



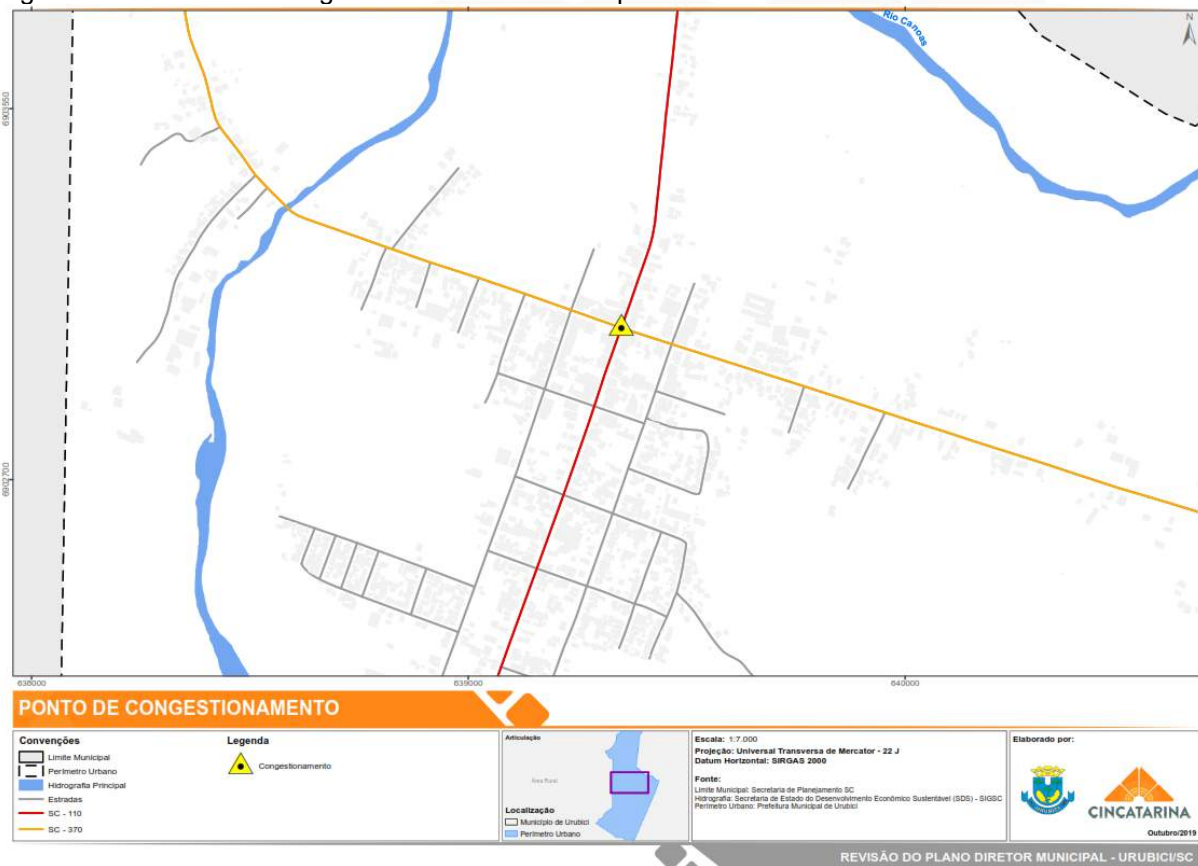
Fonte: CINCATARINA (2019)

5.2.5.2.2 Pontos de congestionamento

Os dados referentes aos pontos de congestionamento no município de Urubici foram identificados através de pesquisa de campo em horários de pico e também em consulta com a Prefeitura Municipal e moradores do município.

Foi apontado apenas um ponto de congestionamento em Urubici, no cruzamento das rodovias SC-110 e SC-370 (Figura 196). Nesse ponto, os congestionamentos são mais intensos em horários como das 07:30 às 08:00hrs, das 11:30 às 13:30hrs e das 18:00 às 19:30hrs, e estão associadas as vias principais, ao fluxo advindo dos polos geradores de tráfego e a ampliação dos problemas de trânsito associados a estes.

Figura 196 - Pontos de congestionamento no município de Urubici.



Fonte: CINCATARINA (2019)

5.2.5.2.3 Principais polos geradores de viagens

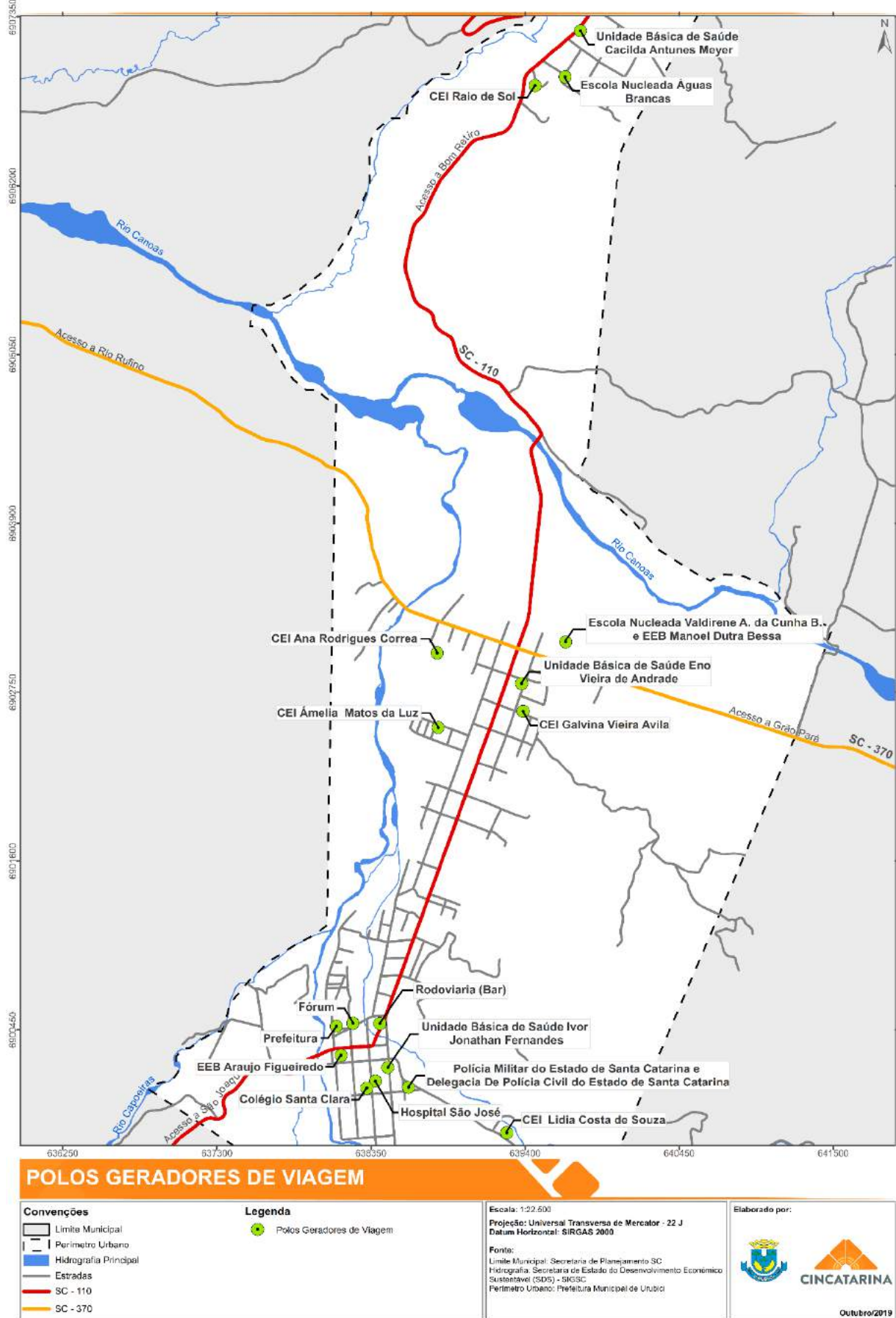
O trânsito resulta das necessidades de deslocamento das pessoas por motivo de trabalho, de negócios, de educação, de saúde e de lazer e acontece em função da ocupação do solo pelos diferentes usos.

Os destinos que ocasionam esses deslocamentos, são por sua vez, caracterizados como polos geradores de viagens, e são definidos segundo o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN (2001), como empreendimentos de grande porte que atraem ou produzem grande número de viagens, causando reflexos negativos na circulação viária em seu entorno imediato, prejudicando a acessibilidade de toda a região, além de agravar as condições de segurança de veículos e pedestres.

Baseados neste conceito, foram identificados 17 polos geradores de viagens em todo o município, com suas localizações apresentadas na Figura 197.



Figura 197 - Localização dos Polos Geradores de Viagens.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Percebemos que os empreendimentos urbanos e regionais instalados no município de Urubici, que surgiram a partir do adensamento de novas atividades comerciais e de serviços, tornam-se polos geradores de viagens devido aos seus usos e a concentração de pessoas diariamente nestes locais. Fator que hoje, altera significativamente as condições de circulação das pessoas e seus veículos no sistema viário adjacente aos polos geradores de viagens bem como, altera o padrão das viagens em sua região de influência.

5.2.5.3 Pavimentação das Vias

A pavimentação é uma estrutura de múltiplas camadas construída sobre a superfície de terraplenagem e destinada, técnica e economicamente, a resistir aos esforços oriundos do tráfego e a melhorar as condições de rolamento ao usuário, com conforto, economia e segurança.

Para que o município apresente melhorias na mobilidade urbana, é primordial a execução e manutenção da pavimentação das vias dos municípios, essas obras auxiliam diretamente no fluxo dos diferentes modais de transporte e na qualidade de vida da população.

A pavimentação asfáltica nas vias de Urubici, apresentam-se principalmente na área central e em bairros próximos a esta, em bom estado de conservação. Adentrando os bairros, nota-se, que as vias com pavimentação asfáltica, também apresentam irregularidades e sinais de deterioração por falta de manutenção. Há diversas vias sem pavimentação asfálticas, o principal exemplo é a SC-110 em sentido ao município de Rio Rufino.

Ainda foi verificado a existência de via com pavimentação realizadas com blocos de concreto intertravados, especialmente em vias locais.

5.2.5.4 Acessibilidade

Acessibilidade é a qualidade do que é acessível, ou seja, é aquilo que é atingível, que tem acesso fácil. Ela está intrinsecamente ligada ao fornecimento de condições às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços públicos ou coletivos.

Segundo a Lei Federal nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, acessibilidade é:

A possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2000).

Ainda de acordo com a mesma lei, o planejamento e a urbanização das vias públicas, parques e de outros espaços de uso público devem ser elaborados e executados de modo a torná-los acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000).

A Lei Complementar nº 1405/2009 que dispõe sobre sistema viário, ciclovias e calçadas de Urubici, em seu Art. 13 discorre que todas as calçadas deverão atender as normas de acessibilidade, conforme rege a NBR 9050.

Já o Plano Diretor, no Art. 6º, trata a mobilidade urbana e a acessibilidade, como parte integrante a função social da cidade. Na mesma lei, no Art. 16 são tratados os objetivos quanto ao sistema viário, sendo primeiro a priorização a acessibilidade de pedestres, ciclistas e de pessoas com necessidades especiais, sobre o transporte motorizado. Cabe salientar, que dentro da legislação do Plano Diretor diversos artigos tratam a questão da acessibilidade como ponto primordial e direto fundamental.

Em verificação *in loco*, observou que em Urubici existem pontos com passeios acessíveis, entretanto, muitos não formam rotas acessíveis que interliguem os edifícios públicos e privados com grande concentração e circulação de pessoas de maneira que permita a caminhabilidade contínua entre estas edificações.

No que se refere a acessibilidade de todas as pessoas, inclusive daquelas com deficiência ou mobilidade reduzida, visualizamos passeios executados com sinalização tátil e de alerta por exemplo, porém, inviabilizam a circulação segura e contínua de pessoas com deficiência visual por ausência de padronização e/ou seguimento das normativas técnicas, em frente a cada terreno. Assim como, a presença de passeios públicos com irregularidades, deterioração e falta de manutenção, impedem que pessoas em cadeira de rodas, com carrinhos de bebê ou muletas exerçam seu direito a caminhabilidade. Estes fatores, tornam o acesso de todas as pessoas com autonomia, pelas vias urbanas do município atualmente, algo inexistente.

5.2.5.5 Modalidades de Transporte

5.2.5.5.1 Pedestres

As pessoas deslocam-se diariamente através do próprio esforço, ou seja, sem o uso do sistema motorizado, utilizando a infraestrutura viária disponível (passeios, calçadas, calçadões, vias exclusivas). Este deslocamento pode ser desde a origem até o destino, ou como complemento de outros modais de transporte, de maneira a acessar um ponto de ônibus ou para chegar até o estacionamento do seu veículo, por exemplo.

É importante destacar que se considera como pedestre todas as pessoas que podem se deslocar pelas áreas cuja prioridade ou exclusividade é deste, integrando também os usuários de cadeira de rodas.

Deste modo, é necessário planejar e manter os locais destinados ao tráfego de pedestres, com condições que possibilitem um adequado fluxo, com segurança, conectividade e conforto. A qualidade deste modo de deslocamento, inclui a continuidade e a atratividade dos percursos, assim como, a facilidade de percorrer entre eles.

Conforme citado em textos anteriores, tanto a LC nº 1.405/2009 (Sistema Viário) quanto a LC nº 1.400/2009 (Plano Diretor), tratam os deslocamentos de pedestres como fator prioritários em detrimento a demais modais.

Nos levantamentos realizados no município, observou que na grande maioria das vias, não existe uma sequência de passeios públicos executados com padrões construtivos, o que faz com que a caminhabilidade contínua e segura não seja possível para todas as pessoas, devido as irregularidades no pavimento, falta de manutenção e as vezes até a ausência do mesmo. Deste modo, foi observado que, por vezes, os pedestres realizam seus deslocamentos pela pista de rolamento, disputando espaço com outros modais de transporte e comprometendo a segurança viária.

5.2.5.5.2 Bicicletas

A bicicleta é um dos meios de transporte mais eficientes, é uma tecnologia apropriada principalmente para atender pequenas distâncias e com baixo custo operacional.

Para que os ciclistas transitem com segurança, é necessária uma infraestrutura adequada e destinada a esse modal de transporte. O CTB em seu anexo I, traz as definições de ciclofaixa e ciclovia:

CICLOFAIXA - parte da pista de rolamento destinada à circulação exclusiva de ciclos, delimitada por sinalização específica.

CICLOVIA - pista própria destinada à circulação de ciclos, separada fisicamente do tráfego comum (BRASIL, 1997).

O município não possui qualquer estrutura para circulação de ciclistas (ciclovia, ciclofaixa, bicicletários, bebedouros, sinalização e arborização). Todavia há uma grande utilização deste modal por munícipes para deslocamentos diários (trabalho, estudo e lazer) e também se faz notória a utilização deste modal por turistas atraídos pelo cicloturismo, devido as paisagens naturais do município, bem como sua topografia.

Vale ressaltar que a ausência dessa infraestrutura condiciona uma visível falta de segurança aos usuários, além do desestímulo da utilização do mesmo.

5.2.5.5.3 Transporte Público Coletivo

Atualmente, o município de Urubici não conta com serviço de transporte público coletivo. Porém, conta com pontos de ônibus localizados por todo o município utilizados para o transporte coletivo intermunicipal.

As linhas de transporte coletivo intermunicipal em Urubici, conforme informações disponibilizadas pelo Departamento de Transportes e Terminais - DETER (2019), ligam Urubici aos municípios vizinhos São Joaquim, Bom Retiro e Rio Rufino. Tais informações estão dispostas na tabela a seguir:

Tabela 41 - Transporte Intermunicipal De Urubici.

TRANSPORTE INTERMUNICIPAL								
Origem e destino	Linha	Origem da linha	Destino da linha	Tipo do veículo	Horário	Frequência	Tempo (min)	Tarifa (R\$)
Origem: Urubici Destino: São Joaquim	438 0	São Joaquim	Florianópolis	Rodoviário	22:30	Diário	96	21,26
	1081 0	São Joaquim	Alfredo Wagner	Rodoviário	08:37	Seg. a Sab.	96	21,43
	1081 0	São Joaquim	Alfredo Wagner	Rodoviário	16:07	Seg. a Sab.	96	21,43
Origem: Urubici Destino: Rio Rufino	784 0	Rio Rufino	Urubici	Rodoviário	10:45	Seg. a Sab.	67	12,32
	784 0	Rio Rufino	Urubici	Rodoviário	17:30	Seg. a Sab.	67	12,32
Origem: Urubici Destino: Bom Retiro	438 0	São Joaquim	Florianópolis	Rodoviário	07:36	Diário	55	13,14
	438 0	São Joaquim	Florianópolis	Rodoviário	18:06	Dom. e Fer.	55	13,14

TRANSPORTE INTERMUNICIPAL								
Origem e destino	Linha	Origem da linha	Destino da linha	Tipo do veículo	Horário	Frequência	Tempo (min)	Tarifa (R\$)
	1081 0	São Joaquim	Alfredo Wagner	Rodoviário	13:51	Seg. a Sab.	58	13,28
	1081 0	São Joaquim	Alfredo Wagner	Rodoviário	18:36	Seg. a Sab.	58	13,28

Fonte: DETER (2019)

Obs.: Os horários de trânsito são aproximados. Não está incluso o seguro facultativo nas tarifas apresentadas.

O transporte coletivo intermunicipal é fundamental para o acesso e deslocamento dos munícipes para outras cidades, especialmente para o acesso a serviços não ofertados no município. Além de ser uma alternativa ao transporte individual, sua utilização proporciona a melhoria na qualidade de vida da comunidade mediante a redução da poluição ambiental, redução de congestionamentos e acidentes de trânsito, dentre outros benefícios.

5.2.5.5.4 Transporte Público Individual – Táxis e Mototáxis

O Decreto nº 3-B, de 12 de março de 1970, dispõe sobre as normas de serviços de táxi, regulamenta os pontos de táxis, as condições para os requerentes prestarem os serviços, suas obrigações e as penalidades em casos de não cumprimento das regulamentações. Além disso, no Art. 4º determina que cada ponto terá o mínimo dois carros com proprietários distintos.

A Lei nº 24, de 04 de agosto de 1970, regula o número de táxis no município de Urubici. No Art. 1º, ficavam estabelecidas quatro veículos em dois pontos, um ponto na Praça e outro na Esquina. Vale ressaltar, que atualmente ambas aos pontos estão dentro do perímetro urbano.

O Decreto nº 13, de 20 de novembro de 1973 e a Lei nº 41, de 09 de outubro de 1974, autorizam a criação de pontos de táxi. Já a Lei nº 917, de 19 de abril de 2004 autoriza a implantação de um ponto de táxi executivo.

No ano de 2005, fica autorizada a implantação de um ponto de táxi junto à Gruta Nossa Senhora de Lourdes na localidade de Santa Terezinha, autorizado pela Lei nº 1033, de 20 dezembro de 2005. E pela Lei nº 1650, de 26 de junho de 2012, foi autorizada a implantação de um ponto de táxi no Distrito de Águas Brancas.

A regularização do serviço de transporte individual de passageiros denominando "Mototáxi" é instituída na Lei nº 1382, de 26 de novembro de 2009, onde são tratadas as condições dos veículos, dos condutores, das tarifas e outras informações, necessárias para o funcionamento da concessão do serviço.

Quanto a fixação das normas para a execução dos serviços de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel a taxímetro no município, não foram encontradas legislações vigentes, que discriminem as taxas e bandeiras existentes. Tal fato, gera falta de normatização dos preços relativos a esta modalidade de serviços, deixando os consumidores sem parâmetros de valores.

5.2.5.5.5 Transporte Privado

No município de Urubici, as regiões da Praça e Esquina possuem um fluxo de maior intensidade no uso do transporte individual motorizado, essencialmente por estas áreas contarem com grande parte dos estabelecimentos comerciais, supermercados, escolas e diversos outros polos geradores de viagens, o que acaba gerando conflitos na mobilidade urbana do município.

Mesmo sendo um município de pequeno porte e com deslocamentos relativamente curtos, as vias centrais, caracterizadas como principais, recebem a maior procura por estacionamentos públicos, devido ao considerável uso do transporte individual motorizado. Isto, também é evidenciado pelo alto número de veículos existentes do município, ao final do 2018, segundo os registros do DETRAN eram 6.888 veículos registrados no município.

Tabela 42 - Frota de veículos de Urubici no ano de 2018.

TIPO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Automóvel	3551	3551	3547	3553	3561	3568	3583	3595	3600	3610	3617	3626
Caminhão	315	314	316	317	317	316	317	314	312	306	309	306
Caminhão trator	13	13	13	14	14	14	15	15	15	15	14	14
Caminhonete	559	558	561	563	570	576	578	582	582	588	589	596
Camioneta	503	501	498	501	503	504	504	507	508	510	511	510
Micro-ônibus	28	29	30	30	30	30	30	31	31	31	30	30
Motocicleta	1256	1260	1258	1264	1269	1275	1276	1283	1281	1282	1280	1285
Motoneta	219	219	222	223	224	227	229	229	231	232	233	234
Motor-casa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ônibus	46	46	47	47	47	47	47	47	47	47	47	48
Reboque	146	148	148	150	151	152	153	155	153	157	159	159
Semi-reboque	17	17	18	18	18	19	19	19	19	19	19	19
Side-car	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Trator de rodas	3	3	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Triciclo	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Utilitário	47	45	44	45	45	46	46	46	47	48	51	52
Total	6708	6709	6711	6734	6758	6783	6806	6832	6835	6854	6868	6888

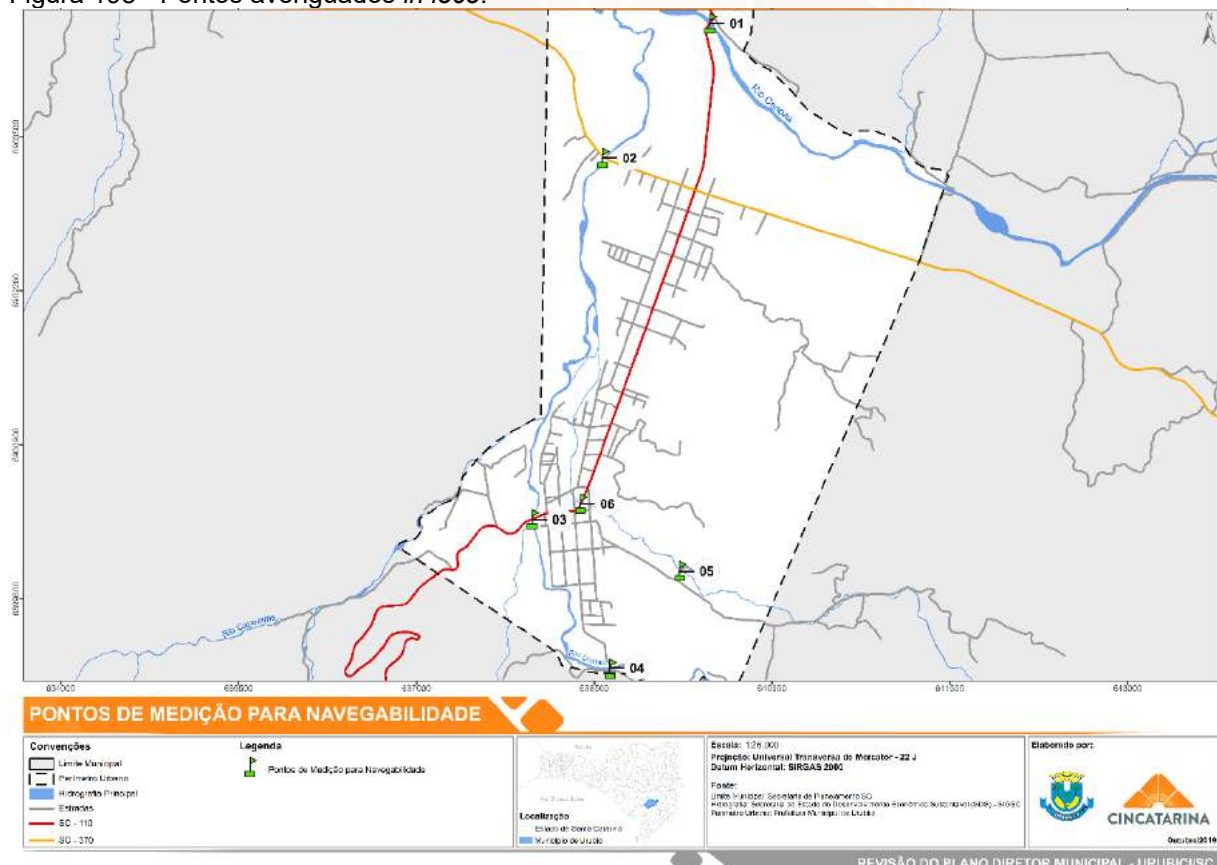
Fonte: DETRAN (2018)

No geral, percebemos que atualmente no município, o modal motorizado é prioridade e os deslocamentos a pé e por bicicleta não são estimulados tanto quanto deveriam, seja no quesito infraestrutura de passeios ou de malha, ou na atratividade dos caminhos percorridos, com arborização, locais de convivência e descanso e demais mobiliários urbanos.

5.2.5.6 Navegabilidade dos cursos d'água

Avaliaremos a navegação fluvial nos principais cursos d'água de Urubici, especificamente do Rio Canoas, Rio Urubici e Rio Riacho, todos localizados na área urbana do município. Para a averiguação da navegabilidade nos cursos d'água foram realizadas vistorias *in loco*, com medições e registros fotográficos em 6 pontos diferentes, dispostos na Figura 198.

Figura 198 - Pontos averiguados *in loco*.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Os dados levantados *in loco*, são apresentados na Tabela 43, que segue a seguir:

Tabela 43 - Medições nos cursos d'água de Urubici.

PONTO	1	2	3	4	5	6
Localização	SC - 110	SC-370	SC-110	Rua Boanerges Pereira de Medeiros	Próxima a Rua Pedro Custódio	Avenida Adolfo Konder
Curso d'água	Rio Canoas	Rio Urubici	Rio Urubici	Rio Urubici	Rio Riacho	Rio Riacho
Profundidade aproximada da lâmina d'água (m)	1,00	0,50	1,00	0,40	0,20	0,20
Largura do rio (m)	36,50	13,70	16,00	18,50	4,40	7,00
Comprimento aproximado da ponte (m)*	65,00	25,00	16,00	19,00	6,00	7,50
Altitude aproximada (m)	895,00	894,00	919,00	930,00	945,00	917,00
Observações	-	-	Sentido São Joaquim	Sentido Caminho do Baiano	Pinguela	-

Fonte: CINCATARINA (2019)

* Medição realizada por meio das imagens do Google Earth (2018)

No ponto 01, nos deparamos com o Rio Canoas, localizado ao norte da área urbana, possui largura de leito aproximada de 36,50 m e profundidade de lâmina d'água média de 1,00 m, como pode-se observar nas Figura 199 a Figura 201. Deve-se ressaltar que a vazão do rio se modifica de acordo com a estação da chuva, conseqüentemente, alterando largura do leito e profundidade da lâmina d'água do mesmo.

Neste ponto localiza-se uma ponte, cuja as dimensões tornam-se um impeditivo para a navegação continua de embarcações de médio e grande porte, porém, embarcações de pequeno porte, podem circular por este trecho do rio, com diversas finalidades, como exploração turística, práticas esportivas, pesca, dentre outras atividades que se adequem a infraestrutura do local.

Figura 199 – Levantamento de Navegabilidade - Ponto 01.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 200 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 01.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 201 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 01.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Os pontos 02, 03 e 04, referem-se ao Rio Urubici, com prolongamento do sentido norte-sul, conforme pode-se observar na Tabela 43. As dimensões de largura de leito e profundidade do Rio Urubici, variam de acordo com as condicionantes físicas. No ponto 04, a profundidade de lâmina d'água é aproximadamente de 0,40 m, já o ponto 03 apresenta uma lâmina d'água com média de 1,00 m.

A navegabilidade no Rio Urubici, é condicionada pela travessia urbana e infraestruturas inerentes, tais como, pontes e edificações, nas Figura 202 a Figura 209, são observados os aspectos físicos e as 3 pontes existentes, as quais são essenciais para os deslocamentos e acessos a área urbana, como ponte da SC-110 (Figura 205 a Figura 207), no sentido do município de São Joaquim. Os trechos urbanos do Rio Urubici, aferidos não comportam deslocamentos sobre seu leito, entretanto, isto não é impeditivo para práticas de atividades esportivas, pesca e atividades que se adéquam a infraestrutura existente no local.

Figura 202 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 02.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 203 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 02.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 204 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 02.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 205 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 03.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 206 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 03.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 207 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 03.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 208 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 04.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 209 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 04.



Fonte: CINCATARINA (2019)

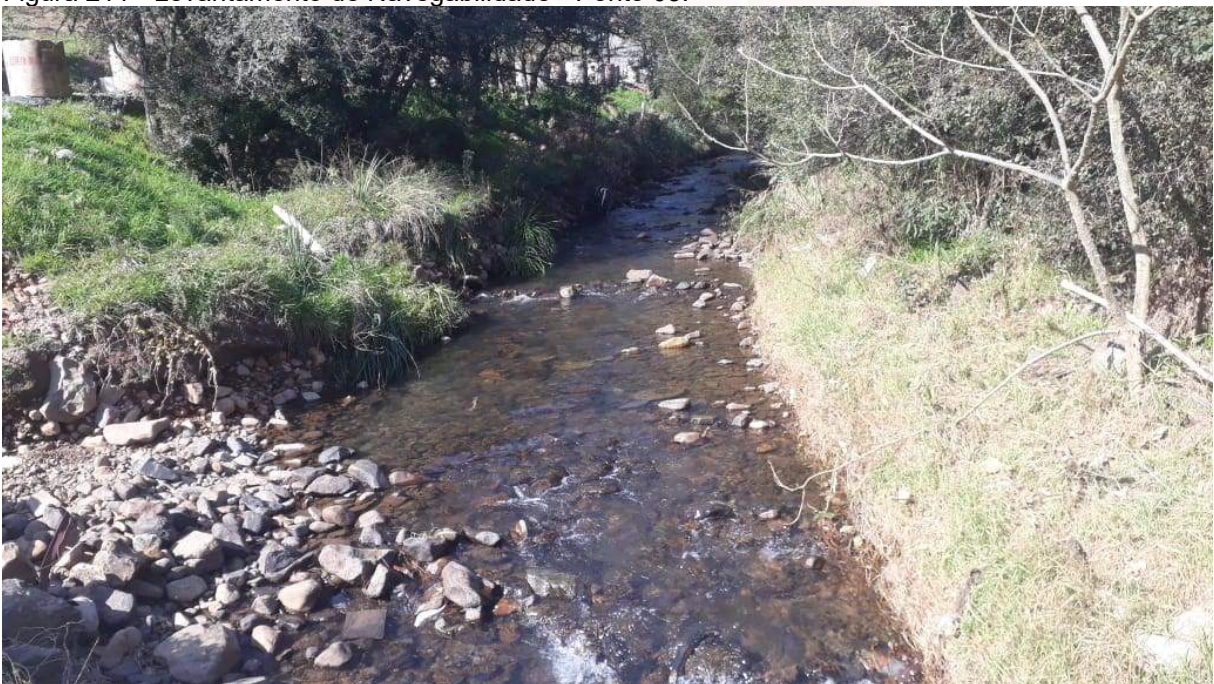
O Rio Riacho, averiguado nos pontos 05 (Figura 210 e Figura 211) e 06 (Figura 212 e Figura 213), é afluente do Rio Urubici e seus aspectos físicos interferem como impeditivos a navegabilidade, especialmente seu pequeno porte e leito com fundo rochoso, além disso, sobre seu prolongamento são encontradas pontes, pinguelas e trechos canalizados.

Figura 210 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 05.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 211 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 05.



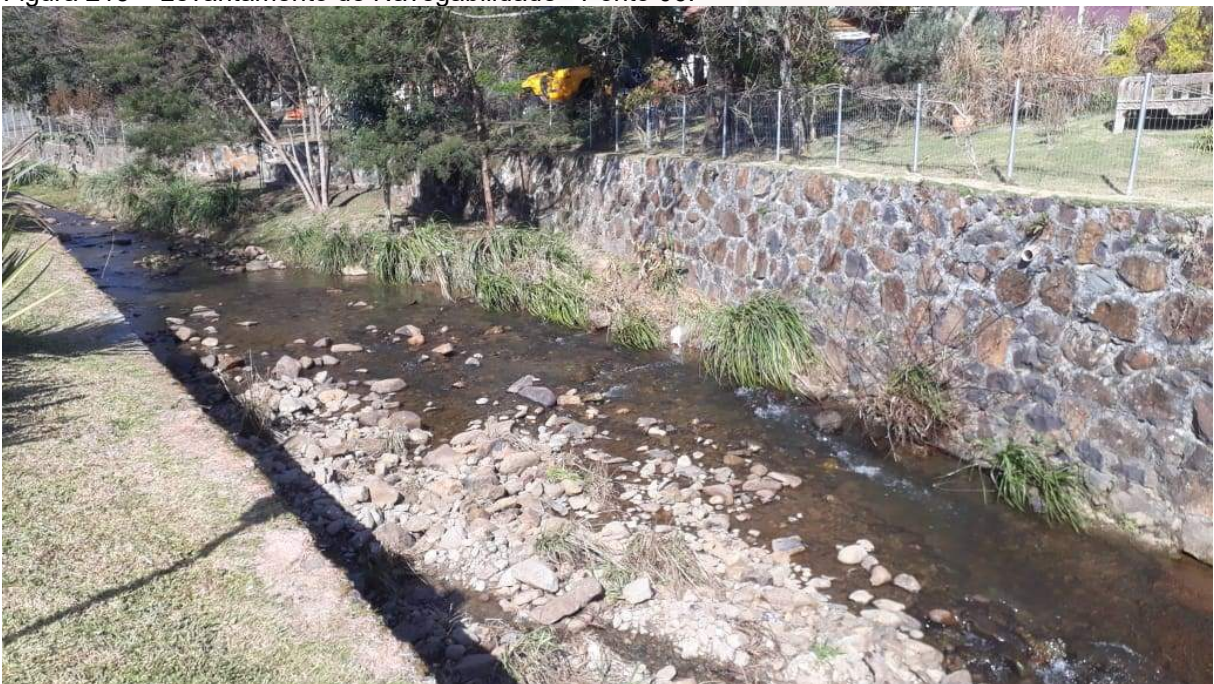
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 212 - Levantamento de Navegabilidade - Ponto 06.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 213 – Levantamento de Navegabilidade - Ponto 06.



Fonte: CINCATARINA (2019)

O transporte fluvial representa um serviço vital para promoção da mobilidade urbana, tendo em vista que a utilização desse recurso desafogaria as malhas urbanas e demais modais de transporte, além de tratar-se de uma modalidade transporte sustentável. Entretanto, somente o Rio Canoas dos três rios averiguados é passível para navegação fluvial, no entanto de pequeno porte. Cabe salientar, que navegação fluvial no Rio Canoas possa ser caracterizada por práticas esportivas, lazer e pesca.

CAPITULO II – LEITURA COMUNITÁRIA

O plano diretor é um instrumento básico da política de planejamento e desenvolvimento urbano, ou seja, seu objetivo é organizar o crescimento e o funcionamento da cidade como um todo, incluindo áreas rurais e urbanas. É uma lei municipal que deve ser discutida com todos os segmentos da população, é a forma de planejar o território, ocupar os espaços e prever a localização das atividades, garantindo melhores condições aos moradores.

O plano diretor conta com algumas etapas, a primeira é a Leitura Técnica, a qual conta com indicadores socioeconômicos e análise de dados por uma equipe técnica capacitada e a segunda, a Leitura Comunitária que busca fazer uma leitura da realidade local através da participação popular, ou seja, faz com que as pessoas que vivem na cidade olhem para o seu cotidiano de uma forma coletiva. Para que seja efetiva essa etapa deve-se realizar mobilizações, reuniões e materiais informativos de fácil linguagem.

Nesse capítulo se fará o relato da leitura comunitária, envolvendo diferentes eventos: Palestra Técnica, Reuniões Comunitárias, Formulários da Leitura Comunitária e Contribuições por e-mail. Cabe destacar, que o intuito do presente relatório é manter a plena transparência no processo de Revisão do Plano Diretor, bem como demonstrar a efetiva participação popular no Planejamento Urbano do município de Urubici.

6 METODOLOGIA

A metodologia apresentada foi elaborada de acordo com os estudos realizados pelos técnicos do CINCATARINA, incorporado às diversas técnicas utilizadas no planejamento urbanístico. Busca tornar o processo de revisão mais efetivo e dinâmico visando à participação popular e de membros da sociedade civil, respeitando os princípios fundamentais do planejamento integrado: conhecer, compreender, julgar e intervir.

Para confecção desta Leitura Comunitária, optou-se pelo cruzamento de dados recolhidos durante reuniões comunitárias, palestra técnica e formulários físicos e online, compilando as informações em tabelas e textos. Por conseguinte, este documento constitui uma memória das atividades realizadas, com os técnicos da comissão de revisão do plano diretor, os quais representam as diversas entidades e órgãos participantes, bem como da comunidade presente nas audiências e reuniões comunitárias.

Neste sentido, vale ressaltar que os documentos constituintes deste relatório englobam a visão da comunidade, assim como a dos técnicos do município e da comissão de revisão. Valendo-se que todo o material produzido, fornecerá uma gama de conhecimento que irá auxiliar nas tomadas de decisões e/ou argumentações necessárias ao processo de construção das próximas etapas do processo de revisão.

A documentação que segue nos APÊNDICE A, APÊNDICE B e ANEXO A, contemplam a publicação em diário oficial dos decretos que regulamentam o processo participativo de revisão do plano diretor no município de Urubici e nomeiam as comissões que fazem parte do processo.

Cabe ainda, destacar que o intuito deste material é manter a plena transparência nos processos, bem como demonstrar a efetiva participação popular no Planejamento Urbano do município de Urubici.

7 PALESTRA TÉCNICA

Esta etapa busca capacitar os agentes envolvidos no processo de revisão do Plano Diretor, além de coletar dados do Município, dando início ao conhecimento e reconhecimento dos temas a serem estudados.

A Palestra Técnica, é um evento consultivo e deliberativo direcionado aos integrantes das comissões de revisão do Plano Diretor, comissão técnica, membros do poder executivo, bem como a população em geral, como forma de capacitação baseado no conhecimento e entendimento da realidade municipal, além de propostas para ações que irão compor a revisão do Plano Diretor.

Na palestra técnica realizada no dia 12 de julho de 2019, com início às 10h00min, participaram os membros representantes da sociedade civil, sendo eles: comissão de revisão do Plano Diretor, comissão técnica, membros do poder executivo, bem como a população em geral, totalizando 07 (sete) participantes.

A equipe do CINCATARINA contou com a interlocução da Prefeitura Municipal de Urubici para as atividades de divulgação e articulação do espaço de realização do evento.

A programação do evento ocorreu primeiramente com a apresentação dos temas e posteriormente foi elaborado uma dinâmica de grupo através de leitura interativa, com aplicação de questionário. Durante a realização, buscou-se compreender os anseios de cada participante no que tange a cidade almejada.

Os assuntos explanados pela equipe técnica do CINCATARINA no dia do evento foram:

- Conexões e segurança: tratando dos temas, uso do solo e a maneira como sua diversificação pode melhorar a qualidade de vida da população, os benefícios das fachadas ativas, bem como a imagem da cidade de acordo com a tipologia em que está inserida e o seu impacto sobre o desenho urbano;
- Espaços públicos: neste item foram discutidos temas relacionados aos passeios públicos, arborização e sua contribuição para a qualidade do ar, amenização da temperatura no verão e manutenção da biodiversidade, bem como a importância do mobiliário urbano e a maneira como ambos influenciam na qualidade de vida da população;
- Mobilidade: foram debatidos temas relacionados ao transporte público e aos meios de transporte alternativos, como a bicicleta. Bem como a acessibilidade das calçadas e vagas eficientes para veículos;

- Cultura e lazer: abordaram-se temas referentes ao patrimônio cultural e sua importância na história do município. Além dos relacionados ao lazer, como praças, parques e ambientes convidativos devidamente sombreados, iluminados com mobiliário urbano, pista de caminhada e atrativos coletivos.

Ainda foram explanadas as etapas do diagnóstico técnico e a estrutura metodológica de trabalho que será realizada, bem como a cidade que o Plano Diretor fomenta e a importância da participação pública. Os materiais apresentados no evento, bem como ata (APÊNDICE C), lista de presença (APÊNDICE D), e registros fotográficos (Figura 214 e Figura 215), estão dispostos nas figuras a seguir:

Figura 214 - Fotos – Palestra Técnica.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 215 – Palestra Técnica.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 216 - Slides da Palestra Técnica – Slide 1 e 2.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 217 - Slides da Palestra Técnica – Slide 3 e 4.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 218 - Slides da Palestra Técnica – Slide 5 e 6.

CIDADE PARA AS PESSOAS

USO MISTO
Mesclar o uso residencial com trabalho e comércios proporciona distâncias mais curtas, atraindo pessoas a transitar no local, transformando assim, o ambiente em um espaço convidativo e seguro em todos os períodos do dia.

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 219 - Slides da Palestra Técnica – Slide 7 e 8.

CIDADE PARA AS PESSOAS

USO MISTO

EXEMPLO NEGATIVO

EXEMPLO POSITIVO

CIDADE PARA AS PESSOAS

IMAGEM DA CIDADE

A imagem da cidade deve ornar com a tipologia que está inserida. O Impacto sobre o desenho urbano está ligado ao seu dimensionamento e no que é permitido construir.

Mesma m² construído, porém com gabaritos e tamanhos de lotes diferentes.

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 220 - Slides da Palestra Técnica – Slide 9 e 10.

CIDADE PARA AS PESSOAS

IMAGEM DA CIDADE

CIDADE PARA AS PESSOAS

IMAGEM DA CIDADE

EXEMPLOS NEGATIVOS

EXEMPLO POSITIVO

Qual tamanho do lote ideal?
Gabarito ideal?
Recuos?
Paredes cegas?

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 221 - Slides da Palestra Técnica – Slide 11 e 12

CIDADE PARA AS PESSOAS

CONEXÕES E SEGURANÇA

FACHADAS ATIVAS

FACHADAS ATIVAS

O contato visual entre o interior das edificações e a rua aumenta a sensação de segurança e a circulação de pedestres.



CIDADE PARA AS PESSOAS

FACHADAS ATIVAS

EXEMPLO NEGATIVO

EXEMPLO POSITIVO



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 222 - Slides da Palestra Técnica – Slide 13 e 14.

CIDADE PARA AS PESSOAS

FACHADAS ATIVAS

EXEMPLO NEGATIVO

EXEMPLO POSITIVO



CIDADE PARA AS PESSOAS

ESPAÇOS PÚBLICOS

CALÇADAS

Calçadas amplas, com espaço para vegetação e mobiliário urbano, permitem que mais pessoas estejam e permaneçam na rua.



PADIA DE SERVIÇO | PÁDIA LIVRE | PÁDIA DE ACESSO

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 223 - Slides da Palestra Técnica – Slide 15 e 16.

CIDADE PARA AS PESSOAS

ESPAÇOS PÚBLICOS

EXEMPLOS NEGATIVOS



CIDADE PARA AS PESSOAS

ESPAÇOS PÚBLICOS

EXEMPLOS POSITIVOS



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 224 - Slides da Palestra Técnica – Slide 17 e 18.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 225 - Slides da Palestra Técnica – Slide 19 e 20.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 226 - Slides da Palestra Técnica – Slide 21 e 22.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 227 - Slides da Palestra Técnica – Slide 23 e 24.

CIDADE PARA AS PESSOAS

TRANSPORTE PÚBLICO E MEIOS ALTERNATIVOS

O transporte público conecta e integra as partes mais distantes da cidade, sendo uma ótima solução para desafogar o trânsito nas principais vias.

Assim como a diversificação do solo, o uso da bicicleta traz maior energia às ruas, sendo uma alternativa eficiente e sustentável de se deslocar.

CIDADE PARA AS PESSOAS

MOBILIDADE

ACESSIBILIDADE

Proporciona o direito de ir e vir de pessoas com mobilidade reduzida.

EXEMPLOS NEGATIVOS

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 228 - Slides da Palestra Técnica – Slide 25 e 26.

CIDADE PARA AS PESSOAS

MOBILIDADE

EXEMPLOS POSITIVOS

CIDADE PARA AS PESSOAS

MOBILIDADE

VAGAS DE VEÍCULOS

Deve-se pensar no fluxo e em sua forma, estipulando a quantidade de vagas preferenciais e comuns.

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 229 - Slides da Palestra Técnica – Slide 27 e 28.

CIDADE PARA AS PESSOAS

MOBILIDADE

VAGAS DE VEÍCULOS

Existem várias tipologias, pensar e planejar o desenho de vagas para veículos na cidade é fundamental.

CIDADE PARA AS PESSOAS

CULTURA E LAZER

PATRIMÔNIO CULTURAL

São edificações, locais e tradições que contam a história da região. A preservação do patrimônio da cidade é fundamental para a memória coletiva, e torna a cidade singular.

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 230 - Slides da Palestra Técnica – Slide 29 e 30.

CIDADE PARA AS PESSOAS

CIDADE PARA AS PESSOAS

EXEMPLO POSITIVO

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 231 - Slides da Palestra Técnica – Slide 31 e 32

CIDADE PARA AS PESSOAS

CULTURA E LAZER

AMBIENTES CONVITATIVOS

Praças, parques e locais de convívio no entorno da cidade trazem permanência e qualidade de vida para os moradores.

CIDADE PARA AS PESSOAS

CULTURA E LAZER

EVENTOS COMUNITÁRIOS

Eventos comunitários que envolvam a comunidade como feira de orgânicos, festas de tradições e comidas típicas, trazem identidade para o local além da interação e participação da população.

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 232 - Slides da Palestra Técnica – Slide 33 e 34.

PLANO DIRETOR

QUAL CIDADE QUEREMOS?

PLANO DIRETOR

CONTRIBUIÇÃO DA SOCIEDADE

Tem como premissa a identificação de suas potencialidades e deficiências, dentro do município, sendo a base da construção que norteará o desenvolvimento da cidade.

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 233 - Slides da Palestra Técnica – Slide 35.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Certamente o envolvimento, através da participação na palestra, é de grande valia durante o processo de revisão do Plano Diretor do município de Urubici, pois há uma troca técnica de informações e discussões sobre as perspectivas futuras do município. Estas contribuições encontram-se registradas nos questionários aplicados, os quais são insumo essencial para as próximas etapas dos trabalhos de revisão do Plano Diretor.

7.1 Questionários

Os questionários aplicados aos presentes na Palestra Técnica, visam o entendimento da cidade ideal, vista pelo olhar dos técnicos, por meio de imagens, conceitos e proporções. Foram aplicados num total de 7 (sete) questionários, com 8 (oito) perguntas.

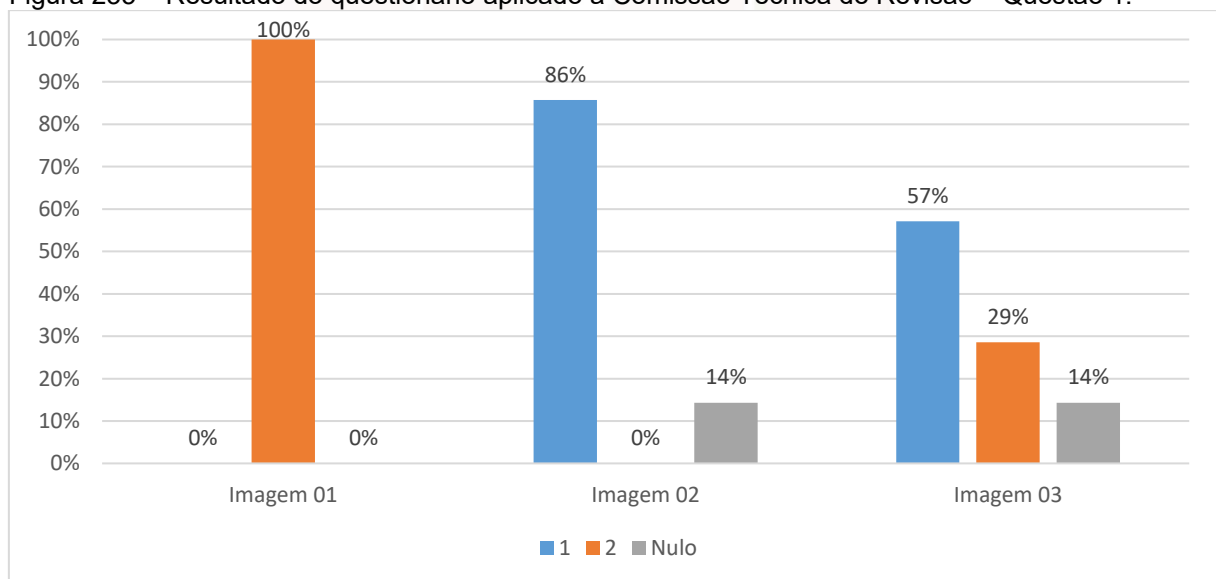
Na Figura 234, temos conceitos de imagens a respeito de ventilação e insolação dos edifícios, averiguando as escolhas dos técnicos, percebe-se a identificação com modelos que ofereçam melhor condicionamento térmico, diversificação de volume, maior quantidade de espaços verdes e áreas com médio a baixo adensamento ocupacional. As respostas, na Figura 235, demonstram que a primeira imagem apresentada obteve 100% de aprovação no item 2, na segunda imagem o item 1 obteve 86% votos e na última imagem o item 1 alcançou 57% votos.

Figura 234 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 1.

1 - As edificações devem respeitar a topografia e a cultura da cidade. Também é importante considerar a ventilação e insolação dos edifícios. Portanto, marque dentro de cada imagem, entre as opções 1 e 2, o que mais se adequa ao que você gostaria de ver na sua cidade:

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 235 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 1.

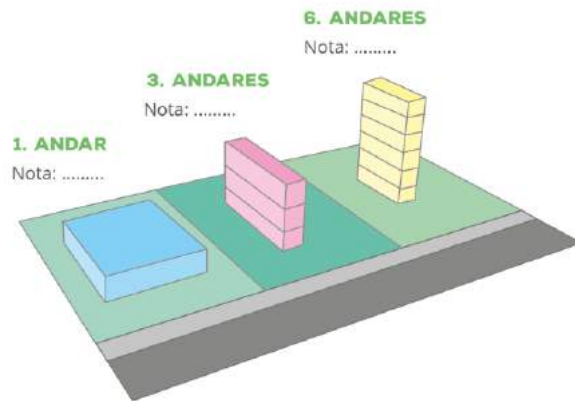


Fonte: CINCATARINA (2019)

A questão 2, que engloba as questões 2.0, 2.1, 2.2 e 2.3, busca compreender as dimensões de gabarito, frente de terreno e aplicação ou não de paredes cegas em divisas. Para a disposição da área construída sobre um terreno (Figura 236 e Figura 237), entendeu-se como mais favorável o modelo com três andares, no entanto, é considerável a diferente opinião dos respondentes, necessitando-se uma diversificação de modelos.

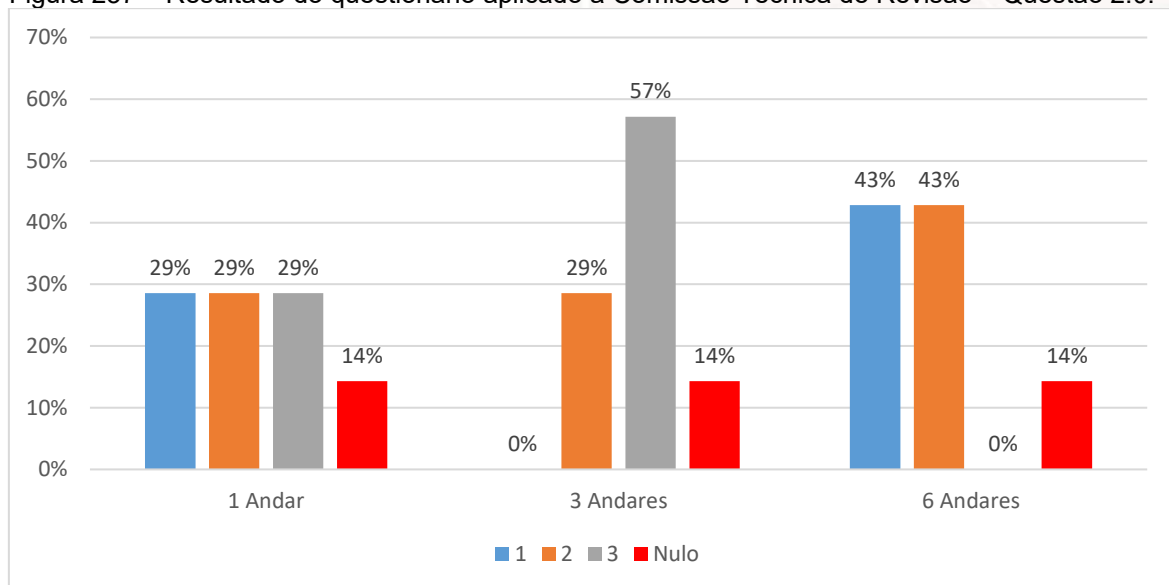
Figura 236 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 2.0.

2.0 - Nos três formatos, temos a mesma área construída e o mesmo terreno.
Ordene de 1 a 3 sendo 1 intolerável e 3 desejável.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 237 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 2.0.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Segundo maior parte dos técnicos, a frente mínima favorável para terrenos (Figura 238 e Figura 239), seria de 10,00 metros.

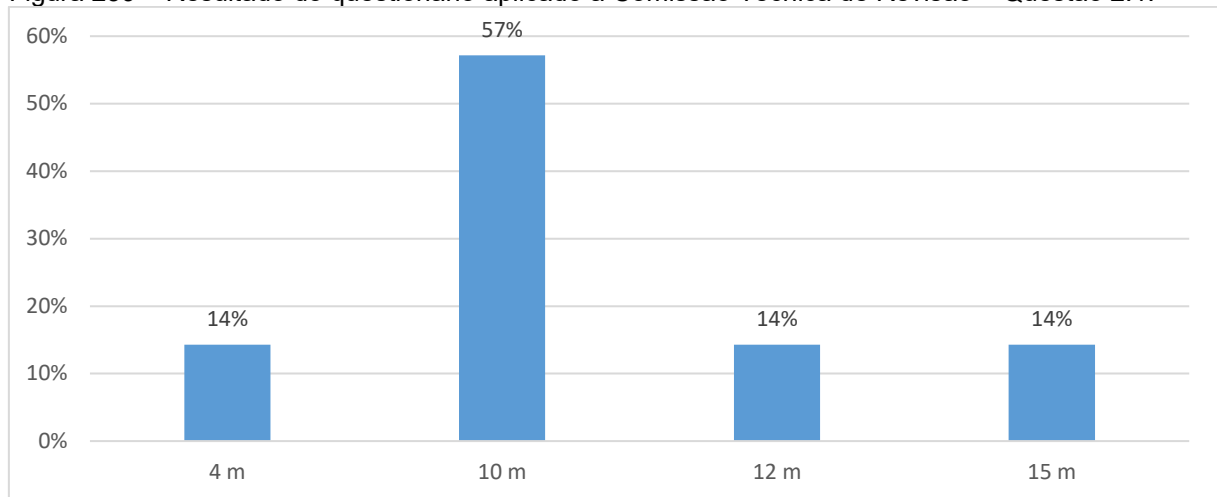
Figura 238 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 2.1.

2.1 - A frente do terreno deve ter qual medida mínima?



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 239 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 2.1.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Já em relação às divisas cegas (Figura 240 a Figura 242), 57% dos questionados optam pela utilização das paredes cegas nas divisas laterais, todavia, nas divisas frontais 100% dos respondentes concordaram em não se utilizar dela.

Figura 240 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questões 2.2 e 2.3.

2.2 - Para você, deve ser permitido construir na divisa com o vizinho (parede cega)?

2.3 - Para você, deve ser permitido construir parede cega de frente para a rua?



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 241 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 2.2.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 242 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 2.3.



Fonte: CINCATARINA (2019)

A questão 3 (Figura 243 e Figura 244) pauta a respeito da utilização dos passeios, primeiramente questionou-se sobre o emprego de rampas nos passeios de acesso aos lotes, sendo desaprovada por 86% participantes, para utilização dos passeios para tais fins.

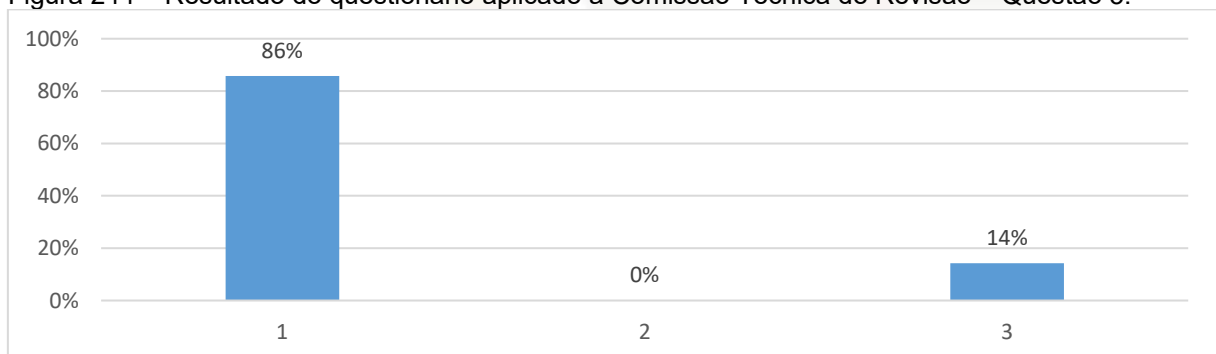
Figura 243 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 3.

3 - Na cidade todos tem o direito de ir e vir. Observando a imagem ao lado, percebemos que cada acesso de veículo utilizou a calçada como sua rampa particular. No seu ponto de vista, que nota de 1 a 3, você dá para essa imagem, sendo 1 para intolerável e 3 para desejável:



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 244 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 3.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Posteriormente, na questão 4 (Figura 245 e Figura 246), questionou-se disposição de mostruários de lojas em passeios, o qual fora desaprovado por 71%

participantes. A existência de espaços para disposição de mesas, com faixa livre para pedestres e piso direcional é identificada como positiva por todos. A implantação do mobiliário urbano com acessibilidade devida é considerada adequada por 86% participantes. Em relação à instalação e dimensões de toldos sobre passeios, 86% dos respondentes acreditam que os toldos possam avançar na totalidade das calçadas. Já sobre os toldos avançarem a dimensão 1/3 das calçadas, 57% questionados acreditam ser desejável sua aplicação em tal dimensão. Já a padronização das calçadas em toda a cidade, foi apontada como necessária por 100% os respondentes.

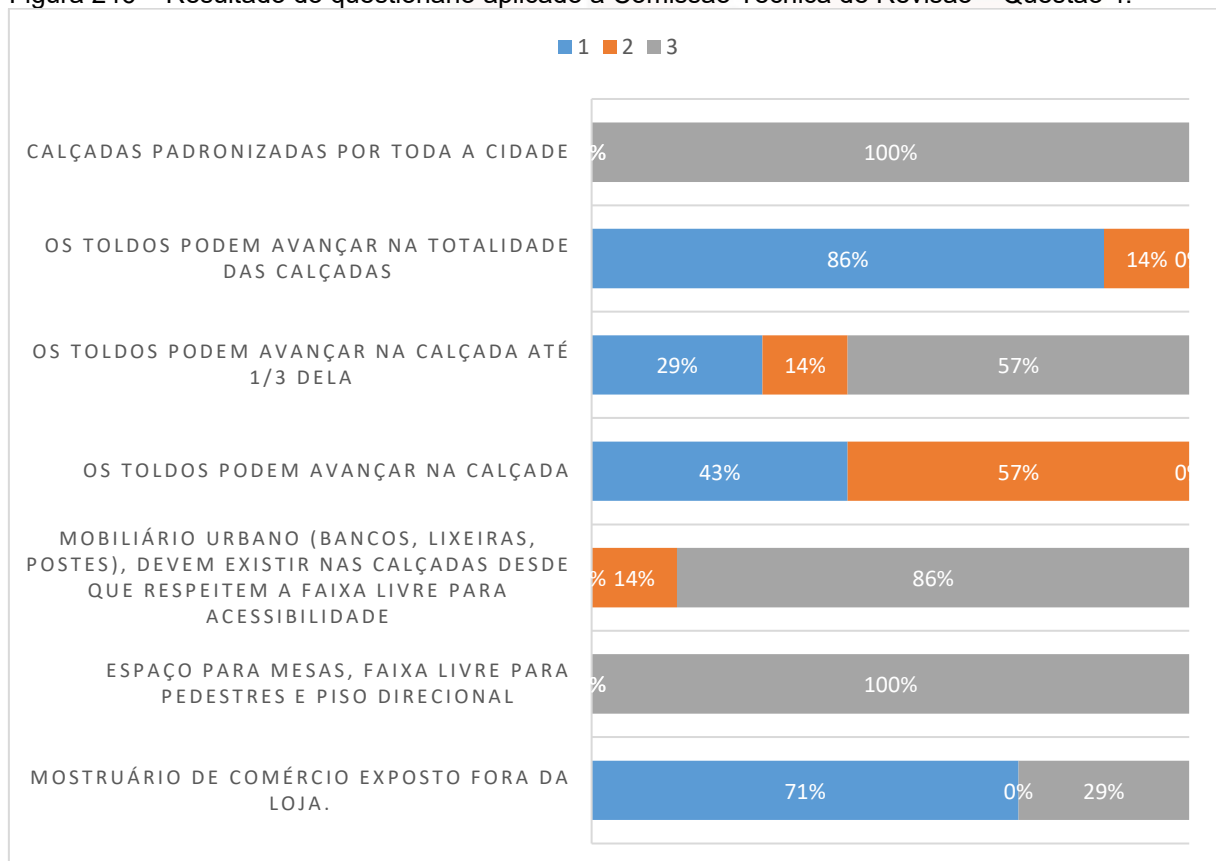
Figura 245 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 4.

4 - O uso misto, comercial e residencial fomenta a segurança da localidade pois oxigena a vida em diversos horários. No seu ponto de vista, assinale as opções abaixo, sendo 1 para intolerável e 3 para desejável.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 246 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 4.

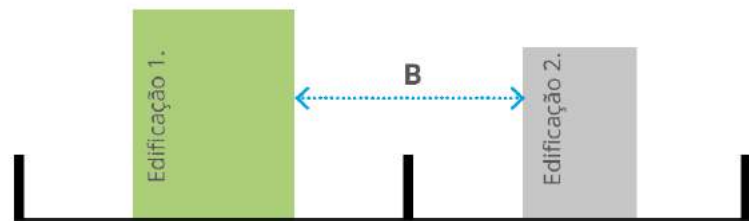


Fonte: CINCATARINA (2019)

Na Figura 247 e na Figura 248, referentes a questão 5, são averiguadas as dimensões apropriadas para recuos laterais e fundos, os quais interferem diretamente no condicionamento térmico das edificações, os entrevistados apontaram dimensões diversificadas, não havendo concordância.

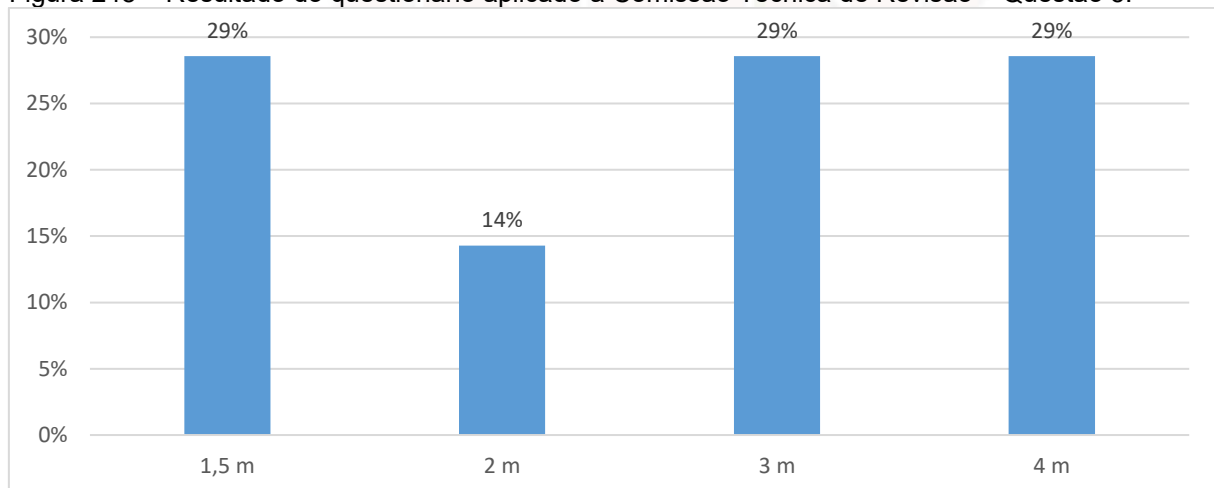
Figura 247 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 5.

5 - Analisando a insolação e ventilação desejada para sua cidade e levando em consideração que atualmente, os recuos laterais e fundos são de 1,50 metros, responda:



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 248 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 5.

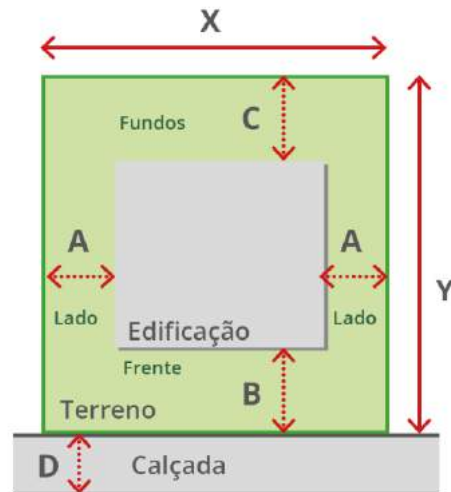


Fonte: CINCATARINA (2019)

Seguindo para a questão 6, na Figura 249 e na Figura 250, são averiguados os aspectos de recuos frontais, laterais e fundos, testada e profundidade dos lotes, e a largura ideal para calçadas. A dimensão de frente de lotes apontada como ideal, por 86% parte entrevistados foi de 12,00 m. Na profundidade, também houve consenso no valor de 25,00 m. É necessário ressaltar a necessidade de diversificação nas dimensões mínimas dos lotes, especialmente devido as diferentes necessidades de uso do solo. Os valores para os recuos frontais, laterais e de fundos foram questionados, não havendo consenso em relação às dimensões apropriadas para os mesmos. O tamanho mínimo para as calçadas apontadas por 57% dos participantes foi de 2,00 m.

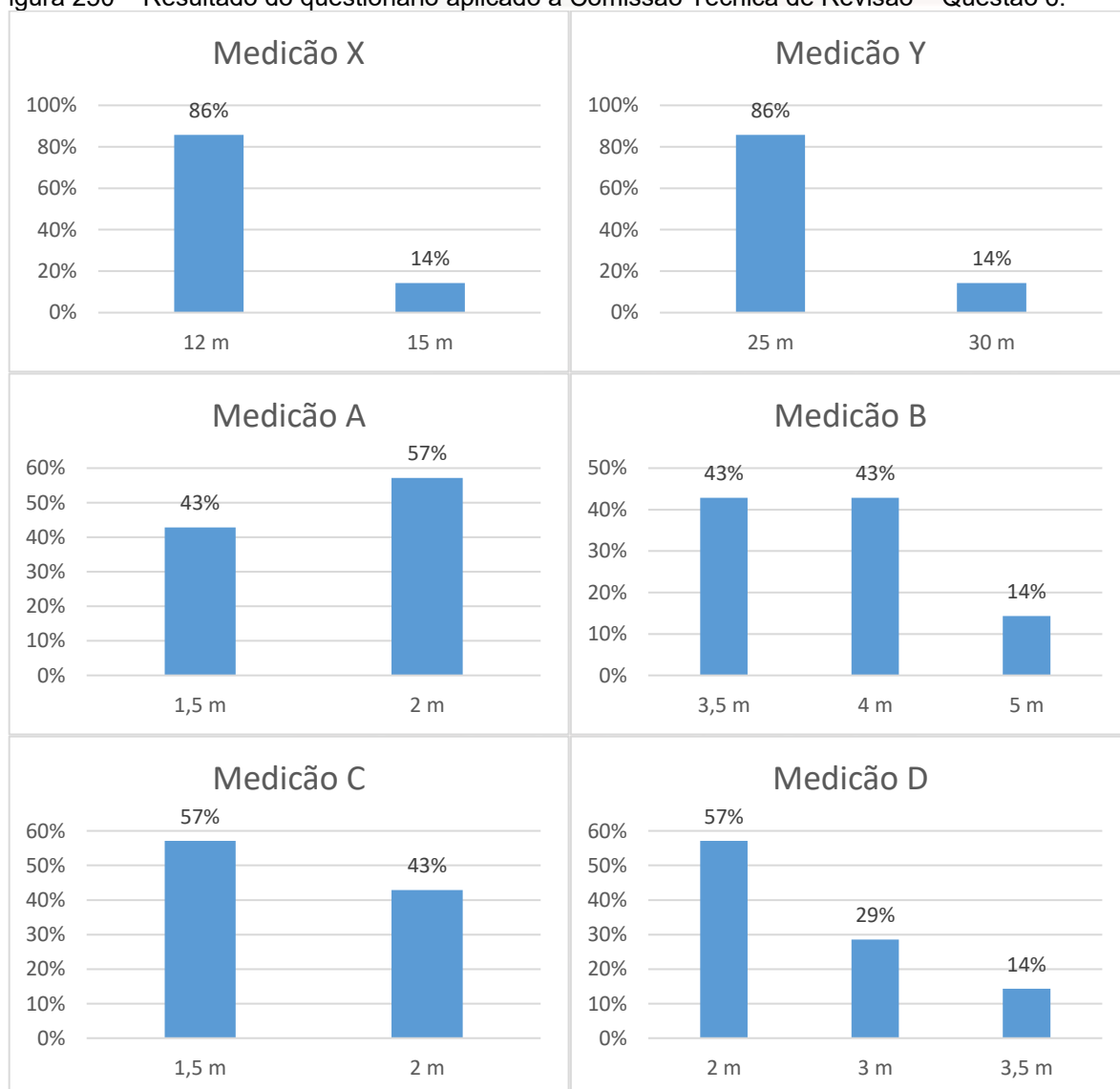
Figura 249 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 6.

6 - Atualmente a maioria dos lotes urbanos possui as seguintes diretrizes: tamanho mínimo de lote urbano de 360,00m², frente mínima de 12,00 metros, com recuo frontal de 3,50 metros e recuo lateral e fundos de 1,50 metros.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 250 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 6.

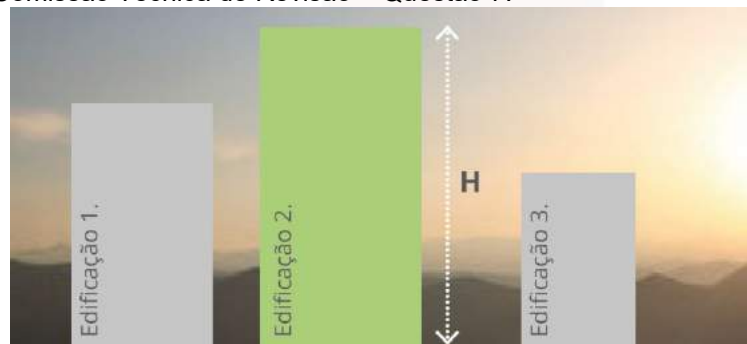


Fonte: CINCATARINA (2019)

A questão 7 (Figura 251), visa identificar a altura ideal das edificações pela visão dos membros da comissão técnica, cujos valores identificados estão dispostos na Figura 252, sendo preferencial a altura de 6 pavimentos por 43% dos entrevistados, entretanto, os demais membros apresentaram respostas com valores diversos, notando-se a necessidade de diversificação de altura de edificações.

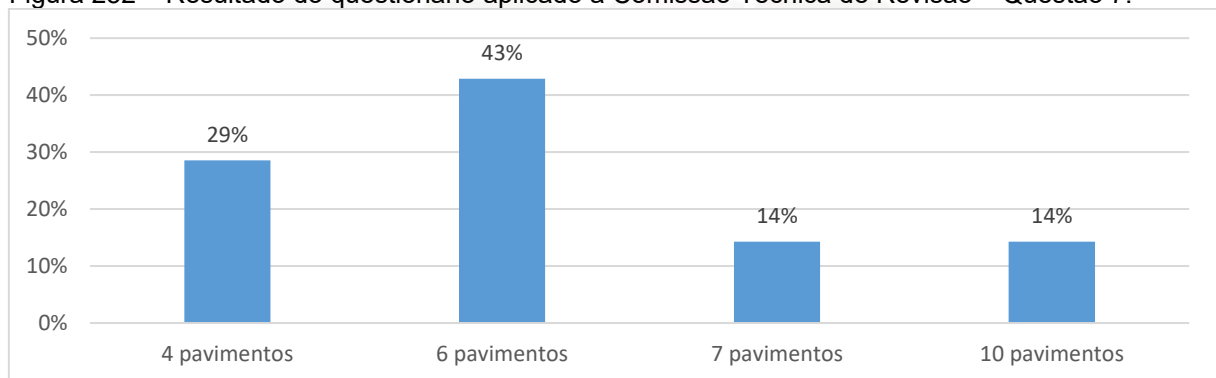
Figura 251 - Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 7.

7 - A paisagem da cidade é composta por diversas volumetrias, as quais devem ornar com a cidade em que estão inseridas. Em sua opinião, qual é o número máximo de pavimentos “H” que você julga ideal para a cidade?



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 252 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 7.

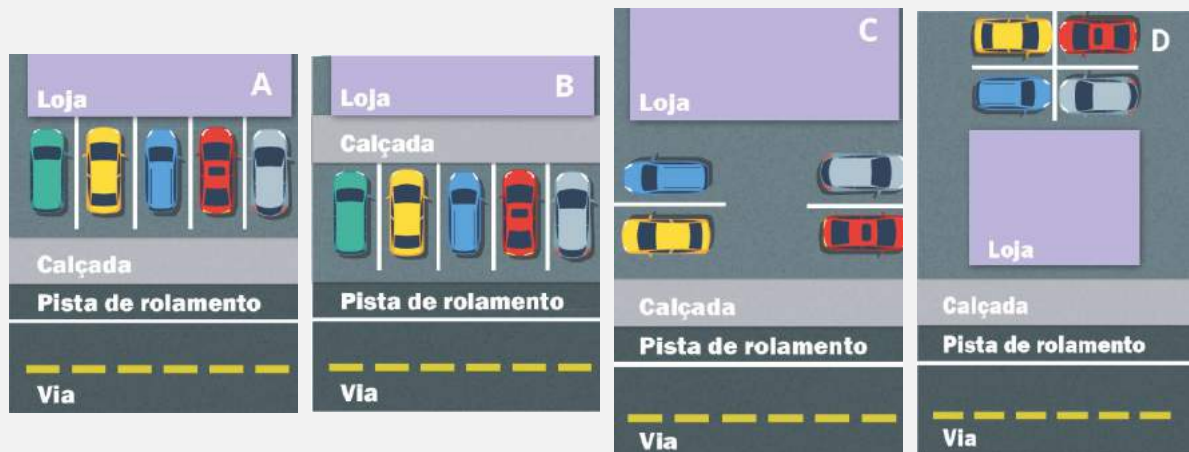


Fonte: CINCATARINA (2019)

A questão 8 (Figura 253 e Figura 254) apresenta a relação da disposição de passeios e estacionamentos. O modelo A, demonstra estacionamentos no alinhamento predial com rebaixo total do passeio, tal modelo foi considerado intolerável para 86% participantes, havendo tendência para a não utilização do mesmo. O modelo B, apresenta os estacionamentos inseridos diretamente nas vias, com passeios livres para pedestres, com preferência de 43% dos respondentes. O modelo C, apresenta a utilização da parte frontal do lote como estacionamento, sem rebaixo total do passeio, o qual não obteve aquiescência dos respondentes. O modelo D, com estacionamentos aos fundos de lotes, é considerada desejável por 71% dos questionados.

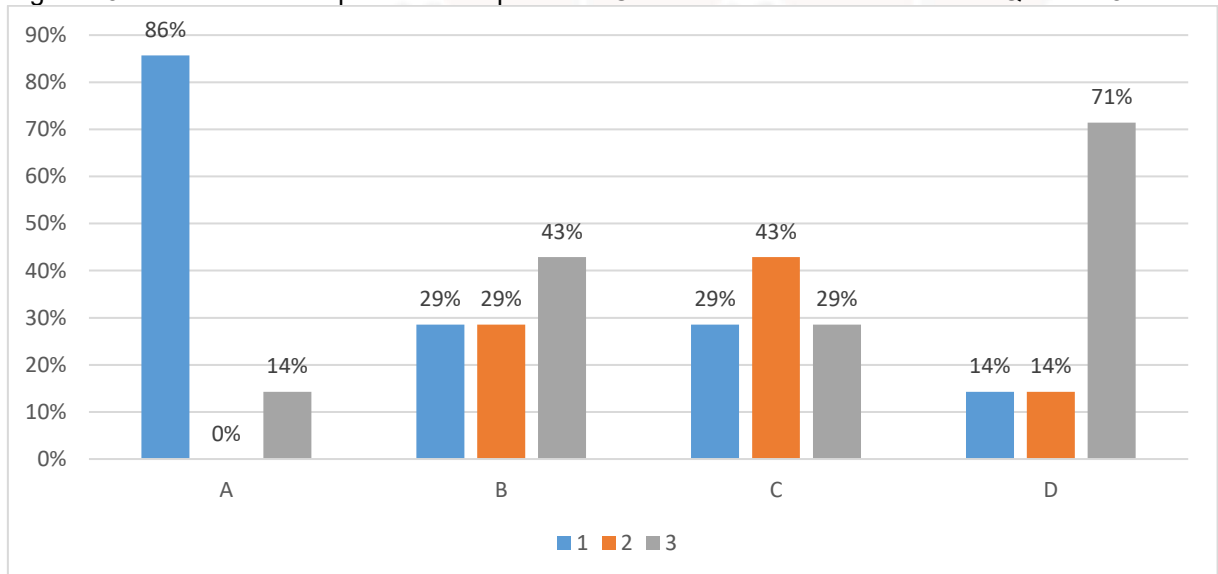
Figura 253 – Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 8.

8 – Observe as imagens abaixo e pontue de 1 a 3 cada uma delas. Sendo 1 para intolerável e 3 para desejável.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 254 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 8.



Fonte: CINCATARINA (2019)

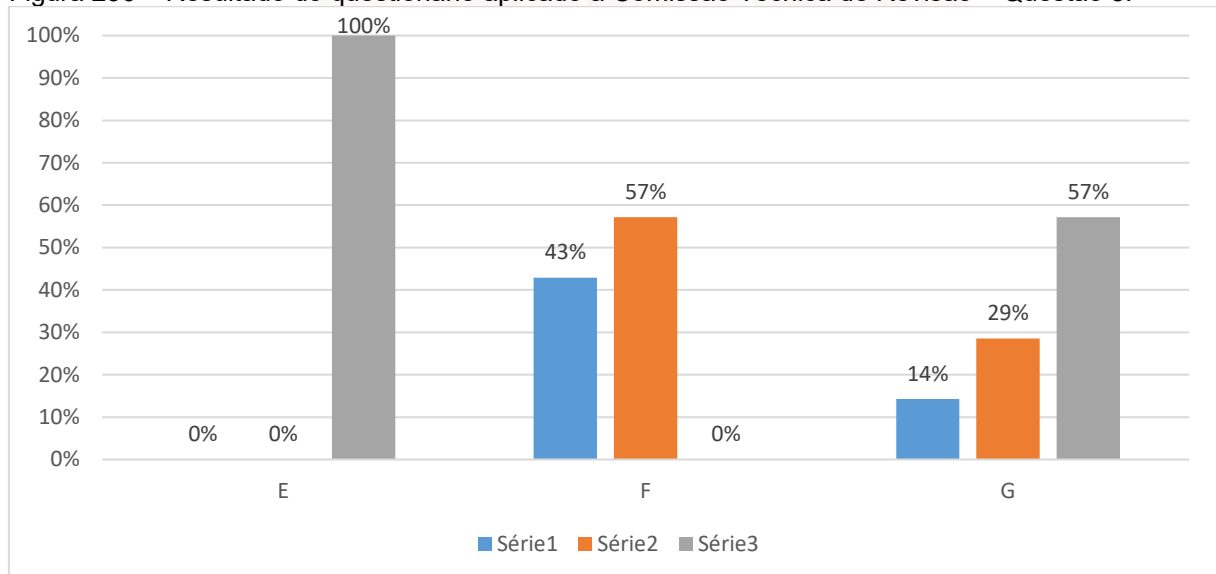
Na continuação da questão 8, na Figura 255 e na Figura 256, foram apresentadas três tipologias de vias, sendo que a primeira imagem obteve 100% de aprovação da comissão técnica de revisão do Plano Diretor do município, onde a via apresentada oferece preferência para circulação de pedestres, a vegetação é apropriada ao porte do passeio e circulação de veículos ocorre de forma secundária, além disso, são encontrados mobiliários urbanos que não obstruem o livre deslocamento. A segunda, com vias peatonais, obteve aceitabilidade de 57% dos entrevistados. A terceira imagem, garantiu 57% de aprovação dos técnicos.

Figura 255 – Questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 8.

<p>8 – Observe as imagens abaixo e pontue de 1 a 3 cada uma delas. Sendo 1 para intolerável e 3 para desejável.</p>	E	
	F	
	G	

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 256 – Resultado do questionário aplicado a Comissão Técnica de Revisão – Questão 8.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Na aplicação do questionário a comissão técnica de revisão do plano diretor, notou-se, o anseio por parâmetros urbanísticos e edifícios que proporcionem a cidade melhor condições ambientais, como maior arborização urbana, ampliação de passeios, espaços para descanso e lazer, diversificação de volumes dos edifícios, dimensões de lotes diversificadas, passeios adequados, e vias com preferência para modais não motorizados.

8 REUNIÃO COMUNITÁRIA

A leitura comunitária é proveniente das reuniões realizadas com a comunidade. A metodologia adotada para a construção do Plano Diretor Participativo de Urubici foi a CDP, que representa um método de ordenação criteriosa e operacional dos problemas e fatos, proporcionando uma apresentação compreensível, facilmente visualizável e compatível com a situação das áreas de interesse para o planejamento. Baseia-se em critérios de eficiência, de adequação dos meios e recursos de controle de resultados, evitando com isso os erros de uma simples eliminação de deficiências. A classificação dos elementos da estrutura municipal segundo Condicionantes, Deficiências e Potencialidades atribui aos mesmos uma função dentro do processo de desenvolvimento do Município. Isto significa que as tendências de desenvolvimento podem ser percebidas com maior facilidade. Da mesma forma, as medidas podem ser classificadas em três grupos de demanda: Condicionantes: geram uma demanda de manutenção; Deficiências: geram uma demanda de recuperação e melhoria; Potencialidades: geram uma demanda de inovação.

Para atender o objetivo principal do Plano Diretor Participativo, que é a participação irrestrita e inclusiva, utilizaremos a técnica de Metaplan para a aplicação da metodologia CDP. O Metaplan é caracterizado pelas técnicas de moderação e de visualização móvel com utilização de fichas coloridas, com pequenos grupos. A utilização dessa técnica de visualização com fichas (cartolinas em cores variadas) promove e prioriza a participação, com respeito a igualdade de opiniões, dando espaço para que todos possam responder às perguntas apresentadas pelo moderador. Com essa técnica e metodologia trabalhamos em grupos, objetivando aumentar a eficácia da comunicação e garantir a intensa criação e geração de ideias consistentes, seja no grande grupo ou em pequenos grupos.

Com base nas informações obtidas na etapa de Leitura Comunitária, procede-se a uma descrição avaliativa das condições atuais dos setores de interesse para o planejamento.

A metodologia foi aplicada através de Reuniões Comunitárias, as quais subsidiaram uma leitura do município através da concepção e perspectiva da população. Estes eventos foram realizados com a comunidade em locais pré-estabelecidos, onde datas e locais de realização foram divulgados com um mínimo de 15 dias de antecedência, no diário oficial, além de redes sociais e outros veículos de comunicação.

Para a operacionalização das reuniões comunitárias, o município de Urubici foi dividido em 4 regiões pré-definidas: Reunião Comunitária I - Centro e Vacas Gordas, Reunião Comunitária II - Esquina e Águas Brancas, Reunião Comunitária III - Canoas Acima (Santa Terezinha) e Reunião Comunitária IV - Canoas Abaixo (Rio Vacarianos). As regiões foram definidas considerando critérios fundamentais para a discussão do planejamento, tais como: interesses econômicos, sociais, populacionais e urbanísticos. Além de considerar, a mobilidade de acesso e a localização, com o intuito de facilitar a participação de todos os munícipes. As regiões foram convocadas pelo edital nº 01/2019 de 30 de julho de 2019, publicado no Diário Oficial de Santa Catarina, disposto no APÊNDICE E e publicação no site do município, disposta no ANEXO B.

De acordo com a metodologia aplicada, após a abertura da reunião comunitária, foi exposto aos presentes os conceitos de Planejamento Urbano, Plano Diretor e cidades para todos. Após a apresentação do conteúdo (Figura 257 a Figura 271), foi explicado e aplicado aos participantes a metodologia participativa do CDP. O método foi aplicado dentro de cinco eixos: Econômico e Social, Estruturação Urbana, Mobilidade Urbana, Qualificação Ambiental e Proteção ao Patrimônio Histórico.

Figura 257 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 1 e 2.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 258 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 3 e 4.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 259 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 5 e 6.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 260 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 7 e 8.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 261 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 9 e 10.

ESPAÇOS PÚBLICOS

CALÇADAS
Calçadas **amplas**, com espaço para **vegetação e mobiliário urbano**, permitem que mais pessoas **saibam e permaneçam na rua**.

ARBORIZAÇÃO
Controla para a **qualidade do ar e ameniza a temperatura**. Conforme as **áridas se tornam mais densas**, a **arborização é essencial para a drenagem da água e a manutenção da bioclimaticidade**.

MOBILIÁRIO URBANO
O **Mobiliário urbano estimula a interação entre as pessoas e o ambiente**. São **elementos que geram uma apropriação positiva do espaço e aumentam a vitalidade urbana**.

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 262 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 11 e 12.

MOBILIDADE

TRANSPORTE COLETIVO
O **transporte público conecta e integra as partes mais distantes da cidade**, sendo uma **ótima solução para desafogar o trânsito nas principais vias**.

MEIOS ALTERNATIVOS
Assim como a **diversificação do solo**, o **uso da bicicleta traz maior energia às ruas**, sendo uma **forma eficiente e conveniente de se deslocar a média distância**.

ACESSIBILIDADE
Calçadas e ambientes bem planejados e **acessíveis proporcionam o direito de ir e vir de pessoas com mobilidade reduzida**.

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 263 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 13 e 14.

MOBILIDADE

VAGAS DE VEÍCULOS
Estacionamentos bem projetados são **essenciais para a eficiência da mobilidade urbana**.

CULTURA E LAZER

PATRIMÔNIO
O **patrimônio cultural na paisagem**, conta a **história do local**, pela **forma que eles foram construídos, materiais utilizados e etc.** A **preservação dessas edificações é fundamental para a manutenção da memória coletiva e torna a cidade singular**.

Preservar a **fachada e dar novos usos para edificações históricas mantém viva a identidade do local**, podendo ser um **forte atrativo turístico**;

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 264 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 15 e 16.

CIDADE PARA AS PESSOAS

CULTURA E LAZER

PATRIMÔNIO CULTURAL

PAISAGEM COMO PATRIMÔNIO
Imagens naturais ou históricas também devem ser mantidas e preservadas.
Elas fazem parte da história da cidade, e também podem ser um potencial turístico local.

CIDADE PARA AS PESSOAS

AMBIENTES CONVIVATIVOS

CULTURA E LAZER

AMBIENTES CONVIVATIVOS
Praças, parques e ambientes convidativos e locais de convívio entorno da cidade trazem qualidade de vida da cidade.

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 265 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 17 e 18.

CIDADE PARA AS PESSOAS

CULTURA E LAZER

EVENTOS COMUNITÁRIOS

EVENTOS COMUNITÁRIOS
Eventos comunitários que envolvam a comunidade como feira de orgânicos, festas de tradições e comidas típicas, trazem identidade para o local além da interação e participação da população.

CIDADE PARA AS PESSOAS

CULTURA E LAZER

ATRATIVOS RURAIS

ATRATIVO RURAL
O turismo rural está em expansão, bem como a procura de casas de campo, como refúgio da rotina das cidades. Se faz necessária o planejamento da ocupação ordenada, atrativa para turistas e moradores, respeitando a paisagem rural, e propiciando a sustentabilidade e a qualidade de vida.

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 266 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 19 e 20.

PLANO DIRETOR

QUAL CIDADE QUEREMOS?

QUAL É A CIDADE QUE TEMOS?

DIAGNÓSTICO

LEVANTAMENTO DE DADOS RESIDENCIAIS

FORMULÁRIO

MAPAS E TABELAS

CIDADE PARA AS PESSOAS

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

CIDADE SUSTENTÁVEL

SMART CITIES

CIDADES INTELIGENTES

DINÂMICA C.D.P.

CONDICIONANTES

POTENCIALIDADES

DEFICIÊNCIAS

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 267 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 21 e 22.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 268 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 23 e 24.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 269 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 25 e 26.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 270 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 27 e 28.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 271 - Apresentação de reuniões comunitárias – Slides 29 e 30.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Após apresentação, foi disponibilizado tempo para os participantes identificarem as condicionantes, deficiências e potencialidades de cada eixo, os quais posteriormente foram expostos ao grande grupo, sendo avaliados coletivamente. As tabelas apresentadas para cada reunião estão dispostas nos textos a seguir, os quais apresentam o resultado dos sentimentos e percepções da comunidade, coletados em cada Reunião Comunitária.

8.1 Reunião comunitária 1: Campestre, São Francisco, Rio do Engano, Rio Vacarino e Consolação

A primeira reunião comunitária realizou-se no Salão Paroquial do Rio Vacarianos, no dia 19 de agosto de 2019. O evento contou 25 participantes. Os

documentos dispostos nos APÊNDICE F, APÊNDICE G e APÊNDICE H, apresentam respectivamente a ata, lista de presença e convite da reunião comunitária.

As Figura 272 e Figura 273 explanam a apresentação realizada pela equipe técnica do pela CINCATARINA.

Figura 272 – Registros fotográficos da Reunião Comunitária 1.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 273 – Registros fotográficos da Reunião Comunitária 1.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Já as Tabela 44 a Tabela 48, demonstram a participação da comunidade, através da metodologia CDP.

Tabela 44 – Econômico Social – 1ª Reunião Comunitária.

ECONÔMICO SOCIAL
CONDICIONANTES
Agricultura (4x) Apicultura (produção de abelhas) Erva mate Fruticultura (maça, ameixa, uva) Fumo Hortaliças Pecuária (leite e corte) (3x)
DEFICIÊNCIAS
Agendamento em postos de saúde Aproveitamento e beneficiamento das empresas Assistência técnica - Agricultura cooperativa Capacitação para atendimento ao turista Desburocratização morro da igreja Novas empresas Padronização dos preços e pousadas Placas para turistas
PONTECIALIDADES
Agricultura Investimento em pessoas, menos no êxodo rural Parques de lazer Pousadas Turismo rural (agricultura orgânica, produtos coloniais)

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 45 – Estruturação Urbana – 1ª Reunião Comunitária.

ESTRUTURAÇÃO URBANA
CONDICIONANTES
Prédio da prefeitura Edificações baixas Praças e parques Prédio até quatro andares Estradas Manter áreas mistas (comercial e residencial) Manter a altura das edificações em seis andares
DEFICIÊNCIAS
Recuo nas construções Baixar o número de andares Academia pública Creche Bases esportivas Desapropriação de áreas privadas cujo acesso (vacariano) é proibido (propriedade privada) Definição de urbano e rural Criação de área comercial (esquina principalmente) Asfalto na SC-370 Proibir a pecuária na área urbana
PONTECIALIDADES
Avenida Melhoria das fachadas residenciais

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 46 – Mobilidade Urbana – 1ª Reunião Comunitária.

MOBILIDADE URBANA
CONDICIONANTES
Calçadas (2x) Lombadas (2x) Piso tátil Ruas largas Sinalização Transporte escolar
DEFICIÊNCIAS
Asfalto no interior Banheiro público Calçadas Calçamento de ruas Ciclovias (4x) Criação de calçadão (cidade e campo) Estacionamento Estradas asfaltadas (2x) Padronizar calçadas Rodoviária Semáforo Sinalização Trancar trânsito entre a sinaleira e o Banco do Brasil. Transporte coletivo
POTENCIALIDADES
Melhoria das calçadas Rodoviária Rotatória Viabilização de ciclovias

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 47 – Qualificação Ambiental – 1ª Reunião Comunitária.

QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL
CONDICIONANTES
Flores, rios e árvores Preservação das matas Preservação dos rios e nascentes (2x)
DEFICIÊNCIAS
Coleta seletiva Incentivo ao jovem rural Melhoria dos parques Menos burocracia para agroindústria Praças arborizadas Saneamento básico
POTENCIALIDADES
Acesso aos pontos turísticos com estruturas próprias Arborização Canteiros de flores Natureza Preservação das áreas verdes Rios Zona livre de transgênico

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 48 – Proteção ao Patrimônio Histórico – 1ª Reunião Comunitária.

PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
CONDICIONANTES
Colégio Santa Clara CTG Festa das hortaliças Festas da comunidade Hospital Igreja matriz (3x) Incrições rupestre Manter a tradição Música regional Pontos turísticos Turismo (3x)
DEFICIÊNCIAS
Falta museu Portal da cidade Professores de música e línguas Tafona (foi proibido) Tombamento
PONTENCIALIDADES
Festa das hortaliças Pátio da igreja Preservação dos prédios históricos Tradição gaúcha Turismo (2x) Valorização das etnias Valorização do esporte

Fonte: CINCATARINA (2019)

Ao final da primeira reunião comunitárias, as principais solicitações e tópicos abordados pela comunidade foram: agricultura, preservação ambiental, espaços públicos de lazer e esporte, pavimentação de vias, transporte coletivo e escolar, acessibilidade, saúde, turismo, pousadas, áreas mistas e comerciais, gabarito e recuos de edificações, cultura e tradições.

8.2 Reunião comunitária 2: Canudo, São José, São Pedro, Rio Cachimbo, Santa Terezinha, Campestre II, Santo Antônio, Rio dos Bugres e Invernador

A segunda reunião comunitária realizou-se no Salão Paroquial de Santa Terezinha, no dia 20 de agosto de 2019. O evento contou 26 participantes. Os documentos dispostos nos APÊNDICE I, APÊNDICE J e APÊNDICE K apresentam respectivamente a ata, lista de presença e convite da reunião comunitária.

As Figura 274 e Figura 275 explanam a apresentação realizada pela equipe técnica do pela CINCATARINA.

Figura 274 – Registros fotográficos da Reunião Comunitária 2.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 275 – Registros fotográficos da Reunião Comunitária 2.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Já as Tabela 49 a Tabela 53, demonstram a participação da comunidade, através da metodologia CDP.

Tabela 49 – Econômico Social – 2ª Reunião Comunitária.

ECONÔMICO SOCIAL
CONDICIONANTES
Agricultura (5x) (orgânica e familiar) Apicultura Apoio aos agricultores (2x) Erva mate Estudo plano de manejo Festas tradicionais Fruticultura Horticultura Mirantes Produtos coloniais (3x) Turismo (2x)
DEFICIÊNCIAS
Agroindústria Arrecadação dos impostos Cascalho mais barato pela prefeitura (2x) Esportes (quadras públicas, pista de skate) (2x) Fiscalização efetiva da prefeitura Formalização de novas empresas Indústrias sustentáveis Médicos no posto de saúde Mercado, feira pública Regulamentação e planejamento nas construções rurais Segurança (2x)
POTENCIALIDADES
Agricultura convencional e orgânica (2x) Cursos profissionalizantes Incentivo a criação de pequenas agroindústrias Incentivo ao esporte (2x) Organização de mercado geral Organização de pousadas rurais Pedra furada organizada com cobrança Polo tecnológico Produtos artesanais (3x0) Projeto acolhida na colônia Turismo

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 50 – Estruturação Urbana – 2ª Reunião Comunitária.

ESTRUTURAÇÃO URBANA
CONDICIONANTES
Aparência bucólica Avenidas largas Comercial e residencial, limite equilibrado de uso Comércio e casas no mesmo edifício Construção de casas mistas Deve ser mantida a praça pública No mínimo 6 andares na área central (2x) Prédios de no máximo 2 andares (3x) Recuos de construção
DEFICIÊNCIAS
Condições rurais só com infraestrutura básica Criar parques, Fazer mais capitação no Cachimbo (saneamento) Iluminação pública

Lazer para jovens
 Manter as construções baixas
 Melhorar as estradas do interior
 Pacto do silêncio
 Paisagismo urbano
 Proibir a criação de cães em escala (2x)
 Sanitários públicos
 Verificar áreas rurais no centro da cidade (3x)

POTENCIALIDADES

Acesso aos pontos turísticos
 Área de lazer no interior e na cidade
 Arrumar as estradas
 Asfaltamento Serra do Corvo Branco
 Asfaltamento Urubici-Rio Rufino
 Banheiros públicos, melhorando os existentes e criando mais (2x)
 Colocar na cidade 3 e na área rural 6 andares, determinar o mínimo do lote com 15x50
 Edificações baixas
 Identidade visual (imagens da cidade e tipologia construtiva)
 Quadras de esportes arrumadas

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 51 – Mobilidade Urbana – 2ª Reunião Comunitária.

MOBILIDADE URBANA
CONDICIONANTES

Boa largura nas caçadas
 Controle na sinalização vertical
 Falta um padrão no calçamento
 Paisagem rural
 Ruas largas (2x0)

DEFICIÊNCIAS

Ciclovias (3x)
 Construir calçadas e melhorar as existentes (4x)
 Eliminar as cercas de arrame farpado na avenida
 Ligação asfáltica de Grão Pará a Rufino
 Mudar cartório de registro civil de prédio
 Não tem zona azul na cidade
 Rodoviária
 Sinalização
 Trânsito de caminhão no centro das cidades

POTENCIALIDADES

Ciclovias (3x)
 Estacionamento
 Manutenção das estradas do interior
 Qualificação de vias de escoamento de produção rural
 Ruas largas

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 52 – Qualificação Ambiental – 2ª Reunião Comunitária.

QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL
CONDICIONANTES

Preservação de áreas verdes 2x
 Rio Canoas

DEFICIÊNCIAS

Águas tratadas
 Assoreamentos de rios

Controle ambiental
 Despoluir o rio Canoas (3x)
 Facilitação no manejo da araucária
 Lixeiras (2x)
 Poluição ambiental por causa das queimadas
 Preservação das matas naturais
 Preservação das nascentes
 Saneamento básico
 Tratamento de esgoto

POTENCIALIDADES

Áreas verdes
 Cachoeiras que podem ser rotas turísticas
 Liberação de todas as cascalheiras do município
 Qualidade ambiental
 Trazer diretrizes para o rio Canoas

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 53 – Proteção ao Patrimônio Histórico – 2ª Reunião Comunitária.

PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
CONDICIONANTES

A nossa identidade de um povo acolhedor
 Festa nas comunidades
 Festas religiosas no interior
 Gruta de Santa Terezinha
 Igreja matriz
 Pedra Furada
 Pedra Furada com respeito e controle
 Tombamento dos prédios históricos
 Tradição gaúcha, alemã, italiana, portuguesa

DEFICIÊNCIAS

Fechamento da gruta Santa Terezinha as 18:00 horas e abertura as 08:00 horas
 Manter as construções tradicionais
 Manutenção dos mirantes
 Melhoramento do CTG
 Retorno do folclore de Urubici

POTENCIALIDADES

Antigo cinema
 Biblioteca pública
 Criação de um museu
 Culinária típica
 Festivais culturais
 Igreja matriz
 Reformar a rua da prefeitura
 Torneios de laço

Fonte: CINCATARINA (2019)

Os assuntos de maior enfoque na segunda reunião comunitária foram: agricultura, apoio aos produtores, pavimentação, regularização de construções, saneamento básico, preservação ambiental, sinalização, medidas protetivas para os rios, tradições e locais turísticos.

8.3 Reunião comunitária 3: Esquina, Fetti, Jardim Verde Vale e Distrito de Águas Brancas

A terceira reunião comunitária realizou-se no Salão Paroquial do Bairro Esquina, no dia 21 de abril de 2019. O evento contou 28 participantes. Os documentos dispostos nos APÊNDICE L, APÊNDICE M e APÊNDICE N apresentam respectivamente a ata, lista de presença e convite da reunião comunitária.

As Figura 276 a Figura 277 explanam a apresentação realizada pela equipe técnica do pela CINCATARINA.

Figura 276 – Registros fotográficos da Reunião Comunitária 3.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 277 – Registros fotográficos da Reunião Comunitária 3.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Já as Tabela 54 a Tabela 58, demonstram a participação da comunidade, através da metodologia CDP.

Tabela 54 - Econômico Social – 3ª Reunião Comunitária.

ECONÔMICO SOCIAL
CONDICIONANTES
Agricultura (3x) Apicultura Educação Esportes Gastronomia local Geração de empregos Hospitais Pecuária (3x) Postos de saúde Turismo (3x)
DEFICIÊNCIAS
Arrecadação de impostos sobre construções em áreas rurais Desemprego Educação Fiscalização municipal Impostos das pousadas Incentivo para a indústria limpa (tecnológica) Incentivo para escolas técnicas e profissionalizantes Informalidade nos comércios em gerais Policiamento na cidade Posto policial em Águas Brancas (2x) Taxa de turismo (2x)
PONTECIALIDADES
Centro de convenções (2x) (não tem) Cidadania Cultura local

Gastronomia local (3x)
 Incentivo a agricultura e pecuária
 Incentivo aos esportes de aventura
 Liberação de produtos coloniais
 Melhorar ginásio de esportes do município
 Produção orgânica
 Profissionalização dos pontos turísticos
 Taxa para os turistas e pontos turísticos
 Turismo (4x)
 Turismo rural (2x)

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 55 – Estruturação Urbana -3ª Reunião Comunitária.

ESTRUTURAÇÃO URBANA

CONDICIONANTES

Avenidas
 Comércio/Artesanato (2x)
 Iluminação pública
 Limite de seis andares de gabaritos das edificações
 Praças
 Recuo de edificações
 Taxa de ocupação

DEFICIÊNCIAS

Água potável para comunidade de Águas Brancas (3x)
 Área de expansão urbana
 Construção de praças – Águas Brancas
 Construção/Melhorias das praças (2x)
 Estacionamentos
 Hortas comunitárias
 Melhorar o zoneamento da cidade
 Praças arborizadas
 Regularização de edificações em áreas rurais
 Taxa de ocupação de construção maior

POTENCIALIDADES

Autorização de construções de Parklets
 Expansões urbanas
 Falta manutenção contínua no portal da cidade
 Identidade visual da cidade
 Qualificação e adequação de pousadas
 Uso e ocupação da área rural
 Utilizar os recuos das edificações para mesas e utilitários (equipamentos) urbanos

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 56- Mobilidade Urbana – 3ª Reunião Comunitária.

MOBILIDADE URBANA

CONDICIONANTES

Largura das vias
 Melhora das lombadas

DEFICIÊNCIAS

Banheiros públicos
 Calçadas (5x)
 Ciclovias (5x)
 Estacionamento rotativo (2x) (não tem)
 Estacionamentos
 Fiscalização de trânsito
 Lombadas em áreas escolares (falta)

Pecuária em área urbana
 Planejamento das ruas
 Poluição dos rios em áreas urbanas
 Rampas para deficientes na faixa de pedestres
 Ruas (3x)
 Sinalizações (2x)
 Transporte público (não existe)
 Urbanização das avenidas
 Velocidade urbana

POTENCIALIDADES

Abertura de ruas para melhoria da modalidade na esquina
 Criar ciclofaixas
 Criar ciclovias (2x)
 Faltam praças e parques nas comunidades
 Melhorar calçadas
 Zona azul

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 57 – Qualificação Ambiental – 3ª Reunião Comunitária.

QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL

CONDICIONANTES

Água (Aquífero Guarani)
 Áreas verdes
 Natureza na área rural e pontos turísticos
 Paisagem (melhorar)
 Rios (canoas, Urubici)

DEFICIÊNCIAS

Arborização (2x)
 Coletas seletivas (2x)
 Conscientização em relação a preservação
 Controle de animais em Águas Brancas (2x)
 Esgoto – Águas Brancas
 Esgoto com normatização (2x)
 Horta municipal
 Melhor utilização dos parques nacionais
 Paisagismo da cidade
 Poluição agrotóxicos
 Saneamento básico (3x)

POTENCIALIDADES

Áreas verdes da cidade
 Cooperativa de reciclagem
 Jardins e praças com cuidados permanentes
 Melhoria nos afastamentos dos rios (APP)
 Preservação dos rios (2x)

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 58 – Proteção do Patrimônio Histórico – 3ª Reunião Comunitária.

PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

CONDICIONANTES

Eventos regionais
 Festas religiosas
 Hospitais
 Igreja Matriz
 Pontos turísticos (2x)
 Prédios históricos (2x)
 Rodeios

DEFICIÊNCIAS

Atividades culturais
 Museu
 Preservação prédios históricos
 Sinalização e segurança nos pontos turísticos

POTENCIALIDADES

Parque nacional
 Pontos turísticos
 Prédios históricos

Fonte: CINCATARINA (2019)

Nesta reunião comunitária, os aspectos mais evidenciados pela população, foram: agricultura, regularização de pousadas e edificações em áreas rurais, incentivos para indústrias e cursos profissionalizantes, cultura, necessidade de espaços de lazer e recreação, medidas moderadoras de tráfego, melhoria no sistema viário, ciclofaixas, festas típicas, conscientização ambiental e saneamento básico.

8.4 Reunião comunitária 4: Riacho, Baiano, Brasília, Centro, São Cristóvão, Mundo Novo, Xaxim, Cambuim, Jararaca, Taipinha, Bom Sucesso, Vacas Gordas, Rio Crioulas, Lageado Liso, Espinilho, Toca Ruim e Santa Bárbara

A quarta reunião comunitária realizou-se no Salão Paroquial da Igreja Matriz, no dia 22 de abril de 2019. O evento contou com 33 participantes. Os documentos dispostos nos APÊNDICE O, APÊNDICE P e APÊNDICE Q, apresentam respectivamente a ata, lista de presença e convite da reunião comunitária.

As Figura 278 e Figura 279, explanam a apresentação realizada pela equipe técnica da CINCATARINA.

Figura 278 - Registros fotográficos da Reunião Comunitária 4.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 279 - Registros fotográficos da Reunião Comunitária 4.



Fonte: CINCATARINA (2019)

Já as Tabela 59 a Tabela 63, demonstram a participação da comunidade, através da metodologia CDP.

Tabela 59 – Econômico Social – 4ª Reunião Comunitária.

ECONÔMICO SOCIAL
CONDICIONANTES
Agricultura (2x) Comércio Creches Disponibilizar capacitação para pousadas, restaurantes e outros negócios Escolas Hospitais SESC Turismo (3x) Turismo Rural
DEFICIÊNCIAS
Centro de convenções (2x) Centro de fabricação de embutidos Cinema Cobrar taxa do turismo e transparência nas aplicações dos recursos (2x) Educação da cidadania Escolas técnicas Exploração racional dos pontos turísticos Feiras de produtos (2x) Festivais de inverno e verão Gastronomia (2x) Hospitais sem profissionais e equipamentos Laticínios das comunidades rurais Música Parque industrial (2x) Políticas públicas Ponto de cultura (3x) Serviços nas comunidades carentes (2x)
PONTECIALIDADES
Ações de sensibilização para a necessidade de capacitação na prestação de serviços Agricultura Agroindústria Artesanato Educação ambiental Educação para a cidadania Estrutura física do hospital Feiras de pequenos produtores Gastronomia local Incentivo ao esporte de aventura Incentivo fiscal da prefeitura para implantação de empreendimentos Maior cidadania participativa Potencialização dos pontos turísticos Queijo serrano Turismo (2x)

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 60 – Estruturação Urbana – 4ª Reunião Comunitária.

ESTRUTURAÇÃO URBANA
CONDICIONANTES
Áreas turísticas Casas de madeira Manter as igrejas em um raio de visibilidade Manter jardins Manter números de pavimentos nas edificações Recuo das construções Não verticalizar a cidade

DEFICIÊNCIAS

Áreas de convívio em locais urbanos e rurais (praças)
 Atividade arquitetônica da cidade (2x)
 Casas turistas
 Cerca de arame farpado no perímetro urbano
 Definir zoneamento (desatualizado)
 Estacionamentos (2x)
 Fiscalização das construções em áreas rurais
 Iluminação
 Incentivo a casas de madeira
 Pecuária no perímetro urbano
 Profissionalismo em relação aos procedimentos das normas para construções
 Restauração do cemitério de cápsula de Santa Barbara
 Taxa de ocupação urbana pequena – Incentivo a verticalização

POTENCIALIDADES

Casas de madeira
 Manual de fachadas e placas
 Ocupação e revitalização das praças públicas (2x)
 Zoneamento urbano com características típicas

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 61 – Mobilidade Urbana – 4ª Reunião Comunitária.

MOBILIDADE URBANA
CONDICIONANTES

Calçadas amplas (2x)
 Calçadas sinalizadas
 Ruas largas (3x)

DEFICIÊNCIAS

Alta velocidade nas vias
 Ciclovias (3x)
 Estrada de chão no perímetro urbano e rural
 Estrada Rio Rufino
 Falta de árvores na cidade
 Falta de padronização das calçadas (2x)
 Jardinagem – incentivo aos moradores (2x)
 Localização da faixa de segurança (2x)
 Rodovias de acesso à cidade (2x)
 Seguranças nos pontos turísticos
 Sinalização temática nas rodovias
 Sinalização turística (3x)
 Transporte coletivo (4x)

POTENCIALIDADES

Calçadas (2x)
 Implantação de ciclovias (3x)
 Implantação de rótulas nas estradas urbanas
 Pavimentação urbana
 Permitir o uso de Parklets

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 62 – Qualificação Ambiental – 4ª Reunião Comunitária.

QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL
CONDICIONANTES

Áreas verdes em áreas rurais
 Macieiras na cidade
 Praças

Preservação à natureza Preservação de mananciais e araucárias
DEFICIÊNCIAS
Centro de reciclagem (2x) Falta de áreas verdes na cidade Saneamento básico (10x) Uso elevado de agrotóxico
PONTECIALIDADES
Arborização (3x) Mais praças públicas Prefeitura se vincular ao programa “Cidade Sustentáveis”

Fonte: CINCATARINA (2019)

Tabela 63 – Proteção do Patrimônio Histórico – 4ª Reunião Comunitária.

PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
CONDICIONANTES
Manutenção das tradições regionais e serranas Tombamento dos Imóveis históricos Antigo Clube Antigo Cinema Residências antigas Tradição cultural – CTGs Atrativos turísticos Patrimônio cultural – Tranquilidade Lar da Cidade Pequena Cultura local (2x)
DEFICIÊNCIAS
Adequação para visitação ao Parque Nacional de São Joaquim Aumentar fornecimento/capacidade de energia Divulgação da história do município Festival de inverno Museu histórico e natural Natal na serra Portal da cidade com deficiência ornamental e visual Preservação da essência colonizadora Preservação do patrimônio histórico (2x) Valorização da cultura local
PONTECIALIDADES
Construções antigas (3x) Criar atrativos para os turistas no parque CTG Cultura/Tradição gauchesca (2x) Definir a identidade da cidade relacionada a sustentabilidade e renda Diversidade de etnias Explorar melhor o turismo do São Joaquim

Fonte: CINCATARINA (2019)

Os assuntos com maior evidência na quarta reunião comunitária foram: agricultura, turismo, tradições, feiras, cultura, gastronomia, saúde, atividades rurais na zona urbana, revitalização de espaços públicos, patrimônio histórico e cultural, atrativos turísticos e saneamento básico.

8.5 Considerações das reuniões comunitárias

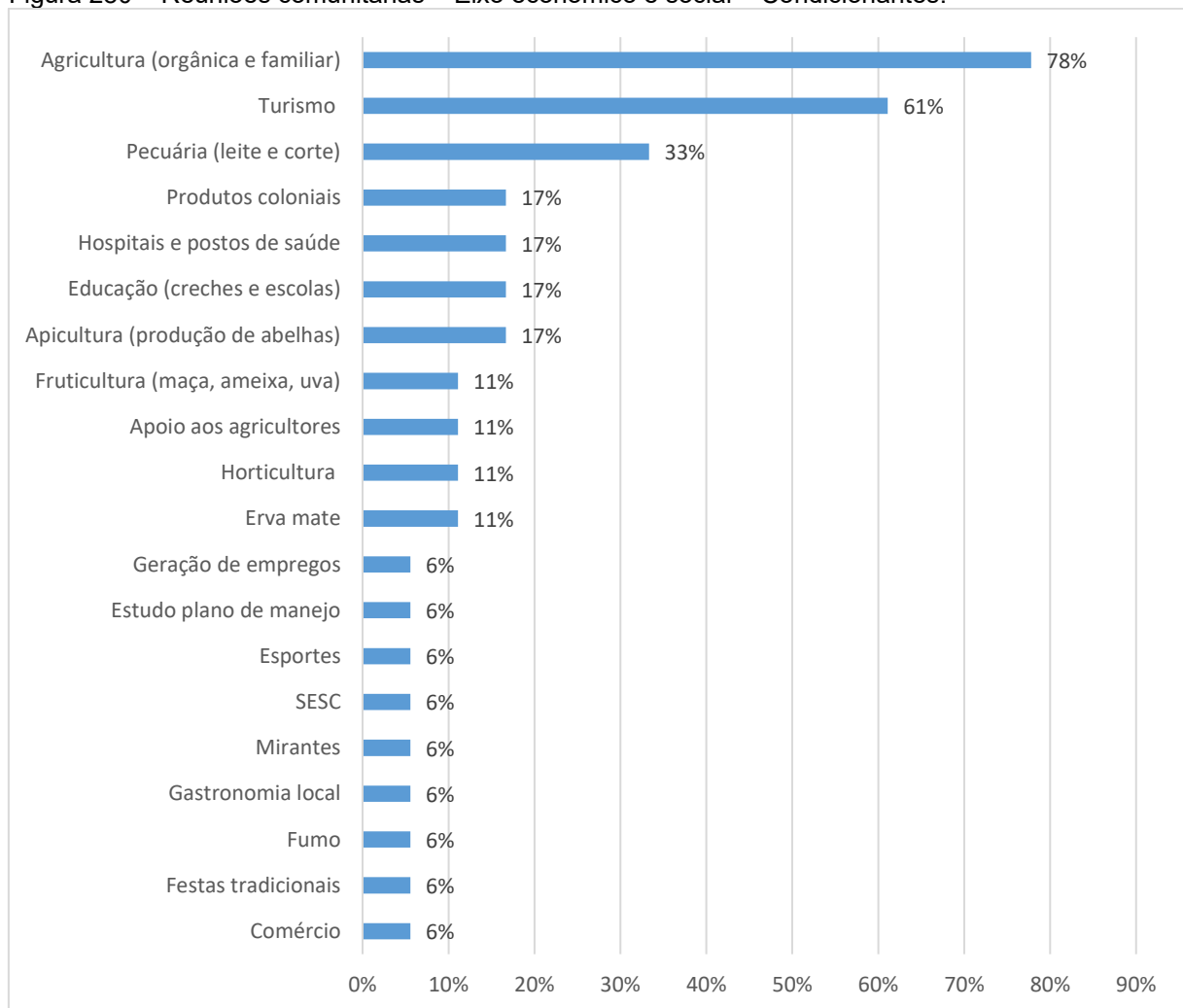
Ao final das quatro reuniões públicas, obtiveram-se 112 participações com a formação de 18 mesas, conforme disposto na tabela a seguir:

Tabela 64 – Resumo das reuniões comunitárias.

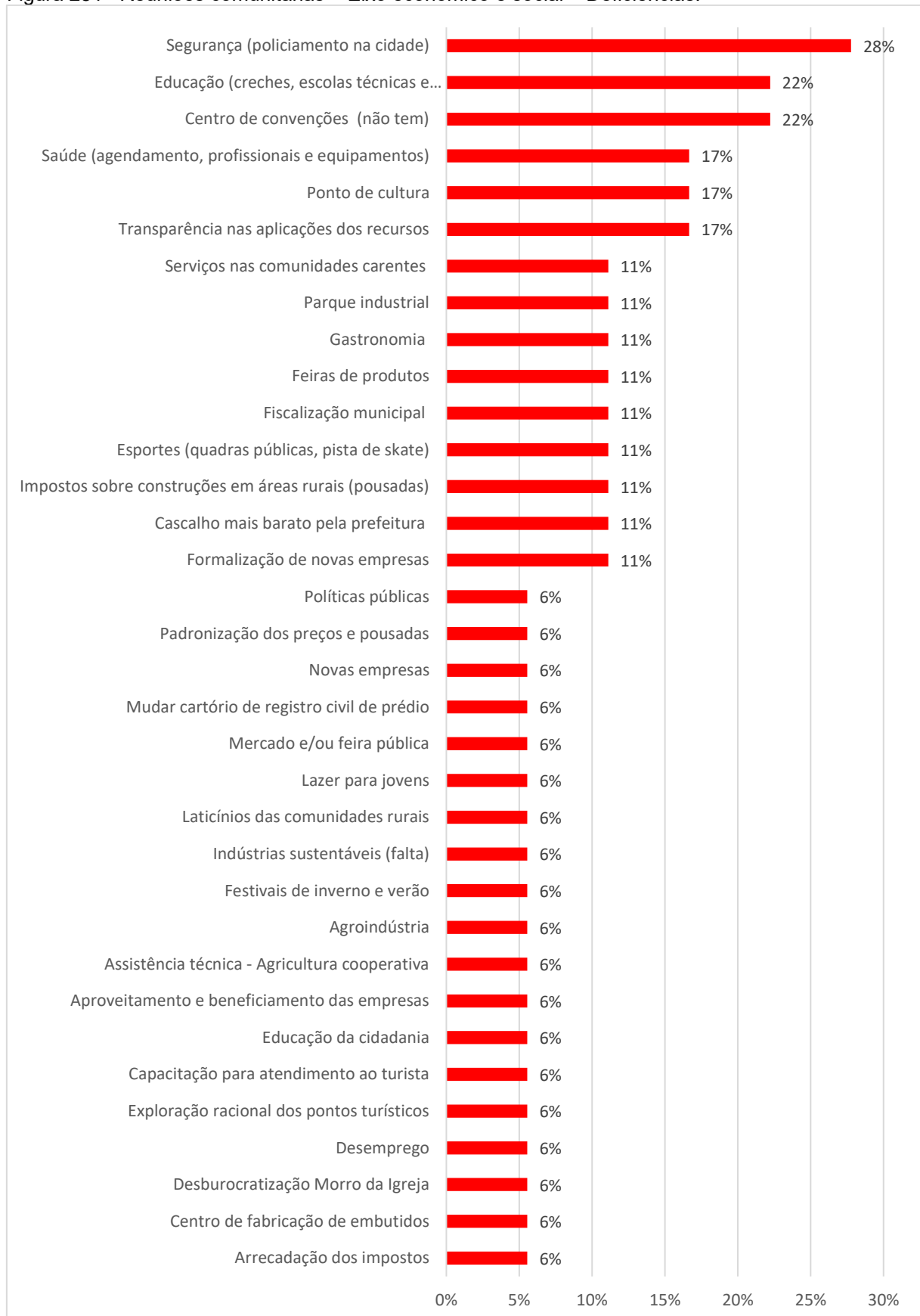
REUNIÕES COMUNITÁRIAS				
REUNIÃO	LOCAL	DATA	QUANTIDADE DE PESSOAS	NÚMERO DE MESAS
1	Salão Paroquial do Rio Vacarianos	19/08/2019	25	4
2	Salão Paroquial de Santa Terezinha	20/08/2019	26	5
3	Salão Paroquial do Bairro Esquina	21/08/2019	28	4
4	Salão Paroquial da Igreja Matriz	22/08/2019	33	5
TOTAL			112	18

Fonte: CINCATARINA (2019)

Entre as Figura 280 a Figura 294, são apresentadas de maneira sintetizadas as informações coletas por meio da metodologia CPD, durante as quatro reuniões comunitárias, dentro dos cinco eixos. No eixo econômico e social (Figura 280 a Figura 282) as principais condicionantes foram agricultura, turismo e pecuária. Já as principais deficiências foram segurança pública, educação e falta de centro de convenções. As potencialidades mais apontadas foram turismo, agricultura, incentivo ao esporte e gastronomia local.

Figura 280 – Reuniões comunitárias – Eixo econômico e social – Condicionantes.


Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 281– Reuniões comunitárias – Eixo econômico e social – Deficiências.


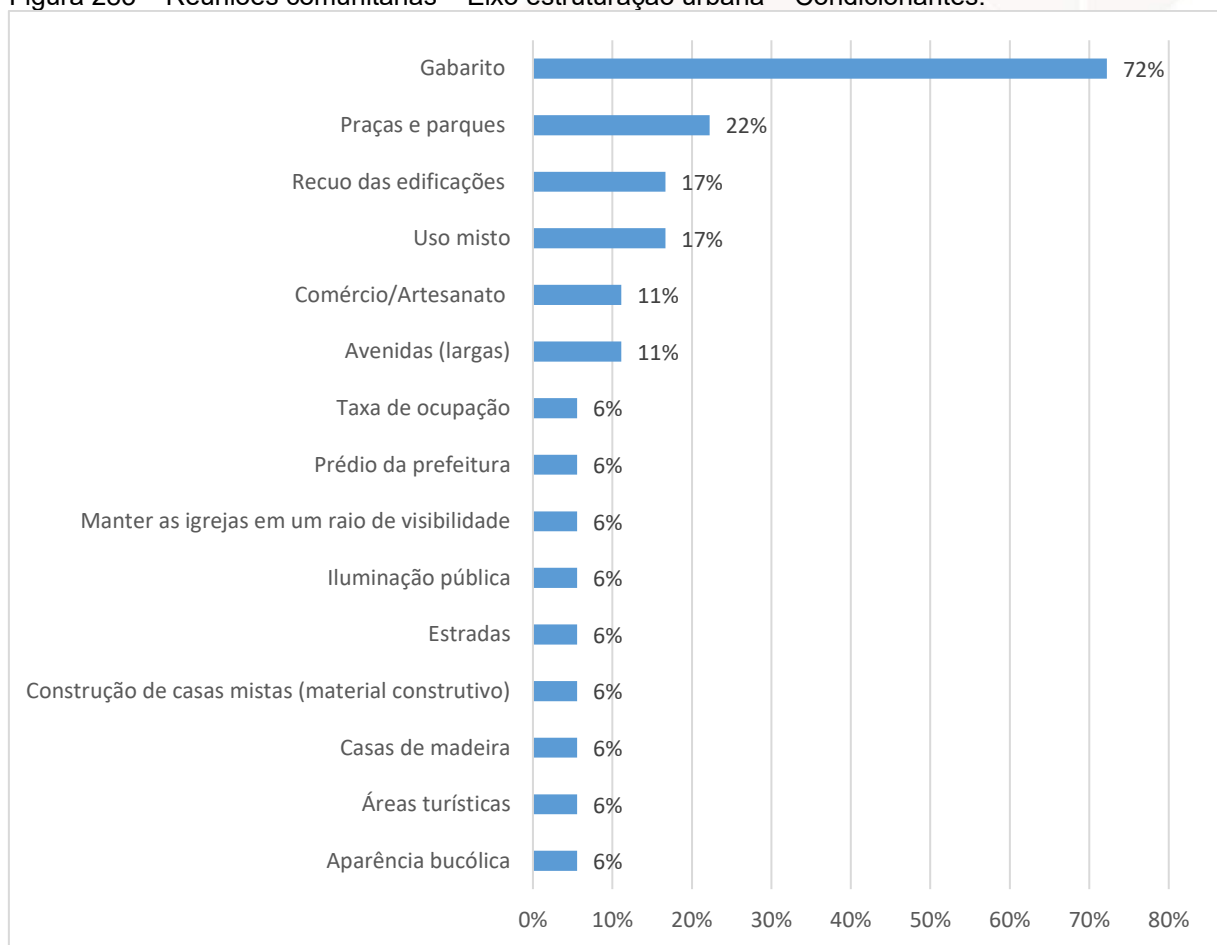
Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 282– Reuniões comunitárias – Eixo econômico e social – Potencialidades.

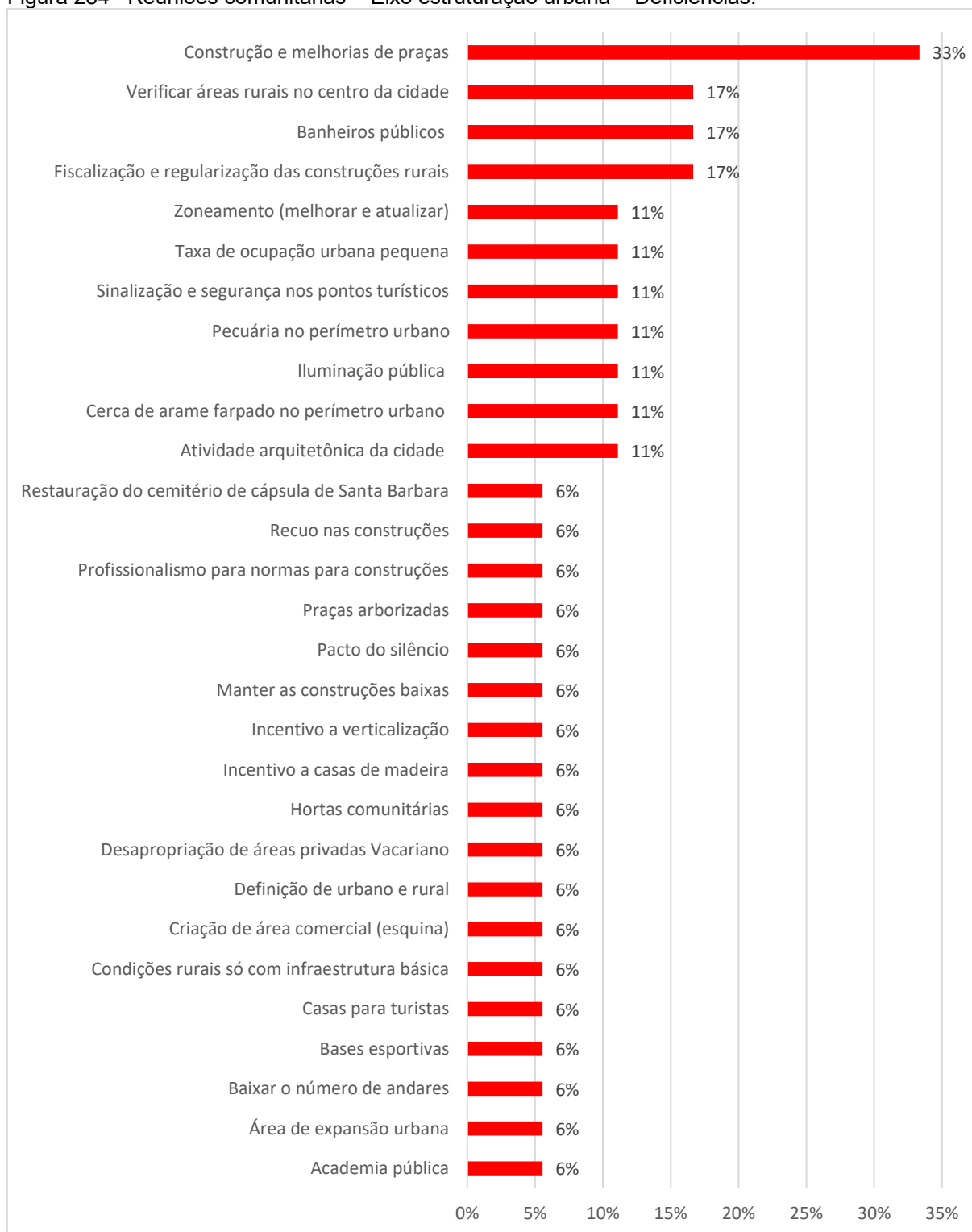

Fonte: CINCATARINA (2019)

No eixo estruturação urbana (Figura 283 a Figura 285), a principal condicionante apontada foi o gabarito das edificações, tanto motivadas para o aumento deste com para sua manutenção, em sequência, praças e parques, recuo das edificações e uso misto. As deficiências mais apontadas são necessidade de construção de praças, áreas rurais no centro da cidade, necessidade de banheiros públicos e fiscalização e regularização de construções rurais. Já as potencialidades não apresentam um apontamento predominante, apenas a possibilidade de instalação de banheiros públicos tem maior evidência

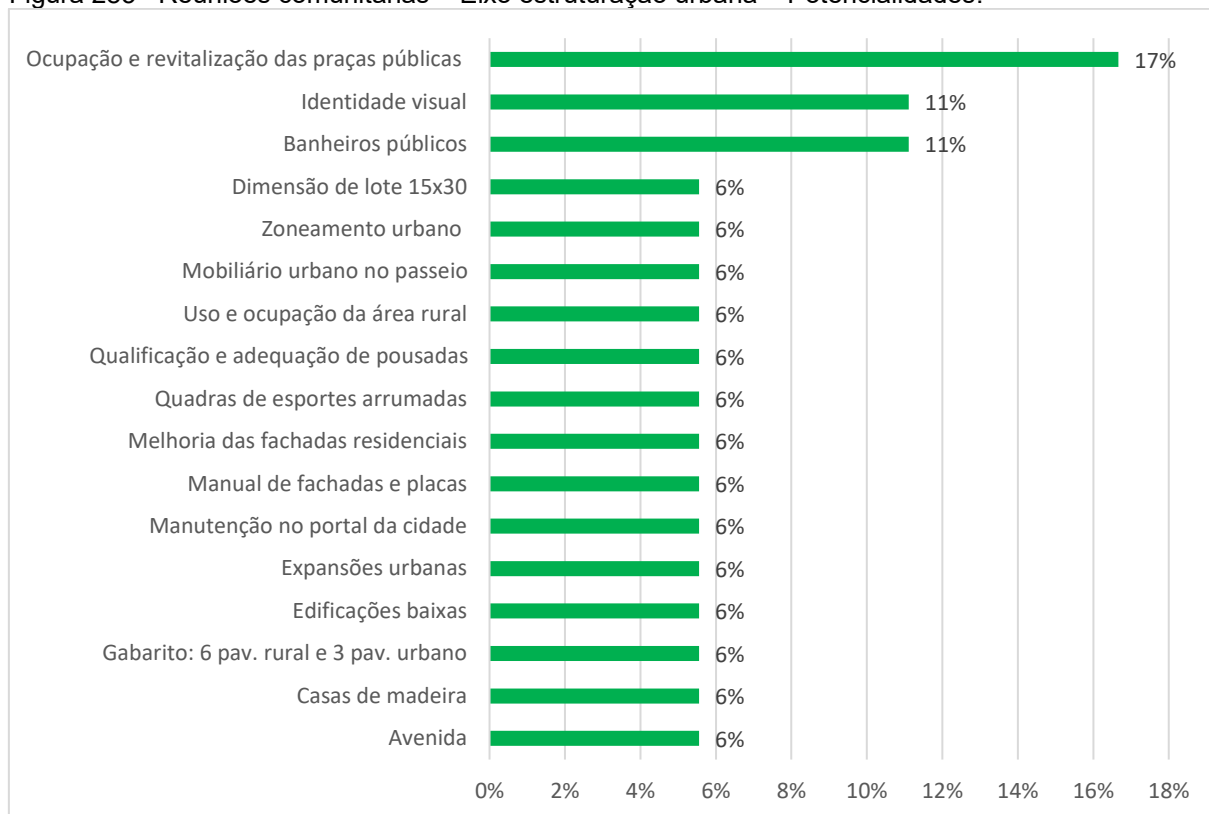
Figura 283 – Reuniões comunitárias – Eixo estruturação urbana – Condicionantes.



Fonte: CINCATARINA (2019)

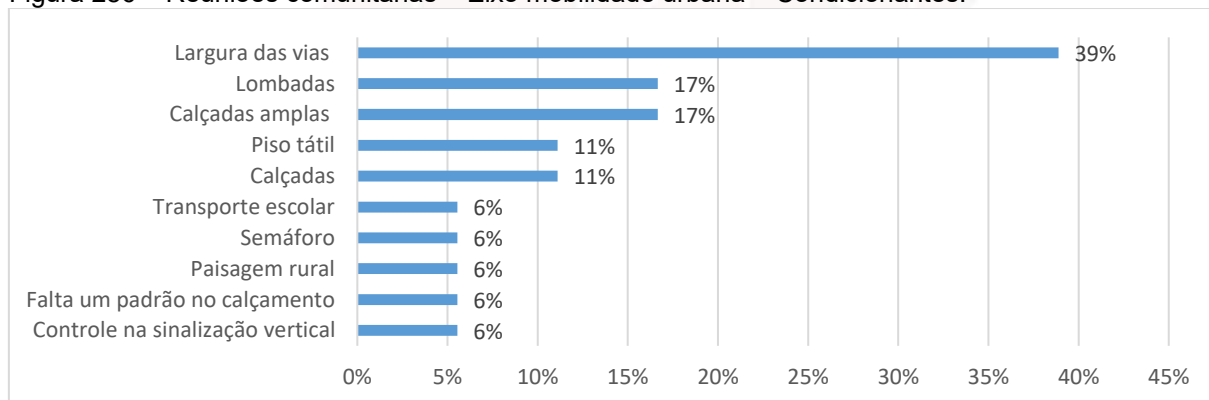
Figura 284– Reuniões comunitárias – Eixo estruturação urbana – Deficiências.


Fonte: CINCATARINA (2019)

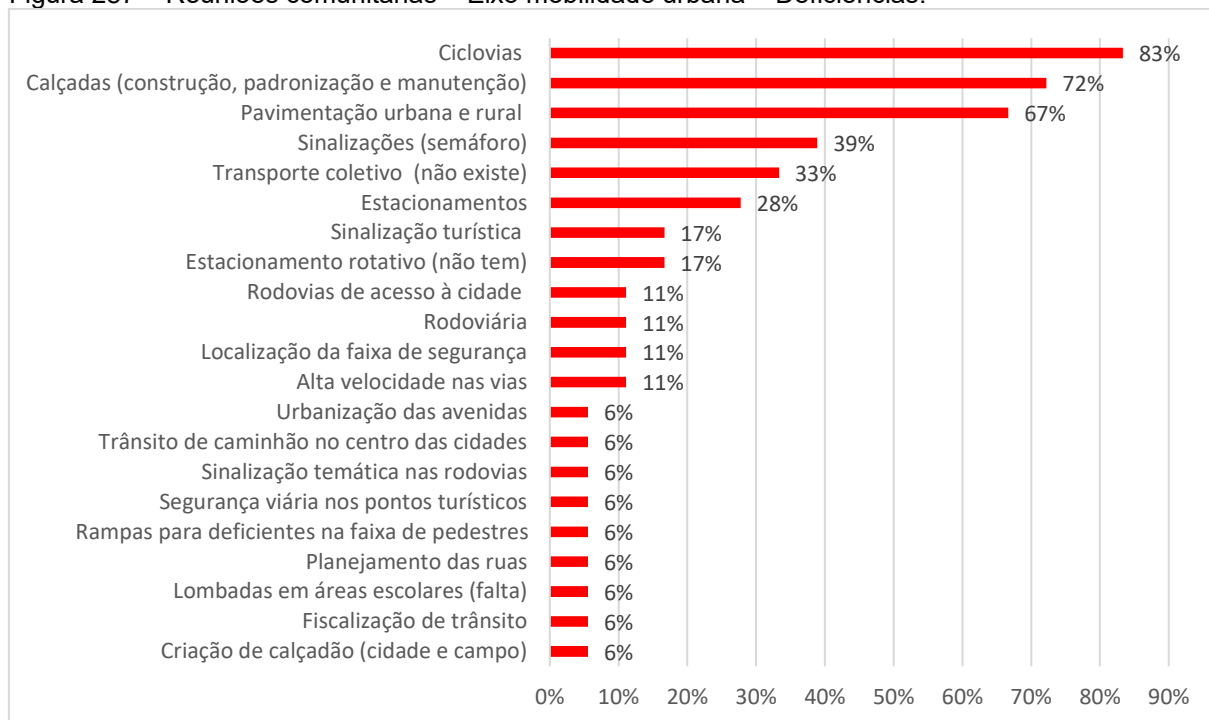
Figura 285– Reuniões comunitárias – Eixo estruturação urbana – Potencialidades.


Fonte: CINCATARINA (2019)

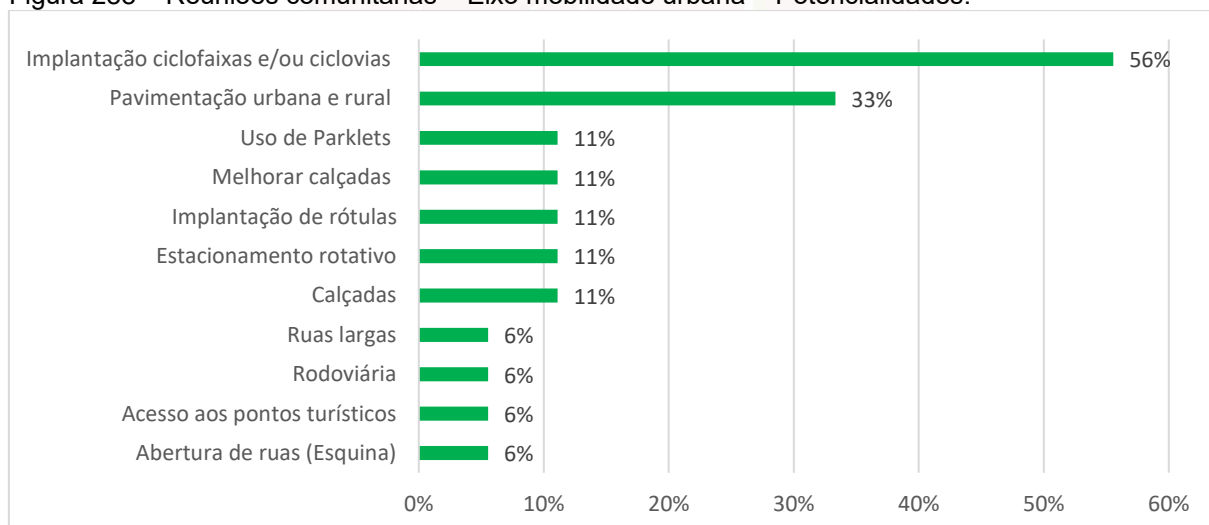
No eixo mobilidade urbana (Figura 286 a Figura 288), as principais condicionantes indicada foi a existência de vias largas, seguidas da existência de lombadas e calçadas largas. Já as deficiências mais apontadas foram a falta de ciclovias, necessidade de construção, padronização, manutenção de calçadas, seguidas por questões de pavimentação urbana e rural, sinalização e falta de transporte coletivo. E as principais potencialidades apontadas para este eixo foram a implantação de ciclofaixas e/ou ciclovias, a pavimentação de trechos urbanos e rurais.

Figura 286 – Reuniões comunitárias – Eixo mobilidade urbana – Condicionantes.


Fonte: CINCATARINA (2019)

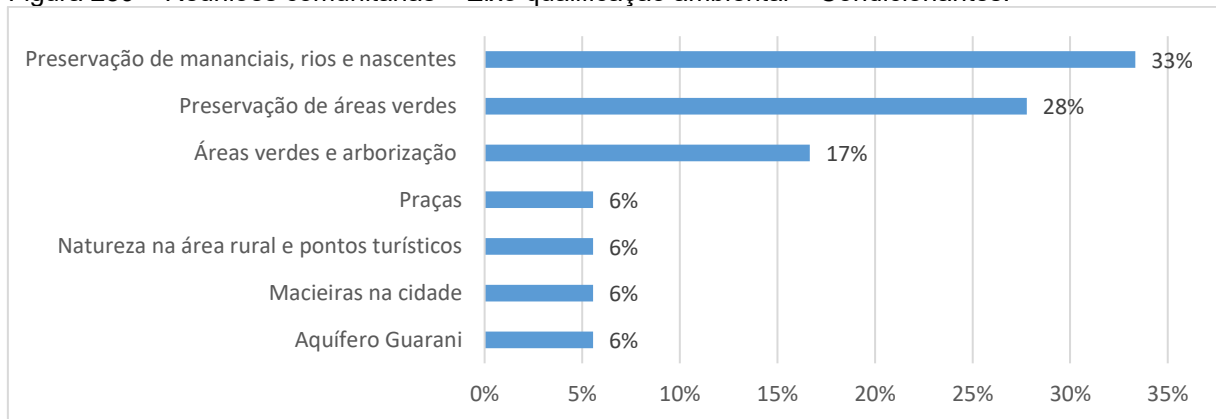
Figura 287 – Reuniões comunitárias – Eixo mobilidade urbana – Deficiências.


Fonte: CINCATARINA (2019)

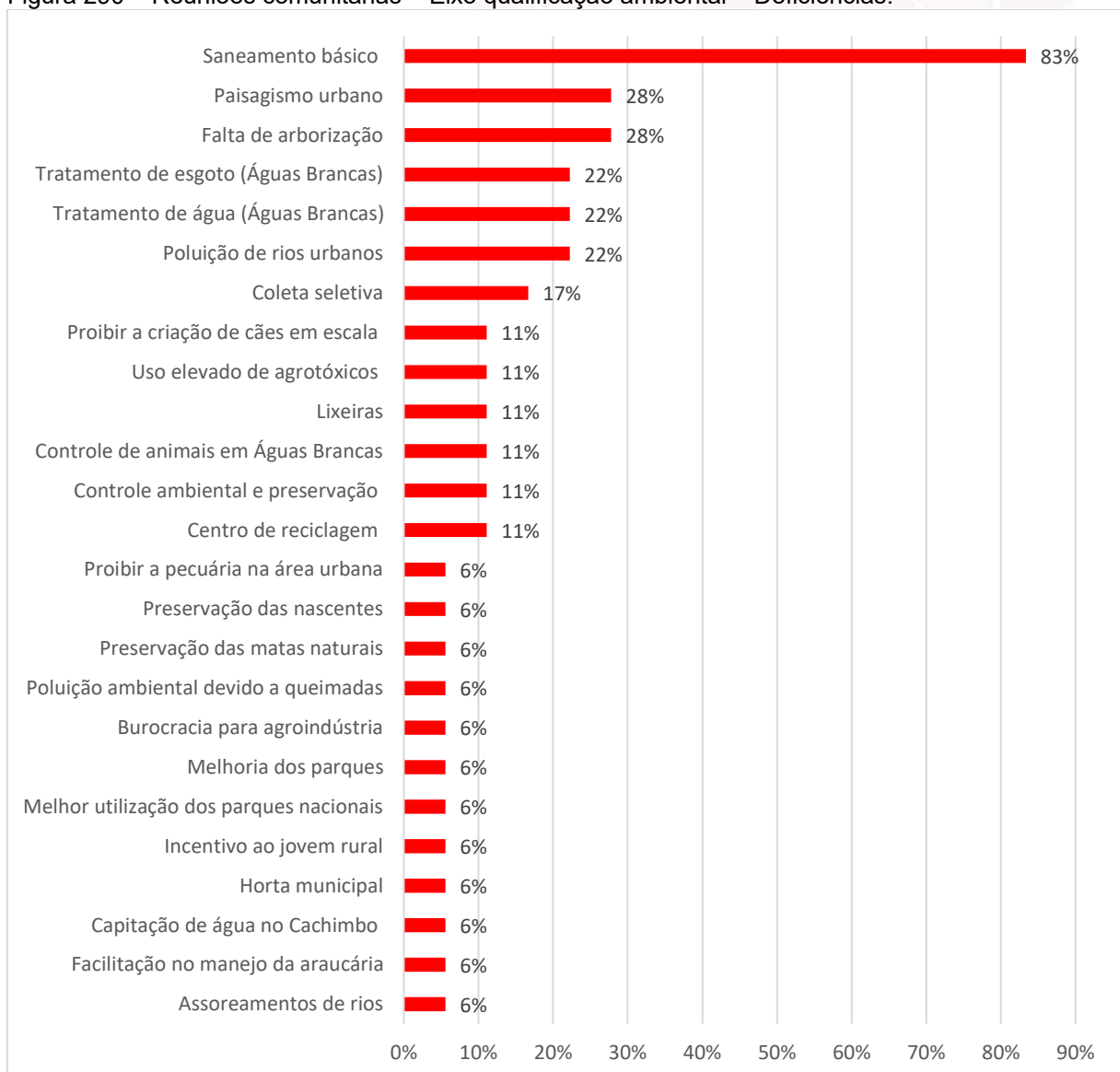
Figura 288 – Reuniões comunitárias – Eixo mobilidade urbana – Potencialidades.


Fonte: CINCATARINA (2019)

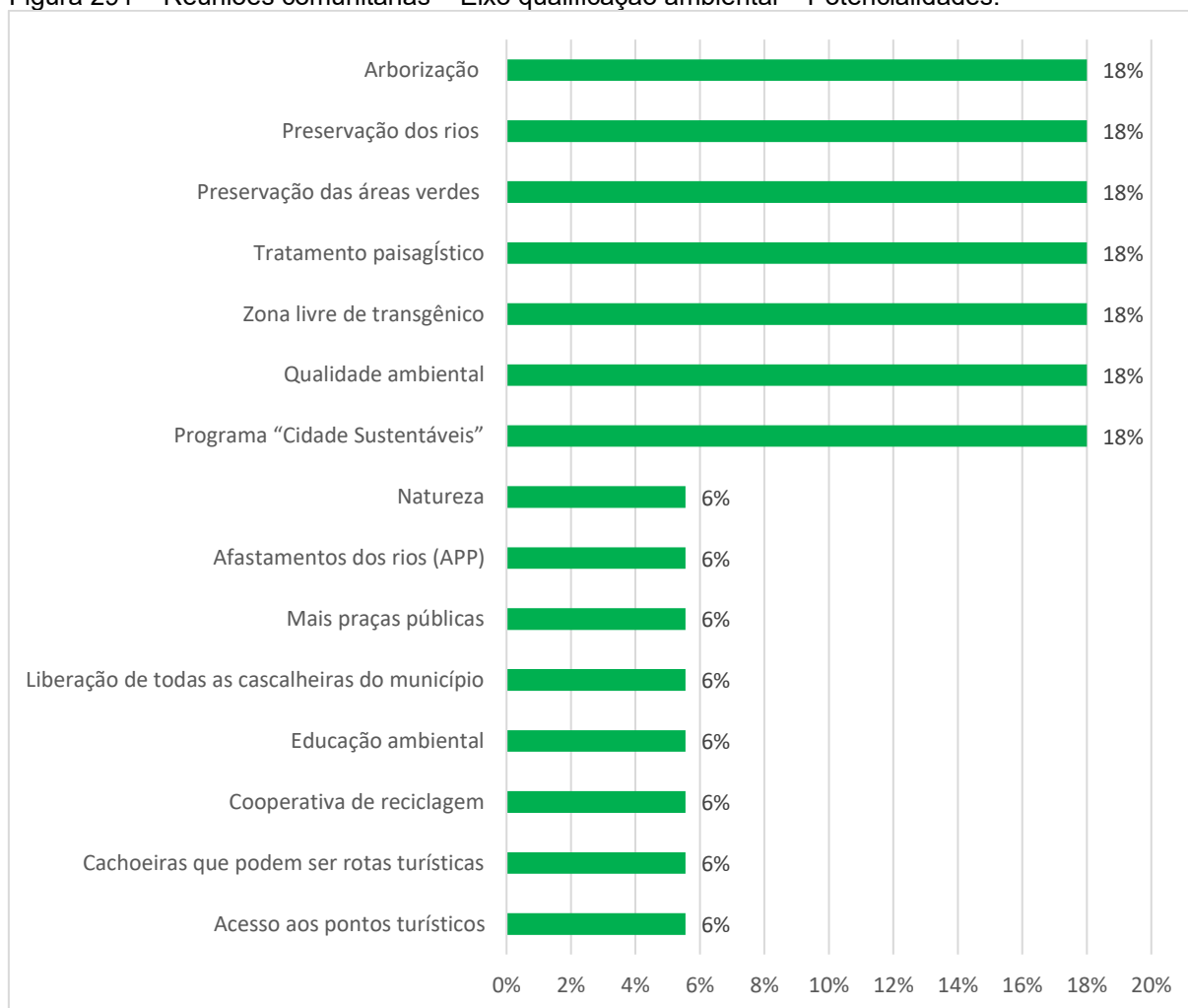
No eixo de qualificação ambiental (Figura 289 a Figura 291), as condicionantes mais evidências pela comunidade foram a preservação de mananciais, rios, nascentes bem como a de áreas verdes, seguidas pelas áreas verdes e arborização. As deficiências mais indicadas são o saneamento básico, paisagismo urbano e falta de arborização. Já as principais potencialidades são a possibilidade arborização urbana, preservação de rios, bem como de áreas verdes, além do tratamento paisagístico.

Figura 289 – Reuniões comunitárias – Eixo qualificação ambiental – Condicionantes.


Fonte: CINCATARINA (2019)

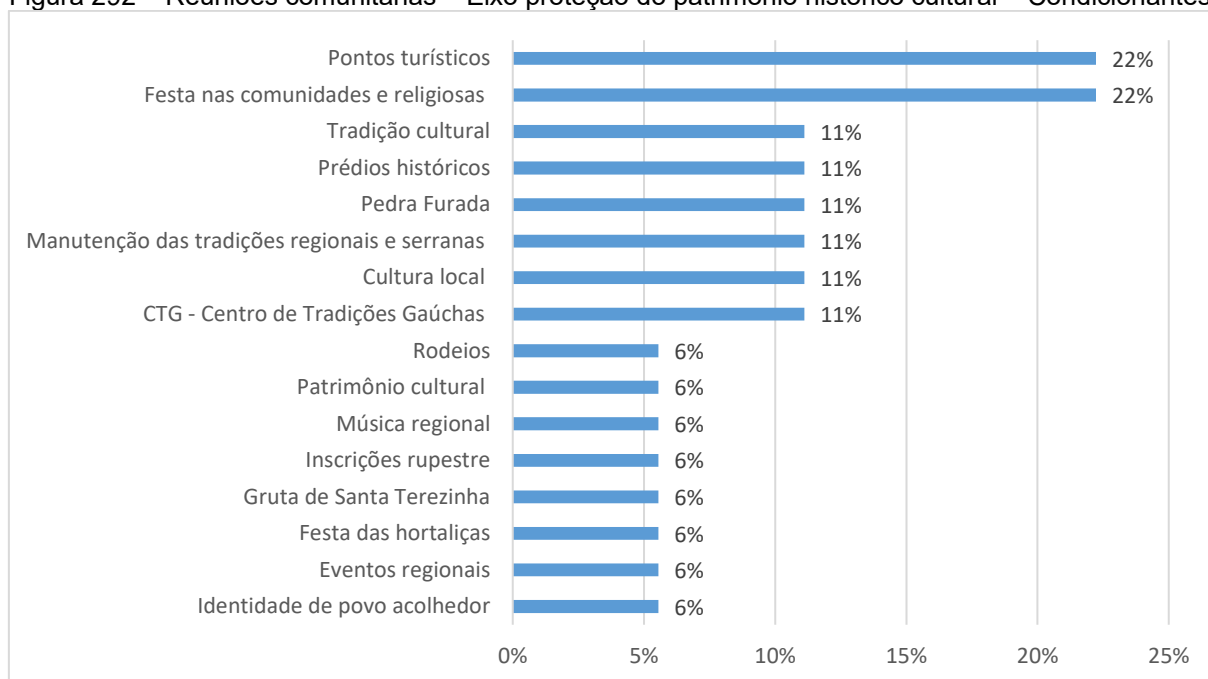
Figura 290 – Reuniões comunitárias – Eixo qualificação ambiental – Deficiências.


Fonte: CINCATARINA (2019)

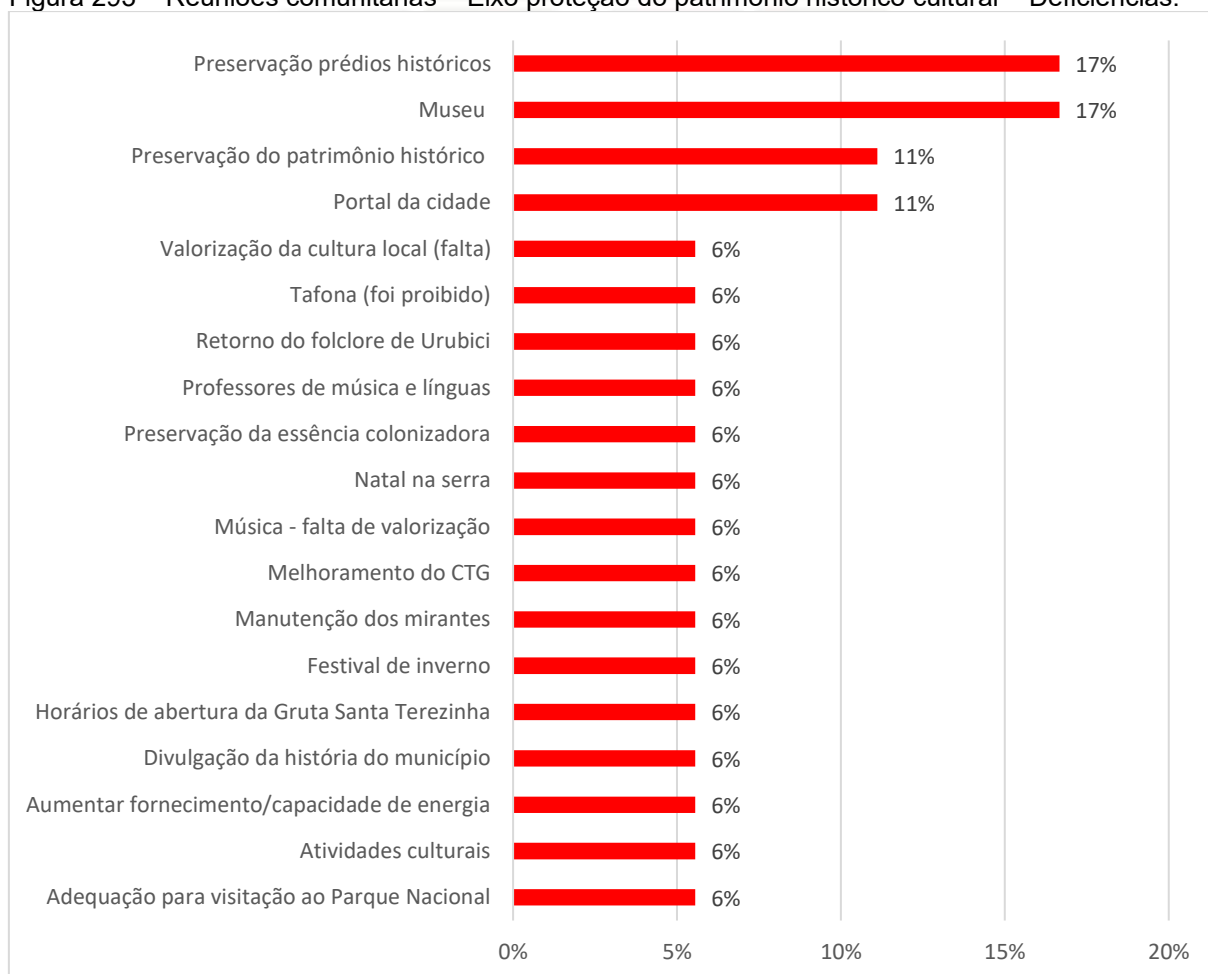
Figura 291 – Reuniões comunitárias – Eixo qualificação ambiental – Potencialidades.


Fonte: CINCATARINA (2019)

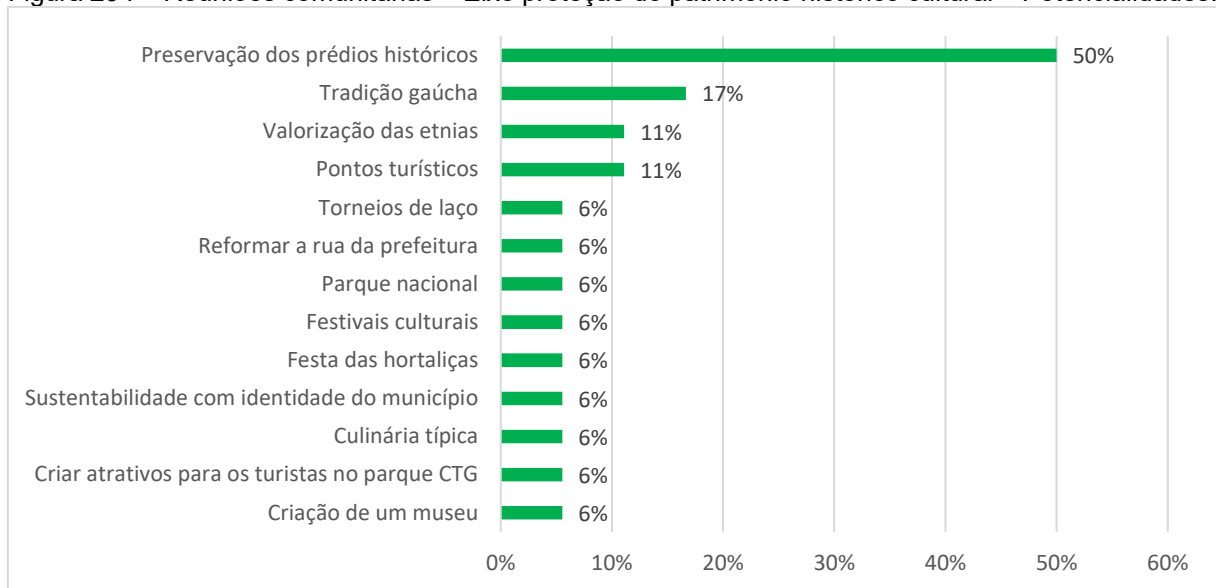
No eixo proteção do patrimônio histórico cultural (Figura 292 a Figura 294), as condicionantes mais indicadas pela comunidade foram os pontos turísticos e festas de comunidade e religiosas. As deficiências mais evidenciadas são a preservação de prédios históricos e a necessidade de um museu. Já as principais potencialidades estão na preservação dos prédios históricos e na tradição gaúcha, além da preservação do patrimônio histórico e no portal da cidade.

Figura 292 – Reuniões comunitárias – Eixo proteção do patrimônio histórico cultural – Condicionantes.


Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 293 – Reuniões comunitárias – Eixo proteção do patrimônio histórico cultural – Deficiências.


Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 294 – Reuniões comunitárias – Eixo proteção do patrimônio histórico cultural – Potencialidades.


Fonte: CINCATARINA (2019)

Nos cinco eixos trabalhados percebeu-se que foi obtido participação efetiva em todos. Os assuntos com maior enfoque foram: educação, turismo, regularização de pousadas, pavimentação, sinalização, acessibilidade de passeios, saúde, agricultura, saneamento básico, preservação de prédios históricos, áreas turísticas e preservação ambiental. Cabe salientar preocupação da comunidade com relação a insuficiência de algumas infraestruturas urbanas, como a exemplo da pavimentação de acesso ao município e do saneamento básico.

9 FORMULÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (On-line e físico)

Outra de forma de contribuição comunitária, foi registrada por meio do preenchimento dos formulários on-line e físicos, cujo acesso foi vinculado ao site da Prefeitura Municipal de Urubici (Figura 295), site revisão do plano diretor (Figura 296 e Figura 297) e também acessado pelo link: <https://forms.gle/cCMBvUeJTxc73aS78>. Já a versão física (Figura 298 e Figura 299) foi disponibilizada no protocolo do município aos interessados.

Figura 295 - Acesso ao formulário de contribuição por meio do site da Prefeitura Municipal de Urubici.



Início / Informativos / Notícias / QUESTIONÁRIO COMUNITÁRIO PARA CONHECER A SUA OPINIÃO - PARTICIPE

QUESTIONÁRIO COMUNITÁRIO PARA CONHECER A SUA OPINIÃO - PARTICIPE

FORMULÁRIO DE LEITURA COMUNITÁRIA O objetivo deste questionário é conhecer a sua opinião, saber sobre o lugar que você mora e identificar os problemas de sua Comunidade. Contamos com sua ajuda... PARTICIPE!!!

Tendo em vista que o Município tem por premissa, para que cumpra com as suas funções sociais, propiciar à população o exercício de seus direitos básicos: moradia, transporte público, saneamento básico, saúde, educação, lazer e trabalho. E por este motivo se dá a importância do Plano Diretor, que identifica dentro da cidade suas potencialidades e seus pontos negativos, introduzindo uma Política Urbana Sustentável para que o desenvolvimento social, econômico e ambiental da cidade seja contínuo. Portanto, a contribuição da população é fundamental em todas as fases do processo, de elaboração, implementação, monitoramento e fiscalização.

Vamos juntos pensar a cidade que queremos!

Contribua preenchendo o Formulário no GoogleForms, acesse o Link:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdsaaqEwxaicn26zLFGVdkCM2k0TpDeGDcBGydQBUXQn8C5A/viewform>

ou o Link:

<https://planejamentourbano.cimcatarina.sc.gov.br/default.aspx?municipio=urubici&idref=22674>

Ou ainda, você pode participar:

- Preenchendo um formulário, por escrito através de protocolo, disponível na Prefeitura Municipal de Urubici;
- Contribuindo na Palestra Técnica;
- Com sugestões, por escrito ou oralmente nas Audiências ou Reuniões Comunitárias;

Ajude também compartilhando com seus colegas, amigos e familiares!

Durante o período de elaboração da proposta de revisão do Plano Diretor as pessoas poderão encaminhar suas dúvidas, críticas, ideias e/ou sugestões. As contribuições enviadas serão publicadas, estarão disponibilizadas para consultas e poderão ser visualizadas por todos que acessarem a página. E todas as participações serão analisadas e respondidas pelos técnicos responsáveis.

Fonte: Secretaria Geral
Data de publicação: 02/09/2019
Créditos: Secretaria Geral
Créditos das Fotos: CIMCATARINA

Compartilhe!

[f](#) [t](#) [G+](#)

ACESSO RÁPIDO

- Carta de Serviços
- Livro Eletrônico
- E-nota Fly Beta
- Alvará de licença de localização e/ou funcionamento
- Cadastro de contribuintes
- Certidão de baixa de atividade
- Certidão de ITBI

SECRETARIAS

Assessoria de Comunicação
Resp: Fernando Melo
Fone: (49) 99327-8421

Secretaria Geral
Resp: Ederaldo Sgrott
Fone: (49) 3278-4211

Secretaria de Assistência Social
Resp: Gerson Macedo
Fone: (49) 3278-5342

Mais Secretarias

TURISMO

Fonte: Prefeitura Municipal de Urubici (2019)

Figura 296 - Página do site de revisão do Plano Diretor - Acesso ao formulário de contribuição.



Participação ▾ Material de Apoio Plano Diretor ▾ Legislação Palestra Técnica Reuniões Comunitárias Eventos

Planejamento Urbano

REVISÃO DO
PLANO DIRETOR
 URUBICI

PARTICIPE!

Participação

Tendo em vista que o Município tem por premissa, para que cumpra com as suas funções sociais, propiciar à população o exercício de seus direitos básicos: moradia, transporte público, saneamento básico, saúde, educação, lazer e trabalho. E por este motivo se dá a importância do Plano Diretor, que identifica dentro da cidade, suas potencialidades e seus pontos negativos, introduzindo uma Política Urbana Sustentável para que o desenvolvimento social, econômico e ambiental da cidade seja contínuo. Portanto, a contribuição da população é fundamental em todas as fases do processo, de elaboração, implementação, monitoramento e fiscalização.

Vamos juntos pensar a cidade que queremos!

Contribua preenchendo o Formulário no GoogleForms, acesse os Links:

Formulário Plano Diretor

Ou ainda, você pode participar:

- Preenchendo um formulário, por escrito através de protocolo, disponível na Prefeitura Municipal de Urubici;
- Contribuindo na Palestra Técnica;
- Com sugestões, por escrito ou oralmente nas Audiências ou Reuniões Comunitárias;

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 297 - Formulário de leitura comunitária de Urubici.



Formulário - Plano Diretor Urubici

O objetivo deste questionário é conhecer a sua opinião, saber sobre o lugar que você mora e identificar os problemas da sua comunidade.

*Obrigatório

Qual o seu endereço? *

Sua resposta

Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 298 – Modelo do formulário físico de contribuição – Parte 1.

Formulário - Plano Diretor Urubici

O objetivo deste questionário é conhecer a sua opinião, saber sobre o lugar que você mora e identificar os problemas da sua comunidade.

Nome:

CPF:

Qual o seu endereço?

Qual o bairro?

Idade:

- | | |
|--------------------------|------------------|
| <input type="checkbox"/> | Menor de 17 anos |
| <input type="checkbox"/> | De 18 a 24 anos |
| <input type="checkbox"/> | De 25 a 40 anos |
| <input type="checkbox"/> | De 41 a 59 anos |
| <input type="checkbox"/> | Acima de 60 anos |

Com relação aos itens abaixo, qual o nível de satisfação na sua cidade:

(Marque com X)

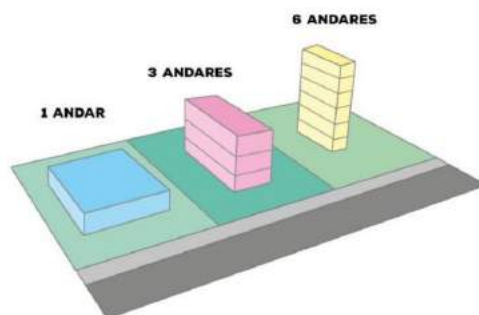
	Bom	Aceitável	Ruim
Comércios e Serviços			
Trânsito			
Transporte Público			
Oferta de moradias			
Distribuição de água			
Coleta de esgoto			
Coleta de lixo			
Iluminação Pública			
Limpeza urbana			
Conservação de edifícios			
Condições das calçadas			
Ciclovias e ciclofaixas			
Lazer e esportes			
Acessibilidade			
Drenagem de água			
Escolas e creches			
Posto de saúde e hospital			
Segurança urbana			

Uso misto comercial e residencial fomenta a segurança da rua pois oxigena a vida em diversos horários. No seu ponto de vista, sobre os espaços públicos / calçadas, assinale as opções a seguir:
(Marque com X)



	Intolerável	Aceitável	Desejável
Mostruário fora das lojas			
Mesas na calçada			
Lixeiras e bancos nas calçadas			
Toldos podem avançar a calçada			
Calçadas padronizadas			
Calçadas acessíveis			
Arborização adequada			

Na imagem temos a mesma área construída e o mesmo terreno porém com afastamentos e andares diferentes. Considerando que a imagem da cidade está relacionada ao bem-estar de cada cidadão, opine sobre cada formato:
(Marque com X)



	Intolerável	Aceitável	Desejável
1 andar			
3 andares			
6 andares			

Realização:



Figura 299 – Modelo do formulário físico de contribuição – Parte 2.

Na cidade todos tem o direito de ir e vir. Observando a imagem, percebemos que cada acesso de veículo utiliza a calçada pública como rampa particular. No seu ponto de vista isto é:
(Marque com X)



Intolerável	Aceitável	Desejável
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Para você, deve ser permitido construir na divisa do terreno? (Parede Cega)
(Marque com X)



	Sim	Não
Parede cega na fachada (imagem)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Parede cega no muro com o vizinho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Quais atividades você gostaria que se localizassem próximas a sua residência?
(Marque com X)

<input type="checkbox"/>	Residências e edifícios
<input type="checkbox"/>	Escolas e creches
<input type="checkbox"/>	Comércios de pequeno porte
<input type="checkbox"/>	Mercados
<input type="checkbox"/>	Atendimento a veículos (oficinas mecânicas e postos de gasolina)

<input type="checkbox"/>	Postos de saúde, clínicas e laboratórios
<input type="checkbox"/>	Indústrias de pequeno porte - até 10 funcionários
<input type="checkbox"/>	Locais religiosos
<input type="checkbox"/>	Quadra poliesportiva, praça e parques de recreação
<input type="checkbox"/>	Cinemas e bares
<input type="checkbox"/>	Transporte público
<input type="checkbox"/>	Posto policial

Quais dos itens abaixo deve ser priorizado no município?
(Marque com X)

<input type="checkbox"/>	Crêterios mais rígidos para aprovação de loteamentos
<input type="checkbox"/>	Definição clara do zoneamento da cidade
<input type="checkbox"/>	Melhoria do trânsito da cidade
<input type="checkbox"/>	Controle do padrão das construções
<input type="checkbox"/>	Melhor distribuição dos serviços urbanos
<input type="checkbox"/>	Atividades culturais
<input type="checkbox"/>	Espaços para práticas de esportes
<input type="checkbox"/>	Espaços de lazer para jovens e adultos
<input type="checkbox"/>	Transporte público de qualidade
<input type="checkbox"/>	Comércio
<input type="checkbox"/>	Coleta de lixo
<input type="checkbox"/>	Tratamento de esgoto

Quando você fala da sua cidade, que imagem lhe vem à mente?

Por quê?

Deixe sua contribuição!

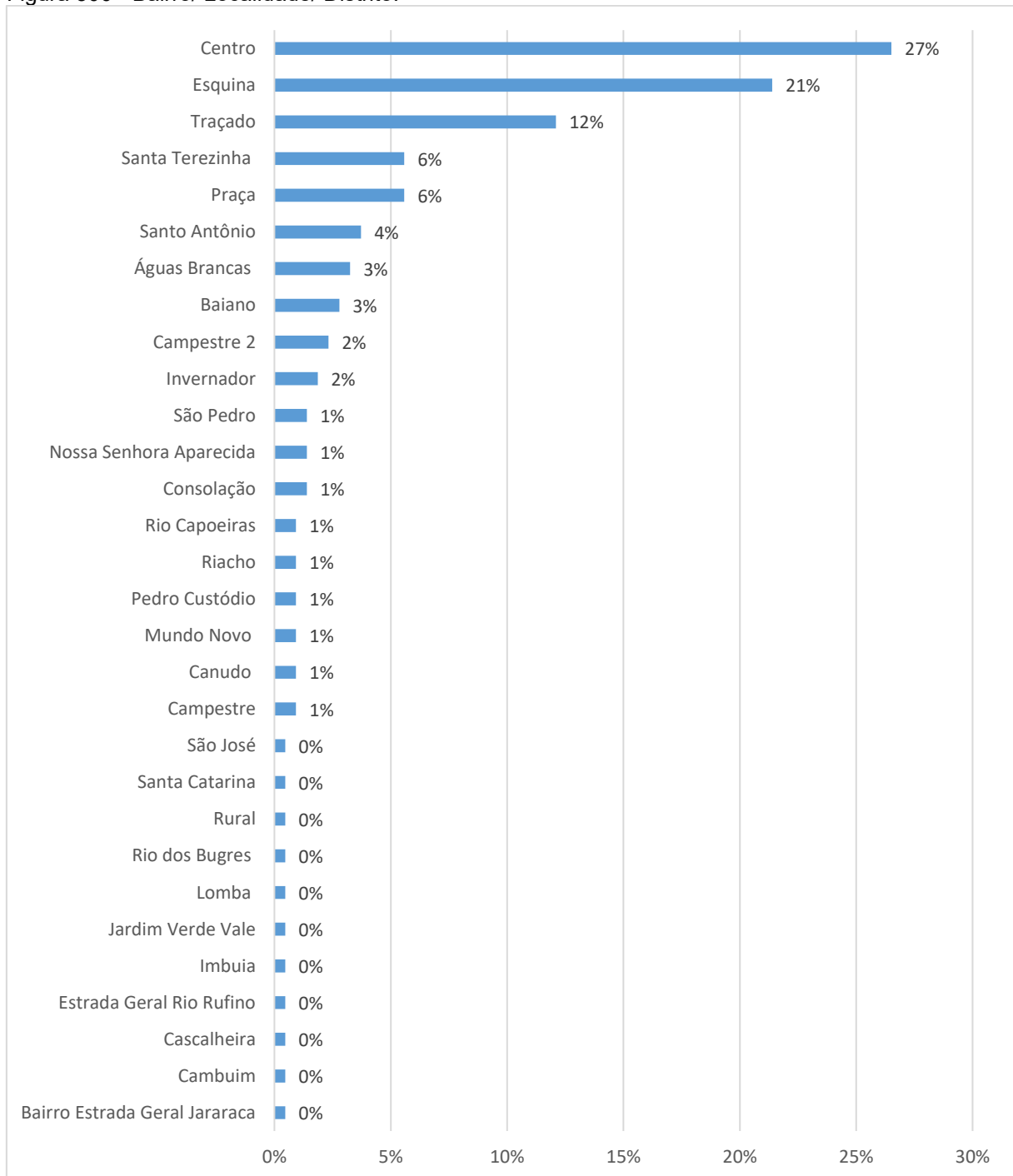
Realização:



As contribuições recolhidas por meio dos formulários, foram analisadas buscando identificar as similaridades mediante aos anseios da população, sobre temas relevantes para a elaboração da revisão do plano diretor. As repostas apresentadas neste documento foram recebidas até o dia 30 de setembro de 2019, data estabelecida para o fechamento das contribuições. Cabe salientar, que as questões do formulário on-line e físico são as mesmas, diferenciando-se apenas na solicitação de nome e CPF na versão física.

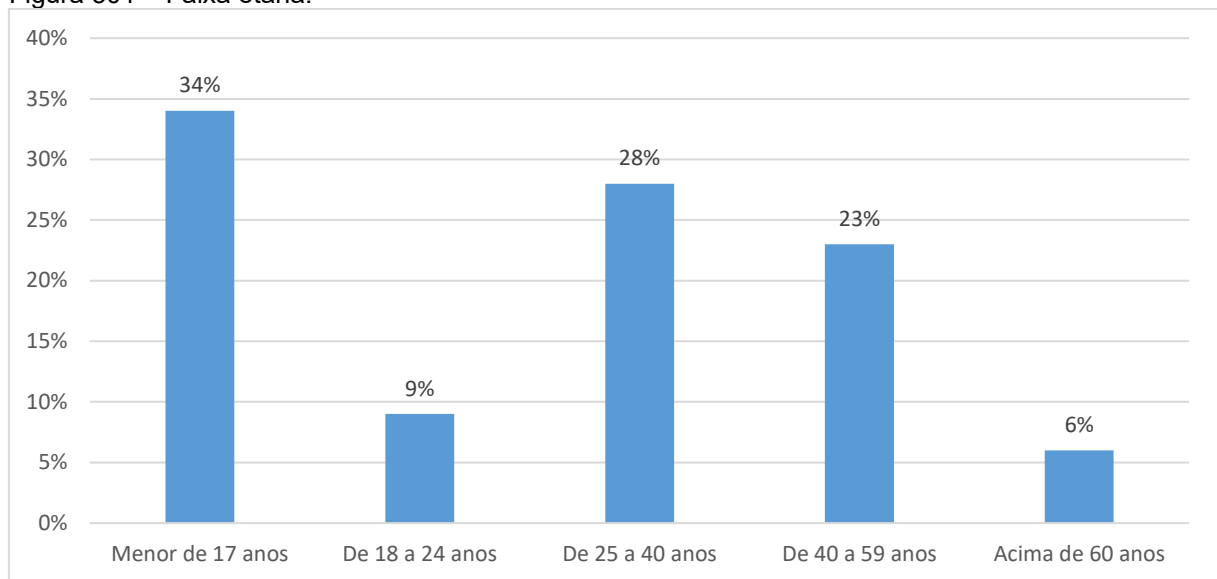
As respostas recebidas estão apresentadas por meio de gráficos e tabelas. Conforme repassado pela municipalidade, não houveram contribuições pelos formulários físicos disponibilizados. Foram coletadas 215 respostas por meios dos formulários on-line.

Os participantes residem majoritariamente nas localidades do Centro, Esquina e Traçado, regiões com maior nível de urbanização do município. Vale ressaltar que moradores de todas as localidades responderam o questionário, conforme podemos visualizar na Figura 300.

Figura 300 - Bairro/ Localidade/ Distrito.


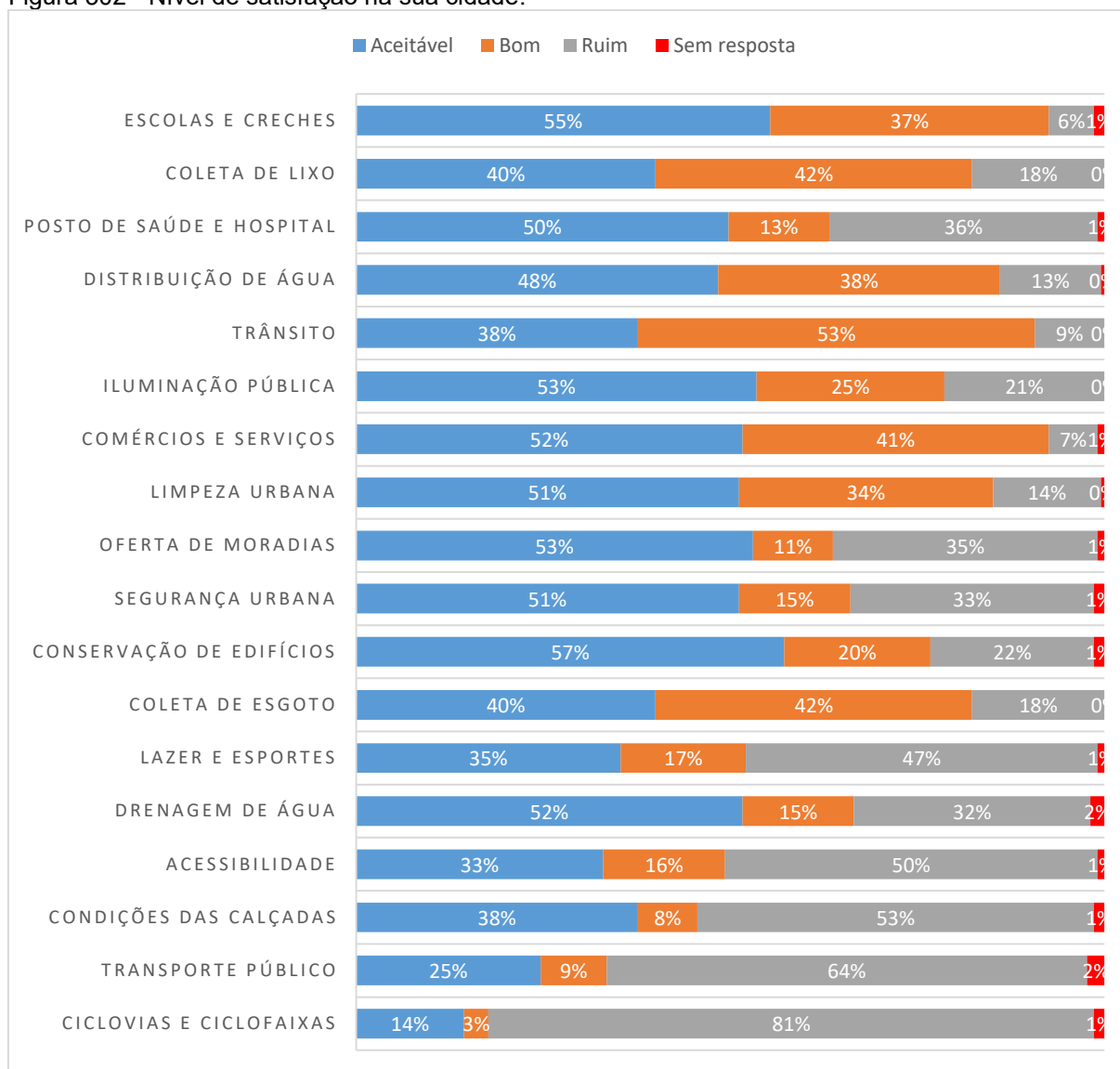
Fonte: CINCATARINA (2019)

Já em relação a faixa etária dos participantes, temos uma alta participação de 34% de menores de 17 anos, seguidas por uma participação de 28% da faixa etária de 25 a 40 anos, evidenciando-se a participação das camadas mais jovem da população.

Figura 301 – Faixa etária.


Fonte: CINCATARINA (2019)

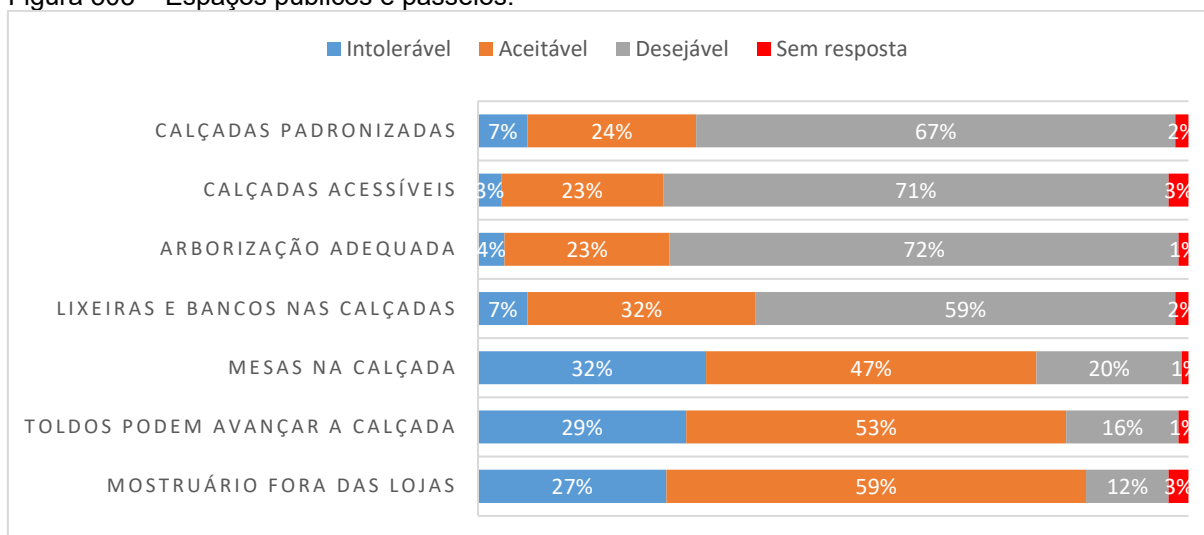
O nível de satisfação com relação a serviços e infraestrutura urbana, também foi questionado, a maior insatisfação da comunidade foi relacionada a insuficiência de ciclovias e ciclofaixas, seguida pela coleta de esgoto, transporte público, condição de calçadas, acessibilidade e lazer e esporte. Os serviços considerados aceitáveis pela comunidade são: segurança pública, saúde, educação, drenagem de água, conservação de edifícios, limpeza urbana, iluminação pública, distribuição de água, oferta de moradias e comércios e serviços. Somente o trânsito, foi considerado bom para maior parte dos respondentes.

Figura 302 - Nível de satisfação na sua cidade.


Fonte: CINCATARINA (2019)

A questão referente às repostas da Figura 303, questiona a respeito dos anseios dos espaços públicos e calçadas, especificamente sobre os aspectos de padronização de passeios, espaços para descanso e mobiliário urbano. Percebe-se nas respostas, que a maioria considera desejável a arborização adequada, calçadas acessíveis e padronizadas além de lixeiras e bancos nos passeios. Os itens considerados aceitáveis por maior parte são: o avanço de toldos nas calçadas, mesas nas calçadas e mostruários fora das lojas. Nenhum item foi considerado majoritariamente intolerável, porém, os itens mesas na calçada, avanço de toldos nas calçadas e mostruário fora das lojas, apresentaram-se com intoleráveis para parcela considerável dos respondentes.

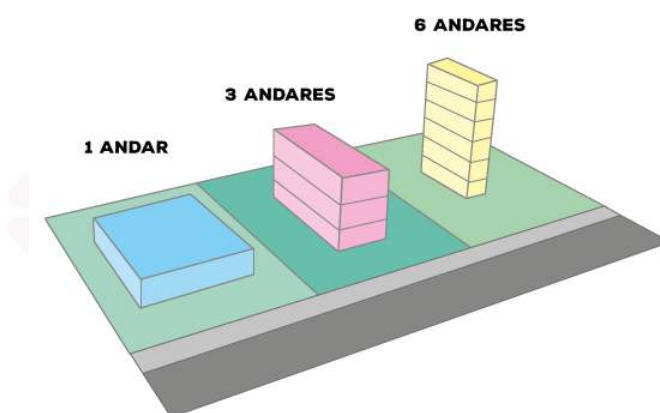
Figura 303 – Espaços públicos e passeios.



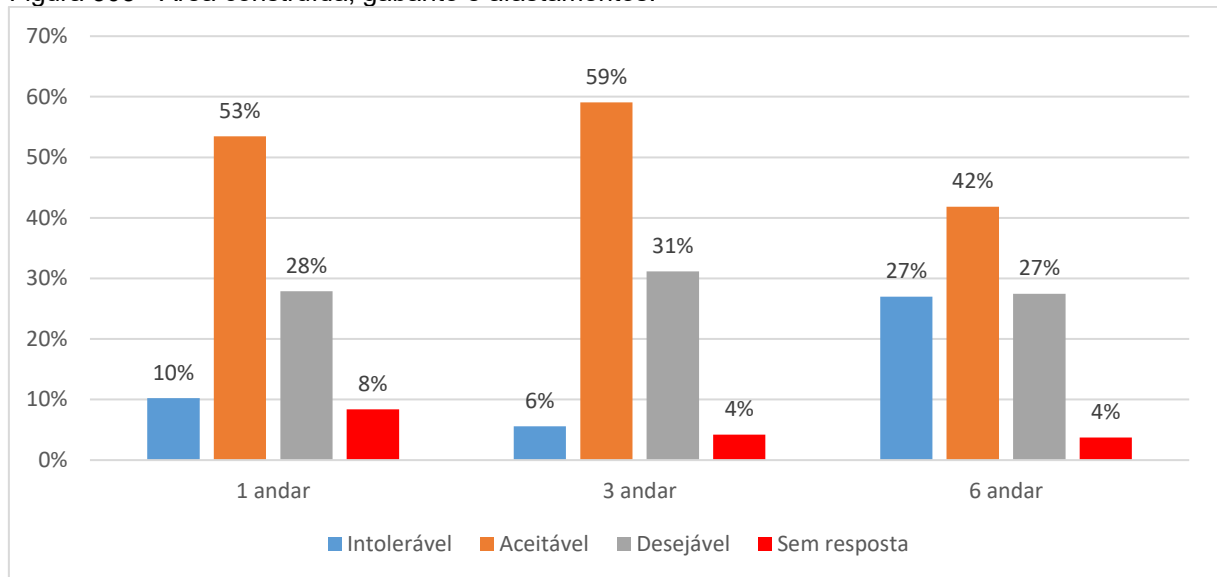
Fonte: CINCATARINA (2019)

A imagem apresentada na questão (Figura 304), demonstra edifícios com a mesma área construída e o mesmo padrão de terreno, porém, com afastamentos e andares diferentes, questionando qual o modelo ocupacional preferível pela comunidade, apresentando modelos de 1 andar, 3 andares e 6 andares, ressaltando que quanto maior o gabarito maior serão os afastamentos. O modelo de três pavimentos, apresenta-se como o mais desejável e aceitável, pelos respondentes. Já no modelo de 6 andares, os valores de intolerável e desejável empatam. Observando as respostas apresentadas na Figura 304, fica evidente o desejo de diversificação de volumes dentro das áreas urbanas de Urubici, todavia, com respeito a paisagem existente.

Figura 304 – Imagem questionando a relação de área construída, gabarito e afastamentos.



Fonte: CINCATARINA (2019)

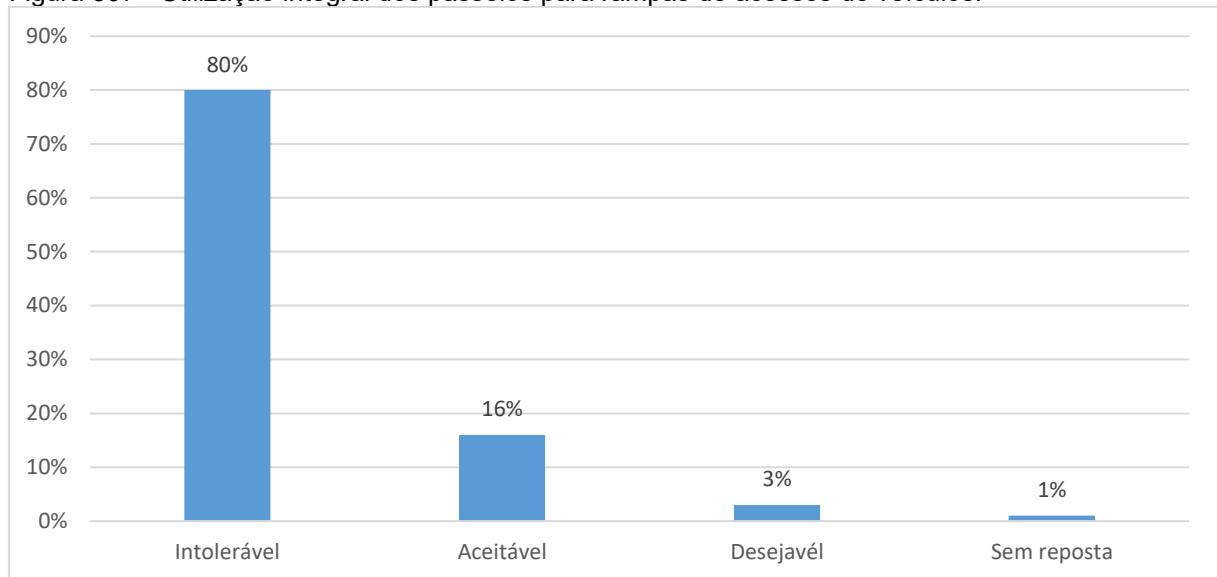
Figura 305 - Área construída, gabarito e afastamentos.


Fonte: CINCATARINA (2019)

Os respondentes foram questionados acerca da utilização integral dos passeios públicos como rampa para acesso de veículos (Figura 306). Nessa questão 80% dos questionados consideraram intoleráveis os usos de rampas desta maneira, sendo considerada 16% aceitável e 3% desejável, conforme a Figura 307.

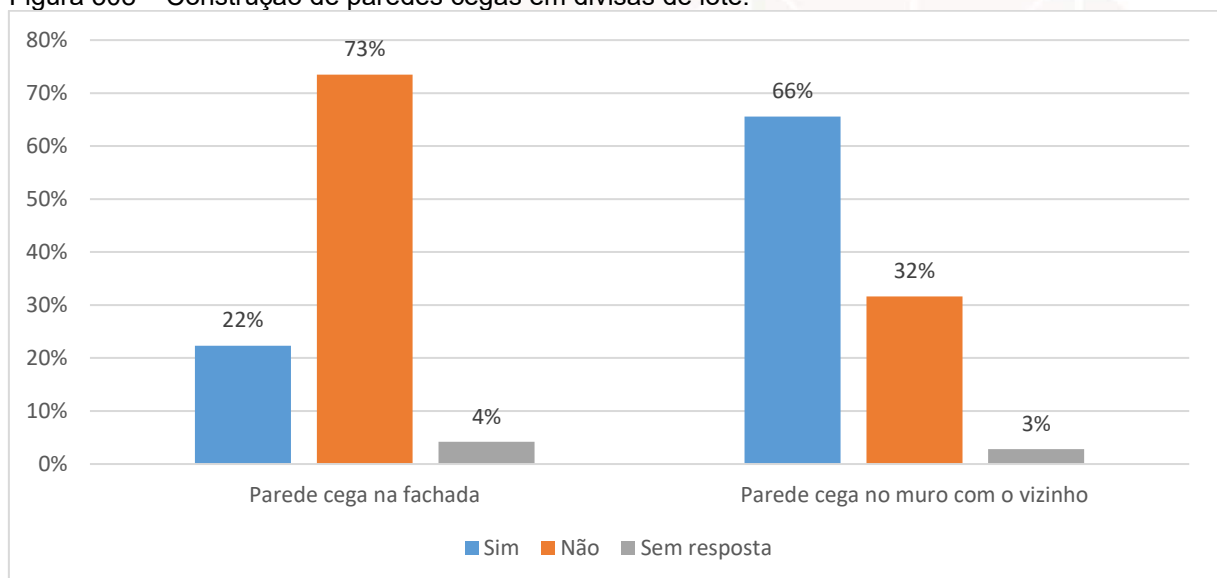
Figura 306 - Imagem da questão da utilização integral dos passeios para rampas de acessos de veículos.


Fonte: CINCATARINA (2019)

Figura 307 - Utilização integral dos passeios para rampas de acessos de veículos.


Fonte: CINCATARINA (2019)

Ainda os respondentes foram questionados sobre a permissibilidade de se construir em divisas de lotes tanto frontais, quanto laterais. A construção de paredes cegas em recuos frontais, foi considerada intolerável por 73% respondentes. Já a construção de parede cegas em divisas laterais e de fundos é desejável para 66% dos participantes.

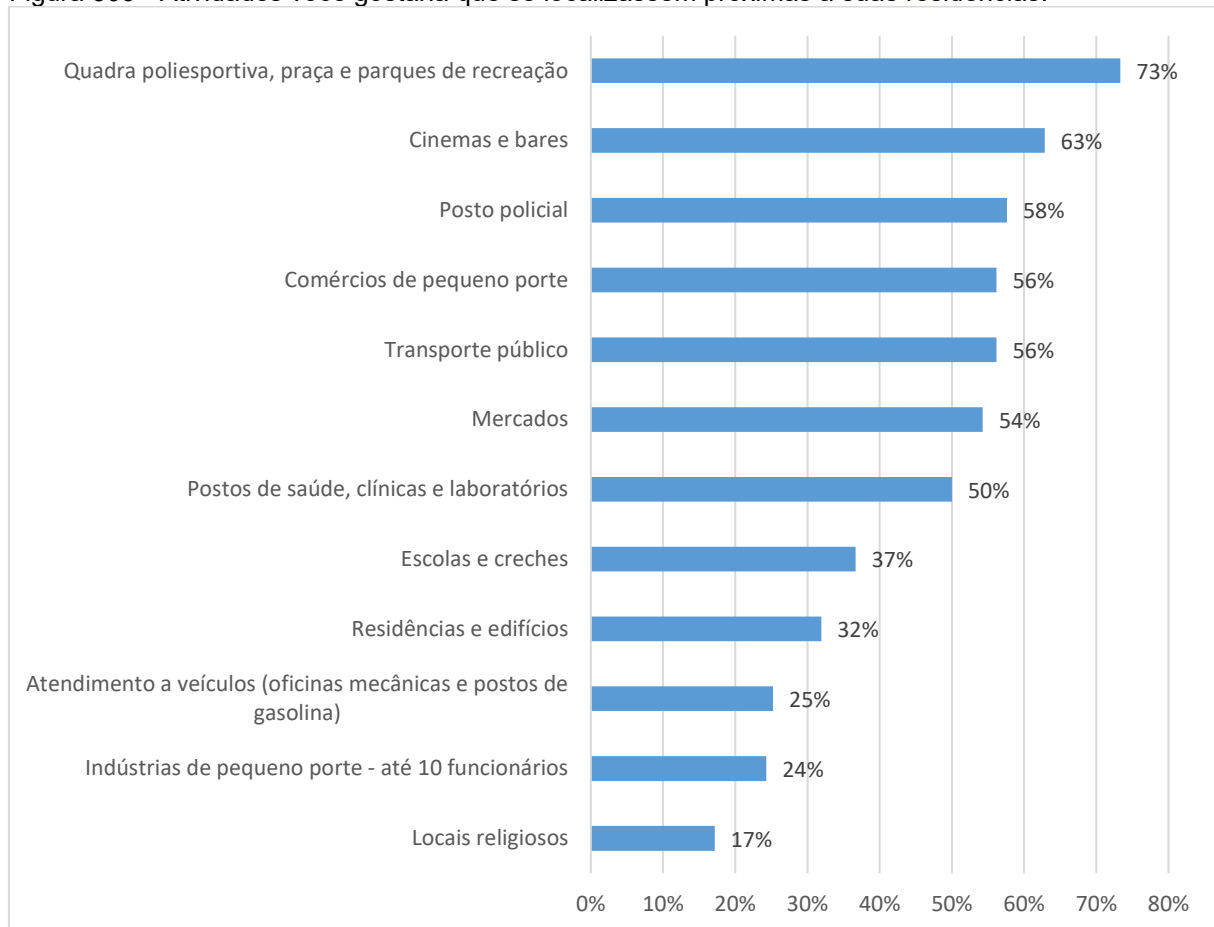
Figura 308 – Construção de paredes cegas em divisas de lote.


Fonte: CINCATARINA (2019)

Os participantes da pesquisa foram questionados sobre quais atividades gostariam que se localizassem próximas as suas residências, as preferências ficaram em espaços esportivos e de recreação e seguidos, cinemas, bares, posto policial, transporte público, mercados, comércios de pequeno porte, postos de saúde. Já os

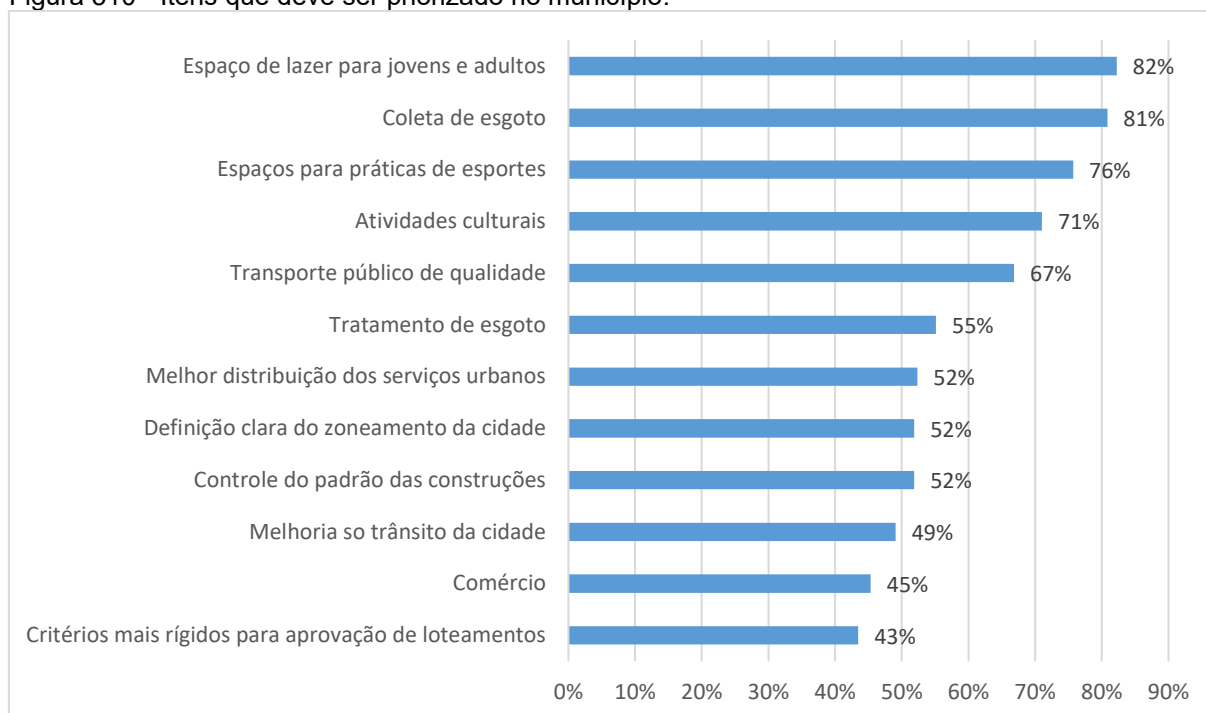
locais que incidiram menor preferência, foram locais religiosos, pequenas indústrias e atendimento a veículos. Deve-se ressaltar que esta questão recebeu 210 repostas.

Figura 309 - Atividades você gostaria que se localizassem próximas a suas residências.



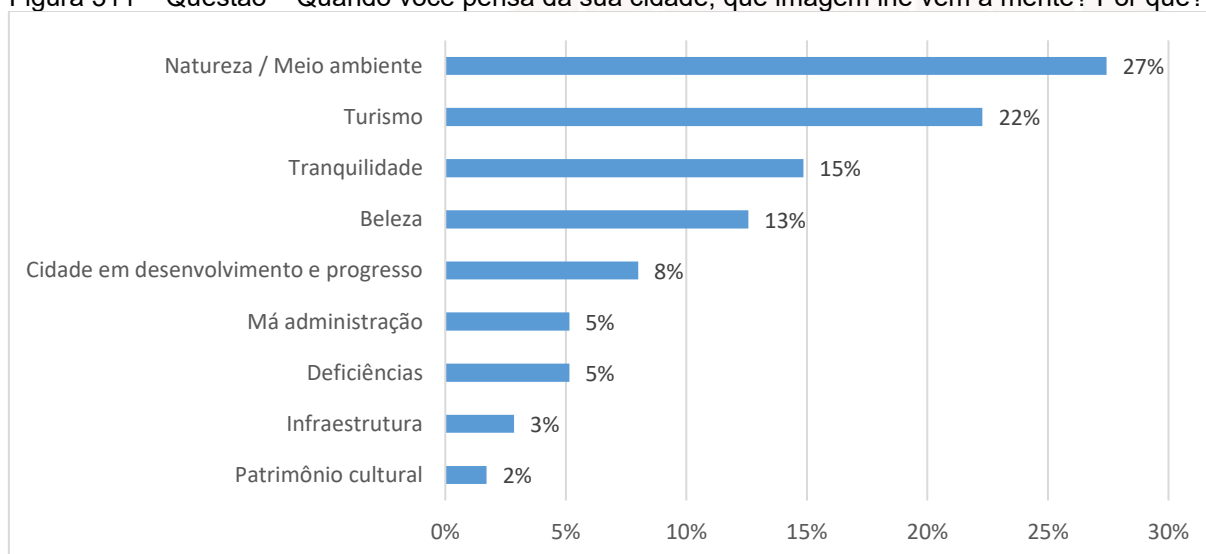
Fonte: CINCATARINA (2019)

Também foram questionados quais os itens que devem ser priorizados nos municípios, sendo primeiramente apontado espaços de lazer, respectivamente coleta de lixo, espaços para práticas esportivas, atividades culturais, transporte público de qualidade e tratamento de esgoto. Os demais itens também apresentaram altos níveis de prioridade. Visualizando que as principais demandas apontadas pelos respondentes foram relacionadas a espaços para lazer e esporte, tratamento e coleta de esgoto e transporte público. Foram 214 repostas recebidas nesta questão.

Figura 310 - Itens que deve ser priorizado no município.


Fonte: CINCATARINA (2019)

Os munícipes que responderam o questionário online foram questionados também que imagem tinham de sua cidade e por qual motivo. Palavras que expressam a imagem da cidade segundo as colocações dos respondentes foram: natureza, turismo, tranquilidade, beleza, cidade em desenvolvimento, dentre outras. Foram recebidas 175 respostas nesta questão, dispostas no APÊNDICE R e Figura 311, agrupadas e apontadas de forma quantitativa, quando similares.

Figura 311 – Questão – Quando você pensa da sua cidade, que imagem lhe vem à mente? Por quê?


Fonte: CINCATARINA (2019)

Foram 116 contribuições deixadas por meio do formulário on-line, que se encontram dispostas no APÊNDICE S, os temas abordados pelos respondentes foram diversificados, todavia, os que apresentam maior destaque são:

- Agricultura sustentável e atenção aos produtores rurais;
- Arborização urbana;
- Saneamento básico (coleta seletiva e tratamento e coleta de esgoto);
- Conscientização ambiental;
- Controle do parcelamento do solo;
- Demandas de espaços de lazer;
- Desenvolvimento com manutenção da essência da cidade;
- Divulgação de pontos turísticos;
- Investimentos em turismo;
- Legislações mais flexíveis e consistentes, com aplicação igualitária da legislação a todos;
- Melhora nos mobiliários urbanos;
- Necessidade de emprego;
- Necessidade de segurança pública;
- Necessidade de revisão de legislação urbanística;
- Padronização e acessibilidades dos passeios públicos;
- Pavimentação de vias;
- Qualificação dos pontos turísticos;
- Recreação e entretenimento para os moradores;
- Transporte coletivo para visitantes, moradores e estudantes ligando os principais pontos turísticos e de serviços públicos em meios urbanos e rurais;
- Tratamento de resíduos sólidos;
- Zoneamento urbano.

10 CONTRIBUIÇÃO POR E-MAIL

Outra forma de recebimento de contribuição e/ou esclarecimento de dúvidas disponibilizada durante a revisão do Plano Diretor foi através do endereço eletrônico (e-mail) pensarurubici@cincatarina.sc.gov.br. Até a data de 30 de setembro de 2019, não houveram contribuições por este veículo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o fechamento do diagnóstico da revisão do plano diretor utilizaremos a metodologia do CDP, o qual apresenta de uma maneira visual, compreensível e ordenada, as condicionantes, deficiências e potencialidades do município, formando dados relevantes para o planejamento urbanístico.

A classificação destes três grupos ocorre da seguinte maneira:

- **Condicionantes:** são elementos que existem e devem ser mantidos no município, preservados ou conservados, podem configurar restrições ou impedimentos, exemplo disto são as características naturais do município, como rios ou topografia.
- **Deficiências:** são elementos e situações de carácter negativo, que prejudicam o desenvolvimento urbano e devem ser analisados e melhorados.
- **Potencialidades:** geram demandas de inovação, os quais são elementos, recursos ou vantagens que até o momento não foram aproveitadas devidamente e podem ser incorporadas e potencializadas ao desenvolvimento futuro do município.

As informações avaliadas nesta análise, foram retiradas dos levantamentos e estudos realizados na Leitura Técnica e Leitura Comunitária do município de Urubici. O CDP será apresentado em cinco eixos estratégicos para a explanação específica em cada setor do planejamento territorial, sendo eles: Econômico e Social, Estruturação Urbana, Mobilidade Urbana, Qualificação Ambiental e Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural.

10.1 Econômico e social

Através da análise dos aspectos socioeconômicos, é possível averiguar contrastes existentes em Urubici, relacionados principalmente em área providas de infraestrutura, equipamentos, serviços e comércios, e em contraponto, outras áreas com necessidades de qualificação e inserção de infraestrutura e equipamentos para o seu desenvolvimento.

CONDICIONANTES

- Existência de diversos pontos e atrativos turísticos, que em sua maioria são naturais: Caverna Rio dos Bugres, Gruta Nossa Senhora de Lourdes, Cascata Véu De Noiva, Morro da igreja, Pedra Furada, Serra do Corvo Branco, Pedra da Águia, Cânion do Espriados, Campo dos Padres, Cascata Da Neve, Mirante Urubici, Morro do Campestre, Inscrições Rupestres, Rancho da Montanha Urubici, Cachoeira Do Avencal, Rio Sete Quedas, Trilha da Cascata do Avencal, Cachoeira Rio Vacariano, Cavalgadas Estância Lava Tudo, Campos de Santa Bárbara, Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens dentre outros;
- Existência de infraestrutura de hospedagem: hotéis, pousadas, hostéis, hotéis fazenda, estalagens, cabanas dentre outros;
- Os serviços urbanos consolidados como saúde e educação apresentam-se de forma descentralizada o que possibilita um atendimento mais pontual a população, de modo especial, no distrito e localidades rurais;
- Setor primário com significativa produção vegetal (sementes e frutas) e animal (bovinos, leite e mel de abelha).

DEFICIÊNCIAS

- Existência de população com vulnerabilidade social, em ocupações irregulares e segmentos de baixa renda, de modo expressivo, localizadas próximas ao cemitério municipal, lindeiras ao Rio Canoas e no distrito de Águas Brancas;
- O índice de desenvolvimento municipal sustentável de 2018 foi de 0,533, sendo considerado nível médio-baixo, já o que tange a economia do município, ficou com uma média ainda mais baixa, de 0,440, em relação aos demais municípios catarinenses.
- Possui uma média salarial de 1,9 salários mínimos, estando na posição 221 de 295 municípios catarinenses, em relação à média salarial dos trabalhadores (IBGE, 2017). Indicando que está abaixo da média estadual. Manifestando a necessidade de fomento de melhorias e/ou incentivo a novas atividades econômicas;
- Falta de flexibilização de áreas para inovação, com possibilidades de locação de empresas verdes e de tecnologia devido ao interesse a fomentação de

empresas sustentáveis na região, visando associar e não prejudicar o turismo natural do município.

- Custo oneroso para oferta de serviços públicos em loteamentos distantes da área consolidada;
- Inexistência de produtos voltados à exportação, visto o potencial existente na produção frutífera;
- Necessidade de assistência técnica aos produtores rurais, bem como a organização de associações e cooperativas, voltando-se especialmente aos pequenos produtores.
- Demandas para habitações de interesse social, visto a existência de população em situação de vulnerabilidade, tanto nas áreas de riscos quanto em ocupações irregulares;
- Demandas para legislações mais flexíveis e consistentes, visto que a população encara a legislação vigente como burocrática e desigualitária, considerando ela um dos limitadores do desenvolvimento;
- Alta demandas por espaços de lazer, recreação, práticas esportivas, centros de eventos voltadas para todos os segmentos da sociedade;
- Há necessidade de oferta de comércios e serviços (áreas de usos misto) em localidades periféricas do perímetro urbano da sede e distrito, visto a predominância de áreas residenciais;
- Falta de padronização de horários de comércio e serviços;
- Para segurança pública é importante ressaltar a importância da manutenção dos espaços públicos, como por exemplo nas Praça Padre José Gonçalves Espindola (Esquina), Praça Francisco Pereira de Souza (Praça) e a Praça Caetano Vieira de Souza (Praça), pois, espaços vulneráveis e degradados estão propensos a diversos tipos de violência. Bem como, a importância do policiamento, de modo especial no distrito de Águas Brancas;
- As restrições apontadas para o desenvolvimento econômicos são baixa qualificação da mão de obra, incompreensão acerca da legislação, altas taxas, informalidade de hospedagem e prestação de serviço, falta de infraestrutura e falta de manutenção de pontos turísticos;
- No município não foram identificados cursos presenciais de graduação em nível técnico ou superior, visto a demanda vigente de qualificação tanto no setor turístico quanto no agronegócio.

PONTENCIALIDADES

- Existência de meios de comunicação, tais como: 03 agências de correios, rádio, circulação de jornal e sinal 4G. Todavia, com necessidade de melhoria na área de abrangência nos sistemas de telecomunicação;
- Fomento à integração da sociedade civil organizada aos processos de tomada de decisão da gestão do município, dotando os cidadãos da responsabilidade e cobrança da continuidade dos planos de ações, não permitindo que o partidarismo ou a vaidade política se sobreponham ao bem comum;
- A paisagem natural de Urubici é entendida como aliada no desenvolvimento econômico. Visto que o turismo natural, ativa uma cadeia econômica capaz de gerar benefícios nos setores comerciais e de prestação de serviços, consequentemente aumento de arrecadação municipal;
- O agronegócio é atualmente a principal fonte econômica de Urubici e pode atrair diversas empresas, no caso do município é relevante a análise da cadeia produtiva da maçã, bem como a produção de outras frutas que necessitam de baixas temperaturas;
- No turismo, as potencialidades elencadas recorrem-se ao fortalecimento do turismo rural e ecológico, na exploração do turismo de aventura, bem como a necessidade de preparação dos moradores e empreendedores para o atendimento aos turistas;
- Possibilidade de oferecer custo diferenciado aos pontos turísticos, comércio e restaurantes em períodos de feriados, temporada e/ou eventos, incentivando ainda mais a população a participar, conhecer e divulgar os pontos turísticos da cidade;
- Áreas dotadas de infraestrutura social, na localidade do Traçado, com baixa densidade ocupacional, as quais são passíveis para novas ocupações;
- Desenvolvimento com manutenção da essência da cidade;
- Estudo de taxa ambiental para entrada em pontos turísticos, para manutenção destes.

Por fim, vale lembrar que foram de senso comuns diversos aspectos socioeconômicos, identificados nas leituras técnica e comunitária, principalmente no que diz respeito a necessidade de novas fontes econômicas nos setores de turismo e agronegócio e em ambos o desejo pelo desenvolvimento dentro de políticas

sustentáveis. Assim como a necessidades de qualificação profissional, medidas para aumento da renda média, formalização de empresas e empregos, visto que são baixos os números em relação a população existente.

10.2 Estruturação urbana

Através da análise dos aspectos de estruturação urbana apontados na Leitura Técnica e Comunitária, foi possível retratar as diversidades socioespaciais, as barreiras físicas, as predominâncias no uso do solo, bem como as tendências de expansão do município e as características da paisagem urbana, identificadas através das condicionantes, potencialidades e deficiências a seguir.

CONDICIONANTES

- Tendência de crescimento da malha urbana acontecem: na Praça ao oeste e sudoeste (SC-110), e sudeste (Rua Pedro Custódio); na Esquina ao leste e oeste (SC-370); em Águas Brancas, moderadamente ao norte, leste e oeste; como também no Traçado moderadamente ao leste;
- A Esquina pode ser caracterizada pela convergência de destinos de pessoas atraídas pelas mais diversas razões, o que transmite dinâmica e diversidade a essa região, especialmente pelo cruzamento das rodovias SC-370 e SC-110, favorecendo a locação de atividades comerciais de serviços e de uso misto;
- A malha urbana apresenta tipologias de traçado retangular (Águas Brancas, Praça, Traçado e Esquina) e espinha de peixe (Esquina na SC-110 e Praça na Rua Pedro Custódio) e orgânico (Localidade de Santa Terezinha);
- As edificações existentes são predominantemente térreas, fator que auxilia a preservação da paisagem natural sobre a área construída, além de auxiliar em questões de isolamento e ventilação.
- As regiões da Esquina e da Praça apresentam adensamento ocupacional médio alto em relação ao porte do município, com terrenos disponíveis para novas ocupações, ressaltando que se situam em locais de topografia com declividades inferiores a 9,99% e já possuem infraestrutura;
- A existência de edificações com usos mistos, foi averiguada em diversas regiões da cidade, principalmente na Praça e na Esquina. Sua existência fomenta a autonomia local por serviços e demandas de empregos, além de ser

uma condicionante positiva para mobilidade, pois possibilita a redução de deslocamentos;

- Diversas edificações construídas em madeira, utilizadas em residências e edificações de hospedagem, geralmente com apenas um pavimento, havendo desejo para incentivos a esta tipologia construtiva;
- Região leste do perímetro urbano da sede apresenta declividades superiores a 30%, fazendo que tal região necessite liberações e estudos para que seja passível a inserção de novas ocupações;
- Os parâmetros referentes a recuos, taxa de ocupação e taxa de permeabilidade, vigentes são favoráveis aos âmbitos ambientais urbanos;

DEFICIÊNCIAS

- Na questão dos usos do solo, é evidenciado as atividades rurais em solo urbano e vice-versa, deixando as áreas urbanizadas com características semi-rurais, carecendo de delimitação de usos adequados a cada meio;
- Existência de lotes subutilizados em áreas centrais, os quais impactam negativamente no desenvolvimento do uso do solo e afetam o uso e a distribuição de serviços e equipamentos públicos;
- Necessidade de parâmetros urbanísticos voltados a áreas de interesse turístico, especialmente para regularização de edificações e fomento a novos investimentos, no tocante de locais de hospedagem e espaços recreacionais;
- A legislação de zoneamento apresenta a classificação de usos, por meio, de grau de periculosidade e de grupos de atividades, os quais deixam lacunas na classificação dos usos do solo, que podem gerar dificuldades na abertura de novos estabelecimentos, pois, a forma atual não contempla a todas as atividades econômicas existentes, os quais dificultam a fluidez dos processos administrativos;
- Zona industrial vigente pouco desenvolvida, havendo necessidade de estruturação para abertura de indústrias e empresas sustentáveis na região;
- Existência de loteamentos e/ou ocupações irregulares, desprovidas de infraestruturas e caracterizadas por padrão de ocupação inadequados, representado por vias sem pavimentação, inexistência de passeios e falta de observância de parâmetros urbanísticos.

- Existência de edificações construídas com materiais de baixa qualidade técnica, exemplificadas em construções encontradas no distrito de Águas Brancas.
- Concentração dos espaços destinados a lazer e recreação somente nas áreas centrais da sede, havendo a necessidade da criação de novas áreas com melhor distribuição pelo perímetro urbano.
- Necessidade de restauração do cemitério de cápsula de Santa Bárbara;
- Espriamento urbano ao norte entre Águas Brancas e Esquina, ao leste nas lindeiras a SC-370, especialmente na localidade da Esquina, ao centro do perímetro urbano na localidade do Traçado. Tal espriamento gera vazios urbanos, pois as regiões supracitadas são dotadas de infraestrutura e locadas em áreas passíveis a novas ocupações.

POTENCIALIDADES

- Potencial de crescimento sem grandes construções que destoem da paisagem, preservando a imagem e identidade da cidade;
- Topografia favorável para novas ocupações: leste (margens da SC-370); localidade do Traçado; sudeste e sudoeste da localidade da Praça e; ao norte nos vazios urbanos das localidades da Esquina e Águas Brancas. Tais áreas apresentam declividades inferiores a 9,99%;
- Uso de menor preferência próximo a residências: locais religiosos, indústrias em geral, prestação de serviços para automóveis e edificações passíveis de médio a alto nível de incômodo;
- Uso de maior preferência próximos a residências são: edificações de uso misto, espaços esportivos, recreação e lazer, locais gastronômicos de pequeno porte, posto policial, transporte público, mercados, educacionais, comércios de pequeno porte e postos de saúde, devido ao baixo nível de incômodo.
- Desejável a possibilidade de construção em recuos laterais e de fundos (parede cega), bem como a não construção de paredes cegas nos recuos frontais das edificações;
- Alto fluxo de turistas e munícipes nas áreas centrais de Urubici, favorecendo a utilização de fachada ativa.

- Modelos ocupacionais que proporcionem melhor condicionamento térmico, voltada a realidade do município;
- Existência de topografia com declividade inferiores a 30% em áreas urbanas, com possibilidade para novas ocupações nos sentidos norte (SC-110) em direção a Bom Retiro, sudeste em sentido à Rua Pedro Custódio, sudoeste (SC-110) em direção a São Joaquim, oeste (SC-370) em direção a Rio Rufino, leste (SC-370) em direção a Grão Pará e central (Traçado) do perímetro urbano da Sede.
- Possibilidade de instalação de empresas e indústrias em áreas rurais, desde que os usos sejam compatíveis ao ambiente, com preferência as relacionadas as principais cadeias produtivas do município;
- Fiscalização e criação de instrumentos para a coibição de parcelamentos irregulares do solo, de modo especial em meios rurais.

Por fim, vale ressaltar que o estudo de estruturação urbana é de suma importância para nortear as legislações de uso e ocupação do solo e parcelamento do solo, bem como as diretrizes de crescimento e planejamento urbano. Dito isso, é de senso comum, prever a flexibilidade e variedade do uso do solo, promovendo a facilitação de abertura de empreendimentos de acordo com seu nível de incomodidade. Também, vale destacar o desejo pelo resgate da identidade do município ornando com seus aspectos naturais e turísticos.

10.3 Mobilidade urbana

Quando analisamos a mobilidade urbana, item este, fundamental para a qualidade de vida da população, levamos em conta os deslocamentos diários de munícipes e turistas, a maneira como ocorrem estes deslocamentos, os meios de transporte utilizados e as principais vias utilizadas. Analisamos ainda, aspectos relacionados a acessibilidade, segurança, atrativos e infraestrutura existentes.

CONDICIONANTES

- Os acessos do município são condicionados pelas existências de serras, sendo elas: a Serra do Panelão na SC-110 e a Serra do Corvo Branco na SC-370;

- A topografia das áreas urbanizadas em sua maioria, é plana e sua malha viária tem traçados retangulares;
- O eixo estruturante do município é a Avenida Adolfo Konder (SC-110);
- As vias do município são largas, fator favorável para implantação de infraestrutura urbanas e essencial para o desenvolvimento do município;
- Existência do cruzamento entre as rodovias SC-110 e SC-370, na localidade da Esquina, com presença de semáforo, que auxilia no fluxo e controle de tráfego;
- O fluxo do trânsito é considerado bom em detrimento ao porte do município, não havendo muitos pontos de congestionamento;
- Somente o Rio Canoas é transitável para embarcações de pequeno porte para lazer.

DEFICIÊNCIAS

- Foi identificada a necessidade de medidas moderadoras de tráfego, especialmente áreas circunvizinhas a instituições de ensino, visando a segurança dos pedestres;
- Falta de regularização de acessos aos terrenos – rampas nos passeios e rebaixe total de meio-fio para acesso de veículos;
- Necessidade de adequação, manutenção, construção e padronização dos passeios públicos em conformidades as normas de acessibilidade, visto que em diversas regiões do município os passeios apresentam-se de modo inadequados, inexistentes e/ou obstruídos;
- Inexistência infraestrutura para ciclistas;
- Necessidade de instalação de mobiliário urbano nos passeios públicos para descanso e permanência de transeuntes;
- Ausência de acessibilidade em passeios públicos;
- Insuficiência dos serviços de transporte coletivo e infraestruturas relacionadas, que implicam diretamente nos deslocamentos de população longínquas e posteriormente na falta de diversificações de modais de transporte coletivo em detrimento do transporte individual;
- Falta de pavimentação das principais vias do município, tanto as de acesso aos atrativos turísticos localizados em áreas rurais, como para o deslocamento da

produção agrícola, de modo especial SC-370 na ligação Grão-Pará a Rio Rufino;

- A sinalização viária apresenta carências na localização de faixas de pedestres, indicações de placas padronizadas para atrativos turísticos, especialmente nas margens das rodovias SC-110 e SC-370;
- Polos geradores de tráfegos concentrados nas localidades da Esquina e Praça, devido a concentração de comércios e serviços;
- Devido a precariedade ou ausência de infraestrutura viária, os munícipes são condicionados muitas vezes, ao uso de automóveis, pois, os deslocamentos em outros modais tornam-se inviáveis, inacessíveis e em muitas áreas inseguros, especialmente nos acessos ao município.

POTENCIALIDADES

- A logística envolvida no deslocamento de cargas é facilitada pela existência das duas SC que cortam o município, sendo elas: as SC-370 e SC-110. Nota-se, porém, a necessidade de uma melhor organização e estruturação de tráfego para facilitar o transporte em veículos de grande porte para a escoação de produção.
- Facilidade de escoamento de produção e bens pela SC-110, seguindo em sentido a BR-282, visto que está já apresenta pavimentação;
- Estruturação das vias – Ampliação da malha asfáltica, calçamento e padronização dos passeios públicos, manutenção nas estradas do interior e melhoria da infraestrutura em acessos a pontos turísticos.
- Criação de infraestrutura adequada para a diversificação e integração dos modais de transporte, especialmente os de uso coletivo e não motorizados como: ônibus, bicicletas, patinetes, etc;
- Muito potencial para a criação e implantação de infraestrutura cicloviária, pois, diversos munícipes e visitantes utilizam o modal, tanto para deslocamento a trabalho, quando para lazer. Visto topografia plana e vias largas, favoráveis para sua implantação.
- Implantação de rotas acessíveis ligando áreas estratégicas do perímetro urbano, como áreas institucionais e de interesse turístico;
- Preferência por modelos de estacionamento que não interfiram na fachada ativa bem como a segurança dos pedestres;

- Priorização do transporte coletivo para visitantes, moradores e estudantes ligando os principais pontos turísticos e de serviços públicos em meios urbanos e rurais, especialmente entre as localidades da Esquina e Praça;

As análises do eixo de mobilidade urbana, demonstram que o município possui carência em infraestrutura viária, porém um alto potencial para a instalação das mesmas, visando oportunizar e integrar os diferentes meios de transporte, em destaque, os veículos não motorizados e os coletivos, bem como a padronização dos passeios públicos com acessibilidade, evidentes, tanto pelo olhar técnico como comunitário. O incentivo a fachada ativa também é um ponto em potencial para o município, já que o mesmo apresenta vias largas e com fluxo de munícipes e turistas. Vale também destacar que Urubici é servido por duas rodovias estaduais que são forte aliadas ao deslocamento intermunicipal.

10.4 Qualificação ambiental

Os aspectos relacionados à qualificação ambiental são relacionados as áreas de preservação ambiental, geologia, recursos hídricos, topografia, áreas de risco, arborização urbana, tratamento paisagístico, saneamento básico, dentre outros. E como estes afetam a vivência nos espaços urbanos.

CONDICIONANTES

- Os remanescentes vegetais são encontrados em todas as partes do município, especialmente pela existência de espaços conservados e prese, como o Parque Nacional de São Joaquim e as matas de araucárias;
- O relevo de Urubici é caracterizado por serras e planícies fluviais, elementos marcantes na paisagem das margens do Rio Canoas;
- Há áreas de riscos geológicos e hidrológico que se encontram em várias regiões de Urubici, inclusive no seu perímetro urbano;
- Índice de abastecimento urbano de água é 93,94%, com 2.621 economias ativas (SNIS, 2017);
- Temperatura média mínima 7°C em julho e média máxima de 22°C janeiro e fevereiro. As baixas temperaturas do inverno, movimentam o turismo do frio e as temperaturas amenas do verão, trazem turistas em busca de aventuras

junto a natureza. Havendo, possibilidade de exploração turística durante todos os períodos do ano;

- Existência de praças: Praça Padre José Gonçalves Espindola (Esquina), Praça Francisco Pereira de Souza (Praça) e a Praça Caetano Vieira de Souza (Praça);
- Áreas de preservação permanente dentro do perímetro urbano, com destaque para as faixas existentes nas margens dos Rios Urubici, Canoas e Rio Riacho, os quais possuem maior número de ocupações nas proximidades;
- O consumo energético do município conta com 1.371 unidades consumidoras;
- No município encontram-se as nascentes responsáveis pela formação do Rio Canoas, bem como áreas de recarga hídrica do Aquífero Guarani, havendo conscientização constante acerca da manutenção de nascentes e mananciais;
- Existência do ICMBio, órgão ambiental responsável pela gestão do Parque Nacional de São Joaquim, e por políticas relacionadas a cultura de preservação ambiental.

DEFICIÊNCIAS

- Anseio por tratamento paisagístico e de ajardinamento nas vias urbanas, com porte adequado nos passeios, visto que atualmente o município não conta com arborização nas vias destoando da imagem de cidade voltada a natureza;
- Falta de áreas verdes em áreas urbanas destinadas a lazer e recreação, visto que atualmente o município conta com apenas 3 praças, faltando tais espaços principalmente no distrito de Águas Brancas e na localidade de Santa Terezinha;
- Atualmente, o município possui 94 imóveis em áreas de risco;
- Demandas de controle de criação de animais em áreas urbanas, visto que tal uso é incompatível com a infraestrutura de espaços urbanizados;
- Elevado número de solicitação por infraestrutura e tratamento do esgotamento sanitário, visto que 9,49% do esgoto da área urbana e 28,75% da área rural, são direcionados diretamente para vala, rios, córrego, dentre outros lugares, acendendo risco ambiental e sanitário ao município. Além de outras soluções empregadas que não apresentam efetividade no tratamento sanitário. O maior enfoque das demandas foi o distrito de Águas Brancas;

- Evidenciada a necessidade de manutenção e melhorias de serviços e infraestrutura relacionados ao saneamento básico (coleta seletiva, limpeza urbana, abastecimento de água e esgotamento sanitário), demonstrado pelo alto índice de insatisfação destes itens.

POTENCIALIDADES

- Urubici apresenta uma alta taxa de permeabilidade no solo, fator primordial para diminuição de alagamentos ou inundações, de modo especial pelo município situar-se em planícies fluviais propícias a inundações;
- Existência de 18 quedas d'água do município, algumas já exploradas turisticamente, com capacidade para a exploração das demais dentro da rota turística do município;
- Potencial para a exploração de minérios - jazidas minerais de basalto, argila e cascalho;
- Possibilidade de vinculação ao programa "Cidade Sustentáveis";
- Urubici apresenta potencial para geração de energia, por meio de hidrelétricas, devido ao alto número de cursos d'água e suas respectivas vazões, já havendo uma Central Geradora Hidrelétrica no Rio Farrapos;
- Recursos hídricos com potenciais para atividades de lazer;
- Potencialidade para incentivos à iniciativa privada ao plantio e conservação de jardins no perímetro urbano e áreas de expansão urbana;
- Potencial para implantação de coleta seletiva, bem como a criação de cooperativas ou centros de reciclagem de resíduos, abarcando as demandas de sustentabilidade ambiental e econômicas;
- Agricultura sustentável, bem como a produção orgânica são vieses ascendentes no município, tanto para a sustentabilidade econômica como a ambiental, devendo ser aliadas aos desígnios econômicos de Urubici;
- Para que o setor agricultura desenvolva-se de modo sustentável e com menor incidência de poluentes nocivos, é necessário a fiscalização sobre o uso de agrotóxicos;
- Ocupações urbanas situadas em áreas com declividades inferiores a 30%, fator benéfico a segurança ocupacional do município.

Em suma, os aspectos relacionados a qualificação ambiental, voltaram principalmente as demandas por novos espaços de lazer, preservação de remanescentes vegetais, tratamento paisagístico urbano, além de serem elencados as demandas relacionadas a ampliação do saneamento básico: limpeza urbana, coleta seletiva e esgotamento sanitário. Bem como a gestão de áreas de risco e soluções sustentáveis para a agricultura local.

10.5 Proteção do patrimônio histórico e cultural

O patrimônio é composto pelo conjunto dos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, ícones portadores de referência à identidade, à ação, à memória da cidade, que caracteriza e destaca-se como uma particularidade do município. Neste sentido, o levantamento do CDP nas reuniões comunitárias evidenciou os pontos para a valorização da cultura e memória de Urubici.

CONDICIONANTES

- Fachadas históricas nas proximidades da Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens, por suas características arquitetônicas, remanescentes dos períodos de colonização;
- Eventos tradicionalista e religiosos que mantém viva a cultura local, tais como: Baile Branco, Baile do Chopp, Baile do Quentão, Carnaval, Cavalgada dos Aparados da Serra, DesaFrio, Fenatruta, Festa da Padroeira do Município Nossa Senhora Mãe dos Homens, Festas das Hortaliças – FENAHORT, Festival Gastronômico, Festival Viva Serra, Natal, Rodeio Crioulo Internacional e Prenda Jovem, Romaria da Penitência e Sequalquia;
- Existência de 40 sítios arqueológicos, com inscrições rupestres registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, com potencial turístico ainda a ser explorado;
- Preservação da imagem de cidade pequena e tranquila;
- Paisagem e beleza natural;
- Igrejas de comunidades rurais, pela importância desta na cultura local, bem como na manutenção e postergação dos costumes locais;
- Tradições culturais de imigrantes gaúchos, alemães, italianos e portugueses.

DEFICIÊNCIAS

- Deficiência na manutenção do patrimônio histórico-cultural, no que tange a preservação de fachadas de edifícios históricos, bem como, ausência de museus para a proteção de bens e memória locais, tanto histórico como natural;
- Necessidade de atualização da lista de locais e bens de interesse do município para tombamentos, constantes no Plano Diretor vigente;
- Falta de valorização da cultura local: música, línguas e folclore;
- Deficiência em questões ornamentais e ausência de identidade visual nas áreas urbana;

POTENCIALIDADES

- Existência de lei de preservação do patrimônio natural, cultural e histórico - Lei nº 1335/2009, ponto essencial para o desenvolvimento da cultura da preservação de bens materiais e imateriais que contemplem a história e cultura;
- Preservar a cultura do uso de atafonas, com intuito de manutenção de tradições e costumes;
- Explorar e valorizar a diversidade étnica dos imigrantes, bem como na culinária típica;
- Possibilidade de melhorias na infraestrutura do Parque de Exposições Manoel Prá, especialmente para atividades relacionadas à cultura e tradições gaúchas e atratividade para visitantes;
- Acervo representativo de imóveis, bens, locais a serem tombados, com grande potencial a serem explorados turisticamente, visto que a cidade já tem parte de sua economia voltada ao turismo.

Este diagnóstico expõe as análises da combinação das leituras técnicas e comunitário, apresentado o cenário observado em ambas e explanando as demandas inerentes ao município de maneira global.

Na próxima fase, será elaborado o prognóstico, o qual é baseado no conteúdo deste documento. O prognóstico do município buscará balizar as medidas necessárias para a revisão da legislação urbanística, atendendo as demandas averiguadas neste diagnóstico, apontando diretrizes, metas e ações para o desenvolvimento territorial ordenado e equilibrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADJORISC- Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina. **Jornais Associados**. Urubici. 2019. Disponível em: <<http://institucional.adjorisc.com.br/associados/relacao/>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ANM - Agência Nacional de Mineração. **Sistema de Informações Geográficas da Mineração – SIGMINE**. 2019. Disponível em: <<http://www.anm.gov.br/assuntos/ao-minerador/sigmine>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

AYALA CARCEDO, F.J. **Introducion a los riesgos geologicos**. In: Riesgos geologicos. Madrid: Instituto Geologico y Minero de España. 1987. v.1. p. 3-19.

BÖHLKE, J.E., WEITZMAN, S.H. E MENEZES, N.A. 1978. Estado atual da sistemática dos peixes de água doce da América do Sul. Acta Amazonica8 (4):657-677.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997**. Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

BRASIL. **Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério das Comunicações. ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações.2019. Disponível em: <<http://sistemas.anatel.gov.br/se/public/cmap.php>>. Acesso em: 10jun. 2019.

CABANA. **História**. 2012. Disponível em: <<http://cabana-on.com/Turismo/Urubici/historia.html>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

CÁCERES, N. C.; CHEREM, J. J.; GRAIPEL, M. E. 2007. Distribuição geográfica de mamíferos terrestres da região Sul do Brasil. **Ciência & Ambiente**, 35:167-180.
CADEMORTORI, C. V.; FABIAN, M. E. E MENEGHETI, J. O. 2004. "Variações na abundância de roedores (RODENTIA, SIGMODONTINAE) em duas áreas de floresta

ombrófila mista, Rio Grande do Sul, Brasil”. **Revista Brasileira de Zootecias**, 6(2): 147-167.

CASTRO, R.M.C. & CASATTI, L. 1997. The fish fauna from a small forest stream of the upper Paraná river basin, southeastern Brazil. *Ichthyol. Explor. Freshwaters*7(4):337-352.

CASTROGIOVANI, A. C. Turismo e ordenação no espaço urbano. In: CASTROGIOVANI, A. C. (org). Turismo urbano. p. 23-32. São Paulo: Contexto, 2001.

CBRO - Comitê Brasileiro De Registros Ornitológicos 2014. Lista das aves do Brasil. 11ª Edição, 01/01/2014. Disponível em: <<http://www.taxeus.com.br/listamaisinformacoes/2582>>. Acesso em: 23 set. 2019.

CELESC- Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Dados de Consumo**. 2019. Disponível em: <<http://www.celesc.com.br/portal/index.php/celesc-distribuicao/dados-de-consumo>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CHEREM, J.J, et al. Lista dos mamíferos do Estado de Santa Catarina, Sul Do Brasil. **Mastozool. Neotrop.**, v.11, n.2, Mendoza jul./dic. 2004.

CHEREM. Jorge J, et al. 2004. Lista dos Mamíferos do Estado de Santa Catarina, Sul do Brasil. Disponível em: <<http://www.lamaq.ufsc.br/files/2013/10/33-Cherem-20041.pdf>>. Acesso em :23 set. 2019.

CHIARELLO, A. G. et al. **Mamíferos ameaçados de extinção no Brasil**. In: MACHADO, A. B. M; DRUMOND, G. M.; PAGLIA, A. P. (eds.). Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção. Volume II. Brasília: Fundação Biodiversitas, 2008.

CLIMATEMPO. **Urubici -SC**. 2019. Disponível em: <<https://www.climatepo.com.br/climatologia/3483/urubici-sc>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA 369**. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP, 2006.

CONTE, C.E. **Diversidade de Anfíbios da Floresta com Araucária**. 2010. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/100499/conte_ce_dr_sjrp.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 set. 2019.

CORREIOS - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. 2019. Disponível em: <<http://www.buscapep.correios.com.br/sistemas/agencias/>> Acesso em: 25 mar. 2019.

DETER - Departamento de Transportes e Terminais. Consulta de linhas. Urubici – Bom Retiro. 2019. Disponível em: <<http://www3.deter.sc.gov.br/cgi-bin/users/relatorio.pl?localo=URUBICI&locald=BOM+RETIRO>>. Acesso em: 27 de nov. 2019.

DETER - Departamento de Transportes e Terminais. Consulta de linhas. Urubici – São Joaquim. 2019. Disponível em: <<http://www3.deter.sc.gov.br/cgi-bin/users/relatorio.pl?localo=URUBICI&locald=SAO+JOAQUIM>>. Acesso em: 27 de nov. 2019.

DETER - Departamento de Transportes e Terminais. Consulta de linhas. Urubici – Rio Rufino. 2019. Disponível em: <<http://www3.deter.sc.gov.br/cgi-bin/users/relatorio.pl?localo=URUBICI&locald=RIO+RUFINO>>. Acesso em: 27 de nov. 2019.

DETRAN - Departamento de Trânsito. **Consulta de Frota de Urubici referente ao ano de 2018**. Disponível em: <<http://consultas.detrannet.sc.gov.br/Estatistica/Veiculos/>>. Acesso em: 09 out. 2019.

EMBRAPA. **Solos do Estado de Santa Catarina**. 2004.

EPAGRI/CIRAM. **Velocidade média do vento na Estação de Urupema**. 2019. Disponível em: <<http://www.ciram.sc.gov.br/agroconnect/#>>. Acesso em: 31 mai. 2019.

FECAM - Federação Catarinense de Municípios. IDMS de Urubici. 2018. Disponível em: <<https://indicadores.fecam.org.br/indice/municipal/ano/2019/codMunicipio/280>>. Acesso em: 17 set. 2019.

FREITAS, M. A.; SILVA, T. F. S. Anfíbios na Bahia: um guia de identificação. Editora Politenio, Camaçari. 2004.

GASPER, A. L. de; MEYER, L.; SEVEGNANI, L.; SOBRAL, M. E. G.; BONNET, A. 2012. **Flora vascular de Santa Catarina**. In: Vibrans, A.

GASPER, A.L. de & SEVEGNANI, L. 2010. Lycophyta e samambaias do Parque Nacional da Serra do Itajaí, Vale do Itajaí, Santa Catarina, Brasil. Hoehnea 37 (4): 755-767.

HADDAD, C. F. B., TOLEDO, L. F., & PRADO, C. P. A. 2008. Anfíbios da Mata Atlântica: guia dos anfíbios anuros da Mata Atlântica. Editora Neotropica, São Paulo.

HANASHIRO, Greyce Umek. **Apropriação turística na arquitetura da cidade de Urubici – SC**. Florianópolis, SC, 2015. 201p.

IBAMA. 2003. Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção. Anexo à instrução normativa n° 3, de 27 de maio de 2003, do Ministério do Meio Ambiente, Brasília.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/urubici/pesquisa/13/78117>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/urubici/panorama>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cadastro Central de Empresas**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/urubici/pesquisa/19/29761>>. Acesso em: 17 set. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico. **Densidade de moradores por dormitório**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/urubici/pesquisa/23/47427?detalhes=true>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Extração vegetal e Silvicultura**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/urubici/pesquisa/16/12705>>. Acesso em: 17 set. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **História**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/urubici/historico>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pecuária**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/urubici/pesquisa/18/16459>>. Acesso em: 17 set. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola - Lavoura Temporária**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/urubici/pesquisa/14/10193>>. Acesso em: 17 set. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola - Lavoura Permanente**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/urubici/pesquisa/15/11863>>. Acesso em: 17 set. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2016. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/urubici/pesquisa/38/46996>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Parque Nacional São Joaquim**. 2019. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/parnasaojoaquim/guia-do-visitante.html>>. Acesso em: 20 set. 2019.

IFFSC - **INVENTÁRIO FLORÍSTICO FLORESTAL DE SANTA CATARINA – Volume 3 – Floresta Ombrófila Mista**. Edifurb, 2013.

IMPACTO ASSESSORIA AMBIENTAL. RIMA – Relatório de Impacto Ambiental. Complexo Eólico Serra Azul. 2015. Disponível em: <<http://www.ima.sc.gov.br/index.php/licenciamento/consulta-eia-rima>>. Acesso em: 23 set. 2019.

- IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos**. 2019. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1227>>. Acesso em: 03 jun. 2019.
- KLEIN, R. M. Mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina. **Flora Ilustrada Catarinense**. Itajaí, SC. 24 p. 1978.
- LOSSO, Flavia Baratieri. **O potencial turístico na paisagem natural e urbana: notas sobre o município de Urubici – SC**. 2010.
- LOWE-MCCONNELL, R. H. 1987. Ecological studies in tropical fish communities. Cambridge University Press, Cambridge. 382 pages.
- LUCAS, E.M. 2008. Diversidade e conservação de anfíbios anuros no Estado de Santa Catarina, Brasil. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo. Machado, A. B. M.; Martins, C. S.; Drummond, G. M. 2005. Lista da fauna brasileira ameaçada de extinção: incluindo as espécies quase ameaçadas e deficientes em Dados. **Fundação Biodiversitas**, Belo Horizonte, 158 p.
- MARQUES, O. A. V.; et al. Serpentes da Mata Atlântica: guia ilustrado para a Serra do Mar. Editora Holos, Ribeirão Preto, 184p, 2001.
- MDIC – Ministério da economia, indústria, comércio exterior e serviços. **Balança comercial de Urubici** 2019. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-municipio?municipio=4218905>>. Acesso em: 17 set. 2019.
- MEMÓRIAS DE URUBICI. 2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/691687887517358/?fref=ts>>. Acesso em: 28 mai. 2019.
- MENEZES, N.A., et al. 2003. Catálogo das espécies de peixes marinhos do Brasil. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **CNESNet - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde**. Urubici. 2019. Disponível em: <http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Unidade.asp?VEstado=42&VMun=421890>. Acesso em: 03 jul. 2019.
- MINISTERIO DAS CIDADES / INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLOGICAS – IPT. **Mapeamento de Riscos em Encostas e Margem de Rios**. Celso Santos Carvalho, Eduardo Soares de Macedo e Agostinho Tadashi Ogura, organizadores – Brasília: Ministério das Cidades; Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, 2007.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES / INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS – IPT. **Treinamento de Técnicos Municipais para o Mapeamento e Gerenciamento de Áreas Urbanas com Risco de Escorregamentos, Enchentes e Inundações**. Apostila de treinamento. 2004. 73p.
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.

Setorização de áreas em alto e muito alto risco a movimentos de massa, enchentes e inundações: Urubici, Santa Catarina. 2018. Disponível em: <<http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/18855>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

MITTERMEIER, R.A.; WERNER, T.; AYRES, J.M. & FONSECA, G.A.B. O país da megadiversidade. *Ciência Hoje*. 14 (81): 19-27.1992.

PAGLIA, A.P; et al. 2012. Lista anotada dos mamíferos do Brasil/Annotate checklist of Brazilian mammals. 2.ed. Arlington, Conservation International.

PAISE, G. & VIEIRA, E. M. 2005. Produção de frutos e distribuição espacial de angiospermas com frutos zoocóricos em uma Floresta Ombrófila Mista no Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Brasileira de Botânica**, 28(3): 615-625.

PANDOLFO, C.; BRAGA, H.J.; SILVA JÚNIOR, V.P.; MASSIGNAN, A.M.; PEREIRA, E.S.; THOMÉ, V.M.R; VALCI, F.V. **Atlas climatológico do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2002. CD-ROM.

PLANO DE MANEJO DA RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL CURUCACA 01. 2014. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/PM_RPPN_Curucaca_1.pdf>. Acesso em: 23 set. 2019.

PMBS – Plano Municipal de Saneamento Básico de Urubici. 2011.

PNUD; Ipea; FJP. Atlas de desenvolvimento humano no brasil. Urubici, SC. 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/urubici_sc>. Acesso em: 17 set. 2019.

QUE TAL VIAJAR. Lendas de Urubici. 2019. Disponível em: <<http://www.quetalviajar.com/destinos-de-viagem/brasil/lendas-de-urubici.htm>>. Acesso em: 26 no. 2019.

RÁDIOS. **Busca de rádio**. Urubici. 2019. Disponível em: <<https://www.radios.com.br/busca/?q=urubici&qfilter=completo>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

REIS, R. A.; et al. 2003. Nutritive value of ammoniated coast-cross (Cynodondactylon, L. Pers.) hay. *Ars Vet.*, 19 (2): 143-149.

REIS, R.E.; Z.M.S. LUCENA; C.A.S. LUCENA e L.R. MALABARBA. 2003. Peixes, p.117-145. In: C.S. Fontana, G.A. Bencke e R.E. Reis (ed.). 2003. **Livro Vermelho da Fauna Ameaçada de Extinção no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, EDIPUCRS. 632p.

RIO NOVO.2018. Disponível em: <<https://rionovo.wordpress.com/>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

RIONOVO. **Urubici: Linda região onde muitos letos de Rio Novo foram viver. - 1960**. 2019. Disponível em: <<https://rionovo.wordpress.com/2012/12/11/urubici-linda-regiao-onde-muitos-letos-de-rio-novo-foram-viver-1960/>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

SANTA CATARINA. **Atlas Geográfico de Santa Catarina**. 2015. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/acoes/56-cartografia#faqnoanchor>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

SANTA CATARINA. Lei nº 274, de 06 de dezembro de 1956. **Cria o município de Urubici**.

SANTA CATARINA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável. **Plano Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina**. Caracterização geral das regiões hidrográficas de Santa Catarina. RH4 – Planalto de Lages 2017. Disponível em: <http://www.aguas.sc.gov.br/jsmallfib_top/DHRI/Plano%20Estadual/etapa_a/PERH_SC_RH4_CERTI-CEV_2017_final.pdf>. acesso em: 11 jul.2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável. **Plano Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina**. 2018. Disponível em: <<http://www.aguas.sc.gov.br/base-documental/plano-estadual-biblioteca>>. acesso em: 20 mai. 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. **Arquivo Digital de Mapas Catarinenses**. 2019. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/mapas/>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

SCHIPPER, J., et al 2008. The status of the world's land and marine mammals: diversity, threat, and knowledge. *Science* 322:225-230.

SEGALLA, M V. Brazilian Amphibians: List of Species. Disponível em http://www.sbherpetologia.org.br/images/LISTAS/Lista_Anfibios2016.pdf.

SERRACATARINENSE. **Breve história de Urubici**. 2019. Disponível em: <<http://www.serracatarinense.com/urubici/historia>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

SEVEGNANI, L; SCHROEDER, E. **Biodiversidade catarinense, potencialidades, ameaças**. Blumenau, Edifurb, 2013.

SIAGAS – Sistema de Informações de Águas Subterrâneas. **Recursos hídricos subterrâneos**. 2019. Disponível em: <http://siagasweb.cprm.gov.br/layout/pesquisa_complexa.php>. Acesso em: 11 jul. 2019.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO – SNIS. Diagnóstico dos serviços de água e esgotos. Site institucional, 2017. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2017>>. Acesso em: 23 set. 2019.

TERRA AMBIENTAL. RIMA – Relatório de Impacto Ambiental. Parque Eólico da Serra Catarinense 29,99MW. 2015. Disponível em: <[http://www.fatma.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/Rimas/RIMA\(1\).pdf](http://www.fatma.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/Rimas/RIMA(1).pdf)>. Acesso em: 23 set. 2019.

UETZ, P.; HOŠEK, J. 2015 (Eds.). The Reptile Database. Disponível em: <http://www.reptile-database.org>.

URUBICI. **Decreto nº 13, de 20 de novembro de 1973.** Cria ponto de taxi.

URUBICI. **Decreto nº 3-B, de 12 de março de 1970.** Dispõe sobre normas de serviço de taxi.

URUBICI. **Lei nº 24, de 04 de agosto de 1970.** Regula o número de taxis no município de Urubici.

URUBICI. **Histórico.** 2019. Disponível em:

<<https://www.urubici.sc.gov.br/pagina/id/2/?historia-do-municipio.html>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

URUBICI. **Lei complementar nº 1147/2007.** Dispõe sobre alteração da lei nº 442/97 que cria o conselho municipal de turismo do município de Urubici.

URUBICI. **Lei complementar nº 1400/2009.** Institui o plano diretor, estabelece objetivos, instrumentos e ações estratégicas e dá outras providências para as ações de planejamento sustentável no município de Urubici.

URUBICI. **Lei complementar nº 1404/2009.** Ratifica e complementa a Lei 144/91 de 06/06/91 quanto ao zoneamento de uso e ocupação do solo do município de Urubici e demais localidades, e estabelece outras providências.

URUBICI. **Lei complementar nº 1406/2009.** Institui o sistema municipal de unidades de conservação da natureza, parques urbanos e áreas verdes de complemento urbano e dá outras providências.

URUBICI. **Lei complementar nº 1405/2009.** Dispõe sobre o sistema viário- ciclovias - calçadas.

URUBICI. **Lei nº 1650/2012.** Autoriza a prefeitura municipal a implantar e conceder ponto de taxi no Distrito de Águas Brancas.

URUBICI. **Lei nº 41, de 09 de outubro de 1974.** Autoriza a criar ponto de táxi.

URUBICI. **Lei nº 890/2003.** Cria o fundo municipal de turismo e dá outras providências.

URUBICI. **Lei nº 917, de 19 de abril de 2004.** Autoriza a prefeitura municipal a implantar e conceder ponto de táxi executivo.

URUBICI. **Lei nº 1335/2009.** Dispõe sobre a preservação do patrimônio natural, cultural e histórico do município de Urubici, e dá outras providências.

URUBICI. **Lei nº 1382/2009.** Institui-se o serviço de moto táxi no município de Urubici e dá outras providências.

VISITEURUBICI. 2019. Disponível em: <<https://www.visiteurubici.com/>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

VITOUSEK, P.R. 1997. Diversidade e invasões biológicas em ilhas oceânicas. Pp. 230-244 in WILSON, E.O. (ed.). Biodiversidade. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro.

WIKIAVES. 2019. Disponível em:

<<https://www.wikiaves.com.br/especies.php?t=c&c=4218905>>. Acesso em: 23 set. 2019.

WILDNER, W.; CAMOZZATO, E.; TONIOLO, J.A.; BINOTTO, R.B.; IGLESIAS, C.M.F.; LAUX, J.H. Mapa geológico do estado de Santa Catarina. Porto Alegre: CPRM, 2014. Escala 1:500.000. Programa Geologia do Brasil. Subprograma de Cartografia Geológica Regional.

WITTMANN, Angelita. **Arquitetura - Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens - Urubici SC**. 2017. Disponível em:

<<https://angelinawittmann.blogspot.com/2017/07/arquitetura-igreja-nossa-senhora-mae.html>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

WITTMANN, Angelita. **Os Letos de Urubici SC - Sua História**. 2014. Disponível em: <<https://angelinawittmann.blogspot.com/2015/02/propriedade-da-familia-urubici-sc-apos.html>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

WITTMANN, Angelita. **Patrimônio Arquitetônico Histórico de Urubici – SC**. 2015. Disponível em: <<https://angelinawittmann.blogspot.com/2015/09/pratimonio-arquitetonico-historico-de.html>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

APÊNDICES**APÊNDICE A - DECRETO Nº 2419/2019 – ESTABELECE REGIMENTO GERAL DO REVISÃO PROCESSO DE DO PLANO DIRETOR DE URUBICI****DECRETO Nº 2419/2019**

Publicação Nº 2131747

DECRETO Nº 2419/2019

ESTABELECE O REGIMENTO GERAL DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE URUBICI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUBICI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo Municipal de Urubici está promovendo, o Processo de Revisão do Plano Diretor de Urubici;

CONSIDERANDO a necessidade de se definir de forma sistematizada as atribuições de grupos de trabalho internos e de apoio à Prefeitura Municipal, bem como a necessidade de se definir um regimento geral, prevendo as regras de participação e controle social no aludido Processo de Revisão;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o Regimento Geral do Processo de Revisão do Plano Diretor de Urubici, na forma dos dispositivos em anexo.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Urubici (SC), 21 de Agosto de 2019.

ANTÔNIO ZILLI

Prefeito Municipal de Urubici

REGIMENTO GERAL DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE URUBICI/SC

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS, FINALIDADES E ÂMBITOS DE ATUAÇÃO

Art. 1º - O presente regimento tem por finalidade regulamentar o processo participativo de Revisão do Plano Diretor do Município de Urubici de forma a garantir:

I - A promoção de instâncias e mecanismos de diálogo e participação social;

II - O estabelecimento de regras claras, validadas coletivamente e que vigorem durante todo o processo de revisão;

III - A disponibilização e a produção de informações sobre a realidade do Município;

IV - A combinação de estudos técnicos com a visão da sociedade sobre o Município por ela desejado, resultante do processo de participação social, regulamentando o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança, do bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental, respeitada a legislação aplicável.

§ 1º - Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, parte integrante do processo de planejamento municipal, integrador das políticas públicas, especialmente ordenamento territorial, moradia e regularização fundiária, saneamento ambiental, transporte e mobilidade proteção e defesa civil.

§ 2º - O projeto de Lei Complementar do Plano Diretor do Município de Urubici é matéria de iniciativa do Poder Executivo Municipal, contando com participação e controle social em todas as fases do processo de Revisão.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS DO PROCESSO

Art. 2º - O processo de revisão do Plano Diretor do Município de Urubici tem por objetivo:

I - Criar e ampliar canais de participação e controle social por parte dos cidadãos e das instâncias representativas dos vários segmentos sociais;

II - Tornar transparentes, inclusivos e acessíveis os processos de planejamento e gestão da política urbana;

III - Promover ações de capacitação de representantes da sociedade, para que possam atuar nos processos decisórios relativos ao

planejamento e gestão da política urbana;

IV - Contribuir para identificar as prioridades da sociedade civil aplicáveis ao planejamento urbano;

V - Acompanhar, avaliar e articular projetos, programas e políticas públicas, na revisão do Plano Diretor de Urubici, especialmente verificando limites e possibilidades de articulação com programas e políticas públicas aplicáveis ao planejamento urbano;

VI - Buscar a continuidade entre o processo de planejamento e de implementação, de forma a impedir a descaracterização das diretrizes urbanísticas do Município que serão estabelecidas.

CAPÍTULO III - DAS ETAPAS DO PROCESSO

Art. 3º - No âmbito do Poder Executivo municipal, o processo participativo de revisão do Plano Diretor do Município de Urubici será dividido nas seguintes etapas:

I - Etapa 1, denominada "Preparação do Processo de Planejamento Participativo";

II - Etapa 2, denominada "Leitura e Diagnóstico da Realidade Municipal – Técnica e Comunitária";

III - Etapa 3, denominada "Definição dos Eixos Estratégicos e Formulação de Propostas";

IV - Etapa 4, denominada "Elaboração e Apresentação da Versão Preliminar da Proposta de Plano Diretor";

V - Etapa 5, denominada "Consulta Pública, Conferência Final e Consolidação do Projeto de Lei do Plano Diretor".

§ 1º - A Etapa 1 compõe-se de providências iniciais de sensibilização, mobilização e capacitação dos agentes públicos e privados que constroem e utilizam o território do Município, através das seguintes ações:

I - Instituição, definição de atribuições e nomeação por ato do Prefeito municipal, da comissão de Revisão do Plano Diretor - Núcleo Gestor, constando titulares e suplentes, e devendo a mesma ser composta por membros do Poder Executivo Municipal, Entidade Civil Organizada, Entidades Empresariais e Entidades Sindicais;

II - Divisão territorial e estabelecimento do calendário de eventos, voltados ao processo;

III - Comunicação com os órgãos de imprensa local, para fins de colaboração na divulgação do processo de Revisão do Plano Diretor;

IV - Intercâmbio com os demais órgãos públicos das esferas estaduais e federais, inclusive empresas concessionárias, permissionárias e prestadoras de serviços públicos, visando à colaboração destes no processo de Revisão do Plano Diretor;

V - Realização de audiência pública para instaurar oficialmente e tornar público o processo participativo de Revisão do Plano Diretor.

§ 2º - A Etapa 2 constitui na elaboração do diagnóstico, da realidade do Município de Urubici, com base na leitura técnica pelos profissionais responsáveis, pelo desenvolvimento da Revisão do Plano Diretor, e pela comunidade. Compreende em uma análise e avaliação do Plano Diretor vigente, e da composição de pontos negativos e potencialidades da cidade. Este documento compõe-se de levantamento, sistematização e avaliação de dados e informações, sendo considerado:

I - Fatores condicionantes da Mobilidade Urbana;

II - Condicionantes Ambientais;

III - Infraestrutura Urbana;

IV - Projeções Populacionais;

V - Características gerais da Zona Urbana e Rural;

VI - Morfologia Urbana;

VII - Levantamento de Uso e Ocupação do Solo;

VIII - Características histórico-culturais;

IX - Consolidação da realidade municipal, através de Relatório, resultante da união das leituras técnica e comunitária;

X - Realização das Palestras Técnica, capacitando os membros do Colegiado de Representação Popular para sua atuação no processo de Revisão do Plano Diretor;

XI - Estruturação e Elaboração de propostas decorrentes das oficinas, especialmente os conteúdos que embasarão o Macrozoneamento;

XII - Definição das regras para a instituição e funcionamento do sistema de acompanhamento e controle do Plano Diretor de Urubici.

§ 3º - A Etapa 3 definirá as bases para a formulação dos objetivos, diretrizes e eixos estratégicos do desenvolvimento municipal e da expansão urbana, através das seguintes ações:

I - Construção de Cenários, estudos e propostas;

II - Elaboração de Mapas Temáticos;

III - Elaboração da Proposta do Projeto de Lei.

§ 4º - A Etapa 4 consolidará, apresentará e disponibilizará a versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do plano diretor, através das seguintes ações:

I - Definição do conteúdo mínimo do plano diretor, na forma estabelecida pelo Estatuto da Cidade e seguindo orientações das resoluções aplicáveis, emitidas pelo Conselho Nacional das Cidades, ou CONCIDADES;

II - Elaboração da versão preliminar do anteprojeto de lei complementar, a partir do conteúdo mínimo definido e das bases estabelecidas na Etapa 2 e 3;

III - Definição das regras da consulta pública, a serem validadas pelo Município de Urubici, sobre a versão preliminar do anteprojeto de lei complementar;

IV - Apresentação, em audiência pública, do anteprojeto de lei complementar e das regras da consulta pública.

§ 5º - A Etapa 5 consiste na elaboração da versão final do anteprojeto de Lei Complementar do Plano Diretor, e no seu encaminhamento ao Prefeito municipal, para consequente encaminhamento, já na qualidade de Projeto de Lei Complementar, à Câmara Municipal, através

das seguintes ações:

- I - Início da consulta pública, deverá observar o cronograma de atividades previsto na metodologia de Revisão do Plano Diretor;
- II - Sistematização, análise e validação das sugestões recebidas durante a consulta pública;
- III - Realização de uma Audiência Pública para abertura oficial e apresentação das regras da Audiência Pública Final;
- IV - Realização da Audiência Pública Final para deliberação sobre as sugestões validadas;
- V - Consolidação do projeto de lei complementar do Plano Diretor, com base nas deliberações da Audiência Pública Final;
- VI - Encaminhamento ao Prefeito Municipal, para ato contínuo, submissão à tramitação legislativa.

CAPÍTULO IV - DAS RESPONSABILIDADES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 4º - O Poder Executivo Municipal garantirá a participação da população, a plena realização dos trabalhos necessários ao processo, a ampla publicidade e o acesso às informações, na forma dos incisos I a III do § 4.º do art. 40 e do art. 43 do Estatuto da Cidade, e de acordo com as recomendações do Conselho das Cidades do Ministério das Cidades, em especial a Resolução nº 25, de 18 de março de 2005.

Parágrafo Único - O Poder Executivo municipal nomeará membros para compor a Comissão de Revisão do Plano Diretor.

Art. 5º - Os membros do Executivo nomeados para Comissão de Revisão do Plano Diretor garantirão a disponibilização de dados e informações ao CIMCATARINA e ou a qualquer interessado.

Art. 6º - São atribuições dos membros do Executivo nomeados para Comissão de Revisão do Plano Diretor:

- I - Acompanhar e supervisionar todas as etapas do processo, de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, incluindo-se a participação nos eventos, reuniões, oficinas, conferência, audiências públicas, e demais atividades pertinentes ao processo;
- II - Coletar, repassar e promover todos os atos necessários ao acesso das informações relacionadas ao planejamento urbano e territorial acessíveis ao município, para a equipe técnica do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA;
- III - Supervisionar a compatibilização da leitura técnica com a leitura comunitária ao longo de todo o processo;
- IV - Elaborar respostas oficiais, pareceres e recomendações técnicas de acordo com as atribuições profissionais dos cargos e funções de seus integrantes;
- V - Organizar e manter atualizado um cadastro para contato com as organizações e associações representativas dos vários segmentos da sociedade civil interessados no processo;
- VI - Realizar todos os atos internos e externos necessários ao levantamento de informações junto aos órgãos públicos, especialmente as empresas concessionárias;
- VII - Redigir e fazer publicar convocações e editais necessários ao processo;
- VIII - Garantir a entrega de convites e convocações, bem como manter e organizar os avisos de recebimento;
- IX - Promover a divulgação das reuniões, eventos, audiências, oficinas, consultas públicas e conferência pertinentes ao processo;
- X - Apoiar administrativa e operacionalmente a execução das reuniões, eventos, conferência, oficinas, consultas públicas e audiências pertinentes ao processo;
- XI - Providenciar e garantir o devido registro do processo através de filmagens, gravações de áudio e fotografias, bem como, lavrar ata da Audiência Pública Inicial, das Conferências Públicas e da Audiência Pública Final;
- XII - Convocar, participar e coordenar as reuniões e ações do Grupo de Trabalho Municipal;
- XIII - Definir a divisão territorial preliminar do Município em áreas para a realização de eventos comunitários;
- XIV - Estabelecer contato e troca de informações com os demais órgãos públicos das esferas estaduais e federais, inclusive empresas concessionárias, permissionárias e prestadoras de serviços públicos, visando à colaboração destes no processo de Revisão do Plano Diretor;
- XV - Prestar apoio ao Executivo e Legislativo Municipal e a qualquer outro órgão público, de forma a poder esclarecer quaisquer questões relacionadas ao processo de Revisão do Plano Diretor, para tanto acompanhando os atos da Administração Pública e a tramitação legislativa;
- XVI - Auxiliar a chefe do Poder Executivo Municipal na resposta e no encaminhamento das demandas dos municípios no tocante às reivindicações que não forem referentes ao processo de Revisão do Plano Diretor; e,
- XV – Seguir as competências dispostas a Comissão de Revisão do Plano Diretor.

CAPÍTULO V - DA PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Art. 7º - Fica assegurada a participação da sociedade civil em todas as etapas do processo de Revisão do Plano Diretor, mediante os seguintes instrumentos de gestão democrática e participação social:

- I – Conselho da Cidade;
- II – Comissão de Revisão do Plano Diretor – Núcleo Gestor;
- III - Eventos:
 - a) Municipais;
 - b) Comunitários ou Territoriais;
 - c) Setoriais ou por Segmentos Sociais;
- IV – Reuniões Comunitárias;
- V – Palestra Técnica;
- VI - Consulta Pública;
- VII – Audiência Pública Final do Plano Diretor.

§ 1º - Será garantido o respeito à diversidade, especificamente pela realização de debates por segmentos sociais, por temas e por divisões territoriais, bem como, pela alternância dos locais de discussão.

§ 2º - Será garantido, a qualquer interessado, o amplo acesso aos documentos e informações especialmente por meio da:

- I - Ampla comunicação pública, em linguagem acessível, através dos meios de comunicação social disponíveis;
- II - Ciência do cronograma e dos locais das reuniões, da apresentação dos estudos e propostas sobre o plano diretor, com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias;
- III - Publicação e divulgação dos resultados dos debates e das propostas adotadas nas diversas etapas do processo.

§ 3º - Poderão ser criados ambientes virtuais de interação social, em especial por meio da Internet, cuja metodologia e prazo de duração serão validados pela Comissão de Revisão do Plano Diretor.

Seção I - Comissão de Revisão do Plano Diretor

Art. 8º - A Comissão de Revisão do Plano Diretor – Núcleo Gestor, é um órgão colegiado, de natureza deliberativa, consultiva e propositiva, que tem como objetivos:

- I - Supervisionar o processo participativo de Revisão do Plano Diretor de Urubici;
- II - Garantir a criação e regulamentação do Conselho da Cidade de Urubici.

Art. 9º - Compete a Comissão de Revisão do Plano Diretor – Núcleo Gestor:

- I - Garantir a efetiva participação da sociedade civil no processo de Revisão do Plano Diretor;
- II - Fiscalizar o cumprimento de determinações legais sobre conteúdo mínimo do Plano Diretor;
- III - Validar:
 - a) O plano de trabalho;
 - b) O cronograma das ações;
 - c) As regras de participação e controle social do processo, especialmente as que regularão a consulta pública, a conferência final e as audiências públicas, referidas nesta norma.
- IV - Validar a divisão territorial do Município em áreas, para realização de eventos comunitários;
- V - Validar o calendário de eventos do processo;
- VI - Acompanhar, e validar, durante todo o processo de Revisão do Plano Diretor, o cadastro das organizações e associações representativas dos vários segmentos da sociedade civil, referido nesta norma;
- VII - Acompanhar e validar as ações de sensibilização, mobilização, divulgação, informação, capacitação e organização da participação popular no processo de Revisão do Plano Diretor, em especial os eventos e as audiências públicas, referidos nesta norma;
- VIII - Fiscalizar a compatibilização da leitura técnica com a leitura comunitária ao longo de todo o processo;
- IX - Promover o incremento dos mecanismos de participação e controle social;
- X - Propor critérios para decidir prioridades na garantia do cumprimento das regras estabelecidas coletivamente;
- XI - Apoiar a divulgação de produtos gerados por estudos e projetos que possam ser utilizados como subsídios ao processo de Revisão do Plano Diretor;
- XII - Promover ações de apoio à instituição do Conselho da Cidade de Urubici e garantir, em todas essas ações, a participação popular;
- XIII - Acompanhar, no âmbito Câmara Municipal, a tramitação do projeto de lei complementar do Plano Diretor de Urubici e de proposições que impactem no ordenamento físico-territorial;
- XIV - Emitir atos normativos, para orientar decisões em casos omissos na presente norma.

Parágrafo Único. Os incisos de I a VII dependerão também da aprovação e validação do Conselho da Cidade.

Art. 10 - A Comissão de Revisão do Plano Diretor – Núcleo Gestor de Urubici se organiza seguindo critérios de representação.

§ 1º - A mesma deve ser composta por membros do Poder Executivo Municipal;

§ 2º - Para cada integrante titular da Comissão de Revisão do Plano Diretor – Núcleo Gestor de Urubici será garantido um respectivo suplente.

§ 3º - Nas reuniões da Comissão de Revisão do Plano Diretor – Núcleo Gestor de Urubici não será permitido:

- I - A representação ou voto mediante procuração;
- II - O acúmulo de representações.

§ 4º - Com exceção das representações do Poder Executivo e do Poder Legislativo municipais, a indicação de cada representação deverá:

- I - Considerar a diversidade, a heterogeneidade, a pluralidade e a capacidade de auto-organização de cada setor ou segmento da sociedade civil;
- II - Evitar o excesso de formalismo;
- III - Atender os princípios democráticos, a razoabilidade e a proporcionalidade.

§ 5º - Não haverá hierarquia nem relação de subordinação entre os integrantes da Comissão de Revisão do Plano Diretor de Urubici, que deverão zelar pela consideração e respeito mútuos.

§ 6º - A Comissão de Revisão do Plano Diretor Urubici buscará estabelecer contatos com representantes do Poder Público, em especial do

Ministério Público, do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, a fim de estabelecer tratativas necessárias ao acompanhamento do processo.

§ 7º - A Comissão de Revisão do Plano Diretor de Urubici se extinguirá após a entrada em vigor da nova lei do Plano Diretor.

Seção II - Dos Eventos

Art. 11 - Os Eventos são partes integrantes do processo de Elaboração da Revisão do Plano Diretor do Município de Urubici, constituem em espaços públicos para assegurar um processo amplo e democrático de participação e controle social e são divididos em:

- I - Eventos municipais;
- II - Eventos comunitários ou territoriais;
- III - Eventos setoriais ou por segmentos sociais.

§ 1º - Os eventos municipais terão status de Conferência Pública e objetiva dar publicidade a cada etapa do processo de Elaboração, especialmente:

- I - Instaurar oficialmente e tornar público o processo participativo de Revisão do Plano Diretor;
- II - Apresentar os resultados e produtos da leitura da realidade municipal referida nesta norma;
- III - Apresentar as regras da consulta pública e da Audiência Pública Final;
- IV - Apresentar a versão preliminar de anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor;
- V - Submeter à aprovação pelos membros do Comissão de Revisão do Plano Diretor as eventuais emendas à versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor.

§ 2º - Os eventos comunitários ou territoriais terão como objetivos:

- I - A realização do levantamento preliminar, de caráter consultivo, do ponto de vista das comunidades sobre questões relativas às suas respectivas realidades locais e ao Município como um todo.

Seção IV - Das Conferências Públicas – Reuniões Comunitárias

Art. 12 - No processo de Revisão do Plano Diretor, as Conferências Públicas fundam- se no inciso I do parágrafo quarto do art. 40 do Estatuto da Cidade, e tem por objetivo informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor, e atender aos seguintes requisitos:

- I - Regulação por meio de regimento, elaborado em estrita observância à presente norma e validado pelo Município de Urubici;
- II - Convocação por edital e anúncio pela imprensa local;
- III - Realização em locais e horários acessíveis à maioria da população;
- IV - Serem dirigidas pelo Poder Público municipal, que garantirá a exposição, pela equipe técnica do CIMCATARINA, sobre os temas que serão abordados e abrirá as discussões aos presentes;
- V - Garantia da participação de todos os cidadãos e cidadãs, independentemente de comprovação de residência ou qualquer outra condição;
- VI - Garantia de registro de presença dos participantes, através de ficha de inscrição individual;
- VII - Garantia de registro em vídeo e áudio para subsidiar a lavratura da respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao projeto de lei complementar do Plano Diretor, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa.

Parágrafo Único. Com objetivo de maior integração com o público e maior facilidade de compreensão dos mesmos, para efeitos de publicação e propaganda as conferências públicas serão denominadas de "Reuniões Comunitárias",

Seção V - Das Palestra Técnica

Art. 13 - As Palestra Técnica são eventos consultivos e deliberativos direcionados aos integrantes da Comissão de Revisão do Plano Diretor, bem como a toda a população, tendo por objetivos:

- I - A elaboração da visão estratégica, dos eixos estratégicos e de propostas para ações que deverão compor o Plano Diretor e garantir sua efetiva implementação;
- II - A definição das bases para elaboração do macrozoneamento do Município;
- III - Definição de regras para a instituição do sistema de acompanhamento e controle, inclusive o Conselho da Cidade consoante art. 42, III, do Estatuto da Cidade.

Seção VI - Da Consulta Pública

Art. 14 - A Consulta Pública constitui mecanismo participativo, de caráter consultivo, com prazo definido e aberta a qualquer interessado.

§ 1º - A Consulta Pública tem por objetivo receber contribuições por escrito da sociedade civil sobre a versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor, ou aspecto específico no processo de Revisão, devendo observar, no mínimo, os seguintes requisitos mínimos:

- I - Divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando seu objeto, regras e o prazo de realização;
- II - Disponibilização prévia, a qualquer interessado:
 - a) Dos documentos que serão objeto da consulta, em linguagem simples e objetiva;

- b) Dos estudos e do material técnico utilizado como fundamento para a versão preliminar do anteprojeto;
III - Sistematização das contribuições recebidas;
IV - Publicidade de seus resultados;
V - Compromisso de resposta às propostas recebidas.

§ 2º - A Consulta Pública será regida por regras próprias, que deverão estar de acordo com os requisitos mínimos previstos no parágrafo primeiro deste artigo e serem previamente aprovadas pelo Município de Urubici.

Seção VII - Da Audiência Pública Final do Plano Diretor

Art. 15 - A Audiência Pública final do Plano Diretor é o evento que tem como objetivo a aprovação de eventuais emendas à versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor.

§ 1º - A Audiência Pública Final será regida por regras próprias, previamente estipuladas.

§ 2º - A Audiência Pública Final é evento público e aberto a qualquer interessado.

§ 3º - A Audiência Pública Final deve atender aos seguintes requisitos mínimos:

- I – Registro das emendas apresentadas nos anais da conferência; e
- II – Publicação e divulgação dos anais do evento.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 - Na implementação e execução do novo Plano Diretor, entre outras, serão observadas:

- I - A efetivação do sistema de acompanhamento e controle previsto no inciso III do art. 42 do Estatuto da Cidade, especialmente com o início do funcionamento do Conselho da Cidade de Urubici;
- II - A incorporação das diretrizes e prioridades do Plano Diretor no planejamento da gestão municipal, especialmente no plano plurianual, na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento anual, conforme parágrafo 1º do art. 40 do Estatuto da Cidade.

Art. 17 - Constitui anexo a este Regimento o diagrama ilustrativo com a descrição de cada uma das etapas do processo de revisão do Plano Diretor de Urubici.

Art. 18 - A presente norma entrará em vigor na data de sua publicação.

Urubici (SC), 21 de Agosto de 2019.
ANTÔNIO ZILLI
Prefeito Municipal de Urubici

APÊNDICE B – ESTABELECE O REGIMENTO INTERNO DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS REGIONAIS DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE URUBICI

DECRETO Nº 2420/2019	Publicação Nº 2131749
<p>DECRETO Nº 2420/2019</p> <p>ESTABELECE O REGIMENTO INTERNO DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS REGIONAIS DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE URUBICI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>O PREFEITO MUNICIPAL DE URUBICI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e</p> <p>CONSIDERANDO que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal;</p> <p>CONSIDERANDO que o Poder Executivo Municipal de Urubici está promovendo, o Processo de Revisão do Plano Diretor de Urubici;</p> <p>CONSIDERANDO a necessidade de se definir de forma sistematizada as atribuições de grupos de trabalho internos e de apoio à Prefeitura Municipal, bem como a necessidade de se definir um regimento das Reuniões Comunitárias, prevendo as regras de participação e controle social no aludido Processo de Planejamento Urbano;</p> <p>DECRETA:</p> <p>Art. 1º - Fica estabelecido o Regimento Interno Das Reuniões Comunitárias de Revisão do Plano Diretor de Urubici, na forma dos dispositivos em anexo.</p> <p>Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Urubici (SC), 21 de Agosto de 2019. ANTÔNIO ZILLI Prefeito Municipal</p>	

REGIMENTO INTERNO DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS

As Conferências Públicas Regionais possuem caráter consultivo e não vinculante e tem por finalidade informar, dirimir dúvidas, bem como, obter dados, subsídios, informações, sugestões, críticas e propostas sobre a Revisão do Plano Diretor do Município de Urubici, com recorte espacial na respectiva Região ora em análise, com vistas a democratizar, conferir transparência e assegurar a participação durante o processo.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - As Reuniões Comunitárias, doravante denominada RC, serão abertas a todos que queiram participar, não havendo qualquer tipo de restrição.

Art. 2º - Os espaços a serem realizadas as RCs serão definidos pelo Município de Urubici e deverão comportar no mínimo 120 pessoas.

Art. 3º - A responsabilidade pela locação/reserva do espaço selecionado pelos Município de Urubici para realização das RCs será da Prefeitura Municipal de Urubici.

Art. 4º- O local deverá ser dotado de estrutura adequada de acomodações aos participantes e organizadores, bem como, equipado com estruturas de som e imagem, de modo a proporcionar condições adequadas de exposição, participação e gravação dos fatos ocorridos, respeitando as normas de acessibilidade universal.

Art. 5º- A divulgação da RC será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Urubici e deverá ocorrer de acordo com o Plano de Mobilização e Divulgação aprovado.

DA CONDUÇÃO DA REUNIÃO COMUNITÁRIA

Art. 6º - O público presente deverá assinar lista de presença, que ficará disponível durante toda a RC em local acessível. Esta lista deverá conter:

- a) Nome legível e endereço;
- b) Nº do documento de identificação;
- c) Instituição ou Bairro que representa (se for o caso);
- d) Telefone e e-mail para contato;
- e) Assinatura.

Art. 7º - A coordenação dos trabalhos será feita pelo Consórcio CINCATARINA, sendo que a direção da RC caberá aos presidentes da Comissão ou por um representante do CINCATARINA, devidamente indicado por este.

Art. 8º - São prerrogativas do diretor (a) da RC:

- a) Designar um ou mais secretários (as) para assisti-lo;
- b) Realizar a apresentação de objetivos e regras de funcionamento da RC, ordenando o curso dos debates;
- c) Indicar os expositores;
- d) Orientar sobre a pertinência das intervenções orais;
- e) Orientar sobre a pertinência das questões formuladas;
- f) Dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da RC, em como sua reabertura ou continuação, quando o repute conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante.

Art. 9º - São atribuições do(s) Secretário(s) (as):

- a) Inscrever os participantes, de acordo com a ordem das solicitações;
- b) Controlar o tempo das intervenções orais;
- c) Registrar o conteúdo das intervenções;
- d) Sistematizar as informações;
- e) Elaborar a ata da Sessão;
- f) Encaminhar a documentação produzida na RC ao CINCATARINA para a guarda da mesma.

DOS PARTICIPANTES

Art. 10 - Será considerado participante da RC qualquer cidadão ou cidadã presente, sem distinção de qualquer natureza, interessados em contribuir com o processo de discussão no âmbito da RC.

Art. 11 - São direitos dos participantes:

- a) Manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas no âmbito da RC, respeitando as disposições previstas neste Regimento;
- b) Debater as questões tratadas no âmbito da RC;
- c) Fazer propostas e sugerir alterações sobre o objeto da discussão.

Art. 12 - São deveres dos participantes:

- a) Respeitar o regimento desta RC;
- b) Respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição;
- c) Tratar com respeito e civilidade os participantes da RC e seus organizadores.

DA REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS

Art. 13 - O tempo de duração da RC será de 02 (duas) horas, com início às 19:00 horas e término às 21:00 horas. Caso este tempo seja insuficiente, a sessão poderá ser prorrogada por um prazo não superior a 60 (sessenta) minutos.

Art. 14 - A RC terá a seguinte ordem:

- a) 19:00 horas – Abertura, com apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da CPD;
- b) 19:10 horas – Exposição, por parte do CIMCATARINA, da importância da Revisão do Plano Diretor de Urubici, e deliberações sobre o recorte espacial na respectiva Região ora em análise e demais materiais de base pertinentes;
- c) 19:40 horas – Início da dinâmica de Aplicação;
- d) 20:30 horas – Debate das proposições;
- e) 21:00 horas – Encerramento.

Art. 15 - Na abertura da RC a direção da mesa procederá a esclarecimentos quanto aos objetivos da mesma e as regras gerais segundo as quais se processarão os trabalhos.

Art. 16 - Após a abertura, a direção da mesa passará a palavra aos expositores.

Art. 17 - É condição indispensável para a participação nos debates e manifestação pública o preenchimento prévio da ficha de inscrição, que será disponibilizada com antecedência, sendo que a ordem de inscrição determinará a sequência dos debatedores. As fichas serão numeradas no ato da entrega à mesa.

Art. 18 - Durante a RC, técnicos do CIMCATARINA ficarão à disposição dos participantes para auxiliar na formulação dos questionamentos e preenchimento da ficha, caso seja necessário;

Art. 19 - Concluída a fase de debate e manifestações públicas, a direção da mesa procederá o encerramento da RC;

Art. 20 - A gravação, lista de presença e fichas de inscrição serão publicados no site da Revisão do Plano Diretor da PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI, no prazo máximo de 10 dias úteis.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 - Serão permitidas filmagens, gravações ou outras formas de registro por parte dos participantes da RC.

Art. 22 - A ata a ser lavrada será subscrita pela direção da mesa e pelo (a) secretário(a) responsável, e submetida à análise e subscrição, facultativa, pelos membros dos Conselhos que estiverem presentes na RC. A esta será anexada a lista de presença.

Art. 23 - Todas as inscrições efetuadas serão respondidas pela equipe técnica do CIMCATARINA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a RC. As respostas serão publicadas no site da Revisão do Plano Diretor vinculado a PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI.

Art. 24 - O CIMCATARINA deverá encaminhar para Prefeitura Municipal de Urubici um relatório síntese com todas as demandas surgidas nas Conferências Regionais, assim como as justificativas técnicas para os encaminhamentos.

Urubici (SC), 21 de Agosto de 2019.
ANTÔNIO ZILLI
Prefeito Municipal

APÊNDICE C – ATA DA PALESTRA TÉCNICA



www.cincatarina.sc.gov.br E-mail: cincatarina@cincatarina.sc.gov.br
 CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (49) 3256-3400
 O Coletivo Inovando a Gestão Pública

ATA DA PALESTRA TÉCNICA DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE URUBICI.

No dia doze de julho de dois mil e dezenove, as dez horas, foi realizada na Secretaria de Turismo, no município de Urubici, a palestra técnica para a comissão técnica. A vigente ata destaca os principais pontos apresentados na palestra. O diretor de gestão de desenvolvimento regional, sr. Gustavo Marcondes, fez a abertura e em seguida passou a palavra para a diretora de gestão de desenvolvimento regional, sra. Stella Stefanie Silveira, que deu início a apresentação. Passou uma prévia dos assuntos que seriam abordados, e logo após apresentou as etapas de elaboração do projeto, denominadas: coleta de dados, primeira análise do município, planejamento participativo, segunda análise do município, elaboração do diagnóstico e prognóstico, terceira análise do município, minuta de lei, quarta análise do município, e disse que posteriormente haverá mais três etapas, sendo audiência pública, revisão final e a aprovação da câmara de vereadores. Salientou a importância da participação da comunidade em todas as etapas para obter um bom resultado. O principal eixo norteador é cidade para as pessoas, sendo ele dividido em conexões de segurança, voltada para a junção do uso comercial e o residencial, espaços públicos, voltado para a acessibilidade das ruas, mobilidade, voltada para os meios de transporte, cultura e lazer, voltada para o bem-estar e preservação da imagem da cidade. Foi especificado resumidamente cada um dos itens, transparecendo a importância e benefícios de uma cidade que se encontra dentro dos padrões. Durante estas explicações, sr. Vinicius perguntou se durante o plano diretor vai ser sugerido o gabarito para as áreas já existentes. Foi esclarecido que isso envolveria o plano de mobilidade. Dando continuidade, sra. Stella ressaltou a missão do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CINCATARINA, que seu objetivo é ter uma cidade sustentável, mais compacta e inteligente. Por meio de pesquisas realizadas através de reuniões comunitárias, diagnósticos, aplicação do CDP e formulários, é possível pensar e refletir com mais clareza qual é a cidade que nós temos hoje e qual é a cidade desejada para daqui dez anos. Elucidou a forma que a população poderia participar com colocações e perguntas. Explicou que CDP é a medição das condicionantes, deficiências e potencialidades da região, com o objetivo de identificar os pontos de melhoria, ou ainda trocar ideias, conhecimentos, do que seria melhor para Urubici. Em seguida foi passada a palavra para o sr. Gustavo que reforçou o que foi dito anteriormente com relação as metas e objetivos que pretendem alcançar para a cidade nos próximos dez anos. Explicou que na revisão do plano é trabalhado com duas vertentes, sendo elas: parte técnica, primeira vertente e parte comunitária, segunda vertente, porém as duas caminhando sempre juntas. Foi mencionado a importância do CDP, que facilita no direcionamento da população, incentivando a pensar nas potencialidades do município. Após esses dois materiais prontos começam as revisões dos códigos edilícios (plano diretor e código de obras e postura). Explanou ainda que o principal objetivo é não deixar as prefeituras sobrecarregadas com tarefas que não é do poder executivo. Sr. Vinicius comentou que o plano diretor trata somente da parte urbana, atestou que existem vários núcleos/comunidades dentro do município, informou que está havendo uma ocupação muito grande e irregular dessas áreas. Sr. Gustavo esclarece que o plano diretor não é voltado somente para a área urbana, mas para todo o território do município, e o objetivo é abranger todas as áreas. Dra. Eleonora aproveitou a oportunidade e utilizou a palavra para elucidar a proposta inicial da prefeitura, onde as reuniões seriam divididas em três etapas: Vacas Gordas, Águas Brancas e Santa Tereza. No entanto, alegou que considerando sua sistemática, não teria como funcionar desta forma. Sendo assim, é preferível que a população da área rural se locomovesse em pontos da cidade onde ficaria favorável para todos. Em relação aos núcleos urbanos, a ideia é determinar as áreas pela ocupação. Sr. Gustavo esclarece que para se consolidar um núcleo urbano existe todo um

Stella S. Silveira



Karoline da S. Ribeiro

Sede do CINCATARINA
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1205, Bairro Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 09.070-000

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CINCATARINA
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Freiburg/Estado de Santa Catarina – CEP 09.590-000





www.cincatarina.sc.gov.br E-mail: cincatarina@cincatarina.sc.gov.br
 CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (49) 3256-3400
 O Coletivo Inovando a Gestão Pública

estudo a ser realizado, requisitos que devem ser cumpridos. Aproveitando o momento, Dra. Eleonora informou que com a vinda do atual plano diretor, ficou consagrado somente como distrito do município, Águas Brancas. Foi colocado pelo Sr. Vinicius como ponto importante fazer um levantamento dos pontos turísticos em relação aos investimentos. Dra. Eleonora informou que já se deu início a coleta de dados no ano passado. Salientou que é imprescindível a conscientização e a participação da comunidade. Reforça que deverá ser lançado nas redes sociais e em rádios para que todos participem e posteriormente não haja reclamações. Sra. Eliane relatou que no ano de dois mil e dezoito houve uma entrevista em uma rádio e que um dos assuntos abordados era a legalização de áreas rurais com menos de dois hectares, informou que na época esse assunto não foi bem especificado e desde então está havendo diversas especulações. Aproveitou para reforçar a importância das divulgações nas mídias. Sra. Stella explicou que na reunião comunitária é feita uma palestra simples mostrando exemplos positivos e negativos, com objetivo de trazer a conscientização de melhorias para a cidade. Sr. Vinicius questionou qual seria o cronograma da revisão no plano diretor. Sr. Gustavo disse que vai depender do andamento das próximas etapas, mas o prazo máximo são doze meses. Dra. Eleonora realçou o tamanho do crescimento que ocorrerá, se a prefeitura entregar um plano diretor e um plano de saneamento com êxito. Após essas colocações, sr. Gustavo distribuiu um formulário que se tratava dos parâmetros urbanísticos. Dispondo do momento, Dra. Eleonora informou que está sendo feito calçamento solidário, entre a prefeitura e os moradores. Porém a norma só remete a ABNT, está sem especificações. A ideia é ajudar as pessoas nesta questão, fornecendo um projeto pronto e que já tivesse ligação com o que está sendo idealizado para a cidade. Após estas colocações, ficou estipulado que a Dra. Eleonora verificaria a agenda da prefeitura para a aplicação das reuniões comunitárias. Em seguida Gustavo declara encerrada a reunião. A presente ata segue assinada por mim, estagiária de administração, Karoline da Silva Ribeiro, pela diretora de gestão de desenvolvimento regional, sra. Clarissa Anrain, pela diretora de desenvolvimento regional, sra. Stella Stefanie Silveira, pelo diretor de gestão de desenvolvimento regional, sr. Gustavo Marcondes, e pelo secretário geral, sr. Ederaldo Sgrott, como sinal de sua aprovação. Urubici, doze de julho de dois mil e dezoito.

Karoline da Silva Ribeiro
KAROLINE DA SILVA RIBEIRO
 Estagiária de Administração
 CINCATARINA

Clarissa Anrain
CLARISSA ANRAIN
 Diretora de Gestão de Desenvolvimento Regional do
 CINCATARINA

Stella Stefanie Silveira
STELLA STEFANIE SILVEIRA
 Diretora de Gestão de Desenvolvimento Regional do
 CINCATARINA

Gustavo Marcondes
GUSTAVO MARCONDES
 Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional do
 CINCATARINA

Ederaldo Sgrott
EDERALDO SGROTT
 Secretário Geral de Urubici

Sede do CINCATARINA
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Centro
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CINCATARINA
 Rua Nereu Ramos, 791, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000

APÊNDICE E – EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÕES COMUNITÁRIAS - REVISÃO DO PLANO DIRETOR

EDITAL Nº 01/2019 REUNIÃO COMUNITÁRIA

Publicação Nº 2108868

MATERIAL PADRÃO PARA PUBLICAÇÕES

Edital de convocação para Reunião Comunitária – Revisão do Plano Diretor

A Prefeitura Municipal de Urubici, através deste edital, CONVIDA a população em geral, para a participação popular nas reuniões comunitárias regionais para a revisão do Plano Diretor, conforme as datas e locais descritos a baixo. Todas as reuniões comunitárias serão realizadas às 19h (dezenove horas).

Reunião Comunitária I

Comunidades: Campestre, São Francisco, Rio do Engano, Rio Vacarianos e Consolação

Data: 19 de agosto de 2019

Local: Salão Paroquial do Rio Vacarianos

Reunião Comunitária II

Comunidades: Canudo, São José, São Pedro, Rio Cachimbo, Santa Terezinha, Campestre II, Santo Antonio, Rio dos Bugres e Invernador

Data: 20 de agosto de 2019

Local: Salão Paroquial de Santa Terezinha

Reunião Comunitária III

Bairros: Esquina, Fetti, Traçado, Jardim Verde Vale e Distrito de Águas Brancas

Data: 21 de agosto de 2019

Local: Salão Paroquial do Bairro Esquina

Reunião Comunitária IV

Bairros: Riacho, Baiano, Brasília e Centro

Comunidades: São Cristóvão, Mundo Novo, Xaxim, Cambuim, Jararaca, Taipinha, Bom Sucesso, Vacas Gordas, Rio Crioulas, Lageado liso, Espinilho, Toca Ruim e Santa Bárbara

Data: 22 de agosto de 2019

Local: Salão Paroquial da Igreja Matriz

Urubici, 30 de julho de 2019

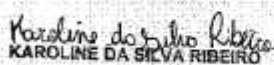
Antônio Zilli - Prefeito do Município de Urubici.

APÊNDICE F – ATA DA 1ª REUNIÃO COMUNITÁRIA

www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
CNPJ: 12.875.748/0001-32 Fone: (49) 3256-3400
O Coleção Inovando a Gestão Pública

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO COMUNITÁRIA DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE URUBICI.

No dia dezanove do mês de agosto do ano de dois mil e dezanove, às dezanove horas e cinco minutos, no Salão Paroquial do Rio Vacarianos, foi realizada a primeira reunião comunitária do processo de revisão do plano diretor, a qual reuniu membros das comunidades de Campestre, São Francisco, Rio do Engano, Rio Vacarianos, e Consolação. A vigente ata destaca os principais pontos apresentados na reunião. A reunião foi aberta pelo prefeito que falou um pouco sobre a importância do plano diretor e da necessidade da revisão a cada dez anos. Em seguida, passou a palavra para a diretora de gestão de desenvolvimento regional, sra. Stella Stefanie Silveira, que agradeceu a presença de todos, apresentou a diretora de gestão de desenvolvimento regional, sra. Clarissa Anrain, e o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA. Deu início a apresentação do processo de revisão, falando sobre cidade para pessoas e o plano diretor. Depois explicou sobre a dinâmica do método CDP, onde os participantes se reuniram em grupos de quatro e seis pessoas para discutir as condicionantes, deficiências e potencialidades do município, visando os cinco eixos estratégicos trabalhados, sendo: econômico e social, estruturação urbana, mobilidade urbana, qualificação ambiental e patrimônio histórico e cultural. As técnicas, sra. Stella e sra. Clarissa acompanharam o andamento do trabalho, sanando as dúvidas. Com os resultados, foram feitos painéis de condicionantes, deficiências e potencialidades, onde posteriormente foi validado item por item com a população presente. Depois da validação, foi perguntado para a população se havia algum item a ser incluso, um dos presentes solicitou a inclusão da necessidade de as atafonas voltarem a serem permitidas para o beneficiamento do milho, sendo item de patrimônio cultural da população regional. Após, a equipe técnica informou a todos que os dados serão computados, registrados e avaliados, fazendo parte do diagnóstico, mas que nem todos os itens fazem parte do plano diretor, porém a prefeitura terá acesso a toda coleta de dados. Em seguida o prefeito fez o fechamento, agradecendo a presença de todos e enfatizou a importância da participação popular. Os técnicos do CIMCATARINA agradeceram a presença e convidaram para que a população participe ativamente das próximas etapas, acompanhando o andamento do plano diretor. A presente ata segue assinada por mim, estagiária de administração, Karoline da Silva Ribeiro, pela diretora de gestão de desenvolvimento regional sra. Clarissa Anrain, pela diretora de gestão de desenvolvimento regional sra. Stella Stefanie Silveira, e pelo secretário geral, sr. Ederaldo Sgrott, como sinal de sua aprovação. Urubici, dezanove de agosto de dois mil e dezanove.


KAROLINE DA SILVA RIBEIRO
Estagiária de Administração do
CIMCATARINA


CLARISSA ANRAIN
Diretora de Gestão de Desenvolvimento Regional do
CIMCATARINA













STELLA STEFANIE SILVEIRA
Diretora de Gestão de Desenvolvimento Regional do
CIMCATARINA


EDERALDO SGROTT
Secretário Geral de Urubici

Sede do CIMCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1235, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Centro
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.580-000

APÊNDICE G – LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO 1º REUNIÃO COMUNITÁRIA

PARTICIPANTES					
NOME	Nº IDENTIFICAÇÃO (RG ou CPF)	ENDEREÇO	BAIRRO OU INSTITUIÇÃO REPRESENTANTE	E-MAIL	ASSINATURA
Diomara S.S. Rodrigues	3706153	Leonas	Prefeitura	diomarasousa@ig.com.br	
Almaíla Alves de Souza	98155338853	Centro	Comunidade	almaiilaalves@ig.com.br	
Federico L. Spolte	1158260	Centro	Prefeitura	secretariapd@urubici.sc.gov.br	
Isidoro de Souza		Vacarianos	Vacarianos	isidoro@ig.com.br	
Jose Carlos		Vacarianos	"		
Alleteia Reiter		Vacarianos	"		
Eda Scarpelli		Vacarianos	"		
Associação		Vacarianos	"		
Osvaldo Alves		VACARIANOS	"		
Vivente Costa			Condomínios		
Marcos de Lima	8903018	Urubici	Condomínios	marcosdelima@ig.com.br	
Marcos Souza	4.446.704	Urubici	Prefeitura	marcos@urubici.sc.gov.br	
Antônio Silli	109499	Urubici	Prefeitura	49.999424960	
Osvaldo Balduino		Rio	Rio do Engenho		
Charlene F. Gaspar		Rio Vacarianos			



APÊNDICE H – CONVITE PARA A 1º REUNIÃO COMUNITÁRIA

PLANO DIRETOR

Reunião Comunitária I

O **Município de Urubici** através do CIMCATARINA, convida a todos para participar das reuniões comunitárias do **Plano Diretor de Urubici**.

19 de agosto, às 19 horas

Local: Salão Paroquial do Rio Vacarianos

Regiões: *Campestre, São Francisco, Rio do Engano, Rio Vacarianos e Consolação.*

Mapa das regiões contempladas:



Participe!

Mais Informações:

cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br



APÊNDICE I – ATA DA 2º REUNIÃO COMUNITÁRIA

www.cincatarina.sc.gov.br E-mail: cincatarina@cincatarina.sc.gov.br
CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (49) 3256-3400
O Coletivo Inovando e Gestando Público

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO COMUNITÁRIA DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE URUBICI.

No dia vinte do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas e quinze minutos, no Salão Paroquial de Santa Terezinha, foi realizada a segunda reunião comunitária do processo de revisão do plano diretor, a qual reuniu membros das comunidades de Canudo, São José, São Pedro, Rio Cachimbo, Santa Terezinha, Campeste II, Santo Antônio, Rio dos Bugres, e Invernador. A vigente ata destaca os principais pontos apresentados na reunião. A reunião foi aberta pelo prefeito, saudando a todos e dando uma breve introdução. Em seguida passou a palavra para a diretora de gestão de desenvolvimento regional, sra. Clarissa Anrain que informou a todos como ocorreria a reunião e quais assuntos seriam abordados. Fez a apresentação dos membros da equipe Consórcio Intermunicipal Catarinense – CINCATARINA, tais responsáveis pela revisão do plano diretor. Logo após, deu início a apresentação, mostrando as etapas necessárias para a revisão, iniciando por coleta de dados, planejamento participativo, momento que se encontra atualmente, elaboração do diagnóstico, primeira análise do município, elaboração do prognóstico, segunda análise do município, minuta de lei, terceira análise do município, e audiência pública. Disse que posteriormente haverá mais duas etapas, sendo a revisão final e a aprovação da câmara de vereadores. Explicou a forma que a população poderia participar do plano diretor, através de questionários on-line ou disponibilizados pela prefeitura, audiências públicas, palestras técnicas e pelas redes sociais. Seguiu explanando sobre a etapa atual da revisão do plano, que se refere a aplicação do método CDP. Em seguida apresentou os pontos analisados e suas soluções viáveis, englobando conexões de segurança, espaços públicos, mobilidade urbana, e cultura e lazer. Deu prosseguimento com a explanação de cada um dos itens, exibindo exemplos positivos e negativos existentes, com o intuito da conscientização e reflexão de todos os presentes. Após, apresentou o método CDP, destacando e explicando as cinco vertentes utilizadas, sendo essas: Econômica e Social, Estruturação Urbana, Mobilidade Urbana, Qualificação Ambiental e o Patrimônio Histórico Cultural, separadas em cinco eixos, com o objetivo de mapear a cidade de forma coletiva, analisando todas as condicionantes, deficiências e potencialidades, incentivando a população a refletir sobre a cidade em que vivem. Em seguida, foi cedido tempo para a aplicação da metodologia, e posteriormente a exibição dos resultados em cartazes, denominado quadro CDP. A diretora de gestão de desenvolvimento regional, sra. Stella Stefanie Silveira, auxiliada pela sra. Clarissa, juntamente com a população presente na reunião, entraram em um consenso do que permaneceria ou não no quadro. Explicou que os dados coletados nas audiências serão catalogados e analisados tecnicamente, sendo assim, a opinião da comunidade juntamente com a opinião técnica do CINCATARINA, formará as propostas do plano diretor. Informou que a população poderia fazer o acompanhamento do processo da revisão, no site do município, através da página de planejamento urbano. Ressaltou a importância da contribuição da população e deu por encerrada a reunião. A presente ata segue assinada por mim, estagiária de administração, Karoline da Silva Ribeiro, pela diretora de gestão de desenvolvimento regional, sra. Clarissa Anrain, pela diretora de gestão de desenvolvimento regional, sra. Stella Stefanie Silveira e pelo secretário geral, sr. Ederaldo Sgrott, como sinal de sua aprovação. Urubici, vinte de agosto de dois mil e dezenove.

Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Balneário Carlini
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 781, 1º Andar, Sala 01, Centro
Friburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 88.560-000

Karoline da Silva Ribeiro



www.cincatarina.sc.gov.br E-mail: cincatarina@cincatarina.sc.gov.br
CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (48) 3255-3400
O Coletivo Inovando a Gestão Pública

Karoline da Silva Ribeiro
KAROLINE DA SILVA RIBEIRO
Estagiária de Administração do
CINCATARINA

Clarissa Anrain
CLARISSA ANRAIN
Diretora de Gestão de Desenvolvimento Regional do
CINCATARINA

Stella S. Silveira
STELLA STEFANIE SILVEIRA
Diretora de Gestão de Desenvolvimento Regional do
CINCATARINA

Federaldo Sgro
FEDERALDO SGRO
Secretário Geral de Urubici

Sede do CINCATARINA
Rua General Liberto Bittercourt, 1865, 13º Andar, Bela Vista, Bairro Centro
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Praibonito/Estado de Santa Catarina – CEP 89.380-020


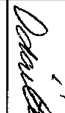









APÊNDICE J - LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO 2º COMUNITÁRIA

LISTA DE PRESENÇA - REUNIÃO COMUNITÁRIA - PLANO DIRETOR					
DATA: 20/08/19	HORA INÍCIO: 19:15	HORA FIM: 24:47			
MUNICÍPIO: URUBICI	LOCAL: CAPELA SANTA TEREZINHA.				
ASSUNTOS: REUNIÃO COMUNITÁRIA 02.					
PARTICIPANTES					
NOME	Nº IDENTIFICAÇÃO (RG ou CPF)	ENDEREÇO	BAIRRO OU INSTITUIÇÃO REPRESENTANTE	E-MAIL	ASSINATURA
Dienerio J. Bioner	2905015	Per tes	Caridade	Ministerio de Desenvolvimento Regional	[Assinatura]
Guilherme Ordoñez	011516	Esquina	Comoro Vel.	de.guilherme.ordonez@gmail.com	[Assinatura]
Cliane Aparecida Souza Soares	0004450	Praca	Unidades	clianesouza@ig.com.br	[Assinatura]
Reservado dos Rodrigues	9.106.153	Centro	Paróquia	reservadosrodrigues@hotmail.com	[Assinatura]
Luciana D'Árcy	DD3119244	PRASA	-	lucianaortega@gmail.com	[Assinatura]
Andressa Schmidt	0512203548	Santa Tereza	-		[Assinatura]
Mary Rosemary Alves		Santa Tereza	Unidades		[Assinatura]
Maria Luiza Oliveira	003964253	Av. ANTONIO G. ZEB	Centro	CRISTONI.32@gmail.com	[Assinatura]
Arildo FERRARO	50769022	"	CENTRO	arildoferraro@terra.com.br	[Assinatura]
Ederaldo Spolt	1458260	centro	Refinora		[Assinatura]
Adelma R. do Sampaio		Companhia	Explicina		[Assinatura]
José B. Araújo	399706	São Fossombrão			[Assinatura]
Olanda M. de Araújo		Rta. Torogópolis			[Assinatura]
Reinaldo Sampaio	9455222	Santa Tereza			[Assinatura]
Amadeu dos Santos	646.807	Rua 49 Santa Tereza			[Assinatura]



LISTA DE PRESEÇA REUNIÃO COMUNITARIA PLANO DIRETOR

 DATA: 20/08/19 HORA INICIO: 19:15 HORA FIM: 21:47
 MUNICIPIO: URUBICI LOCAL: CAPELA SANTA TEREZINHA.
 ASSUNTOS: REUNIÃO COMUNITARIA 02


PARTICIPANTES		PARTICIPANTES		PARTICIPANTES	
NOME	Nº IDENTIFICAÇÃO (RG ou CPF)	ENDEREÇO	BAIRRO OU INSTITUIÇÃO REPRESENTANTE	E-MAIL	ASSINATURA
SERSON MACEDO	1960366	UNUSION	SEC. A SSAE/	gemfpolis@hotmail	
Osvaldo Pat Devero	000.037.40932	Gomim Nº 5º Aproximada	Veneador	Osvaldo venador @igoloo.com.br	
Rodrigo Ferreira	059.571.999	URUCI	São Pedro	drigozumos@gmail.com	
David Luiza	97513333414	URUBICI	SÃO PEDRO	DAVIDLUZ@HOTMAIL	
Luiz Cláudio L. Lima	376822953-15	URUBIA	CENTRO	luizclaudio@gmail.com	
Franci Nishner	652178299	Esquina	comercio venador		
Antônio Eli	209419	Barbui	Parque Serejé		
Fernando Urso	390044	Urubi		urubici@gmail.com	
Deive ALMEIDA	6.740.3779	STA TERESA	POUSERRA	wdeive@hotmail.com	
CLARISSA ANKAIN	47556668	FRAIBURGO	CINCATARINA	clarissa@cincatorina.sc.gov.br	
Shlle S. S. Vieira	09052343388	CIM CATARINA	Cimcatarina	Shlle@cincatarina.sc.gov.br	

APÊNDICE K – CONVITE PARA A 2º REUNIÃO COMUNITÁRIA

PLANO DIRETOR

Reunião Comunitária II

O **Município de Urubici** através do CIMCATARINA, convida a todos para participar das reuniões comunitárias do **Plano Diretor de Urubici**.

20 de agosto, às 19 horas

Local: Salão Paroquial de Santa Terezinha

Regiões: Canudo, São José, São Pedro, Rio Cachimbo, Santa Terezinha, Campestre II, Santo Antônio, Rio dos Bugres e Invernador.

Mapa das regiões contempladas:



Participe!

Mais Informações:

cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br



APÊNDICE L – ATA DA 3º REUNIÃO COMUNITÁRIA

www.cincatarina.sc.gov.br E-mail: cincatarina@cincatarina.sc.gov.br
CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (48) 3255-3400
O Coletivo Inovando a Gestão Pública

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO COMUNITÁRIA DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE URUBICI.

No dia vinte e um do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas e oito minutos, no Salão Paroquial do Bairro Esquina, foi realizada a terceira reunião comunitária do processo de revisão do plano diretor, a qual reuniu membros dos bairros Esquina, Fetti, Traçado, Jardim Verde Vale, e o Distrito de Águas Brancas. A vigente ata destacou os principais pontos apresentados na reunião. A reunião foi aberta pelo prefeito, saudando a todos e dando uma breve introdução. Em seguida passou a palavra para a diretora de gestão de desenvolvimento regional, sra. Stella Stefanie Silveira, que agradeceu a presença de todos e fez a apresentação do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CINCATARINA. Em seguida, dando início a apresentação da revisão do plano diretor, mostrou as etapas necessárias, iniciando por coleta de dados, planejamento participativo, momento que se encontra atualmente, elaboração do diagnóstico, primeira análise do município, elaboração do prognóstico, segunda análise do município, minuta de lei, terceira análise do município, e audiência pública. Disse que posteriormente haverá mais duas etapas, sendo a revisão final e a aprovação da câmara de vereadores. Explicou a forma que a população poderia participar da revisão do plano diretor, através de questionários online ou disponibilizados pela prefeitura, audiências públicas, palestras técnicas e pelas redes sociais. Após, estimulou a todos a refletir sobre a cidade existente hoje e a cidade almejada. Informou que mais tarde aconteceria a dinâmica do CDP, que visa identificar através da visão da comunidade, como se encontra a cidade de Urubici hoje. Informou que os resultados irão auxiliar na elaboração do diagnóstico e prognóstico. Em seguida apresentou a filosofia de cidade para pessoas, separados em eixos estratégicos, englobando conexões de segurança, espaços públicos, mobilidade urbana, e cultura e lazer. Explanou detalhadamente cada eixo, exibindo exemplos positivos e negativos existentes, novamente provocando a reflexão da cidade atualmente. Após, apresentou o método CDP (condicionantes, deficiências e potencialidades), destacando e explicando as cinco vertentes utilizadas, sendo essas: econômico e social, estruturação urbana, mobilidade urbana, qualificação ambiental e o patrimônio histórico cultural, separadas em cinco eixos, com o objetivo de mapear a cidade de forma coletiva. Em seguida, foi cedido tempo para a aplicação da metodologia, e posteriormente a exibição dos resultados em cartazes, denominado quadro CDP. As técnicas, sra. Stella e a sra. Clarissa Anrain, juntamente com a população presente na reunião, validaram somente os itens que eram viáveis para o quadro. Após, deu-se por encerrada a reunião. A presente ata segue assinada por mim, estagiária de administração, Karoline da Silva Ribeiro, pela diretora de gestão de desenvolvimento regional, sra. Stella Stefanie Silveira, pela diretora de gestão de desenvolvimento regional, sra. Clarissa Anrain, e pelo secretário geral, sr. Ederaldo Sgroti, como sinal de sua aprovação. Urubici, vinte e um de agosto de dois mil e dezenove.

Karoline da Silva Ribeiro
KAROLINE DA SILVA RIBEIRO
Estagiária de Administração do
CINCATARINA

Stella S. Silveira
STELLA STEFANIE SILVEIRA
Diretora de Gestão de Desenvolvimento Regional do
CINCATARINA



www.cincatarina.sc.gov.br E-mail: cincatarina@cincatarina.sc.gov.br
CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (49) 3256-3400
O Coletivo Inovando a Gestão Pública

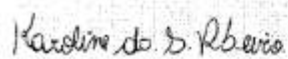

CLARISSA ANRAIN
Diretora de Gestão de Desenvolvimento Regional do
CINCATARINA


FEDERALDO SGRUFF
Secretário Geral de Urubici



Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Gattencour, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Centro
Florianópolis/Estado de Santa Catarina - CEP 88.070-800

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CINCATARINA
Rua Nelson Ramos, 781, 1º Andar, Sala 01, Centro
Friburgo/Estado de Santa Catarina - CEP 85.590-000



APÊNDICE M - LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO 3ª COMUNITÁRIA

LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO COMUNITÁRIA PLANO DIRETOR					
DATA: 31/08/19	HORA INÍCIO: 19:08	HORA FIM: 21:34			
MUNICÍPIO: URUBICI	LOCAL: SALÃO BAIRRO ESQUINA				
ASSUNTOS: REUNIÃO COMUNITÁRIA 03					
PARTICIPANTES					
NOME	Nº IDENTIFICAÇÃO (RG ou CPF)	ENDEREÇO	BAIRRO OU INSTITUIÇÃO REPRESENTANTE	E-MAIL	ASSINATURA
Barbora de J. Rosário	3306.153	Centros	Prefeitura	barboradejrosario@gmail.com	
Cláudia Alves de Souza	809.452	Centros	União das Aguardes	claudiaalvesde Souza@gmail.com	
Marisio P. de Lima	2803-048	Centros	União das Aguardes	marisio.p.de.lima@gmail.com	
Vinicius R. Silva	4515480	CENTRO	CENTRO	viniciusrs@gmail.com	
Antonio R. L.	103479	Aguares	prefeitura		
LUIZ GUILHERME M. DE SA	4939780-0	TRAFUGA	URUBICI	luisgustavo@guilhermesa.com.br	
Silvia Ma D. Sprague	1251.844	Aguares Brancas	Aguares Brancas	silvia.m.d.sprague@gmail.com	
Serson Mascato	1960760	ESquina	SE SENAR	Serson Mascato@gmail.com	
Marcos Cunha	950509600.20	REFERENCIA Alvorada 87	ESQUINA	marcoscunha@gmail.com	
Maílys Sprague	638353.0	Aguares Brancas	Aguares Brancas		
Adelaine R. de Souza		Compendio	Referência		
Paulo Rome W. Mendes	4462880	Centros	Referência		
Ederaldo Duarte	1758260		Referência		
LEANDRO B. Lima	36119353	PARÇA	PARÇA	leandrolima@gmail.com	
Guilherme Estefanol Pinheiro	67502328587	Aguares Brancas	Ag. Brancas	guilhermepinheiro@gmail.com.br	



LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO COMUNITÁRIA PLANO DIRETOR

DATA: 21/08/19 HORA INÍCIO: 19:08 HORA FIM: 21:37.
 MUNICÍPIO: CRUBICI LOCAL: SALÃO BAIRRO ESQUINA
 ASSUNTOS: REUNIÃO COMUNITÁRIA 03



PARTICIPANTES						
NOME	Nº IDENTIFICAÇÃO (RG ou CPF)	ENDEREÇO	BAIRRO OU INSTITUIÇÃO REPRESENTANTE	E-MAIL	ASSINATURA	
Carlos A. Henrique	1.622.621	Centro	Centro	Carlos.pvu@ymail.com.br	[Assinatura]	
Márcia C. Romello	3.498.499	Centro	Centro	"	[Assinatura]	
Gracian Mielhues	652.178.299	Esquina			[Assinatura]	
Rômulo W de Oliveira	112.824	Serra do Rancho	Parnaíba	romulo@sonodoparnaíba.co.br	[Assinatura]	
JOSE MARIAS BANETO	3.156.404	ESQUINA		COMATO@SENA SUL.TUR.BR	[Assinatura]	
Regina Sando Reg-		Agua Branca			[Assinatura]	
Celia dos Santos		Esquina			[Assinatura]	
Lucilei Balalop		Esquina			[Assinatura]	
Morlins Pinke		ESQUINA			[Assinatura]	
Saulo de Oliveira	111416	COMATO		ZYTO.BRASIL@gmail.com	[Assinatura]	
Gilberto NORGAN			Vercedor			
CHARISSA ANRAIN	4135666-8	FRA BURGO	CINCATARINA	plorissa@cincoforino.sc.gov.br	[Assinatura]	
Stella S. Silveira	09092393983	Esburgo	Cincoforino	stella@cincoforino.sc.gov.br	[Assinatura]	

APÊNDICE N- CONVITE PARA A 3º REUNIÃO COMUNITÁRIA

PLANO DIRETOR

Reunião Comunitária III

O **Município de Urubici** através do CIMCATARINA, convida a todos para participar das reuniões comunitárias do **Plano Diretor de Urubici**.

21 de agosto, às 19 horas

Local: Salão Paroquial do Bairro Esquina
Bairros: Esquina, Fetti, Traçado, Jardim Verde Vale e Distrito de Águas Brancas.

Mapa das regiões contempladas:



Participe!

Mais Informações:

cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br



APÊNDICE O – ATA DA 4ª REUNIÃO COMUNITÁRIA



www.cincatarina.sc.gov.br E-mail: cincatarina@cincatarina.sc.gov.br
 CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (49) 3256-3400
 O Coletivo Inovando a Gestão Pública

ATA DA QUARTA REUNIÃO COMUNITÁRIA DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE URUBICI.

No dia vinte e dois do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas e cinco minutos, no Salão Paroquial da Igreja Matriz, foi realizada a quarta reunião comunitária do processo de revisão do plano diretor, a qual reuniu membros das comunidades de São Cristóvão, Mundo Novo, Xaxim, Cambulim, Jararaca, Taipinha, Bom Sucesso, Vacas Gordas, Rio Crioulas, Lageado Liso, Espinilho, Toca Ruim e Santa Bárbara, bem como os bairros Riacho, Baiano, Brasília, e Centro. A vigésima ata destaca os principais pontos apresentados na reunião. A reunião foi aberta pela diretora de gestão de desenvolvimento regional, sra. Clarissa Anrain, que agradeceu a presença de todos e fez a apresentação dos membros da equipe Consórcio Intermunicipal Catarinense – CINCATARINA, tais responsáveis pela revisão do plano diretor. Em seguida deu início a apresentação do processo de revisão, mostrando as etapas necessárias para a revisão, iniciando por coleta de dados, planejamento participativo, momento que se encontra atualmente; elaboração do diagnóstico, primeira análise do município, elaboração do prognóstico, segunda análise do município, minuta de lei, terceira análise do município, e audiência pública. Disse que posteriormente haverá mais duas etapas, sendo a revisão final e a aprovação da câmara de vereadores. Explicou a forma que a população poderia participar do plano diretor, através de questionários online ou disponibilizados na prefeitura, audiências públicas, palestras técnicas e pelas redes sociais. Seguiu explanando sobre a etapa atual da revisão do plano, que se refere a aplicação do método CDP. Apresentou os pontos analisados e suas soluções viáveis, englobando conexões de segurança, espaços públicos, mobilidade urbana, e cultura e lazer. Deu prosseguimento com a explanação de cada um dos itens, exibindo exemplos positivos e negativos existentes, com o intuito da conscientização e reflexão de todos os presentes. Após, passou a palavra para a diretora de gestão de desenvolvimento regional, sra. Stella Stefanie Silveira, que explicou como ocorreria a dinâmica, baseada no método CDP, destacando as cinco vertentes utilizadas, sendo essas: Econômico e Social, Estruturação Urbana, Mobilidade Urbana, Qualificação Ambiental e o Patrimônio Histórico Cultural, separadas em cinco eixos, com o objetivo de mapear a cidade de forma coletiva, analisando todas as condicionantes, deficiências e potencialidades, incentivando a população a refletir sobre a cidade em que vivem. Foi cedido tempo para a aplicação da metodologia, e posteriormente a exibição dos resultados em cartazes, denominado quadro CDP. Sra. Stella, auxiliada pela sra. Clarissa, e juntamente com a população presente na reunião, entraram em um consenso do que permaneceria ou não no quadro. Após, deu por encerrada a reunião. A presente ata segue assinada por mim, estagiária de administração, Karoline da Silva Ribeiro, pela diretora de gestão de desenvolvimento regional, sra. Clarissa Anrain, pela diretora de gestão de desenvolvimento regional, sra. Stella Stefanie Silveira, e pelo secretário geral, sr. Ederaldo Sgrott, como sinal de sua aprovação. Urubici, vinte e dois de agosto de dois mil e dezenove.

Karoline da Silva Ribeiro
KAROLINE DA SILVA RIBEIRO
 Estagiária de Administração do
 CINCATARINA

Clarissa Anrain
CLARISSA ANRAIN
 Diretora de Gestão de Desenvolvimento Regional do
 CINCATARINA

Stella S. Silveira
STELLA STEFANIE SILVEIRA
 Diretora de Gestão de Desenvolvimento Regional do
 CINCATARINA

Ederaldo Sgrott
EDERALDO SGROTT
 Secretário Geral de Urubici

Sede do CINCATARINA
 Rua General Liberato Biberichourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Beito Canto
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800

1ª Núcleo de Desenvolvimento Regional do CINCATARINA
 Rua Herói Ramos, 791, 1º Andar, Sala 01, Centro
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000

APÊNDICE P- LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO 4º COMUNITÁRIA

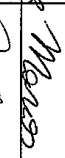






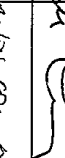
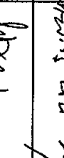
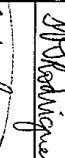




LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO COMUNITÁRIA PLANO DIRETOR					
DATA: 22/08/19	HORA INÍCIO: 05	HORA FIM: 21:30			
MUNICÍPIO: URUBICI	LOCAL: SALÃO PAROQUIAL	IGREJA: MATRIZ			
ASSUNTOS: REUNIÃO COMUNITÁRIA 04					
PARTICIPANTES					
NOME	Nº IDENTIFICAÇÃO (RG ou CPF)	ENDEREÇO	BAIRRO OU INSTITUIÇÃO REPRESENTANTE	E-MAIL	ASSINATURA
Camille Merythael	5.282.344	Av. Pedroso Konder n.º 206	Centro	merthael.camille@hotmail.com	
Ruan Carlos Alves	076756559-23	Av. Adolfo Konder n.º 231	Centro	ruanav@igmail.com	
CAROLLO VESQUIATO	0047418716	SC 110 Km. 415	POUSO ADOLO	VECHUITTO.CRICIA@gmail.com	
Marlene W. M. Alves	06688421901	Bairrada, 2/4	Bairrada	marlene.michels@gmail.com	
Francine T. de Oliveira	935588679-58	Vargas Godoy	Vargas Godoy	contato@protesto.com.br	
Alaine Oliveira de Souza	50988888	Centro	Parque das Palmeiras	alainesouza@gmail.com	
Caio Ricardo de Araujo	6.026.477	Centro - Adolfo Konder	Parque das Palmeiras	engenharia@urubici.sc.gov.br	
Vinicius R. SILVA	4575480	CENTRO	CENTRO	ENG.VINICIUSRS@GMAIL.COM	
JURIEL HILANDA	51414759991	RIO CACHIMBO	SANTAREM SANTARES	juriel.muramato@gmail.com	
Alaísia K Ribeiro		Bairrada	Acaalada no Calornia	alaisyria@hotmail.com	
Julia Roberta Mati		Centro	Centro	-	
Francine Oliveira de Souza		CURVIDO	11	francineoliveira@outlook.com	
Mara Corção Sobos	5033039111	RIO CRIOULOS	RIO CRIOULOS	maracorcion@outlook.com.br	
Wesley Gonçalves Reis	404488909	RIO CRIOULOS	RIO CRIOULOS	wesleyg@outlook.com	
MARCO ANTONIO ELANE VAREZAS	3711987	CENTRO	CENTRO	DT.CUIE@GMAIL.COM	



LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO COMUNITÁRIA PLANO DIRETOR

DATA: 21/08/19 HORA INÍCIO: 19:05 HORA FIM: 21:30
 MUNICÍPIO: URUBICI LOCAL: SALÃO PAROQUIAL IGREJA PATRIZ
 ASSUNTOS: REUNIÃO COMUNITÁRIA 04



PARTICIPANTES						
NOME	Nº IDENTIFICAÇÃO (RG ou CPF)	ENDEREÇO	BAIRRO OU INSTITUIÇÃO REPRESENTANTE	E-MAIL	ASSINATURA	
MARCOS MATILDS	633.7655945	RUA CÉSIO RIBEIRO CHAVES	CENTRO	MARCOS@PATROLINK.COM.BR		
Renata Pedraço Bualis	289.146.753-07	Rua Coeli Balmi Chaves	centro	renataperp@link.com.br		
Cicero Fontana da Silva	3.040.510.	Rua Carlos P. de Medeiros	centro	cicerofontana@hotmail.com		
Henrik Fenner	4087362	Estrada Geral do Baimão	Baimão	henrikfenner@chommi.com		
PATRICIA OLIVEIRA	4066935841	ESTRADA DA SARAPEA	SARAPEA	patrici@fama.com.br		
CLAUDIO RETT	514048458	ESTRADA DA JARUACA	JARUACA	contato@claudiorett.com		
Elaine Legendre de Paes	3201405-4	5c110 Jacos Gordon	Jacos Gordon	elaine@paes@hostmail.com		
CARLO CARTETE	740.004	ESTRADA DE TRAPANCA	CRULSICIA	carlo.urubici@gmail.com		
Tramunha		SC 110 km 491	CRULSICIA	tramunha@pousadourubici.com.br		
Simone Vieira D. Rodrigues	4.246.573	Estrada Geral Baimão	Setor e Baimão Baimão	simonevioli@yahoo.com.br		
Jose Natalina Ribeiro	1067.562-0	Estrada Geral Baimão	Baimão Baimão			
INACIO ROBERTO de Souza	673.553.089-00	Av. ADOLFO KRONZ 1922 - APO DO	CDL CEHRO.	suab@net@emil.com		
Emiliana W. Moura	4462886	centro	Frederico			
Carlos A. Henrique	1622-621	centro	Proterviva	carlospmu@yahoo.com.br		

APÊNDICE Q - CONVITE PARA A 4º REUNIÃO COMUNITÁRIA

PLANO DIRETOR

Reunião Comunitária IV

O **Município de Urubici** através do CIMCATARINA, convida a todos para participar das reuniões comunitárias do **Plano Diretor de Urubici**.

22 de agosto, às 19 horas

Local: Salão Paroquial da Igreja Matriz

*Bairros: Riacho, Baiano, Brasília e Centro.
Comunidades: São Cristóvão, Mundo Novo, Xaxim, Cambuim, Jararaca, Taipinha, Bom Sucesso, Vacas Gordas, Rio Crioulas, Lageado Liso, Espinilho, Toca Ruim e Santa Bárbara.*

Mapa das regiões contempladas:



Participe!

Mais Informações:

cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br



APÊNDICE R – QUANDO VOCÊ FALA DA SUA CIDADE, QUE IMAGEM LHE VEM À MENTE? POR QUÊ?

QUANDO VOCÊ FALA DA SUA CIDADE, QUE IMAGEM LHE VEM À MENTE? POR QUÊ?
<p>Natureza / meio ambiente (48x) Abundante e preservada; Belezas e paisagens naturais; Potencial em pontos turísticos; Atratividade econômica; Diversidade de fauna e flora; Contemplação; Cachoeiras, florestas; Aquífero guarani.</p>
<p>Tranquilidade (28x) Aconchegante; Receptividade; Calma e pacata; Segurança; Qualidade de vida; Cidade pequena.</p>
<p>Má administração (9x) Cidade sem fiscalização; Falta de administração.</p>
<p>Beleza (22x) Limpa e arborização; Belezas naturais e áreas verdes; A melhor do Brasil; Cidade bem cuidada; Cidade maravilhosa; Local agradável e amigável.</p>
<p>Turismo (39x) Economia; Potencial turístico; Número elevado de turistas; Grande influência de atividades turísticas; Diversidade, atratividade de turistas e turismo ecológico.</p>
<p>Cidade em desenvolvimento e progresso (14x) Necessidade de diretrizes quanto a identidade visual do município; Infraestrutura para turismo; Necessidade de investimentos; Cidade próspera; Muito potencial para se desenvolver.</p>
<p>Patrimônio cultural (3x) Beleza arquitetônica; Fomentação de turismo. Igreja Matriz;</p>
<p>Deficiências (9x) Falta de atratividade para os munícipes; Padronização de construções; Melhor acesso nas calçadas, e a falta das ciclovias; Falta de capacitação para receber turistas; Qualidade de vida dos munícipes. Falta educação e faculdade; Falta de infraestrutura;</p>
<p>Infraestrutura (5x) Avenida principal; Parquinhos; Saneamento básico;</p>

APÊNDICE S – CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS PELO FORMULÁRIO

CONTRIBUIÇÕES
A cidade deveria ter mais indústrias de emprego.
A cidade é ótima mais falta segurança pública, melhores fiscalizações no trânsito e uma rede descente de tratamento de esgoto.
A coleta de lixo ser efetivamente coletiva.
A prioridade no momento é descarte adequado de resíduos, tratamento de efluentes, coleta de esgoto, reciclagem, educação ambiental, disponibilidade de cursos profissionalizantes no setor de turismo e transporte público eficiente.
Acho bem interessante! Não trabalhar que essa cidade do futuro!
Acho que devemos respeitar mais uns aos outros!
Acho que deveria haver transporte público a tarde para o interior e ser mais divulgado o Campos dos Padres.
Acho que deveria ter mais oportunidade de emprego para população.
Acho que deveria ter ônibus a tarde para as localidades rurais, isso complica os trabalhadores.
Acho que Urubici deveria parar de investir muito no turismo, e cuidar mais da saúde, educação, empregos, coleta de lixo, tratamento de água e esgoto.
Acho que Urubici tem um grande potencial na serra catarinense, mas temos que ter muitas melhorias para poder chegar ao potencial que a cidade tem.
Acredito que a beleza natural da nossa cidade é um atrativo por si só. Precisamos deixar nossa cidade, parte urbana, mais bonita e encantadora e isso só acontece com a padronização de alguns elementos, plano diretor bem elaborado e fiscalização.
Acredito que juntos, no diálogo amigável e com empatia, podemos somar em Urubici.
Acredito que organizando as obras e serviços, os espaços podem ser melhor aproveitados com lazer!!!
Aguardo com boas expectativas as melhorias em nossa cidade.
Asfalto ou calçamento em todas as ruas.
Cidade limpa e sinal de povo e administração civilizados.
Coleta de lixo.
Coleta de resíduos recicláveis e uma política rígida quanto ao esgoto deve ser implantada urgentemente.
Coleta de o lixo ser seletiva, polícias que se importam mais com as vítimas.
Coleta seletiva
Conservar a natureza, um parque municipal, tratamento de esgoto urgente, muitas ruas estão sem calçamento, recuperar as matas nas margens dos rios, reciclagem de lixo urgente, educar as crianças e o povo pra cuidar da cidade e valorizar esse lugar maravilhoso!!!
Construam banheiros públicos, desde que tenha manutenção diária, transporte público urbano a tarde.
Contribuição dada no quesito anterior.
Creio que nossa cidade poderia trazer mais lazer aos moradores, investir em outros pontos, não apenas turísticos, uma cidade mais tecnológica.
Creio ser necessário, além do plano diretor, um plano urbanístico que delimite estilos arquitetônicos de construção em áreas específicas da cidade. Evitando edificações monocromáticas e simples. Sendo que esta normalização considere áreas específicas, como zona com foco em passeio público, zona de entretenimento noturno e pontos turísticos. Essa padronização com foco em trazer à cidade uma atmosfera de cidade serrana com a "magia" que cidades turísticas devem ter como apelo. A exemplo próximo, a identidade que Marcos cupim dá à suas obras.
Da de melhorar.
De tudo um pouco.
Descuidado.
Devemos cuidar de cada detalhe para o crescimento ordenado cuidando sempre da natureza e não esquecendo das pessoas que nela vivem.
Deveria haver um regramento e maior fiscalização dos meios de hospedagem, principalmente para coibir a informalidade.
Deveria ter algo que gerem empregos/shoppings/cinemas/postos de saúde!
Deveria ter ciclovias.

<p>É uma pesquisa legal, pois quer saber a opinião das pessoas, e pode ajudar as pessoas a mostrarem as suas ideias sobre o município e a cidade.</p>
<p>Eles deveriam colocar lixeiras recicláveis, pontos de ônibus cobertos para todas as áreas, e deixar a cidade mais turística.</p>
<p>Em hipótese alguma podemos perder a vista dos cânions para prédios urbanos, isso é nossa identidade. Tratamento de esgoto é vital para uma cidade com nascentes além de ser turística. Sinalização mais eficiente, arborização urbana, bancos ao ar livre e policiamento com aumento do efetivo.</p>
<p>Empresas, shoppings e hospital com recursos pra nós moradores</p>
<p>Espaços para esportes com mais acessibilidade</p>
<p>Espero que as coisas sejam feitas da melhor forma para melhoria da cidade</p>
<p>Espero que seja aproveitado e praticado os dados coletados.</p>
<p>Esquecer um pouco a burocracia e se concentrar no turismo. Na arborização da cidade, limpeza. O turismo tem prioridade.</p>
<p>Estamos em uma cidade que está em constante crescimento, muitas pessoas de fora fazendo seus investimentos por aqui, precisamos nos adequar as mudanças, mas não podemos perder a nossa essência!</p>
<p>Eu acho que as pessoas que comandam nossa cidade se preocupam de mais em agradar os turistas e esquecem dos moradores, está certo os turistas são ótimos porém precisa olhar mais pró povo, e acho que do meu ponto de vista já que não tem transporte público poderia ao menos ter um bondinho que leve a gente da esquina para a praça e vice-versa eu acho que seria um bem para a população.</p>
<p>Eu acho que deve haver um maior investimento no turismo, um investimento para que as lojas tenham uma maior liberdade de comércio, um melhor investimento no entretenimento (cinemas, eventos e atrações), banheiros públicos e asfaltar partes urbanas onde possuem muita concentração de carros.</p>
<p>Eu acho que não é necessário apenas uma pesquisa sobre o que as pessoas desejam na cidade, é necessário também uma mudança em todas as coisas que não estão agradáveis para os habitantes como banheiros públicos e melhoras de ciclovias.</p>
<p>Eu creio que nossa cidade precisa de mais empregos, de uma faculdade para que nossos jovens não precisem sair do município para estudar e buscar uma classificação na sua vida profissional. E peço também que como sou moradora do bairro esquina não preciso me locomover até o centro (praça) para me consultar quando tem um posto de saúde perto de minha casa, acho isso uma injustiça.</p>
<p>Eu desejo que o município tenha capacidade de se desenvolver, sem agredir à natureza, em especial as águas. Tratamento de efluentes é prioridade. Desenvolver campanhas para esclarecer os proprietários sobre isso. Desenvolver cartilhas de apoio de como se tratar minimamente os efluentes é uma boa solução.</p>
<p>Eu gostaria que a minha cidade fosse assim, achei bem bacana pois dessa maneira estaríamos preparados para receber os turistas.</p>
<p>Eu gostaria que a nossa cidade tivesse banheiros públicos com manutenção diária e cinema.</p>
<p>Eu gostaria que tivesse banheiros públicos com manutenções diárias e cinema.</p>
<p>Eu trabalho há 15 anos com planejamento e gestão de projetos sociais, culturais e esportivos, e como morador de Urubici, estou à disposição para auxiliar a prefeitura e a comunidade a criar e implementar projetos pontuais e/ou contínuos de interesse público.</p>
<p>Falta conscientização nesta parte, melhora do visual.</p>
<p>Falta tratamento de esgoto, shopping, ciclovias, pracinha, calçadão, rua comercial, atrair os turistas para a cidade e não só para os pontos turísticos.</p>
<p>Faltam fiscais e fiscalizações municipais, estaduais e federais com seriedade e honestidade que cumpram com igualdade a lei ao pé da letra não importando quem, a começar neles mesmos e nos representantes de cargos públicos. Depois o comércio e os empreendimentos irregulares e estabelecimentos ilegais, carros e motos irregulares, oficinas, bares, restaurante, pousadas e hotéis, profissionais liberais e empresas irregulares, cobrança de impostos, licenças e alvarás e taxas obrigatórias.</p>
<p>Falta uma subestação de energia elétrica.</p>
<p>Falta estrutura hospitalar e médica competente e assistência 24h e gratuita.</p>
<p>Fiscalização urgente do parcelamento ilegal de solo no perímetro urbano e adjacências.</p>
<p>Total intolerância para construções nos afastamentos das vias estaduais de acesso à cidade.</p>
<p>Providências urgentes para ordenamento das moradias de interesse social, provendo dignidade, segurança e salubridade a esses moradores.</p>
<p>Implantação urgente de rede de esgoto sanitário em todo perímetro urbano e em áreas de expansão urbana, com severa punição aos que fazem descarte de águas servidas em corpos hídricos.</p>

<p>Fiscalização sobre o uso excessivo de agrotóxicos nas lavouras e incentivo gradual à migração para agricultura orgânica, através de projetos pilotos.</p> <p>Urgente modificação da atual política de preservação da araucária, pois não está existindo a renovação natural e necessária do plantel, com a constante extirpação das mudas. As consequências do envelhecimento serão sentidas dentro de muito pouco tempo.</p> <p>Instrução e apoio à formalização dos equipamentos de serviços ao turismo.</p> <p>Qualificação dos acessos aos atrativos turísticos e áreas de cultivo agrícola.</p> <p>Definição, implantação e fiscalização ao atendimento de identidade visual e incentivo à manutenção do patrimônio histórico móvel e imóvel da cidade e seus arredores.</p> <p>Incentivo à iniciativa privada ao plantio e conservação de jardins no perímetro urbano e áreas de expansão urbana.</p> <p>Fomento à integração da sociedade civil organizada aos processos de tomada de decisão da gestão do município, dotando os cidadãos da responsabilidade cobrança da manutenção de continuidade dos planos de ações, não permitindo que o partidarismo ou a vaidade política se sobreponham ao bem comum.</p> <p>Incentivo nas escolas, ao amor das crianças pela cidade, pois nelas está o futuro do Município.</p>
Gostaria de ter calçamento na minha rua, já que vai até um pedaço
Gostaria que tivesse banheiros públicos desde que tenha manutenção diariamente, ciclovias e parques maiores na cidade porque aqui os parques são muito feios.
Gostaria que tivesse banheiros públicos, melhoria nos transportes, cinema ou shopping (ou lugar para se encontrar com os amigos), lixeiras de cada material mais espaços de lazer e esportes.
Gostei da pesquisa pois deve-se melhorar Urubici drasticamente é muito! Obrigado!
Investimento em esportes não só futebol e bike e sim handebol, vôlei, corrida entre outros! Urubici tem futuro e só querer investir nisso!
Investir na cidade, independente de quem votou ou não no atual prefeito. Vigilância sanitária não cumpre com sua obrigação. Usam seu poder para uns e outros apenas. As regras e normas são para todos, independente de quem é o dono do comércio. Igualdade de direitos e deveres.
Mais aparelhos no hospital pois qualquer coisa tem que ir a Lages.
Melhorar administração.
Melhorar o acesso as ruas nos bairros (pavimentação) principalmente onde tem grande circulação de pessoas!
Melhorar o trânsito, melhorar os ônibus. Construir banheiros públicos, cinemas, shopping.
Minha opinião, que devemos sim, cobrar do poder público mais também contribuir, percebo a fragilidade da nossa cultura com lixo, não reciclamos estamos jogando tudo misturado, ao temos lixeiras suficientes e com cores diferentes para reciclagem. Isto e cúmulo, sujar uma cidade turística, como vamos cobrar do turismo se não demos o exemplo, 7 Setembro no outro dia a avenida estava um lixo. Falta de local para depositar também, mais falta da cultura do povo.
Não permitir prédios altos, festas com som alto, etc.
Não preciso dizer nada da minha cidade ela é maravilhosa.
No interior precisamos de uma melhor distribuição da água e de padronização do esgoto que está poluindo os rios e lençol da água.
No semáforo muitos não estão respeitando.
O lixo de qualquer lugar do mundo deve ser dispensado com consciência, misturar orgânicos com plástico, alumínio ou vidro nos dias de hoje é não só absurdo, mas intolerável. Nos países de primeiro mundo as pessoas ganham multas se fazem assim. Separação de lixo e responsabilidade sobre isso é uma coisa simples de fazer.
O município deveria investir em banheiros públicos, arborização urbana, manutenção diária dos banheiros, parques, árvores da cidade e um transporte para atravessar a cidade (ex.: bicicletas, patinetes etc.). Além disso o município deveria investir em transporte público escolar ou não a tarde em todo o município.
O Poder Público deveria dar mais atenção à pavimentação das ruas do centro da cidade, principalmente àquelas que ainda são de terra, reforma urgente nos calçamentos, pois é vergonhoso, reformar e construir calçadas com acessibilidade para portadores de deficiências visuais e/ou cadeirantes por exemplo, pois também está péssimo. Acho que o foco está mais voltado ao recebimento do turista, com hospedagens, restaurantes, etc. não desmerecendo, pois também têm sua parcela de contribuição, e devemos sempre receber bem nossos visitantes, mas, que fomentam a cidade apenas em alguns períodos do ano, e esquecem dos filhos desta, principalmente dos agricultores, que mantém a cidade o ano todo e que fazem parte do progresso e do sucesso de Urubici, que tanto aparece nas mídias. Atenção especial aos nossos jovens, incluindo opções de incentivo ao esporte, artes e outras na área cultural, e educacional, para que não se deixem levar

<p>pelos caminhos sombrios da criminalidade e do vício. Atenção também a saúde e a segurança pública, não estão de todo ruim, mas sempre pode melhorar.</p>
<p>O prefeito deveria colocar mais transporte público de tarde. Por exemplo, colocaram os alunos de tarde para de manhã e assim os ônibus ficam cheios e desconfortáveis o meu ônibus nem janela tem o município tem que melhorar isso.</p>
<p>O turismo está cada vez mais forte na nossa cidade, por isso o sistema de tratamento de esgoto, coleta de lixo e manutenção de pontos turísticos devem ser prioridade. Entretanto, a agricultura é e provavelmente sempre será muito forte, movimentando a economia do município, por isso as necessidades dos agricultores devem ser observadas. Quem sabe uma política pública de incentivo à produção sem agrotóxicos.</p>
<p>Parabenizo pela iniciativa de usar o Google Forms como ferramenta que permite mais alcance do que reuniões p discutir o plano diretor. Não foi possível me ausentar do trabalho para participar da reunião e através desta tecnologia a abrangência pode ser bem maior. Agora me reporto ao questionário e confesso que fiquei confusa em algumas questões porque a situação deveria ser intolerável, inaceitável mas infelizmente tudo depende para quem é. Não acredito que regras rígidas seria a solução, até porque as regras que já existem foram quebradas em várias situações, basta ter um político influente na administração que se tem a vontade respeitada. Isso acontece em qualquer gestão, é visível por um rápido passeio pelas avenidas.</p> <p>Vivemos num paraíso e o mais importante é que nossos municípios se sintam bem, precisamos usar a empatia e a equidade ao pensarmos políticas públicas. Com arbitrariedades nosso município precisa ser demolido e reconstruído do zero. Será que é isso que precisamos?</p>
<p>Parabéns pela enquete, uma forma de ter a contribuição da população que não pode ir as audiências públicas! Importantíssimo implantar o zoneamento do território, zonas de silêncio, de preservação, controlar parcelamento do solo evitando excesso de condomínios, proteger nascentes e topos de morro, fazer o tratamento descentralizado e ecológico de esgoto, incentivar a compostagem de resíduos doméstica/comercial e fazer a compostagem em escala municipal, implantar cooperativa de reciclagem de resíduos.</p>
<p>Pela bela e exuberante natureza que temos em Urubici, a qual deve ser mantida pois como diz a seguinte passagem: Quando a última árvore for cortada, quando o último rio for poluído, quando o último peixe morrer, então o homem verá que dinheiro não se come.</p>
<p>Penso que deveríamos ter melhorias de transportes, saúde e escolaridade. Creio que estamos no caminho certo, pois já começou a melhorias de estradas e de luzes em avenidas!! Também se está tendo melhorias escolares! Tenho esperança que como vivemos em um lugar totalmente diferenciado, pelo fato de ter pontos turísticos magníficos e sermos bons recepcionistas termos uma cidade completa e que sirva para o povo!!!</p>
<p>Penso que poderia ser analisada a possibilidade de oferecer aos cidadãos custo diferenciado aos pontos turísticos, comércio e restaurantes em períodos de feriados, temporada e/ou eventos, incentivando ainda mais a população a participar, conhecer e divulgar os pontos turísticos da cidade onde vive, valorizando ainda mais os cidadãos. Seria interessante também que fossem oferecidos acessos a diferentes tipos de esportes para as crianças, adolescentes e adultos preferencialmente de forma gratuita e (ou contribuição de valor simbólico), estimulando a promoção de saúde e direcionando crianças e adolescentes a práticas que lhes sejam benéficas em períodos extraclasse e adultos em seu momento de lazer merecido.</p>
<p>Plano Diretor deve ser elaborado urgente.</p>
<p>Poderia ter ciclovias</p>
<p>Polícia poderia prender os bandidos.</p>
<p>Por favor, controlem o padrão dos edifícios. Urubici é uma cidade turística, não pode de jeito nenhum ficar cheia de prédios quadrados que não combinam com a serra. Espelhem-se em Gramado - RS, vai atrair muito mais dinheiro à cidade. Abraço e sucesso!</p>
<p>Por ser cidade turísticas.</p>
<p>Por ser exuberante!</p>
<p>Povo unido move montanhas.</p>
<p>Precisa de melhor vistoria em cada bairro para cuidados na cidade como postes de luz e saneamento básico.</p>
<p>Transporte público para pessoas com problemas de locomoção de todas as comunidades.</p>
<p>Precisa urgente melhorar a participação do poder público nos locais de pontos turísticos na cidade.</p>
<p>Precisamos cuidar melhor do espaço público. Ruas, calçadas, praças e iluminação pública. É inaceitável conviver com construções fora da lei e também ver nossas pequenas praças serem abarrotadas de edificações como postos de saúde. Precisamos de áreas de convivência para atender melhor nosso turista. Além de um plano diretor adequado, que contribua para o</p>

desenvolvimento da cidade, não podemos esquecer dos altos tributos cobrado como ISS e ITBI, que por um lado trazem receita para o município, porém pelo outro dificultam investimentos privados.
Precisamos estruturar a cidade turisticamente e região para crescimento sustentável.
Precisamos melhorar a qualidade do piso de nossas ruas, tipo, asfaltar máximo de ruas que der e fazer um tratamento adequado do esgoto.
Principal de tudo é saneamento básico e tratamento de esgoto.
Principalmente no turismo de inverno e meio ambiente.
Programa de separação do lixo.
Programas de separação e reciclagem do lixo
Que a coleta do lixo seja efetivamente seletiva. Não ir todo tipo de lixo junto no caminhão da coleta. Para poder reciclar os materiais. E que haja tratamento de esgoto em todos os bairros.
Que a qualidade de vida seja preservada e que seja valorizado o urubiciense. Que seja dada atenção aos espaços públicos para que sejam arborizados, iluminados e limpos para um melhor aproveitamento do espaço. Fachadas mais cuidadas para o município ser mais charmoso e apresentável a condição de atendimento ao turismo.
Que tenha tratamento de esgoto em todos os bairros.
Que Urubici possa se tornar uma cidade padrão em sustentabilidade e conceito urbano.
Reciclagem de lixo, coleta e tratamento de esgoto inexistente.
Seria interessante uma gestão que pensasse no coletivo e saísse do individualismo. Temos muito a melhorar.
Tem que ter um cinema e um shopping aqui.
Temos que olhar melhor a questão do saneamento básico. Muitas casas não possuem sistema de esgoto e deságuam nos rios da cidade.
Ter um transporte público, e mais estacionamentos.
Tratamento de esgoto.
Tratem a cidade com o carinho e o respeito que ela merece.
Uma cidade de pequeno porte, com futuro promissor, mas está faltando empregos, indústrias, ônibus urbanos que não existe, calçadas padronizadas, locais apropriados para divertimento de jovens e adultos, comércio com mais variedade.
Urbanizar mais os centros e os interiores.
Urubici com atividades culturais!! Urubici mais artística!!! Urubici com esporte para as comunidades carentes!!
Urubici necessita de todos esses itens e principalmente de investimento e pessoas de visão ampla, a ideia de bondinhos que interligam bairros e pontos turísticos é ótimo e preciso.
Urubici precisa se inspirar em outras iniciativas. Mas não pode esquecer de seus nativos. Urubici vai crescer muito, e precisa crescer pensando nos seus munícipes.
Urubici tem grande potencial turístico, principalmente turismo ecológico, creio que isso deve ser desenvolvido.
Urubici tem o diferencial de ser uma cidade pequena e turística, sem arranhas céus para poluírem o ambiente. Acredito que ela tem o potencial de crescer no turismo sem grandes construções.
Urubici uma cidade com uma natureza ímpar, merece ser melhor cuidada, para isso, os governantes devem investir num turismo e agricultura sustentável!
Investir na educação para a população ajudar mais desse nosso paraíso!
A imagem é “Urubici está severamente ameaçada por um processo de degradação perigoso” Urubici está seriamente ameaçada por um processo de desenvolvimento feito sem planejamento e/ou gestão adequados, que vitimou dezenas de municípios brasileiros com perfil semelhante, ou seja, lugares de grande beleza, que foram degradados pelo desenvolvimento desordenado. Infelizmente no Brasil não existe a cultura do planejamento e/ou gestão, e por isto é primordial que os gestores públicos e a sociedade civil compreendam que este é um esforço que precisa ser feito em caráter contínuo, e não apenas de forma pontual. A iniciativa promovida em parceria com o Cincatarina é louvável, mas para ser o mais efetiva possível, ela deve ser transformada em um processo contínuo, que envolva ações como as listadas abaixo: Oportunidades de engajamento, mobilização, troca e empoderamento dos habitantes de Urubici em caráter contínuo. No Brasil as pessoas em geral não sabem que a cidadania pode (e deve) ser exercida continuamente, numa construção coletiva na qual todos colaboram com a sua visão e soluções. Portanto a criação de grupos e/ou projetos que sirvam como espaço de diálogo e interação contínuos entre o poder público e a sociedade civil são fundamentais. Estas ferramentas devem envolver interações presenciais (grupos de trabalho e/ou outros projetos de engajamento) e também ferramentas virtuais (facebook e/ou Loomio)

Educação para a cidadania nas escolas – Para transformar cidadãos normalmente apáticos / passivos em cidadãos engajados, verdadeiramente comprometidos com o destino das suas cidades, experiências amplamente documentadas em diversos programas e projetos sociais mostram que é necessário trabalhar com os jovens, pois eles representam o futuro da cidade, e um processo de transformação como este (da passividade ao protagonismo) leva tempo, e os adultos são meio avessos a novidades. É necessário, portanto, mobilizar as escolas, educadores e alunos neste processo.

Capacitação de gestores públicos – Fundamental para que eles compreendam as reais dimensões dos desafios que se apresentam à Urubici, absorvendo conhecimentos de especialistas nestes assuntos, assim como boas práticas consolidadas para gestão destes temas em outros municípios. Neste sentido, importante lembrar que a plataforma <https://www.cidadessustentaveis.org.br/> foi criada exatamente com esta finalidade, e pode ser uma valiosíssima parceira de Urubici para estes assuntos.

Em Urubici se encontra o aquífero Guarani, que muito em breve será o bem mais precioso da humanidade. Não vejo qualquer preocupação das autoridades públicas nem dos particulares em preservar este recurso. Não há estação de tratamento de esgoto na cidade, e no interior todos os dejetos de agrotóxicos são despejados no solo, ou nos rios. A cidade praticamente não possui nenhuma árvore, o que a transforma num local desértico. As avenidas deveriam ter canteiros divisórios, a fim de diminuir a velocidade dos veículos, o que, por conseguinte diminuiria o ruído extremamente excessivo de motos, carros e caminhões, e automaticamente estimularia os turistas a transitarem mais pela cidade, o que incentivaria o consumo em nosso comércio local. Também evitaria a densidade de turistas nos pontos turísticos, que infelizmente são os únicos atrativos da cidade. Se faz urgente um planejamento em Urubici, seja no plano Diretor, seja nas vias públicas, seja no ordenamento urbano, para que possamos continuar crescendo de forma sustentável.

Parabéns pela pesquisa, esperando que não fique apenas na pesquisa.

Fred

ANEXOS

ANEXO A – DECRETO N° 2390/2019 - NOMEIA COMISSÃO TÉCNICA PARA AUXILIAR NO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE URUBICIESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI**DECRETO N° 2390/2019****NOMEIA COMISSÃO TÉCNICA PARA AUXILIAR NO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE URUBICI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUBICI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, IV da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO a necessidade de revisão do atual Plano Diretor do Município de Urubici, uma vez que se encontra defasado e não atende mais as necessidades;

CONSIDERANDO que a fim de viabilizar referida revisão é necessária a nomeação de equipe técnica que, em conjunto com o Consórcio CimCatarina, irão realizar referidos trabalhos;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada Comissão Técnica para desenvolver os trabalhos de revisão do Plano Diretor do Município, a qual será composta dos seguintes membros:

I – Servidores municipais:

- Ederaldo Luís Sgrott - Secretário Geral
- Eleonora de Souza Rodrigues - Assessora Jurídica
- Luiz Ricardo Weimann Araujo - Engenheiro Civil
- José Luiz Florentino da Silva - Técnico em Agrimensura
- Guilherme Westphal Meurer - Fiscal de Obras
- Carlos Alcir Henrique - Fiscal de Tributos

II – Membros do Concidades

- Camila Westphal Prá - Arquiteta
- Eliane Abreu de Souza - Bacharel em Direito
- Vinícius Rodrigues da Silva - Engenheiro Civil

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, 17 de junho de 2019.

Antônio Zilli
Prefeito Municipal

ANEXO B – DIVULGAÇÃO DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS DO PLANO DIRETOR NO SITE DO MUNICÍPIO



Urubici, 21 de outubro de 2019 16°C MAX

Lista Municipal SUS | Lista de Espera SUS

Procurar no site

[Início](#) | [O Município](#) | [Departamentos](#) | [Informativos](#) | [Publicações Oficiais](#) | [Transparência](#) | [Contatos](#)

Início / Informativos / Notícias / ATENÇÃO: Reuniões Comunitárias do Plano Diretor

ATENÇÃO: Reuniões Comunitárias do Plano Diretor

Venha participar das Reuniões Comunitárias do Plano Diretor

O Município de Urubici, através do CINCATARINA, convida a todos para participar das Reuniões Comunitárias do PLANO DIRETOR DE URUBICI. É de extrema importância a participação da Comunidade apresentando os problemas, dificuldades e sugerindo soluções para seus bairros.

Foram marcadas quatro reuniões comunitárias, nos seguintes locais e horários:

* Reunião Comunitária I:

- Dia 19 de agosto de 2019, às 19h, no Salão Paroquial da Comunidade de Rio Vacariano = Campestre, São Francisco, Rio do Engano, Rio Vacarianos e Consolação;

* Reunião Comunitária II:

- Dia 20 de agosto de 2019, às 19h, no Salão Paroquial da Comunidade de Santa Terezinha = Canudo, São José, São Pedro, Rio Cachimbo, Santa Terezinha, Campestre II, Santo Antonio, Rio dos Bugres e Invernador;

* Reunião Comunitária III:

- Dia 21 de agosto de 2019, às 19h, no Salão Paroquial do Bairro Esquina = Esquina, Fetti, Traçado, Jardim Verde Vale e Distrito de Águas; e

* Reunião Comunitária IV:

- Dia 22 de agosto de 2019, às 19h, no Salão Paroquial da Igreja Matriz = Centro, Riacho, Baiano e Brasília, além das comunidades de São Cristóvão, Mundo Novo, Xaxim, Cambulim, Jararaca, Taipinha, Bom Sucesso, Vacas Gordas, Rio Crioulas, Lageado Iiso, Espinilho, Toca Ruim e Santa Bárbara.

PARTICIPE



PLANO DIRETOR
Reunião Comunitária IV

O Município de Urubici através do CINCATARINA, convida a todos para participar das reuniões comunitárias do Plano Diretor de Urubici.

22 de agosto, às 19 horas
Local: Salão Paroquial da Igreja Matriz
Bairros: Riacho, Baniara, Bredão e Centro
Comunidades: São Cristóvão, Mundo Novo, Xaxim, Cambulim, Jararaca, Taipinha, Bom Sucesso, Vacas Gordas, Rio Crioulas, Lageado Iiso, Espinilho, Toca Ruim e Santa Bárbara.

Mapa das regiões contempladas:

Participe!

Mais informações:
31330000@urubici.sc.gov.br

Fonte: Prefeitura Municipal
 Data de publicação: 19/08/2019
 Créditos: Prefeitura Municipal
 Créditos das Fotos: PMU

Compartilhe!



ACESSO RÁPIDO

-  [Carta de Serviços](#)
-  [Livro Eletrônico](#)
-  [E-nota Fly Betha](#)
-  [Alvará de licença de localização e/ou funcionamento](#)
-  [Cadastro de contribuintes](#)
-  [Certidão de baixa de atividade](#)
-  [Certidão de ITBI](#)

SECRETARIAS

Secretaria Geral

Resp: Ederaldo Sgrott
 Fone: (49) 3278-4211

Secretaria de Assistência Social

Resp: Gerson Macedo
 Fone: (49) 3278-5342

Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico.

Resp: Ademir Franzen Barbosa
 Fone: (49) 3278-4500

Mais Secretarias

TURISMO



Pousada Abraço Serrano

Mais Atracões

[Voltar](#)

[Enviar por email](#)

[Imprimir](#)

REVISÃO DO PLANO DIRETOR

A revisão do Plano Diretor elaborada pelo CINCATARINA resulta em lei municipal que organiza o crescimento e o funcionamento da cidade. Considera-se o Projeto da Cidade que queremos. Engloba princípios e regras orientadoras da ação dos agentes (públicos e privados) que constroem e utilizam o espaço urbano. Estes princípios inseridos no Plano Diretor é que vão nortear a construção dos outros níveis de planejamento.

O Consórcio Interfederativo Santa Catarina CINCATARINA é um consórcio Público, Multifinalitário, constituído na forma de associação Pública com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa



CNPJ: 12.075.748/0001-32

www.cincatarina.sc.gov.br

cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

Sede do CINCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305,
Bairro Canto Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620

Central Executiva do CINCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621